



HISTÓRIA DE UM ENGENHO DO RECÔNCAVO

WANDERLEY PINHO

brasiana

volume 374



HISTÓRIA DE UM ENGENHO

A *História de um engenho do Recôncavo* foi publicada em 1946 e nunca mais foi reeditada. Resulta de um concurso promovido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool. Trata-se de uma monografia exaustiva acerca de um engenho baiano dos mais importantes. A abundante documentação reunida pelo autor, pertencente ao arquivo de família ou a diversos arquivos portugueses e brasileiros, foi aproveitada inteligente e criteriosamente pelo autor, um dos mais completos *scholars* que o Brasil já produziu. A elegância física da sua presença correspondia à alta estrutura moral e mental que o distinguia. Neste trabalho verifica-se, mais que em qualquer outro de sua lavra, o senso de equilíbrio que o caracterizava. A documentação jamais aparece como uma carga pesada e enfadonha. É apresentada com admirável senso de bom gosto, transformando a seriedade da pesquisa numa das obras mais valiosas da arte de historiar, sem rebuscados e sem excessos.

O relator da comissão julgadora do concurso, um dos luminares da sociologia brasileira, Oliveira Viana, julgou este trabalho "uma contribuição histórica de valor inestimável [...]. Não conheço em nossa literatura histórica nada que se compare a este trabalho, pela densidade da documentação e pela vivacidade da exposição e do comentário. É um mergulho dos mais fundos até hoje realizados nas fontes da nossa história local e regional. [...] Há capítulos, como os relativos ao controle colonial da produção e comércio do açúcar e às crises da indústria açucareira e suas causas, que são da mais flagrante atualidade". Este honroso juízo foi subscrito por Eugênio de Castro e Barbosa Lima Sobrinho.

Resta juntar que esta edição foi feita em face do exemplar do autor, abundantemente anotado, e completado e corrigido. Algumas notas são da maior importância retificando e aditando novos elementos à primeira edição. A editora agradece à D. Stella Calmon Wanderley Pinho, viúva do autor, a gentileza com que permitiu aproveitamento dessas notas manuscritas tão valiosas.

A Coleção Brasileira está certa de que, com a edição deste volume, fornece aos estudiosos do país um dos mais sérios estudos aparecidos para o conhecimento da formação econômica e social do país.

Quem escreve estas linhas teve a satisfação de visitar o engenho aqui estudado em companhia do autor. Jamais poderá apagar-se da lembrança a emoção de percorrer os salões vazios revividos pela voz do descendente dos antigos senhores. Os salões, a capela, os anexos do estabelecimento pareciam refletir os dias de glória do passado. O engenho foi transformado em museu. O espírito culto do governador Luís Viana Filho compreendeu que a Bahia não poderia oferecer aos seus visitantes coisa mais atrativa. O museu e este livro constituem dois marcos representativos da era do açúcar na região. Mas o livro levará mais longe às novas gerações a imagem de uma célula viva na elaboração da economia do Brasil.

WANDERLEY PINHO

José Wanderley de Araújo Pinho nasceu em Santo Amaro, BA, a 19 de janeiro de 1890. Era filho do Dr. José Ferreira de Araújo Pinho, que foi deputado no Império e governador da Bahia na República. Pelo lado materno era neto de João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe, uma das maiores figuras da monarquia.

Bacharelado-se em direito, advogou nos foros da Bahia, de Santo Amaro e do Rio de Janeiro, passando depois a promotor público na capital do Estado, procurador do Estado junto aos tribunais do Rio de Janeiro e, finalmente, Ministro do Tribunal de Contas do Estado, cargo em que se aposentou.

Como político foi deputado federal em várias legislaturas, e prefeito municipal de Salvador.

Paralelamente, foi catedrático de História do Brasil na Universidade da Bahia, membro da Academia de Letras da Bahia e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde ocupou a vice-presidência.

Como historiador deixou numerosos trabalhos da maior valia: *Política e políticos do Império*, Rio de Janeiro, 1930; *A Sabinada*, Bahia, 1930; *Cartas do Imperador D. Pedro II ao barão de Cotegipe*, São Paulo, 1933 (Brasília); *Cotegipe e seu tempo*, São Paulo, 1937 (Brasília); *Caxias senador*, Rio de Janeiro, 1936; *D. Marcos Teixeira, quinto bispo do Brasil*, Lisboa, 1940; *Testamento de Mem de Sá*, Rio de Janeiro, 1941; *Salões e damas do Segundo Reinado*, São Paulo, 1942 (3 edições) e, finalmente, *História de um engenho do Recôncavo*, Rio de Janeiro, 1946; *História social da cidade do Salvador*, Tomo I, 1968 (publicação póstuma).

Como deputado devem ser mencionados os discursos em defesa do ensino de História do Brasil, entre 1931 e 1939, fundido com o da História Geral. Como professor iniciou a publicação do *Boletim* da cadeira de História do Brasil, com a colaboração dos alunos. *Nos Arquivos da Universidade da Bahia*, vol. V, 1957, publicou um plano de estudos, contendo o relatório de suas pesquisas no Rio de Janeiro. Faleceu no Rio de Janeiro a 7 de agosto de 1967.

Em relação ao cabedal imenso de conhecimentos históricos que possuía, a obra deixada por Wanderley Pinho é relativamente escassa. É que o texto não saía de suas mãos para o prelo sem se apresentar, como ele próprio o fazia ao comparecer perante o público, escoimado de qualquer traço contrário ao bom gosto, dentro de um apuro de forma, sem excessos nem demasias. Era sua feição de demonstrar o respeito aos outros. As páginas de sua própria vida ele as escreveu com discrição, com a mesma elegância com que compôs as páginas literárias.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA

Preço de lançamento: Cr\$ 950,00

Este livro foi editado em convênio com o Instituto Nacional do Livro, órgão da Fundação Nacional Pró-Memória, que reservou parte da tiragem para distribuição à sua rede de bibliotecas em todo o território nacional.



HISTÓRIA
DE UM ENGENHO
DO RECÔNCAVO

BRASILIANA

Volume 374



Direção de

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Ilustrações:

José Wash Rodrigues

*Atualização ortográfica
e normalização:*

José Joaquim Sobral

A monografia que serviu de base
para a 1.^a edição desta obra foi
premiada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool

WANDERLEY PINHO

HISTÓRIA
DE UM ENGENHO
DO RECÔNCAVO

MATOIM — NOVO CABOTO — FREGUESIA
1552-1944

*2ª edição, ilustrada e
acrescida de um Apêndice*

Em convênio com o
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA

companhia editora nacional

P724h
2. ed. Pinho, Wanderley, 1890-1967.
História de um engenho do Recôncavo : Matoim, Novo Caboto, Freguesia : 1552-1944 / Wanderley Pinho ; ilustrações José Wash Rodrigues ; atualização ortográfica e normalização José Joaquim Sobral. — 2. ed., il. e acrescida de um Apêndice. — São Paulo : Ed. Nacional ; [Brasília] : INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1982.

(Brasiliana ; v. 374)

1. Engenhos de açúcar — Brasil — Bahia 2. Indústria açucareira — Brasil — Bahia I. Instituto Nacional do Livro. II. Título. III. Série.

CDD: 981.422

: 338.173610981422

CCF/CBL/SP-82-0821 CDU: 981.422

Índices para catálogo sistemático (CDD):

1. Engenhos de açúcar : Recôncavo baiano : História 981.422
2. Recôncavo baiano : Engenhos : Indústria açucareira : Economia 338.173610981422

Direitos reservados

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

DISTRIBUIÇÃO E PROMOÇÃO

Rua Joli, 294

Fones: 291-2355 e 292-8199 (PABX)

Caixa Postal 5.312

CEP 03016 - São Paulo Brasil

1982

Impresso no Brasil.

APRESENTAÇÃO

(da 1ª edição)

Abriu o Instituto do Açúcar e do Alcool um concurso de monografias que deviam versar os seguintes assuntos:

- I — História de um engenho de mais de duzentos anos, fundação, proprietários, limites, transformações, levantamento topográfico, regime de trabalho, lavouras, produção. Genealogia de uma família de proprietários de engenho a partir do século XVI.*
- II — História dos preços do açúcar nos quatro primeiros séculos da nossa existência e sua relação com o respectivo custo de vida, o trabalho servil e o assalariado.*
- III — Aparelhamento dos engenhos e técnica de fabricação do açúcar bangüê no período colonial e respectiva iconografia. Origem e desenvolvimento da usina, sob o ponto de vista da técnica industrial.*

Com os de outros concorrentes foi apresentado este trabalho, que mereceu da comissão julgadora, composta dos Srs. Dr. Oliveira Viana (relator), Comandante Eugênio de Castro e Dr. Barbosa Lima Sobrinho, os seguintes conceitos:

“Vieram-me às mãos, para exame, as quatro seguintes monografias:

- 1.ª — HISTÓRIA DE UM ENGENHO DO RECÔNCAVO (1552-1944) da autoria do Sr. Wanderley de Araújo Pinho;*
- 2.ª; 3.ª; 4.ª*

Estas monografias estão todas datilografadas e são inéditas. Li-as todas com minudente atenção; considere-as todas segundo a importância da contribuição por elas trazida à história do açúcar no Brasil e presumo poder julgá-las com inteiro conhecimento do seu valor comparativo. Dentro das bases estabelecidas pelo edital do concurso, cujo resumo me foi também enviado em cópia, estas quatro monografias se discriminam e classificam nitidamente, não oferecendo casos de consciência o seu julgamento.

O objetivo do Instituto, com o seu concurso, foi estimular e premiar o esforço da pesquisa histórica, da investigação original nas fontes da nossa história econômica e social, no setor da indústria açucareira. O valor das monografias há de ser procurado, portanto, antes de tudo, na novidade, originalidade e abundância dos elementos informativos e arquivais trazidos a lume.

Sob este aspecto, entre as quatro monografias apresentadas, a primeira, do Sr. Wanderley Pinho — HISTÓRIA DE UM ENGENHO DO RECÔNCAVO —, se destaca e ressalta de forma inconfundível. É uma contribuição histórica de valor inestimável, em que o autor, já consagrado por vários e excelentes trabalhos históricos, levanta o perfil histórico de um engenho do Recôncavo baiano — o Engenho da Freguesia — desde os primeiros dias da sua fundação, no primeiro século (1552), até os dias presentes (1944).

Não conheço, em nossa literatura histórica, nada que se compare a este trabalho do Sr. Wanderley Pinho, pela densidade da documentação e pela vivacidade da exposição e do comentário. É um mergulho dos mais fundos até hoje realizados nas fontes da nossa história local e regional. O campo da investigação era extremamente restrito — a história de um velho engenho; mas, das páginas dos velhos cronistas, dos velhos códices e dos velhos arquivos cartoriais o autor soube extrair, com erudição, sagacidade e honestidade perfeita, informes magníficos, que lhe permitiram elaborar uma monografia modelar no gênero. Pela multiplicidade dos aspectos abordados e esclarecidos, esta monografia adquire, realmente, apesar do seu objetivo limitado, um interesse geral e faculta meios de podermos acompanhar quase toda a nossa evolução econômica nestes quatro séculos de história. Há capítulos — como os relativos ao controle colonial da produção e comércio do açúcar e às crises da indústria açucareira e suas causas — que são da mais flagrante atualidade. Com esta monografia, de cerca de 166 páginas, enriquecida ainda de uma abundantíssima iconografia, os objetivos do concurso promovido pelo Instituto do Açúcar foram atingidos na sua plenitude: — e a concessão do prêmio maior impõe-se como justa recompensa ao meritório esforço do seu autor.”

O Sr. Comandante Eugênio de Castro declarou-se de acordo com o Relator, parecendo-lhe “de justiça conceder-se o primeiro prêmio” à “História de Um Engenho do Recôncavo”; e o Sr. Dr. Barbosa Lima Sobrinho ao assinar o parecer acrescentou: — “o trabalho do Sr. Wanderley de Araújo Pinho — “História de um Engenho do Recôncavo (1552-1944)” — é realmente notável, contendo investigações inteiramente originais e podendo ser considerado como contribuição absolutamente nova sobre a vida dos engenhos no período colonial do Brasil”.

Obtidos depois do julgamento do concurso, mas antes da entrega dos originais ao prelo, foram acrescentados, no texto — documentos e informações, e fora dele — numerosos elementos iconográficos.



*“Engenho Freguesia”.
Vista geral tirada do
mar; o sobrado e a cape-
la vistos do tanque; pa-
norama marítimo para
o lado de Caboto e Pas-
sé; panorama marítimo
para o lado da Cidade
do Salvador.*





Conde de Passé, restaurador do “Engenho Freguesia”.

(Tela a óleo no sobrado do Engenho Freguesia)



Ruínas da capela de São José do "Engenho Novo", no Município de São Francisco do Conde.

(Gentileza de Aníbal Tourinho)



"O Gigante" — testemunhos do desabamento nas costas de "Freguesia", por ocasião do terremoto de 1815.

OS VIVEIROS DE PEIXE DO CAPITÃO-MOR



MAGINEMOS a pompa que poria o Capitão-mor quando hospedava prelados, que lá iam a crismas ou visitas pastorais.

Em janeiro de 1776 honrava-se ele em ter sob seu teto a D. Joaquim Borges de Figueiroa.

Um dos regalos da sua mesa eram as curimãs, pescadas e robalos, físgados à hora de os comer, em dois grandes viveiros. Seria talvez uma galanteria do Capitão-mor levar o Arcebispo ao pavilhão em *belvedere* do viveiro maior,

para que assistisse a ser apanhado o peixe que deveria saborear logo depois.

Os viveiros de “Freguesia” eram famosos. Um deles vemos citado em officio de D. Fernando José de Portugal a Rodrigo de Sousa Coutinho, datado de 1799: “um viveiro de peixe de que está de posse como confessa (um interessado demandista) o Capitão-mor das Ordenanças desta cidade, Cristóvão da Rocha Pita, homem sério e prudente” (1).

Em toda aquela zona de beira-mar tornara-se um acessório quase imprescindível da residência rural o viveiro de peixe. Largo tanque cavado na terra junto ao mar, com um canal de comunicação, uma ou duas comportas e um ralo. Além da utilidade — o pitoresco: a superfície do pequeno lago constantemente enrugada com o aflorar dos peixes; as curimãs dando saltos para o ar e caindo pesadamente na água espanejante. Alguns viveiros tinham pavilhão de recreio para pesca e para o *farniente* em tardes frescas vendo preguiçosamente o movimentar-se do cardume ou os passeios de bote

dos mais moços, ou o velejar dos barquinhos dos meninos a brincarem.

O “Engenho Freguesia” tinha ao tempo de Cristóvão da Rocha Pita importantes viveiros, assim descritos numa avaliação de 1811: “um viveiro grande cercado em parte de sua embocadura de paredão de alvenaria e sobre o dito uma casa de recreio sobre esteios de madeira e toda soalhada e arruinada, avaliado o viveiro e casa em dois contos de réis. Outro dito cercado de parede de pilão contíguo ao acima descrito — um conto e duzentos” (2).

*
* *

Caberia aqui, não fora alongar-nos em demasia, um estudo documental sobre as pescarias no Recôncavo.

Os viveiros eram luxo, a guardarem reservas de pescado para a mesa dos Senhores em dias de boda ou nos lautos banquetes em que se transformavam os jejuns da Semana Santa; e acudiam algumas vezes a faltas nos “dias de guarda”, especialmente na quaresma.

Para alimentação comum de brancos e negros dos engenhos trabalhavam, com o aparelhamento de canoas, redes e anzóis da casa, escravos destinados às pescarias, que iam fisgar pelas águas fronteiras; e os pescadores, cativos ou livres, que sopravam no búzio pelos mares, “rios” e esteiros, a chamar compradores às praias para vender, desde o baiacu perigoso pelo veneno até o robalo estimado pela delicadeza e gosto, a enorme variedade de peixes da Bahia, muitos dos quais estudados e classificados por Castelnau quando de sua estada na Cidade do Salvador como cônsul de França.

Havia muito o que dizer das pescas da baleia e do xaréu, que aliás escapam a qualquer ligação com os engenhos, ainda que a “moqueada” ou carne de baleia ao fumeiro ou “moquém”, e o charéu salgado em certas ocasiões suprissem o charque na alimentação dos escravos.

Pedem longas páginas apreciações sobre os métodos e costumes e locais das pescarias do Recôncavo acompanhando-as desde o regime puramente servil à crescente emancipação da classe dos pescadores e marítimos; desde os processos rotineiros dos “pesqueiros” e “camboas” até o bárbaro e criminoso das “bombas” que diminuí a piscosidade das águas da Bahia.

Assuntos largos para um curto capítulo.

Notas do capítulo:

(1) Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 36, pág. 169, nº 19.623. Este documento faz crer que "Freguesia" já estava em poder de Cristóvão da Rocha Pita em 1759.

(2) Já em 1832 tudo aquilo desaparecera e na segunda avaliação se diz "no sítio em que houveram dois viveiros pertencentes a este Engenho da Freguesia somente existe um pedaço de paredão do lado do mar onde está a porta feita de pedra e cal — cinquenta mil réis". Vinte e tantos anos depois, quando o Barão, depois Conde de Passé, restaurou o engenho e o sobrado, também reconstruiu os viveiros que depois, como quase todos os dos engenhos da redondeza, desapareceram entupidos. — No inventário da esposa de Passé em 1856 não há menção dos viveiros. Ou foi benfeitoria negligenciada ou ainda não havia sido restaurada.



UM INVENTÁRIO QUE DUROU TRINTA E SEIS ANOS



ESPOSA do Capitão-mor, Dona Josefa Maria do Sacramento, faleceu em 1754, sem que lhe encontremos o inventário, e é bem provável que, depois de viúvo, Cristóvão da Rocha Pita desenvolvesse ainda os largos cabedais que reunira. Uma grande soma de bens lhe veio depois de 1760, quando morreu Simão da Fonseca Pita, que lhe legou, e ao irmão Antônio da Rocha Pita, os remanescentes da fortuna. Pelo menos nessa ocasião incorporou ao “Fre-

guesia” o vizinho engenho “Caboto”.

Devia ter muita idade o Capitão-mor quando faleceu, a 28 de setembro de 1809. Havia cinquenta e cinco anos que era viúvo, e já não existia a única filha do casal, Josefa Maria Pita do Sacramento, esposa do Mestre de Campo Garcia Dávila Pereira de Aragão, Senhor da Torre.

Cansado de peregrinações, enriquecimentos, grandezas de serviços públicos, recolheu-se ao “Freguesia”, encantado dos repousos da vida feudal; a gozar o trato e a convivência de tantos senhores de engenhos vizinhos. Nasceram-lhe depois uns bastardos a que se afeiçãoou; e, para legitimá-los, pediu e obteve licenças régias.

Fenecia assim, num fim banal, sua grande casa. A filha e herdeira não tivera descendência; não lhe dera netos nem ao marido, o último varão dos Ávila, filhos capazes de herdar o morgadio, que iria passar, por via feminina, aos Pires e Albuquerque. Entretanto, algum rebento de uma tal união (realizada com quantas esperanças!) seria dono de meia Bahia, larguíssimos latifúndios

desde Rio Grande do Norte e Piauí ao Recôncavo, e numerosíssimos rebanhos, fundamentos de riqueza para continuação das tradições de Ávilas e Pitas.

Apesar do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita haver reconhecido e legitimado seus bastardos — Capitão Francisco Joaquim da Rocha Pita, Capitão Cristóvão da Rocha Pita, Salvador da Rocha Pita, Antônio da Rocha Pita (1), quando se abriu a sucessão não podiam os sobrinhos e sobrinhos-netos, parentes legítimos, ver com bons olhos uma tão grande fortuna e tantos domínios serem entre aqueles partilhados.

Mas as pretensões dos legítimos parentes do Capitão-mor foram vencidas pelos claros direitos dos legitimados.

O Brigadeiro Manuel de Lima Pereira e o Coronel Jerônimo Munis Fiúza Barreto intervieram no inventário como terceiros prejudicados na herança do sogro deles, Antônio da Rocha Pita, por serem, tanto este como o Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita, sobrinhos de Simão da Fonseca Pita e aos quais legara os remanescentes, pertencendo por isso aos herdeiros de Antônio da Rocha Pita vários bens descritos no inventário do Capitão-mor.

Jerônimo Munis não quis contestar a faculdade de herdar dos legitimados — “conhecendo a razão em nada ‘mais quis continuar depois de aconselhado pelos melhores literatos do país’ —, limitando-se a reclamar quanto a bens que haviam sido de Simão da Fonseca Pita. Manuel de Lima Pereira, porém, insistiu, e com outros herdeiros requereu e obteve do Conde-Governador (carta-régia do Governador Capitão-general, 8 de outubro de 1816) um juízo privativo para conhecer de todas as pendências relativas ao casal, sendo nomeados juiz o Desembargador Luís Manuel de Moura Cabral e adjuntos os Desembargadores Agostinho Petra de Bitencourt e Joaquim Inácio Silveira da Mota.

Uma das alegações do Brigadeiro Manuel de Lima Pereira era a de que o Capitão-mor sendo notoriamente nobre, os filhos naturais “obtendo de V. Majestade dispensa para poderem herdar o que seu Pai lhes deixasse em testamento ou codicilo nada podem herdar porque ele faleceu ab-intestado”. Mas a verdade é que o direito deles vinha da legitimação, e por isso mesmo as pretensões de Lima Pereira de excluir da herança os filhos naturais do Capitão-mor foram afinal desatendidas pela Justiça (2). Passou então Lima Pereira a invocar direitos na qualidade de herdeiro de Simão da Fonseca Pita e de Tomé Lançarote, pedindo exclusão dos bens destes, afirmando que o Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita nunca fizera inventário dos bens do casal de seus pais e de seu tio Simão,

asseveração contestada pelo inventariante, que fez prova com o testamento de Antônio da Rocha Pita (3). Morto o Brigadeiro Manuel de Lima Pereira, seus sucessores ainda insistiram na pretensão de herdarem do Capitão-mor, dentro de cujo inventário a 18 de novembro de 1819, requereram habilitação a viúva Maria da Rocha e seus filhos o Tenente Coronel Inácio de Lima Pereira, Antônio da Rocha Pita, José Alves dos Santos Lima Pita, Francisco da Rocha Pita e Lima, Maria Leonor da Conceição Pita Lima, Maria Inês do Carmo Pita Lima, Maria Isabel Pita Lima.

O Coronel e depois Brigadeiro Jerônimo Munis Fiúza Barreto, casado com Catarina Josefa de Araújo Pita, filha de Antônio da Rocha Pita, noutra intervenção que teve no inventário (outubro de 1819), desistindo de se habilitar herdeiro do tio de sua mulher o Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita e de excluir da herança os filhos naturais deste, veio declarar que o casal se achava onerado de dívidas entre as quais uma ao convento da Lapa e Santa Casa de Misericórdia em perto de 200.000 cruzados, e que estava de posse de muitos bens que haviam pertencido ao casal de Simão da Fonseca Pita. Fosse partilhado entre os filhos naturais o que restasse, pagas as dívidas e separados os bens que não pertenciam ao casal de Cristóvão.

Essas questões dentro do inventário, suscitadas pelos parentes legítimos, contribuíram até certo ponto para as demoras que eternizavam o processo e levaram a um dos juizes, João Antônio de Sampaio Viana, a, em despacho datado de 19 de outubro de 1839, escrever: "para que se ultime uma partilha tão imperiosamente reclamada por todos os herdeiros e cuja procrastinação serviria para vergonha do Foro Baiano onde existe por tanto tempo o presente inventário que este juízo muito se interessa em ultimar". O maior motivo, porém, de tal lentidão no inventário foram os interesses dos inventariantes, e a desordem de uma partilha extra-juízo que entre si foram arbitrariamente fazendo os vários herdeiros legitimados.

Estavam muitos deles imbuídos de soberbias e grandezas e animados de espírito dissipador, fundados na crença de terem a propriedade de um patrimônio de tal vulto que seria inextinguível. Uns tomavam para seu serviço escravos, outros vendiam frações do acervo, outros passavam a dominar, como seus, pedaços de terras dos engenhos, estimulados pela lembrança e figura do pai fidalgo, poderoso e rico, que pretendiam imitar.

Quando um deles, Manuel Davi Peres, pediu ao inventariante "alimentos" (ou fosse uma pensão) até ultimar-se a partilha, um dos parentes legítimos do inventariado opôs-se alegando ser Manuel

Davi “oficial de carpina ganhando 500 a 600 rs”, possuindo fazenda de canas com vários escravos no engenho dele Coronel Jerônimo Munis Fiúza Barreto, tratando-se com grandeza, não precisando, portanto, de “alimentos” pagos pelo casal do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita. O interessado, porém, veio declarar: — “O Capitão-mor nunca mandou nem consentiu enviar a algum ofício mecânico a seus filhos e netos, uma vez que os mandou legitimar por tais, tratando-os sempre à lei de Nobreza com cavalos, pajens, com as librés de sua casa o que sempre tem o embargado praticado, sem ter aprendido esses ofícios de carpinteiro e carpina que dizem os embargos ele sabe, o que é inteiramente falso”. E esse herdeiro que pedia “alimentos”, contrariado pelo inventariante, também herdeiro ilegítimo, que os recusava, alegou em petição assim proceder o inventariante “por não poder sofrer houvesse quem lhe empatasse as vasas de querer ele só receber todos os anos mais de cincoenta contos de réis de rendimentos dos engenhos e das fazendas de gado do sertão, conservando bons cavalos nas estrebarias, bons pajens, tratando-se a grande, com bons vestidos, boas fardas, liberalizando vitelas, bois, cavalos, escravos, feixos e caixões com açúcar, sustentando amásias e o mais que é público, saído tudo dos bens do casal”. E como tivesse o inventariante Francisco Joaquim da Rocha Pita declarado negar alimentos ao dito, Manuel Davi Peres e irmãos por que tinham seus ofícios de ferreiro e carapina e serem moços e robustos, responderam estes não exercerem aqueles ofícios e que sempre “se tinham tratado à Lei de Nobreza, acompanhados de pajem fardado de libré, conservando atualmente cavalo na estrebaria” (4), havendo um deles respondentes que estudara gramática.

Vemos aí — e é interessante assinalar — que o último sinal de fidalguia e grandeza no ambiente rural era possuir cavalo de estrebaria e fazer-se acompanhar de criado de libré. Quem nem isso tivesse nenhuma nobreza se abalançaria a invocar.

Multiplicidade de herdeiros e complexidade de interesses geravam a desordem no engenho (5). Já em 1811 numa petição o herdeiro Cristóvão (da Rocha Pita), encarregado da administração dos engenhos “Caboto” e “Freguesia”, alegava que apesar de zelo e atividade “não podia tirar vantagem alguma pois que diversos moradores de faculdade, sem serem lavradores nem daqueles que fazem corporação de Engenho e que só tratam de suas comodidades abusivas, per si e de seus amigos apaniguados e ainda mesmo vizinhos estranhos têm passado ao excesso de comprarem gados de criar e de negociarem. . . (ilegível), cortando todas as fazendas têm arruinado e arruinam os canaviais próprios e de lavradores e conso-

mem os próprios pastos destinados a esse fim para Fábrica dos Engenhos”.

E a decadência se foi acentuando.

Houve, porém, cerca de 1817, uma reação, pois em abril daquele ano o mesmo administrador Cristóvão dizia que se o engenho chegara a ficar de fogo morto, a casa do mesmo arruinada e com total imprestabilidade de se poder nela laborar para produzir rendimentos, em igual estado de desordem achando-se as terras do dito engenho sem pastos e sem canas plantadas, ele porém reparara tais estragos. — “levantou e edificou de novo huma varanda, levantou paredes na caixa e casa de purgar e fez outros muitos concertos assim como fez moendas novas, comprou tambores, mandou fazer de novo paróis, caldeiras e outros muitos cobres necessários, fez pastos e plantações de canas de tal forma que ficou o mesmo engenho preparado e pronto para dar rendimentos, apesar de ter poucos escravos, tendo por isso despendido nessas obras quinze mil cruzados pouco mais ou menos”.

O engenho voltou então à atividade e nela se manteve até 1835; pelo menos isso disse nas suas declarações em 1840 o inventariante e administrador: “declara que o Engenho Freguesia estava moente e corrente em 1835 quando pelo fato da medição das terras se perdeu a safra seguindo-se logo o seqüestro de que foi depositário o herdeiro Antônio Joaquim de Castro Coelho, o qual desmontou o engenho, de modo que não pôde mais fazer safra até hoje” (6).

Quando em 1843 se fez afinal a partilha de seus bens, o monte se elevava a 392:710\$625, de que faziam parte as seguintes parcelas: escravos 11:200\$000, prata 787\$000, móveis 58\$000, lancha e canoa 160\$000, imagens e ornamentos da capela do “Engenho Freguesia” 95\$000, corpo do engenho 17:030\$000, pertences do engenho 1:547\$000, ferramenta 6\$000, 2.286 tarefas de terras do “Engenho Freguesia” (a 60\$) 137:160\$000, gado 132\$000, casa, capela e o mais do Engenho Caboto 1:400\$000, 564 tarefas de pasto que lhe pertence 33:840\$000, fazenda Leilá com 260 tarefas 15:600\$000, fazenda Sangomoxito com 668 tarefas 40:080\$000, fazenda de Apicum com 122 tarefas 7:320\$000, fazenda Serra com 378 tarefas 22:680\$000, fazenda São João com 221 tarefas 13:260\$000, fazenda Cassenda 3:024\$000, fazenda das Pedras 6:425\$000, fazenda do Irapoá 3:731\$000, fazenda do Jardim 1:709\$000, fazenda do Paulista 4:383\$000, fazenda do Curralinho 2:680\$000, fazenda da Serrinha 2:409\$000, fazenda de São Francisco 2:683\$000, fazenda dos Três Irmãos 3:098\$000, fazenda Laje de Itabaiana 1:758\$000.

Notas do capítulo:

(1) No inventário está junta uma das cartas régias de legitimações (fls. 7, nº 1, maço 2.209, Arquivo Público da Bahia): "Cristóvão da Rocha Pita, capitão mor das ordenanças da Cidade da Bahia da parte do norte, se me representou que sendo viúvo de D. Josefa Maria do Sacramento, houve de Vitória da Fonseca, mulher solteira, um filho de nome Francisco Joaquim, que educara, criara e tratara por seu filho em sua própria casa, à vista de toda a sua família, reconhecendo-o como tal no instrumento e escritura que juntara, e posto que de seu legítimo matrimônio existisse uma única filha e universal herdeira, sem sucessão até o presente, contudo desejando legitima ao dito seu filho natural, por ter recebido dele boas obras e serviços, o legitimara, sem prejuízo de sua legítima herdeira e de sua sucessão na conformidade das cláusulas do referido documento... Hei por bem o legitimar e habilitar e que ele haja e possa haver todas as honras, privilégios e liberdades que de fato e de direito haver poderia se de legítimo matrimônio nascido fora e que possa haver e herdar os bens e fazendas do dito seu Pai... Outrossim quero e outorgo que por esta legitimação o dito Francisco Joaquim haja Nobreza e privilégios dela... Lisboa, 2 de outubro de 1789". — Vilas Boas na sua "*Nobiliarquia Portuguesa*" escreve que os bastardos "gozam sem dúvida alguma da nobreza de seus pais e podem usar armas e apelidos nobres de seus avós", trazendo estas armas com quebra de bastardia.

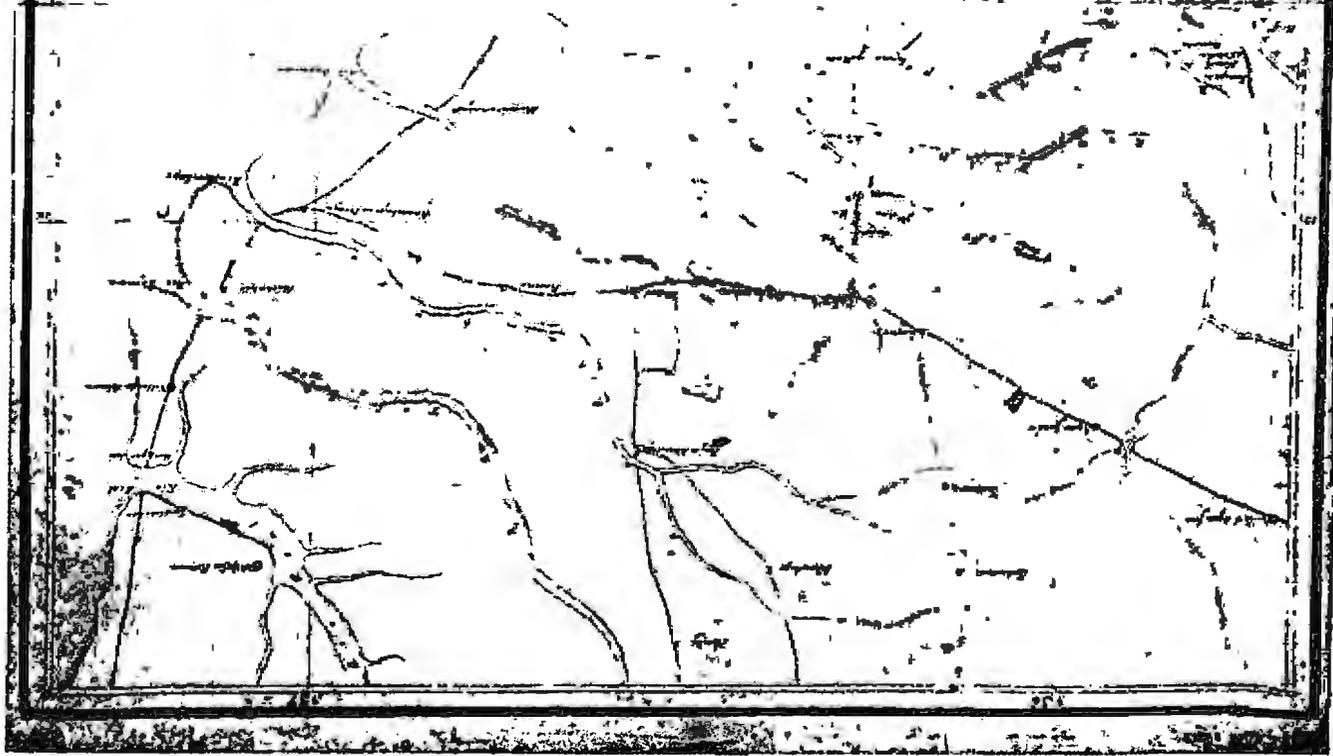
(2) O despacho inicial ao pedido do Brigadeiro Manuel de Lima Pereira foi dado pelo juiz de fora e de órfãos Francisco Carneiro de Campos, em 4 de dezembro de 1818.

(3) Certidão extraída do inventário de Antônio da Rocha Pita — inventariante seu genro Francisco Antônio de Argolo Queirós (pai do Conde de Passé) — de uma das verbas do testamento do inventariado que dizia "declaro que possuo o Engenho das Pindobas". O Engenho Pindobas e o engenho Sapucaia eram partes do acervo de Simão da Fonseca Pita e, ao que parece, paralisado o inventário e sem se haver feito partilha, ficaram os dois sobrinhos, a quem este deixara por herdeiros, com os engenhos Caboto e Carnaibuçu — o Capitão-mor Cristóvão, e com Sapucaia e Pindobas — Antônio da Rocha Pita.

(4) Esta alegação de posse de cavalos de estrebaria como prova, senão de nobreza, de superior categoria social buscava fundamento em costumes e leis antigas. No quinto livro da "Ordenações Filipinas", título 138, que trata — "das pessoas que são excusas de haver pena vil" se mencionam os escudeiros de prelados e fidalgos e "de outras pessoas que costumam trazer escudeiros a cavalo, ora o cavalo seja do escudeiro, ora de seu Senhor", "as pessoas que provarem que costumam sempre ter cavalo de estada em sua estrebaria, e isto posto que peões ou filhos de peões sejam". — Ainda no livro segundo, título 60, se exigia para que gozassem de privilégios os cavaleiros tivessem eles armas e cavalos de "estada" (de estrebaria), "para o que a sua honra e nosso serviço comprir" e "aquele a que morrer o cavalo será obrigado a comprar outro dentro de seis meses". — Também a Ordenação, livro terceiro, título 36, § 23 decretava a impenhorabilidade dos cavalos dos Fidalgos, Cavaleiros e Ministros.

(5) Tal o tumulto e morosidade do inventário, que muitos bens foram avaliados duas vezes — em 1811-1812 e em 1838. — Acusavam-se os herdeiros reciprocamente. Um deles, Manuel Davi, imputava a outro, Cristóvão, haver recebido e vendido um grande lote de gado da fazenda Pajeú.

(6) Em 1836 o herdeiro Cristóvão da Rocha Pita requer uma vistoria no engenho para testemunhar as danificações feitas ao tempo em que esteve na administração com o depositário Antônio Joaquim de Castro Coelho. Realizou-se a diligência em 30 de dezembro de 1836 e verificou-se haver 25 tarefas de pasto sem uma só estaca nem vara e 59 tarefas com cercas todas arruinadas. — Parece que o Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita em certa ocasião vendera o engenho Pitanga e arrematara o engenho Carnaibuçu e o engenho São Brás.





“Carta Hitopográfica da Comarca da Bahia” da Mapoteca do Itamarati, em que se vê assinalado o “Engenho Freguesia” com a indicação “Caboto”.

O CONDE DE PASSÉ ADQUIRE O ENGENHO FREGUESIA E O RESTAURA



HEGARA o inventário ao seu último termo — a partilha (a reforma final é datada de 18 de janeiro de 1845) — quando um novo representante dos parentes legítimos do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita e de Simão da Fonseca Pita surgiu com embargos de nulidade por compreender a dita partilha bens que não eram do casal.

O Barão e futuro Conde de Passé, neto de Antônio da Rocha Pita e sobrinho-neto do Capitão-mor Cristóvão, em 26 de setembro

de 1845, pede ao Juiz a anulação da partilha. Alega ser herdeiro de suas finadas tias e mãe, sucessoras estas de seu avô Antônio da Rocha Pita e que, no testamento com que se finara, Simão da Fonseca Pita instituíra por seus únicos e universais herdeiros a seu dito avô e ao irmão deste o Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita; que sendo o Capitão-mor inventariante jamais concluíra o inventário, nem fizera partilha, aumentando a dívida que à Santa Casa de Misericórdia estava obrigado o testador. O Coronel Manuel de Lima Pereira por cabeça de sua mulher Maria da Rocha Pita, filha daquele Antônio da Rocha Pita, tomando conta do Engenho Sapucaia vira ir à praça este engenho para pagamento daquela dívida em garantia da qual estava hipotecado. Surgiram então grossas questões e se foram deteriorando os bens em consequência de entrarem na posse deles “os que se diziam filhos e netos” do Capitão-mor, os quais organizando a partilha no inventário deste, “ocultaram o empenho do casal quanto àquela dívida e a meação

devida aos representantes de Antônio da Rocha Pita pelo que nula era a dita partilha por compreender bens que não eram do casal”.

Passé esgotou os recursos judiciários para alcançar seu propósito, perdendo na Relação o agravo que interpusera.

E fez-se a partilha do “Engenho Freguesia”, inclusive as terras do “Caboto”, e das fazendas do sertão em 1845, trinta e seis anos após a morte do inventariado!

Muitos foram os herdeiros do ramo legitimado que receberam terras de Freguesia-Caboto, sendo a fábrica e a casa de vivenda aquinhoadas a Salvador da Rocha Pita.

Não havendo logrado ganho de causa à sua pretensão de anular a partilha, o Barão, futuro Conde de Passé, passou a comprar aos vários herdeiros as terras do “Freguesia”, tendo adquirido o “casco” do engenho, casa e capela em 26 de fevereiro de 1848 e as terras em diversas épocas.

Reunidas várias glebas, reintegrou-se a área das duas antigas propriedades “Caboto” e “Freguesia”.

Fábrica, casa de vivenda e capela restauraram-se, postas no último apuro.

Para fazer um apanhado descritivo da fábrica e suas transformações, assim como do “sobrado” e seu mobiliário, capela e alfaia, possuímos felizmente quatro documentos, que são duas avaliações no inventário do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita em 1811-1812 e 1838; a avaliação no inventário da esposa de Passé em 1856, e do próprio Passé em 1877.

Antes, porém, de fazer com estes guias uma visita retrospectiva ao “Freguesia”, cabe-nos dar alguma notícia do novo dono.

Além de sua ascendência, Rocha Pita, neto do segundo Antônio da Rocha Pita, contava antiga prosápia por via de Argolos.

Antônio da Rocha Pita — o segundo — (irmão do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita) filho de Francisco da Rocha Pita e de sua primeira mulher Rosa Maria Falcão, casou-se com Inácia Pereira de Macedo (Jaboatão diz Inácia Marinho) e teve filhos:

— Antônia Teresa de Sá Pita casada com Francisco Antônio de Argolo e Queirós e que faleceu com testamento no Engenho Pindobas em 28 de agosto de 1836, mãe do Conde de Passé.

— Catarina Josefa de Araújo Pita que se casou com o Brigadeiro Jerônimo Muniz Fúza Barreto; tia e sogra do conde de Passé.

— Francisca da Rocha Pita.

— Maria da Rocha Pita que se casou com o Brigadeiro Manuel de Lima Pereira, com descendência.

— Inácia Pereira de Macedo Pita.

Antônia Teresa de Sá Pita, que tirava o apelido de Sá de sua tia Francisca da Rocha Pita, casada com Antônio Gomes de Sá, filha de Antônio da Rocha Pita e de Inácia Pereira de Macedo ou Marinho, casou-se em Matoim a 5 de setembro de 1786 com Francisco Antônio de Argolo e Queirós (falecido a 22 de setembro de 1800), filho de Paulo de Argolo e de sua mulher Leonor Antônia de Queirós, e deste casamento nasceram:

— Paulo de Argolo da Rocha Pita, nascido em 1790 e falecido depois de 1844.

— Antônio Bernardino da Rocha Pita e Argolo, nascido em 1793 (Conde de Passé).

— Josefa Maria Pita de Argolo e Queirós, nascida em 1788, casada com Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque e falecida sem descendência.

— Maria José Pita de Argolo e Queirós, nascida em 1789, que se casou com seu primo José Alves dos Santos Lima Pita (já falecido em 1833) e tiveram um filho — Manuel de Lima.

Pelo costado paterno a família do Conde de Passé tinha origens contemporâneas da fundação da Cidade do Salvador.

“Rodrigo de Argolo — informa Jabotão — foi um nobre castelhano que passou à Bahia no princípio de sua fundação e nela casou com Joana Barbosa Lobo, uma das três irmãs órfãs, filhas de Baltazar Lobo de Sousa que faleceu na carreira da Índia, as quais três irmãs, com outras mais, também órfãs e filhas de pessoas nobres, mandou a Rainha D. Catarina, mulher do Sr. Rei D. João III, no ano de 1551, na armada de que era Capitão de Mar e Guerra Antônio de Oliveira Carvalhal, que foi o primeiro Alcaide-mor da Bahia, e vieram entregar estas órfãs ao Governador Tomé de Sousa, recomendando El-Rei e a rainha ao dito Governador casasse as tais donzelas com as pessoas principais que houvesse na terra e assim com o tal Rodrigo de Argolo, acima, que nesta ocasião, com o Governador Tomé de Sousa, ou na própria armada de Oliveira, veio à Bahia, casou o Governador Joana Barbosa, a qual e suas duas irmãs, dizem as memórias que delas tratam, eram sobrinhas do Conde de Sortela” (1).

Foi este Rodrigo de Argolo Provedor da Alfândega da nova Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, por mercê do Sr. Rei D. João III, por casar com a sobredita Joana Barbosa, da qual teve os seguintes filhos:

- 1 — *Paulo de Argolo* que se segue.
- 2 — Inês, mulher de Jácome Raimundo, falecida a 14 de setembro de 1605 e sepultada em São Francisco.
- 3 — Ana de Argolo, mulher de João de Brito, sem filhos. Foi também, ao que parece, esposa de Gabriel Soares de Sousa, o cronista, geógrafo e sertanista.
- 4 — Maria de Argolo, casada com Antônio Ribeiro.

Paulo de Argolo (faleceu a 12 de janeiro de 1619), filho de Rodrigo de Argolo, castelhano, e de sua mulher Joana Barbosa Lobo, foi Provedor da Alfândega da Bahia e casou com Felícia Lobo, sua prima, filha de Gaspar de Barros Magalhães e de sua mulher D. Catarina Lobo de Barbosa e Almeida; e era a dita Felícia Lobo sobrinha de Joana Barbosa, mãe do dito Paulo de Argolo e mulher de Rodrigo de Argolo, castelhano. A dita Felícia Lobo era já viúva de Pedro Dias, mercador rico. De Paulo de Argolo teve os seguintes filhos:

- 1 — Joana de Argolo que se casou duas vezes, a primeira com o Desembargador Francisco Subtil de Siqueira, a segunda com o Dr. Sebastião Parui de Brito, de quem houve descendência. Faleceu a 18 de janeiro de 1626 e foi sepultada em São Francisco.
- 2 — Paulo de Argolo, batizado na Sé a 7 de junho de 1601, casou a 25 de novembro de 1621 com Micia Lobo de Mendonça, filha de Egas Munis Barreto e sua mulher Águeda de Lemos.
- 3 — *Rodrigo de Argolo* que se segue.

Rodrigo de Argolo filho de Paulo de Argolo e de sua mulher Felícia Lobo, casou no Socorro, em junho de 1642, faleceu em 1665. Casou com Isabel Pereira Magalhães, filha do capitão André Padilha e sua mulher Maria Rangel, e tiveram os seguintes filhos:

- 1 — Rodrigo de Argolo, clérigo de ordens sacras, batizado em Jaguaripe a 30 de abril de 1643.
- 2 — Francisco de Padilha.
- 3 — *Paulo de Argolo* que se segue.

- 4 — Felícia Lobo, batizada a 19 de novembro de 1647.
- 5 — Mariana Pereira, religiosa, batizada a 5 de junho de 1649.
- 6 — Ana de Argolo, casada com o cap. Antônio Moreira de Meneses, batizada a 19 de fevereiro de 1650.
- 7 — Joana Teles de Meneses, casada com o licenciado Bartolomeu Soares, sem filhos, batizada a 9 de março de 1654.
- 8 — Paulo que faleceu aos 10 anos, batizado a 20 de agosto de 1654.

Paulo de Argolo filho de Rodrigo de Argolo e de sua mulher Isabel Pereira de Magalhães, batizado no Socorro a 30 de maio de 1646, casou-se em Copacabana a 18 de fevereiro de 1692 com Inês de Gusmão, filha de Miguel Rodrigues de Gusmão e de sua mulher Maria de Sousa, e teve os seguintes filhos:

- 1 — José de Argolo de Gusmão que faleceu solteiro.
- 2 — Joana de Argolo casada com João Pereira Barbosa.
- 3 — *Paulo de Argolo* que se segue.
- 4 — João de Teive e Argolo casado com Ana Joaquina Marques de Almeida, batizado na capela de Cinco Rios a 6 de setembro de 1711 e falecido em 1771.

Paulo de Argolo filho de Paulo de Argolo e de Inês de Gusmão, senhor do engenho Cinco Rios, casou com Leonor Antônia de Queirós, filha de Antônio Gonçalves da Rocha, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Capitão que foi da fortaleza de Itaparica, a qual reedificou à sua custa, e sua mulher Luísa de Queirós Araújo. Faleceu sem testamento a 21 de julho de 1779, aos 71 anos de idade, e teve os seguintes filhos:

- 1 — Miguel Jerônimo de Argolo e Queirós, maior de 23 anos em 1779.
- 2 — José Joaquim de Argolo e Queirós, alferes da guarnição da Bahia em 1779, e tenente-coronel em 1818.
- 3 — *Francisco Antônio de Argolo e Queirós* que se segue.
- 4 — Paulo de Argolo e Queirós, nascido em 1760 e já casado em 1779; faleceu em 26 de maio de 1816.
- 5 — Luísa Clara de Argolo e Queirós, casada com o Desembargador Bernardino Falcão de Gouveia, viúva em 1779 e já falecida em 1814.
- 6 — Francisca Clara de Queirós e Argolo casada com Paulo de Argolo Teive.

- 7 — Maria Luísa de Queirós Argolo, menor de 23 anos em 1779 e casada com José Joaquim de Teive Argolo.
- 8 — Inês de Queirós e Argolo, religiosa, menor de 23 anos em 1779.
- 9 — Leonor Antônia de Queirós e Argolo, menor de 17 anos em 1779.
- 10 — Ana Maria do Nascimento, falecida em 1779 com menos de 17 anos.
- 11 — Clara de Queirós e Argolo, menor de 14 anos em 1779, religiosa.
- 12 — Antônia de Queirós e Argolo, menor de 13 anos em 1779 e casada com seu sobrinho Joaquim Bernardino Falcão de Gouveia.
- 13 — Mariana Teresa de Queirós e Argolo, menor de 12 anos em 1779, casada com o sargento-mor Gaspar José de Matos Ferreira de Lucena, sendo já em 1818 falecido seu marido.
- 14 — Maria Rosa de Queirós e Argolo, menor de 23 anos em 1779, casada com Luís de Bitencourt Berenguer Cesar, viúva em 1818.

O Tenente-Coronel *Francisco Antônio de Argolo e Queirós*, filho de Paulo de Argolo e de sua mulher Leonor Antônia de Queirós, nascido em 1758 e falecido em 22 de setembro de 1800, casou-se com Antônia Teresa de Sá Pita, filha de Antônio da Rocha Pita (já falecido em 1786) e sua mulher Inácia Pereira de Macedo. Casou-se na freguesia de Matoim, e teve o Conde de Passé e seus irmãos.

*
* *

Passé ia destacar-se de entre os irmãos e do próprio ambiente paterno. Com trabalho, diligência e habilidade, aliados aos dotes e heranças que lhe advieram, reuniria a maior fortuna de seu tempo e uma das maiores em todos os tempos na Bahia. (2).

Não foi, entretanto, um simples acumulador de cabedais, a estender domínios e multiplicar engenhos — tinha grandiosidade, tratava-se com luxo, colaborava na política e, quando moço, servira sob as armas.

Muito jovem ainda, lhe morrera (1800) o pai que não primava pelas virtudes de economia, pois, recebendo boa herança e trazendo-lhe a esposa Antônia Teresa de Sá Pita o engenho Pindobas por

dote, não soubera gerir tais bens, ou o que melhor soube foi criar débitos que com sua morte avultavam num como chover de habilitações e justificações de dívidas de toda espécie.

Nada deixou à mulher e filhos porque devia muito mais do que valiam os bens do acervo, que teriam de ser entregues aos credores se o futuro Conde de Passé, ainda uma criança, não se dispusesse a tudo fazer para desempenhar o casal e o bom nome paterno. Deixou os estudos e se recolheu aos engenhos, trabalhando noite e dia até salvar a fortuna dos seus, libertando-a de execuções ruinosas. A verba do testamento de Antônia Teresa, em que reconhece esses serviços do filho, é digna de ser lembrada: — “a terça . . . lego a meu filho Antônio em contemplação ao seu grande amor, desvelo, trabalho e boa agência com que me tem ajudado desde a idade de doze anos na administração e desempenho de todo o casal benefício e utilidade minha e de todos os mais filhos e em tanta forma que até os lucros a ele pertencentes de meações de açúcar provenientes de um pecúlio que lhe fiz em dois escravos e uma plantação principiada com que por força de sua indústria e viveza no trabalho, chegou a comprar quatorze escravos e trinta bois; estes mesmos lucros, escravos e bois incorporou ao Engenho para mais facilidade do desempenho das dívidas do casal”.

Em 1822 abandona a administração dos engenhos e se incorpora ao Exército Libertador, chamado “Pacificador” fazendo toda a campanha da Independência. Tinha por companheiro o primo Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, futuro Barão de Cajaíba. Ganhou então a condecoração de que mais devia envaidecer-se — a Medalha da Restauração da Bahia.

Há tradição de, ao partir para a guerra, haver recolhido a prataria, a baixela, em grandes caixões que fez mergulhar à noite, às escondidas, no tanque do engenho.

Quinze anos depois, quando os proprietários, os fidalgos do Recôncavo, quiseram, por assim dizer, repetir as façanhas da Independência, Passé, com seus parentes, encontrou-se em Pirajá entre as forças legalistas, no cerco à Cidade dominada por Sabino Vieira.

Foi Comandante Superior da Guarda Nacional, político influente, requestado por ambos os partidos de então, relacionado com Presidentes e Comandantes das Armas. Dava grandes funções nas suas casas da Cidade, e botadas e festas de orago nos seus engenhos.

Os jornais do tempo registraram o baile que ofereceu a Andréa, futuro Barão de Caçapava, em 1846, e outro em 1856 a que se

atribuiu o objetivo de conciliar o Presidente Tibério Moncorvo com Gonçalves Martins, futuro Visconde de São Lourenço.

Tornaram-se famosas as festas de Santo Antônio em Pindobas, como tinham sido falados os aniversários em Matoim (3).

Quando da viagem do Imperador e da Imperatriz à Bahia, foi um dos senhores de engenho que se prepararam para hospedar SS. MM. em seus solares. É dessa ocasião o aparelho de louça com as armas imperiais em ouro que adquiriu para o engenho "Freguesia" e serviço dos soberanos que, entretanto, não visitaram aquela zona, mas só o Iguape (Engenho-Novo de Pedreira Geremoabo) e Santo Amaro (Engenho São Lourenço, do futuro Visconde de São Lourenço).

Casou-se o futuro Conde de Passé a 2 de fevereiro de 1831 com sua prima Maria Luísa Munis Barreto (batizada a 10 de abril de 1810 e falecida a 26 de setembro de 1838), filha de sua tia materna Catarina Josefa de Araújo Pita e do Brigadeiro Jerônimo Munis Fiúza Barreto, nascendo deste consórcio dois filhos: Francisco Antônio da Rocha Pita e Argolo, Visconde de Passé (nascido a 12 de dezembro de 1831) e Antônia Teresa de Sá Pita e Argolo (nascida a 16 de janeiro de 1834) Baronesa de Cotegipe.

Foi o sogro do Conde de Passé — o Brigadeiro Jerônimo Munis Fiúza Barreto — baiano de alto relevo nos tempos coloniais e nos começos do Brasil independente. Na guerra de 1822-1823, escolhido para comissário geral do exército pacificador, não pôde aceitar o encargo e honraria por motivo de moléstia (*). Alguns anos antes em 1816 por sua coragem e prontidão brava na resistência a gravíssima rebelião de escravos, passou a ver o seu nome ligado ao título que lhe confiou a fama de "*Salvador do Recôncavo*" (5).

Os escravos de alguns engenhos da Vila de São Francisco — Crauaçu, Guaíba — depois de um grande batuque "reunidos e armados marcharam a atacar e incendiar os engenhos mais próximos". Não obtendo aliciar os escravos de Cassarangongo, de Salvador Munis, entraram em luta com estes havendo ferimentos, e ali incendiaram as casas de fábrica, bagaço e senzalas, feito o que, partiram para Quibaca do então coronel Jerônimo Munis Fiúza Barreto, onde lançaram fogo nas varandas da casa do engenho. Diz um cronista que Jerônimo Munis — "compreendendo o perigo do incêndio e as vozerias dos amotinados que denunciavam um levante, teve a coragem de abandonar a esposa em desmaio e os filhos em pranto para sair ao encontro dos pretos cujo número se elevava aproximadamente a duzentos, unicamente com vinte homens bem

armados, empregados e escravos dos mais fiéis, e dirigiu o ataque de tal modo que os rebeldes se atemorizaram e fugiram recolhendo-se aos matos próximos”.

O Conde de Passé, além dos que por si tantos prestara, podia envaidecer-se de serviço público de tanta valia do tio e sogro; como teria mais tarde ufania dos do filho — Visconde de Passé — que com seu auxílio monetário aquartelou e fardou todo o batalhão da guarda nacional, de que era comandante, e se o não conduziu aos campos de batalha, com ele se incumbiu do policiamento da Cidade enquanto durou a Guerra do Paraguai.

Voltemos, entretanto, às informações relativas ao “Engenho Freguesia”.

Notas do capítulo:

(1) Afonso Costa em artigo publicado no *Jornal do Comércio* de 29 de julho de 1945 levanta fundadas dúvidas sobre estas informações do “Catálogo Genealógico” acerca de Rodrigo de Argolo e sua mulher.

(2) Em 1856, quando se fez o inventário dos bens deixados por sua mulher, a fortuna de Passé ascendia a 1.400:000\$000. Era um grande senhor territorial de sete engenhos moentes e correntes: — Pindobas, Cabaxi, Pinheiro, Sapucaia, Feliz, União, Matoim, Novo Caboto ou Freguesia — 8.428 tarefas de terras, 765 escravos, avaliados estes em 629:300\$000. Em 1823 Passé arrendara o engenho Pindobas, que viria a ser sua propriedade. Pelo falecimento do sogro herdou o engenho Pinheiro.

(3) “Fui hoje de tarde às Pindobas, engenho do Antônio da Rocha Pita e Argolo, que deu hoje uma grande festa pelo batizado de seus filhos. Fui só ver aquilo e como não vi nada, não estimei muito o passeio (Guaíba, 26 de dezembro de 1835, diário de Antônio Ferrão Munis, manuscrito em poder do Dr. Mario Torres). — “No dia 20 houve aniversário natalício em Matoim: houve numerosa reunião, estive o Sr. Martins e sua família, eu e minha senhora, cel. Sampaio e sua família, o Sr. Tito e sua senhora, e muitas mais pessoas. Passaram-se alegremente três dias”. (Carta de Wenceslau de Almeida a João Maurício Wanderley, futuro Barão de Cotegipe, 29 de maio de 1856).

(4) Vide nota de Títara ao seu poema “Paraguaçu”, in *Rev. Inst. Hist. da Bahia*, vol. 48, pág. 156.

(5) Vide Eduardo A. de Caldas Brito, “Levantes de pretos na Bahia” in *Rev. Inst. Hist. Bahia*, vol. 10º, nº 29, pág. 84. — Jerônimo Munis Fiúza Barreto, nascido em 1761 e falecido em 1º de novembro de 1830 (sepultado na desaparecida capela do engenho Quibaca) era neto do Sargento-mor João Lopes Fiúza, cujo inventário (1740), guardado no Arquivo Público da Bahia, contém as mais valiosas informações sobre a época colonial.



"Telheiro" do "Engenho Freguesia"

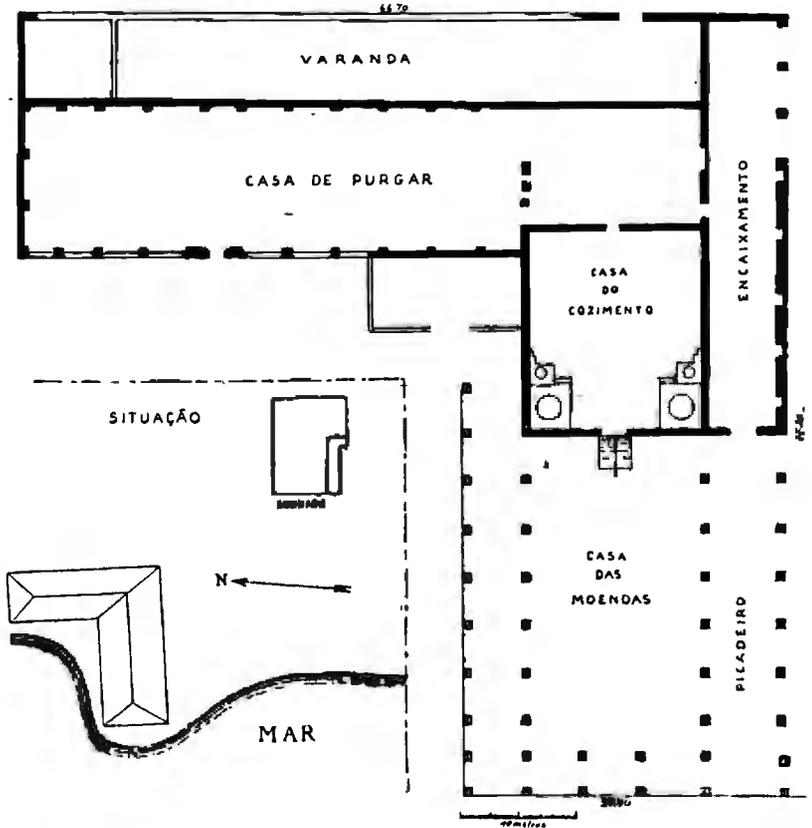
(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



*Madeiramento do telhado e pilares do "telheiro" do
"Engenho Freguesia"*

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)

ENGENHO FREGUESIA
SALVADOR - DISTRITO DE MATOIM
(de uma planta do SPHAN)



Planta do telheiro do "Engenho Freguesia"



*Pinturas murais da sala de jantar do sobrado do
"Engenho Freguesia"*

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)

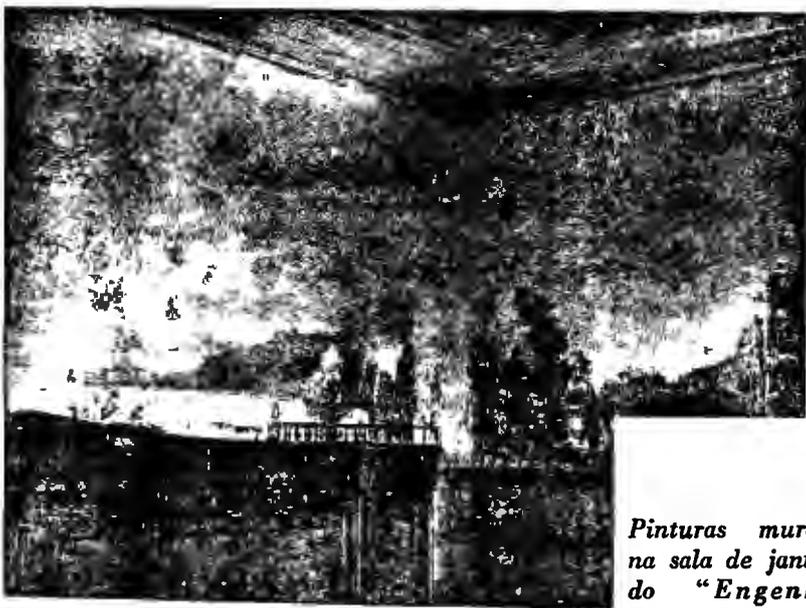


Pinturas murais da sala de jantar do sobrado do "Engenho Freguesia". Peças do antigo mobiliário inclusive um aparador dos arrolados inventário de 1877, "seis aparadores de vinhático, inclusive um de canto — 90\$000".

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



Pinturas murais na sala de jantar do "Engenho Freguesia".



Pinturas murais na sala de jantar do "Engenho Freguesia" e re-

manescentes do mobiliário arrolado no inventário de 1877 — "um aparador de vinhático composto de cinco armários e portas de madeira — 100\$000"; "seis aparadores de vinhático, inclusive um de canto — 90\$000".

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)

TERRAS DE “FREGUESIA - CABOTO”



M curso o inventário do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita, realizou-se a medição das terras de “Freguesia” que, reunidas às de “Caboto”, deram um total de duas mil e vinte e sete tarefas, (mais de mil hectares), avaliadas em 50:328\$000, e mais a fazenda Cas-senda, com duzentas e cinquenta e duas tarefas em 3:024\$000.

Em 1837 procedeu-se à continuação e ratificação da medição pela qual nos certificamos que, ao tempo da partilha, a superfície de

“Freguesia”, com a adição das terras de Caboto, era de duas mil duzentas e oitenta e seis tarefas, uma das maiores áreas então reservadas a um só engenho no Recôncavo da Bahia.

Quando morreu o Capitão-mor em 1809, já não moía o engenho Caboto, e suas terras faziam parte de “Freguesia”.

O sobrado e a capela de Caboto, começados, muito provavelmente, por Simão da Fonseca Pita, antes de 1760, quando veio a falecer, estavam no estado em que os descreve a primeira avaliação (10 de novembro de 1812): “uma casa feita de pedra e cal ainda por acabar com uma parede de um lado e outra divisória em altura de vigamento e com seu prospecto de nobreza com algumas pedras carcomidas das mesmas paredes — dois contos de réis. Uma capela de celebrar missa feita de pedra e cal com sua escada de cantaria na frente, com capela mor, sacristia, púlpito e coro bastante arruinada — trezentos mil réis” (1).

Numa petição de embargos de maio de 1822, existente no inventário, lê-se que ao tempo do Capitão-mor não havia moente e

corrente, mais do que um engenho, sem separação as terras de Caboto e “Freguesia”.

Parece que Cristóvão da Rocha Pita reconstruía o “Engenho Freguesia”, pois aí se lê: “de sorte que fazendo (o Capitão-mor) o Engenho existente que denominara da Freguesia, por se achar muito velho o que dantes havia com a denominação de Caboto, deste se tiraram os cobres e mais acessórios para aquele, ficando o tal Caboto de fogo morto e sem préstimo algum” e o peticionário continuava — “pertencendo todas as terras a um só engenho, por nunca se terem possuído com separação e sendo só o existente o da Freguesia, jamais dele se podem separar terras algumas até pelo disposto no citado alvará de 21 de janeiro de 1809”.

Se aquela era uma casa inacabada, outra antiga e desaparecida existira, em Caboto, residência dos proprietários, e da qual era vestígio — “um viveiro com sua represa de terras e dois sangradouros — um conto de réis”, segundo a avaliação de 1812, ou conforme diz a de 1832 — “no sítio onde houve um viveiro pertencente ao dito Engenho do Caboto, somente existe o sangradouro, estando tudo o mais destruído”.

O engenho propriamente dito (a fábrica) do Caboto era descrito em 1812 “um corpo de engenho de fazer açúcar caído, de que só restam os pilares e parte do cobrimento da casa de caldeiras, cujos fogões se acham arruinados, e uma casinha que podia ser de feitor feita de pedra e cal debaixo do mesmo cobrimento do engenho e um cais de alvenaria em toda a extensão do mesmo corpo do dito Engenho — seiscentos mil réis. As paredes da casa de purgar, alambique e casa de caixaria, tudo carcomido e deteriorado — trezentos mil réis” (2).

Em 1856, quando se fez o inventário da esposa do Conde de Passé, as terras foram assim descritas e avaliadas: “todas as terras deste engenho Novo Caboto que contêm mil setecentas e sessenta e quatro tarefas que avaliaram à razão de quarenta mil réis cada uma tarefa e todas por 70:560\$000”.

Passé ainda não tinha completado as aquisições com que constituiria a grande área de “Freguesia” e Caboto reunidos.

Quando foi do inventário de 1877, a descrição-avaliação registrou: “terrenos de cultura compreendendo algum massapê e salões produtivos, trabalhados, encapoeirados, a trinta mil réis cada uma tarefa, ficando o valor total dependente de medição — 35:700\$000. Todos os terrenos descobertos e próprios para pastos avaliados a

déz mil réis cada uma tarefa ficando o valor total dependendo de medição — 10:560\$000”.

E a medição deu duas mil duzentas e quarenta e seis tarefas ou sejam cerca de mil oitocentos e setenta e um hectares, não computadas anexações posteriores.

Em pedir e obter sesmarias houve sempre certo espírito ganancioso, tendência à extensão e largueza de domínios.

A primeira ocupação da terra foi latifundiária no sentido do senhor dominar, ter por sua, uma quantidade de terras que não ia ser toda ela economicamente aproveitada, característica mais acentuada nas terras “do sertão” pedidas para criação de gado.

No Recôncavo, nas terras dadas para o plantio de canas, o malefício antieconômico do latifúndio se corrigiu com a formação de núcleos de associação da indústria com a lavoura. As terras que o proprietário não lavrava diretamente, dava-as em arrendamento ou mesmo as vendia em “fazendas obrigadas”. O engenho era um centro de convergência do trabalho agrícola de muitos dentro da primitiva sesmaria de um só.

A necessidade de lenhas também justificou a utilização de uma grande área para cada engenho. Quando porém as matas foram consumidas, os grandes engenhos abandonaram extensas zonas inaproveitadas, sem proveito econômico imediato (3).



Notas do capítulo:

(1) Na avaliação de 1832 é esta a descrição — “uma casa de sobrado de vivenda principiada e não acabada feita de pedra e cal e... (continua? nenhuma?) parede de um lado e outra divisória em altura do cobrimento e as inais paredes na altura do vigamento com portais de cantaria na entrada e escada de pedra que sobe para a casa cujas paredes se acham carcomidas do tempo — um conto de réis. Uma capela de celebrar missa feita com paredes de pedra e cal coberta de telhas com um coro, porta e duas janelas à frente da escada de cantaria que dá entrada, tudo arruinado tanto na capela como na escada — duzentos mil réis”.

(2) Estas ruínas da casa da fábrica de "Caboto" estavam reduzidas em 1832 a "dezoito pilares feitos de pedra e cal que restam do Engenho Caboto, com vestígio de casa de purgar, tendo os pilares desaprumados e outros caídos e a um lado cais feito de pedra e cal — duzentos mil réis".

(3) A boa estação trouxera ótima safra em 1835 — "creio, porém, senhores, que já começa a desandar a *grande*, e a medrar a *pequena* cultura das canas. Nenhum engenho de largas dimensões, a não ser dividido poderá sustentar-se em breves anos sem o socorro de companhias. O da Cutinga, por exemplo, essa vasta propriedade de nosso consórcio o Sr. Barão de São Francisco não continuará por muito tempo a fazer como em 1833 e 34 a boa safra de 652 caixas de açúcar com o peso de quase 30.000 arrobas. Mas em compensação aumenta-se diariamente o número dos pequenos engenhos, cujos trabalho miúdo irá talvez conservando a produção no pé em que a vemos hoje". — Discurso de Miguel Calmon (Abrantes) na assembléa de 31 de janeiro de 1836 da Sociedade de Agricultura — Vide *Jornal da Sociedade de Agricultura*, nº 2, pág. 10. — Vilhena define "entende-se por engenho em rigor uma sorte de terras lavradas e de matos que tem uma, duas, três, quatro e mais léguas de extensão. Dividem-se as terras lavradas em diferentes sortes; a maior sorte porém reserva o dono para a sua cultura e arrenda as mais, a que chamam fazendas, a diversos lavradores, com porção de matos competentes para as abegoarias e criação de algum gado, se para isso têm capacidade. As terras de cultivar divide cada lavrador em duas partes, uma para plantação de canas outra para pastos do seu gado de trabalho, o que também faz o senhor de engenho, rodeando-as cada uma de cercas extensíssimas de paus a pique com cancelas nas serventias, e isto para que não saiam os gados que nunca aqui têm pastor". (*Cartas Soteropolitanas*, vol. 1, págs. 181/182).

A FÁBRICA



O tempo de Gabriel Soares (1584) o engenho era movido por bois — “engenho de Sebastião de Faria de duas moendas que lavram com bois”.

A *almanjarra* primitiva, modificada, ampliada, substituída (salvo quando em épocas de fogo-morto jazeu parada ou mesmo apodrecida) rangeu rodando as moendas até cerca de 1850, quando o trabalho tomou outra celeridade e movimento, ruído e alegria com o bufar, bater e rodar e apitar da máquina a vapor ⁽¹⁾.

Não sabemos porque as avaliações de 1811 e 1832 não mencionam a máquina propulsora, a aparelhagem de moer ou espremer a cana, sendo, entretanto, tão minudentes e enumerativas no que concerne ao cozinhamento e secagem do açúcar. Há todavia na parte do gado uma referência — “34 bois e 43 cavalos de roda da moenda” (860\$000) e “mais oito incapazes de serviço” (80\$000).

De um engenho de cavalos nos fins do século XVIII na Bahia há de Vilhena uma descrição que, à falta da que estimaríamos encontrar daquele cuja história relatamos, bem pode servir-nos por analogia. Escreveu Vilhena: “se o engenho mói com cavalos costuma ter quatro almanjarras em que se empregam oito cavalos que são mudados de três em três horas; e aqui vemos que necessita de 64 cavalos; porque o que fez aquele trabalho o não pode repetir dentro de 24 horas, pena de ficar estropiado dentro em pouco tempo; destes 64 uma terça parte está ordinariamente inábil tanto pelo violento trabalho em que incessantemente lhes cai em cima

uma chuva de azorragues, como pelo mau trato comendo sempre verde apanhado a dente, e de noite alguns olhos de cana que lhes picam; isto é só para os que hão de trabalhar de noite, além de que eles nos pastos se estropiam mutuamente a coices e dentadas. Alguns engenhos tinham apenas três almanjarras só, precisando 48 cavalos para as 24 horas" (2).

Um engenho destes tinha uma capacidade de moagem de 12 a 16 carros em 24 horas.

Vejamos o que nos dizem as avaliações a respeito da *casa da fábrica* (3).

Somados os elementos descritivos da avaliação de 1832, não mencionados na de 1811, aos desta, podemos reconstituir o edifício do engenho no princípio do século XIX: uma grande casa de paredes de alvenaria, assentada a cobertura de telhas sobre 22 pilares dobrados, com *varanda* em roda, sustida por esteios, a cobrir os *picadeiros* de pedra e cal, ou sejam os depósitos das canas que os carros vêm trazendo para a moagem e de onde são retiradas para ser lançadas à moenda. Desdobra-se a construção em *casa de caldeira* com suas *fornalhas*; *casa de purgar* onde se recolhe o açúcar nas *fôrmas*; *caixaria* onde se pesa e se encaixa o açúcar, com quatro *balcões* ou grandes tabuleiros que sobre rodas e trilhos saem com o açúcar ao sol a secar; o *sobradinho* ou palanque de onde o mestre de açúcar assiste e superintende o cozinhamento, o atizador dos bois ou cavalos os fustiga com manguais ou ferrões, e o senhor, às vezes com a família, vem gozar do espetáculo de sua fábrica a laborar; o *curral* calçado de pedras para os animais da roda; *estrebaria* para os cavalos de serviço e os de luxo do senhor e demais gente do "sobrado"; o *cais* de pedra e cal em toda a extensão de uma das varandas, indo ter ao mar (4).

Entremos agora por aquelas casas de *caldeira* e *purgar* e *caixaria*. Eis a relação de "cobres" cuja avaliação constaria da certidão do peso, junta ao inventário em 1811: "dois paróis grandes, dois ditos de caldo quente, um dito pequeno de escumas, duas caldeiras, duas bacias, oito tachas, mais uma tacha, um parol pequeno, uma repartideira, dois reminhóis, duas escumadeiras, duas pombas, uma passadeira e cinco candeias — avaliada cada uma libra pelo que constar da certidão do seu peso que se juntará ao inventário".

Já em 1832, ao que parece, algumas peças antigas de cobre tinham sido substituídas por ferros (5): "quatro tachas de ferro" (280\$000), "um clarificador grande de ferro" (200\$000), "um dito

mais pequeno de ferro quebrado" (— — —), "um parol de caldo frio de ferro usado" (100\$000), "sete tachas de cobre pequenas e muito usadas" (250\$000), "duas bacias de cobre que servem para deitar o açúcar uma, e a outra para as espumas" (60\$000), "os cobres miúdos do engenho que são repartideira, três espumadeiras, um reminholo pequeno, duas passadeiras e uma pomba" (10\$000), "um parol de cobre para caldo quente quebrado de um lado" (25\$000), "uma caldeira de cobre" (100\$000).

Os *accessórios miúdos* eram em 1811: "quatro brônzeos, dois grandes e dois pequenos" (24\$000), "uma balança com braços de ferro e conchas de pau e cinco arrobas e meia de bronze" (45\$000), "outra dita pequena com braços de pau e pesos de vinte libras de ferro" (2\$000), "um facão usado" (320 rs), "um cavador" (160 rs), "um ferro de marcar caixas", "outro dito goivo" (240 rs), "um dito de marcar gado" (2\$000), "dois balcões com seus tendais" (40\$000), "duas tesias" (?) (16\$000), "trinta e duas tábuas de furo com suas bicas" (32\$000), "cinco cochos grandes de madeira" (50\$000), "246 fôrmas" (78\$720), "um tonel" (16\$000), "duas medidas de canada e meia canada" (3\$000), "duas alambças de ferro" (4\$000), "dois cubos de madeira com suas correntes de ferro" (4\$000), "três carros" (20\$000), "um arado com seus rodeiros" (14\$000), "dezesseis cangas" (1\$200), "uma mesa de madeira branca com duas gavetas" (3\$200), — e mais caixões, curvas aparelhadas, pau de jacarandá, paus-ferros, brancos, dezoito enxadas, doze foices, doze foices de roçar, machados, uma tenda de ferreiro com foles, craveira, malho pequeno, pedaço de safra.

E em 1832: "um braço de balança grande de ferro usado" (20\$000), "cinco e meia arrobas de pesos de bronze e meia arroba de ditos de chumbo" (32\$000), "sessenta e sete tábuas de furo e de andar e cincoenta e quatro de bica" (60\$000), "três tonéis, quatro cartolas, três cochos pequenos de juntar mel tudo com suas bicas de pau" (14\$000), "três carros aparelhados com seus pertences" (48\$000), "quatro bronzes, um grande e três pequenos" (24\$000), "três tambores de moenda feitos de ferro" (120\$000), "dois ferros de marcar caixas e um de marcar gado" (3\$000), "duas medidas de canada e de meia dita" (500 rs), "dois cubos de cobre velhos" (1\$600), "um arado com seus rodeiros" (10\$000).

As ferramentas arroladas em 1832 são muito poucas: "doze enxadas de lavoura usadas" (3\$840), "quatro enxadas usadas" (1\$600), "cinco foices de roçar" (1\$000).

Muito melhorou a fábrica o Conde de Passé quando restaurou o engenho, e em 1856 ao proceder-se ao inventário por falecimento

de sua esposa, era feita esta descrição-avaliação: — “a casa de engenho que contém vinte tesouras, setenta e um vãos de varanda, cinquenta e dois pilares de corpo, quarenta e cinco de varanda, feixadas de paredes dobradas de pedra e cal” (19:414\$000); “o cais do engenho que compreende quarenta e duas braças de comprimento” (3:500\$000); “uma ponte no comprimento de oitenta e oito palmos, com cento e seis pilares que sustentam as vigas, com paredões de pedra e cal nas suas extremidades” (6:000\$000); “um guindaste de ferro com a armação de madeira” (300\$000); “uma casa de bagaço feita de caibraria, coberta de telhas sobre esteios” (250\$000); “uma dita de esteios com todo o seu repartimento de taipa coberta de telhas, da residência do caixeiro” (200\$000); “o tendal contendo cento e um pilares, com cento e cinquenta tábuas de furo e outras tantas de bica” (2:487\$000); “seis balcões com dezessete pilastras de pedra e cal” (354\$000); “uma máquina de vapor de baixa pressão de força de seis cavalos reforçada com todos os seus utensílios e sobressalentes em bom estado” (8:000\$000); “seu assentamento compreendendo dois mil e dez palmos de cano de pedra e cal que conduz água para alimentar a máquina, seus materiais e mão-de-obra inclusive bueiro, cisterna e tanque” (4:000\$000); “uma bomba para tocar caldo frio de cobre com sua armação cujo impulso recebe da máquina” (150\$000); “um parol de ferro fundido para receber caldo” (50\$000); “um cocho de tabuado para receber caldo, inclusive o assoalho em que está ele colocado, de duas carreiras de assoalho que sustenta os canudos por onde vai ter o caldo à casa de caldeira” (250\$000); “dois canudos de cobre que recebem o caldo do cocho para a casa de caldeira, com cinco polegadas de diâmetro e cinquenta e oito palmos de comprimento cada um” (300\$000); “dois ternos de seis tachas cada um as quais se acham remendadas e em mau estado e por serem de ferro lhe deram o valor de um conto de réis” (1:000\$000); “o assentamento de dois ternos de tachas” (400\$000); “dois cochos de tabuado que servem de resfriadeira a trinta mil réis cada um” (60\$000); “duas tachas pequenas de ferro fundido que servem de parol de espuma” (60\$000); “três tachas de cobre que servem de torrar açúcar a cem mil réis cada uma” (300\$000); “uma outra de cobre mais delgada” (60\$000); “sete cochos de tabuado engastado para depósito de mel” (1:050\$000); “oitocentas e nove fôrmas de barro ⁽⁸⁾ a duzentos réis cada uma” (161\$000). *Acessórios miúdos*: “um braço de balança de ferro com suas conchas de madeira” (6\$000); “quatro arrobas de ferro fundido a sessenta réis a libra”

(7\$680); “seis passadeiras já arruinadas” (6\$000); “duas espumadeiras” (2\$000); “dois remiós e três candeias” (3\$500); “um fole de ferro com um torno e uma safa, martelo e duas tenazes, tudo em mau estado” (40\$000); “a ferramenta dos escravos, toda ela pelo mau estado e quantidade avaliaram por vinte mil réis” (20\$000).

Passados vinte e um anos, eis a descrição e avaliação da fábrica, quando (1877) se fez o inventário do Conde de Passé: “uma máquina de vapor a baixa pressão de força de oito cavalos antiga, com a caldeira arruinada, já tendo a mesma caldeira sofrido vários consertos e a moenda funcionando regularmente, precisada de conserto, com dois cilindros da moenda ⁽⁷⁾ do sobressalente” (4:000\$000); “um terno de tachas quadrilongas com clarificador redondo” (800\$000); “um terno de tachas redondas, com cinco tachas e seu clarificador” (600\$000); “seiscentas fôrmas novas de barro” (240\$000); “seis balcões precisados de consertos” (120\$000); “uma balança antiga com alguns pesos” (10\$000); “cento e quarenta e seis tábuas de furos” (146\$000); “cento e quarenta ditas de bicame” (140\$000); “trinta e nove tábuas para caminhar-se” (39\$000); “sete cochos de receber mel todos arruinados” (70\$000); “seis tachas velhas de cobre das quais duas servem para secar açúcar e uma para forja da tenda de ferro ⁽⁸⁾ avaliadas sobre o peso de trinta e cinco arrobas” (315\$000); “a tenda de ferro constante de um fole, um torno, uma safa quebrada” (10\$000)”.

Ainda foram arroladas em 1877 algumas coisas novas, inexistentes nas avaliações de 1811 e 1832: dentro do engenho, “um guindaste”, e mais “uma casa que serve para a morada do caixairo” (150\$000) e “uma dita para guardar bagaço” (200\$000); e “um tanque água para alimentar a caldeira da máquina com seu competente encanamento” (1:200\$000); e “uma estrada feita de pedra no mangue” (2:000\$000).

São obras ainda hoje para ver esse encanamento do tanque e a estrada que passou a denominar-se o “aterrado”, feita para encurtar distâncias e evitar ladeiras aos carros, cavalhadas e pedestres que vinham das bandas do Caboto.

O “encanamento” de alvenaria e tijolos são dois condutos subterrâneos superpostos, um a trazer água do tanque às caldeiras, e outro a restituir as sobras de água da caldeira ao tanque; bela obra de pedreiro que hoje, com o avanço do mar, ajuda, agindo como cais, ao resistir da terra contra o desgaste das ondas que,

aprofundando a curva da enseada, já reduziu em grande parte a praça fronteira à casa de vivenda e contígua ao engenho onde antigamente se espalhava a bagaceira.

O “aterrado” com dois bueiros de alvenaria para escoamento das águas do “apicum”, antigo mangue, ainda hoje presta os serviços a que fora destinado.

Estas indicações, assim tão minuciosas, provocam algumas comparações entre o engenho “Freguesia” dos meados do século XIX, e o do “Conde” — “de todos da Bahia o mais afamado” nos princípios da centúria anterior, segundo a descrição de Antonil (9).

As páginas da *Cultura e Opulência do Brasil*, sempre relidas com proveito e interesse, remetemos o leitor, chamando-lhe apenas a atenção para certas particularidades.

Enquanto o edifício propriamente dito do engenho do “Conde” era sustentado por dezessete pilares, o do “Freguesia” era sustido por noventa e sete; enquanto Antonil fala de duas varandas ao redor, os inventários de “Freguesia” mencionam setenta e um vãos de varandas fechadas de paredes dobradas de pedra e cal; a casa de purgar no engenho do “Conde” tinha vinte e seis pilares — a de “Freguesia” cento e um.

Antonil não dá o número das fôrmas do antigo engenho de Mem de Sá, nem dos balcões de mascavar e de secar, cujo manejo descreve; os inventários enumeram oitocentas e nove fôrmas no tendal de “Freguesia” e seis balcões sobre roldanas, reforçados por “três tachas de cobre que servem de torrar açúcar”, ou “duas (tachas velhas) que servem para secar açúcar” (10).

O sistema de balcões sobre roldanas não era conhecido ou usado ao tempo de Antonil (1710), mas já o era quando Prudêncio do Amaral (1781) compôs o seu “De sacchari opificio carmen”:

“Livres das fôrmas prontas mãos o invadem
Com apto ferro cortam-no em pedaços,
E às livres auras de fagueiro dia
A dessecar o espalham, o colocam;
Té que quanto de humor lhe resta ainda
Penetrável extinga o ar e a calma
De manhã, pois, em *rodador tablado*
Os desmudados pães manda se postem” (11).

Antes, em 1752, o açúcar ainda que fosse num engenho “muito ordinário”, era posto a secar e a “aventar” em “balcões”, sob “toldos”.

Na “Representação” (1752) se lê que o “benefício necessário de o secar ao sol em baldões” ocupava ao menos quatro escravos. Na instalação do engenho entravam com a casa de purgar e caixaria os baldões (tudo isto por 1:200\$000) e nas despesas anuais vinha a verba “por toldos para secar açúcar e sua declinação — 8\$000”, empregando-se na aludida secagem couros, pois era ainda verba do orçamento anual de um engenho “muito ordinário”: — “por um couro para aventar o açúcar — 1\$280”. Desconhecia-se porém, ao que é de supor, o “rodador tablado”.

Estas comparações sugerem uma vista de olhos sobre certos aspectos da evolução do fabrico do açúcar na Bahia, o que procuramos fazer no capítulo seguinte.



Notas do capítulo:

(1) Diz M. Calmon (Abrantes) no *Ensaio sobre o fabrico do açúcar* que as primeiras máquinas a vapor instaladas na Bahia o foram nos engenhos “Boa Vista” do Coronel Antônio Cardoso e “Pimentel” do Barão de Maragogipe. Ambas vieram em 1815. Em 1834, quando era publicado o “Ensaio”, estampava Calmon esta pequena estatística dos engenhos da Bahia. Eram 603 os matriculados, sendo 495 a animais, 62 a água e 46 a vapor. Os a vapor eram: *Cidade* — Retiro do Camorogipe, Periperi, Olaria, Boca do Rio, Restinga, Petinga, Passagem, Jacaracanga; *Itapatica* — Marinho, Buraco, Pilar; *Iguape* — Novo, Casmiçá; *São Francisco* — São José, São Bento, Ilha das Fontes, Madruga, Paramirim, Monte, Mataripe, Cassarangongo, Novo Pojuca, Pimentel, Água Boa; *Guaíba* — Novo, Guaíba, Engenho de Baixo; *Santo Amaro* — Mussurunga, Passagem, Santa Ana, Sergi, Brotas, Terra Nova, Papagaio, Quitangá, São Felipe (2 máquinas de grande força), Boa Sorte, Outeiro, Redondo, São Lourenço; *Pataíba* — Santo Antônio, Novo, São Brás, Trindade, São Cosme. — A primeira máquina a vapor para moer engenhos de fabricar açúcar foi introduzida na Bahia pelo Coronel Pedro Antônio Cardoso, antes de 1815 — diz Acioli — “Memórias”, vol. III, pág. 319.

Melo Moraes no *Brasil Histórico*, pág. 281, afirma: — "O primeiro engenho a vapor que houve no Brasil foi da ilha de Itaparica (Bahia) frondeiro à ilha dos Canos, pertencente hoje ao famoso redator do *Guaiacuru* (Domingos Guedes Cabral), cujo proprietário era então o Coronel Pedro Antônio Cardoso, cunhado de Felisberto Caldeira Brant Pontes, e pertencente hoje ao Coronel Antônio Pedroso de Albuquerque. Assistiram à botada do engenho o Conde dos Arcos, o Coronel Cogominho de Lacerda e outros". Não deixaram as máquinas a vapor de ter seus opositores quando começaram a ser instaladas nos engenhos da Bahia. Joaquim da Silva Maia numa nota ao seu apanhado histórico "Agricultura na Bahia", escrevia em 1821: "muitos dos lavradores dos mais assisados reprovam a introdução das máquinas de vapor, dizendo que as vantagens que tiram aqueles que as têm comprado são momentâneas e não podem indenizá-los do prêmio do capital que empataram, atendendo às despesas que todos os anos são obrigados a fazerem em lenhas para fornalha, concertos, etc. No fim do 10 anos dizem eles, a máquina esta perdida e perdido o capital, de 8:000\$000 e mais que ela importou; além de que semelhante introdução só pode ser vantajosa ao comércio inglês; que nos introduz ferros velhos em troco de nossos preciosos gêneros, entretanto que o importante ramo da criação cavalar pouco a pouco se acabara ou ao menos pouco se aumentaria. Se um ou dois proprietários podem tirar vantagens por falta de pastos para poderem sustentar a fábrica de bois e cavalos que lhes são necessários para moerem as canas, aos outros que têm muitas terras lhes é inteiramente desnecessária. Nas ilhas inglesas e francesas aonde os agricultores do açúcar não têm para onde se alargarem têm lugar as máquinas de vapor, porém no Brasil, quando não sejam prejudiciais, são excusadas. Deixamos aos nossos lavradores a resolução do problema" (*Semanário Cívico*, nº 24, de 9 de agosto de 1821).

(2) Vide Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, vol. I, págs. 183/184. Vilhena assim descreve a moagem: "cortadas que sejam as canas se lhes espreme o suco, fazendo-as passar por grossos cilindros de pau, vestidos de tambores de ferro coado, cujas revoluções não somente quebram a cana como tão fortemente as apertam ao passar pelo intervalo ou abertura de duas linhas que medeia entre um e outro que, passando por ele quatro ou cinco canas da segunda passagem ficam inteiramente moídas e espremidas, isto é, um diâmetro quase de um dedo e por ele passam juntas vinte e quatro e mais canas unidas que só ficam moídas e espremidas depois de terem passado dez ou doze vezes, sendo o engenho puxado por cavalos, que sendo bois os que puxam há precisão de de passarem as canas 24 vezes". Usavam-se "seis ou oito cavalos puxando a arrebentar" (Id. pág. 180). — Sobre máquinas do engenho e sua nomenclatura vide *Diálogo das Grandezas do Brasil*, 137 e 165, e Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, pág. 421.

Fernão Cardim não fala em engenhos de cavalos. Os engenhos a seu tempo (1584) eram de água — rasteiros ou copeiros — e trapiches que "moem com bois". O jesuíta fazia o elogio destes últimos: "têm muito maior fábrica e gasto, ainda que moem menos, moem todo o tempo do ano, o que não têm os d'água porque as vezes lhes falta", e informava: "os trapiches requerem sessenta bois os quais moem de doze em doze revesados". (*Tratados da Terra e da Gente do Brasil*, pág. 320).

(3) Lembrar que em 1584 Gabriel Soares falava com admiração do vulto da casa do engenho de Sebastião de Faria: "*grandes edifícios, assim de engenho como de casas de purgar, de vivenda e de outras oficinas*", tudo o que dava, a quem via do mar, a aparência da uma vila.

(4) Na avaliação de 1811 há a seguinte descrição: "um corpo de engenho moente e corrente coberto de telha sobre vinte e dois pilares dobrados com varanda em roda sobre esteios de madeira com fornalhas e contígua à dita casa de engenho as casas de purgar e caixaria cobertas de telhas sobre pilares dobrados cercados de paredes de alvenaria, com telheiro de estrebaria coberto também de telhas, com cais pela extensão de uma parte das varandas do Engenho, avaliado tudo em atenção a necessitar de conserto uma parte das varandas do engenho em sete contos de réis". — Na avaliação de 1832 é esta: "um corpo de engenho ou uma casa de engenho moente e corrente e debaixo desta a casa de caldeira e nas varandas picadeiros, um sobradinho, um curral para animais calçado de pedra, e ao lado do engenho um cais que vai ter ao mar da mesma pedra e cal feita em bom estado e avaliado em doze contos". — A descrição da casa da fábrica 35 anos depois, em 1877, no inventário do Conde de Passé, é muito sumária: "uma casa de engenho de fabricar açúcar com dezessete tesouras sobre pilares com seu competente cais de pedra e cal — 12:000\$".

(5) Parece que no Brasil, na Bahia, a substituição das caldeiras e aparelhos de cobre pelos de ferro se fez muito tardiamente. Na publicação *O Centro de Indústria e Comércio de Açúcar no Rio de Janeiro* lê-se que antigamente nos engenhos havia 4, 5 ou 7 caldeiras — primeira para separar espumas; segunda extrair matérias impuras pelos álcalis; terceira evaporação até formar o xarope; quarta cozinhar o caldo já muito concentrado; quinta e outras suplemento das demais. Em 1725 os ingleses põem todas as caldeiras numa fornalha comum e substituem o cobre pelo ferro. Lê-se aí referências às discussões sobre o que mais convinha se o cobre ou se o ferro.

(6) As fôrmas de barro eram em geral fabricadas no próprio engenho. É o que nos informa Gabriel Soares: "tem a Bahia muito barro de que se faz muita e boa telha e muito tijolo de toda sorte; do que há em cada engenho um forno de tijolo e telha, em os quais se coze também muito boa louça e fôrmas que se faz do mesmo barro". (*Tratado*, pág. 322)

(7) Raros eram os engenhos a que não bastava uma moenda. Gabriel Soares, falando dos do Recôncavo, cita, entre 36 apenas 3 que tinham 2 moendas: o de Gaspar Dias Barbosa em Matoim, o de Sebastião de Faria ("Freguesia") em Matoim, o de Sebastião da Ponte em Jaguaripe. Vide Gabriel Soares, *Tratado*, págs. 125, 126, 139.

(8) Informa Gabriel Soares: "há tantas ferramentas na terra de trabalho, tantas ferragens nos engenhos, que se poderão juntar mais de cem mil quintais de ferro... em cada engenho há um ferreiro com sua tenda". Vide *Tratado*, pág. 323.

(9) Numa escritura de venda — ou melhor de dação em pagamento ao negociante-comissário — em 1º de dezº de 1808 — do engenho Marapé na Vila de São Francisco, vemos em que termos sintéticos se fazia descrição de um engenho: "Engenho denominado Marapé moente corrente, sito no termo desta Vila, com suas terras, fábrica, oficinas, cobres, escravos, bois, cavalos, acessórios, pertences e sobressalentes, fazendas obrigadas, pastos, casa do engenho, de caldeira, de purgar, de caixaria e de vivenda, senzalas, capela e seus paramentos, moendas, carros e ferramentas, balcões, pesos, balanças, fôrmas, tábuas de furo, bicas e cochos e o mais da oficina e laboração do mesmo engenho, uma lancha velejada e tudo quanto lhe pertence".

De época mais afastada temos documento minucioso. Numa representação dos senhores de engenho, lavradores de canas e de tabacos datada de 7 de janeiro de 1752 encontramos dados pelos quais conhecemos em que consistia a instalação de "um engenho muito ordinário":

Terra para pastarem os bois e cavalos e para o engenho	1:000\$000
Terra para duas fazendas de canas para os lavradores	2:000\$000
Casa do engenho e cais	1:600\$000
Casa de purgar, caixaria e balcões	1:200\$000
Duas caldeiras de cobre, quatro tachas, parol de caldo frio, paróis de suar, escumadeiras, reminhões, passadeiras, pombas e repartideiras que no mínimo são noventa arrobas de cobre a 400 rs. a libra	1:152\$000
Uma moenda preparada	400\$000
Fôrmas, tábuas de furo e bicas para o mel	200\$000
Uma barca para a lenha velejada e com fateixas	1.000\$000
Um barco para a cana velejado e com fateixas	600\$000
Vinte negros para o engenho e barcos a 150\$000	3:000\$000
Vinte negros para o engenho a 90\$000	1:800\$000
Quatro molecões para tanger cavalos a 80\$000	320\$000
Quarenta cavalos para a moenda a 12\$800	512\$000
Dezesseis bois para o mister do engenho	160\$000
Duas canoas para o serviço do engenho	32\$000
Um carro com seu aviaménto	18\$000
Uma casa de vivenda, senzalas e casas dos serventes	400\$000

15:394\$000

Vê-se bem que se tratava de engenho de cavalos "muito ordinário" de apenas 44 escravos, um carro, casa de vivenda muito barata, sem capela, sendo a capacidade de produção de mil pães de açúcar de duas arrobas de branco e uma de mascavado cada pão ou sejam no total 2.000 arrobas de branco e 1.000 de mascavado.

No seu *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, que é de 1834, M. Calmon (Abrantes) fazia este orçamento para a instalação de um engenho: casa de engenho — 5:000\$000; 80 escravos, 100 bois, 300 tarefas de tabuleiros e pastos; 150 tarefas de matos: máquinas a vapor — 6:000\$000; benfeitorias — 4:000\$000. Total 32:000\$000.

(10) Fernão Cardim que escrevia do que via em 1584 diz que cada "tarefa", ou fosse uma moagem começada à meia-noite e acabada às três ou quatro horas da tarde, exigia uma barcada de lenha "que tem doze carradas" e rendia "sessenta e setenta fôrmas de açúcar branco, mascavado, malo e alto". E informa "cada fôrma tem pouco mais de meia arroba, ainda que em Pernambuco se usam já grandes de arroba" — Vide Fernão Cardim, *Tratados da Terra e da Gente do Brasil*, pág. 320.

(11) Vide *Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 116; "Geórgicas Brasileiras", página 197 — "Engenho algum pode ter menos de 300 ou 400" fôrmas, dizia Vilhena (*Cartas Soteropolitanas*, vol. I, pág. 194). — Antônio Munis de Sousa no seu muitas vezes ingênuo livro, cheio, entretanto, de informações preciosas, — "Viagens e Observações de um Brasileiro que desejando ser útil à sua pátria se dedicou a estudar os usos e costumes de seus patrícios e os três reinos da natureza em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidas à

nação brasileira", Rio, 1834 — diz à pág. 120 que, ao passo que na Bahia, em Sergipe e Alagoas se usavam os balcões e até alguns proprietários possuíam estufas "para o fim de secar o açúcar em tempo de inverno e dias de chuva", na província do Rio de Janeiro, em Campos, "um dos maiores prejuízos que sofre a lavoura no fabrico do açúcar é que o secam em couros de boi, cujo método, pelas muitas contingências que sofre, se torna de nenhuma vantagem e de muito detrimento e trabalho". — Sobre balcões vide ainda *Cultura e Opulência do Brasil*, páginas 150, 152, 159 a 161.

Em vários quadros de F. Post vêem-se pães de açúcar a secar sobre couros suspensos a jiraus. Não se usavam os balcões. — Sobre "suadeiros" de açúcar nos trapiches da Cidade Baixa na era de 1596-1612, vide "Livro Velho do Tombo", introdução, páginas XXVII e texto, págs. 40, 44 e 363.

LENHAS E FORNALHAS



OCAS verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere de fogo e fumo perpétuo e viva imagem dos vulcões, vesúvios, etnas e quase disse do purgatório, ou do inferno: — assim chamou Antonil à casa das fornalhas dos engenhos. (Veja Charles Boxer, *Portuguese Society in the Tropics*, p. 106).

O sistema de fazer açúcar pela evaporação do caldo a fogo nu exigia, mal feitas como eram as instalações das tachas, esse mundo de combustível.

Regular o corte das matas, aperfeiçoar os processos de fabricação, de maneira a queimar-se menos lenha, foram cogitações de governos e particulares desde o século XVII.

Manuel Ferreira da Câmara, lembrando uma disposição legal de 1609, e assinalando que já então, naquela data, se sentia a falta de lenhas, escrevia em 1807: “eu tenho adiante dos olhos uma vasta extensão de terreno, em o qual, mais que em nenhum outro, se deveria dar cumprimento à lei citada, não só por ter na sua redondeza mais de vinte engenhos, por estar cercado de rios navegáveis, mas muito principalmente por produzir as melhores lenhas de decoada sem as quais sofre infinito o fabrico do açúcar, que é e será sempre o ramo mais importante da lavoura deste país, vejo-o inteiramente devastado, e reduzido a campo, ou a charneca, depois de ter sido povoado de muito boas matas; e para quê? Para nele ser plantado algum milho e arroz que, sem grande incômodo de quem se dá a este gênero de cultura se pudera ter plantado a uma

légua: que digo? — a um quarto de légua distante da borda d'água" (1).

A derrubada das matas não provinha principalmente dessas pequenas plantações de cereais; a enorme devastação era a dos fogos dos engenhos, coisa de tal porte que, entre as providências governamentais para remediá-la, vinham do reino já não como dantes estímulos e favores ao levantamento de mais fábricas, mas a proibição de construírem-se novas.

Um dia (1660) os Officiais da Câmara da Bahia endereçaram ao Reino uma representação "sobre o prejuízo que se seguia em se fabricarem muitos engenhos de açúcar juntos uns dos outros pela terra a dentro, sem terem lenhas bastantes para o seu gasto". Cortadas as árvores eram precisos vinte anos para virem novas e estas eram lenhas "ainda muito fracas para o cozimento dos açúcares"; entretanto "a cobiça de alguns moradores os obriga a levantar engenhos em poucas braças de terra que possuam perto dos que já estavam feitos", o que era causa de se arruinarem todos e haver muitas demandas e desavenças. Achavam os governantes da Cidade do Salvador "ser justo que os engenhos que primeiro se fizeram abrindo estradas e matos pela terra a dentro se conservassem" e para isso se não devia "permitir levantar outros que lhes prejudicassem as lenhas".

Não quis a Coroa tomar medida de tamanha restrição à liberdade industrial sem consultar aos povos e sem verificar se não seria lesado o fisco, e firmou a seguinte carta: "Lourenço de Brito Correia. Eu El Rei vos envio muito saudar. Em nome do Juiz do Povo, e mestres dessa Cidade do Salvador se me apresentaram aqui alguns papéis em que pretendem mostrar as grandes perdas, e danos que se podem seguir aos Engenhos que de presente estão fabricados no recôncavo dessa dita Cidade de se irem acrescentando outros marítimos por ser causa de uns e outros se virem a perder pela falta que já há de cana, em que consiste sua conservação. Pedindo-me mandasse passar lei com as penas que parecesse para que de nenhum modo se consentisse fabricar-se mais Engenho algum marítimo, nem pela terra dentro em parte onde prejudique as lenhas ou canas dos Engenhos que estão à beira-mar. E porque este Negócio é de muita importância, e convém ir-se nele com todo o tento, me pareceu encomendar-vos que tomando todas as notícias necessárias e ouvindo aos Officiais da Câmara e homens do governo dessa Cidade me informeis com vosso parecer com toda a particularidade declarando também se haverá quebra nas Rendas Reais e Dízimos

de se deferir a este requerimento para com a notícia de tudo mandar tomar a resolução que for servido. E a vossa Informação me enviareis pelo meu Conselho Ultramarino escrita em Lisboa ao primeiro de Abril de seiscentos e sessenta e um. Rainha” (2).

Dois anos depois Sua Majestade, tomando em consideração solicitações de licença para ereção de novas fábricas de açúcar, pedia uma estatística dos engenhos existentes, sua capacidade de produção, contribuições fiscais, privilégios “e se as religiões têm também engenhos e quantos são, se contribuem como os mais de particulares”, etc. (3)

E ainda na mesma data escrevia ao Governador dizendo haver recebido representação do Juiz do Povo e Oficiais da Câmara da Bahia em 1660 sobre “as grandes perdas que podiam seguir aos engenhos que de presente estão fabricados no Recôncavo da mesma cidade se se forem acrescentando outros de novo, marítimos, por ser causa de uns e outros se virem a perder pela falta que há de cana em que consiste sua conservação, e que não convinha fabricar-se mais engenho algum marítimo nem pela terra dentro em parte aonde prejudique as lenhas ou canas dos engenhos que estão a beira-mar”.

Pedira informação ao Provedor-mor da Fazenda Antônio Lopes Ulhoa e este relatara tudo aos Oficiais da Câmara e consultara “os principais homens da nobreza e governo dessa cidade, fidalgos, cidadãos, cavaleiros, senhores de engenhos, lavradores de canas e mercadores”, e também ao Juiz e Ministros que haviam feito o requerimento. Resultado de tais consultas — Ulhoa comunicava: “vieram todos a concordar em que não convinha que se deixassem de fabricar de novo engenhos na Bahia e seu recôncavo assim pelo acréscimo dos dízimos como pela conservação e aumento daquele estado”.

Solicitava então a Coroa ao “Conde sobrinho amigo” — Governador que ouvisse à Câmara, Provedor-mor e mais pessoas e comunicasse com toda particularidade o que colhesse e o que opinasse “em matéria de tanta importância e tão encontrada nos pareceres da primeira proposta” — para depois resolver. “E enquanto não vem a vossa informação não proibireis que se façam engenhos no Recôncavo dessa cidade” (4).

Andava este assunto em grandes hesitações e contradições. Mal sabia a Corte como resolvê-lo, se os interessados ora requeriam a proibição, ora contra tal medida se manifestavam.

Em 1663 a informação do Provedor Ulhoa era a de que os interessados queriam a manutenção da liberdade de construir

engenhos; já porém nos princípios de 1664 os Oficiais da Câmara instavam por se lhes deferir o antigo pedido e a Corte reclamava do Governador a informação e parecer que antes solicitara ⁽⁵⁾.

Não temos conhecimento de se haver alterado o regime de liberdade de construção de novos engenhos até 1677 quando no Regimento que trouxe o Governador Roque da Costa Barreto foram feitas recomendações especiais sobre a matéria: “as matas que serviam ao benefício dos engenhos iam em muita diminuição, sem embargo de algumas serem de pessoas particulares”, e por essa causa “são perdidos alguns engenhos, e outros estão ocasionados a se perderem por seu número” em virtude “de se fazerem os engenhos muito perto uns dos outros, sem consideração da grande cópia de lenha que cada um há mister para a moenda de cada ano” ⁽⁶⁾.

Afinal em 1681 foi baixada a seguinte provisão: “Eu o Príncipe como Regeñte e Governador dos Reinos de Portugal e Algarves. Faço saber aos que esta minha Provisão virem que tendo respeito ao que se me representou por parte Oficiais da Câmara da Cidade da Bahia sobre o prejuízo que se seguia em se fabricarem muitos engenhos de açúcar juntos uns dos outros pela terra dentro sem terem lenhas bastantes para o seu gasto, e as que cortavam não tornarem a dar outras menos de vinte anos e estas ainda muito fracas para o cozimento dos açúcares e a cobiça de alguns moradores os obrigava a levantar engenhos em poucas braças de terra que possuíam perto dos que já estavam feitos: com o que se arruinavam todos, e haviam muitas demandas, e desavenças entre si; e ser justo que os engenhos que primeiro se fizeram abrindo as estradas e matos pela terra dentro se conservassem e se não permitisse levantar outros que lhes prejudicasse as lenhas, se não tivessem lenha bastante, e terras para si, e para a necessidade do engenho que se levantou primeiro. Tendo a tudo consideração, e ao que respondeu Procurador de minha Fazenda, a que se deu vista, e informação que houve do Mestre de Campo General do Estado do Brasil, Roque da Costa Barreto, Hei por bem e mando que pela terra dentro do dito Estado do Brasil se não possam fabricar engenhos em menos distância de meia légua de um a outro que venha a importar mil e quinhentas braças de engenho a engenho: e por ser desnecessária mais largueza de terra para se conservar qualquer Engenho no sertão. Hei outrossim por bem que excedendo a dita distância de mil e quinhentas braças de terra se não proíba aos senhorios das fazendas do sertão poderem levantar novos engenhos. Pelo que mando ao Mestre de Campo General do Estado do Brasil



“Engenho Freguesia”. Interior da capela, vendo-se suspensas as rótulas de guilhotina do coro; a pia batismal da antiga matriz de N. S. da Piedade, e, ao fundo, um trecho da Ilha de Maré.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



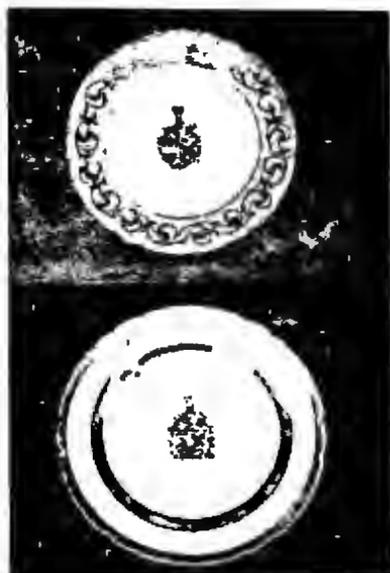
“Engenho Freguesia”. Altar da capela com as imagens referidas nos inventários, e mais ao centro e ao alto a de N. S. da Piedade, para aí removida quando ruiu a matriz, e citada por Frei Santa Maria no “Santuário Mariano”. Ao lado, à esquerda, o janelão com rótula de comunicação com o interior da casa.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



Antigas imagens, escultura em madeira, existentes na capela do “Engenho Freguesia”, fora de seu altar. Duas delas são referidas por Frei Agostinho de Santa Maria no “Santuário Mariano” (1707-1723).

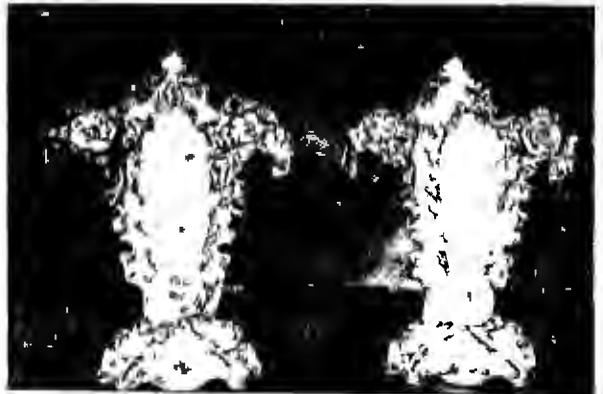
(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



Peças de louça brasonada que figuram no inventário procedido no “Engenho Freguesia”, em 1877: “um aparelho completo de louça de porcelana dourada com as armas da casa, para jantar e almoço — 60\$000”; “um dito incompleto — 80\$000”. Outro com as armas imperiais, comprado em 1858, segundo tradição de família, para uma eventual recepção dos Imperadores.



Peças de louça com o brasão da Casa Imperial e Casa de Passé, do serviço do “Engenho Freguesia”, e um par de jarras das “cinco jarras menores — 30\$000”, arroladas no inventário de 1877.



a cujo cargo está o governo dele, mais Ministros de Justiça e Fazenda, a que tocar, cumpram e guardem esta Provisão, e a façam cumprir e guardar inteiramente como nela se contém sem dúvida alguma... Lisboa a três de novembro de mil seiscentos e oitenta e um" (7).

A despeito de tais disposições legais, a crise das lenhas continuava e se agravava para os engenhos de beira-mar.

Não importa que em 1710 Antonil se mostrasse algo otimista quanto à fartura de lenhas no Recôncavo, pois ele mesmo testemunhava que os engenhos da Bahia (os de beira-mar certamente) iam buscar — “quase todos” lenhas em Jaguaripe. Já não as tinham nas suas próprias terras, vizinhas aos canaviais. E é significativo não falar o autor de *Cultura e Opulência do Brasil* em carros a conduzirem lenhas mas somente em barcos, o que dá a entender que se queimavam sempre lenhas de fora, encarecida assim a fabricação (8).

O remédio adotado — a proibição de construírem-se novas fábricas — viria a ser encarado contraditoriamente pelos senhores de engenho.

Assim, por exemplo, o Desembargador Rodrigues de Brito, adepto da mais ampla liberdade comercial e industrial, nada temia pela falta de lenhas: “é certo que alguns senhores de engenhos estabelecidos não olham de bom grado a edificação de outros novos, notando-os de prejudiciais pelo consumo das lenhas, e madeiras, que fazem encarecer; mas são clamores do interesse particular de cada um que deseja afastar a concorrência dos que vêm diminuir suas vantagens... Se as lenhas encarecem é efeito necessário dos progressos da lavoura, que alargando o círculo das terras lavradas deixa ficar os matos mais distantes, donde é forçoso pagar maior despesa de transporte” (9).

Outros, entretanto, e na mesma ocasião (1807) manifestavam-se de modo contrário, tais como Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, futuro Barão de São Francisco: “outros muitos engenhos que desgraçadamente com o excesso dos preços se edificaram em maus terrenos têm causado a ruína dos seus proprietários, e a infelicidade dos que já existiam, bem como daqueles que se erigiram em bons terrenos. Eles têm causado uma total destruição nos matos e dificuldade de mantimentos por ocuparem os terrenos próprios para estas lavouras... A alguns engenhos a maioria do preço deste gênero animou avultar as suas safras; donde procede que não tendo matos suficientes não possam moer mais; e outros conseqüentemente virão

a não existir em breve tempo. Os mesmos Engenhos abundantes à proporção que se trabalham seus terrenos diminuem na sua produção, ficam mais distantes os matos, e por isso cresce a despesa, fazendo-se necessário maior número de braços e de fábricas. . .” (10)

Não falava mal Rodrigues de Brito contra a proibição de novos engenhos. Se faltavam lenhas aos de beira-mar, que já haviam, em duzentos anos de derrubadas, consumido os próprios matos, os do interior estavam rodeados de florestas. Mas a estes acontecia serem de menor economia e proveito, pela distância, incômodos e despesas de transportes.

É ainda Rodrigues de Brito quem, aludindo à falta de estradas e pontes, define as razões da predominância dos de beira-mar em relação aos do interior. Referindo-se aos rios cheios e aos atoleiros no inverno, dizia o lúcido Desembargador: “senhores de engenho são obrigados a empatar suas safras até o verão seguinte, e fazê-las então conduzir precisamente na ocasião em que os cavalos, bois e escravos lhes são mais necessários para a colheita, condução e moagem de suas canas; donde vem que a lavoura se acha limitada às terras de beira-mar somente, sendo todo o valor dos frutos, que poderiam ser produzidos nas do interior, absorvido pelas despesas do transporte” (11).

Em 1710 já Antonil sentenciara: “aos (engenhos) que estão a beira-mar comumente faltam as roças e a lenha; e aos que estão pela terra a dentro faltam outras muitas conveniências que têm os que estão a beira-mar no Recôncavo” (12).

A fisionomia, o caráter marítimo-fluvial do Recôncavo, essa grande força geográfica dominante, preservou por muito tempo a devastação das matas de “pela terra a dentro”, especialmente as da “Terra Nova” — região que alcançava territórios de Santo Amaro, Vila de São Francisco e Mata de São João, onde os últimos farrapos florestais nos topos dos morros as usinas — muito menos “tragado-ras” que os bangüês — estão ainda mastigando.

O bangüê custou imenso a se desapegar dos esteiros, rios e águas do golfo.

As construções mais velhas — vivendas, capelas e fábricas — ainda hoje mostram vestígios dessa resistência, nos lineamentos de grandeza sólida, no feitio definitivo que recorda épocas de fastígio prometededor de amplos futuros. No Iguape, em Matoim, Mataripe, Paramirim, Vila de São Francisco e Santo Amaro marítimo encontram-se grandes casas setecentistas, algumas muito arruinadas mas duras de deixarem vencer-se pelo tempo. Mal se entra, porém,

“terra a dentro” rareiam as desse caráter e dessa antigüidade. As que conhecemos assim mais afastadas do mar são Pouco Ponto e Lagoa, já que Cinco Rios nem mais em ruínas aparece.

Havia por certo solares nos engenhos do interior porém mais recentes, de construção menos robusta, na qual, pela dificuldade da pedra muito rara ali (13), usavam-se esteios e outros elementos de madeira que a tornavam frágil. As devastações do tempo acharam facilidades enormes, e, uma a uma, as mais antigas casas foram caindo, substituídas pelas que em muitos ainda se encontram, quase todas, do século XIX, especialmente da sua segunda metade.

A comodidade — ou a rotina — do transporte marítimo retinha os senhores de engenho à borda das praias. O interior, e por longo tempo, os atemorizava.

Mas tanto as lenhas escassearam que os mais audazes foram abrir clareiras, estradas e fazendas, e construir engenhos, sempre e cada vez mais afastados do mar. Quando os inconvenientes dos sítios mais longínquos se viram debelados pela elevação dos preços do açúcar, os engenhos de “terra a dentro” ganharam preponderância sobre os de “beira-mar”, já cansados, sem lenhas e de menor rendimento (14).

Vilhena escrevendo em 1808 dizia ser então o engenho mais distante da cidade “um chamado Pojuca que dista dezesseis léguas para a parte do Norte” — o depois celebrado engenho do Conselheiro José Antônio Saraiva; classificava-os em “Engenhos de borda-d’água e Engenhos de Mato-dentro”, para registrar: “estes são reputados hoje melhores em atenção à força e valentia de suas terras e lenhas em pouca distância, quando os de borda-d’água, a maior parte deles as não tem já, pelo que as comprem por bastante soma para cada uma das suas safras; e se algum as tem ainda, é já em distância tal que mais fácil é comprá-la do que matar bois e escravos nos cortes e carretos para o corpo do Engenho” (15).

*
* *

Evidentemente, se o excessivo gasto das lenhas provinha das necessidades da fabricação, o natural é que se procurasse atalhá-lo, buscando meios de queimá-las em menor porção para produzir a mesma quantidade de açúcar.

Houve nesse sentido várias tentativas antes que se chegasse a um resultado apreciável.

Apareciam de quando em quando inventores a oferecerem-se, mediante vantagens e prêmios, para melhorar a fabricação do açúcar, diminuindo gastos e trabalhos.

Eram aperfeiçoamentos que diziam com as almanjarras e rodas de água ou com as tachas, ou ainda com a secagem do açúcar.

Os mais antigos desses melhoramentos que nos ocorrem são os de que fala “Brandônio” nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*: “mas agora (1618) novamente se há introduzido uma nova invenção de moenda a que chamam *palitos* para a qual convém menos fábrica, e também se ajudam para moenda deles de água e de bois, e tem-se esta invenção por tão boa que tenho para mim que se extinguirão e acabarão de todo os engenhos antigos, e somente se servirão desta nova traça” (18) — máquina que não sabemos se é, ainda que haja toda probabilidade, a referida por Frei Vicente do Salvador, que merece longa transcrição: “lembra-me haver lido em um livro antigo das propriedades das coisas que antigamente se não usava de outro artifício mais que picar ou golpear as canas com uma faca, e o licor que pelos golpes corria e se coalhava ao sol este era o açúcar, e tão pouco que só se dava por mezinha. Depois inventaram muitos artificios e engenhos para se fazer em mor quantidade, dos quais todos se usou no Brasil, como foram os dos pilões, de mós e os de eixos, e estes últimos foram os mais usados, que eram dois eixos postos um sobre o outro, movidos com uma roda de água ou de bois, que andava com uma muito campeira chamada bolandeira, a qual ganhando vento movia e fazia andar outras quatro, e os eixos em que a cana se moía. E além desta máquina havia outra de duas ou três gangorras de paus compridos, mais grossos do que tonéis, com que aquela cana, depois de moída nos eixos, se espremia, para o que tudo e para as fornalhas em que o caldo se coze e incorpora o açúcar era necessário uma casa de cento e cinquenta palmos de comprido e cinquenta de largo e era muito tempo e dinheiro o que na fábrica dela e do engenho se gastava.

“Ultimamente, governando esta terra D. Diogo de Meneses, veio a ela um clérigo espanhol das partes do Peru, o qual ensinou outro mais fácil e de menos fábrica e custo, que é o que hoje se usa, que é somente três paus postos de por alto muito justos, dos quais o do meio com uma roda de água ou com uma almanjarra de bois ou cavalos se move e faz mover os outros. Passada a cana por eles duas vezes, larga todo o sumo sem ter necessidade de gangorras, nem de outra coisa mais que cozer-se nas caldeiras, que são cinco em cada engenho, e leva cada uma duas pipas pouco mais ou



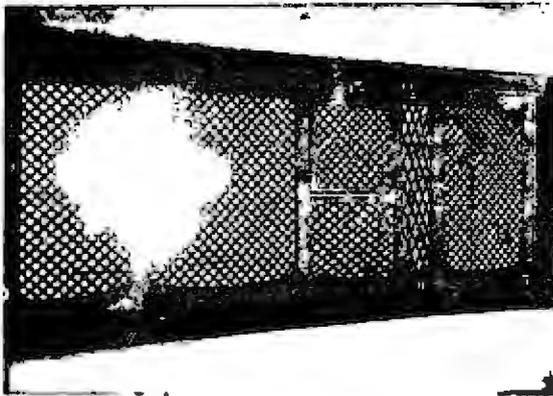
*Sobrado e capela do “Engenho Pouco Ponto”, no
Município de São Sebastião.*

(Gentileza de Clemente Mariani)



*Sobrado e capela do “Engenho Paramirim”, no Município de São
Francisco do Conde.*

(Gentileza da Senhora Miguel Calmon Viana)



Sobrado do “Engenho Matoim”, no Município da Cidade do Salvador. Rótula entre a sala-capela e o interior da casa. Notar a portinhola com dobradiças para ser aberta no momento da comunhão.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



Janelas da sala de visitas do sobrado do “Engenho Matoim”, no Município da Cidade do Salvador.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)

menos de mel, além de uns tachos grandes em que se põem em ponto de açúcar, e se deita em fôrmas de barro no tendal, donde as levam à casa de purgar, que é mui grande. E postas em andainas lhes lançam um bolo de barro batido na boca, e depois daquele outro, com que o açúcar se purga e faz alvíssimo. O que se fez por experiência de uma galinha, que acertou de saltar em uma fôrma com os pés cheios de barro e, ficando todo o mais açúcar pardo, viram só o lugar da pegada ficou branco.

“Por serem estes engenhos dos três paus, a que chamam entrosas, de menos fábrica e custo, se desfizeram as outras máquinas e se fizeram todos desta invenção e outros muitos de novo; pelo que no Rio de Janeiro, onde até aquele tempo se tratava mais de farinha para Angola que de açúcar, agora há já quarenta engenhos, na Bahia cinqüenta, em Pernambuco cento, em Tamaracá dezoito ou vinte, e na Paraíba outros tantos; mas que aprôveita fazer-se tanto açúcar se a cópia lhe tira o valor, e dão tão pouco por ele que nem o custo se tira?” (17)

Temos notícia de um inventor — Belchior da Costa — que comparecendo ao Senado da Câmara da Bahia a 14 de outubro de 1626, alegou ter uma petição despachada da mesma Câmara “para a invenção que quer fazer de Engenho para fazer açúcar, para que nenhuma pessoa possa, dentro em dez anos fazer a invenção conteúda em sua petição; e fazendo-a antes dos dez anos lhe dará a pessoa, que a quiser usar, cem cruzados, e fazendo-a sem sua licença incorrerá em mais cem cruzados para cativos e acusadores” — o que foi tomado por termo (18).

Em 1656 o Conde de Atouguia, numa carta datada de 17 de março, aos Officiais da Câmara da Bahia, aludia a outro invento: — “vi a petição que Vms. me enviaram de João Lopes Serra sobre o intento de fazer cozer os açúcares com menos lenha, e a obrigação de lhe dar cada Senhor de engenho que se valer da mesma indústria cem mil réis e a não poder obrar pedreiro algum sem ordem sua”.

Era um privilégio de invenção que se pedia e a Câmara considerava a coisa de tal vantagem que logo o deferiria. Mas o Governador entrou a ponderar ser necessário consultar a todos os interessados inclusive ao povo: — “e vi também a consulta que V. Ms. me fizeram sobre a mesma petição aprovando o intento a obrigação, e aceitação de todos os Senhores de Engenho. Mas porque o povo é uma tão grande parte da República, e se este benefício toca a toda ela será conveniente que também o povo vote o que sente: me pareceu restituir com esta a petição a V. Ms., e dizer-lhes que

chamem V. Ms. o povo, e propondo-lhe a matéria, e a obrigação dos Senhores de Engenho, e condição sobre os pedreiros o ouçam V. Ms. e lhe peçam seu parecer por escrito, e com ele me informem V. Ms. de novo: para que precedendo o consentimento de todos geralmente se tome Resolução com maior acerto” (19).

Ignoramos o destino de inventor e invenção. Se é que esta passou a ser adotada pelos engenhos da Bahia, não parece ter conseguido grandes diferenças nos gastos das lenhas, pois continuaram até muito mais tarde exageradíssimos.

Outro inventor foi, ao tempo do Marquês das Minas (1684-1687), Diogo Soares Alemão, a quem se refere a seguinte carta régia: “Governador do Estado do Brasil. Eu El-Rei vos envio muito saudar. — Por parte de Diogo Soares Alemão se me fez a petição que intentando pôr em prática, no tempo em que o Marquês das Minas governava esse estado, um novo invento para que os engenhos de açúcar lavrassem com maior facilidade e menos despesas no cobre das caldeiras como nas lenhas e com muito menos trabalho dos escravos, purificando-se o açúcar em menos tempo o que seria de grande utilidade para os senhores dos engenhos e um benefício universal para todos os moradores das conquistas, sem que por este serviço quisesse mais de cada engenho que setenta arrobas de açúcar branco por uma só vez; o que então se não conseguira; e que hoje estava pronto para satisfazer a sua promessa fazendo os engenhos necessários; e que por se considerar que reduzido este arbítrio à prática poderá ser de grande conveniência. Hei por bem que chameis à vossa presença, a Diogo Soares e alguns mestres dos engenhos e senhores deles e que praticando-se e conferindo-se esta matéria, se parecer que o efeito corresponde à promessa, mandareis observar este novo invento, sendo porém com aprovação dos mestres e senhores dos engenhos; e do que achardes me dareis conta por esta secretaria do Estado para que eu fique entendendo o que resultou. Escrita em Lisboa, a 23 de fevereiro de 1693. — Rei” (20).

Em 1697 é um Antônio Carvalho Guimarães, de Pernambuco, morador no Cabo, que se apresenta como autor “da nova inventiva”, isto é, “um engenho de açúcar que há de moer sem águas nem bestas nem a maior parte de escravos que são necessários para semelhante fábrica” e a quem um alvará régio concede privilégio, ou remuneração da invenção, obrigando a todo aquele que fizesse no Brasil “moenda como a que o dito Antônio Carvalho Guimarães levantar com a nova inventiva” a pagar a este a quantia de 400\$000 (21).

Em 1698 surge um portador de outra descoberta chamado Salvador Vaz Barreto, que em 21 de agosto daquele ano faz petição ao governador D. João de Lencastre e deste obtém deferimento e provisão para poder usar de seu invento. Dizia Vaz Barreto no requerimento: “que ele tinha excogitado duas inventivas de pouco dispêndio a escolher e por diverso modo cada uma para que os engenhos de água pudessem moer, com o artifício de uma só roda, das três com que ao presente se fabricam os engenhos: as quais inventivas servirão para se fabricarem assim nos engenhos que moem com água rasteira como nos... moendo seguramente e muito mais em dobro do que costumam e com menos água” (22).

Na vereação de 19 de outubro de 1799 da vila de Santo Amaro, lê-se: “foi aberta uma carta da Mesa da Inspeção da Bahia apresentando a grande utilidade que se seguira com a nova invenção de um engenho de moer cana com vinte cavalos da mesma forma que se faria com sessenta cavalos feita por dois franceses que se têm oferecido à fazenda por vinte e quatro mil cruzados que mandavam que se registrasse e cumprisse como nela se declara” (23).

Não foram certamente só estes os inventores dos tempos mais afastados, anteriores à época do vapor e do desenvolvimento da indústria metalúrgica. Uma pesquisa mais aturada exumaria talvez outros e porventura definiria como reagiram rotina e espírito de progresso dos senhores de engenho, durante os séculos XVII e XVIII, aos melhoramentos sugeridos ou às invenções que de fato apareciam.

Os bangüês não atravessariam essas centúrias apegados de modo absoluto a máquinas e processos de desde os primeiros estabelecimentos; mas parece terem sido pequenas as alterações que admitiram.

Foi nas primeiras décadas do século XIX que os engenhos baianos passaram por tamanhas transformações que dariam à paisagem do Recôncavo diversíssimos aspectos. Modificaram-se de tal maneira as antigas fábricas que velhos senhores dos tempos passados não as reconheceriam.

Tudo mudara.

Se no cimo dos amplos telhados o branco vapor dos escapamentos dava um sinal de trabalho festivo e álaçre, já visto desde muito longe; se o apito e os bufos da máquina eram vozes novas no concerto dos rudes ruídos rugidores, na toarda reboante das noagens; se a bagaceira com seus alvos lençóis estendidos dava um toque gracioso e movimentado às vizinhanças dos fumegantes elheiros — já em muitos, em quase todos havia cessado o ranger

das almanjarras, e não mais se ouvia o compasso da água espadando nas pás das grandes rodas. Moendas maiores, com seus brilhos de aço; tachas de ferro em vez das de cobre; fôrmas de madeira ou de ferro zincado em lugar das de barro; barricas e sacos substituindo as caixas... engenhos tão diferentes!...

Nos últimos anos do século XVIII formava-se ambiente para essas grandes modificações, mas a rotina tinha ainda sua força. Lemos num ofício de D. Fernando José de Portugal a Rodrigo de Sousa Coutinho: “aqui há notícia de se ter posto em prática o método geralmente conhecido nas Ilhas francesas e inglesas de se servirem do bagaço da cana moída nas fomalhas dos Engenhos, em lugar de lenha; porém pela imperícia talvez dos que assim praticaram não resultou desta experiência a utilidade e grande vantagem que se podiam esperar: e posto que se conheçam alguns escritores que tratam desta matéria, não é bastante o que eles dizem para se adotar e dar execução ao referido método, como me confessaram alguns Senhores de engenhos a quem ouvi, ou seja pelo defeito das fomalhas, ou porque se ignora o verdadeiro modo de usar do bagaço, persuadindo-se que o fogo que dele resultar terá pouca atividade quando para fazer cozer o açúcar introduzem nas fomalhas não lenha miúda, mas grossa, a que chamam rolos de lenha, de que nasce um fogo ativíssimo”.

Sugeria o futuro Marquês de Aguiar mandar às ilhas uma ou mais pessoas hábeis para ali aprenderem (24).

Mas ainda em 1808 poucos eram os engenhos que aproveitavam o bagaço. Nessa data escrevia Vilhena: “logo que o suco é de todo espremido resta o bagaço de que, com grande prejuízo, não fazemos caso, e os estrangeiros nossos vizinhos tanto aproveitam”, e narrava que se o engenho tinha “fomalhas de crivo em que o fogo anda mais próximo ao fundo dos cobres”, gastava doze a dezesseis carros de lenha em vinte e quatro horas. Para cada carro de cana outro de lenha (25). Estas eram as fomalhas boas ou aperfeiçoadas, “se, porém, o dono é teimoso e não quer ainda usar daquelas fomalhas em que o fogo dista só cinco palmos do fundo das tachas, mas sim conserva as fomalhas antigas no chão com a distância de dez palmos de alto, só pela razão que seu pai e avô assim usaram, esse não queima menos de carro de lenha por hora”. Além disto tinham as fomalhas antigas outro inconveniente: “escravos da cabeça até os pés são abrasados nas bocas das fomalhas, com as línguas de fogo que delas saem como de um efervescente vulcão, o que é em um

ponto muito menor nas outras fornalhas de crivo, de que já falei” (26).

Espírito de grande curiosidade, não se contentava Vilhena em registrar e verberar; também escogitava, inventava e ensinava. Expende ele idéias e narra experiências acerca do modo de purgar o açúcar com a substituição das fôrmas de barro por umas de pau de seu desenho, e discorre longamente quanto à maneira de construir as fornalhas, acabando por dar notícia de uma almanjarra que imaginou, dela pedindo e obtendo privilégio, aparelho que, mal feito, não deu o resultado esperado e foi desmanchado por seu inventor “depois de perder mais de três mil cruzados por querer ser útil ao Estado e a mim”.

Malsinava Vilhena as fornalhas mais usadas no Recôncavo — “aquelas antigas em que medeiam dez palmos do pavimento ao fundo das tachas, que queimam por hora um carro de lenha da mais grossa como sejam toros de dois, três e mais palmos de diâmetro” velho sistema que alguns não queriam abandonar “para as fazerem de crivo em que há a metade desta altura com o que se gasta tão bem a metade daquela lenha e muito mais delgada, com o que se poupam matos, trabalho de negros e bois e muito melhor se aproveitam as cinzas”. Entendia ele ser possível diminuir o espaço “entre o crivo e fundos dos vasos” para, graduando o foco da chama, aproveitar o bagaço como já o faziam os colonos de outras nações, e descreve com grande minúcia as fornalhas de que usaria se tivesse engenho (27).

Dá-nos Vilhena a certeza de que as fornalhas de tipo mais moderno eram já em 1808 usadas na Bahia, pois diz que não queriam “alguns” senhores de engenhos abandonar o costume de seus avós para fazerem as fornalhas de crivo, etc. É que já naquela época havia proprietários adiantados que estudavam e adotavam nas suas fábricas as modificações que lhes aconselhavam leituras, observações alheias ou experiência própria.

O Desembargador Rodrigues de Brito (1807), querendo dar um exemplo do quanto valia para o agricultor ser instruído nas ciências físicas, escrevia: “para se formar uma idéia da importância e ao mesmo tempo da falta que temos de seus conhecimentos, basta comparar os antigos produtos do Engenho da Ponta com os que dele extrai atualmente o seu novo proprietário, o meu honrado amigo Manuel Ferreira da Câmara. Pela primeira reforma das fornalhas (e que ainda não estão perfeitas) aproveitando melhor o açúcar (o bagaço?), economizou dois terços de lenha, cuja despesa

montava a mais de três mil cruzados cada ano. Pela dos tubos da roda d'água conseguiu que esta lhe durasse todo o tempo da safra, poupando-lhe o serviço de setenta cavalos, que antes eram precisos para a moenda; pela da levada convertida em canal de condução evitou grande número de bois e escravos que ocupava nos transportes das lenhas. Os mangues que se julgavam incapazes de produzir açúcar o dão excelente. Já se não teme de decoadas, nem são custosas como dantes. Não se azeda o caldo e a qualidade do açúcar está na mão do lavrador. Aquele de que eu falo, que pode servir de modelo aos outros, tem em menos de três anos duplicado a renda do seu Engenho, cujo aumento acumulado elevará progressivamente os ulteriores produtos na mesma proporção. De iguais e maiores progressos é suscetível toda a Capitania nos variados ramos de suas lavras. Pois se aquele que é de todos o mais florente recebeu um tão pronto e extraordinário melhoramento, logo que o Filósofo empregou nele as suas vistas vivificantes, quanto maior o não receberiam aqueles cuja cultura está ainda no berço?" (28).

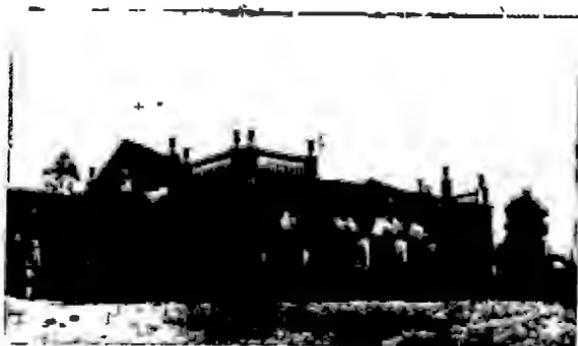
Quase contemporâneos dos de Manuel Ferreira da Câmara foram os esforços de Manuel Jacinto de Sampaio e Melo para resolver o problema das lenhas e fornalhas nos engenhos da Bahia.

A primeira notícia da invenção deste senhor de engenho divulgou-a o jornal *Idade de Ouro do Brasil* que em seu número 76 de 22 de setembro de 1812 publicava a seguinte nota: "em o número passado se fez saber ao público a descoberta de um acréscimo à fornalha de bagaço; a qual é muito interessante e econômica por isso mesmo que o seu artifício consiste em extrair de qualquer espécie de lenha miúda e verde aquele grau de calor que é necessário para o processo do açúcar. O autor desta descoberta é o mesmo que pôs em prática neste país pela primeira vez a fornalha de bagaço, a qual já tem ensinado aos fabricantes de açúcar que é possível de uma matéria frágil extrair um fogo tão violento como do mais robusto tronco. A quantidade de lenha de que abunda este país tem sido causa para que os habitantes não estudem o mérito de a economizar; mas agora que as matas se vão alongando dos engenhos, à medida dos roçados, é preciso estudar este ramo de física que nos países do norte tem feito grandes progressos mesmo nos fogos das cozinhas. Todos sabem que na Inglaterra uma pequena porção de lenha ou de carvão prepara um grande banquete e ao mesmo tempo aquece uma pipa d'água, porque é tal o artifício do fogão que não se desperdiça nele o menor grau de calor. Se a abundância tem sido causa da nossa preguiça, principie a neces-



*Aspecto da varanda do Sobrado do
"Engenho Európa", no Município
de Santo Amaro*

(Gentileza de Armando Leonardo Pereira)



Sobrado do "Engenho Európa", no Município de Santo Amaro

(Gentileza de Armando Leonardo Pereira)



Sobrado do "Engenho Outeiro", no Município de Santo Amaro
(Gentileza de Armando Leonardo Pereira)



Sobrado do "Engenho Tarefas", no Município de Santo Amaro
(Gentileza de Armando Leonardo Pereira)

sidade a ser causa da nossa indústria. As lenhas têm subido muito de preço desde 20 anos a esta parte; e se nós não imitamos a indústria dos habitantes da Jamaica e Martinica, o nosso açúcar não poderá concorrer em preço com o deles na Europa”.

E o número seguinte daquele primeiro jornal baiano — 77 de 25 de setembro de 1812 — estampava: “Manuel Jacinto de Sampaio e Melo tem continuado as suas meditações e experiências relativas aos engenhos de fabricar açúcar: ultimamente descobriu um novo acréscimo à fornalha de bagaço para cozer igualmente com lenhas verdes, miúdas ou grossas, o qual se acha já executado no Engenho da Filosofia, e do capitão Manuel Vieira Tosta, pelos mestres Francisco Joaquim e Francisco de Paula. Consiste em fazer segundo cinzeiro depois do primeiro com quatro crivos separados dele; por um frontal dobrado e a porta para um dos lados da fornalha; esta lhe serve de registo, estando aberta coze bem com lenhas de toda a qualidade; para cozer com bagaço fecha-se exatamente. Todas as fornalthas que têm 5, 6 e 7 crivos, e bueiros altos, cozem com lenha verde e bagaço; mas cozendo bem com lenha, cozem mal com bagaço, ou se gasta mais do dobro que é o que não serve. Agora em uma só fornalha temos duas, abre-se a porta para lenha, fecha-se para bagaço. Não preciso, antes é supérfluo, dar as razões físicas do diverso efeito” (29).

Tais experiências e invenções o benemérito agricultor sintetizou e expôs num volume que é um dos livros centrais da literatura agrícola brasileira — “Novo Método / de fazer o açúcar / ou / reforma geral / econômica / dos engenhos / do Brasil / em utilidade particular / e pública: / oferecido / a Sua Majestade Fidelíssima / o Senhor / D. João VI / por Manuel Jacinto de Sampaio / e Melo / Bacharel Graduado em arte, ex-professor / Régio de Filosofia da Cidade de Lamego, Senhor / de Engenho na Vila da Cachoeira da Bahia / — Bahia / Na Tipog. de Manuel Antônio da Silva Serva / Ano de 1816 / Com as licenças necessárias”.

Sampaio e Melo narra como as tentativas feitas para o aproveitamento do bagaço nas fornalthas foram sempre improfícuas; e assinala que o suco das canas moídas na Bahia tinha doze partes de água pura ao passo que o das da ilha de São Cristóvão tinha oito partes de água. Isso determinava entre nós a necessidade de uma maior evaporação até produzir-se o açúcar. Lenhas e mais lenhas exigiam os engenhos.

O bagaço desaproveitado ainda encarecia a fabricação. Quatro ou seis escravos ocupavam-se “entre dia e noite em lançar os bagaços no campo onde no fim da safra se lhes põe fogo como inúteis”.

E a lenha escasseava a mais e mais: “as matas vão ficando em grandes distâncias e afinal devem acabar, e com elas os engenhos, como já tem acontecido a muitos, estando um grande número dos que ainda existem não longe do mesmo sucesso por falta de lenhas”.

Ele se empenhara em achar solução para tais dificuldades, mesmo porque “só um filósofo senhor de engenho, ativo e diligente, pode descobrir coisa útil aos engenhos”.

“Os nossos filósofos estão dormindo há trezentos anos sobre este importante objeto sem advertirem que as ciências naturais não se estudam para disputar nas aulas, ou conversar nas assembléias, mas para descobrir verdades interessantes ao bem comum”. . . . “Por estar patente a grande desordem dos engenhos, e necessidade de uma reforma geral, vários curiosos, tanto nacionais como estrangeiros, se botaram a querer inventar novos sistemas de moendas e fornalhas: armaram seus modelos que mereceram a aprovação de muitos mestres, e senhores de engenho; e por isso publicaram manifestos com grandes promessas, e alcançaram provisões de graça para haverem certo prêmio de cada um dos que usassem delas; mas a experiência que é o contraste das verdades físicas, mostrou claramente que se enganaram nos seus projetos. Deviam lembrar-se que as máquinas em ponto pequeno produzem um efeito e em ponto grande repetidas vezes outro muito diverso”.

Parece que entre os a quem visava com este reparo devia estar Vilhena com seu malogrado invento. Sampaio, não querendo citar nominalmente este e outros infelizes em suas descobertas, lembra as esperanças que tivera nos trabalhos de Manuel Ferreira da Câmara cujas traças e melhoramentos viriam a ser muito úteis “se o não distraíssem outras ocupações”.

Agora apresentava-se o novo invento. Sampaio era filósofo em todos os sentidos e desafiava com estoicismo a desconfiança justificada de seus colegas, senhores de engenho: “os muitos e pesados logros que têm sofrido os senhores de engenho com as novas invenções que já por desprezo chamam invectivas, são causa de os achar tão escandalizados”. E contava ele próprio o que houvera de vencer e sofrer: “antes de encontrar com os novos planos no imenso pélagos dos possíveis é certo que muitas tentativas em que despendi o melhor de 10.000 cruzados me saíram baldadas, além de perder várias safras em que podia lucrar mais de 50. Isto deu motivo para me acusarem

geralmente de falta de economia, dizendo (por sarcasmo) que como eu tinha outros rendimentos, não fizera o engenho para utilidade sim para divertimento. Puseram ao engenho o nome de *Engenho da Filosofia*; fizeram-lhe versos satíricos, e disseram o que bem lhes pareceu; mas em breves tempos se conhecerá que o resultado desse meu chamado *divertimento* são milhões anuais em proveito dos particulares, e por consequência do Estado, no que tenho sumo prazer. Quanto aos sarcasmos e sátiras não me causam admiração porque leio na história literária que grandes homens que adiantaram as ciências, opondo-se a opiniões, inda que erradas, geralmente recebidas, tiveram mau pago" (30).

Como que Sampaio justifica a descrença geral: "costumados a cozer açúcar com toras grossas que um homem não pode abarcar (as lenhas miúdas são lãs para as caldeiras) parecia-lhes impossível que bagaço, que é uma palha, produzisse o menor efeito", errada e geral persuasão de que "o natural do açúcar é lenha".

Seus inventos reduziam as lenhas; limitavam o número de cavalos e bois nas almanjarras.

Se a evolução da indústria se pautasse pelo número de inventores e inventos, rapidíssimas teriam sido conquistas, melhorias e riquezas. O ritmo não foi aquele, é bem verdade, entretanto no decorrer da primeira metade do século XIX grandes foram as transformações; e a rotina andava escabiada com o que assistia pelos engenhos.

Em 1833 Antônio de S. Valério Scheult, um dos fundadores da fábrica de rapé Areia Preta anunciava a "descoberta de uma máquina em vaso aberto que transforma o sumo da cana-de-açúcar a 70 até 80 graus de termômetro centígrado sem que haja produção de melação" (31).

Ainda nesse ano de 1833 verificavam-se os bons resultados do uso das tachas arredondadas que haviam sido estabelecidas no engenho São Felipe, de Manuel Vasconcelos de Sousa Bahiana (32).

Já no ano seguinte, em 1834, Miguel Calmon, futuro Marquês de Abrantes, dava testemunho no seu "Ensaio" (33) dos progressos que se faziam na queima de lenhas e bagaços: "ninguém ousará negar o trabalho e despesa que se forrou em cada engenho pela introdução de *crivos* e *portas de ferro*, ou *fornalhas para bagaço*. Propriedades que ou não trabalhavam já ou pouco davam por falta de lenhas tornaram a pôr-se em atividade, e novos engenhos alevantaram-se em terras excelentes mas desaproveitadas até então por aquela falta".

Notas do capítulo:

(1) *Cartas Económico-Políticas*, pág. 97 — Antonil (*Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 132), informa o que era "lenha de decoada": — paus especiais que davam boa cinza necessária à decoada.

(2) Vide *Docs. Hist.*, vol. 20, págs. 430, 431.

(3) Vide *Docs. Hist.*, vol. 66, págs. 216, 217, 265 — Carta régia de 12 de abril de 1663.

(4) Vide *Docs. Hist.*, vol. 66, págs. 218, 219, 263 — Carta régia de 12 de abril de 1663.

(5) Vide *Docs. Hist.*, vol. 66, pág. 265, 266 — Carta régia de 24 de maio de 1664.

(6) Eis o que consta do Regimento de Roque da Costa Barreto (23 de janeiro de 1677) e das observações feitas por D. Fernando José de Portugal em cumprimento da provisão do Conselho Ultramarino de 30 de julho de 1796, e da recomendação de 10 de abril de 1804: *Capítulo 25º* — Por ser informado que as matas que serviam ao benefício dos engenhos de açúcar iam em muita diminuição, sem embargo de algumas serem de pessoas particulares, e por convir ao bem público conservarem-se tudo o que puder ser, encarreguei ao governador Dom Diogo de Menezes tornasse desta matéria a informação necessária sobre os remédios que se deviam dar para que se conservasse, enquanto pudesse ser, assim para o benefício dos açúcar, como das madeiras para os navios e outras fábricas. *Capítulo 26º* — E por que pelo regimento que mandei dar à Relação título do governador capítulo 22, ordenei também se expusesse esta matéria, e depois disto fui informado que naquele Estado são perdidos alguns engenhos, e outros estão ocasionados a se perderem por seu número, sobre que mandei tomar informações em Portugal de algumas pessoas práticas nas coisas daquelas partes do que se entendeu ser a causa deste dano de se fazerem os engenhos muito perto uns dos outros, sem consideração da grande cópia de lenha que cada um há mister para a moenda de cada ano, e algumas pessoas que não têm engenhos, tendo terras de lenha perto dos que os têm, as mandam roçar, e semear nelas mantimentos, que é ainda de mais dano continuar-se cada ano em se fazer a roça, e cortarem sempre os donos dos engenhos, e demais perto, sem lhe dar lugar a tornar a crescer, e assim acrescentarem-se perto delas Aldeias de índios, que por haverem de roçar para sua sustentação foram gastando muita lenha, e para isto se remediar apontam que será conveniente ordenar-se que em nenhuma maneira se assente Aldeias de índios em menos distância dos engenhos que uma légua, e quando se faça roças para mantimentos por outro tanto espaço e os donos das terras dos matos vendam a lenha aos engenhos por preço conveniente que se taxará pela câmara e provedor da capitania, em que estiverem os engenhos e não vindo os homens da lenha nisto de boa vontade, querendo vender com elas as mesmas terras, serão obrigados os senhores de engenho a comprá-las fazendo-se da mesma maneira avaliação delas, e que eles não possam cortar senão afolhando os matos em três folhas que se farão de maneira que em cada uma delas haja perto e longe e para que assim os vão cortando e tenham lugar de crescerem

umas enquanto as outras se cortarem. *Capítulo 27º* — E que não façam engenhos de novo tão perto dos outros, que não fique de uns a outros lugar bastante, de que tirar lenhas, fazendo-se para isso diligência do Provedor da Capitania em que se houverem de fazer; porque muito mais importaria menos engenhos com lenhas bastantes, que haver mais com falta de lenha, e consumir-se de maneira que venha a faltar a todos e perder-se tudo. E por esta matéria ser de tanta consideração a que convém acudir-se com o remédio pronta em cuja execução não possa haver dificuldade e dúvida, me pareceu não resolver nela mais informação, o mandei escrever ao dito Dom Diogo de Meneses encarregando-lhe tomasse a necessária, comunicando-o à Relação para que tomando dela a sua me avisasse de tudo o que se achasse, com o seu parecer, e o mesmo se encarregou aos governadores, que lhe sucederam; e porque até agora se não tem satisfeito, encomendo ao governador saiba o estado disto, restas as diligências que tiver por convenientes, me avisará do que achar, e se lhe oferecer, com toda a clareza, e distinção e com tal brevidade que se ganhe tempo no que convir ordenar. *Observação* — Nestes três capítulos se recomenda a Roque da Costa Barreto dê a informação pedida ao governador Dom Diogo de Meneses e a seus sucessores sobre a conservação das matas em benefício dos engenhos de açúcar, e necessárias também para delas se extraírem madeiras para os navios, e outras fábricas, e se apontam os meios que algumas pessoas lembravam para se evitarem estes inconvenientes, sendo um não se permitir que se construísem tão perto uns dos outros, sem lugar bastante para se fazer tirar lenhas. O alvará de 13 de maio de 1802 excitou a providência já dada a este respeito na provisão de 3 de novembro de 1681 ordenando que se não possa fabricar engenho algum de açúcar sem ficar meia légua de distância entre outro já construído, precedendo licença do governador da capitania. No regimento desta relação de 13 de outubro de 1751 tt. 2º § 29 se lhe recomenda igualmente tenha especial cuidado sobre as lenhas e madeira que se não cortem nem queimem para fazer roças ou outras coisas em partes que se possam escusar.

Nesta capitania já não há aquela abundância de madeiras que havia em outro tempo; porque as infinitas derrubadas que no espaço de tantos anos se têm feito por causa das plantações e para as embarcações da coroa e dos particulares são causa de estarem destruídas as matas, de sorte que já se não encontram paus de construção em todo o Recôncavo em menos distância de quatro léguas dos rios navegáveis por onde se possam conduzir para esta cidade, e somente na ilha de Santa Catarina é que se poderão extrair com mais comodidade. Ao meu antecessor e aos mais governadores das capitánias marítimas do Brasil se dirigiu pela secretaria de Estado competente a carta régia em data de 13 de maio de 1797 (documento nº 51) em que se declara ser da propriedade exclusiva da Real Coroa todas as matas e arvoredos à borda da costa ou dos rios, que desemboquem imediatamente no mar e por onde em jangadas se possam conduzir as madeiras cortadas até às praias, proibindo-se que para o futuro se possam conceder sesmarias em tais sítios, e dando-se as mais providências sobre esta matéria, que nela se apontam; mas não é possível executar-se aqui a sua disposição inteiramente; porque já se não acham madeiras de construção em matas próximas aos rios, e ainda as que se cortam na distância apontada para o real serviço, são todas tiradas dos engenhos e fazendas particulares que com os seus bois as fazem conduzir gratuitamente até a borda da água com vexame e prejuízo da lavoura de sorte que o governo se vê muitas vezes obrigado a interpor a sua autoridade para que os lavradores e

senhores de engenho prestem semelhante auxílio sendo da intenção de Sua Alteza que dos particulares se exija para este serviço o menor sacrifício possível, como se manifesta dos parágrafos dos officios da secretaria de estado dirigidos ao meu antecessor nas datas do primeiro de outubro de 1798, de 16 de março e 22 de setembro de 1800 (documentos ns. 52, 53 e 54)

É pois o meu parecer que no nosso regimento se recomende a execução do alvará de 13 de maio de 1802 sobre a construção dos engenhos, como também as ordens que há a respeito do tabuado de tapinhoá, evitando-se o extravio, e castigando-se os que cometerem com as penas estabelecidas, e que nas cartas de sesmarias se continue a pôr a cláusula de que os sesmeiros serão obrigados a conservar os paus reais para embarcações particularmente o tapinhoá e peroba observando-se igualmente o que se acha disposto nos parágrafos 9 e 10 do alvará de 5 de outubro de 1795, apesar de estar por ora suspensa a sua execução, e a mencionada data régia de 13 de março de 1797 naquilo que for aplicável a esta capitania" (*Docs. Hist.*, vol. 16. págs. 372 a 378).

O Regimento de Gaspar de Sousa contém disposições iguais com pequenas variantes de redação (Vide Códice Gaspar de Sousa, na biblioteca do Itamarati).

(7) Vide *Docs. Hist.*, vol. 28, págs. 26/27 e vol. 32, págs. 365/366, e vol. 4, págs. 372, 373, 375. — Era uma providência de ordem geral já havendo antes casos particulares resolvidos semelhantemente. Em 1679, Pedro Garcia Pimentel representava ao Rei que sendo senhor do engenho Caicabo "aonde tem fabricado canaviaes e feito roças" junto a ele "alguns hereos cortam quantidade de lenhas e fazem roças com intento de fabricarem outro Engenho". Alegava que isso daria prejuízo a todos "por não ser possível haver naquele sítio lenha para eles". O Rei atendeu a Pedro Garcia: — "tendo também consideração aos senhores Reis meus antecessores haverem mandado pôr grande vigilância neste negócio, e recomendado muito aos Governadores Gerais que de nenhuma maneira permitissem que ao menos uma légua ao redor de qualquer Engenho se fabricasse outro nem se roçassem matos antes para melhor aviamento dos Engenhos fossem os donos dos matos a vender as lenhas aos mesmos Engenhos pelo preço cômodo que se taxasse e, não querendo, vendessem a propriedade deles aos senhores dos Engenhos ficando antes obrigados a lhos comprar por ser meio melhor para se conservar o dito Estado" determinou "não consintam que uma légua ao redor do dito Engenho de Pedro Garcia Pimentel se fabrique outro algum, nem se façam roças nos matos dentro da mesma légua antes sejam os donos obrigados a vender as lenhas para o dito Engenho, pelo justo, e comum preço que se taxar, e as não possam divertir para outra parte" (Provisão de 11 de dezembro de 1679, in *Docs. Hist.*, vol. 27, pág. 260/262).

Perante o Provedor-mor embargaram essa provisão Tomé Pereira Falcão, Belchior Brandão Coelho e o Mestre de Campo Pedro Gomes e outros que assim pretendiam ganhar tempo para, suspenso o cumprimento da provisão, "irem fabricando engenho e fazendo roças" (no círculo de uma légua ao redor do engenho São José na paragem do Caicabo). Atendendo a representação do interessado, o Príncipe determinava que se sentenciassem logo tais embargos. — (Carta de S. A. de 24 de abril de 1681; *Docs. Hist.*, vol. 68, pág. 13).

— A requerimento dos irmãos Antônio e Pedro Baldes Barbosa moradores em Traripe, em Sergipe do Conde, o Príncipe proibiu a que nos distritos de seus engenhos se fizessem outros "senão na distância de meia légua um a outro rumo

direito por todas as partes, servindo as casas do engenho de centro à dita meia légua; e que os canaviaes, mantimentos e lenhas que os moradores tiverem sejam obrigados a vendê-los... Lisboa a trinta e um de julho de seiscentos e oitenta e um" (*Docs. Hist.*, vol. 28, págs. 45/47).

(8) Vide Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 130. O próprio Antonil escrevia: "muitos vendem as terras que têm, por cansadas ou faltas de lenha". Na escolha do local ou terras para o engenho havia de cuidar-se da "comodidade para ter lenha mais perto que puder ser" (pág. 71).

— Em 28 de julho de 1704 o Senado da Câmara da Bahia escrevia a Sua Majestade ratificando apelos anteriores (2 de junho de 1685 e 2 de agosto de 1686 e 4 de junho de 1687) e pedia a extinção da fábrica de galeões da Ribeira da Cidade, porque estava acabando com as sucupiras indispensáveis para carros, rodas de água, pontes sobre que moem as moendas, buchas das mesmas moendas e para as embarcações dos engenhos. Nesta carta se diz: "e assim se vão alongando cada vez mais os matos de beira-mar, razão por que já custa muito aos senhores de Engenho e lavradores alcançar a madeira de que necessitam e poder ser que já as mandem vir de barra a fora". (Arquivo da Prefeitura da Cidade do Salvador, Cartas do Senado a Sua Majestade, Livro nº 115, Armário 62, fls. 158 verso).

— Na "Representação" de 1752 vemos que num engenho "muito ordinário", de produção de 1.000 pães, ou sejam no máximo 2.000 arrobas de açúcar branco e 1.000 de mascavado, para duas caldeiras e quatro tachas, gastavam-se "120 tarefas de lenha para cozer mil pães de açúcar a 2.500 — 300\$000", e anualmente, isto é, por safra — "por fornalhas novas e concertos anuais que um ano por outro é o feito do pedreiro — 32\$000" e "por tijolo e cal para as ditas fornalhas, havendo respeito a reforma — 16\$000".

Ora, sendo a despesa total anual do engenho 2:603\$180, vemos que as lenhas entravam nessa soma com cerca de 11% e que lenhas e fornalhas representavam um total de mais de 12% quando os salários e despesas com escravos andavam por 1:430\$160 ou fossem cerca de 50% da despesa total.

Sete pães de açúcar reclamavam uma tarefa de lenha. Ora, ao preço, em 1752, de 1\$400 por arroba de branco e 600 rs. por arroba de mascavado e dando cada pão 3\$400, custando cada tarefa de lenha 2\$500, temos: sete pães de açúcar (14 arrobas de branco e 7 de mascavado) — 23\$800, uma tarefa de lenhas — 2\$500. A despesa com lenhas importava em pouco mais de 10% do preço bruto do açúcar.

(9) Vide *Cartas Económico-políticas*, págs. 31/32.

(10) Vide *Cartas Económico-políticas*, págs. 115/116.

(11) Vide *Cartas Económico-políticas*, pág. 50.

(12) Vide Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 106.

(13) A pedra é muito rara no Recôncavo santamarense e no próprio Recôncavo em geral. A boa pedra ia de Cachoeira para as construções de beira-mar conduzida por batcos, transporte barato e fácil.

(14) Em 1710 se faziam novos engenhos tanto no Recôncavo a beira-mar como "pela terra a dentro que hoje são de maior rendimento" (Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 170). — Sebastião da Rocha Pita, que escreveu em 1724, traz o seu testemunho: "o peão do açúcar, assim branco,

como mascavado, que se tira de cada uma destas fôrmas, sendo todas feitas quase por uma medida nas suas oficinas, é diverso nos Engenhos; porque as canas, que se moem próprias, ou obrigadas, e se cultivam em terras de massapê mais legítimo, ou se plantam de novo em outras menos cansadas e mais distantes das praias (causa por que lhes chamam propriedades do mato, por diferença das outras que se dizem de beira-mar) são maiores no comprimento, grossura, e distância dos nós, e têm mais suco, que as outras que nascem em terrenos já muitos anos cultivados, como são todas as fazendas que ficam perto dos rios, e pela sua vizinhança e comodidade de seus portos, foram as primeiras que se fabricaram, e já por antigas são hoje menos rendosas, carecendo as canas de mais trabalho para crescerem pela muita erva que naqueles lugares as sufoca (como a cizânia ao trigo) se não há contínuo cuidado em as limpar, não sendo as novas fazendas do mato necessárias tantas limpas" (Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, pág. 14).

(15) Vide Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, vol. I, pág. 173. Os engenhos de beira-mar, dizia ele, pela sua antiguidade "estão as suas terras muito mais cansadas do que aquelas do mato dentro".

Em 1781 o futuro Visconde de Cairu escrevia: "A Bahia só no seu recôncavo tem terras capazes de quadruplicar a lavoura do açúcar sem muito incômodo. Seria preciso em algumas partes procurar terrenos mais remotos alguma coisa de beira d'água: porém a dificuldade era bem mais fácil de vencer quanto aos transportes, porque a vizinhança dos rios anima tudo e os incômodos seriam compensados com a fertilidade dos terrenos de novo desfrizados, porque eles quanto mais no interior do país tanto pelo ordinário crescem em bondade" (pág. 502. *An. Bibl. Nac.*, vol. 32).

Apesar da decadência dos engenhos de beira-mar ainda em 1829 existiam muitos, mesmo ainda nas ilhas: na sua "Corografia ou Abreviada História Geográfica do Império do Brasil" escrita em 1829, Domingos José Antônio Rebelo nos fala do engenho Ingaú na ilha de Itaparica, de um na ilha das Fontes, de outro na ilha de Maré (*Rev. Inst. Hist. da Bahia*, vol. 55, págs. 125/126).

(16) Vide *Diálogo das Grandezas do Brasil*, ed. da Academia, 1930, pág. 138 — É talvez a essa invenção dos "palitos" que se refere uma provisão constante a fls. 315 do Códice Gaspar de Sousa da biblioteca do Itamarati: "Dom Felipe pergraça de Ds. Rey deportugaledos Algarves daquem edalem mar em Africa Snnor de guine etc. faço saber auus governador do estado do Brasil que os Snnôies Reis meus predecessores concederão ás pessoas que fosse[m] morar, e lavar as terras do dito estado, grandes e particulares privilegios enteos quais humdelles he, queapessoa que fizer Engenho pa. moer asucares não pague delles por tempo de dez anos direitos algus delles. Epasados pagarão dez por cento somente emquanto durar o Engenho, E por Respeito dama. despesa que fazem có elles lhe concederão as liberdade quietem; E porqueora sou informado que de algus meses a estaparte os moradores do dito estado inventarão nouo modo de moer asucares, a que chamão *emgenho cõ tampouca fabrica e despesa* que não entra emconsideração, e tanta facilidade queconstadequatro paos somte de que todos os moradores vão uzando, E uzarão nos asucares decada hum, E senestes tais engenhas se ouvesse de entender a liberdade de vinte e dez porcento ficaria minha faz^a de todo sem direitos, E pois as liberdades que se concederão foram per Respr^o, damt^a fabrica edespesa que fazião os moradores dessas partescõ os Engenhos que tem, E ora fazendose cõ tampouca que não he deconsideração

nem gasto. Vos manddo quenão consintaes que em nenhuã das Capitaniaes e mais partes desse estado se Registem trapiches por Engenhos nẽ delles se passe certidão algua pera se haverem de guardar nas Alfandegas deste Reino como se guardão as outras nem tenham nome de Engenhos, porquanto nestes senão entendem os Regimentos e provisões que sobre as ditas liberdades são passadas: Eo official que o contro. fizer perderá seu officio, e lhe será amão cortada por haver cometido falçidade, e haverámais pena que o caso merece, eas leis derem lugar, para o que mandareis apregoar o que se contẽ nesta provisãõ nas Capitaniaes desse estado e Registalla nos livros dellas onde se costumão lançar semelhantes provisões para a todos ser notorio o que por ella mando, e depois não poderem alegar inorancia, o que comprireis e fareis cumprir e guardar, e dar logo execução semduvida algũa, el Rey nosso snnor o mandou por Dom Estevão de faro do seu conelho destado e veedor de sua faz^a Franc^o de Abreu o fez em Lxa, o XXVY^o de Maio de seiscentos e quatorze, Diogo Soares o fez escrever Dom Estevão de faro Para o governador do Estado do Brasil — Dom Estevão de Faro — Cumpra-se e Registre-se — Fica registrada a Provisão atras no L^o 2^o dos Regr^{as} e Provisões segundo resa f. 32. — Mem (?) de Mello”.

(17) Vide Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, págs. 420/422.

A insistência com que falam os documentos de 1617, 1623 e 1624 em “moendas de três paus” faz crer que eram de uso recente no Brasil. Anteriormente seriam apenas de dois paus ou cilindros. Vide *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 61, págs. 159, 196, 210.

No meado do século XVIII as moendas gastavam-se muito. Na “representação” de 1752 lêem-se estes lançamentos da despesa de um engenho *muito ordinário*: “por concerto da moenda de carapina, havendo-se respeito de quatro anos fazer-se a moenda nova — 32\$000; por que se gastam as moendas e quebram as madeiras — 12\$800; por concertos de chapas, pregos, bronzes, piões e mancais — 40\$000”.

(18) Vide “Atas da Câmara — 1625-1641”, pág. 55.

(19) Vide *Docs. Hist.*, vol. 3, págs. 320/321.

(20) Vide Acióli-Brás do Amaral, *Memórias Históricas da Bahia*, vol. II, pág. 251. Borges de Barros refere-se a um alvará e uma provisão régia de concessão de privilégios e isenções aos senhores de engenho que introduzissem melhoramentos em suas fábricas: — “em 1554 D. João III em alvará ampliou as liberdades coloniais isentando do pagamento do dízimo a todo aquele que fizesse ou reformasse engenhos movidos por água ou por bois” (*An. Arq. Públ. da Bahia*, vol. III, pág. 30); “os engenhos de açúcar em 1789 por força da provisão régia de 1655 passaram a gozar de certos privilégios devido aos melhoramentos introduzidos nos seus maquinismos” (*An. Arq. Públ. Bahia*, vol. XIV, pág. 20).

(21) Vide alvará régio de 17 de dezembro de 1697, in *Docs. Hist.*, vol. 59, págs. 221/222.

(22) Vide *An. Arq. Públ. Bahia*, vol. XIII, pág. 83. — Vide ainda *Docs. Hist.*, vol. 34, págs. 143/144, onde se lê: “Senhor. Por carta de Vossa Magestade de 23 de fevereiro deste ano, foi Vossa Magestade servido dizer-me que Diogo Soares Alemão lhe fizera presente intentar pôr em prática em tempo do Marquês das Minas, que governava este Estado, um novo invento para que

os Engenhos de açúcar lavrassem com maior facilidade e menos despesa; e que o queria pôr por obra dando-lhe cada engenho setenta arrobas do açúcar branco por uma só vez: e que agora estava pronto para satisfazer a sua promessa, fazendo-se os engenhos necessários; e por se considerar que reduzindo este arbítrio em prática poderia ser de grande conveniência: há Vossa Majestade por bem que chame à minha presença a Diogo Soares e alguns Mestres dos Engenhos e Senhores deles, e que praticando-se e conferindo-se esta matéria, se parecesse que o efeito correspondesse à promessa mandaria observar este novo invento, sendo porém com aprovação dos Mestres e Senhores de Engenhos e do que achasse era Vossa Majestade servido lhe desse conta pela Secretaria de Estado, para que ficasse Vossa Majestade entendendo o que resultara. Procurando por Domingos Soares Alemão para lhe perguntar pelo invento da moenda que queria fazer dos açúcares com mais cômodo, e menos dispêndio, achei que estava nessa Corte, e alguns me dizem que preso, e fazendo diligência se havia alguma memória deste negócio, quando se praticou em tempo que o Marquês das Minas governava este Estado, me disse o Escrivão da Câmara desta Cidade, que naquele tempo se propusera este negócio com os oficiais dela, chamando os Mestres e Senhores de Engenho, e que fazendo a experiência se achara que não tinha conta este novo modo de beneficiar açúcar. Se o dito Domingos Soares Alemão vier a esta Cidade, tornarei a fazer praticar esta matéria, e do que achar darei conta a Vossa Majestade para mandar o que for servido. A Real Pessoa de Vossa Majestade guarde Nosso Senhor como seus Vassallos havemos mister. Bahia, 19 de julho de 1693. — Antônio Luís Gl. da Câmara Coutinho."

(23) Vide *An. Arq. Públ. Bahia*, vol. 25, págs. 62/63. — Conhecemos mais alguns inventos alegados ou verdadeiros, teóricos ou aproveitados.

Em 1680 é Bento Rodrigues de Figueira que se oferece a dar plano para uma moenda de cavalos moer somente com dois cavalos, quando então se moía com quatro, e fazia semelhante 'traça' por trinta mil réis. A invenção foi examinada pelos senhores de engenho Pedro Camelo Pereira de Aragão, Miguel Pereira de Aragão, Francisco de Araújo Azevedo, Manuel Botelho de Oliveira, Tomé Pereira Falcão, Belchior Brandão Pereira, Rafael Soares da França, Antônio Ferreira de Sousa e outros, que a julgaram utilíssima. E foi pela Câmara concedido o privilégio pedido (Termo de resolução da Câmara de 19 de outubro de 1680, Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Atas de Câmara, nº 17, fls. 385 verso). — Em 1694 é André Peçanha que alcança provisão relativa a sua invenção: "huã nova forma de engenho de fazer assucar com menos dispêndio de se moer a canna sem necessitar de fabrica de cavalos nem de bois" moendo só com dois negros a cana que costumava moer qualquer engenho atual de cavalos ou de bois. (Provisão do Governador de 4 de setembro de 1694, Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Provisões do Governo, Livro nº 59, Armário 6, fls. 2 verso). — Em 1765 é um inventor cujo nome não aparece no documento que temos à vista: "novo invento de moerem esses (engenhos) com o bagaço escusando lenhas" (Carta do Senado da Câmara da Bahia às Câmaras de São Francisco, Santo Amaro e Cachoeira, 6 de julho de 1766, Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Cartas do Senado aos Governos das Vilas e Capitanias). — Em 1766 é Francisco Machado de Miranda, autor do "Novo invento de moerem as suas canas com uma besta somente de dia e outra de noite" (Carta do Senado da Câmara da Bahia às Câmaras de São Francisco, Santo Amaro e Cachoeira, 15 de fevereiro de 1766, Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Cartas do Senado aos Governos das Vilas e

Capitanias). — Em 1843 é o alemão Henrique Droge “que se comprometeu mediante a soma de 15:000\$000 a apresentar um considerável melhoramento no fabrico do açúcar”. Entraram os senhores de engenho com 10:000\$000, os cofres provinciais com 5:000\$000 e foi assinado com o proponente um contrato (Fala do Presidente da Província da Bahia, Pinheiro de Vasconcelos em 1844, pág. 10). — Em 1846 firma o Governo Provincial contrato com o Dr. Júlio Parigot e os artistas Filmen e C. Montabio que prometiam grandes reformas no sistema de fabricação, mas nada fizeram. (Fala do Presidente da Província da Bahia, Soares de Andréa, em 1846).

Lenhas e fornalhas: Entra na lista dos inventores e aperfeiçoadores das máquinas e fornalhas dos engenhos José Maria dos Santos Lopes “negociante matriculado e estabelecido na Cidade da Bahia”. No Arquivo Histórico das Colônias, em Lisboa, existem dois desenhos que apresentam: “Elevação de um Engenho de moer cana-de-açúcar, ideado e posto em execução por José Maria dos Santos Lopes, comerciante matriculado e estabelecido na Cidade da Bahia; o qual engenho, puxado por quatro bestas com suavidade, se moem cinco moendas, que apresenta à Mesa da Inspeção segundo a Condição de seu Privilégio”. E no outro desenho: “Elevação de um Engenho de moer cana-de-açúcar, ideado e posto em execução por José Maria dos Santos Lopes, comerciante matriculado e estabelecido na Cidade da Bahia; o qual engenho puxado por quatro bestas com suavidade a moem as cinco moendas, que apresenta à Mesa da Inspeção, segundo a condição de seu Privilégio”. A diferença dos dois desenhos está em que em um a engrenagem leva a propulsão das bestas a um grupo de cinco cilindros de moendas ao alto havendo uma escada de doze degraus para chegar-se ao nível da moeda dispondo-se os cilindros da seguinte maneira: dois menores em cima, um de maior diâmetro ao centro, e os outros dois embaixo do do centro. No outro desenho as moendas estão ao nível do picadeiro onde devem circular as bestas e os cinco cilindros se enfileiram em sentido vertical (os do outro desenho são dispostos horizontalmente) sendo o do meio e mais grosso o que recebe eixo de transmissão do movimento, vindo por espirais (parafuso de Arquimedes) e rodas dentadas da roda a que estão ligadas as bestas. Ambos os desenhos estão datados: — Bahia — 12 de agosto de 1803.

(24) Vide *An. Arq. Públ. Bahia*, vol. XIV, pág. 17.

(25) Antonil (1710) nos fala do bagaço como um peso, um encargo. Havia uma escrava especialmente empregada em “botar fora o bagaço, ou no rio, ou na bagaceira para se queimar a seu tempo. E se for necessário botá-lo em parte mais distante não bastará uma só escrava, mas haverá mister outra que a ajude; porque de outra sorte não se daria vazão a tempo e ficaria embaraçada a moenda” (*Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 125). — Prudêncio do Amaral (1781) nas “Geórgicas Brasileiras”, pág. 190, informa que o bagaço era queimado por inútil e as cinzas aproveitadas como adubo:

“E em confusão os acumula
Ótimo pasto a sotopostas chamas
Donde depois o agrícola procura
Fecundas cinzas em que adube os campos”.

— Antônio Muniz de Sousa (1834) nas suas “Viagens e Observações”, pág. 178, informa: “em algumas províncias como Bahia, Pernambuco, etc., já se encontram as fábricas deste gênero muito mais aumentadas, porém não sucede outro tanto nas de Espírito Santo, Rio de Janeiro, etc.; na primeira ao menos

para dar passagem às cinzas que caem para a parte inferior da abóbada chamada vulgarmente cruzeiro)" Mas havia muita imperfeição ainda a corrigir "para se evitarem os muitos desperdícios de lenha, dos serviços dos escravos que as cortam e dos bois que as conduzem". Coutinho aponta os erros: deixarem aberta a boca da fornalha com o que por ela refluiam ou retrocediam muitas chamas — calor desaproveitado, desperdiçando-se muitas lenhas. Era fazer-se a boca da fornalha "mais pequena possível" e assim mais facilmente tapá-la com uma chapa de ferro — mantendo aberta a boca do cruzeiro. O segundo, convinha ele, era meter-se na fornalha muita lenha desnecessária — lenhas grandes e verdes — pois havia a convicção de "quanto mais lenha mais chama e quanto mais chama mais fervem os caldos". O terceiro erro estava em "se fazer a fornalha ou o canal por onde passa a chama todo igual desde a sua boca até a sua fuminé ou bueiro; o que faz que a chama, correndo como inclinada para a parte da fuminé, passa com uma grande rapidez sem aquecer bastantemente as tachas que é o fim principal". Remédio a esses erros: — "formar-se debaixo de cada tacha uma abóbada ou um forno com aberturas proporcionadas de umas para as outras para dar passagem às chamas desde a primeira até a última, mas sempre de sorte que a abertura por onde entra a chama seja algum tanto maior do que a outra por onde ela sai; porque a corrente da chama, à maneira da de um rio, achando-se um pouco embaraçada em cada abóbada, necessariamente há de refluir e subir por uma e outra parte da abóbada até formar um fogo de reverbério fortíssimo no fundo de cada tacha que é o fim que se quer. O mesmo sucederá na segunda, na terceira e na quarta tacha; e desta sorte com pouco fogo se fará um grande efeito", — devendo-se colocar as tachas mais perto ou mais longe da boca da fornalha segundo se queira um maior ou menor ponto de fervura, — e a *fuminé* devia "passar acima dos telhados; não só para lançar longe o fumo, mas também para conduzir as chamas mais acima". Devia ser cilíndrica ou quadrada — "com uma cimalha na altura de um homem para nela se porem as luzes necessárias para de noite se aluminar a casa das caldeiras".

(27) Vide Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, vol. I, págs. 194, 195, 196 e 200. — É esta a descrição do tipo de fornalhas que Vilhena usaria: 'Se eu, meu Filipono, tivera Engenho, sem dúvida faria fornalhas muito diferentes das que atualmente se usam e creio aproveitaria todo o bagaço, quando os mais o desperdiçam. Mandaria fazer um crivo, ou grelha de tijolo em forma retangular, sustentada em seus arcos e por cima na distância de dois palmos e meio ou três, lançaria uma abóbada que cobrisse todo o pavimento da grelha, mas com as paredes de lado recurvadas para dentro; cuja abóbada tivesse capacidade para acomodar no comprimento dois ternos de tachas, mas que estas fossem de fundos pouco menos de chatos e não redondas, como são presentemente todos e que no princípio houvessem duas bocas, uma por baixo do crivo que sempre estaria aberta, e por cima dele outra que deverá tapar-se com uma porta de ferro que posta em couceira abra-se com facilidade para fora e com a mesma se tornasse a fechar, logo que se lhe metesse a lenha ou bagaço, cuja chama correria pelos fundos de todos aqueles vasos que deverão estar terraplenados o mais que fosse possível para conservarem mais calor e procurando a chama saída por uma proporcionada chaminé ou bueiro que deverá haver no fim da abóbada, faria ferver ao mesmo tempo todas as tachas, cozendo e não queimando o caldo, como sucede; os negros trabalhariam de lado muito melhor, sem pisarem na ardente abóbada; aproveitar-se-ia o bagaço e não se destruiria tanta lenha, escravos e bois como se estragam. — Consta-me que em países escassos de lenha desta forma é que com pouca faz ferver ao mesmo tempo muitos vasos para diferentes

poupam muita lenha, porque aproveitam o bagaço da cana para cozinhar o açúcar, e na segunda ainda o fazem com lenha; a única parte da Província do Rio de Janeiro que tem suprimido o grande trabalho de cozinhar o açúcar com lenha é a Vila de Campos; enquanto aos mais processos acha-se no mesmo atrazo que o resto da Província”.

— De 1584 quando escrevia Fernão Cardim a 1808 quando Vilhena redigia suas cartas não houve quase diferença entre os gastos das lenhas, na proporção de lenhas queimadas com a quantidade de açúcar produzido. Cardim informava: “em cada tarefa (trabalho de meia-noite a 3 ou 4 horas da tarde — 16 horas de trabalho) se gasta uma barcada de lenha que tem doze carradas e deita sessenta e setenta fôrmas de açúcar branco, mascavado, melo e alto. Cada fôrma tem pouco mais de meia arroba” (*Tratado da Terra e da Gente do Brasil* pág. 320). Quer dizer: para 16 horas de trabalho e trinta e cinco arrobas de açúcar doze carros de lenha. Ao tempo de Vilhena em vinte e quatro horas de trabalho gastavam-se doze a dezesseis carros de lenha.

(26) Vide Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, vol. I, págs. 181, 184, 185. O Bispo Azevedo Coutinho em sua *Memória sobre o preço do açúcar*, numa nota, diz que, além das despesas necessárias a fabricação do açúcar, ainda se faziam muitas “por falta de método na construção das fornalhas, das caldeiras em que se purificam os caldos para o açúcar”. Vira no Rio de Janeiro fornalhas feitas com algum método (escrevia em 1791) — “formando uma abóbada sobre a qual estão assentadas as tachas, dividida em duas partes por um crivo de tijolos (que serve não só para têr sobre si a lenha que conserva a chama, mas também usos, havendo só a diferença de sentarem-se os vasos sobre lâminas de cobre ou ferro com furos em que justam os fundos dos mesmos vasos e que o plano do crivo era dois palmos inclinado” (págs. 197/198).

(28) Vide *Cartas Económico-políticas*, págs. 80/81.

(29) Vide nota 104 ao poema “Engenheira”, do Dr. Ferrari.

(30) “A novidade necessariamente deve trazer detratores; desprezá-los é o melhor meio. Que aconteceu há doze anos com a invenção das fornalhas de bagaço do Doutor Manuel Jacinto, é ao Doutor Câmara? Houveram proprietários de engenhos tão obstinados que as não queriam adotar, apesar de conhecerem que economizavam muito em lenhas, somente pela razão que seu pai ou avô não usou delas; o mesmo vimos nós acontecer não há muitos anos com a introdução da cana de Caiena”. (*Semanário Cívico*, nº 26 de 23 de agosto de 1821).

(31) Vide exposição do método no *Jornal da Sociedade de Agricultura Comércio e Indústria da Província da Bahia*, nº 15, 3º trimestre, 15 de novembro de 1833, pág. 434.

(32) Vide o relatório da comissão no *Jornal da Sociedade de Agricultura* citado, págs. 443 e seguintes.

(33) Vide Miguel Calmon, *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, pág. 55. — “Em 1847, por iniciativa do Barão de São Francisco foi tentada a introdução de alguns melhoramentos na fabricação do açúcar, os quais já se haviam experimentado na Ilha de São Vicente nas Antilhas. A este respeito o Cônsul do Brasil em Berlim, João Diogo Sturtz havia aconselhado preferível o método novo ao geralmente usado aqui, principalmente em virtude da economia de braços, o que era questão importantíssima à vista da diminuição de escravos africanos

que resultava das leis repressivas do tráfico. Além desta vantagem era melhor o fabrico do açúcar (Braz do Amaral, "História da Bahia, do Império à República", *An. Arquivo Público da Bahia*, vol. 14, pág. 32).

Em 1855-1856 Manuel Antônio de Oliveira recebe um auxílio de 4:000\$000 que restituiria se dentro de um ano não apresentasse o aparelho de fabricar açúcar a fogo nu do qual resultasse vantagem reconhecida e patente para o melhoramento desse fabrico mediante o parecer de uma comissão de proprietários nomeada pela presidência para o examinar (Fala do Presidente da Bahia, 1856).

"Quando apareceu a malfadada moléstia da cana, surgiu a iniciativa do francês F. Ryavel com o invento de um novo aparelho para o fabrico do açúcar. Esse aparelho foi colocado no engenho Pitunga do Barão de Matoim. Com um só fogo tal máquina fabricava para mais de 140 arrobas de açúcar, aumentava o rendimento das canas". Foi nomeada uma comissão dos proprietários Dr. José Augustó Chaves, Dr. Pedro Munis Barreto e Aragão, Tomás Pedreira Geremoabo, que deram parecer favorável (Vide *Diário da Bahia*, março de 1866). *An. Arquivo Público da Bahia*, vol. 14, pág. 34.

ESCRAVOS



A primeira avaliação de escravos do “Engenho Freguesia”, realizada em 1811 (15 de março) perante o Juiz de Órfãos Joaquim Anselmo Alves Branco Munis Barreto, foram arrolados 82 escravos ⁽¹⁾ distribuídos pelas seguintes raças: crioulos, 13; pardos, 28; mulatos, 4; da costa, 16; geges, 7; nagôs, 3; angolans, 2; minas, 1.

Suas profissões eram: trabalhador de arado, oficial da casa de caldeira, purgador, purgadeira, serviço de enxada, trabalhadeira

da casa de caldeira, do serviço de moenda, carreiro, arrais de saveiro, marinheiro do serviço doméstico, do serviço da horta, lavadeira, costureira e bordadeira. Havia defeituosos — velho, aleijado de uma perna, quebrado da virilha, cego de um olho, com o vício de fugir.

Na segunda avaliação, em 1832 (14 de fevereiro), alistaram-se trinta e quatro escravos no “Freguesia” ⁽²⁾, pelo maior preço de 350\$ e o menor de 20\$, que se distribuíam pelas nações: crioulos, 15; pardos, 13; cabras, 9; ussás, 4; mulatos, 4; geges, 4; mestiços, 2; mina, 1; mendobi, 1.

Profissões e defeitos: tacheiro, marinheiro, de serviço de lavoura, carapina, moendeira, de serviço de enxada, de todo serviço, costureira, de serviço doméstico, que costura chã e borda, que faz rendas e tira amostras, que cose renda estreita, que cose costura chã, ganhadeira ⁽³⁾; de braço direito quebrado, cego do olho direito, quebrado da virilha, rendido da virilha, com chaga no pé direito e inchado dos pés, velho impossibilitado do serviço, vicioso de fugir

e furtar, pouco sadia, velha achacada, achacada de defluxo do peito, que padece de inflamação e obstrução, doente do estômago.

No inventário da esposa de Passé, em 1856, os escravos do “Engenho Freguesia” eram cento e sessenta e três, sendo do sexo masculino cento e três, do feminino vinte e nove, e mais trinta crias, no valor total de 170:100\$000. Distribuíam-se pelas seguintes raças: nagôs cento e dois, crioulos dezessete, ussás catorze, calabar um, moçambique um, cabrinhas três, mulatinho um, sem designação vinte e sete (*). A maior avaliação foi de 1:600\$000 (um maquinista e um feitor de serviço) e a menor de 50\$000 (velha), havendo dois sem valor — um “tomado de cansaço”, outro “sem o braço direito”, e uma cria “sem valor” não mencionado o defeito.

Profissões e defeitos: mestre carreiro, carreiro, pedreiro, carapina, empregado na casa de caldeira como tacheiro, do serviço do engenho, do serviço da enxada, moço da enxada, de todo serviço, apto para todo serviço do engenho, purgador, tacheiro, banqueiro, maquinista, feitor de serviço, marinheiro; rendido da virilha, quebrado da virilha, zãimbro de uma perna, padece de aneurisma no peito, já idoso, tocado de cansaço, com a perna direita chagada, com um pé inchado, aleijado, defeituoso dos pés, com as pernas quebradas, deslocado de um quarto, com as pernas feridas, muito tomado do cansaço, velho.

No inventário do Conde de Passé em 1877 os escravos passaram a ser cento e vinte e um, não contando três ingênuos libertados pela lei de 28 de setembro de 1871. Desses cento e vinte e um, eram africanos cinqüenta e cinco e crioulos sessenta e seis, avaliados no total em 63:250\$000 sendo o preço máximo de um escravo 1:400\$000, e o mínimo 50\$000.

*
* *

Não figura nas avaliações que vimos citando a aparelhagem penal dos escravos: tronco, palmatória, vergastas; mas seria imprescindível. No folheto “*Cultura do Açúcar, algodão e tabaco nos Estados Unidos d’América do Norte* — Descrição extraída de várias memórias escritas por lavradores dos mesmos gêneros — Rio de Janeiro. Na Tipografia Imperial e Nacional — 1830”, se lê (pág. 15): “ainda que o modo com que servem os escravos forma uma parte essencial do serviço, contentar-me-ei com aconselhar, diz uma das memórias, que é necessário ser justo e severo, dar-lhes bom trato; trazê-los bem vestidos e não deixar de os punir quando

merecem, nunca porém de um modo cruel. Por experiência adquirida está provado que o castigo do vergalho não é o melhor e é preciso abandoná-lo porque acabam por se habituar, e não os corrige. É melhor usar do tronco o qual pune e não maltrata e ainda que os preguiçosos não o sentem muito, contudo sendo obrigado a passar no mesmo as horas de recreio, a dormir, e os domingos o efeito produzido tem provado a conveniência do mesmo castigo. Como o estado de escravidão tira comumente às criaturas os sentimentos de honra e capricho, e as embrutece; o castigo que baste para os corrigir é mais natural e não grava a consciência, nem cria remorsos”.

No capítulo de bom ou mau trato dado por senhores a escravos e dos sentimentos destes em relação a seus donos há exemplos para todas as conclusões — da maior fereza, como o caso Fernão Cabral de Ataíde que confessadamente meteu uma escrava na fornalha do engenho, à brandura a mais cordial e amiga como a do Visconde de Pedra Branca que deixava de viajar à Europa para não faltar a seus cativos com a assistência e a proteção de verdadeiro pai; desde as rebeliões, os quilombos, os assassinatos de senhores, até a permanência em muitas senzalas, sem reações, sequer de regozijo, de libertos de 13 de maio.

Sinais de estima e provas da brandura de sentimentos dos senhores para com suas crias eram as alforrias, muitas vezes concedidas na pia batismal ⁽⁵⁾.

Outro atestado das concessões e transigências no regime servil era haver escravos que também eram senhores de outros escravos. Num inventário de 1872, da africana Sabina da Cruz, podemos ler em seu testamento: “declaro que sendo escrava do senhor Manuel Gonçalves da Cruz, já falecido, do seu poder me libertei há muitos anos dando-lhe dois escravos por minha liberdade” ⁽⁶⁾.

Não nos dão os documentos sobre o “Engenho Freguesia” qualquer informe relativo à alimentação, vestuário e assistência tanto corporal como espiritual dada pelos senhores a seus escravos. Mas certo participava dos costumes e regras adotadas em geral pelos donos de escravatura.

Em 1752 (“Representação”) quarenta e quatro escravos consumiam uma quarta de farinha em dez dias ou sejam 365 alqueires por ano e a carne era dada aos doentes convalescentes e algum escravo mais necessitado, gastando-se com isso 310 arrobas anualmente; davam-se ainda aos convalescentes 50 galinhas anualmente, custando a alimentação de 44 escravos 285\$000.

Gastavam-se ainda 62\$000 com assistência médica aos escravos: “um cirurgião para os doentes — 22\$000”, “por boticas todos os anos — 40\$000”.

A assistência espiritual custava: “por desobriga da quaresma dos 44 escravos a 40 réis — 1\$760”, afora o que era despendido com o capelão que também assistia aos senhores.

O vestuário consumia: “por farda de dois em dois anos e sai a cada preto por ano 1.000 rs todos — 44\$000”.

A mortalidade na escravatura era de 10% ao ano pois para uma escravatura de 44 escravos se lançava à conta de despesas anuais: “por 4 escravos mortos, 2 machos e 2 fêmeas — 480\$000”.

E de lá partiram, como de tantos mais engenhos, negros que iam guerrear para conquistar liberdade. Bem pouco provável não mandasse “Freguesia”, às guerras com Holanda, Portugal e Paraguai, escravos que se fizessem soldados.

Para esta última luta iam já alforriados, trocando o eito pela dura disciplina militar; para a guerra holandesa se bätiam ainda na condição de servos.

Numa carta de Sua Majestade ao Governador Francisco Barreto, datada de 5 de novembro de 1657, faz-se o elogio desses guerreiros saídos das senzalas e se lhes garantem as alforrias. Falava a Rainha no valor do terço de homens pretos e pardos na recuperação de Pernambuco e recomendava que se libertassem tantos soldados como oficiais, pois movidos pelos editais em que se prometia em nome de Sua Majestade ser forros e libertos “largaram o serviço de seus donos e foram servir naquela guerra” (?).

Tão perto da Cidade o “Engenho Freguesia” teria durante o século XVII seus labores de quando em quando perturbados pelo envio de escravatura para trabalhar nas obras militares, o que era uma forma de colaboração, nem sempre voluntária, com o poder público, uma maneira indireta dos ricos pagarem impostos (8).

Aliás; senhores havia que se compensavam desses e outros prejuízos não respeitando a regalia de seus escravos ao descanso dominical (9).

A citada “Representação” de 1752, assinada pelos senhores do “Engenho Freguesia” e por alguns de seus parentes, expõe fatos e opiniões de alto interesse histórico-econômico relativos ao comércio de escravos.

O tráfico, concentrado (1752) numa espécie de monopólio nas mãos de quarenta negociantes da Bahia e vinte de Pernambuco, assim se fazia: saíam os navios (24 eram os que se empregavam neste negócio) em esquadras de três deles cada uma, mediando três

meses entre a saída de uma e a da seguinte, havendo anos em que não iam mais de duas esquadras e outros em que iam três. Estabelecia-se nos três portos do negócio uma espécie de páreo, interessado cada capitão de navio em ser o primeiro a regressar trazendo os melhores negros e a maior abundância deles. Desta porfia resultavam grandes e malélicas conseqüências. Davam na costa da África maior quantidade de rolos de tabaco do que deviam por um escravo — “e chegam a tanto excesso que chegando outra esquadra se vão arruinando uns aos outros, e por isso vêm a sair-lhes os escravos a dezesseis, a vinte, a vinte e cinco e a trinta rolos cada um, e por esse excesso de rolos que dão lhes vêm a ficar os escravos muito caros”.

E não bastavam esses pagamentos exagerados em tabaco; ainda compravam escravos pagando-os em ouro: “para que venha a lotação do navio cheia costumam aumentar as carregações com mil e duas mil oitavas de ouro, para com ele pagarem o quartiamento na costa da Mina, no Castelo aos holandeses, e comprarem aos mesmos estrangeiros negros ou outros gêneros para o mesmo resgate”.

Assim apinhavam as embarcações de escravos: “e por isso trazem os navios cheios e tanto que apenas cabem sentados no decurso de toda a viagem” o que fatalmente determinava perdas, — “e sendo também este modo de ambição motivo de morrerem alguns tanto pelo aperto como pela falta de mantimentos e aguada” (10).

O preço alto dado na costa da África e as perdas durante a travessia levavam os traficantes a elevarem a taxa pela qual negociavam sua mercadoria humana na Bahia, onde chegado o carregamento se procedia à venda por escolhas ou loteamentos.

Naquele meado do século XVIII dominavam as minas; o ouro estava sobrepujando o açúcar e cabia aos *mineiros*, aos que traficavam para as minas de ouro das Gerais ou de Jacobina, pagar mais caro e por isso escolher e ficar com as melhores peças. “Os que andam para as minas” — *os mineiros* — compravam as da primeira escolha (170\$000 a 180\$000 cada) e ainda adquiriam as do segundo lote (150\$000 a 160\$000 cada). Tomando dinheiros a prêmio para essas compras conduziam sua mercadoria até as Minas onde a vendiam aos que garimpavam.

Ficavam estes escravos destinados à mineração sobrecarregados de “direitos e gastos até a chegada”, de mais 30\$000, e como “o mineiro” tinha que compensar-se ainda de perdas — “algum que

morre” — e dos juros do capital que tomara não só para a aquisição como “para o sustento e vestuário em três anos que gasta nas Minas para a cobrança como é de estilo” (?) — cada escravo vinha a ser afinal vendido nas Minas “de duzentas e cinquenta oitavas de ouro para cima” — “preço que na verdade não pode pagar o comprador das Minas”.

Diminuída a carregação por essas duas escolhas ficavam os “outros escravos de terceira sorte” que se vendiam na terra: ou a dinheiro (120\$000), ou a prazo de seis meses (150\$000) com o encargo de juros de 4% na falta de pontual pagamento.

Reputavam os senhores de engenho péssimo tal sistema e propunham modificações que, garantindo aos traficantes grande lucro, barateassem no Recôncavo a mão-de-obra: “sendo preciso reformar este negócio para serem mais acomodados os preços e por isso poderem os compradores pagar os escravos e comprarem os mais que lhes forem necessários e irem substituindo os que ordinariamente vão morrendo e continuarem-se as extorsões do ouro e cultura das mais lavouras”.

Havia meios de reduzir os preços dos escravos nos três portos de Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro a quase metade dos vigentes e conseqüentemente nas Minas.

O negócio, que era particular, individual, “de cada um destes donos dos vinte e quatro navios e seus interessados”, devia passar a ser explorado por uma companhia em que eles entrassem e os que costumavam dar para o tráfico dinheiro a risco ⁽¹¹⁾.

Não se esqueciam os senhores de engenho da falta de espírito de associação e cooperação, embaraço que cumpria vencer para realizar a idéia da formação de uma companhia: “a nação portuguesa é dificultosíssima em se conservar por companhia passando esta de dois ou três camaradas, pelo zelo que tem cada um em não querer que outro governe mais do que ele”.

Para contornarem semelhante escolho propunham um regimento, um plano, para a exploração do negócio.

Tinha o Brasil situação especial pela qualidade e procura do tabaco que produzia, essencial ao tráfico de escravatura: “o tabaco do Brasil é o melhor gênero para o resgate da Costa da Mina, logra toda a estimação entre os estrangeiros, que também vão ao mesmo resgate, e fora de ser a troca de escravos, corre geralmente cada um rolo que tem pouco mais de duas arrobas, pelo preço de uma onça de ouro, pelo qual também o trocam com os negros e com os estrangeiros por fazendas e gêneros do norte e porque somente

os portugueses o têm desta qualidade não há susto nem perigo que nos tirem os estrangeiros a estimação do tabaco do Brasil" (12).

Com a garantia dessa moeda tão estimada era fácil impor condições aos vendedores. Antigamente o maior preço de um negro na Costa da Mina era de seis rolos de tabaco variando o número destes pela qualidade do escravo. E isso ainda ocorria — “quando se acha somente um navio no porto da Costa da Mina e tem a certeza o capitão que não lhe chegará outro logo”. Ora, se assim se fizesse sempre, não haveria razão para dar mais rolos de tabaco para mais depressa sair do porto.

Na mira de conseguir-se a escala dos navios, de modo a não irem estes entrar em concorrência e fazerem, como até então, a corrida de maior preço para mais presto despacho — “o ponto principal da conservação e aumento do Brasil” (13) — é que se sugeria a criação da companhia.

Assim definiam os senhores de engenho a organização da empresa: “congregados os quarenta ou cinqüenta interessados e donos dos navios da Costa da Mina e orçado o cômputo de dinheiro de que se carecer para o manejo da companhia, entrará cada um dos interessados com a parte que lhe couber ou todo próprio ou tomando a risco como se pratica, levando-se em conta os navios com que entraram pelas suas avaliações e mais aprestos”. Os administradores da companhia seriam escolhidos em eleição pelos associados, definidas as atribuições dos vários cargos; haveria diretores chamados sócios do primeiro lote, do segundo, do terceiro lote e do quarto; deviam reduzir-se a seis ou nove, dos de maior lotação, os navios para a Costa da Mina para os três pontos principais, devendo vir em “esquadras de três com distância de seis meses uma esquadra da outra e todos os navios levarão ordem para não darem mais de oito rolos de tabaco por escravo do primeiro lote, e seis ou sete rolos por escravo do segundo lote, e cinco rolos por escravo de terceiro lote; quatro ou três rolos por escravo do quarto lote; e por moleque e negrinha dois rolos”; a aquisição, transporte e venda dos escravos passaria a ser feita segundo regras preestabelecidas.

Além dos navios grandes haveria mais quatro ou seis de lotação pequena que deviam partir aos pares carregados de tabaco e mata-lotagem dois meses depois da saída dos grandes. Desceriam a Costa da Mina fazendo tráfico até irem auxiliar os três navios grandes nos portos onde se achassem estes.

Chegados os escravos à Bahia seriam separados em turmas por peritos nomeados pela Câmara e “com marca de fogo no peito serão marcados com número 1, 2, 3, 4”, agregados a cada grupo moleques

e molecões conforme qualidade e tamanho. Eram então entregues os escravos de cada escolha aos sócios previamente designados para fazerem a venda de cada lote: — “e assim valerá um escravo de primeiro lote de cem mil réis até cento e dez conforme a bondade do dito escravo; o escravo do segundo lote valerá de oitenta até noventa mil réis, conforme a sua bondade, o do terceiro lote — 70\$000 até 80\$000 ou do quarto até 60\$000”. “E se não podem vender por maior preço nem com luvas”, estabelecidas penalidades para os transgressores. Os escravos de Benin a Calabar só poderiam no máximo ser qualificados no segundo lote — “e nesta gente se fará quinto lugar por ínfimo que não poderá valer mais de trinta até quarenta mil réis conforme a sua bondade”.

E ficava logo taxado o preço máximo pelo qual “os Mineiros que negociam levando escravos para as Minas” lá deveriam vendê-los: — do primeiro lote — cento e cinquenta oitavas de ouro; do segundo lote — cento e trinta e cinco oitavas; do terceiro lote — cento e vinte oitavas. Na Jacobina e Rio das Contas, tais preços seriam menores, diminuídos de dez oitavas em cada preço pela “menor despesa que fazem os escravos aí vendidos”.

Sugeriam ainda os autores da “Representação” que a Fazenda Real em duas naus conduzisse da ilha de São Lourenço e Moçambique (14).



Notas do capítulo:

(1) Antonil informava nos princípios do século XVIII que a escravatura “nos maiores engenhos passa o número de cento e cinquenta a duzentas peças, contando as dos partidos”. (*Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 68). — Quem não tinha para mais de oitenta escravos, oitenta bois e oitenta cavalos “se reputa fraco senhor de engenho”, escrevia Vilhena em 1802. Vide *Cartas Soteropolitanas*, vol. I, pág. 183.

(2) Já muitos escravos andavam entregues aos herdeiros, outros haviam morrido. Fala-se em vinte e um deles na fazenda Pajeú, e numa medição de terras de “Freguesia” acrescentaram-se mais cinco escravos, sendo três mulatos, um crioulo e um cabra.

(3) Segundo Vilhena, que escrevia em 1802, um engenho necessitava de escravos para múltiplas ocupações: os que cortavam canas nos canaviais e lenha nos matos; um feitor em cada corte de canas, dois carreiros por carro, quatro escravos na moenda para meter e tirar cana; em cada almanjarra um para tocar os cavalos, dois feitores para a moenda — um para o dia e outro para a noite, duas negras ao pé da moenda para carregarem o bagaço; nas fornalhas pelo menos dois ou três para meter lenha, dois ou três para picar olhos de canas e deitá-los nas manjedouras dos cavalos que no fim da tarde se recolhem a um curral para moerem de noite. E além dos escravos das casas de caldeira e de purgar havia mais barqueiros, carpinteiros de carros e moendas, terreiros e pedreiros; e acrescentava: “havendo mais huma grande turma de mulatinhos de um e outro sexo, nascidos em casa, que só servem de perturbar tudo; e além destes infinitas mulatas e negrinhas do serviço das senhoras, tão melindrosas que não pegam uma vassoura; se há filhos aí se distribuem aqueles bandos para o serviço de cada um, com exclusão de servir a mais ninguém que não seja loio ou a sua laiazinha (*Cartas Soteropolitanas*, vol. 1, págs. 185/187). — Fernão Cardim para 1584 dava números altos. A cidade e seu termo tinham “passante de três mil vizinhos portugueses, oito mil índios cristãos e três ou quatro mil escravos de Guiné” (pág. 288) e cada engenho “de ordinário seis, oito e mais fogos de brancos e ao menos sessentá escravos que se requerem para o serviço ordinário, mas os mais deles têm cento e duzentos escravos de Guiné e da terra”. (*Tratado da Terra e Gente do Brasil*, págs. 288 e 320). — Segundo Gabriel Soares em 1584 a população da Bama era de cerca de 800 vizinhos na Cidade e “em todos os reconçavos” mais de 2.000. (*Tratado*, pág. 109). — Não deixa de ter interesse, máxime pela época em que foi feito, o seguinte confronto entre a mão-de-obra escrava e livre no Brasil e em Portugal. Fê-lo a Câmara da Vila de Santo Amaro em carta à da Cidade do Salvador, datada de 23 junho de 1751: “neste Estado todo o cabedal que faz vivificar a terra é de natureza perível, fazendo sempre a perda por conta do lavrador, o que não é assim em Europa onde os cavadores dos campos escaras (?) são pessoas livres que morrem e adoecem por sua conta e riscos; e no Brasil por conta e risco do lavrador do açúcar e tabaco, e daqui provém a sua total perdição, porque mortos os escravos, bois e cavalos ficam as oficinas dos engenhos e fazendas de fogo morto, e o lavrador sem crédito e totalmente perdido, em forma que o crédito e boa opinião que logra o lavrador do açúcar e tabaco lhes não nasce da terra que possui, nasce-lhes dos muitos escravos, cavalos e bois”. (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Cartas do Senado aos Governos das Vilas e Capitânicas).

(4) Muito se tem escrito ultimamente acerca das raças e procedência dos escravos. Uma pesquisa rigorosa e minudente pelos inventários daria estatísticas muito interessantes, pois nas avaliações da escravatura além dos nomes, officios, defeitos, se indicava a raça de cada escravo. Vejamos, por exemplo, no inventário de 1856 em que foram arrolados os dois engenhos Cabaxi e Sapucaia. Para 71 nagôs, havia 20 crioulos, 10 geges, 10 calabás, 6 angolans, 5 mulatos, 5 cabras, 3 minas, 2 ussás, 1 tapa, 5 sem designação. — Os officios indicados eram 8 carreiros, 5 caldeireiros, 4 tacheiros, 4 costureiras, 3 serradores, 2 purgadores, 1 purgadeira, 2 banqueiros, 1 mestre carreiro, 2 moços de carró, 1 tangedor, 1 ferreiro, 1 gomadeira, 3 feitores de serviço.

(5) Eis alguns exemplos de transferências e alforrias de escravos no ato do batismo: “Aos vinte e seis de outubro de mil e setecentos e setenta e nove nesta matriz de Nossa Senhora da Piedade de Mathoim bautizou e poz os sanctos oleos o Reverendo Vigario João Miz. da Silva, a Josefa, parvula, filha de

Rosa, escrava de Sebastião Gomes, o qual por carta que escreveu ao dito Reverendo Vigário dizia que por vontade sua e de sua mulher Perpetua Teresa fazia data da dita Josefa parvula a sua sobrinha Joana Bautista, e que neste se declarasse por sua escrava: foy padrinho Antonio Felix da Sylva, todos moradores da Ilha de Maré desta freguezia, de que fis este assento que asinei. Era ut supra. O coador. Manuel de Jesus Alexandrino"; — "Aos nove de outubro de 1787 na capela de Nossa Senhora das Neves, filial desta Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Mathoim, com licença do Reverendo Vigário dela João Miz. da Sylva, bautizou e poz os santos oleos o Reverendo Padre Luiz Barbosa de Castro a Felix, parvulo, nascido a quatorze de setembro do dito ano, filho de Maria, escrava de Manuel de Souza e declarou o dito Padre Luiz Barbosa de Castro que o dito Manuel de Souza de sua livre vontade manda declarar neste assento a dita creança por forra: foy padrinho José dos Santos solteiro e madrinha Leonor parda forra solteira todos moradores na Ilha de Maré desta freguezia de que fiz este assento que asinei aos vinte de fevereiro de 1788. O coador. Manoel de Jesus Alexandrino": — 7 de junho de 1790... "Francisco, creoulo, filho de Luiza parda, escrava de Felix Manuel da Cunha, o qual senhor mandou pelo padrinho dizer que batisava a dita creança por forra; foy padrinho Luiz de Melo da Silva solteiro..."; — 23 de fevereiro de 1792... "Faustina, parvula, filha de Maria, escrava de Teresa de Jesus da Purificação, a qual mandou se batisasse a dita creança por forra, pois ela como sua legitima senhora o fazia de sua propria vontade; foi padrinho José da Rocha Pita, solteiro...".

(6) Neste testamento (aprovado em 1868) a preta Sabina lega: "deixa a minha afilhada, filha de meu senhor Manuel Gonçalves da Cruz, duas voltas de cordão de ouro para seu ornato". Era africana de recursos. Deixou 4 escravos, uma casa e 3 caixões com cola da Costa avaliados em 425\$000. Negociava com cola (obi) que lhe fornecia outro africano — Pompeu Justino Fernandes. — Ainda no Arquivo Público da Bahia vimos outros inventários de africanos possuidores de escravos: 1866 — Helena, africana, deixa 6 escravos; 1879 — Marcos, africano, deixa 1 casa e 1 escravo; 1860 — Militão de Argolo, africano — declara no testamento que tem uma escrava e a liberta, e ainda: "fui escravo de meu falecido senhor de nome Frederico de Argolo que me libertou mediante a quantia de 600\$000 que lhos dei por minha liberdade".

(7) Vide *Docs. Hist.*, vol. 66, pág. 135.

(8) Vide "Atas da Câmara", págs. 458, 480. — Numa carta do Senado da Câmara da Bahia a Sua Majestade, datada de 22 de setembro de 1640 (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Cartas do Senado a Sua Majestade, Livro 118, pág. 67) lê-se: "podemos representar a Vossa Majestade como testemunho da fé e reconhecimento do ânimo destes Vassallos que com tudo o que têm padecido nenhuma ocasião de serviço de Vossa Majestade houve que não se dispusessem com a mesma vontade que se estiveram na melhor fortuna por que deixados o contínuo serviço das pessoas, escravos, fábricas de bois e carreiros e embarcações que desde o princípio desta guerra até o presente se occupam para as fortificações para apresto das armadas e socorros para as tropas que vão à Campanha e para o mais que até o presente oferece e ocasiona... também pedimos a Vossa Majestade se sirva mandar a este Estado alguns gastadores com que se excuse a opressão de se pedirem negros para o trabalho das fortificações porque se tiram das fábricas, e como isto as tem enfraquecido tanto e os donos as não podem tão facilmente reformar e morrem tão continuamente os escravos, será isto ocasião de se perder e diminuir em grande parte a lavoura do açúcar por consequente os dizimos que a Fazenda de Vossa Majestade recebe...".

(9) Em confissão ao Santo Offício datada de 2 de fevereiro de 1592 dizia João Remirão com engenho em Passé: "que haverá seis anos que reside e governa o dito seu engenho e sempre em todos os domingos e santos" mandava fazer "serviço como se foram dias da semana" carreteando canas e lenhas e açúcares para o porto, mas invocava o costume "usam e costumam geralmente nesta capitania todos os senhores e feitores de engenhos sem exceção e assim também muitos lavradores". ("Confissões", pág. 190).

(10) Lemos na Instrução ao Marquês de Valença (10 de setembro de 1779): "As grandes utilidades que resultavam deste lícito e ilícito comércio (resgate de negros e contrabando de fazendas estrangeiras na Costa da Mina), aos que o faziam, animaram de sorte aos habitantes da Bahia e Pernambuco que empregaram nele um grande número de embarcações, e animando-se uns contra outros na Costa da África foram tais as desordens que se viram obrigados de as pôr na Real presença pelo Conselho Ultramarino e consultando este a S. M. baixou uma resolução tomada em 23 de março de 1743 pela qual se ordenou que a navegação da Bahia e Pernambuco para a Costa da Mina fosse tão somente de 24 navios; que os ditos saíssem por turno, tirando sortes para a preferência e que entre a saída de uns e outros houvesse um espaço de tempo conveniente. Todo o fim desta Resolução teve por objeto evitar o encontro de muitos navios juntos de uma e outra Capitania, nos portos de África, não se agradando porém os habitantes da Bahia da dita Resolução e representando a S. M. os inconvenientes dela, se passou ordem em 6 de fevereiro de 1746 para que se abolissem as sortes e ficasse tudo o mais na forma do que se achava disposto em 1746. Seguiu-se a esta determinação apropriarem-se alguns homens de negócio da Bahia de todos os navios do comércio daquele porto para a Costa de África e fazerem dele um rigoroso monopólio; ao que ocorrendo o Vice-Rei daquele Estado, por uma portaria nela determinou que cada casa ou sociedade não pudesse ter mais que um só navio; que os outros se distribuíssem pelos mais negociantes que os quisessem, requerendo imediatamente ao dito Vice-Rei; e que a terça parte dos navios de maior arqueação e a quarta parte dos de menor. ficariam livres para a praça e para os mais moradores da Bahia se poderem interessar no dito comércio, no caso de lhes ser conveniente. Subiu a portaria do Vice-Rei à Real presença, em consulta do Conselho Ultramarino de 6 de fevereiro de 1751 e S. M. houve por bem aprová-la em Resolução de 8 de março do dito ano. Não deixaram porém de continuar as desordens e prevaricações dos habitantes da Bahia, não se querendo sujeitar ao giro dos navios e procurando além dos que se achavam determinados para o comércio da Costa de África mandar outros debaixo de diferentes pretextos, de que resultou ordenar S. M. em 19 de outubro de 1752 ao Procurador da Fazenda daquela capitania, que tomando conhecimento das pessoas que com enganos e dolos perturbavam a ordem estabelecida no referido giro, lhes impusesse as penas já precedentemente determinadas do perdimento do número do navio, da preferência adquirida no giro da navegação, de 2.000 cruzados para a Real Fazenda". (*An. Bibl. Nac.*, vol. 32, pág. 443).

(11) Essa idéia de fazer-se o tráfico negreiro por uma companhia de modo a uniformizar-se e regularizar-se a sua exploração não era original daqueles senhores de engenho, nem nova. Havia dez anos que a Corte sobre isso se manifestara, dizendo ser "mais a propósito" fazer-se o fornecimento de escravos do Brasil "por uma companhia". Em 1757 negociantes da Bahia dispunham-se a organizar uma companhia para explorar o comércio de escravos, e no offício do

Governador Conde dos Arcos ao Marquês de Pombal, datado de 4 de maio de 1757, em que encaminhava ao Reino a proposta, lê-se: "no ano de 1743, de ordem do mesmo senhor (S.M.), se fizeram todas as diligências necessárias para nesta cidade se estabelecer uma semelhante companhia e se não pôde conseguir a execução deste projeto, pela variedade de discursos que naquele tempo fizeram os homens de negócio desta mesma praça". (*An. Bibl. Nac.*, vol. 31, pág. 237). Também algumas das regras propostas para a navegação negreira eram objeto daquela carta (8 de maio de 1743): "navegação se faça por turno e giro por todos os navios da Bahia e dessa cidade (Pernambuco)... para que não vão no mesmo tempo mais embarcações que as que forem necessárias para se fazer com boa ordem esse negócio, mediando entre a saída de umas e outras o tempo conveniente que nunca será menos de três meses, sendo tiradas por sortes entre todas as embarcações as que devem ir"; sorteio este depois alterado em outra resolução de 5 de março de 1746. (Carta datada de 8 de maio de 1743 ao Governador e Capitão-general da capitania de Pernambuco, in *An. Bibl. Nac.*, vol. 28, págs. 203, 204 e 206). — Os preços dos escravos em gramas de ouro, quando se os têm também em mil réis, dão-nos o poder aquisitivo do ouro naquela ocasião e fornecem excelente bitola para comparações e proporcionalidades em várias épocas.

(12) Sobre o que diz a "Representação" de referência ao tabaco brasileiro e o tráfico negreiro lemos na "Instrução" assinada (10 de setembro de 1779) por Martinho de Melo e Castro, ao Marquês de Valença, Governador e Capitão General da Bahia: "é constante que o tabaco do Brasil é tão necessário para o resgate dos negros, quanto os mesmos negros são precisos para a conservação da América Portuguesa. Nas mesmas circunstâncias se acham as outras nações que têm colônias; nenhuma delas se pode sustentar sem escravatura, e todas precisam do nosso tabaco para o comércio do resgate. Nestas circunstâncias sendo nós os únicos senhores deste precioso gênero, por meio dele, se fosse bem regulado, poderíamos tirar daquela Costa não só toda a escravatura que nos fosse precisa e a preços muito moderados, mas negociar o mesmo tabaco a troco de ouro, marfim e cera que são os gêneros capitais da exportação de toda aquela costa. (Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 32, pág. 442).

(13) "Sem Angola não se pode sustentar o Brasil e menos Portugal sem aquele Estado" (Consulta do Conselho de Guerra de 17 de outubro de 1643 — Apud Luís Norton, *A dinastia dos Sás no Brasil*, pág. 192). — "Ninguém pode duvidar que os escravos sejam o preço por que se compram e se comutam os mais importantes gêneros da América Portuguesa, que sem eles receberiam um irremediável prejuízo os seus naturais". (Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos ao Marquês de Pombal de 4 de maio de 1757, *An. Bibl. Nac.*, vol. 31, pág. 238).

(14) Passados cinco anos, em 1757, um grupo de negociantes da Bahia propunha-se organizar uma companhia para a exploração do tráfico negreiro. Os vários assuntos tratados na "Representação" de 1752 vieram a ser abordados no ofício do Vice-rei Conde dos Arcos ao Marquês de Pombal, no requerimento dos aludidos negociantes ao Vice-rei, na representação dos mencionados comerciantes, e no projeto de estatutos da companhia — documentos de maio de 1757 publicados nos *An. da Bibl. Nac.*, vol. 31, págs. 237/246. É interessante um confronto destes documentos com a "Representação" de 1752. Os preços, por exemplo, por que se propunha a Companhia vender os escravos eram muito mais elevados que os alvitrados na "Representação".

MESTRES DE AÇÚCAR



NTRE os escravos inventariados encontramos um maquinista e um feitor de serviço avaliados em 1:600\$000 cada um, mas nas listas dos cativos não figura — “mestre de açúcar” de “Freguesia”, seguramente homem livre.

Entretanto esse grande auxiliar, senão o verdadeiro senhor de fabricação num engenho, algumas vezes era escravo.

Vilhena informa que de ordinário era forro e “ajustado por uma certa quantia como sejam

100\$000 ou mais segundo a quantidade de cana e isto por toda a safra”, havendo também ajustes “por cada pão que o engenho fizer naquela safra” (1).

É de crer que em “Freguesia” não falhasse a regra geral de confiar-se o “cozinhamento”, o mister de dar o ponto às meladuras, ao empirismo, à simples e exclusiva experiência dos “mestres de açúcar”.

Não havia como se eximirem os senhores daquele engenho à velha rotina (que chegou a passar de engenhos a usinas), ao antiqüíssimo descuido de disciplinar-se em normas a arte desses cozinhadores, de cuja habilidade ou felicidade dependeram através séculos as safras entregues à boa ou má ciência e à boa ou má vontade de um técnico cujas regras de agir ele próprio não saberia bem definir.

Ainda não havia engenhos na Bahia, ou os que se principiaram tinham sido queimados pelos índios, e já num documento datado de 26 de setembro de 1545 encontramos provas do que importava

um bom mestre de açúcar. Numa carta ao Rei escrevia, do Espírito Santo, Ambrósio Meira: “ao presente nam he todo bõ porque os ofyciaes nam tem ajuda conhecydos os postos da terra e tempero delas e o que saya bõ dizem que he tam bõ como ho bom da Ilha da Madeira” e ainda seria melhor “daquy em deante que os ofyciaes vão achando ho pulso aos açuques”.

Tinham os governantes no reino interesse não só nos dízimos do açúcar, como também na qualidade deste, para boa fama nos mercados consumidores. Por isso eram nomeados tanto “alealdadores” como “examinadores dos mestres e purgadores dos açúcares”.

No Regimento do Provedor-mor Antônio Cardoso de Barros (17 de dezembro de 1548) vinha prescrito: “pera que o açuquer que se nas ditas terras do Brasil ouver de fazer seja da bondade e perfeição que deve ser, ordenareis que em cada capitania aja alealdador enlegido per vós quando fordes presentem e sendo ausemte pelo provedor da Capitania com o capitão dela e officiaes da Camara, e a pessoa que asy fôr emlegida servira o dito carguo em quanto o bem fizer e lhe será dado juramento em camara pera que syrva o dito carguo, bem e verdadeiramente, e de todo o açuquer que alealdar e se carregar pera fora haverá de seu premio hum real por arroba á custa das pessoas, cujo o dito açuquer fôr e as pessoas que fizerem o dito açuquer o não tirarão da casa do purguar sem primeiro ser visto e alealdado sob pena ho perder, o alealdador será avysado, que não alealde açuquer algum senão sendo da bondade e perfeição, que deve e na sorte que cada um fôr” (?).

E nos Regimentos dos Provedores das Capitánias (17 de dezembro de 1548) a diferenciação entre “alealdadores” — agentes verificadores governamentais, digamos standardizadores, e os “mestres” — fabricantes a serviço dos senhores de engenho, ainda vem mais clara e definida: “lavrador algum nem pessoa outra que fizer açuquer nas ditas terras não tirará pera sy nem per outrem fora da casa de purguar dos ditos açuques sem primeiro ser alealdado e paguo o dizimo deles sob pena de o perder. E tanto que o lavrador, ou pessoa outra que tiver açuquer na dita casa de purguar o tiver feito e acabado fará saber ao almoxarife ou pessoa que per mym tener carguo darrecadar os meus dereitos, de como tem feito tamta soma daçuquer e que he já alealdado, de que mostrará certidão do alealdador e lhe requererá que vá receber o dizimo, e o dito almoxarife ou pesoa que o dito carguo tener será obriguado a hir receber e arrecadar com seu esprivão e receberão do bom e mau igualmente na pilheira, e oarão loguo acarretar e llevar aos lugares omde

for ordenado que se encaixe os quaes officiaes serão obrigados a hir receber o dito açúcar demtro em tres dias do dia que lhes fôr notificado. . .” (3).

Na era de 1584 falava assim Fernão Cardim dos mestres de açúcar na Bahia: “tem necessidade cada engenho de feitor, carpinteiro, ferreiro, mestre de açúcar com outros officiaes que servem de o purificar; os mestres de açúcar são os senhores de engenhos, porque em sua mão está o rendimento e ter o engenho fama, pelo que são tratados com muitos mimos, e os senhores lhes dão mesa e cem mil réis e outros mais, cada ano” (4).

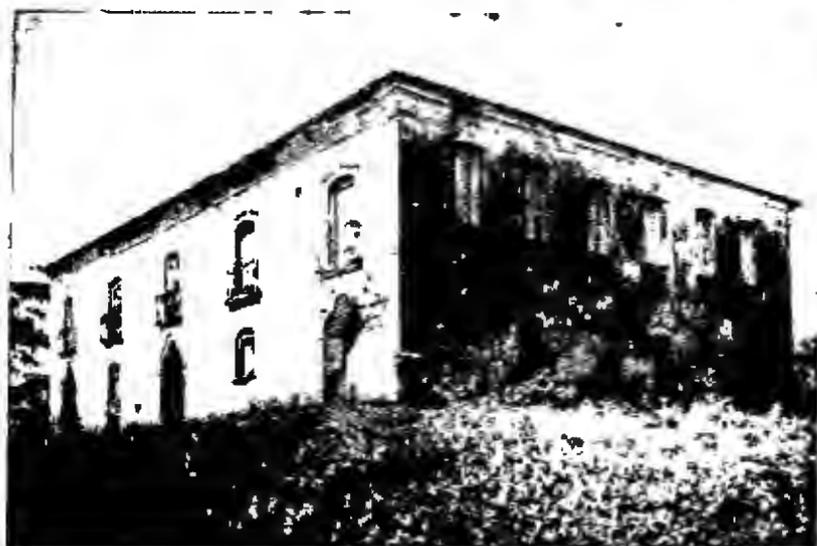
Da importância dos mestres de açúcar no século XVIII dá-nos alguma noção a carta régia de 6 de maio de 1706, que determinava ao Governador e Capitão General remetesse ao Maranhão homens que servissem ali naquele mister, feita a despesa de transporte pelos senhores de engenho do Maranhão, cujos açúcares convinha “sejam de igual bondade aos que se fazem no Brasil”; ordem aliás de embaraçoso cumprimento, pois Luís César de Meneses respondia ao Rei em 6 de novembro de 1707, dizendo que eram muito poucos os mestres de açúcar que havia no Recôncavo e por essa causa “se valem muitos senhores de engenho de seus escravos para este ministério” e se houvesse algum que quisesse ir para o Maranhão “o não há de fazer sem um grande partido, por terem as soldadas crescido nesta cidade com excesso” (5).

E, a respeito do que ocorria ainda no princípio do século XIX, assim fala Vilhena: “um erro capital e digno de obviar-se pelo prejuízo, não só dos particulares, senhores de Engenho e lavradores, como ainda do Estado em comum, é a indiferença com que se olha para a ignorância crassa dos mestres de açúcar, quando por ela perdem pouco menos do que aproveitam, e sendo aquela operação inteiramente química, dependente de muita doutrina, combinação e cálculos, os que entre nós a exercitam são uns mulatos ou negros estúpidos que eu não conheci ainda um que soubesse ler ou escrever o seu nome, e se algum branco exercita a arte nada difere daqueles quanto à instrução. Não sabem estes graduar os fogos, não sabem temperar as decoadas, razões por que o açúcar se queima uma grande parte, pois que os violentíssimos fogos que andam debaixo das caldeiras e tachas em lugar de cozerem abrasam e torram e pela imperfeição das lixívias não clarificam como deveram nem se põem no perfeito grau de cozimento até a última tacha para passarem dela à bacia a bater-se e pôr-se no grau de resfriação que se requer e passar então às fôrmas; sendo todas estas operações feitas como o acaso as produz. Por não poder fazer-se a

necessária separação da grã, sucede que uma grande quantidade de açúcar sai com o mel e tanto que dele se tiram infinitas caixas de bom açúcar que chamam batido; do mel de dois engenhos sei eu que se estão tirando em cada safra não menos de vinte caixas de açúcar em um grande lambique, onde dos resíduos temperados e destilados se tira muita aguardente” (6).

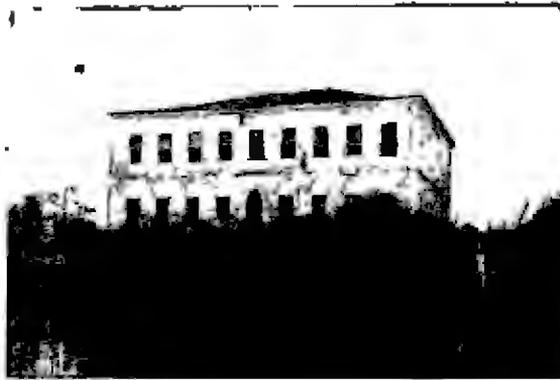
Tão severa opinião de Vilhena sobre os “mestres de açúcar” confirmava a antiga em que eram tidos por observadores de outros tempos. Um destes foi João Peixoto Viegas, cujos decididos, desabusados e curiosísimos julgamentos citamos sempre com gosto. Sirva de arremate a este passeio pelas casas de cozer meles e purgar açúcares o que dos “mestres” que nelas laboravam (7) escreveu o bandeirante baiano em 1687: — “digo, Sr., que as causas da diminuição e total ruina em q se acha o comercio doz frutoz do Brazil, não procede de se obrar mal, senão de ser mtº o q dele, das Barbadas, e da India vai á Europa; prq. não se pode obrar melhor, nem V. ex. achará remedio pa. q seião mais finoz, q prq. o seião trabalhão sempre oz q o laurão com grande estudo: nê oz olandezes no tempo de 24 annoz q posuirão a cappitania de Pernambuco, acharão com toda a sua industria e arte, algua com q o conseguir, nem obrasse menoz custozo. Depende a bondade do asucar do tpº pa. as canas, e este varia com as luas; o corte, e colheita dellas continua oito mezes sucessiuoz sem perder dia, e continuara todo o anno senão impedira o inuerno o carrear. He fruto q leua anno e meyo no campo em crearse, e na variedade de tão largo tempo, a tomão tambem as cannas, ea obra q se produz dellas: mas não consiste tanto a diferença com q sae feita esta obra naquella variedade das cannas, senão questá toda na temperajê que os mestres lhe dão; porq seuê sempre que hunz fazem de roimcana mtº bom assucar e outros de mtº boa máo, e pecimo. A Rezão he q esta obra não tem medida nem compasso, nem he cozinhado q seproue com a boca para se temperar plº gosto, he todo de ventura de acertar; e não sabem os Mestres o que fizerão, senão dous mezes depoiz quando acaba de purgarse nas formas e se quebra e seca no balcão. He propriamente como na obra da geração que não sabe o autor se fez ou não obra e se he macho, ou femea, são ou alejado, senão quando o say a luz.

“He tão certo isto nos mestres de asucar que em hua mesma safra lhez say differentez calidades do assucar q obrão; e se alguns acertão toda a safra na seguinte errão toda; e assim sucede ordina-



*Sobrado e capela do “Engenho de São Miguel das Almas”, no
Município de São Francisco do Conde*

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



Sobrado do "Engenho Terra Nova", no Município de Santo Amaro

(Gentileza de Luciano Villas Boas Machado)



Ala do sobrado do "Engenho São Miguel das Almas", no Município de São Francisco do Conde

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)

riamente. Anda esta arte em gente rustica de pouco discurso, q se otuierão obseruarão as cauzas domar q lhe succede p^a: remedialaz e não destruirẽm assi sem tenção aos donoz dos eng^{os}, e lauradorez das cannas” (8).

Notas do capítulo:

(1) *Cartas Soteropolitanas*, vol. I, pág. 186. Em 1752 (“Representação”) figura a remuneração de um mestre de açúcar em 100\$000, soldada anual que podemos comparar com outras: — um feitor-mor — 100\$000, um banqueiro — 50\$000, um caixeiro — 50\$000, um feitor das moendas — 32\$000, cada um dos dois caldeireiros de melar — 35\$000, cada um dos dois tanoeiros — 25\$000.

Ganhando o capelão 50\$000, vê-se que o mestre de açúcar percebia o duplo do que o padre auferia por seus serviços religiosos, e estava este equiparado ao banqueiro e ao caixeiro.

(2) Vidé *Docs. Hist.*, vol. 36, pág. 356; vide *Hist. da Col. Port.*, vol. III, pág. 353.

(3) Vidé *Docs. Hist.*, vol. 36, págs. 217, 218 e *Hist. da Col. Port.*, vol. III, pág. 356. Conhecemos algumas nomeações feitas pelo Provedor-mor Antônio Cardoso de Barros de alguns “alealdadores” e de um “examinador dos mestres e purgadores dos açúcares” em várias Capitánias. Em 19 de agosto de 1549 era nomeado Antônio Fernandes alealdador dos açúcares da Vila de Olinda, que ganharia um real por arroba; este mesmo ou outro Antônio Fernandes era nomeado em 21 de janeiro de 1550 “alealdador dos açúcares e examinador nos mestres deles” com os mesmos proventos e um real por arroba na Capitania de Porto Seguro; em 28 de abril de 1550 Gabriel Martins era investido das funções de “ecaldador dos açúcares” na Capitania de São Vicente; em 10 de julho de 1550 é nomeado Fernão Rodrigues — “examinador dos mestres e purgadores dos açúcares” na Capitania de São Vicente e Santo Amaro “com o qual officio haverá outro tanto de seus prós e percalços como o hão e costumam haver os que tal officio têm na Ilha da Madeira”. (*Docs. Hist.*, vol. 35, págs. 40, 57, 69, 81). — O pagamento em açúcar a “Gonçalo Anes mestre de Engenhos” em 21 de novembro de 1550, na nascente Cidade do Salvador, não parece referir-se

a "alealdador" ou "mestre de açúcar" nem "examinador dos mestres e purgadores", mas, como diz o alvará, "mestre de engenhos", ou seja, construtor de engenhos. Seria este Gonçalo Anes de que temos outras notícias (Vide Wanderley Pinho — "Testamento de Mem de Sá", pág. 51) o mestre de engenhos mandado pelo Rei para orientar a construção do de Sua Majestade na ribeira de Pirajá? (Vide *Docs. Hist.*, vol. 15, pág. 292 e vol. 35, pág. 323). — Nas posturas da Câmara da Cidade do Salvador datadas de 1625, lê-se a respeito de mestres de açúcar: "que todo o mestre de açúcar será examinado e serão obrigados a ter livro numerado em que assente as tarefas que faz, pena de seis mil reis... 6\$000". (Vide "Atas da Câmara — 1625-1641", pág. 6).

(4) Vide Fernão Cardim, *Trasado da Terra e da Gente do Brasil*, págs. 320 e 321.

(5) Vide *An. Arq. Publ. Bahia*, vol. IV e V, pág. 213 e vols. VI e VII, pág. 365. Vide também Acióli-Brás do Amaral, *Memórias Históricas*, vol. II, pág. 251. Antonil, que se valeu para compor o seu livro "da experiência de um famoso mestre de açúcar que cincoenta anos se ocupou neste ofício com venturoso sucesso", diz que, enquanto um capelão ganhava quarenta ou cinquenta mil réis, o mestre de açúcar percebia cento e vinte ou cem mil réis, o feitor-mor sessenta, o feitor da moenda trinta, quarenta ou cinquenta os que assentam nos partidos e fazendas, o banqueiro quarenta. — "A quem faz o açúcar com razão se dá o nome de mestre, porque o seu obrar pede inteligência, atenção e experiência e esta não basta que seja qualquer, mas é necessária a experiência local". "Ainda que a cana não seja qual deve ser, muito pode ajudar a arte (do mestre de açúcar), no que faltou a natureza. E pelo contrário pouco importa que a cana seja boa se o fruto dela, o trabalho de tanto custo se botar a perder por descuido, com não pequeno encargo de consciência de quem recebe avantajado estipêndio". (Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, págs. 64, 80, 84, 86, 87 e 134). — Lê-se num apanhado histórico da autoria de Joaquim Jose da Silva Maia sobre a "Agricultura na Bahia", publicado no jornal baiano *Semanário Cívico*, nos seus números de 20, 21, 22, 24, 26, 36, 40 de 12, 19, 26 de Julho, 9, 23 de gosto, 29 de novembro de 1821, que ao fundarem os ingleses e franceses as suas fábricas de açúcar e plantações de canas nas Antilhas haviam levado do Brasil mestres de açúcar: "a arte de fabricar açúcar contudo só a conheciam os portugueses; os franceses e ingleses souberam seduzir e comprar alguns dos nossos mestres de açúcar" (*Semanário Cívico*, nº 20, 12 de junho de 1821).

(6) Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, vol. I, pág. 191. — A situação não mudara em 1834, se é real o que escreve Antônio Muniz de Sousa nas suas "Viagens e Observações" (pág. 177): "devendo o fabrico do açúcar por sua importância estar confiado a químicos, o nosso pelo contrário está entregue a estúpidos e desleixados escravos ou a homens livres que nada diferem destes. Quantos proprietários de fábricas de açúcar têm tido grandes prejuízos anualmente procedidos do mau método de preparação daquele gênero? Estes se queixam dos mestres dos açúcares, mas se estes pobres no Brasil não se sabem desviar de pequenos embaraços, quanto mais de grandes. Apenas eles têm aquela pequena prática que lhes ensinaram. Este é o motivo por que os nossos açúcares decaem, à maneira que os das mais nações aumentam e aperfeiçoam-se".

(7) Manuel Jacinto de Sampaio e Melo escrevia em 1818 no "Novo Método": "a fatura do açúcar é uma operação química que requer especial cuidado e por isso devia ser feita por pessoas inteligentes. Não sucede assim,

está entregue a ignorância e geralmente a pretos estúpidos que cantam, que não têm medida, regra nem compasso. Na verdade procedem à toa, fazendo o que viram fazer a outros tais como eles sem algum conhecimento da matéria; de onde resulta que quando por erro acertam sai o açúcar perfeito, mas a poucos passos sai da mesma cana, debaixo das mesmas circunstâncias, fazem remelão ou péssimo mascavado; e muitas vezes botam a perder safras inteiras sem nunca acertarem. Porém só semelhantes homens, principalmente pretos, a quem é mais sensível o moderado frio, pelo grande calor, podem habitar por sete ou oito meses nas casas de caldeiras, que são uns negros e horrendos vulcões de fogo. Agora como estas mudam de face, talvez que mudemos de mestres. É coisa digna de grande admiração que um sapateiro ou alfaiate para ter o nome de mestre passe por exame e seja obrigado a tirar todos os anos uma licença: isto só para que não bote a perder um pedaço de couro ou pano; e que a produção mais interessante do Brasil, que importa todos os anos em milhões de cruzados, cuja fatura requer conhecimentos químicos, esteja entre as mãos do homens mais insensatos e preguiçosos, intitulados mestres só porque eles o dizem. Conta-se que um senhor de engenho de bom humor faltando-lhe o mestre de açúcar, disse a um servente: vai, põe-te na estrada, o primeiro farrapão que passar embrulhado num timão de baeta roto, com umas botas velhas penduradas nas costas numa espada muito negra, é mestre de açúcar; chama-o que venha cá. Apareceu logo o tal indivíduo, chegando ao engenho disse-lhe: entre para a casa das caldeiras, vá fazer açúcar. Meu senhor não sei nada. Não importa, ande, faça açúcar que Você está na ordem dos mestres". — Miguel Calmon (Abrantes) no seu *Ensaio* escrevia em 1834: "o chamado mestre de açúcar entre nós é o primeiro indivíduo que se apresenta no começo da moagem; e passa, na ordem nos nossos artistas, e mecânicos por um ente de classe secundária; é com efeito um desvalido que ordinariamente vive entalado entre a ignorância e a miséria".

Tão delicado era o ofício de pôr no ponto as meladuras que José da Silva Lisboa escrevia a Domingos Vandelli (1781): "se no tempo da preparação do açúcar o sol não é bem vivo, o melado não cristaliza bem. Se houver descuido na intensão do fogo o mel se fixa, enegrece e fica irredutível a açúcar. Se a lixívia não foi bem preparada e de boas madeiras, que tem, dêem bastante álcali o mel fica inquinado e difficilimo de purificar". (*An. Bibl. Nac.*, vol. 32, págs. 501/502).

(8) Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 20, págs. 213/214.

FAVORES E RESTRIÇÕES



A sua longa vida “Freguesia” participou da influência de fatores gerais, comuns a todos os engenhos. Mesmo na falta de documentos a ele especialmente relativos, há que chamar a atenção do leitor para certas condições de ambiente, sem as quais a biografia que esboçamos mostrar-se-á mirrada e seca tal uma múmia e não, como devemos querer, uma existência ressurgida.

Na evolução histórica dos engenhos é possível concatenar uma série de fatos em duas chaves de síntese e crítica: as relações dos senhores de engenho com o Estado; as relações dos senhores de engenho com seus comissários-fornecedores.

As da primeira ordem têm duplo caráter: de um lado estímulos, auxílios, favores, mercês e privilégios; de outro limitações, coações e tributos.

Nos primeiros tempos o engenho foi quase uma empresa oficial da Coroa que, quando não o edificava diretamente, como o “de Sua Majestade” em Pirajá, formava com o fundador uma espécie de sociedade, uma como parceria, corporificada na concessão das terras (sesmaria) e na colaboração militar (armas, artilharia para os engenhos — obrigação dos proprietários e sua gente combaterem) e comercial-industrial (transporte dos açúcares, fixação de seus preços, participação nos lucros — o dízimo).

No decurso do tempo favores e proteção se foram entremeando cada vez mais de exigências e regulamentações que, pela inspeção e colaboração dos “alealdadores”, restringia a liberdade de fabri-

cação; e, pela exploração ou regulamentação de transportes (naus, frotas), a liberdade comercial, posteriormente ainda mais duramente atingida, se não supressa, com a instituição da Mesa de Inspeção, que examinava produtos, fixava tipos e preços e regulava embarques.

O Regimento de Tomé de Sousa, que já foi chamado a nossa primeira Constituição, ocupa-se em largo espaço de engenhos e açúcares.

O cuidado do Rei na fundação de engenhos, no desenvolvimento das plantações de cana, parece ali maior que o de acautelar o monopólio do pau-brasil. Nesse documento tudo são facilidades e incentivos, salvo as medidas que dizem com os interesses reais no dízimo.

As pessoas com possibilidade de os levantar dentro de dado prazo, mandava conceder terras e águas de ribeiras, com uma obrigação que era quase instituição de feudo, ou baronia: "fazer cada um em sua terra uma torre ou casa forte", que devia ter "ao menos quatro berços e dez espingardas com a pólvora necessária e dez bestas e vinte espadas e dez lanças ou chuças e vinte corpos de armas de algodão".

Logo nos primórdios de sua aparição, a entidade senhor de engenho surgia com claros atributos aristocratizantes — terras extensas, poder militar, a casa com caráter de fortaleza — o castelo, escravos a mandar, e agregados ou clientes — pois o regimento de Tomé de Sousa ordenava dar-lhe, além das necessárias ao meneio do engenho, mais terras para lavradores que neste moeriam suas canas.

Não comporemos o catálogo dos atos oficiais de favor e auxílio a senhores de engenho e lavradores. Citaremos alguns, como a provisão de 16 de março de 1570, com que Mem de Sá concedeu isenção de tributos aos engenhos que se fizessem dentro de dez anos, pagando apenas o açúcar dez por cento à entrada no reino ⁽¹⁾ e o grande favor da proteção da integridade dos engenhos em caso de execuções de credores (Vide nota no Apêndice).

Se os negociantes comissários habilmente se haviam criado uma privilegiada situação, com a boca-doce de tanto açúcar tendiam a abusar. Daí os senhores de engenho obterem regalias que, se não os libertaram da coação comercial, os livraram da ruína de penhoras e leilões em praça.

Parece que o ano de 1636 foi uma época de liquidações.

É dos hábitos comerciais contemporizar o credor com o devedor, facilitar-lhe mais crédito, e lá um dia, por deliberação e capricho pessoal ou influenciado por circunstâncias ambientes, passar a exigir, e “apertando-o”, trazê-lo a juízo. Por aquela terceira década do século XVII, é de crer andassem assanhados em cobranças os mercadores da Bahia, tanto que o licenciado João Leitão Arnozo, Procurador da Fazenda, representava ao Governador e Capitão-general Pedro da Silva, em como credores de senhores de engenhos executavam créditos e sentenças, lançando mão e fazendo penhora na fábrica dos engenhos e peças deles, e as arrematavam e vendiam separadamente. Com isso “se iam desfabricando engenhos em grande dano dos dízimos da fazenda real e do bem comum deste Estado que pende na maior parte da conservação dos ditos engenhos”.

Considerava aquele Procurador e licenciado que os engenhos eram “de direito corpos mistos”, que se não deviam “despedaçar dos débitos pequenos não equivalentes ao valor deles”. Pagassem-se os credores pelos rendimentos, e isso mesmo já a Relação da Bahia havia deliberado. Evitar essa dispersão, esse “despedaçamento”, era medida a impor-se, especialmente em tempo de guerra — “por serem os dízimos do açúcar dos ditos engenhos o maior nervo da guerra e da fazenda” no Brasil.

Atendendo à representação, o Governador baixou provisão (31 de agosto de 1636), na qual ordenava e mandava ao Ouvidor-geral, aos Provedores e Ouvidores e mais justiça do Estado “não consintam se desmantelem nele os ditos Engenhos de açúcar, antes tratem, e procurem eficazmente sua conservação de modo que não sendo os débitos e sentenças deles equivalentes, ou quase ao valor dos ditos Engenhos porque se possam e devam arrematar com suas terras, e fábrica incorporadamente, não mandem fazer penhora separadamente nos bois, nem em peças, nem em cobres, ou terras apartando-as de seu todo, nem pelas tais penhoras consintam se faça obra, nem execução, fazendo que os ditos credores se vão pagando no dito caso pelos rendimentos e frutos dos ditos engenhos e terras deles, os quais somente poderão arrematar na forma que o direito der lugar, ou outros bens que não forem dos ditos engenhos, salvo se os Senhores condenados os nomearam a penhora fabricados, e com todas suas pertencas incorporadamente” (2).

Posteriormente atendendo a uma representação do Procurador do Senado da Câmara da Bahia baixou a Coroa a provisão de 23 de dezembro de 1663 que determinava, a bem da conservação da

lavoura de açúcar, “se não fizessem penhoras e execução por dívidas nas fábricas dos Engenhos e Lavradores e que fossem pagos os credores pelos rendimentos e que o açúcar que viesse à praça por execuções se não arrematasse mas avaliasse”. Provisão semelhante foi expedida em 22 ou 23 de janeiro de 1665 com vigência pelo prazo de seis anos, revigorada por nova provisão, de 3 de novembro de 1681.

Ainda atendendo a que os credores por fraudarem os devedores executados faziam suas execuções sobre açúcar e mais gêneros da terra no tempo em que não tinham valor por não ser ocasião da carga das frotas, “aonde entendem seu justo preço”, se ordenava “se não rematassem os que haviam de vir à praça e se avaliassem pelo valor do tempo das frotas por duas pessoas que este Senado elegeisse” (3).

Em 1655 à Corte impressionava o elevado preço dos açúcares. Os homens de negócio que tratavam com o Brasil representavam ter o açúcar dali pouca saída no Reino “por não fazer conta aos estrangeiros o preço porque nele se vendem”, — tão alto que “as Províncias do Levante se valem do açúcar de Alexandria, e as do Norte das ilhas Barbadas e outras da América, onde o fabricam, e da Índia”.

Definhava o comércio do Reino, prejudicados o Brasil e os senhores dos engenhos.

Procurou a Coroa uma solução e resolveu que “a Companhia do Comércio largasse o estanco dos quatro gêneros (farinha, vinho, azeite e bacalhau) para que, ficando livre a todas as pessoas, como de antes da instituição dela, pudesse o Brasil ser melhor provido por preços acomodados”, e ainda: que “pudessem partir do Reino os navios que quisessem sem Frota em qualquer tempo que lhes parecesse”, a não ser em época muito aproximada da em que “saísse do porto de Lisboa a Armada da Companhia que na volta há de vir comboiando a todos”.

Tais favores visavam a produzir-se o açúcar mais barato. Mas não eram dados de graça: “e porquanto convém recompensar-se a Companhia o que ganhava nos gêneros referidos para ajuda da grande despesa que há de fazer com suas armadas que infalivelmente não de navegar cada ano, resolvi que, ao comboio que de presente se lhe paga no Reino, se lhe acrescente dois vinténs por arroba de açúcar branco, trinta réis na arroba de mascavado e no de panela um vintém e que assim lhe paguem os Mestres três vinténs por avaria de cada arroba de açúcar de qualquer sorte que seja”.

E ainda o Rei, para “fazer conta aos mercadores e lavradores no seu comércio”, fixava os preços: “na Bahia de Todos os Santos se não venda cada arroba de açúcar branco mais que por onze tostões e de mascavado por quinhentos e cinquenta réis, e o de panela por duzentos e quarenta réis, que na capitania de Pernambuco e circunvizinhanças a ela se não venda mais que por nove tostões a arroba de açúcar branco e de mascavado por quatrocentos réis e o de panela por cento e sessenta réis; o que se entenderá em toda a parte sendo o açúcar o melhor de cada gênero, sem que possa passar dos preços referidos, ficando porém daí para baixo o preço do açúcar à convenção das partes segundo a bondade dele”.

Achou todavia o Rei ser necessário o acordo dos interessados do Brasil: explicando que era “preciso para os povos desse Estado serem providos com liberdade de mantimentos e os navios irem a tempo e juntamente se poderem aprestar as armadas que assegurem a navegação para dar conta ao valor do açúcar, conservar seu trato e lavoura e venda (renda?) dos engenhos”, determinava ao Governador fizesse praticar, a sua resolução régia “enquanto o tempo e ocasiões não permitem outra coisa”, e pedia-lhe avisasse logo — “de como ficam dessa banda de acordo no disposto pela mesma resolução”. Só depois desta certeza seria levantado o estanco daquelas mercadorias e se navegaria livremente (*).

Parece que a decisão definitiva demorou, porque só em 9 de maio de 1658 mandou a Rainha passar alvará com força de lei sobre a extinção do estanco dos quatro gêneros, alvará este que, impresso, foi pela soberana remetido em apenso à carta de 13 de novembro de 1658 ao Governador e Capitão-general.

Diz o alvará que os povos do Brasil se queixavam dos quatro gêneros, farinha, vinho, azeite e bacalhau, e que também homens de negócio e alguns povos marítimos do Reino e ilhas alegavam prejuízo em não ser livre o comércio daqueles gêneros, visto o que libertava do estanco aquelas mercadorias assim como permitia “pudessem partir do Reino os navios que pudessem pôr frota em qualquer tempo como não fossem nos três meses antecedentes à partida da frota da Companhia”, ficando esta obrigada a pôr editais declarando quando devia partir a sua frota, para poder-se contar o prazo dos três meses.

Mas esta relativa liberdade de navegação só beneficiava navios que partissem do Reino para o Brasil, porque daqui para lá nenhuma embarcação poderia singrar “senão em companhia da frota, comboiada pelos navios de guerra dela, exceto se viesse de aviso sem

trazer açúcar". E ordenava-se que a Companhia enviasse, cada ano, uma frota que procuraria partir no mês de setembro até princípio de outubro, e em todos os anos entrasse no Reino outra, armando-se para cada uma pelo menos dez navios de até cinco mil toneladas, com artilharia e lotação de gente de mar e guerra proporcionada, dando-se preferência de carga aos navios da Companhia.

Estabelecia ainda o alvará uma taxa de compensação aos prejuízos da Companhia pela perda do monopólio: "ao comboio que de presente se lhe paga no Reino se acrescentassem dois vinténs em cada arroba de açúcar branco, trinta réis no de mascavado e um vintém no de panela. E os Mestres lhe pagassem três vinténs por avaria em cada arroba de açúcar de qualquer sorte".

Mas o alvará não fixava o preço dos açúcares, apenas recomendando que se taxassem no Brasil "e porque estando o açúcar em preço muito alto não está capaz de novos impostos, resolveu mais que no preço por que se vendesse no Brasil houvesse taxa (que as Câmaras daquele Estado já em outro tempo pediram) em tal proporção que se ajustasse ao interesse dos lavradores e navegantes, e considerados os gastos que uns e outros faziam e os avanços que deviam ter limitou (limitar?) certos preços ao açúcar de cada sorte na Bahia de Todos os Santos, Capitania de Pernambuco e circunvizinhanças e no Rio de Janeiro".

Isso, e assim, tinha determinado S. M., que fez anunciar a resolução ao Estado do Brasil antes de a executar. Mas "se lhe representaram algumas razões pelas quais com a mudança que sucedeu no preço do açúcar não parecia conveniente pôr-se taxa nele". E a coroa foi servida "resolver que se excusasse a taxa no preço do açúcar como os povos do Brasil pediam"; e atenuou-se a taxa de avaria. Mas a Companhia insistiu e ficou a taxa sobre açúcares. E mais a obrigação das frotas, a proibição de virem navios do Brasil fora delas (5).

*
* *

Podemos já passar dos favores às proteções que eram coações, a mais antiga das quais foi a taxação, diríamos na linguagem de hoje o tabelamento de preços.

Ignoramos o que se fez nos primeiros tempos quanto aos do açúcar, mas o certo é que estava nas mãos do Governador fixar os das mercadorias, importadas ou aqui produzidas. "Ey por bem que com os ditos capitães e officiaes assenteis os preços que vos parecer que onestamente podem haver as mercadorias que na terra houver e

assi as que vão do reino e de qualquer outra parte pera terem seus preços certos e onestos conforme a calidade de cada terra e por eles se venderem, trocarem e escambarem” — dizia o Regimento de Tomé de Sousa (6).

Nesta matéria a coisa chegaria ao auge com a criação, em 1751, da Mesa de Inspeção, que tinha por missão “arbitrar os preços conforme as qualidades do açúcar, dividindo em diversas espécies de fino, redondo, baixo e o mascavado macho e broma” (7), instituição que gerou mais queixas que louvores, conforme nos assegura Varnhagen: “o comércio de açúcar e do tabaco, apesar de sujeitado por meio de preços impostos para a venda no Brasil e para os transportes nos navios, e apesar de alguma opressão que chegou a causar nos lavradores o estabelecimento de *Mesas* ou *Casas de Inspeção*, para o qualificar, cobrou grande desenvolvimento”.

Em 7 de janeiro de 1752, os senhores de engenho e lavradores da Bahia levavam ao Rei expressões de repulsa contra a Mesa de Inspeção: “também já representaram — diziam eles — os graves inconvenientes que se lhe segue do efeito da Mesa de Inspeção, sendo o seu procedimento justo terror dos moradores daquele Estado e por isso tanto têm supplicado a V. Majestade para que não venha a ter o dito efeito e somente basta a inspeção das patentes para apurar a qualidade e o ver o peso em Lisboa, e posto para ver a verdade do dito peso, não se seguindo outra utilidade aos povos, mais que os salários dos Inspetores que é com despesa da Real Fazenda de V. Majestade” (8).

Essa legislação compressorá determinava de fato irritação e reações. Havia (7 de julho de 1755) quem “fomentasse transgressão e fraude”; havia os que maldiziam da criação da Mesa de Inspeção, acoimando os alvarás régios de injustos, portadores de “descontentamento, vexação aos povos e fabricantes e somente utilidade aos negociantes”; surdiam murmurações em “conventículos e palestras em parcialidade” (9).

No que dizia com os transportes não existia maior liberdade do que com os preços.

O regime das frotas, as necessidades da navegação ligadas à segurança contra piratas e corsários, e ao aproveitamento das monções inspiravam providências no sentido de nem se demorar a partida dos navios, nem se consentir que estes viajassem sem porões cheios.

Tais circunstâncias determinavam limitações à liberdade de comerciar e ao direito de propriedade, que irmanam com as que hoje caracterizam a economia dirigida.

Ocorrências políticas que precipitassem a partida de embarcações para o Reino podiam também levar os governantes da Bahia a obrigarem senhores de engenho a remeterem e embarcarem compulsoriamente seus açúcares.

Em 28 de novembro de 1675, o Triunvirato que sucedeu a Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça no governo da Bahia — Agostinho de Azevedo Monteiro, Álvaro de Azevedo e Antônio Guedes de Brito — escrevia aos Coronéis do Recôncavo que, convindo “ao serviço de Sua Alteza que com suma brevidade” se despachassem avisos que levassem à Corte a notícia da morte daquele Governador — “e porque nos trapiches não há uma caixa de açúcar e são necessárias para os dois navios destinados (que já ficam dando querena) setecentas, e estas é preciso estarem aqui dentro em oito dias o mais tardar: e não há Sr. de Engenho ou Lavrador de açúcares e tabaco que não deva fornecimentos aos homens de negócio da praça: no mesmo instante que Vossa Mercê receber esta mande recolher aos trapiches dela a dez a doze caixas de cada um dos engenhos do seu partido, assim dos que pertencem aos deles, como das dos lavradores, remetendo cada qual as suas aos Mercadores com quem tiverem contas pela dos pagamentos que lhes não de fazer esta safra; e o preço será aquele futuro que se abrir na frota geralmente; e a mesma diligência fará Vossa Mercê também fazer com os Lavradores de tabacos. A distribuição das dez e doze caixas fará Vossa Mercê conforme a capacidade dos engenhos, sendo os que derem dez os de menos çabedal para evitar a queixa. Nem Vossa Mercê admita súplica de quem quer a fizer à execução desta ordem. E para ela mando o Ajudante que esta há de dar a Vossa Mercê com os sargentos e os soldados que leva...” (10).

Era a coação armada para remessa de produtos, por preço e em ocasião alheios à vontade do produtor!

Meses depois — abril de 1676 — tomavam-se providências enérgicas para cobrança da “finta do donativo do dote e paz”, por se estar esperando “a cada hora a chegada da frota; e quando esta chega reclama-se sejam recolhidos os açúcares para se porem logo à carga”. Mas não seriam só os açúcares devidos e em virtude de execução governamental; os Capitães do Recôncavo recebiam ordens mais extensas do Triunvirato: “e não só os açúcares que tocam ao donativo, mas todos quantos estiverem encaixados em todos os engenhos da jurisdição de Vossa Mercê os faça Vossa Mercê embarcar logo logo, e remeter ao trapiche desta cidade, e

aplicar encaixem todos os que estiverem ainda nas casas de purgar assim dos engenhos como das casas de meles se fará a mesma diligência sobre os batidos" (11).

Ordens tão duras não bastavam ainda assim às exigências dos Cabos de Frota que pretendiam exorbitar de poderes e atribuições, não atendendo às possibilidades e oportunidades. A um deles foi obrigado a dirigir (2 de junho de 1677) carta enérgica o Triunvirato, que chamava a atenção para certas dificuldades insuperáveis: "antes dos primeiros navios da frota chegarem tínhamos ordenado a todos os Coronéis por várias vezes mandassem recolher os açúcares à cidade; e depois dela chegada lhe repetimos a mesma ordem. O inverno tem sido de maneira que quase a maior parte dos açúcares está ainda por encaixar nos engenhos. A nenhuma obrigação das que nos tocam havemos faltado no de Sua Alteza e aplicação da vinda dos açúcares e apresto da frota" (12).

O Cabo da Frota trazia ordem de partir a 1.º de julho e o Governo em Triunvirato redobra de violência. Aos Coronéis de novo escreve e ordena (4 de junho de 1677) — "Vossa Mercê remeta logo presos a esta cidade todos os Capitães do seu partido" com tudo o que tiverem cobrado do donativo e "fará Vossa Mercê também remeter para os Trapiches todos os açúcares que houverem encaixados, e encaixar os que houver nas casas de purgar e todos os engenhos e casas de meles do seu distrito" (13).

Determinações semelhantes amiudavam-se pelo século XVIII a dentro: "faça logo conduzir para os trapiches desta cidade todas as caixas de açúcar que estiverem feitas e se forem fazendo nos engenhos dos distritos da sua jurisdição por ser assim conveniente ao serviço de Sua Majestade" — janeiro de 1712; "espera-se chegue a frota a este porto todos os dias, a qual há de partir brevemente, e para que se não demore mais tempo do que Sua Majestade, que Deus guarde, ordena, é muito conveniente estejam os açúcares prontos nos trapiches desta cidade, para cujo efeito ordeno a Vossa Mercê que logo que receber esta mande pelos oficiais do seu regimento fazer conduzir dos engenhos que nele houver todos os açúcares que estiverem encaixados e se forem encaixando para os trapiches da mesma cidade" (carta do Governador para os Coronéis Egas Muniz e Pedro Barbosa, datada de Bahia, 25 de maio de 1713); "recomendar a Vossa Mercê segunda vez a diligência de fazer conduzir a toda a pressa para os trapiches desta cidade todos os açúcares que estiverem encaixados" (carta do Governador, datada de 3 de julho de 1713 ao Coronel Bernardino Cavalcanti de Albuquerque); e outras mais cartas a outros Coronéis (14).

Não só se expediam determinações militares para o transporte dos açúcares dos engenhos do interior aos portos, e dos portos aos trapiches da cidade, mas também, se havia demoras no embarque dos que já estavam nos trapiches e não iam para as naus, o Governador decretava outras medidas compulsórias: Eis aqui uma ordem aos Capitães de Infantaria, datada de 6 de junho de 1689 e assinada pelo Arcebispo-governador interino: “porquanto é notável a omissão com que os donos dos açúcares que se acham nos Trapiches desta Cidade tratam de os embarcar, havendo precedido o Bando que mandei lançar a 3 de maio para todos os navios estarem prestes para partirem em vinte de julho com a carga que cada um tivesse cominação que inviolavelmente se há de executar pelo descuido com que se tem procedido em matéria de tanta importância: e convém ao serviço del-Rei meu Senhor que na forma de sua última ordem parta inevitavelmente a frota dia de S. João: o Capitão de Infantaria a que esta se encarregar vá logo para o Trapiche do Sargento-mor Domingos Pires de Carvalho, e faça embarcar todas as caixas, e fechos de açúcar que nele houver começando pelos que já estiverem nos vendidos nos batéis de quaisquer navios que chegarem ao cais a recebê-las: com declaração que havendo ordem de ser para navios determinados se embarquem nos seus batéis, aliás em qualquer dos outros, aplicando-se a esta diligência com tal atividade que seja incessável o expediente, e não possam por falta dele ficar caixas algumas no Trapiche a que mando assistir. E das que cada dia se forem dele embarcando me virá dar conta à noite para ter entendido o número das que dele saem. E o dono do mesmo Trapiche lhe dará conta das que de novo forem entrando para também me trazer como é estilo a certeza das que atualmente se acham hoje entradas nele para tudo me ser presente. Bahia 6 de junho de 1689. Fr. M. Arcebispo e Governador” (15).

Toda imposição provoca desobediência, manhosa e fraudulenta quando não pode ser direta e franca.

A todas essas ordens sabiam resistir e temporizar os senhores de engenho, e muitos deles, para se eximirem da paga dos tributos, invocavam nem sempre fundados privilégios pessoais.

A parte que a Fazenda Real tinha nos açúcares era cobrada por intermédio de contratadores, que arrematavam por certa quantia a cobrança e tratavam para seu lucro de fazê-la render a mais e mais.

Uma cláusula dos contratos dispunha serem os senhores de engenho obrigados a “reter em situado lugar o açúcar que nele fazem os lavradores e não os tirar das casas de purgar sem primeiro

ser seco e lealdado para se encaixar e pagar dele o dízimo"; mas a isso faltavam alguns lavradores. É que eram "Cavaleiros dos hábitos das três ordens militares" e estavam convencidos de, por seus privilégios, não terem obrigação de pagar dízimos; e assim iam tirar seus açúcares dos engenhos, e os senhores destes lhes entregavam, surgindo demandas e demoras.

Reclamando um contratador, baixou o Governador Francisco Barreto, em 9 de novembro de 1657, alvará determinando fôsem notificados os senhores de engenho a não entregarem nem deixarem tirar de suas casas de purgar qualquer açúcar sem primeiro avisar o contratador, para este ir cobrar o dízimo (16).

E logo depois, em 23 de dezembro de 1657, assinava outro alvará em que, considerando que os Cavaleiros dos hábitos das três ordens militares possuidores de fazendas na Capitania duvidavam pagar os dízimos, fundados em seus privilégios, determinava se lhes fizesse a cobrança (17).

Pretendiam também isentar-se do pagamento dos dízimos "os religiosos que têm engenhos, fazendas, nestas capitanias, como cavaleiros das três ordens", pelo que, em 30 de setembro de 1667, o Governador Alexandre de Sousa Freire baixou alvará de notificação, a requerimento do contratador dos dízimos, para que os pagassem todas as pessoas que tinham fazendas de canas "sem embargos que possam alegar" (18).

O regime de restrições à liberdade industrial e comercial prolongou-se até depois da Independência. Foi a lei de 13 de novembro de 1827 que aboliu a exigência de licença para levantar-se engenho (19).

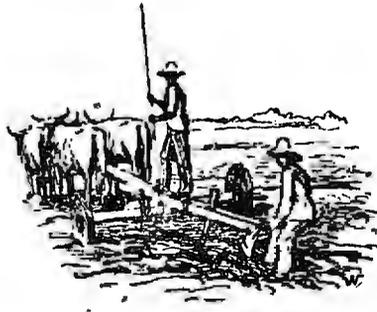
Ainda em 1807 essa obrigação merecia de Rodrigues de Brito severa crítica, como agravadora da espécie de monopólio, que tinham os senhores de engenho então existentes, e da situação dos lavradores, que, não os tendo, pagavam metade de seu produto ao engenho que moía as canas (20).

Outras limitações, ainda vigentes no princípio do século XIX, encontravam da parte dos subscritores das "Cartas Econômico-políticas" verberações semelhantes.

O Desembargador Rodrigues de Brito exulta com a abolição da fixação oficial dos preços dos açúcares: "felizmente a liberdade dos preços nos foi enfim concedida e se acha apoiada com enérgicas providências do ilustríssimo e excelentíssimo Senhor Conde da Ponte, que pela sua infatigável atividade, penetração e luzes, nos põe a coberto de quaisquer violências que só poderiam reccar-se de outro governo menos vigoroso e providente" (21).

E Manuel Ferreira da Câmara não discrepava, insurgindo-se contra a classificação dos açúcares pela Mesa de Inspeção, que nem sabia verdadeiramente “qual é a raia ou ponto fixo que separa o açúcar branco do mascavado”. Câmara era dos que entendiam ser a liberdade total a maior conveniência para quem produzia e vendia: “eu não entendo que se faça bem a alguém obrigando-o”; “deixe-se cada um fazer a respeito da qualidade o que estão fazendo a respeito do preço” (22).

A lição a tirar de tudo isto é um conselho de prudência e tolerância, pois na perene oscilação governamental entre o interesse e a liberdade do indivíduo — sem cujos estímulos fenece qualquer sociedade — e a conveniência pública — que deve ser tutelada pelo Estado — os processos e fatos agora lembrados mostram como dependem de circunstâncias e oportunidades tanto as tendências e teorias econômicas como as realidades legais que as encarnam; eles nos apontam ainda como as soluções coativas, que um dia pareceram insubstituíveis ao proveito de cada um e à utilidade geral, foram pouco depois relegadas como malélicas:



Notas do capítulo:

(1) Vide Varnhagen, *História do Brasil*, vol. I, págs. 437/438. — Surgiram abusos e irregularidades em torno deste favor e o Rei, por provisão de 17 de dezembro de 1655, estabeleceu o modo por que aquelas regalias podiam ser gozadas. Diz esta provisão que, “para evitar os danos que minha Fazenda recebe, no modo em que os donos de alguns engenhos do Brasil usam da liberdade de dez anos, que se lhe concede por fabricarem de novo e reedificarem os mesmos Engenhos”, da sua data em diante aqueles que fizessem novos ou reedificassem engenhos justificassem, perante o Provedor da Fazenda, se acharem eles moentes e correntes, e procedessem à vistoria, presente o Procurador da Fazenda de estarem fabricados e preparados de todo o necessário para fazer moer. Criava a mais um registro e determinava inquirições sobre os engenhos que necessitassem

de reforma para serem obrigados seus senhores a os repararem "de maneira que não caiam senão por decurso de tempo largo. E para se poder evitar a presunção que contra eles há de que acabados os primeiros dez anos da liberdade os deixarão cair para que reedificando-os a menos custo tornem a gozar da mesma liberdade" (Vide *Docs. Hist.*, vol. 66, págs. 112, 113, 116).

Já porém em 1614 a Corte restringia o favor aos grandes engenhos, como se vê deste alvará existente no Códice Gaspar de Sousa, na Bibl. do Itamarati: "Dom Felipe pergraça de Ds Rey de portugalesos Algarves daquem e dalem mar em Africa Snnor de Guiné etc faço saber... Governador do estado do Brasil que os Snnores Reis meus perdecessores concederão às pessoas que fossem morar, e lavrar as terras do dito estado, grandes e particulares pervilegios, entreos quais hundelles he, queapessoa que fizer Engenho pamoer asucares não pague por tempo de dez annos direitos algus delles, Epassados pagarão dez por cento somente equanto durar o Engenho, E por Respeito damta. despesa que fazem có elles concederão as liberdades quetem; E porqueora sou informado que de algus meses a estaparte os moradores do dito estado inventarão nouo modo de moer asucares, a que chamão *emgenho cõ tampouca fabrica e despesa* que não entra enconsideração, e tanta facilidade queconstade quatro páos somte. deque-todos os moradores vão uzando, E uzarão nos asucares decadasar, Esenestes tais engenhos se ouvesse de entender a liberdade de vinte e dez por cento ficaria minha faza, de todo sem direitos, Epoi as liberdades que se concederão forão por Respto. damt^a fabrica edespesa que fazião os moradores dessas partes cõos Engenhos que tem. E ora fazendose cõ tampouca que não he deconsideração nem gasto, Vos mando quenão consintae que em nenhuã das Capitania e mais partes desse estado se Registem trapiches por Engenhos ne delles se passe certidão alguã para se haverem de guardar nas Alfandegas deste Reino como se guardão as outras nem tenham nome de Emgenhos, porquantom nestes senão entendem os Regimentos, e provisões que sobre as ditas liberdades são passadas; Eo official que o contr^o fizer perderá seu officio, e lhe será amão cortadá por haver cometido falçidade e haverá amais pena que o caso merece, e as leis derem lugar, para o que mandareis apregoar o que se contẽ nesta Provisão nas Capitania desse estado e Registalla nos livros dellas onde se costumão lançar semelhantes provisões para a todos ser notorio o que por ella mando, e depois não poderem alegar inorancia, o que comprireis e fareis comprir e guardar, e dar logo execução semduvida alguã, el Rey nosso snnor o mandou por Dom Estevão de faro do seu conselho destado e veedor de sua faz^a Franc^o de Abreu o fez em Lxa, o XXVY^o de Maio de seiscentos e quatorze, Diogo Soares o fez escrever. Dom Estevão de Faro = Para o Governador do Estado do Brasil = Cumpra-se e Registe-se. = Fica registrada a Provisão atras no Lo. 2^o, dos Regtos e Provisões segundo reza f. 32 = . . . de Mellso." — Tem a data de 7 de agosto de 1614 e existe no Códice Gaspar de Sousa na Biblioteca do Itamarati uma carta régia em que se lê: — "Gor. Amigo Eu el Rey vos envio muito saudar Vi a vossa carta de 24 de dezembro do anno passado, em dizeis que convem a meu serviço mandar que nehuã pessoa que tiver engenho de perliberdade, o que nelle se fizer, sobre o que pasastes provisão provedo nisso como convinha a meu serviço e ao accrescentamento de minha fazenda. E que sobre se ter prevenido para quando ouverem requerentes que tratem nesta materia se lhe haver de deferir com fundamento do que fica advertido o Conselho de minha fazenda, E no ponto que tratais que as procuraçõens perque alguãs pessoas despachão asucares plos. Senhores dos Emgenhos E lavradores, selhos apresentem para dellas aprovardes ou Reprovardes, as que vos papperem E as novas se não admittão sem lhe pordes o cumprasse, Hey perbem que este negocio corra daqui em

diante como até agora correo E vos vendo que nisto hainconvinientes os apontes avezandome delles plo. Conselho de minha fazenda para delles se me dar conta desta materia, E eu prover nella como ouver por mais meu serviço;

(2) Vide *Docs. Hist.*, vol. 16, págs. 388/390.

(3) Vide *Docs. Hist.*, vol. 60; vide Carta do Senado da Câmara da Bahia a Sua Alteza de 6 de julho de 1683, em que pedia que a isenção a penhora se estendesse aos escravos de cada engenho (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Cartas do Senado à Sua Majestade, Livro nº 118, Armário 62, fls. 326, verso). — Rodrigues de Brito acharia em 1807 tal providência contraproducente: “mas este remédio (o expediente de conceder aos lavradores o privilégio de não poderem arrematar-se as fazendas de seus engenhos por execução dos credores) veio ainda agravar o mal, porque lhe aumentou as causas que consistiam na dificuldade de obterem capitais, e na facilidade de dissiparem em superfluidades os que possuíam. Vaidoso com esta prerrogativa, que parecia realçar o lustre do seu título de Senhor de Engenho, elevando-o à qualidade de morgado, ele não receou mais a pobreza, e uma porção de fundos que devia converter em capitais, empregando-os nos trabalhos produtivos de sua lavoura, foi reservada para o seu serviço pessoal. Por outra parte, a consideração do privilégio aterrou os capitalistas com a feia perspectiva de maior dificuldade de reembolsarem os fundos com uma classe de homens que a lei privilegiou com a faculdade de serem caloteiros impunemente” (*Cartas Económico-políticas*, pág. 66).

É do seguinte teor a provisão de 3 de novembro de 1681 de prorrogação dos efeitos da de 1665: “Provisão de Sua Alteza sobre se não arrematarem os frutos da terra: “Eu o Príncipe como Regente e Governador dos Reinos de Portugal e Algarves. Faço saber aos que esta minha Provisão virem que tendo respeito ao que se me representou por parte dos oficiais da Câmara da Bahia sobre o miserável estado em que se acham os moradores daquela Cidade e seu Recôncavo com o limitado rendimento de seus frutos e pouco valor deles e estrago que as bexigas fizeram este ano, sobretudo as cobranças que se faziam rematando-se fora de tempo os gêneros da terra por menos cinquenta por cento do seu valor, cujo dano já em o ano de 665 se havia remediado com a Provisão que lhe mandei passar para que por tempo de seis anos se não rematassem por dívidas os gêneros da terra antes do tempo das frotas observando-se o que costumavam fazer os governadores que foram Luís de Oliveira e o Conde de Atouguia, por convir a meu serviço e bem daqueles Vassalos e tendo a tudo consideração e ao que respondeu o Provedor de minha Fazenda a que se deu vista. Hei por bem e me praz fazer-lhes mercê da prorrogar por mais seis anos a Provisão que sobre esta matéria se lhes passou em 22 de janeiro de 665. Com declaração porém que o Ouvidor geral do Cível da Relação da Bahia porá todo o cuidado de cortar as dilações prontamente às execuções sem dar lugar às demoras ou pelos que costumam haver nas causas que se movem sobre esta matéria para que não experimentem os credores demoras nas execuções de suas dívidas. Pelo que mando ao Mestre de Campo General do Estado do Brasil a cujo cargo está o governo dele, e mais Ministros de Justiça e Fazenda a que pertencer cumpram e guardem esta Provisão...” 3 de novembro de 681 (*Docs. Hist.*, vol. 32, págs. 369/370).

Tratam ainda desta mesma matéria as cartas do Senado da Câmara da Bahia a Sua Majestade de 18 de julho de 1690 e 16 de julho de 1689 (esta

assinada, entre outros vereadores, por Antônio da Rocha Pita) *in* Cartas do Senado a Sua Majestade, nº 114, fls. 81 e 90 verso, Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador. — Nos "Índices de Documentos Relativos ao Brasil", publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 61, pág. 186, se lê referência a dois requerimentos dos "homens de negócio da Cidade de Lisboa, pedindo para ser renovada a provisão de 1612 que determina que os lavradores e proprietários de engenhos no Brasil não pudessem ser executados, os primeiros por mais de metade de suas novidades, e os segundos por dois terços". Lisboa, 28 de novembro de 1613. Vide nota no Apêndice final deste volume.

(4) Carta de 30 de dezembro de 1655, *Docs. Hist.*, vol. 66, págs. 127/130.

(5) Vide *Docs. Hist.*, vol. 66, págs. 150/156. — A obrigação dos navios saírem do Brasil em comboio era de grande importância, mas admitia exceções. Os empenhos iam até a Coroa, que dava licenças para viajar alguma embarcação costeira. Há um documento muito interessante a este respeito. Em 19 de novembro de 1661, a Rainha escrevia ao Governador Francisco Barreto comunicando que dera licença a um tal Capitão Estêvão Coronel, da Cidade de Lisboa, para ir ao Brasil carregar aí de açúcar a sua fragata "São Francisco" e regressar logo que estivesse carregada. Mas a Rainha acrescentava que como "o exemplo de fazer a viagem fora do corpo da armada é muito prejudicial, vos encomendo muito que para melhor se dissimular o favor que faço a Estêvão Coronel quando ele se queira partir o mandeis vós mesmos com pretexto de trazer algum aviso ou causa tão aparente que se possa crer obrigou a necessidade a se lhe conceder este privilégio" (*Docs. Hist.*, vol. 66, pág. 188).

(6) Numa carta de S.A. a Alexandre de Sousa Freire, datada de 21 de maio de 1669, era a este recomendado: "deixasse obrar nos fretes e preços do açúcar o que determinarem na praça de negócio, sem vos intrometerdes nisso" (*Docs. Hist.*, vol. 67, pág. 56).

(7) Vide Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, vol. II, pág. 311, e *An. Bibl. Nac.*, vol. 34, pág. 93. — Pode notar-se como se desenvolveu a fabricação e especializou-se a classificação dos açúcares, comparando estas cinco qualidades com as três citadas em 1548 no Regimento dos Provedores da Fazenda: "e vindo os ditos açúcares já encaixados, o dito Provedor dará juramento às pessoas cujo dito açúcar for que declare se é branco se de meles ou remeles" (Vide *História da Colonização Portuguesa*, vol. III, pág. 356).

(8) Vide "Representação dos Senhores de Engenho e Lavradores de Canas e Tabacos do Estado do Brasil" — Arquivo Histórico da Prefeitura da Cidade do Salvador, Livro nº 40, Armário 62, págs. 142 e segs.

Vide Varnhagen, *História do Brasil*, vol. 4º, pág. 308. As Mesas de Inspeção tinham regimentos de 16 de janeiro de 1751 e de 1º abril de 1751 (op. cit. notas 24 e 26). — O aparelhamento regulador e fiscal do açúcar era, em 1779, uma repartição numerosa — a Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco, composta de um Inspetor Presidente, Desembargador Supranumerário da Relação, quatro Inspetores, dois Examinadores, dois Escrivães da Mesa de Inspeção, um Guarda-mor, um Juiz da Balança, um Escrivão do Registro, outro da Entrada, um da Ementa, um Tesoureiro das Despesas, um Guarda-livros da Inspeção, dois Guardas-marinha da Inspeção, um Meirinho, um Escrivão, dois Marcadores de Tabaco, um Porteiro, um Patrão do Escaler e a gente deste escaler. (*An. Bibl. Nac.*, vol. 32, págs. 440/441, 442 e 446, e vol. 31, pág. 64).

(9) Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 31, pág. 128 — Os transportes, os preços, as qualidades, as vendas, tudo andava regulado e controlado pelo governo. Mas os contrabandos e as desobediências eram freqüentes e ousados. Em 1661 chega à Bahia uma nau inglesa, e embora sem licença para “vender sua fazenda”, “fez secretamente negócio” e entre estes negócios um foi comprar e carregar açúcar — “e carregou açúcares dos Religiosos de São Bento e outras pessoas a que não se pode impedir (ainda que foi grande o cuidado, com que procurei) por serem muitos os Rios desta Bahia e terem os Senhores de Engenhos segura liberdade na obscuridade da noite para lhe enviarem, sem virem os barcos à Ribeira desta Cidade”. (*Docs. Hist.*, vol. 4, pág. 399) — Exportadores de tabaco, fugindo às exigências do fisco, despachavam-no clandestinamente escondido nas caixas de açúcar. Em 7 de março de 1695 o Rei determinava que “todas as caixas de açúcar se furassem antes de se lhe dar despacho na dita Alfândega, dando-se-lhe aqueles furos que parecerem necessários para se conhecer se em qualquer parte delas vinha tabaco” (*An. Arq. Públ. Bahia*, vol. I, pág. 124).

Em carta ao Governador de Pernambuco, datada de 1º de agosto de 1716, o Marquês de Angeja informava: “os ditos combois pus prontos para partirem a treze de Maio, porem como a Junta mandou que a nau nova fosse carregada, estes homens de negocio se apostavam em lhe não querer dar carga té deferir a partida para dia de Santo Antonio, e fiz á força carregar a dita nau, passando ordem que fosse a revelia e enfim leva 500 caixas e 1.500 arrobas que posso dizer as arranquei dos trapiches porque nem nesta parte querem nada os homens de negocio com a Junta” Carta do Marquês de Angeja ao Governador de Pernambuco, Bahia, 1º de agosto de 1716. (*Docs. Hist.*, vol. 40, pág. 79).

Em 17 de novembro de 1786 a Mesa de Inspeção resolvia sobre os preços de venda dos açúcares. Em 7 de janeiro de 1789, afixava edital fixando os preços máximos em harmonia com o alvará de 15 de julho de 1775 (*An. Bibl. Nac.*, vol. 34, pág. 230). — Tomavam-se providências contra os transgressores. Em janeiro de 1792, procedia-se a uma devassa, em conformidade do alvará de 25 de janeiro de 1775 sobre “quais os negociantes que vendiam os açúcares por preços superiores aos fixados por aquele alvará” (id. pág. 264).

(10) Vide *Docs. Hist.*, vol. 9, págs. 3/4.

(11) Vide *Docs. Hist.*, vol. 9, págs. 8/9.

(12) Vide *Docs. Hist.*, vol. 9, pág. 44.

(13) Vide *Docs. Hist.*, vol. 9, pág. 45. — Ordens semelhantes foram expedidas a 28 de setembro de 1677, 22 de abril de 1678, 19 de janeiro de 1679 (Vide *Docs. Hist.*, vol. 9, págs. 49, 66, 67, 78 e 79). — O frete foi fixado por alvará: do Brasil para o Reino — 300 rs a arroba (23 de nov. de 1753). Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 31, pág. 270; vide *Docs. Hist.*, vol. 42, pág. 350. — Muitas vezes as frotas chegavam tarde e eram alcançadas pelo mau tempo para regressarem. O Governador Antônio Luís Câmara Coutinho dizia em carta ao Des. José de Freitas Serrão “tenho escrito quanto convém partirem as frotas a tempo que cheguem em março a este porto que de outra maneira não o haverá para descarregar, crenar e tornar a carregar para poderem ir em forma que possam fazer viagem e tudo vai embarçado, porque nem os que vendem, têm tempo de saber como vendem, nem os que compram como compram. Mas o certo é que as vozes que vão do Brasil todos as ouvem, porém como soam de longe, não as querem entender” (Carta de 15 de julho de 1693, *Rev. Hist. Bras.*, vol. 71, pág. 111)

(14) Vide *Docs. Hist.*, vol. 42, págs. 7, 132, 137, 197, 204, 331, 332; vide *Docs. Hist.*, vol. 41, págs. 316, 333, 340; vide *Docs. Hist.*, vol. 57, págs. 176 e 226; vide *Docs. Hist.*, vol. 44, págs. 36, 251.

(15) Vide *Docs. Hist.*, vol. 32, págs. 286/287.

(16) Vide *Docs. Hist.*, vol. 19, pág. 265. Ver Charles Boxer, *Portuguese Society in the Tropics*, pág. 80.

(17) Vide *Docs. Hist.*, vol. 20, pág. 140.

Por uma carta do Rei de 30 de maio de 1650 se vê que por esta época os Cavaleiros das ordens militares estavam isentos do pagamento de certos tributos: "e que os Cavaleiros das ordens militares, Capitão e soldados, que possuírem fazendas enquanto as guerras durarem não sejam escusos de pagar e contribuir para os donativos necessários à sua mesma defesa, como o fazem os mais moradores" (*Docs. Hist.*, vol. 66, pág. 14). — Os Cavaleiros da Ordem de Cristo insistiram nesse privilégio que, afinal, lhes foi cassado pela carta régia de 24 de julho de 1658 do seguinte teor: "Francisco Barreto, governador amigo. Eu El Rei vos envio muito saudar. Havendo-me mandado ver por pessoas de letras e zelosos de meu serviço o que se me representou sobre haverem de ser isentos ou não de pagarem dízimos nas Conquistas os Cavaleiros da Ordem de Cristo e se podem eles renunciar os privilégios apostólicos concedidos em favor da mesma ordem me pareceu dizer-vos que à Mesa da Consciência mando ordenar que se passem por aquele tribunal os despachos necessários para que os Cavaleiros das ordens militares que vivem nesse Estado e nas mais Conquistas deste Reino se não possam isentar de pagar dízimos como muitos pretenderam, sem o poderem fazer pelas razões que me foram presentes, e que havendo alguns que tenham a isso dúvidas e se queiram isentar os obrigueis a que paguem, de que vos aviso para que o tenhais entendido. Escrita em Lisboa a vinte e quatro de julho de mil seiscentos e cinqüenta e oito. Rainha. O Conde de Odemira. Para o Governador do Brasil. Segunda via. Bernardo Vieira Ravasco" (*Docs. Hist.*, vol. 66, págs. 146/147). — Versam o mesmo assunto os alvarás e cartas régias de 14 de dezembro de 1663, de 7 de agosto de 1662, de 14 de dezembro de 1662, de 9 de dezembro de 1662, de 17 de abril de 1663 e de 31 de outubro de 1665 (*Docs. Hist.*, vol. 66, págs. 156, 220, 221, 238, 239, 267, 335. Ver nota no Apêndice.

18) Vide *Docs. Hist.*, vol. 23, pág. 78, e alvará de 28 de setembro de 1667 à pág. 81.

(19) Vide Góis Calmon, "Vida Econômica e Financeira da Bahia". pág. 47.

(20) Vide *Cartas Econômico-políticas*, pág. 31.

(21) Vide *Cartas Econômico-políticas*, pág. 94.

(22) Vide *Cartas Econômico-políticas*, págs. 106, 107 e 108.



*Ruínas da capela do “Engenho São Brás”,
no Município de Santo Amaro.*

(Gentileza do Serviço do
Patrimônio Histórico)



*Capela do “Engenho Passagem”, no Município da
Cidade do Salvador.*

(Gentileza de Clemente Mariani)



“Engenho Santo Antônio do Rio Fundo”, no Município de Santo Amaro. Sobrado e capela.

(Gentileza de João de Lima Teixeira)



“Engenho Santo Antônio do Rio Fundo”, no Município de Santo Amaro.

(Gentileza de João de Lima Teixeira)



Um engenho de açúcar, no Brasil do século XVII.

(Gravura de Montanus, na Biblioteca Nacional)



*“Engenho Madrugá”, no Município de São Francisco do Conde.
De uma aquarela de Julius Naehrer, de 1878.*

(Gentileza de Pedro Rodrigues Bandeira)



*Tipo de Senhor de Engenho no último quartel do século XIX —
o Visconde de Ferreira Bandeira, Senhor do “Engenho Subaé”,
no Município de Santo Amaro.*

(Gravura do livro “O Brasil”, de Lamberg)



Sobrado do “Engenho Subaé”, no Município de Santo Amaro.

(Gravura do livro “O Brasil”, de Lamberg)

CRISES



SCREVENDO aqui a história de um determinado engenho, não podemos deixar de lembrar circunstâncias de ordem geral relativas a todos, a cuja influência não teria escapado aquele cuja crônica enche estas páginas.

Os engenhos, a lavoura e indústria do açúcar na Bahia passaram por períodos aflitivos que deixaram documentos; e tiveram épocas de prosperidade ainda agora recordadas.

É possível afirmar sem muito receio de erro que no primeiro século, de 1550 a 1600, a lavoura de canas era próspera e crescente.

Período de formação, proteção oficial, estímulos governamentais, as liberdades de produção, transportes, preços, comércio pouca ou nenhuma restrição sofriam. O século XVII, porém, está cheio de crises ⁽¹⁾, sendo das maiores a guerra holandesa.

Em 1626, os Oficiais da Câmara da Cidade do Salvador descreviam a situação de modo acabrunhador.

Estava a Bahia padecendo grandes misérias “causadas das muitas mortes dos negros que os annos atraz ouve, de maneira que por sua falta não mohião os engenhos e as çafras passadas o não fizerão por causa das guerras e de os inimigos pôrem o fogo aos cannaviaes, nas quaes guerras os ditos moradores consumirão tudo o que de seu tinhão e hoje estão mui pobres e necessitados, de tal maneira que à muitos annos se não poderão restaurar de suas perdas”.

As providências sugeridas eram: a escravatura índia, o descimento de peças de gentio de paz, medidas quanto à moeda, proibição de não se cozerem melees brancos nem se os despacharem; e mais: dispensa do pagamento do direito de seus frutos por dois anos, “visto perderem a meia çafra dos assucares do ano de 623 e toda a de 624, e muita parte da de 625 e visto terem a metade da çafra daquela Cidade derribada e as que em pé ficarão os soldados espanhoes lhe não deixarão porta nem fechadura e houve saque geral dado pellos ditos espanhoes e ficarão todos os moradores da dita Cidade desbaratados de todos os seus bens e avendo mister muita fazenda para reedificar suas cazas e moveis de seu uzo” (2).

Reuniram-se naquele ano (31 de março) os Officiaes da Câmara e homens da governança para votar uma postura fixadora do preço dos açúcares. O panorama pintado na ata que então se lavrou não era dos mais animadores: a terra estava mui falta de dinheiro e por isso faziam-se muitas execuções, e no cobrar das dívidas os açúcares eram arrematados por metade do preço que valiam, e assim os escravos das lavouras, com o que “desmembroavam” as fazendas. E os “mestres e mercadores” tiravam “muito proveito e ganhos” no que vendiam ao povo. Para atalhar as execuções e prejuízos resolveu-se suspender as cobranças — “não sejam os moradores executados”. E como acontecera no princípio da safra, aberto preço aos açúcares, os credores, aproveitando-se da falta de navios, não quererem recebê-los senão por preços “muito ínfimos”, deliberou a assembléia que “os açúcares finos se aceitassem e corressem a preço de setecentos e cinqüenta réis por arroba, e os açúcares bons, que não forem muito finos, se aceitassem a setecentos réis, e os açúcares baixos a seiscentos réis, e os mascavados a dezoito vinténs e os panelas a doze vinténs”. E todos os que por esses preços os offerecessem “não fossem executados em bens outros, nem os tais açúcares lhe os tansassem e arrematassem por menores preços” (3).

Nessa ata se declara — “no Brasil não há outros preceitos de consideração e de que dependa o comércio da terra senão os açúcares e a efeito de os levarem vêm os navios do Reino com suas fazendas e negócios”.

Em 1631 o ambiente econômico da Bahia era sombrio. Numa reunião da Câmara da Cidade do Salvador, em 15 de maio daquele ano, para opinar sobre um pedido do Governador, de auxílio para sustentação do Presídio, os Vereadores diziam que os baianos

sempre haviam mostrado ânimo e zelo no serviço de Sua Majestade, aumento e conservação do Estado. Em tempos calamitosos haviam assistido “com suas pessoas e fazendas e no mais que suas possibilidades e forças abraçam”. Mas para atender à solicitação achavam dever convocar “pessoas do Povo e governança”, tais eram as circunstâncias em que se encontrava a Bahia: “em tal miserável estado, tão pobres e alcançados os moradores dela que parecia quase impossível conservarem-se”.

De fato, no dia seguinte, se reuniram “as Pessoas nobres da Governança desta Cidade e o mais do Povo dela” chamados “particularmente e com som de campa tangida”.

Repetia-se a alegação dos Vereadores: pessoas, fazendas e serviços de escravos tinham estado sempre empregados na defesa e fortificação da Cidade e na guerra contra o gentio alevantado; suas casas ocupadas com alojamento da gente de guerra perdiam os donos o rendimento delas havia seis anos. “Achavam-se todos em geral e em particular em estado tão necessitado e miserável que com trabalho se sustentavam” (4).

Eram os da Cidade os que assim falavam, mas lembravam por certo o que também sofriam os do Recôncavo.

A vitalidade agrícola-comercial da Bahia de então não tardaria em levantá-la dessa prostração, mas seria por pouco tempo, pois em 1666 chegou ao cúmulo de grande depressão econômica.

Numa carta régia lemos: “tendo eu a isso consideração e aos poucos frutos com que nestes últimos anos se acha a dita capitania, por causa das grandes esterilidades que têm havido nela, e perdas que houve nas fábricas dos Engenhos...” (5).

Eram os estragos da grande epidemia das bexigas, que, ao pensar da época, tinha causa ou houvera por sinal a aparição de um cometa. Rocha Pita escreveu: “no mesmo anno e no seguinte de mil seiscentos e sessenta e seis, experimentou o Brasil huma das mayores calamidades que padecera desde o seu descobrimento, e conquistas, precedendo hum horroroso Cometa que por muitas noites tenebrosas ateado em vapores densos ardeo com infausta luz sobre a nossa America e lhe annunciou o damno que havia de sentir; porque ainda que os Metheoros se formão de incendios casuaes, em que ardem os atomos, que subindo da terra chegão condensados à esfera, as cinzas em que se dissolvem são poderosas assim a inficionar os ares para infundirem achaques, como a descompor os amigos para obrarem fatalidades; tendo-se observado que as mayores ruynas nas Republicas, e nos viventes trouxerão

sempre diante estes sinaes. Tal foy o que appareceo no Brasil hum anno antes dos extragos que se lhe seguirão”.

Retratou o historiador baiano o vulto da peste e os sofrimentos da lavoura: “pelos reconcavos foram tanto mais penetrantes os estragos quanto era mayor a falta dos remedios e dos Medicos, morrendo os enfermos, antes que da Cidade aonde recorrião, lhes fossem as receitas e as medicinas, e constando a mayor parte daquelles habitadores de escravos para as fabricas dos Engenhos, fazendas e lavouras, houve alguns Senhores destas propriedades que perdendo todos os que tinham, ficarão pobres, e não puderão em sua vida tornar a beneficiar as suas possessoens, ficando em muita necessidade algumas Familias nobres, que possuirão grandes cabedaes. Seguio-se depois huma geral fome que alguns annos padeço o Brasil por faltarem os cultores das plantas e sementeiras, e dos outros generos precisos, para alimentar a vida, sendo tão consideravel, e geral esta ruina, que ainda hoje se experimentão os prejuizos e consequencias della” (6).

Em 1681 — pelos termos de uma carta régia — a situação era esta: “miserável estado em que se acham os moradores daquela Cidade e seu Recôncavo com o limitado rendimento de seus frutos e pouco valor deles e estrago que as bexigas fizeram este anno sobretudo as cobranças que se faziam” (7).

Não pôde logo depois reerguer-se a lavoura; continuou a padecer até a *crise de 1687* descrita por João Peixoto Viegas (8).

Este bandeirante *doublé* de economista tem vigor audacioso de expressão e enumera fatos e usa argumentos de grande força.

Os senhores de engenho e lavradores estavam “todos empenhados”, escrevia ele; numerosas eram as “contínuas execuções com que são descompostos e destruídos”, em consequência de seus negócios com os mercadores-comissários que os espoliavam, e ainda por causa dos “custosos gastos da fábrica de açúcar e nela consumidos os fornecimentos anuais; mortes de escravos que lhes vendem a sessenta e setenta cruzados, os cobres a quatrocentos réis, quando baratos, e assim as mais coisas, como sejam os maus anos, o cansado das terras, que já por velhas não produzem como antigamente”; os “moradores já expostos e próximos a total ruína pelo estado a que tem chegado o comércio de seus frutos”; o comércio de açúcar diminuído em toda parte; os produtores vexados de impostos.

Impressionado com a crise, o Rei se dirigira ao Governador e este a Viegas pedindo a indicação de providências. Parecia ao Rei que as “causas e queixas procedem de não terem gasto os açúcares

pelo mal que neste estado se obram”, isto é, porque mandava o Brasil aos mercados europeus um açúcar mal fabricado, ordinário, de má qualidade, inferior; “e os excessivos preços por que compram”; “e as misturas que deles se fazem e o engano das maiorias das taras”. E sugeria Sua Majestade como expedientes: “que todas as caixas sejam marcadas ⁽⁹⁾ de fogo com a marca dos engenhos em que são feitas; e com as divisas das letras F que declara fino, R redondo, e B para os baixos para assim se evitarem as misturas, punido o fabricante que as fizesse mediante certidão do ver do peso” — e pedia parecer sobre “remédio que se poderia dar para os açúcares se fazerem finos, para que tenham melhor saída e se evite a introdução dos das Barbadas em Itália e se será conveniente vender-se por preço certo e ordenar-se que os mercados não possam vender fazenda a pagarem em açúcar sem contratar logo o preço”.

Viegas responde num documento notável de clareza, informação e ativa segurança de dizer, reclamar e aconselhar.

Quanto à qualidade do açúcar, contestava: “as causas da diminuição e total ruina em q se axa o comercio doz frutoz do Brazil não procede de se obrar mal, se não de ser muito o q delle das Barbadas e da India vae à Europa”. Fazíamos açúcar o melhor possível: “não se pode obrar melhor nem V. Exca. achará remedio p^a q seião mais finoz” ⁽¹⁰⁾. Os senhores de engenho tinham nisso especial cuidado: — “prq o seião trábãlhão sempre oz q o laurão com grande estudo”; “nem oz olandezes ao tempo de 24 annoz q posuirão a cappitania de Pernambuco, acharão com toda a sua industria e arte” meios de mais perfeitamente fabricá-lo, e com menor custo.

Faz Peixoto Viegas uma digressão acerca do apurar dos açúcares nos engenhos no sentido de se obterem os de melhor qualidade e por fim afirma que “huã das cauzas de serem em Portugal os asucares quasy todoz redondos e baxos he serem ia velhoz quando la chegão a auerse”. Grande era o tempo decorrido em carregarem-se nas frotas, viajarem e se descarregarem no Reino. As caixas ficavam durante quase dois anos expostas ao ar do inverno na alfândega e isso piora “o ser e a fineza; porq o maiz fino e seco com bom sol aoz seiz mezez tem quebrado muita partê da sua bondade”. O que não fariam dois anos?

Provierá esse mal da navegação em frotas. Antes apenas um navio se carregava de açúcares dos engenhos, incontinenti partia e “eram finoz oz asucares que tinhão este credito e esta bondade”,

vantagem que desaparecera. “pela nouidade das frotas necessaria então e util para segurança de inimigos”.

Nova digressão faz Peixoto Viegas ⁽¹¹⁾ a respeito das falsificações e misturas das qualidades do açúcar e sobre a liberdade ou fixação oficial de preços, para depois descrever desta eloqüente maneira a crise daquele tempo: “todoz quantoz homens vierão do reino esta frota e carga delle, lamentão a ruina e estado em q está o comercio, o qual todo se diriuou sempre do asucar, e de 30 annoz a esta parte maiz do tabaco, pelo uzo delle q se introduzio geral em toda a Europa”.

O açúcar pouco valia ou não encontrava mercado e os homens de negócios do Reino ordenavam a seus comissários na Bahia “que lhes mandem os seuz cabedaez em dr^o ou letra” e “por nenhum modo” em açúcar — “porq nenhuma saida nem preço tem lá, nem esperança de o ter nunma, pela quantidade que os do norte leuão da India e Barbadas”. O nosso produto não podia competir com os destas colônias, que “refinadoz vão dar à Itália por duzentos reis” a arroba.

A coisa chegara a tal ponto que “dizem maiz q dentro de pouco tempo ou iá, não he necessario ao do Brazil mais que 6 ou 86 caixas e outroz tantos rolloz de tabaco que o Reino gasta; porq os estrangeiros o não hão mister pa sy, antes tem para venderem, como fazem por barato preço em Italia”. E melhor, e mais minudentemente explicava: “a cauza dos Imglezes e depoiz Francezes, e os maiz do Norte se diuertirem do asucar do Brazil, e aplicarem alaural, e o tabaco pr sy foy o excesso de preço a q chegou em Portugal pelos annoz de 44 até oz de 54. q se vendia no Reino a 3200 rzs e 3500 rzs” — erro na consideração de cujas conseqüências não quiseram deter-se os comerciantes, por ganância, e as autoridades, pelo aumento dos direitos e impostos. Entretanto não tardara “o damno q ha annoz se experimenta no nosso comercio pela diuersão dos estrangeiros”. Não valera a políticos e conselheiros a lição da pimenta da Índia, cujo alto preço estimulara os holandeses a buscarem-na e mais produtos do Oriente — “e as nossas praças noz tirarão e se fizerão poderozissimos”, tentando logo depois “Inglezes e Francezes e quantoz Burguezes tem o norte”. E o que se via era — “receberem frotas requicimas daquellas partez. E Lisboa huma nao, ou pataxe com beirames”. Fora ainda a ganância de tão altos preços, tanto do açúcar como das especiarias, que dera causa à guerra holandesa: “logo no anno de 23 armarão (os holandeses) noua Companhia q chamão occidental e arrebatarão.

com ella esta praça no de 24 e no de 30 a de Pernambuco, q possuirão 24 annoz... Este incendio tamanho se noz originou daquella faisca de cobiça inconciderada”.

João Peixoto Viegas, em tão notável parecer, dá como outra causa da crise os tributos a que se obrigavam os senhores de engenho e lavradores — fintas, donativos e dízimos — que forçavam a inconvenientíssima alta do preço.

Os produtores já sacrificados em suas transações com os comissários viam-se forçados às “grandes imposições anuaiz que paguem pa serviço de S. Magestade q só pa o da paz de Olanda; e dote da Sra. Rainha de Inglaterra se carregou a esta cappitania hum milhão e 2806 cruzados, que se cobrão com nome de donativo a 406 cros. cada anno pr. lançamento de finta e por imposição noz vinhoz e outroz usuaiç 606 cruzados para sustento da infantaria” (12).

“Que provincia rica do Reino contribúe cada anno com esta quantia?” — pergunta Viegas com altivo entono de pena vindicante.

Os do Reino não tinham mão em pedir e exigir do Brasil mais e mais imposto. E o Brasil, a Bahia pagava — “e os faz este pouo rico somente de animo e lealdade, e não de vallor de seuz frutoz”. Tinha-se ali o Brasil como opulento e seus moradores como poderosos. Não se dava atenção à realidade nem se atendia às informações de Governadores, reclamações e representações das Câmaras. Os Ministros não se abalavam daquela “opinião assentada”, convicção alicerçada “na vista de tantas mil caixas de asucar e rolloz de tabaco” que iam da Bahia e chegavam ao Reino cada ano e faziam “parecer feição e não realidade o q se diz da impossibilidade de seuz moradores, já expostos e proximoz a total ruina pelo estado a q tem chegado o comercio de seuz frutoz”.

Desprezavam os de além-mar as duras circunstâncias dos que desta banda trabalhavam para *maganos de Portugal*. Se porém assim tão descuidados se mostravam estes da conservação e aumento da colônia, haviam de amargar as consequências de tão iníquo erro. Ouvissem todavia a advertência de Viegas, a lhes lembrar o valor do Brasil como alimento e sustentação de Portugal — “mas por consequencia o ha de sentir o Reino todo. Poiz he manifesto que o seu principal alim^{to}, e poder hé o Brazil. E senão lembrece o Reino e os srez Ministros q no anno de 63, ou no anno em q foy Manuel de Miranda Henriques cabo da frota, pr rezões q se offercerão invernou e retardou quatro mezez em chegar ao Reino. Foy tal o aperto pa acodir ao exercito do Alemtejo que se remediou a

falta de sua importancia acrescentando a moeda a valia extrinseca de 100 por 100 em q hoje está; e esteve até ali com 50" (13).

Para obviar tantos males, Peixoto Viegas não achava medicamento: "já não está o negocio em termoz que poça ter Recurso, Remedio, nem recuperação a perda do comercio do Brazil porq oz seus frutos lauramce hoje com abundancia pelos estrangeiros; e em serem no mesmo Brazil tantos no asucar e tabaco se arruinam assi mesmoz. Veiam lá os sabios da politica qual pode ser o Remedio; eu lhe não vejo senão o darnoz Deoz algum nouo fruto de estima e preço; e esperar milagres (para o q a prudencia dos homez basta!) não se costuma nem he racionauel" (14).

De 1687 (15), assim debuxado por Peixoto Viegas, a 1692 decorre apenas um lustro em que não houve sensível reação, se não há exagero no que nesta data escrevia ao Rei o Governador Câmara Coutinho: — "cáusa dos maus anos, doenças e inclemências dos tempos são as mortes nas fábricas de negros, bois e cavalos, tantas e tão contínuas, que se não podem reduzir a número, ficando por isso assim os que lavram as canas, como os que fazem os açúcares, impossibilitados a restauração de tudo... Brevemente deixarão de moer muitos engenhos que têm, e pelo tempo adiante sucederá o mesmo a todos; porque não é possível poderem com os seus gastos" (16).

Com a alteração na moeda as mercadorias subiram de preço, elevando as despesas necessárias aos engenhos: "tanto que em Portugal levantou a moeda, levantaram todos os gêneros (costume sempre usado em semelhantes casos) e se navegam para este Brasil por altísimos preços, assim os gêneros que precisamente são necessários para o fornecimento dos Engenhos como as fazendas, ainda as que a mesma terra de Portugal produz para o comum sustento". E os gêneros da terra, do Brasil, da Bahia, igualmente subiram de preços, perturbando a economia dos engenhos: "os caixões que valiam a 800 rs. valem a 1\$200. A lenha que valia 2.000 rs. a tarefa vale a 2.500. Os negros que se compravam a 50\$ se não tiram a menos de 60\$ réis. O mesmo excesso corre nos bois, cavalos, carros, telhas, e tijolos, e nas soldadas de tantos oficiais".

Câmara Coutinho talvez carregasse a mão nas sombras para obter as providências que reclamava, mas desenha um prospecto tenebroso — "se o Brasil estava já miserável, e quase perdido, vendendo os açúcares a mil, e a mil e cem réis, valendo todas as coisas de que usa para a fábrica deles, e as fazendas por moderados preços, forçosamente crescendo o preço dos fornecimentos com o

sobredito excesso, e abatendo-se por falta da moeda, o preço dos açúcares sem dúvida não poderão moer os Engenhos" (17).

E o próprio açúcar tanta vez preferido à moeda era então negligenciado pelas naus: "pelo abatimento dos açúcares nesse Reino e gasto dos fretes, Comboi e mais direitos apenas se tira lá o preço que aqui se dá por eles, tem mais conta aos que trazem fazenda, que são muitos, levar dinheiro do que açúcar".

E se faltava esta mesma moeda, como aconteceu um ano depois, a crise se tornaria ainda pior. É ainda o Governador Câmara Coutinho quem, em 22 de julho de 1693, novamente escreve ao Rei: "é tão conhecido o miserável estado em que este Brasil está pela falta da moeda, que a experiência o está mostrando com evidência, e não necessita de conjeturas: porque este ano não houve quem comprasse açúcares, por falta de se fazerem os pagamentos, e estiveram nos Trapiches tempo considerável sem saberem os donos determinar-se o que haviam de fazer deles: porque para os navegarem não queriam os seus acredores esperar pelas dívidas um ano (sè não fosse mais) quando viesse o retorno desse Reino, e os que haviam de pagar não queriam aceitar açúcares, por necessitarem do dinheiro para seus pagamentos" (18).

Em 1688 a situação fora esta — os estrangeiros dispensavam os açúcares porque não lhes achavam conveniência pela "carestia dos preços a que subiram e o vício e falsidade com que se fabricam".

A Coroa determinava abater os direitos das alfândegas do Reino no açúcar e tabaco e providências para diminuir o preço dos gêneros de que se forneciam os engenhos (19).

Mas a carta de lei que corporificava tais medidas, isto é: "termo certo ao preço dos açúcares e aos quatro gêneros de que se costumam fornecer os engenhos", foi um ano depois revogada nesta parte, passando os aludidos produtos a ter comércio livre: — "se venderão livremente à avença das partes" (20).

De 1693 em cartas de Câmara Coutinho, existem estes depoimentos:

— "quatro para cinco anos há que assisto neste estado e em todas as frotas grito como posso, escrevo o que entendo e digo o que sei e experimento. O Brasil até agora esteve muito mal, e de presente fica com a candeia na mão, e com poucas ou nenhuma esperanças de remédio, porque enquanto teve sangue deu o que tinha, agora tem perdido as forças e as esperanças porque lhe falta a moeda que é o essencial; com que todos os pagamentos estão parados, o açúcar nos trapiches, sem haver quem os compre, os

senhores deles como devem mais do que têm não os podem manejar e cada um chora e não sabe porque”; “... estes moradores se acham tão faltos de moeda que não têm com que comprar gênero nenhum”; “miserável estado em que estes moradores se acham porque não há nenhum que não viva carregado de dívidas sem as poder pagar” (21).

Crises sucessivas tomam assim grande parte do século XVII, mas é preciso que nos resguardemos contra certos excessos de expressão e contra a unilateralidade de citação de fatos por interessados — senhores de engenhos, Vereadores, economistas locais e Governadores — que todos, debuxando negros quadros, visavam às providências e favores que pediam. Demais não há cronistas das épocas de prosperidade, quando tudo é gozar e silenciar, e até negar.

O século XVII não poderia ter sido essa continuada adversidade que nos aparece naqueles documentos. Há mesmo entre as épocas em que tais papéis foram escritos algumas de que pouco sabemos e para as quais poderíamos invocar o aforisma — de que os povos felizes não têm história.

E se assim é, continuemos o registro dos períodos maus, prosseguindo a tanger o rebanho das vacas magras.

Do século XVIII em seus começos fale-nos Antonil, que, escrevendo antes de 1710 (são deste ano as licenças para a publicação de seu livro), se parece dar impressão da existência de uma fase próspera *nos fins de 1600 e princípios de 1700*, logo demonstra o que na realidade representavam os elevados preços a que chegara então o açúcar.

Informa o jesuíta: “de vinte anos a esta parte mudaram-se os preços assim do açúcar branco como do mascavado e batido, porque o branco macho que se vendia por oito, nove e dez tostões a arroba subiu depois a doze, quinze e dezesseis, e ultimamente a dezoito, vinte e vinte e dois e vinte e quatro tostões e depois tornou a dezesseis. Os brancos batidos, que se largavam por sete, e oito tostões subiram a doze e quatorze. O mascavado macho que valia cinco tostões, vendeu-se por dez e onze, e ainda mais. E o mascavado batido, cujo preço era um cruzado, chegou a sete tostões”. Mas em seguida assinala serem tão altos valores absorvidos pelo monte das despesas que se desenvolveram enormemente — tanto com a aquisição de escravos como de coisas vindas do Reino — cobre, ferro e pano.

A grande alta nada mais era que uma ameaça; e de fato foi o estímulo maior a produtores outros que nos roubaram os mercados.

E Antonil, opinando, advertia: "se se reduzirem os preços das coisas que vêm do Reino, e dos escravos que vêm da Angola e Costa da Guiné, a uma moderação competente poderão também tornar os açúcares ao moderado de dez ou doze tostões; parecendo a todos impossível o poderem continuar de uma e outra parte tão demasiados excessos, sem se perder o Brasil" (22).

Demos a palavra agora a Wenceslau Pereira da Silva que, num parecer assinado em 12 de fevereiro de 1738 sobre os meios de acudir aos três principais gêneros da Bahia — açúcar, tabaco e sola — dizia haverem chegado os senhores de engenho e lavradores do Brasil a um estado "calamitoso e deplorável". Enorme era a falta de consumo do açúcar "por causa das fábricas que os estrangeiros aumentam nas suas colônias para destruição das nossas", e ao demais os senhores de engenho cuidavam de produzir muito "sem apurar as qualidades".

Os senhores de engenho e lavradores estavam onerados de empréstimos, pois, com o estímulo dos "anos florentes", "não cuidaram de se conservar, nem prudentemente consideravam o que podia sobrevir, mas só trataram de exceder as suas possibilidades e ampliar as fábricas e lavouras, fazendo grandes despesas, e valendo-se para elas de dinheiros alheios com avanços que depois cresceram e não pagaram, por se seguir imediatamente o abatimento dos mesmos gêneros e a falta do consumo deles".

E ainda se somavam os malefícios das minas, as lavras de ouro e diamantes (23) a encarecerem tudo, especialmente bois, cavalos e escravos — fazendo subir o preço dos escravos de 40\$000 até 50\$000, por que se vendiam os melhores, a 200\$000. "A fama e cobiça daqueles tesouros escondidos nos erários da natureza" atraíram portugueses e brasileiros, que nos engenhos eram feitores, mestres e purgadores de açúcar, banqueiros e caixeiros, desorganizando a fabricação. E muitos engenhos se perdiam pela ousadia dos que sem recursos os compravam fiado ou os arrendavam para, ao fim de duas ou três safras, fracassarem, levando às vezes à falência seus credores.

Os países estrangeiros, aumentando as fábricas em suas colônias, servidos nelas de homens brancos e outras facilidades que não tínhamos, liberdades e franquezas concedidas por seus monarcas, encheram os mercados europeus — "com tanta afluência e barateza que suposto seja inferior ao nosso na qualidade deste se não usa e daquele é que se gasta, e tem saída em toda a parte; e o pior de tudo é que também tem a entrada no nosso Reino".

Colaborava na crise o excessivo luxo a que se entregavam os baianos.

Se os escravos saíam por altos preços para as Minas, onde se empregavam mais de cento e cinquenta mil, o tráfico diminuía, feito em desordem.

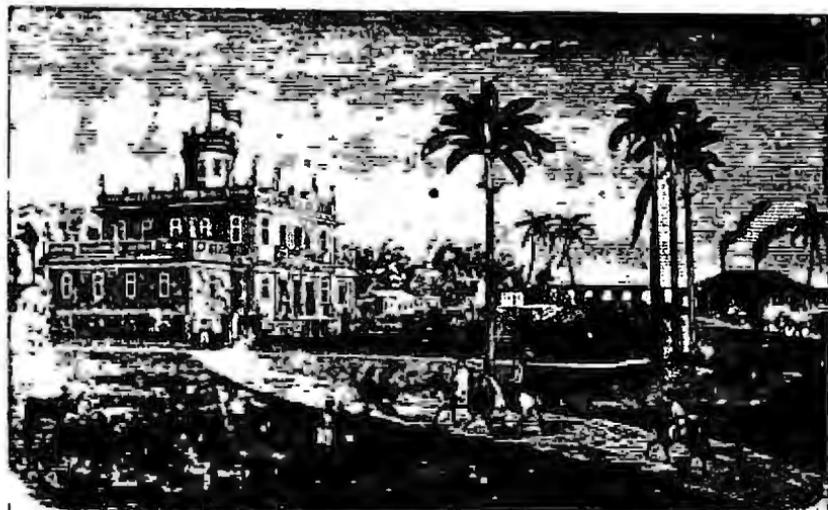
Era tal a situação que Wenceslau Pereira da Silva sugeria uma moratória: “como os senhores de Engenhos e Lavradores se acham no mais deplorável (estado) a que podiam chegar, carregados de dívidas e de empenhos em termos que não podem subsistir” se a concedesse geral por alguns anos, “para dentro deles não serem executados nem vexados pelos seus credores” (24).

Do que era a situação da lavoura do açúcar na Bahia, em 1752, há documento eloqüentíssimo na “Representação” dos senhores de engenho e lavradores de canas e tabacos, endereçada ao Rei em 7 de janeiro daquele ano, e de que o Arquivo da Prefeitura da Cidade do Salvador guarda uma cópia. É documento da economia colonial por todos os títulos notável, desde os conceitos gerais expostos até as minúcias de informação que contém e ao desassombro corajoso que transpira.

E há uma particularidade interessante a esta história do “Engenho Matoim-Freguesia-Novo Caboto”: entre os signatários de tal “Representação” figuram vários elementos da família proprietária: Antônio da Rocha Pita, Cristóvão da Rocha Pita, Simão da Fonseca Pita, Tomé Lançarote Pereira Pita, e mais João Lopes Fiúza Barreto, Antônio Alves Fiúza, Amaro de Sousa Coutinho e Jerônimo Munis Barreto.

Diziam os queixosos já haverem explicado porque “os açúcares não eram em maior quantidade de finos” e porque degeneravam no tempo decorrido desde seu encaixe até a venda em Portugal; também já haviam reclamado contra a Mesa de Inspeção, “justo temor dos moradores”. E afirmavam, ante a exigüidade dos preços taxados, que não levavam em conta as despesas do fabrico e os riscos dos senhores de engenho e lavradores com o capital empregado em escravos, bois e cavalos (que muitos morriam) e os gastos com os tão caros cobres, ferros, etc. haver em geral *deficit*, sendo o lucro, quando existia, não muito excedente de 1%.

Sempre na esperança de um bom preço (e às vezes no gozo deste), “tirando forças de fraquezas” os senhores de engenho — os “vassallos da Bahia” — para continuarem com suas fábricas, viviam *empenhados*. “É conclusão infalível, diziam eles, que não cobrindo o valor dos efeitos aos gastos que fazem nas fábricas, necessariamente desanimados os fabricantes e sem esperança de preço, hão



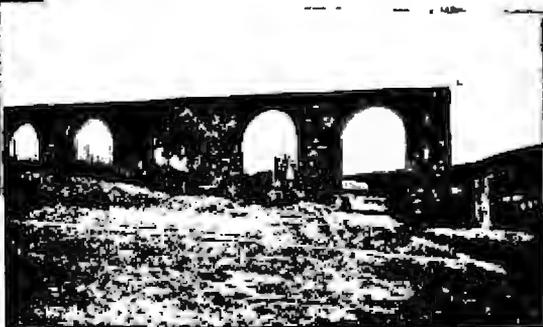
“Engenho Subaé”, no Município de Santo Amaro. Desenho de Julius Naeher no seu livro “Land und Leute in der brasilianische Provinz Bahia”, 1881, Vêem-se, além do sobrado, construído em 1873 segundo uma planta alemã, o aqueduto, a bagaceira com um carro, o engenho, e, seguidos de um lacaio, os Senhores que passam a cavalo, e aos quais pedem a bênção os negros.



A família de um Senhor de Engenho a caminho de uma visita. O carro de bois (gôndola) seguido do Senhor, e acompanhado de lacaios. Desenho de Julius Naeher, no seu livro “Land und Leute in der brasilianische Provinz Bahia” — 1881.



“Engenho Subaé”, no Município de Santo Amaro. Vista geral, já sem o desaparecido telheiro do engenho; senzalas; a roda de água; ruínas do aqueduto.



de ir deixando de fabricar e vão faltando os efeitos da América e vão introduzindo os efeitos do estrangeiro no nosso Reino livremente e ainda no mesmo Brasil". Equivalia isto à "ruína do Estado do Brasil", pois os dízimos reais diminuiriam mais de metade, desapareceriam os direitos das alfândegas, e quedaria a colônia sem defesa — "os vassallos hão de viver em suma pobreza, sem poderem sustentar alguma invasão inimiga". Os senhores de engenho abatidos e pobres falhariam à missão militar que lhes tinha sido sempre atribuída.

Provas da decadência da lavoura de canas estavam nos livros das alfândegas, a mostrarem "quanto têm decaído estas fábricas a cinqüenta anos a esta parte no número de caixas de açúcar e rolos de tabaco que nesse tempo iam nas frotas e de presente vão", e também nos "engenhos que se tem ido a monte e pelas fazendas de tabaco que se tem desertado".

Tamanho deperécimento somente poderia ser atalhado, acudindo-se à "conservação e aumento do Estado do Brasil" com providências que ajudassem "a boa saída dos seus efeitos e por preço relevante que além de livrar as despesas das fábricas ficassem preços avantajados". E se isso fosse um ideal porventura inalcançável, pelo menos se buscasse "cuidar em que tenham saída e se fabriquem com despesa em termos de poder livrar-se e sustentar aos donos das fábricas e suprir ao preciso delas".

E passavam os subscritores da "Representação" a aconselhar e sugerir: "os estrangeiros tirassem dos efeitos do Brasil a quinta parte do valor dos seus efeitos que metem no reino; ou que enquanto o comissário que dever à casa de negócio estrangeira tiver efeitos em ser não possam ser executados em outros bens nem ainda nos mesmos efeitos até terem saída", sendo o primeiro alvitre o preferível, pois que contra o segundo poderiam os estrangeiros reagir, não vendendo fiado.

Tomassem-se providências para restringir o preço dos escravos e para que viessem ao Brasil em maior abundância, pois deles dependiam "todos os serviços, fábricas, extrações, sustentos e ainda edifícios, officios, carruagens, criações e pescarias sendo os ditos escravos os mais precisos e mais arriscados bens do Brasil".

O custo dos escravos subira desmedidamente. Havia oitenta anos passados, o maior preço por que se os vendiam era de 45\$000, ao passo que agora, em 1752, eram comprados por 90\$000 e 100\$000, subindo conforme as qualidades, a 170\$000 e a 180\$000. Tão excessiva carestia da mão-de-obra conduzia "à total ruína de todo o Estado".

Estabeleceram-se (vinha isso de cinquenta anos) um como monopólio de quarenta negociantes da Bahia e vinte de Pernambuco, que com vinte e quatro navios se haviam assenhoreado do mercado de escravos da Costa da Mina e tudo faziam para subir o preço dos negros, certos de não lhes faltarem compradores, tanta necessidade havia de escravos no Brasil: “e é mágoa ver que a conveniência destes homens há de estragar e destruir um Estado tão importante e com tantos moradores”.

Os escravos novos, por inexperiência de trabalho, moléstias “de que vêm iscados do mar” e morte de alguns, punham os senhores adquirentes na impossibilidade de pagar o quanto haviam custado “e como o dinheiro corre juros e os efeitos não têm valor nem saída sucedem execuções e com elas gastos, e ao depois o limitado preço por que lhes remata negros e fazendas — todo o Estado se vai assim arruinando”.

Era preciso procurar reduzir o preço dos escravos à metade, sendo o remédio para isso tirar o negócio da mão particular dos donos dos vinte e quatro navios e seus interessados e entregá-lo a uma companhia, para cuja constituição a “Representação” apresentava minucioso plano, regulador das viagens dos negreiros, do preço dos cativos em África, etc., páginas atrás resumido (25).

Dois anos depois a crise continuava, a crermos ainda naquele mesmo Wenceslau Pereira da Silva, que prognosticava para 1754 a pouca saída do açúcar e do tabaco “pela carestia que tem chegado nos anos antecedentes, sem que aos nossos fabricantes convença a razão de não serem eles sós no mundo os que sabem e costumam fabricar estes dois gêneros”. Os mercados fugiam pela concorrência de outros produtores: “ingleses e franceses que também hoje ocupam uma grande parte da América experimentando a carestia a que subiram os nossos açúcares e tabacos, usando da sua indústria tentaram a fortuna de plantar e fabricar os mesmos gêneros nas suas colônias”.

E de fato foram felizes: “de poucos anos a esta parte não só desprezam e não dão entrada nos seus países aos nossos açúcares e tabaco, senão fabricam os seus com tanta abundância, que livremente os transportam para onde querem e com eles abastecem quase todos os portos do norte e mediterrâneo”.

O recurso era produzir mais barato (26).

A carência de mão-de-obra, causada pela mineração, prejudicava o trabalho nos engenhos tanto na quantidade quanto na qualidade dos escravos. Antes havia maiores facilidades no tráfico e “iam desta cidade em cada ano mais de doze navios e por isso

traz um escravos de todas as qualidades e se podiam os lavradores e senhores de engenho aproveitar os mais inferiores que compravam com maior comodidade e não os que bastavam para aqueles serviços". Depois, em consequência da proibição de embarque de tabacos de terceira qualidade para com eles se negociarem escravos e de outras providências relativas ao número de navios empregados no tráfico (justamente numa época em que se necessitava de muitos cativos) chegavam à Bahia os negros em menor quantidade e dos de melhor escolha e mais caros: "os senhorios pela melhor reputação de tabaco nos poucos navios que eles unicamente mandam aos ditos portos fazem neles as carregações dos escravos escolhidos e melhores com intuito do maior lucro na venda deles aos mineiros pelos altos preços a que os lavradores e senhores de engenho não podem chegar, nem os ditos senhorios lhes querem vender, por reservarem todo o lote deles para os mineiros".

O Desembargador Antônio José da Fonseca Lemos, que isto informa num relatório datado da Bahia, 25 de maio de 1755, lembra como solução a liberdade de comércio de escravos, que então viriam de todas as qualidades em mais abundância e por preços mais moderados, tendo maior saída o tabaco, reanimando-se os senhores de engenho. Sendo o "comércio da Costa da Mina o mais útil ao Brasil sem o qual não pode subsistir o Estado" — dizia noutro officio (2 de junho de 1755) — devia permitir-se "que cada um que quizer possa mandar para a Costa da Mina a sua embarcação" (27).

De 1758 ficou um ligeiro depoimento, ou melhor, acusação, de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo: "pelo que respeita a esta Cidade é o clima excelente e conserva ainda no seu Recôncavo quase cento e oitenta engenhos que poderão produzir cada ano 400 mil arrobas de açúcar e mandar para o Reino mais de dez mil caixas além de três ou quatro mil fechos e outras tantas caras, mas os senhores destes engenhos estão todos empenhadíssimos, sendo parte da causa o demasiado luxo, que antigamente dizem que houve nesta Cidade, porém hoje raríssimos vivem nele e todos pretendem pretextar a sua ruína com dizerem que todos os gêneros se lhes vendem caríssimos, como também os pretos, concorrendo muito para isso o comprarem-nos fiados, não lhes permitindo o contrário a sua pobreza. . ." (28)

O autor do "Discurso Preliminar, Histórico, Instrutivo, com Natureza de Descrição Econômica da Comarca e Cidade da Bahia" esboça uma situação de prosperidade no ano de 1739, datando de então até 1766 um período que tragicamente descreve: "seguiram-se

os subsequentes até os de 1766 desgraçadíssimos para a agricultura, comércio e navegação com graves e insuportáveis prejuízos; de sorte que concorrendo em aqueles tempos diversos motivos para tanta consternação e ruína total”, ainda mais ocorrera, por ocasião do terremoto de Lisboa de 1755, o incêndio da alfândega, no qual se queimara grande parte da safra do açúcar já desembarcado.

O narrador não tem meias medidas nas expressões de aniquilamento — “grandes ruínas e perdas consideráveis de avultadíssimos cabedais que as calamidades daqueles tempos trouxeram”; e exalta com guindados adjetivos as medidas governamentais — a proibição de transporte de escravos dos portos do Brasil e a instituição da Mesa de Inspeção com a fixação de preços do açúcar e do tabaco e também dos fretes.

Voltando a precisar melhor as datas, dizia que a lavoura de “canas mansas e doces” havia-se conservado “de algum modo feliz desde o descobrimento, sempre adquirindo gradualmente o seu natural incremento até os anos de 1739”, passando “os proprietários e senhorios dos engenhos de 1740 em diante” a sofrer prejuízos (29).

Prolongara-se esta situação até 1770: “dos anos porém de 1770 em diante convalesce este ramo da agricultura com avultadas e conhecidas vantagens, e estas bem autenticadas não só pelos muitos Engenhos mais que de novo cresceram”, como ainda pelos melhores suprimentos e fornecimentos de que se socorriam, pelas maiores produções e mais avultados preços. E conceitua o cronista — “e de tal sorte se tem enobrecido na sua espécie este gênero de açúcar que se faz merecedor da maior consideração e atenção e ainda digno de todos os socorros para que se não malogre o incessante trabalho daqueles indivíduos que tanto se esmeram e capricham no seu aumento”. Isso não significava, porém, que senhores de engenho estivessem livres de dívidas, pois “para ser restabelecida a lavoura teve por meio aprovado e por providência entrar em alcances com o comércio, os quais se aumentaram e cresceram à proporção do restabelecimento e tudo isto com maior força desde os anos de 1770 em diante. . . Ou a agricultura deste gênero de açúcar se devia sepultar no seu atrasamento ou devia entrar nos alcances pedindo o socorro necessário ao comércio. Eis aqui donde procede o seu manifesto e bem conhecido empenho, e este muito maior e mais acrescido porque tudo se lhe vende no fiado sobrecarregado”.

Feitas as contas, estava-se aliás numa fase de diminuição desses encargos, ou de restituição da lavoura ao comércio do quanto a este pedira. Mas assim se desempenhavam apenas os que, aproveit-

tando o “grande preço que este gênero tem merecido por ocasião da guerra” haviam “caprichado cortando com economia o luxo”. Os demais consumiam os lucros tirados de seus engenhos “no tratamento, sustento e vestuário da decente família”, ficando sempre “em aberto aquele primeiro crédito e alcance do restabelecimento”.

Desde 1770, a agricultura se esforçava, mas debalde, por emancipar-se, sendo uma das causas de suas dificuldades a falta e irregularidade das frotas, acumulando-se safras sobre safras nos armazéns sem serem exportadas. A frota de 1739, por exemplo, transportara os açúcares das safras de 1735, 1736, 1737, 1738 e 1739.

De 1741 em diante, todavia, esse mal, se não desapareceu, melhorou imensamente.

Outra causa foram os preços sempre baixos e que só subiam em tempo de guerra.

Em 1760 chegaram ao cúmulo os embaraços — “se reduziu esta qualidade de lavoura a um tal abatimento de forças que pelos anos de 1760 se observaram a maior parte de todas aquelas propriedades e rendimentos seqüestrados nessa época infeliz pela Real Fazenda, pelos Corpos da Misericórdia, pelas Ordens Terceiras, pelos Conventos ⁽³⁰⁾, pelas Irmandades e por outros mais particulares que, pesando a exorbitância dos alcances, queriam de todos os modos haver os seus capitais”.

A criação da Mesa de Inspeção e a taxaçãõ dos preços do açúcar, o alvará de fixaçãõ dos preços certos dos fretes nos navios, a regularizaçãõ das frotas prepararam e fundaram a nova época de prosperidade que data de 1766 — mas a providência principal para semelhante resultado fora a normalidade dos transportes, ou melhor, a aboliçãõ das frotas “que represando os gêneros retardavam o giro, e o grande empate do produto deles, o que durava por dois, três e mais anos, sem ter o agricultor com que se suprisse; reduzindo-os à baixeza de que nem ainda fiados pessoa alguma os quisesse”. Foram abolidas as frotas pelos alvarás de 10 e 27 de setembro de 1765, sendo a última a de 1766 — “fazendo época da felicidade da agricultura” ⁽³¹⁾.

A animaçãõ trazida pelas novas circunstâncias também espertou a avidez dos credores, e estes agiram fazendo pressãõ sobre os senhores de engenho, de modo a serem eles, credores, os beneficiados, e não a lavoura socorrida e favorecida. Surgiram execuções, terminadas em acordos e novações, ou em vendas em hasta pública de muitos engenhos, arrematados a prazos de dez e vinte anos,

“porque esta é a prática quase universal de se comprarem os bens de raiz em aquele continente, principalmente em as compras de prédios daquele alto preço”.

Todavia não adiantava muito ao comércio aquela atitude, salvo em certos casos a mudança de devedor. Mas tanto os antigos senhores acordados com seus credores, como os novos adquirentes nas vendas judiciais “entregaram-se muito à reedificação dos engenhos velhos, consertando uns, fazendo maiores outros, fazendo construir e levantar alguns de novo nos sítios mais adequados e ainda mesmo em as fazendas de canas que tinham aptidão para tanto, o que fez crescer nesta reforma de agricultura os engenhos a um muito maior número”.

Colore o autor do “Discurso” com os mais róseos matizes a época de prosperidade que assim datava de 1766: “desde então, e logo tanto os Senhores dos Engenhos, como os Lavradores de canas, não se poupando a nada, se entregaram incessantemente de dia e noite a um indizível trabalho. Tanta força em si tem o prêmio achado no socorro, e aquele emparelhado com as esperanças para lhe não chamar certeza de mais lucrar! Como uns, e outros pela assiduidade, e desvelo do trabalho, a que se entregavam, testemunhavam e se prometiam a dar boa conta de si, apeteendo de ordinário uma parte dos homens a fazer seu o trabalho dos outros por uma espécie de ilaqueação, e de atrativo, entraram os Comerciantes a serem franquíssimos em os suprimentos, e muito mais profusamente, quando por mediação dos navios avulsos viam, e observavam que com facilidade e com brevidade os gêneros eram transportados para Portugal, e que aí, assim como nas Praças estrangeiras, o açúcar entrava a ter um maior preço, cuja pronta extração com pagamentos comunicada ao Comércio, se comunicava também à Agricultura, e dando-se entre si as mãos, esse mesmo justo preço do gênero, sendo um resultado do açúcar, e o açúcar do trabalho, vinha a servir de prêmio para os agricultores, e colonos, que viam dentro de pouco tempo velozmente perante si o fruto dos seus desvelos.

“Todo este montão de felicidade progressiva se derivou, e era proveniente destes três princípios: 1.º) dos sobreditos socorros ainda em tempo prestados à Agricultura; 2.º) do maior uso de consumo que na Europa entrou a ter este gênero do açúcar; 3.º) dos movimentos da guerra que faz com que este gênero venha a ter um maior preço, o que se verificou desde os anos de 1777 até os de 1782, assim como atualmente acontece. . .”

Aproveita o narrador esse passo para contrariar os que achavam que, para manter-se a prosperidade da lavoura de canas, havia mister fazer baixar os preços dos açúcares.

Pela data dos últimos dados estatísticos com que joga, o "Discurso" parece ter sido escrito em 1790. Há pois lembrar este ano como a época designada pelo autor com o advérbio — "atualmente".

Junta ele quadros da exportação e preços de açúcar de 1736 a 1766, e de 1778 a 1789 para insistir em caracterizar os dois períodos de decadência e de ressurgimento, não explicando porque abandona dez safras, as de 1767 a 1777, que não figuram nos mapas, de cuja apreciação, aliás, conclui o seguinte: "visivelmente da combinação destas duas idades da Agricultura, e com maior respeito à lavra, plantação e fabrico do açúcar, a saber, uma da sua ruína e decadência e outra do seu restabelecimento e felicidade, bem se depreende que ela atualmente se acha incomparavelmente aumentada, e firmemente restabelecida; porque se a Agricultura, como se demonstra na Tábua primeira, no decurso de 27 anos chegara a produzir no tempo dos seus infortúnios, e da maior desgraça, 173\$ caixas de açúcar, que importaram no líquido a quantia de 1.727:325\$000 rs, agora vemos na Tábua segunda que no espaço de doze anos da sua fortuna, decorridos de 1778 até 1790, que vem a ser ainda menor que a metade da outra precedente idade, viera a Lavoura e a Agricultura respectiva do açúcar em muito mais curto prazo a produzir 144\$ caixas de açúcar, que, vindo a merecer maiores e melhores preços, vieram a importar em 8.850:600\$000 rs, vencendo essa segunda adição muito consideravelmente a primeira quando aliás concorria a maior abundância deste gênero, e mais sucessivamente pela abolição, e extinção das Frotas, que o represava, como já se dissera do que parecia que então era de se esperar muito melhores preços, atenta a poquidade dele, e a carestia a que ele, posto que involuntariamente, se reduzia.

"Da combinação de uma e outra idade, entrando-se no paralelo, igualmente se colige, e se compreende que, rateadas e repartidas as caixas de açúcar pelos anos da época da infelicidade, e ruína da Agricultura, apenas vinha a caber a cada um deles de produção tão-somente 6.629 caixas de açúcar, quando aliás nos anos da instauração e reparo da Lavoura deste gênero, ao que lhe chamamos época da felicidade, vem a pertencer na distribuição com a maior evidência 12\$ caixas de açúcar a cada um dos anos.

“É muito de admirar que este ramo de Agricultura, havendo chegado ao último ponto e grau da sua declinação, abatimento, ruína e destruição em tão poucos anos se restabelesse tão vigorosamente. Os gêneros que ela produzia chegaram no estado da sua decadência a sofrer, e a passar por toda a qualidade de injúria. O Comércio chegou a não querer, ainda por baixo preço, comprar a dinheiro o açúcar; o não quis permutar pelos outros seus gêneros de menos consideração; por vezes o enjeitou, não o querendo aceitar em encontro em seus pagamentos do maior prazo, o que dava causa a um grande empate, e gravíssimo prejuízo, porque obrigava à Agricultura entrar em alcances tomando dinheiros a juros para suprir-se, recebendo com avanços extraordinários na sua consternação os gêneros, que os Comerciantes lhe queiram dar só para aumentar o rol, e conta, o que tudo por muitas vezes deu causa e motivo a que os Senhorios dos Engenhos, e os Lavradores de canas mandassem para Portugal este seu gênero por sua conta a procurar fortuna. Para tudo se conspirar contra ela, neste lance infeliz se portou até soberba a Navegação; porque, sem pesar a calamidade, nunca se atreveu a abaixar-lhe os fretes, más antes sempre com dureza e com constância os sustentou e por muitos anos de 300 e 400 rs por arroba.

“Porém a Agricultura, e com especialidade a deste artigo do açúcar, tem tido o desvanecimento, e em si conserva a glória de se ver bem vingada de um e de outro inimigo do seu restabelecimento, porque, se ela a consternada e constringida deu armas contra si, também as deu para se vingar” (32).

A prosperidade que o autor do “Discurso” registrava no ano em que escreveu — 1790, é confirmada por uma testemunha de valor e grande capacidade de observação como economista — o futuro Visconde de Cairu. Na sua célebre carta a Domingos Vandelli — uma das mais interessantes páginas ainda escritas no período colonial (1781) — José da Silva Lisboa lembrava que “não obstante ter, há 5 anos, quase dobrado o valor dos açúcares, contudo não teria dobrado realmente a riqueza dos cultivadores. . . A conjuntura favorável da guerra relativa ao valor dos açúcares, foi mais de vantagem para os negociantes, do que para os lavradores, que sendo pela maior parte empenhados, e por isso na contínua sujeição dos mesmos negociantes viram quase absorver-se o benefício da sua cultura pela exorbitância das usuras dos seus assistentes. É posto que crescesse o valor do gênero, também se aumentou o preço dos escravos e fazendas da Europa e então o excesso do valor do açúcar deveu necessariamente não os ajudar quanto era possível.

— Contudo sentiu-se um universal alívio nas dívidas antigas a favor da superioridade do preço. Despertou-se por toda a parte a indolência de muitos; outros chegaram a suplantar os seus credores; os que já estavam livres do jugo fizeram um rendimento pasmoso; houve engenho que produziu para cima de 30 mil cruzados. Os mesmos negociantes compraram engenhos a dinheiro à vista e estes com a sua agricultura negociante conseguem mil interesses reunidos" (33).

Chegamos ao fim do século XVIII num período de prosperidade e desafogo, que não decai de logo, nos começos do seguinte.

Vilhena, que escreveu em 1802, informa haver o preço do açúcar chegado "a um tal auge, por ser o Brasil a única paragem onde se pode com mais liberdade manobrar este gênero na presente época, motivo porque não há quem não queira ser lavrador de canas de açúcar". Deixavam muitos de lavrar farinhas para fazer açúcar. Uma arroba de açúcar dava para comprar quatro alqueires de farinha de mandioca. Não se obedecia à lei que obrigava os senhores de engenho a fazer plantações de mandioca para tirarem as farinhas de que carecesse sua escravatura (34).

Serve-nos também de testemunha o Desembargador Rodrigues de Brito, escrevendo em 1807, a afirmar: "que a lavoura da capitania tem recebido progressivo aumento é uma verdade incontestável", e invocava as estatísticas dos rendimentos reais citando ainda "maior abundância das comodidades da vida e geral riqueza mais difundida" (35).

Esse desafogo parecia vir desde além do último quartel do século XVIII, talvez desde perto de 1765, se atendermos às causas que lhe enumera: abolição de taxas sobre o preço de víveres (aviso de 11 de julho de 1798); abolição das frotas e restabelecimento da liberdade de comércio interior nas colônias (alvará de 10 de setembro de 1765); franqueza dos direitos a favor dos principais produtos nacionais (alvará de 4 de fevereiro de 1773); franquias ao comércio interior (aviso de 1.º de junho de 1794) e outros avisos e ordens que serviram "para adoçar as violências dos executores fiscais e municipais".

Rodrigues de Brito não é desmentido por Inácio de Siqueira Bulcão, subscritor de outra das *Cartas Econômico-políticas*: "a lavoura do açúcar bem como todas as mais se tem aumentado, mas parece que em comparação do grande número de engenhos que de novo se tem feito não é vantajoso o excesso que de mais há na quantidade das caixas..." O excesso dos preços estimulava a construção de novos engenhos, alguns dos quais em terras mal

escolhidas “causando a ruína dos seus proprietários e a infelicidade dos que já existiam bem como daqueles que se ergam em bons terrenos” pela devastação das matas a estes necessárias.

Ainda no mesmo volume depõe, com uma nota de amargo humorismo, Manuel Ferreira da Câmara: “que a lavoura se tem aumentado, neste país parece indubitável a despeito das causas já lembradas, que têm retardado o seu progresso e prosperidade, e se eu me não enganei, pondo entre elas toda a intervenção do governo, estabelecendo leis e regimentos para as favorecer, devo para ser conseqüente fazer votos e rogar a V.V. S.S. para que imprequem a Sua Alteza que a abandone e esqueça, que será esse o meio mais seguro dela prosperar e com ela o comércio que lhe dará novos alentos. De mais quem melhor que o governo da capitania pode julgar do progresso ou diminuição da lavoura dela? Ele, que quando não tivesse outros registros em seu poder tem o dos dízimos; e se eles têm crescido como é público, e notório, têm à proporção do seu acréscimo decuplado a massa das produções do país ⁽³⁶⁾.”

Se acompanharmos a “Vida Econômica e Financeira da Bahia”, de 1808 a 1899, na síntese de Góis Calmon, vamos experimentar quase a mesma impressão deixada pelos documentos relativos ao século XVII: continuidade de tormentos, mal entremeados com uns rápidos períodos de satisfação.

“No começo do século XIX — assinala Góis Calmon — iniciativas surpreendentes e causas estranhas marcavam aqui nova fase de profícuo esforço no comércio e na lavoura. As guerras e o bloqueio napoleônico, o período de iniciação dos Estados Unidos da América do Norte ainda se refazendo das lutas da independência e já envolvidos em ameaças de guerra exterior, a hecatombe destruidora da riqueza e produção de São Domingos, as desordens das colônias espanholas da América e a nossa privilegiada situação geográfica certamente excitaram e incitaram a cobiça de nossa gente, animando o trabalho, que se tornara tanto mais remunerador pela livre concorrência comercial que o decreto de 28 de janeiro de 1808, com a liberdade do tráfico do comércio resultante da abertura dos portos do Brasil” ⁽³⁷⁾.

O testemunho de um contemporâneo — Vilhena — ao falar do ano *de 1802* — apóia a descrição de Calmon. Referindo-se ao altíssimo preço do açúcar acrescentava, como já citamos: “ser o Brasil a única paragem onde se pode com mais liberdade manobrar este gênero na presente época, motivo porque não há quem não queira ser lavrador de canas de açúcar” ⁽³⁸⁾.

De 1817 a 1820 falem-nos Spix e Martius: “o mais importante de todos os produtos baianos era o açúcar, cuja exportação atingiu no ano de 1817 a um milhão e duzentas mil arrobas (cerca de vinte e sete mil e trezentas caixas) e no ano de 1818 a vinte e nove mil quinhentas e setenta e cinco caixas (cada uma contendo quarenta a quarenta e cinco arrobas). Já em 1807 subira de vinte seis mil a vinte sete mil caixas a exportação desse artigo, e comparativamente àquele tempo pouco tem aumentado, podendo-se com certeza calcular que os quinhentos e onze engenhos, que enviam açúcar para a Bahia, não produzem mais de trinta mil caixas, descontando-se a porção gasta no consumo do país. . . O aumento da produção de açúcar na Guiana Inglesa, nas Pequenas Antilhas e na África, para onde antigamente se exportava tal gênero, diminuiu o mercado e o valor do açúcar na Bahia. Por esse motivo ultimamente muitos senhores de engenho empregaram seus capitais no comércio, onde esperam um lucro mais pronto; e outros viram-se obrigados a diminuir o luxo que de tempos em tempos ostentavam na cidade. . . O estrangeiro ouve em muitos engenhos queixas sobre o grande capital empregado necessário para o custeio de uma fábrica de açúcar e sobre a diminuta renda que ela dá e, assim mesmo, só depois de dois ou três anos” (39).

A este período de escassez de mercado e conseqüente depreciação do produto seguiu-se imediatamente o das grandes inquietações políticas, pródromos da Independência, que ia custar à Bahia uma guerra longa (25 de junho de 1822 a 2 de julho de 1823), sustentada especialmente pelos senhores de engenho e tendo por teatro o Recôncavo.

Cessadas as comunicações comerciais com a Capital; impedida a exportação; os senhores, a gente livre e os escravos, todos empenhados na luta; os barcos de transporte desviados para serviços bélicos; a própria ferragem de muitos engenhos transformada em peças e balas; duas safras senão totalmente perdidas, diminuídas aniquilantemente — a nobilíssima campanha, se trouxe aos baianos o *panache* de fundadores da nacionalidade, custou-lhes então à riqueza um grande e valiosíssimo desfalque.

Se lançamos as vistas sobre uma estatística de exportação de açúcar da Bahia (incluído o produzido em Sergipe) de 1819 a 1823, verificamos como cai esta de trinta e cinco mil seiscentas e sessenta caixas, em 1822, a dez mil duzentas e setenta e duas, em 1823 (40).

Desprezadas as perturbações e prejuízos locais de alguns levantes de escravos, uma crise veio abalar o Recôncavo, em 1855, com a epidemia do *cholera morbus*, que, inutilizando toda uma

safrá, reduziu enormemente a escravatura dos engenhos, sem poder esta ser renovada, uma vez suspenso definitivamente o tráfico africano.

Em 1860, nova crise se manifesta, assim definida em carta de Sinimbu a Penedo: “que a situação da Bahia é má não há a menor dúvida. Duas safras perdidas por falta de chuvas regulares...”; mas de curta duração, pois no ano seguinte Sampaio Viana podia escrever com este entusiasmo: “a época não pode ser melhor: calma perfeita nos espíritos e um quase renascimento dos grandes recursos da província, estagnados pela longa calamidade das secas” (41).

Logo depois, a Guerra de Secessão nos Estados Unidos tem uma repercussão ultra-benéfica sobre a lavoura baiana do açúcar: altos preços, maior exportação, que em 1861 duplica a do ano anterior e ainda cresce mais em 1862, para atingir o ápice em 1863, quando a do açúcar foi de três milhões setecentas e setenta e seis mil quatrocentas e trinta e seis arrobas e cinco quilos no valor de 6.934:360\$125 (42).

A guerra do Paraguai, apesar da grande sangria dos homens que a Bahia mandou aos campos de batalha, tendo saído dos canaviais do Recôncavo boa parte dos voluntários (de Santo Amaro marcharam dois batalhões, comandados por senhores de engenho — Francisco Lourenço de Araújo, futuro barão de Sergi, e brigadeiro Álvares Pinto), não revela nas estatísticas influências muito acentuadas sobre a lavoura, que atravessou mal ou bem os cinco anos da luta.

Depois da vitória, pouco tempo decorreu de tranqüila prosperidade, pois *em 1873* ia começar larga fase de sofrimento.

“Esse ano de 1873 — narra Góis Calmon — marca o início da crise econômica, e portanto comercial, que durou até o ano de 1890. A explosão ia deflagrar com o fenômeno da moléstia da cana-de-açúcar, ocorrido neste ano. Todavia, causas antecedentes, começadas havia doze anos (1860), vinham-se acumulando, concorrendo, simultaneamente para o desastre... a moléstia da cana durou dois anos, apesar da mudança da semente e da substituição de qualidades pestecendo a nova como pesteara a velha, tornando-se infrutífero todo o esforço, toda a atividade do lavrador”. Depois de chamar a atenção para a produção do açúcar de beterraba na Europa e de cana na África e nas Índias, e para a quase exclusão do açúcar brasileiro dos grandes mercados, para onde afluía em outros tempos, o autor depõe: “em nossa província, na safra desse ano, engenhos que faziam mais de duzentas caixas de açúcar peçaram

com oito e dez caixas. A indústria agrícola da cana-de-açúcar ficou reduzida a um quarto ou menos da regular em anos francos, e, além disso, os preços, posto desgraçados, tendiam a baixa pronunciada” (43).

Dê 1874 falam as “Informações sobre o estado da lavoura”, em que lemos que a Bahia, com seus oitocentos e noventa e dois engenhos (dos quais cerca de trezentos a vapor) passava por um período de decadência, sendo a maior queixa a falta de braços. Grande número de escravos era levado para o sul, para o café, para São Paulo, estando a escravatura da província reduzida a cento e setenta e três mil seiscentos e trinta e nove escravos.

No ano seguinte, Manuel Jesuíno Ferreira, no livro *A Província da Bahia*, dizia que, como quase todas as províncias do norte do império, a da Bahia passava por deplorável crise na sua lavoura, e apontava como motivos “a perda de cerca de dez mil braços válidos na guerra do Paraguai, as secas do sertão, a peste da cana-de-açúcar, que destruiu safras inteiras, a falta de medidas financeiras que, ao passo que libertem o lavrador das dívidas contraídas pelos prejuízos motivados por aquelas causas, lhe facilitem capitais a longos prazos e juro módico para o custeio de sua indústria” (44).

É ainda ao autor da “Vida Econômica e Financeira da Bahia” que pedimos este tópico: “a demonstração da ruína econômica que envolveu o período de 1872 a 1890 temo-la no fato de haver a exportação para exterior baixado no ano de 1873 a rs. 12.779:000\$000 (câmbio médio do ano de 26 3/32) cifra esta desconhecida desde 1855, exceção dos anos de 1859 a 1860, vítimas do flagelo das secas”.

Se em 1880 as inaugurações dos dois primeiros engenhos centrais baianos, o do Bom Jardim a 21 de janeiro (cessionários e fundadores o Conde de Sergimirim, Visconde de Aramaré, Visconde da Oliveira, Barão de Jeremoabo, Francisco Xavier Catilina e Manuel Pinto Novais) e o da Pojuca a 18 de novembro (fundado pelo conselheiro José Antônio Saraiva, Barão de Pojuca, conselheiro José Augusto Chaves, Dr. Antônio Ferreira Veloso e Barão de Vandesmet) dão a impressão de ressurgimento, as exportações dos anos seguintes continuam a testemunhar a crise.

Em 1889, a irrisória exportação de rs. 9.794.000\$000 mostrava os abalos do terremoto da abolição, que encerrou, por assim dizer, a época dos bangüês.

Notas do capítulo:

(1) O autor do *Diálogo das Grandezas*, pág. 104, fala da peste das bexigas na escravatura, em 1616-1617, que reduziu à pobreza muitos ricos.

(2) Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 31, págs. 1 e 2. — "Ultimamente nos puseram (pênas), o inimigo queimando vinte e sete engenhos de trezentos que havia nesta capitania" (Carta do Senado da Câmara da Bahia a Sua Majestade, 28 de março de 1641, no livro de Cartas do Senado da Câmara, no Arquivo Público da Bahia, 11, 2/6).

(3) Vide "Atas da Câmara — 1625-1641", págs. 31, 32 e 68 — No ano de 1627 a crise chegava ao extremo com a seca. Lê-se nas atas da Câmara que se pedia ao Governador "uma espera para os moradores desta Cidade, pois estavam bem esperançados (alcançados? desesperançados?) e com as secas estavam as canas perdidas".

(4) Vide "Atas da Câmara — 1625-1641", págs. 187, 188, 189.

(5) Vide *Docs. Hist.*, vol. 4, pág. 146.

Da situação em 1650 temos referência numa carta do Rei, datada de 30 de maio de 1651. Os Oficiais da Câmara da Cidade do Salvador lhe haviam representado "em seu nome e dos moradores dela e dos que têm servido e servem de contínuo na paz e na guerra com grandes donativos e despesas de suas fazendas em tempo que por a minha estar tão exausta fora impossível sem eles poder-se sustentar o presídio que aí reside". Reclamavam se lhes aliviasse de serviços e despesas, tal era a situação em que se encontravam: "e se não tratar de atalhar os gastos desnecessários se não poderá continuar maiormente quando o comércio e trato é menor e da mesma maneira a saída de seus frutos e ganhos neles a respeito da carestia com que são providos e compram o que se lhes é precisamente necessário" (Vide *Docs. Hist.*, vol. 66, págs. 13/14).

(6) Vide *História da América Portuguesa*, págs. 247/249.

(7) Vide carta régia de 3 de novembro de 1681 in *Docs. Hist.*, vol. 32, págs. 369/370. — Em 1673 os açúcares corriam o risco de não ter saída, pois reunida a Mesa de Fazenda a ela declarava o Governador e Capitão-general que "pelas notícias que diziam se não esperava a frota este ano". Em aguardar todo um ano teriam os açúcares "diminuição", fazendo-se "velhos". Estavam no porto cinco ou seis navios, que reuniam vinte e cinco peças de artilharia, armamento de vulto para sua defesa, e como se houvesse de pagar em açúcar o "donativo do dote e paz de Holanda", tomou-se a resolução de embarcar os açúcares "por entender que estes navios unidos não eram menos defensivos que a frota que consistia só em um navio de guerra de comboio e por irem em verão em que na costa de Portugal não têm aquele risco que experimentam os que vão no inverno e considerando que na dita costa andava a armada de Portugal". Foi, pois, ordenado ao Provedor-mor "fizesse toda diligência para ver se se acham algumas pessoas que queiram tomar os ditos açúcares e passarem letras ao reino" (Assento da Mesa da Fazenda de 6 de março de 1673, in *Docs. Hist.*, vol. 64, pág. 159). — Ainda relativo a este mesmo ano de 1673 existe outro documento: uma carta do Senado da Câmara da Bahia a seu procurador em Lisboa, datada de 15 de novembro, na qual se lê: "notórios empenhos em que estão todos pela pouca estimação de seus frutos... carregados.

de tão excessivos direitos" (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Cartas do Senado, Livro 118, armário 62, fls. 162). No ano seguinte, numa carta do mesmo Senado da Câmara ao Governador Afonso Furtado, datada de abril de 1674, se fala em minguidos frutos e "esterilidade dos anos e desestimação em que está o açúcar que ninguém compra nem no Reino se quer antes todo o negócio dele (os negociantes do Reino) ordenou a seus comissários que nenhum lhes mandasse". Não havia senhor de engenho "que não esteja empenhado", "arrastados todos de execuções da justiça pelos fornecimentos" (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, id. id. fls. 174). — Em 1683 continuava a crise. Numa carta do Senado da Câmara a Sua Magestade datada de 6 de julho deste ano, os vereadores desabafam seus queixumes: "os tempos cada vez vão sendo mais miseráveis, além da grande perda que houve com as bexigas nas Escravarias que é a fábrica de todos os frutos deste Estado, pela inclemência do tempo na safra passada houve pouco açúcar e nesta menos porque não chegaram a 10.000 caixas. E a fome de novembro até o presente tem sido grande... com que esta capitania (está) muito atenuada e os credores sempre tratando de cobrar por execuções" (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, id. id. fls. 326 verso). — Nota no Apêndice.

(8) Ver Charles Boxer, *Portuguese Society in the Tropics*, págs. 80, 81 e 82.

(9) O Senado da Câmara da Bahia numa carta ao seu procurador em Lisboa manifestou de modo veemente, repulsa a essa providência das marcas F. R. e B. nas caixas de açúcar. Lê-se na mesma carta referência ao costume de "furar o comprador as tais caixas com quatro, cinco, seis e mais furos, e a respeito de sua bondade se ajustar o comprador com o vendedor no preço... Não lhe pareça a Vossa Mercê que os homens de negócio desta praça compram nabos em sacos". Os senhores de engenho tinham interesse em fazer bom açúcar — "tanto pela bondade que lhe resulta a maioria do preço, como pelo maior peso, porque é certo que cem pães bons dão mais arrobas que duzentos ruins... com que parece causa de riso o dizer-se e presumir-se que se faz ruim, podendo se fazer bom". Citavam ainda os Vereadores que iam para Portugal "um ano por outro" 14.000 ou 15.000 caixas das quais pertenciam ao dízimo 1.400 ou 1.500. "E estas tais nunca podem ser boas, e a razão é: costumam os Engenhos tirar todos os dias vinte, vinte e cinco, até trinta pães de açúcar, e depois de seco pesa o caixeiro, que o Fiel do Engenho, do Lavrador e Dízimo, as pesadas de duas arrobas, e dando nove pesos ao Engenho, dá outros tantos ao Lavrador, e dois ao Dízimo para o que tem cada um seu caixão, e continuando-se desta sorte sucede de ordinariamente ser um dia bom o açúcar e outro dia o mesmo (somenos?), em muitos baixo e ruim, e nesta forma se vai enchendo a Caixa do Dízimo com bom, baixo e somenos, o que não sucede nas caixas dos donos dos Engenhos e rara vez com a dos Lavradores, porque têm vários caixões em que vai separando o bom, o somenos, e ruim". O achar-se na mesma caixa açúcar de variada qualidade vinha de não ser uniforme a fabricação "por haver tido mais ou menos sol com que ficou (o açúcar) mais ou menos seco e desta sorte não pode ter aquela igualdade, além de que era cultura não se faz por regra (régua?) ou compasso". Ocorria ainda que a Cidade consumia o açúcar de cerca de quinhentas ou seiscentas caixas e "despejadas estas", as caixas vazias eram vendidas aos "homens de Lojas" que as levando para onde lhes parecia as enchiam de açúcar de Ilhéus e Espírito-Santo talvez lhes misturando "branco batido, enfeitando-as por

cima, e fazendo com estas caixas seus pagamentos aos seus comissários, e estes tais furam as ditas caixas na forma do estilo e sem embargo disso as aceitam e delas fazem remessa a seus maiores". Remetidas estas caixas "faltas de arrobas pela baldeação que houve e com misturas", e vendo-se a marca do engenho, que tinha no ano passado, o engenho perdia sua reputação e o senhor havia de pagar o que outros haviam feito. Havia outra falsificação ou burla: marcavam-se as caixas de batido com dois B "que é a divisa de branco e batido". Havia sujeitos que as compravam, tiravam com uma enxó um dos B com o que a caixa ficava passando por conter açúcar "branco macho". Assim as remetiam para o Reino levando ainda a marca do engenho, ficando-se a presumir que o senhor deste incorrera em malícia. Terminava a carta do Senado protestando contra querer-se "castigar o que não cometeu o crime e ter proveito quem é o culpado: parece que se deve tomar maduro conselho, e com ela atalhar-se a malícia do culpado, e não de quem se presume, e para se evitarem as nossas justas queixas, devemos primeiro se ouvidos e sendo assim se determinar o que mais convier ao serviço de Sua Majestade, que isto é a maior utilidade destes seus Vassallos, e não sendo justificadas as nossas razões nos sujeitamos a esta e outra maior pena, e afirmamos a Vossa Mercê que a maior que de presente padecemos é chegar-se a presumir que os Vereadores, que no geral são homens da melhor nobreza, amparam ou consentem as faltas das caixas e as misturas delas" (Carta do Senado da Câmara ao procurador Manuel de Carvalho, 14 de agosto de 1687, Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Cartas do Senado, Livro nº 114, Armário 62, fls. 14 verso). — Antes de 1672 fora publicado o bando sobre "marcas e números de fogo que se hão pôr nas caixas de açúcar dos Engenhos, e casas de meles desta capitania". Em 30 de janeiro de 1672, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça mandava que se intimassem aos "donos feitores mores e caixeiros" de engenhos e casas de meles para que registrassem no livro dos caixeiros o dito bando (*Docs. Hist.*, vol. 4, pág. 166). — Em fevereiro de 1672 vai um ajudante registrar os bandos e notificar os feitores e caixeiros que "mandem logo aos trapiches desta cidade marcar as caixas que tiverem mandado para eles porque nenhuma se há de embarcar sem marca" (Id. pág. 212).

(10) "Na sua primeira proposta pediram os holandeses que os moradores da Bahia lhes dessem quarenta mil caixas de açúcar, duas mil cada ano, em satisfação dos danos de que eles foram causa nas Capitánias de Pernambuco; e isto levaram três fins: 1º) que o açúcar que se lhe desse fosse todo da Bahia, que faz na bondade e valor grandes vantagens ao do Rio de Janeiro... (vide *Cartas do Padre Antônio Vieira*, coligidas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, vol. I, pág. 248). Ver nota no Apêndice.

(11) Foi certamente João Peixoto Viegas (em 1673 Procurador da Câmara e em 1686 Vereador) um dos inspiradores ou colaboradores de uma carta que ainda naquele mesmo ano de 1687 (12 de agosto) dirigia o Senado da Câmara a Sua Majestade, documento que é corroboração complementar ao parecer que vimos resumindo. Escrevia a Câmara da Bahia ao Rei: — "Senhor: Requeridos nós do principal do Povo desta Cidade da Bahia e da nossa obrigação por cabeça dela, imos aos Reais pés de Vossa Majestade representar o comum sentimento de todos pela desestimação em que estão os nossos frutos do Brasil, Açúcar e Tabaco. Dizem que já o não hão mister os Estrangeiros porque lhes sobra pelo que lavram na Índia, e deste Reino não fazem saca destes gêneros senão em muito limitada quantidade pela vantagem do nosso ao seu, e por terem de todo para seu maior negócio parece assim certo não

despacharem das Alfândegas estes gêneros os de Negócio, os que foram na frota passada de seiscentos oitenta e seis e escreveram, e ordenaram a seus Comissários do Brasil lhes mandem seus cabedais em dinheiro, ou letra porque açúcar e tabaco nenhuma saída nem venda têm para os Estrangeiros, e que para o Reino bastam oito ou dez mil caixas e outros tantos rolos cada ano. Assim o reconhecemos certo porque nesta Frota mais que nunca se abstiveram os Mercadores de comprar estes gêneros e só fizeram em pagamento de suas Fazendas, já na compra delas com esta obrigação. Isto posto nestes termos Senhor parece podemos considerar acabado e perdido o Comércio do Brasil nem o Conselho de Vossa Majestade o deve entender menos. Pelo que necessário é que se desvele em achar remédio para que não chegue a total ruína, ainda que os desse Reino que lá escrevem e os que cá vêm dizer que já este comércio está perdido, porém sem conta alguma de ganância, nem de saída para fora desse Reino. Os que discorrem na causa deste grande dano para o Brasil e para esse Reino concluem que para o Açúcar o foi os tributos que se lhe impuseram sobre os direitos antigos, e os sete vinténs por arroba de comboi na instituição da Companhia Geral quando a necessidade da Guerra assim o pedia, e ao preço de três mil réis, e três mil e quinhentos porque se vendia tolerava a nossa carga; e que para o negócio do Tabaco foi o estanque rigoroso dele, e o grande tributo de vintém por libra que se lhe impôs de mais dos outros Direitos que lhe haviam carregado no mesmo tempo da Guerra e do Comboi. — Que os Ingleses e os mais do Norte sentidos dos grandes preços de três mil e quinhentos se resolveram a ir lavrar estes gêneros às Barbadas, e terra firme das Índias. Que se quando se lhe entenderam aquela diversão neste negócio, se advirritra na consequência do mal que nos fazia, e se puseram os preços e Direitos do Açúcar em razão pudera ser se não empenhassem tanto aquelas Nações em lavrá-lo por si que não é o seu de tanta estima em quilates como o nosso. Mas já se não fez assim e vemos porém que este comércio está já perdido. Pelo que Senhor pedimos prostrados aos Reais Pés de Vossa Majestade mande consultar por seu Conselho algum remédio para que se não perca de todo este Estado e o de Angola, nem os interesses desse reino e de Vossa Majestade tão importantes destas duas Conquistas; porque cessando o Cabo do frutos do Brasil há de perder-se também o negócio dos Escravos de Angola, isto é claro. Discorrendo-se no Remédio não se nos oferece outro: senão o de tirar a causa de que se originou o mal; se foi daquele grande preço de três mil e quinhentos que correu nos anos de quarenta e cinco até o de cinqüenta e cinco, já este há muitos anos está abaixo; mas será menos o mal se lhe baixarem os impostos. O mesmo no Tabaco, e Rigores de seu Estanque, que se algum interesse se lhe desviar e furtar, não fica em estranhos e não em vassalos naturais; que filhos lhes chamaram senhores Reis Avós de Vossa Majestade, e na mesma conta é justo nos tenha Vossa Majestade e muito particularmente os do Brasil pelo ânimo Liberal com que servem a Vossa Majestade muito além do que podem porque raros são os que não devam mais do que possuem ao negócio que vem desse Reino em ordem aos excessivos preços por que se vendem os Escravos, Cobre, Ferro, Breu e as mais Drogas de Lãs e Sedas como dirão os Ministros que serviram e servem nesta Relação pelo que lhes passou de sentenças e execuções, porque a fábrica dos nossos frutos consome no seu Laboramento seus Rendimentos e sobre isto lhe cresce a contribuição de mais de cem mil cruzados cada ano, quarenta por finta para satisfação de milhão e duzentos e oitenta mil cruzados que só nesta Cidade se impôs para o dote da Sra. Rainha de Inglaterra e Paz de Holanda, e mais de sessenta mil cruzados por imposição nos usuais para sustento da Infantaria que não é a menor parte para a nossa impossibilidade e se os nossos frutos não tiverem saca, certo há de ser que não pode-

remos satisfazer a estes serviços e que pareceram esses Vassallos de Vossa Magestade em todo o Estado. E também nos parece ser de prejuízo para os Vassallos de todo o Reino que é certo hão de ter menos saída as suas Drogas. Isto é muito sabido e entendido de todos os fidalgos que governaram o Estado e dos Ministros de Beca; por isso ousamos a expô-lo assim a Vossa Magestade para que não só como Rei e Senhor Nosso, mas como Pai recupere a todos da Ruína em que já estão. A Real Pessoa de Vossa Magestade Guarde Deus como estes Vassallos desejam e hão mister. Bahia e Câmara doze de agosto de mil seiscentos e oitenta e sete. João de Couros Carneiro a subscrevi. Antônio Guedes de Paiva. Manuel Pereira de Paiva, digo Góis. Domingos Dias Machado. Francisco Pereira Ferraz. Domingos Pires de Carvalho. (Arquivo Histórico Municipal do Salvador. Cartas do Senado a Sua Magestade, nº 114, fls. 24 verso).

(12) Nos *Documentos Históricas*, vol. 22, pág. 421, há notícia, num papel de abril de 1667 de "direitos dos quatro vinténs por caixa de açúcar que se pagavam nesta cidade". — Esses impostos e contribuições, que em açúcar a Portugal tinha que mandar o Brasil, eram ali aguardados com ansiedade e reclamados com afã. Exemplos: a 18 de novembro de 1656, a Rainha pedia ao Conde de Atouguia, Governador e Capitão-general do Brasil, ao Provedor da Fazenda e ao Procurador Gregório Mendes "me enviem nestas embarcações todo o açúcar, pertencente à minha fazenda que se estiver devendo" (*Docs. Hist.*, vol. 66, pág. 125); — a 16 de novembro de 1660 a Rainha reclamava pedindo fossem enviadas as "quinhentas arrobas de açúcar do meu alvitre". (*Docs. Hist.*, vol. 66, págs. 173/174).

(13) Vide *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 20, págs. 216/217. Sempre os senhores de engenho ou o açúcar eram castigados por novas exigências fiscais ainda disfarçadas em eufemismos de "donativos", "donativos voluntários", e "esmolas". Em novembro de 1708, o Governador Luís César de Meneses dirigia uma carta aos senhores de engenho do Recôncavo pedindo em nome do Rei uma contribuição para o resgate dos cativos portugueses que estavam em Mequines. Era "uma esmola que as suas possibilidades dessem lugar", e acrescentava: "a esmola que Vossa Mercê der e os mais lavradores do seu Engenho precisamente há de ser em açúcar, este mandar a Vossa Mercê meter nas caixas junto com o dízimo com tal clareza que não faça dúvida cobrar nesta cidade do Contratador as arrobas de açúcar das esmolas, que se encaixarão junto com o seu" (carta de 23 de novembro de 1708, *Docs. Hist.*, vol. 41, págs. 233/234). — Em 24 de maio de 1797, D. Fernando José de Portugal opinava pela modificação dos tributos que pesavam sobre o açúcar e rolos de tabaco, "que se exportam desta Capitania, e que consiste em 380 rs. que paga cada caixa, seja a qualidade e grandeza que for e 70 rs. cada rolo de tabaco, nas mesmas circunstâncias se extinga, estabelecendo-se em seu lugar um maior donativo de 100 rs. por arroba de açúcar branco, 50 rs. no mascavado e 80 rs. por arroba de tabaco, direito que parece bem proporcionado ao grande valor a que estes gêneros têm chegado e que pode aumentar os créditos reais ao melhor de 70 contos anuais, atenta a exportação de 600 mil arrobas de açúcar de uma e outra qualidade, e 400 mil arrobas de tabaco que regularmente saem desta capitania todos os anos". (*An. Bibl. Nac.*, vol. 34, págs. 448/449).

(14) Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. XX, pág. 212 e segs. — Peixoto Viegas sempre indica alguns remédios: "Finalmente, senhor, o Reparo de q não caya de todo o comercio do Reino pelos fruzos do Brasil em cujo laour está também,

o de Angola, não consiste em q se fação milhoes oz açucares, e se diuize sua callidade com as 3 letras, nẽ em que se determine o preço no Brasil, nem ordenasse q os mercadorez vendão a sua fazenda a asucar sem contratarem logo o preço que isto assi se faz sempre sem q se lhes hordene; consiste o Remedio em tirar a cauza que originou o mal; esta he Regra certa em todas a materiaz; tudo o mais he querer botar a cassa fóra da coua com o furão morto. Tirense do tabaco oz rigorez do estanque a cargo insuportael do vintem por liura ficandonoz direitoz que antes tinha. Aliuiesse o asucar doz q lhe carregarão no tempo que ele tinha preço grande, determinace a imposição de 140 rs por (a) do comboj, poiz se alvitrou por aquele direito para o gasto de 36 Naoz de guerra na formação da companhia geral e pela paz q se conceguiu, se introduzirão aquelas tantaz Naoz a tres ou quatro, cujo gasto não iustifica para se tirar doz vaçaloz toda aquela grande soma que fas este imposto de 140 rs por arrobas, e 26 rz por tonelada, oz Nauioz de seuz frotez. Este he o Remedio que podera melhorar o comercio das Drogas do Brasil e não alvitres sofisticos; maz já estou vendo se diz a isto A... e eu respondo q o tempo o dirá e já o diz. — Mas ia ouso a dificuldade de uzar de tal remedio, quando se achão não bastão todoz aqueles Rendimentos para as despezas, e obrigações da croa e estado Real. Digo q se o perigo de que hão de faltar os mesmos rendimentos e tambem oz primeiroz está iminente para cahir, ou tem cahido, e aRuinado o comercio, algũ Remedio se lhe due opor, e este pretende. S. Magestade eu lhe não seja outro maiz certo; pelo qual não fica destituido todo ointerece, que S. Magestade tem de 'prezente noz direitoz e impostos de açúcar, e tabaco e seu estanque; e as Drogaz do Brazil aliuiadaz terão algua milhora e conta de ganancia, para continuarse o comercio delas noz naturaez, e estrangeiroz, tera sua Magestade vassaloz que poção seruilo nas necessidez. — Podera ajudar contra os assucarez das Barbadas, e Indiaz, mandar S. Magestade q não vão a Portugal os batidos, e mascauadoz, q são adubo precizo para o Refino daqueles no norte, porque são fracoz no doce, e oz do Brasil requintão nelez, e oz mascauados maiz que os brancoz; e para se aproueitarem no Brazil os mauscuadoz mandar S. Magestade q se refinem câ que a isso acodirão logo officiaez desta mecanica, e aramadorez deste negocio como tem os estrangeiroz. Os lauradorez do asucar não podem ter perda porq' Reduzem aquele asucar a melhor callidade, e mais abreuiado o gasto, e despeza dos caixões, este ponto não pode ser melhoramento total a Ruina em que está o comercio, será algua ainda, não maiz em diffeito dos asucarez das Barbadas".

(15) Eis alguns tópicos de documentos que testemunham dos bons e maus tempos entre 1686 e 1695 para o açúcar na Bahia: 1686/1687 — "esterilidade do ano, ruindade da safra e não se haver moído cana velha e a pouca nova da que se moeu com muito pouco rendimento". (*Docs. Hist.*, vol. 64, pág. 242); 1687/1688 — "prometendo este ano (julho de 1687) melhora de safra" (*Docs. Hist.*, vol. 64, pág. 242); 1688 — "não haver quem compre açúcar a dinheiro salvo por um vilíssimo preço" (agosto de 1688, *Docs. Hist.*, vol. 64, pág. 269); 1695 (6 de maio) — "esperando-se este presente ano de noventa e cinco a vir quarenta navios de frota e sendo a safra dele das limitadas não faltam caixas de açúcar a este patacho para partir antes do corpo da frota". (*Docs. Hist.*, vol. 64, pág. 297).

(16) Ver nota no Apêndice.

(17) Carta de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho ao Rei, datada da Bahia, 4-7-1692, in *Docs. Hist.*, vol. 33, págs. 430/440.

(18) Carta de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho ao Rei, datada de 22 de julho de 1693, in *Docs. Hist.*, vol. 34, pág. 153.

(19) Vide carta régia de 16 de março de 1698 in *Docs. Hist.*, vol. 68, págs. 162/164. — Em 1689 escrevia o Senado da Câmara a Sua Majestade: "Senhor. São os açúcares nesta Praça a nossa moeda por onde costumamos fazer os nossos pagamentos, e não havendo saída a ele se arruína todo este Povo, porque lhes falta a pedra fundamental onde se estabelece a conservação desta Praça e como nesta Frota presente e na do ano passado, se tem experimentado uma grande baixa nos preços dos Açúcares e na saída deles, pedimos a Vossa Majestade que, alentando os braços de Sua Monarquia neste Estado do Brasil, se proponha este negócio com toda a execução nos tribunais, donde Vossa Majestade o terá experimentado em sua Rendas e nas mais consequências da Ruína deste Estado; e fazemos estas súplicas a Vossa Majestade que como Pai de seus Vassallos não há de estranhar os seus clamores e seguramos o ânimo pio de Vossa Majestade que nos há de dar remédio às nossas lástimas. Deus a Vossa Majestade Guarde por muitos anos, como o hão mister seus Vassallos. — Bahia em Câmara, dezesseis de julho de mil seiscentos e oitenta e nove. João de Couros Carneiro, escrivão da Câmara, o subscrevi. Mantel de Vargas Sirne, Egas Munis Barreto, João Álvares Fontes. *Antônio da Rocha Pita*. Antônio de Amorim Correia." (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Cartas do Senado a Sua Majestade, Livro 114, Armário nº 62, fls. 71).

(20) Vide carta régia de 14 de fevereiro de 1689, in *Docs. Hist.*, vol. 68, pág. 176.

(21) Cartas de 15 e 17 de julho de 1693 — Vide *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 71, pág. 88.

(22) Vide Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, págs. 168/169. — A situação em 1723 vem descrita numa carta do Senado da Câmara da Bahia a Sua Majestade, na qual se fala de "universal calamidade que hoje experimentam os Senhores de Engenho e todos os lavradores de açúcar, mandioca e tabaco desta Capitania, vendo-se reduzidos ao maior extremo e consternação e miséria que se pode considerar e no perigo de totalmente se lhe desbaratarem as suas fábricas e culturas pelos exorbitantes preços dos Escravos que nestes últimos anos têm subido a uma carestia incrível". Se não houvesse providências úteis em oito anos perderia a Coroa as rendas que tirava da colônia "e os seus vassallos padecerão a última ruína dos cabedais perecendo e acabando neles o mais opulento erário que sempre acharam as públicas necessidades da Monarquia". Não parece exageração: viam-se no Recôncavo "vinte e quatro engenhos desamparados e demolidos", "e os outros engenhos se desconhecem do que foram". As safras diminuíram enormemente — "chegando e ainda excedendo a dezoito mil caixas, de dez anos a esta parte se vêem reduzidas a cinco mil". Escravos que se compravam nos anos passados a 40\$ e 60\$ eram adquiridos agora por 200\$ — "e como só os tratantes das Minas Gerais e Jacobina têm o dinheiro pronto para esta exorbitância povoam-se aquelas regiões de escravos e arruína-se esta Capitania". Ficavam os engenhos com os antigos escravos, mas "como estes pela grandeza do trabalho não duram e vão morrendo, acabam justamente aquelas propriedades que no século passado enriqueceram tantos homens, carregaram tantas frotas e alentaram as generosidades dos filhos do Brasil para despenderem no serviço de Vossa Majestade tantos tesouros na Restauração e Defesa desta Bahia, na conservação do Rio de Janeiro, na

Guerra de Pernambuco, e Conquista de Angola, e no poderoso donativo da paz de Holanda e Casamento da Sereníssima Rainha de Grã-Bretanha". Pedia a Câmara a fixação de um preço para os escravos. (Carta de 15 de novembro de 1723, Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Cartas do Senado a Sua Majestade, livro 116, armário 62, fls. 65 verso). — Em 1736 a lavoura padecera da calamidade de uma grande seca: "esta Cidade e todo o seu Recôncavo e Sertões" "esterilizados campos, queimadas as plantas, mortos os gados, as fontes (e o que é mais os rios) sem água" (março de 1736, Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Cartas de Eclesiásticos, fls. 15 verso).

(23) Da crise pelo êxodo para as minas fala Sebastião da Rocha Pita. Parte dos moradores da Bahia buscou as minas "levando os escravos que ocupavam em lavouras". "Da sua ausência se foi logo experimentando a falta na carestia dos víveres e mantimentos, por haverem ficado desertas as fazendas que os produziam" e "comprando as pessoas que vão para as Minas do Sul e outras que delas vêm a este fim, por excessivos preços, escravos do gentio de Guiné"... "se foi diminuindo a cultura do açúcar de forma que alguns dos senhores destas propriedades não tendo negros com que as beneficiar, nem posses para os comprar pelo grande valor em que estão, as deixaram precisamente, e só as conservam alguns poderosos, que se acham com maiores cabedais. Outros as continuam na forma que podem por dar satisfação, ou contemporizar com os seus credores, experimentando nelas mais trabalho que utilidade, pois para sustentar-se, e pagarem umas dívidas, vão contraindo outras, sem esperança de se verem jamais desempenhados". Menos cana, muito menos açúcar. "Moradores que têm dois, três, e quatro engenhos moentes para cujas fábricas fazem grossas despesas, principalmente no tempo presente, em que, pelo descobrimento e lavra das Minas, que levam muitos escravos, tem crescido o valor deles, a excessivo preço, e a este respeito os outros gêneros necessários para a cultura do açúcar; e a não haver este desconto seriam os Senhores de Engenhos os Vassallos de maiores rendas e os mais opulentos de toda a Coroa Portuguesa" (Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, págs. 359 e 14).

(24) Vide parecer de Wenceslau Pereira da Silva datado da Bahia a 12 de fevereiro de 1738, in *An. Bibl. Nac.*, vol. 31, págs. 27-31. — Wenceslau Pereira da Silva é um dos subscritores da representação do Senado da Câmara da Bahia ao Vice-rei, datada de 20 de maio de 1729 em que os Vereadores se manifestam acerca das "Leys que El Rey Nosso Senhor Dom Pedro Segundo que Deus tem mandou expedir em dezembro de 1687 e que o Vicerrei mandara recentemente publicar em Camará". Determinavam tais leis que os açúcares se vendessem pelo preço que as partes ajustassem; que se marcassem as caixas com as letras F. R. e B., segundo a qualidade do açúcar; que fossem as caixas pesadas na cidade antes da saída para Portugal. A Câmara, lembrando ser notória "a prostração dos Engenhos pelas repetidas perdas que experimentam os seus Senhorios" pedia que naquele ano de 1729 não tivessem vigor tais leis. De referência às marcas alegava que por tal meio não se conseguia conhecer a boa ou má qualidade dos açúcares "porque quando se fabricão nos Engenhos como o benefício he hegoal ao enxer as caixas todo parece bom, e raras vezes se pode fazer distincão do fino ao Rendondo. Porem depois de conduzirem as Caixas para os Trapixes desta Cidade fazendo-se exame nellas ao tempo da venda delles se acha o assucar diferente da primeira natureza com que sahiam do Engenho, ou seja porque a humidade dos ares deste Clima lhes corrompe a natureza ou já porque a condição da madeira das Caixas lhes confunde a

espécie e lhes destróe a côr; o certo he que todos degenerarão e só então se poderá fazer verdadeira anacrizi (análise?) de sua qualidade, e não nos Engenhos onde por obra do beneficio parecem puros". Este exame-feito nos trapiches era de grande conveniência para compradores e vendedores. Quanto à pesagem nos trapiches da Cidade para não se darem as diminuições que se accusavam nas alfândegas do Reino — "parece impraticavel pellos prejuizos que se seguem ao Senhores de Engenho, e ainda ao Comercio na ocasião da Frota; porque pelo brevidade com que se apresta, e pella pressa com que se faz a condução das Caixas não é possivel tomar-se o expediente de se pezarem nos Trapixes sem notavel perda dos Engenhos, e detrimento grande do negocio; porque não só a confusão que se experimenta na entrada e saída das Caixas ao mesmo tempo nos Trapixes, mas a incapacidade delles não permitem vagar, e desembarasso para se poderem levar as caixas de huã para outra parte chegando-as á balança por não haver lugar dezempedido". Alegava-se ainda o atropelo por ocasião da "expedição das Frotas" no inverno. E concluía a Câmara — "parece mais util que as Caixas se pezem nos Engenhos e os Senhores delles sejam obrigados a pagar executivamente as diminuições que se acharem nas caixas por Certidão das Alfandegas em que se pezarem e para se proceder com mais clareza será necessario que dos Engenhos venham marcadas com a marca de cada hum para se saber a quem pertence a satisfação daquelas minorias e se pezarão primeiro as mesmas Caixas pondo-se nelas as taras" (Representação do Senado da Câmara ao Vice-rei, 28 de maio de 1729, assinada por João de Couros Carneiro, *Wenceslau Pereira da Silva*. João de Brito e Lima, Jacinto Ferreira Feio de Faria, Domingos Lucas de Aguiar. (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Offícios ao Governo, Livro nº 1, armário 63, fls. 268 verso).

(25) No capítulo — "Escravos" — resumimos o plano da exploração do comércio e transporte de escravos da África para a Bahia pela companhia proposta.

(26) Vide officio de Wenceslau Pereira da Silva, datado da Bahia, 12 de dezº de 1754, in *An. Bibl. Nac.*, vol. 31, págs. 69/70.

(27) Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 31, págs. 111, 112, 117 e 118. A liberdade de comércio para a África foi concedida pela provisão de 30 de março de 1756, que parece não deu bons resultados (vide id. id. pág. 237) pois o Conde dos Arcos, em maio de 1757, dizia que o comércio da Costa da Mina "hoje se acha no maior abatimento que teve nunca" (id. id.).

(28) Vide carta de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mejo a Tomé Joaquim Corte Real, datada da Bahia, 23 dezembro 1758, in *An. Bibl. Nac.*, vol. 31, pág. 321.

O vigário Antônio da Costa Pereira, ao descrever a sua freguesia de N. S. da Encarnação de Passé, em 1757, terminava dando este testemunho da decadência do açúcar e engenhos: "foi esta freguesia em algum tempo e antes da divisão uma das melhores que havia no Recôncavo, no tempo presente se acha muito atenuada por viverem os lavradores de açúcar, maior e principal tráfego desta terra, quase todos empenhados e arrasados pela carestia dos escravos, e mortandade deles, se é que não é por pecados, de sorte que não chegam os lucros para as despesas". (*An. da Bibl. Nac.*, vol. 31, pág. 215).

(29) A época de 1759 é tragicamente desenhada numa carta da Câmara da Vila de Santo Amaro da Purificação à da Cidade do Salvador, datada de 23 de junho daquele ano. Esperavam os Vereadores em nome dos moradores de uma Vila que "toda ela se compõe da fábrica do açúcar e algum tabaco" que Sua Majestade remediasse "os danos que pelos calamitosos tempos reduziram o Brasil ao último estado de sua ruína que se bem fizermos recorde dos passados tempos em que florescia a América pela lavoura, em que se admirou opulenta, só tiraremos motivos para um universal desgosto pela miséria a que na presente idade se acha reduzida". (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador. Cartas do Senado aos Governos das Vilas e Capitânicas).

(30) Lembrar que o Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita fora devedor à Misericórdia e o era de grande soma, quando morreu, ao Convento da Lapa. — Dada a inexistência de bancos, estas instituições, visando à vantagem dos juros, emprestavam importâncias, que tinham em caixa, aos lavradores e senhores de engenho.

(31) "A agricultura pois em 1760 a 1770 estava reduzida a um tal grau de decadência que mal se pode compreender. Não tínhamos alimentos com que nos pudéssemos alimentar por três meses sem o socorro de Portugal e das outras Capitânicas... Apenas tínhamos duzentos e tantos engenhos de açúcar e toda a safra montava de 7.000 a 8.000 caixas... O sistema de fazer a navegação para a Europa por meio das frotas e taxando o governo o preço dos fretes paralisava e enfraquecia o comércio e por consequência a agricultura. Todos os navios pertenciam aos negociantes da metrópole; nesta praça não havia propriamente negociantes que fizessem especulações por sua conta; eram a maior parte simples comissários de seus comitentes de Portugal e por isso não tinham fundos próprios, com que pudessem dar as mãos e auxiliar a lavoura. Ainda mais, a metrópole tinha um ciúme tão indiscreto do Brasil, e estava tão arraigada no infernal sistema que se neste país existissem homens ricos e poderosos poderiam sacudir o jugo da metrópole que os governadores tinham ordem para fazer retirar à Europa aqueles negociantes ou proprietários que pela sua indústria e economia haviam adquirido grandes riquezas... Tal era o estado a que se havia reduzido a agricultura desta Província... até o ano de 1770. Desde essa época até 1799... a agricultura desta Província teve aumentos mais sensíveis... No ministério do Marquês de Pombal e nos subsequentes as leis opressoras da Colônia se adoçaram mais, organizou-se melhor método de cobrar os impostos, aboliu-se o sistema das frotas e cessou a taxa dos fretes (ao menos tolerava-se a infração da lei a este respeito enquanto não foi abolida inteiramente), em Portugal animaram-se as artes, a indústria, a navegação e pouco a pouco os negociantes da metrópole adquiriram riquezas e capitais que facilmente forneciam aos seus comissários do Brasil (e em particular a esta Praça) com quem principiaram a formar "sociedades mercantis" Esta praça principiou a ter navios próprios; os comissários tornaram-se negociantes e especularam por sua conta e por consequência adquiriram riquezas pondo-se em estado de ajudarem e promoverem a Agricultura... Os duzentos e tantos engenhos que existiam nos anos de 1760 a 1770 se elevaram em 1799 a quatrocentos e tantos; e a safra montou 25.000 caixas... O comércio e a navegação para a Costa da Mina progressivamente se aumentou com o aumento do tabaco e aguardente: 13.000 a 14.000 escravos robustos, cujos braços se dividiram pela lavoura, concorreram também muito para o aumento da agricultura; e não menos o comércio para o Rio Grande do Sul que fornecia aos

lavradores carne-seca em preço módico para sustento dos escravos..." (Joaquim José da Silva Maia, "A Agricultura na Bahia", *Semanário Cívico*, nº 22 de 26 de julho de 1821).

(32) Vide "Discurso Preliminar, Histórico, Instrutivo com Natureza de Descrição Econômica da Comarca da Cidade da Bahia, que em si compreende o paralelo da agricultura, da navegação e do comércio antigo com o moderno, e atual daquela dita comarca e cidade, por ser esta a mais antiga, a mais fecunda e a mais rica de todas as outras do Ultramar, pelos muitos gêneros com que ela com abundância socorreu a exportação", in. *An. Bibl. Nac.*, vol. 27, páginas 238 e segs.

(33) Vide carta de José da Silva Lisboa a Domingos Vandelli in *An. Bibl. Nac.*, vol. 32, pág. 501.

(34) *Cartas Soteropolitanas*, vol. 1, págs. 158/159.

(35) Diz Rodrigues de Brito que havia em 1807 grande número de engenhos de fogo morto e que isso vinha da falta de crédito, de dinheiro, causada pela fixação oficial de juros baixos. Daí não convir aos capitalistas emprestarem e aos comissários fazerem negócios de adiantamentos em mercadorias a altos preços que arruinavam os agricultores (*Cartas Econômico-políticas*, pág. 65). — "Desde 1799 a 1820 a agricultura desta província não teve aumentos tão rápidos como de 1770 a 1799... A invasão dos exércitos franceses nos principais mercados da Europa aonde se vendiam os gêneros coloniais do Brasil; as diferentes revoluções políticas naquela parte do globo foram a verdadeira causa deste atraso; o açúcar que em 1799 se vendeu nesta praça a 3.200 B e 2.200 M; em 1801 repentinamente abaixou a 1.000 B e 600 M... Nestas tristes circunstâncias os lavradores não podiam tirar as despesas da agricultura; e avançaremos ainda em dizer que até o ano de 1810 os produtos da nossa agricultura (à exceção do algodão) retrogradaram e foram menos que em 1799. Contudo nos anos de 1804 a 1806 os gêneros da nossa lavoura tiveram aumento de preço — de 1807 a 1809 tiveram tal baixa que chegou-se a vender o açúcar por menos dos ferros, o tabaco sem preço e o algodão a 3.600. Porém de 1810 até hoje os progressos da nossa agricultura foram maiores se bem que não tanto como deveríamos esperar. A concorrência de compradores no mercado desta praça pela franqueza dos portos livres, a introdução de máquinas de vapor para os engenhos, moendas horizontais, novas fornalhas nos engenhos que economizam muita lenha; e sobretudo a introdução da nova cana de Caiena que tem vegetado maravilhosamente em quase todos os terrenos desta Província tem feito com que a safra do açúcar se elevasse a 40.000 caixas!" (Joaquim José da Silva Maia, "A Agricultura na Bahia", *Semanário Cívico*, nº 24 de 9 de agosto de 1821).

(36) Vide *Cartas Econômico-políticas*, ed. 1924, págs. 86, 115, 109 e 110. — Rodrigues de Brito nota que nessa época, pela falta de crédito, grande número de engenhos se mantiveram de fogo morto. Os capitais se retraíam diante da lei que fixava juros baixos (id. pág. 65).

(37) Vide Góis Calmon, "Vida Econômica e Financeira da Bahia", págs. 35 e 36.

(38) Vide Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, vol. I, págs. 158.

(39) Vide Spix e Martius, *Através a Bahia*, págs. 80 e 97. — Não foi contínua a alra de preços, de 1802 a 1808. Burlamaqui, na sua "Monografia da cana-de-açúcar", indica o ano de 1807 como de "empachamento dos mercados ingleses" determinante da baixa dos preços, que iriam elevar-se em 1813-1814 com a vitória dos aliados e liquidação das guerras napoleônicas. Enumera Burlamaqui alguns períodos por datas: 1728 — a prosperidade das colônias inglesas determina a diminuição da exportação; 1775 — Martinica, Bourbon, Guadalupe, Caiena e mais Barbados, Jamaica e S. Domingos elevam suas produções; 1760 — o mesmo acontece em Cuba e Porto Rico; 1789 e seguintes — revolução francesa, domínio da Inglaterra sobre as colônias de França, supremacia do comércio dos Estados Unidos.

(40) Vide R. Walsh, *Notice of Brazil in 1826 and 1829*, pág. 536.

(41) Cartas de Sinimbu a Penedo, out^o de 1861, no Arq. do Itamarati, e de Sampaio Viana a Cotegipe, 24 dez^o de 1861. — Quando o Imperador esteve na Bahia (1859) apareceram, como protesto e escárnio, algumas colchas pretas em janelas da cidade baixa. Elementos ousados do comércio prenunciavam o grande luto das quebras, o colapso de tão tristes conseqüências. De 1857 a 1864 sucediam-se os episódios econômico-financeiros. As tarifas de 1857, mais liberais que as de 1844, determinaram o aumento da importação; veio a expansão do crédito (Sousa Franco); ocorria a crise americana de 1857; os bancos de emissão e desconto desnorream-se, abusava-se do crédito, acoçavam-se especulações temerárias; surgem intermediários officiosos, a clientela dos protegidos; improvisavam-se casas e firmas; o capital se aventura, descuidado do futuro; reação de Sales Torres Homem, Ferraz, — restrição das emissões bancárias; arruinam-se aventureiros e com eles os prudentes e honestos. (Vide "Reflexões sobre a emancipação em relação à lavoura", Bahia, 1871). — "O estado da lavoura e comércio da província no corrente ano, sinto ter que repeti-lo, não é satisfatório. O principal gênero de sua produção agrícola — o açúcar sofreu extraordinária diminuição na presente safra. Na do ano de 1858 a 59 nos seis meses decorridos de outubro a março haviam-se recolhido aos armazéns cerca de 1.560.000 arrobas deste gênero. Na do corrente, porém, em igual tempo, a quantidade armazenada não tem excedido 300.000 arrobas, isto é, a terca parte do produto de uma safra ordinária". (Fala do Presidente da Província da Bahia, Herculano Ferreira Pena em 10 de abril de 1860, pág. 63).

(42) Vide Góis Calmon. "Vida Econômica e Financeira da Bahia", pág. 79. — O futuro Barão de Sampaio Viana, em cartas de 7 de outubro de 1861 e 7 de janeiro de 1862 ao Barão de Cotegipe, lamenta a mortandade do gado que ensombrava os belos resultados da farta safra de 1861-1862.

(43) Vide Góis Calmon, "Vida Econômica e Financeira da Bahia", pág. 88.

(44) Vide Manuel Jesuíno Ferreira, *A Província da Bahia — Apontamentos*, Rio, 1875. — São informações deste livro: que a Bahia possuía então oitocentos e noventa e três engenhos, dos quais duzentos e oitenta e dois a vapor, sendo na capital quarenta e um, em Maragogipe e S. Felipe cento e quatro, em S. Amaro cento e trinta e oito, em S. Francisco cento e vinte um. A produção da província era de cinqüenta e quatro milhões de quilos.



Sobrado do "Engenho Benfica", no Município de Santo Amaro.



Sobrado do "Engenho Boavista", no Município de Santo Amaro.

TRANSPORTES E GADO



NGENHO de beira-mar, “Freguesia” tinha por principal veículo para transportes de livres e escravos, canas, lenhas, açúcares e fornecimentos as embarcações: barcos de três mastros (traquete, vela grande e mezena), lanchas de dois (traquete e vela grande), saveiros de um (vela) — ou cobertos (os barcos quase sempre) ou descobertos, e as canoas grandes e pequenas com aparelhagem de remos e panos.

Já Simão de Vasconcelos, falando desses barcos e das comodidades do transporte marítimo na Bahia — “que escusam carros e cavalgaduras” — sentenciava: “a faltar esta grande facilidade de meneio não vejo como fora possível desembocarem todos os anos desta Bahia para o reino de Portugal tantos milhares de caixas de açúcar que enchem tão grandiosas frotas, de tanta quantidade de naus como vemos, toda a doçura e todo o riso do rei e do reino” (1).

“Escusam cavalgaduras” — dizia Simão de Vasconcelos em 1663, repetindo quase o que deixara escrito o relator do *Livro que dá Rezão do Estado*: “tem esta Bahia pouca gente de cavalo, porquanto como fica dito tudo se anda por água”.

Uma estatística de 1775 dá-nos bem a representação do caráter marítimo dos transportes da Bahia, onde havia então 28 barcos, 385 lanchas, 155 saveiros, 1.392 canoas, 141 jangadas e 678 marinheiros forros, 1.267 pescadores livres, 1.227 pescadores cativos (2).

E essa primitiva quase imprestabilidade dos cavalos como transportes econômicos, utilizados tão-só na condução pessoal e no

fausto ostentoso dos senhores de engenho em festas e cavalhadas e argolinhas ⁽³⁾, dificultou, retardou e impediu afinal a formação e manutenção de importantes tropas de cavalaria na Bahia. Não que os baianos não soubessem cavalgar toda a sela, como ainda hoje sustentam tantos gaúchos; mas o meio físico não pedia essa espécie de tropas ⁽⁴⁾.

A geografia, a topografia do Recôncavo dava um cunho náutico àqueles senhorios — barcos, lanchas, naus, marinheiros, serviços de guerra marítima. A cavalaria era antes luxo e exibição que necessidade militar. Em terra de tanta abundância de matos e capoeiras, impunham-se mais emboscadas que combates equestres e cargas ⁽⁵⁾. Antes infantes e pedestres, rastreadores e marchadores, que cavaleiros.

Foi preciso insistente providência oficial para criar-se alguma tropa de cavalaria na Bahia. E haviam de ser os senhores de engenho os incumbidos disso.

Em 1693, o Rei encarecia a “utilidade de haver tropas de cavalos nesta cidade e seu recôncavo” e ordenava ao Governador “fizesse ter cavalos a todas aquelas pessoas que tivessem cabedal e fazenda para os poderem sustentar”, dando-se da real fazenda as selas e armas para se formarem até duas tropas.

O Governador Câmara Coutinho chamou para isso a André de Brito e Castro e André Cavallo de Carvalho “pessoas das mais nobres e idôneas para poderem ser capitães destas duas tropas”, que logo organizaram com soldados “pessoas capazes”, “que bem podiam sustentar os cavalos e tinham armas e selas por serem pessoas afazendadas”, em número de sessenta cavalos cada tropa “muito bem armados com seus tenentes e mais cabos necessários para elas”.

O Rei, porém, achava pouco e queria que completassem o número de duzentos soldados de cavalo para o que remetia selas, clavinhas e pistolas ⁽⁶⁾, a insistir por uma cavalaria no Recôncavo, que não viria a ser muito numerosa nem brilhante.

D. Fernando José de Portugal mais tarde daria claramente as razões: “o regimento de Cavalaria Auxiliar desta cidade, a que pessoalmente passei revista, não podia por princípio algum subsistir, à vista do que determina a citada carta régia de 2 de novembro de 1787, pois no ato de revista não só se apresentou um diminuto número de soldados, mas pelas listas, que posteriormente mandei extrair das pessoas capazes de servirem neste corpo, achei que eram poucos os indivíduos que tivessem possibilidade de sustentar cavalos e que estes mesmos viviam em uma tão grande distância



Sobrado do “Engenho Triunfo”, no Município de S. Amaro.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



*Outro aspecto do sobrado do “Engenho Triunfo”, no
Município de Santo Amaro.*

(Gentileza de Américo Garcez)

uns dos outros que até seria dificultoso juntá-los em companhias e passar-lhes aquelas revistas necessárias para conservação de sua boa ordem e disciplina" (?).

Persistiram as causas que assim dificultavam a organização de tropas montadas no Recôncavo, e quando as matas rarearam e plantações e pastos se estenderam, já se cristalizara o costume de pouco amor a cavalarias. Embora isto, nas guerras contra o gentio e holandeses não faltaram esquadrões, como depois nas da Independência, Cisplatina e Sabinada. E da Bahia, para os campos do Paraguai, tanto partiram infantes como cavalarianos.

Se faltavam cavalos e carros naqueles tempos de 1600 e 1700, sobravam barcos e saveiros (⁶).

A "Representação" dos senhores de engenho em 1752 dá-nos medida das necessidades do transporte marítimo: um engenho "muito ordinário" de produção de 1.000 pães, ou seja no máximo 2.000 arrobas de açúcar branco e 1.000 de mascavado, havia mister uma barca para a lenha velejada e com fateixas (1:000\$000), um barco para a cana, velejado com fateixas (600\$000) e duas canoas para o serviço do engenho (32\$000), representando essas embarcações (1:632\$000 para um total de 15:394\$000) mais de 10% do custo integral da instalação do engenho, inclusive terras, casas, etc.

Estas embarcações reclamavam de despesa anual — "por conserto da barca, sua declinação (quer dizer, desvalorização), estopa, breu, carapinas, calafates, madeiras, tabuados e ferragem — 250\$000", e "soldada do arracão (?) (arraiz?) da barca e do barco 82\$000".

Em "Freguesia" a aparelhagem de embarcações, quando foi da avaliação de 1811, estava reduzidíssima para engenho daquela importância: "um saveiro velejado com seu toldo corrido de crena" (150\$000) e "uma canoa grande de vinhático" (20\$000), e já em 1832, na segunda avaliação, havia tão-só "uma canoa pequena de vinhático rachada" (8\$000).

Passé, com o seu gênio de restauração e empreendimento quando reconstituiu o engenho, renovou-lhe também a frota, que no inventário de 1856 aparece numerosa: "um barco todo equipado denominado Atlântico" (2:500\$000); "um outro barco apelidado Santo Antônio" (1:800\$000); "uma lancha de dois masts aberta que pelo seu mau estado lhe deram o valor de cento e cinquenta mil réis" (150\$000); "uma canoa grande" (250\$000) (⁹).

E é de lembrar que a esse tempo os transportes terrestres se haviam desenvolvido cada vez mais. Os canaviais iam ficando mais longe do mar, de cujo domínio exclusivo em matéria de transportes

se emancipavam os senhores de engenho. Por isso mesmo, nas listas de 1856 encontramos: “quatro carros e uma carroça em bom uso” (326\$000) ⁽¹⁰⁾; e, para neles serem atrelados — “cento e noventa e nove bois de broxa” (8:955\$000).

Os açúcares de “Freguesia”, como os de todos os engenhos da Bahia, acondicionaram-se para venda e exportação em *caixas, fechos, caras, barricas e sacos*.

Só muito tarde é que as incômodas e dispendiosas *caixas* foram substituídas pelas barricas e pelos sacos. Os fechos — caixas de menor peso e capacidade — sempre haviam sido, como as caras, muito menos usados ⁽¹¹⁾.

Entre as tão interessantes notícias de que está cheia a “Representação” de 1752 encontramos a de que, para mil pães de açúcar, ou fossem duas mil arrobas de branco e mil de mascavado, requeriam-se quarenta caixas. Vemos portanto que em média cada caixa levava então setenta e cinco arrobas, custando vazia, ainda naquela época, dois mil réis, obrigada, na cidade, a mais um gasto de quinhentos réis. O acondicionamento do açúcar, pois, entregue este no trapiche do porto, importava então em dois mil e quinhentos por caixa de setenta e cinco arrobas ⁽¹²⁾.

Ainda em 1831 teimavam os lavradores brasileiros em quase só usar caixas grandes.

Na “Memória oferecida aos agricultores e negociantes de açúcar do Império do Brasil, em a qual expõem-se a danificação que experimenta o açúcar importado nos portos da Europa e principalmente no de Londres, se lembram algumas medidas e cautelas, cujo emprego parece ser acertado a evitar tão grande mal” — Londres, 1881, da autoria de Clemente Álvares de Oliveira Mendes e Almeida e Manuel Correia de Araújo Júnior, lê-se que seria de proveito se adotassem, em lugar das caixas então usadas: “pequenas caixas de 20 a 25 arrobas, fechos, barricas e mesmo sacos”, dado o inconveniente das grandes caixas de 50 e 60 arrobas, que provocavam clamor entre os compradores europeus, pelo seu extraordinário tamanho ⁽¹³⁾.

Ainda em 1846, no “Parecer de uma comissão de negociantes sobre o meio de promover a agricultura da Bahia, dado sobre um ofício do Exmo. Presidente, dirigido à Junta Diretora da Associação Comercial da Mesma Praça”, Bahia, Tip. Mercantil, de E. J. Estrela, 1846, da autoria de Antônio Francisco de Lacerda, João S. Guillmer e André Comber, há a seguinte apreciação: “outro inconveniente de vulto acompanha aos açúcares da Bahia, e do qual quanto antes

se os devem livrar. Este é o de seu envio, ou exportação em caixas pesadas e volumosas. Este queixume de há muito existente contra semelhantes caixas vai em aumento, por isso que os compradores dão sempre preferência a volumes de menor tamanho. Sua substituição para barricas ou sacos como se pratica na Índia. Manilha e outros países, incluindo Pernambuco, que também ultimamente tem adotado este uso; e onde consta que a última safra ao menos três quartas partes se há por esta maneira enviado, seria não só uma mui grande economia, para os Srs. de Engenho, mas até aumentaria o valor de seu açúcar nos países consumidores, pela facilidade de sua condução para o interior dos respectivos países e diferença do frete que só por si importa em 100 réis por arroba, em consequência da caixa pesar de 18 a 20%".

Nas avaliações de 1811-1832 e de 1856 nota-se uma grande diferença em relação ao gado. Algum haveria nos pastos do Capitão-mor e seria sonogado ou fora consumido pelos herdeiros, para não aparecer nos inventários; mas seria pouco, que ainda pelos começos do século XIX era costume dos senhores de engenho, para remonta das almanjarras e reforço de alimentação dos escravos, comprá-lo na Feira de Capuame, quando não o recebiam das fazendas do sertão que quase todos possuíam nas longínquas paragens do São Francisco, de Sergipe, do Piauí, Pernambuco e Paraíba. O certo é que nas avaliações de 1811 e 1832 não aparece uma só cabeça de gado, além dos bois e cavalos da moenda.

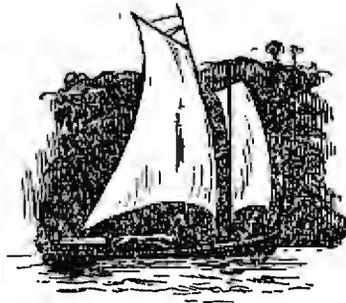
E se o Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita possuía numerosas e ricas fazendas de criação, de onde vinham os bois de que precisava, porque criá-los à beira-mar onde, era crença ou abuso, o gado não se dava bem?

Já entretanto em 1856, no inventário da esposa de Passé, são arrolados, além dos cento e noventa "bois de broxa", "quarenta e duas vacas, vinte e cinco vitelas e vinte e um garrotes e dez bezeros" (2:175\$000), "cinco touros" (350\$000), "três burros" (90\$000).

Este pequeno rebanho assinala o princípio de reação do Recôncavo, que começava a se libertar da dependência que o escravizava ao sertão.

Se a cidade comia carne de bois vindos de longes distâncias, os engenhos tinham por desprezo enfeitar seus campos com manadas e boiadas (14). Ainda dependiam do sul, do Rio Grande, das Repúblicas Platinas, de onde lhes vinha o charque para a escravatura, e apenas ensaiavam certificar-se ser possível, ao lado dos canaviais, haver pastos de criação de gado vacum e cavalari.

Pelo número e localização das fazendas do Capitão-mor e pela riqueza do gado nelas existente, vamos ter em seguida uma vivíssima representação do sistema de compartimentos estanques da economia colonial até as primeiras décadas do século XIX, que distribuía por zonas atividades e produtos, e tinha essa separação por intangível: Recôncavo para canas; Jaguaripe, Nazaré, Camamu para farinhas; tabuleiros ou areias para fumo e mandiocas; sertão para o gado (15).



Notas do capítulo:

(1) Vide Simão de Vascelos, *Crônica da Companhia de Jesus*, vol. II, pág. 21. Antonil tinha em mente o engenho do Conde, situado em águas muito interiores, quando escrevia (*Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 114) que a condução das canas se fazia "nas barcas *sem vela*, com quatro varas que servem em lugar de remos nas mãos de outros tantos marinheiros, e o arrais que vem ao leme", sendo para isso necessárias "duas barcas capazes como as que chamam *rodeiras*". Nos engenhos propriamente de beira-mar usava-se a vela mesmo para o transporte de canas. E o mesmo Antonil (pág. 68) falando do que exige um engenho, menciona: "barcos, *velame*, cabos, cordas e breu". — Aliás no testamento de Mem de Sá encontramos essa diferenciação dos barcos com e sem velas por servirem no rio. No rol dos bens se incluem: "dous barquos menos, e mais pequeno tem aparelho de véla e lone e o mais necessario e o outro não tem aparelho por servir no rio; huma canoa piquena de trazer farinha da rosa; huma canoa mayor que tem o vaqueiro em seu poder". (Vide Wanderley Pinho, "Testamento de Mem de Sá", pág. 106). — Frei Vicente diz que tendo a Bahia cinqüenta engenhos, "todos têm seus esteiros e portos particulares; nem há terra que tenha tantos caminhos por onde se navega" (*História do Brasil*, pág. 102). — Numa carta do Senado da Câmara da Bahia a Sua Majestade, datada de 28 de julho de 1704, se lê: "todos os açúcares, tabaco, couramas, madeira, e materiais para as obras desta cidade, farinhas e mais viveres se conduzem por mar de vários portos do Recôncavo para esta Cidade, para o que são necessárias mais de trezentas embarcações que se compõem de barcas grandes, barcos, lanchas e saveiros". (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador. Cartas do Senado a Sua

Majestade, Livro nº 115, armário 62, fls. 158 verso). — "O Comércio na Bahia é amplo e variado, tanto o interior como o exterior. É uma coisa bela ver aportar aos cais da Bahia mais de 40 embarcações pequenas cada dia carregadas de víveres e de todo o necessário para o uso da cidade". (José da Silva Lisboa, Carta a Domingos Vandelli, *An. Bibl. Nac.*, vol. 32, pág. 504).

(2) Vide "Coleção Conselho Ultramarino", Manuscrito do Inst. Hist. Bras., vol. 20, pág. 229.

(3) O gosto pelas cavalhadas trouxeram-no do Reino os portugueses que não demoraram em dar esses espetáculos. Gabriel Soares, ao descrever a Cidade do Salvador em 1584, chega ao "Terreiro", "terreiro mui bem assentado e grande, aonde se representam as festas a cavalo, por ser maior que a praça" (*Tratado*, pág. 11). — Havia então grande quantidade de cavalos na Bahia: "As éguas foram à Bahia do Cabo Verde das quais se inçou a terra", o preço, pela abundância delas, baixara de 60\$000 e mais para 12\$000 e 10\$000, havendo quem tivesse quarenta e cinqüenta éguas. A Bahia vendia cavalos para Pernambuco a bom preço — 200, 300 cruzados e a mais (*Tratado*, pág. 144). — Há numerosos documentos da exportação de cavalos da Bahia para a África durante o período colonial.

(4) Aliás Gabriel Soares, arrolando as forças militares que podiam ser convocadas à defesa da Cidade do Salvador, diz: "terá esta cidade oitocentos vizinhos, pouco mais ou menos, e por fora dela, em todos os recôncavos da Bahia, haverá mais de dois mil vizinhos, dentre os quais e os da cidade se pode ajuntar, quando cumprir, quinhentos homens de cavalo e mais de dois mil de pé". (*Tratado*, pág. 109).

(5) Gabriel Soares deixou assinalado esse papel das florestas e matos de em torno à Cidade por aqueles primitivos tempos da Bahia. Falando de como podia defender-se facilmente a Cidade, diz que, ocorrendo a gente do Recôncavo "se pode fazer muito dano a muitos homens de armas, que saírem em terra aonde se terão de achar mui embaraçados e pejados por entre o mato que é muito cego". (*Tratado*, pág. 117).

— "...esta cidade não pode aguardar sítio, e as verdadeiras muralhas não de ser os peitos dos soldados, aguardando o inimigo na campanha, porque ainda que venha com mais poder é a terra tão coberta que nem se podem formar à maneira das nossas; e fazendo-lhes emboscada nos passos estreitos se destrói facilmente. — Esta cidade não pode aguardar sítio, a razão é mais que como é tão populosa de moradores e se sustentam de farinhas e vacas: a farinha vem por mar e quaisquer embarcações que estejam na Bahia suspendem vir este mantimento, que sem ele se não pode viver, e ainda que se façam armazéns para se prevenirem, é tanta a umidade e quentura que brevemente se corrompem. — As vacas vêm do sertão e pondo-se de sítio esta praça não deixa passar o gado, nem entre as fortificações e a cidade há capacidade para pastarem, e invadida dos mantimentos não fica capaz de aguardar sítio, nem há meios de se recolherem dentro. Com que me parecem que as fortificações se concertam de torrão..." (Carta de Ant^o Luís da Câmara Coutinho, 17 de julho de 1691, a Mendo de Tois, *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 71, págs. 41/42).

(6) Vide carta do Governador Câmara Coutinho ao Rei, de 20 de julho de 1693, in *Docs. Hist.*, vol. 34, págs. 154/155, e carta do Rei, de 21 de abril de 1702, in *Docs. Hist.*, vol. 34, pág. 205.

(7) Vide ofício de D. Fernando José de Portugal, de 11 de junho de 1791, in *An. da Bibl. Nac.*, vol. 34, pág. 219.

(8) Gabriel Soares dizia (1584) que na Bahia havia serradores, carpinteiros de machado e carpinteiros da ribeira, portugueses e mestiços — “os quais se ocupam em fazer navios que na terra fazem, caravelões, barcas de engenho e barcos de toda sorte” (*Tratado*, pág. 323). A madeira desses barcos, como seus mastros, era tirada à beira d’água; das terras da Bahia se tiravam também enxárcias, cordoalha, vergas, bombas, e as próprias velas de muitas dessas embarcações na Bahia se teciam dos algodões ali colhidos: quando não houvesse velas de lonas e pano de treu, fácil seria tê-las de algodão que não faltava na Bahia — “do qual podem fazer grandes teais de pano grosso, que é muito bom para velas, de muita dura e muito leves, de que andam velejados os navios e barcos da costa; e dentro da Bahia trazem muitos barcos as velas de pano de algodão, que se fia na terra para o que há muitas tecedeiras, que se ocupam em tecer teais de algodão que se gastam em vestidos dos índios, escravos de Guiné e outra muita gente branca de trabalho”. (*Tratado*, pág. 325) — Determinações e estímulos reais às construções navais na Bahia são antigos e numerosos. Vide *História da Colonização Portuguesa*, vol. III, pág. 358.

(9) Estas embarcações serviam também a outro vizinho engenho do Conde de Passé, o Engenho Matoim, e no inventário de 1877 estavam reduzidas a “um saveiro com todos os seus pertences, panos, cabos e ferros em bom uso” (1:000\$000); “um barco enalhado sem panos de qualidade alguma, precisando de conserto (e que pertence ao engenho Pindoba)” (800\$000). — O autor do “Discurso Preliminar” dizia que para um engenho de capacidade de produção de cem caixas anuais havia necessidade de dois barcos para conduzir as lenhas que vêm de longe. (*An. Bibl. Nac.*, vol. 27, pág. 292).

(10) No inventário de 1877 figuram somente “sete carros arruinados” (140\$000). — Numa carta do Senado da Câmara da Bahia a Sua Majestade de 28 de julho de 1704 lê-se que cada senhor de engenho necessitava de seis carros e cada lavrador de cana e de tabaco ao menos dois — “por este modo são necessários para cima de seis mil carros atuais aos Engenhos para conduzir lenha e cana que têm as fazendas próprias, aos lavradores de canas para as levarem aos engenhos que lhes moem, os dos tabacos para carregar mantimentos” (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Cartas do Senado a Sua Majestade, nº 115, armário 62, fls. 158 verso).

(11) Rezava o regimento dos Provedores da Fazenda d’El-Rei, de 17 de dezembro de 1548: “quando os ditos lavradores ou pessoas que deles comprarem açuques os quiserem carregar podelas am levar por mar ou por terra pelos ditos spritos a allfandegua do lugar onde se ouverem de carregar e tanto que la chegarem o provedor e almoxarife verão os ditos açuques e os despacharão e vindo os ditos açuques já encaixados o dito provedor dará juramento as pessoas cujo o dito açuque for que decrete se he branco se de melles ou remeles e per omens que o entendão fará estimar as ditas caixas dando-lhe primeiro juramento dos santos avangelhos que estimem os mais juntamentos que poderem quantas arrobas vem em cada caixa pela dita estimação sendo as partes comentes se avera a dizima em açuques encaixados e empapelados...” (*História da Colonização Portuguesa*, vol. III, pág. 356).

Em 23 de março de 1687, o Rei baixava alvará em que ordenava "que em todas as caixas e fechos de açúcar se ponha uma marca de fogo nos engenhos aonde se fabricarem, e além delas umas letras também de fogo para que se não misturem os açúcares na qualidade deles" (Apud Carta Régia de 24 de março de 1687, in *Docs. Hist.*, vol. 68, pág. 167). — Sobre marcas nas caixas de açúcar, vide Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, págs. 160, 166; *Docs. Hist.*, vol. 8, págs. 91, 98, 239, 418; *An. Arq. Públ. Bahia*, vol. I, pág. 125. — As caixas nem sempre acondicionavam bem os açúcares. Havia senhores de engenho que os exportavam em caixas de madeira verde, e isso prejudicava a mercadoria, que assim tinha "menos saca pelos estrangeiros". Uma carta régia, a de 15 de fevereiro de 1628, procurava isso obviar, determinando ao Governador providências e para que os açúcares se não metam em caixas de madeira verde". Vide *Docs. Hist.*, vol. 68, pág. 196 e carta régia semelhante de 15 de dez. de 1687 — *Docs. Hist.*, vol. 68, pág. 208.

Num comboio de abril de 1750, composto de vinte e sete embarcações, enquanto eram transportadas dez mil quinhentas e vinte e quatro caixas, conduziam-se mil e sessenta e três fechos, e apenas cento e setenta e nove caras. (Acioli-Brás do Amaral, *Memórias Históricas*, vol. III, págs. 50/51.) — Nos porões da nau "Nossa Senhora das Neves e Sant'Ana", em 18 de maio de 1757, era conduzido açúcar em barris: doze fechos, trinta caixas, trinta barris. (Caldas, "Notícia de toda a Capitania". *Rev. Inst. Hist. Bahia*, vol. 57, pág. 233). — No comboio de maio de 1798, de quarenta embarcações conduziam-se quatorze mil trezentas e noventa e três caixas e somente seiscentos e sessenta e quatro fechos e trinta cavas num total de seiscentas e cinco mil quatrocentas e trinta e três arrobas. (Acioli-Brás do Amaral, *Memórias Históricas*, vol. III, págs. 50/51). — Em 1755, os fechos continham dez e quatorze arrobas (Caldas — "Notícia"). — Em 1660, um fecho continha vinte e sete arrobas. (*Docs. Hist.*, vol. 62, pág. 318).

(12) É de notar a altíssima arrobação das caixas segundo os dados da "Representação". Noutros documentos se fala em caixas de 40, 42, 45 arrobas. — Em 1626, na vereação de 7 de fevereiro, mandava-se prender a dois donos de trapiches desobedientes ao pregão anteriormente lançado para que nenhum negro ganhador levasse mais do que um vintém de cada caixa de açúcar que metessem e tirassem nos seus trapiches como sempre se usou este costume" (Vide "Atas da Câmara, 1625-1641", 1º vol., pág. 20). — As taxas cobradas pelos donos de trapiches por armazenarem açúcar eram fixadas pela Câmara, em 22 de janeiro de 1628, pela maneira seguinte: "assentaram com eles (F. e F. donos de trapiches) que levariam por cada caixa de açúcar que se metesse no trapiche a dois vinténs pelo primeiro mês, e se estiverem mais tempo do dito mês levarão mais um vintém por cada caixa por cada mês, além dos ditos dois vinténs e isto se entenderá tanto que entrar em outro mês, assim que levarão um vintém por cada mês que hão de levar dois". (Vide "Atas da Câmara, 1625-1641", 1º vol., pág. 86). — No estudo de D. Clemente Maria Nigra sobre a "Antiga Fazenda de São Bento em Iguaçú", publicado na *Rev. do Patrimônio Hist. e Art. Nac.*, nº 7, ao falar em caixas de açúcar em 1673, diz em nota: "já nesse tempo uma caixa de açúcar pesava geralmente quarenta arrobas; mais tarde, quando tentaram aumentar este peso, o Rei D. Pedro II determinou: E assim fui servido determinar para que nenhuma caixa de asuquera pudesse ter mais que corenta arobas de peso entrando nela a madeyra da caixa. (Carta Régia de 24 de novembro de 1698, Arq. Nac., Livro 7, do Registro Antigo, 1690-1702, pág. 67). — Mas num inventário publicado

nesse estudo, datado de 1685, há menção de caixas de açúcar de vários pesos — de menos, sempre, que quarenta arrobas.

(13) Em 1722 o Senado da Câmara da Bahia fora consultado sobre a diminuição de capacidade das caixas de açúcar para trinta e cinco arrobas, e respondia que os senhores de engenho e lavradores achavam nisso vários inconvenientes. Um destes era ter-se que aumentar número de caixões por safra, já custando eles grandes ou pequenos 1\$200, e havendo dificuldade de se os obter por "falta de paus que tenham a grossura que pedem os caixões, procurando-se já pelo interior dos matos"; outro o aumento da despesa de fretes e conduções para maior número de caixas sendo a mesma a arrobação conduzida. (Carta escrita ao Vice-rei a 22 de julho de 1722, Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Offícios ao Governo, nº 1, armário 63, fls. 84). — Houve insistência sobre este assunto, porque os senhores de engenho não obedeceram à determinação real. Sua Majestade se dirigia ao Vice-Rei em carta datada de 8 de março de 1728, pedindo explicação "sobre se não ter executado a sua Real Ordem". O Senado da Câmara, entre protestos de fidelidade e obediência à Coroa, dizia: "são tantos e de tão graves conseqüências os inconvenientes que há de se fabricarem nesta conquista da Bahia as caixas de açúcar proporcionadas somente ao peso de trinta e cinco arrobas, na forma da ordem de Sua Majestade que da sua observância não só resultam muitos prejuizos aos Senhores de Engenho e aos do Comércio, mas também ao Real Serviço e Fazenda". No momento a maior parte das caixas era de trinta e oito até quarenta e três arrobas. Fazê-las de menor arrobação trazia maiores despesas. "As caixas ou sejam grandes ou pequenas de mais ou menos peso custam no tempo presente a dois mil e quatrocentos réis, aos quais, juntando-se o valor dos pregos, os gastos da condução dos fretes e do trapiche até se lhe dar saída nesta cidade importa em oito mil réis a despesa de cada caixa, a esta também se deve adir as maiorias que nas ocasiões de partida das frotas chegam a despender quando, ou pelo rigor do inverno que lhes impede o transporte, ou pela brevidade do tempo que lhes apressa a carga, precisamente, as hão de fazer conduzir a todo custo que ordinariamente passa de doze mil réis, além dos grandes incômodos que experimentam de as conduzir em semelhante tempo em que é maior a perda do que a conveniência". E havia maiores despesas e trabalho na *carretagem*, em sendo maior o número de caixas. Sofreria também o serviço real, a fazenda real e o bom expediente das frotas. Acrescentando-se tantas despesas e prejuizos aos senhores de engenho aumentava-se-lhes a "ruína anual" que já experimentavam com "a morte dos escravos, com a perda de bois e cavalos e com a falta de outras fábricas, necessárias à sua conservação". Ficariam em condição de não poder sustentar suas fábricas, entretanto era certo que "tantos mais Engenhos houverssem que fabriquem açúcar no Brasil quantos maiores interesses logrará a Coroa de Sua Majestade nos seus Contratos dos Dizimos e das Alfândegas". Cresceria também a despesa do comércio em transportes, descargas e guindagens. "Porém sobre todos os inconvenientes que mais se deve ponderar é o que se experimenta na Carga das frotas, pois estas ordinariamente costumam chegar a este porto na maior estação do inverno quando as Caixas ainda se acham nos Engenhos, e os Caminhos incapazes de se conduzirem pela "cassidão" da terra, enchetes dos rios em tanto extremo que até o último dia da estada da Frota nesta Bahia, se transportam Caixas dos trapiches do Recôncavo e no da sua partida já feitos a vela os Navios ainda recebem carga. Mas como toda esta diligência em que Vossa Excelência com vigilante zelo do Serviço de Sua Majestade e em benefício deste País, que eternamente fará memória das prosperi-

dades que logra auxiliadas da affluente magnanimidade de Vossa Excelência, emprega todo o seu cuidado, não deixam de ficar caixas fora em razão da pouca demora das Frotas, e essas teriam maior dilatação se as caixas não fossem menos a respeito da maioria do peso da qual é certo seguir-se conveniência ao serviço de Sua Majestade, por se não retardar a frota, o que poderá succeder em prejuizo de sua Real Fazenda não se fazendo as Caixas com a dita maioria pelo acrescimo das que hão de produzir as arrobas que vão de trinta e cinco a quarenta, e a quarenta e três". (Carta-informação do Senado da Câmara ao Vice-rei datada de 18 de maio de 1729 e subscripta por João de Couros Carneiro, *Wenceslau Pereira da Silva*, João de Brito e Lima, João Gaioso de Peralta, Jacinto Ferreira Feio de Faria, Domingos Lucas de Aguiar — Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Offícios do Governo, nº 1, fls. 262 verso). — Numa carta da Câmara da Vila de Santo Amaro à da Cidade do Salvador, datada de 23 de junho de 1751, se sugeria um pedido para a Corte no sentido de além do preço do açúcar "se paguem os caixões ao lavrador de açúcar o preço de mil e seiscentos por caixão, os fechos a quatrocentos réis, em que se gasta, e se perde considerável cabedal todos os anos, em atenção de ficarem estes cativos e não salvos no preço do açúcar". (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Cartas do Senado aos Governos das Vilas e Capitánias).

(14) Vide Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, vol. I, pág. 121. Vale notar ainda que em nenhum dos inventários aparece "casa de farinha". Apesar da velha obrigação dos senhores de engenho plantarem um certo número de covas de mandioca, continuavam a comprar, ao invés de produzir farinhas. Sobre isso vide Vilhena, vol. I, pág. 159. — "As grandes distâncias donde são trazidas as reses para o consumo, e principalmente as dificuldades causadas pelo transporte por ocasião de grandes secas tornam desejável que agricultores instruídos aumentem o gado nos campos e catingas das comarcas vizinhas. Atualmente a Bahia recebe o seu gado vacum dos campos do Rio Pardo, Ressaca e Valo, entre o Rio Pardo e o Rio de Contas e principalmente da Província do Piauí donde vem pela estrada de Juazeiro. Durante uma longa falta de chuvas os donos dessas boiadas comumente perdem a metade do gado e a Cidade sente a falta de carne fresca..." (Spix e Martius, *Através da Bahia*, pág. 84). — "A cultura de farinha parte é feita nas Ilhas da Bahia acima mencionadas e parte é feita principalmente na Vila de Nazaré acima do rio Jaguaripe, que vem desembocar à Bahia. Só nela se faz uma feira aos sábados em que se vendem dez até doze mil alqueires, que são o triplo dos de Portugal. Porém nada aprovisiona a cidade como as sumacas que vêm do sul, que costumam trazer seis mil alqueires; sobretudo das vilas de Porto Seguro, São Mateus, Rio das Contas, etc." (Carta de José da Silva Lisboa a Domingos Vandelli (1781), *An. Bibl. Nac.*, vol. 32, pág. 503). — "Esta província não tem em si com que possa sustentar por três meses seus habitantes sem o socorro e auxílio de Portugal, dos países estrangeiros e das outras províncias longínquas do Brasil; apesar de suas costas de mar e rios serem abundantes de excelente peixe e a terra facilmente se prestar a todas as produções. O Rio Grande nos fornece anualmente de 600.000 arrobas de carne-seca, produto de 120.000 bois que mata por ano com destino para a Bahia... O Piauí nos envia todos os anos 20.000 bois que se cortam nos açougues; as mesmas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Ilha de Santa Catarina, nos remetem algumas vezes farinha de mandioca, milho, feijão, arroz, toucinho e peixes salgados"... "Estamos vendo nas vizinhanças desta cidade e no Recôncavo terrenos baldios que a pretexto de encapelados (que todos se devem abolir) se não podem vender e alienar, nem

se cultivam, porque dizem seus indolentes *usufrutuários* que o terreno é estéril; mas o não será certamente para criação de cabras". (Joaquim José da Silva Maia, "A Agricultura na Bahia", *Semanário Cívico*, nº 26 de 23 de agosto de 1821).

(15) Gabriel Soares informava em 1584 que as terras fracas do Recôncavo destinavam-se ou eram utilizadas na criação de gado. Fala ele dos numerosos rebanhos dos jesuítas: "têm muitos currais de vacas onde se afirma que trazem mais de duas mil vacas de ventre" (pág. 112 do *Tratado*), porém não situa esses currais. Refere-se a um curral de vacas de Garcia Dávila na ponta de Itapagipe (pág. 121) e a outro em Pirajá pertencente a João de Barros Cardoso e perto de seu engenho (pág. 122). No Acum ou Acupe o Conde de Linhares também tinha "um formoso curral de vacas", aliás em terras em que podiam fazer-se engenhos (pág. 131). Seguindo em busca da Barra do Paraguaçu em terras da Saubara, descreve Gabriel Soares: "do cabo desta terra do Conde à boca do Rio Paraguaçu são três ou quatro léguas despovoadas de fazendas por a terra ser fraca e não servir para mais que para criação de vacas, onde estão alguns currais delas" (pág. 31); as terras marginais do Paraguaçu até a ilha dos Franceses "que são duas léguas é a terra alta e fraca é mal povoada, salvo de alguns currais de vacas" (pág. 131); ainda certo trecho do Iguape "é a terra fraca e não serve senão para currais de vacas" (pág. 132); a costa de Jaguaripe na direção da ilha da Pedra estava povoada de "currais de vacas e fazendas de gente pobre" (pág. 135) e "virando da boca do Jaguaripe para cima, daí a duas léguas é a terra mui fraca que não serve senão para vacas e roças de mantimentos" (pág. 135); em Jaguaripe, defronte da ilha de Fernão Vaz, a terra era "rasa e de areia que não serve para mais que para lenha dos mesmos engenhos" (pág. 136); da ponta da barra do Jaguaripe ao rio de Juquirijape a terra era "baixa e fraca com pouco matto... não serve para mais que para criações de vacas" (pág. 138); do rio Juquirijape acima "a terra é fraca e pela mor parte de campinas como muitos alagadiços, terra boa para vacas" (pág. 138).

AS FAZENDAS DO SERTÃO



S Rochas Pitas obtiveram, em várias regiões, sesmarias — terras por eles povoadas ou cuja descoberta se fizera à sua custa. Daí a razão das fazendas catalogadas no inventário do Capitão-mor Cristóvão se espalharem por diversas Capitânicas, hoje Estados (1).

No Piauí situava-se a fazenda da *Porta*, na Ribeira de Itaim, Termo da Cidade de Oeiras, onde era procurador do Capitão-mor e de seus interesses o administrador daquela fazenda — Joaquim de

Sousa Martins, irmão do Barão e depois Visconde da Parnaíba. Reunia três mil cabeças de gado, além de duzentas éguas e cavalos e bois da fábrica. Também no Piauí estava a fazenda *Serra* com seus “retiros, logradouros e veredas”, contendo mil cabeças de gado; a da *Taboa* com trezentas cabeças de gado e setenta éguas; a do *Jenipapo* com quinhentas cabeças; e a da *Maria Preta* com mil e duzentas cabeças.

Em Pernambuco, no “termo da Vila de Flores, comarca do Sertão”, tinha o acervo inventariado a fazenda *Três Irmãos*, com casas, currais, quatorze escravos, duzentas cabeças de gado; e a *São Francisco* com sete escravos, quatrocentas cabeças de gado vacum e trinta e sete do cavalari; na Ribeira de Pajauí, Termo do Julgado de Paracatu na nova Comarca do Sertão de Cabrobó, a fazenda das *Pedras* com casa, cercado, currais, sete escravos, trezentas cabeças de gado; a *Jardim* com currais, casa, cinco escravos, setenta cabeças de gado; a *Currãozinho* com seis escravos e trezentas e quarenta cabeças, e a *Cerrinho* com dois escravos e duzentas cabeças de gado.

No Rio Grande do Norte (o inventário diz Paraíba) “no sertão do Açú, no termo da Vila de Princesa” encontrava-se a fazenda *Caó* com um escravo e duzentas e vinte e nove cabeças de gado vacum e cavalari; a do *Sacramento* com dois escravos e seiscentas e sessenta cabeças de gado vacum e cavalari; a fazenda *Itu* com um escravo e quatrocentas e sessenta e quatro cabeças de gado vacum e cavalari; a *Malheiros* com duzentas e nove cabeças de gado vacum e cavalari; a do *Estreito* com dois escravos e duzentas e cinqüenta e seis cabeças de gado vacum e cavalari e a do *Olho-d'água* com dez escravos e duzentas e cinqüenta e quatro cabeças de gado vacum e cavalari. (2)

No sertão da Bahia, “no termo de São José da Barra do Gentio de Sento Sé”, “perto do arraial da passagem do Juazeiro”, “comarca da Vila de Santo Antônio da Jacobina”, havia a fazenda *Lajes* em terras do Morgado da Casa da Torre, com seiscentas e vinte e cinco cabeças de gado e onze cavalos. (3)

Tinha ainda o acervo outras fazendas no Rio Grande do Norte, havendo o inventariante declarado, em 1840, ter o governo daquela província dado de aforamento, como se fossem terras maninhas ou nacionais, uma porção de terras pertencentes às fazendas Olho-d'água, Catinga, Canto dos Cavalos, etc.

Todas essas fazendas são marcos da expansão povoadora do nordeste e centro-norte do Brasil irradiada da Bahia, ou de origem baiana.

Já ao falarmos de Antônio da Rocha Pita, bisavô do Capitão-mor Cristóvão, documentamos como em carta régia era considerado um dos quatro grandes latifundiários baianos, de par com a casa da Torre: Guedes de Brito, Barbosa Leal, Domingos Afonso Sertão.

Simão da Fonseca Pita, neto deste Antônio da Rocha Pita e tio do Capitão-mor, que lhe herdou parte da fortuna em terras, figura como requerente de várias sesmarias nos sertões da Paraíba, como podemos ver no livro de João de Lyra Tavares, *Contribuições para a História Territorial da Paraíba* (4), e em dados requerimentos fala de seus antepassados (5).

Algumas das fazendas vieram ao domínio e posse do Capitão-mor por essas sucessões, mas outras eram sesmarias por ele mesmo pedidas: em 4 de março de 1768 (Sacos e Olhos-d'água), 6 de junho de 1768 (Estreito), 2 de março de 1781, 29 de dezembro de 1780, 28 de janeiro de 1771. Em certos casos a solicitação da sesmaria visava a regularizar situações anteriores, pois Cristóvão da Rocha Pita, “morador no seu engenho do Caboto” (1768) ora alegava ser “senhor e possuidor de um sítio”, “cuja terra estava o suplicante

de posse por si e seus antepassados”, ora que “está dominando um sítio com gado”, ora que possui um sítio de terras para gados, que lhe tocou por formal de partilha e do qual não pode descobrir sesmaria, e para melhor título quer nova data para requerer confirmação, ora que possui um sítio que herdou de seu tio Simão da Fonseca Pita, etc. (6)

Se quanto às fazendas em Pernambuco não coligimos documentos que possam manifestar a filiação e origem de posse e domínio de Cristóvão da Rocha Pita, sendo de crer lhe viessem por via de herança, talvez do bisavô Antônio da Rocha Pita, talvez do tio Simão da Fonseca Pita; sobre as do Piauí encontramos indicações interessantes na “Descrição do certão do Peauhy Remetida ao Illm.º e Revm.º Sor. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernamco”, assinada pelo padre Miguel Couto e datada de 2 de março de 1697, que Ernesto Enes publicou em *As Guerras nos Palmares* (7).

Enumerando as povoações para a parte do norte, “da outra banda do Canindé”, diz o padre Couto: “o primeiro riacho que entra no Canindé na banda do norte e se chama Itaim-mirim corre também de nascente ao poente; no tempo da seca em que não há chuvas fica seco e cortado em poços à beira dos quais estão situadas as fazendas de gado seguintes: 1.ª) a primeira fazenda que tem na cabeceira se chama o *Jenipapo*, está nela Francisco Gil dos Reis com três negros, dista da que se segue duas léguas; 2.ª) a segunda se chama *Taboa*, está nela Paulo Ferreira de Azevedo com dois negros, dista da que se segue uma légua; 3.ª) a terceira se chama a *Serra*, está nela Estêvão Borges e Antônio Nunes com uma mulata e dois negros, dista da que se segue três léguas; 4.ª) a quarta se chama a *Forta*, está nela o capitão Antônio de Antas de Azevedo, Baltazar da Gama de Azevedo e Fernando Velho da Gama com quatro negros, dista da seguinte duas léguas” (8).

São justamente as fazendas Torta, Porta, ou Forta, Taboa, Serra, Jenipapo, situadas na Ribeira de Itaim e arroladas e avaliadas no inventário do Capitão-mor Rocha Pita, que, em 1697, no dizer da “Descrição” do padre Couto, pertenciam a Domingos Afonso Sertão ou a Leonor Pereira Marinho (9) todas as quais, no correr do inventário dos bens do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita, foram vendidas ao Barão, depois Visconde da Parnaíba, em 31 de outubro de 1837, por 75:000\$000.

Notas do capítulo:

(1) Cristóvão da Rocha Pita ao que parece se associava a outros sertanistas. Homem de capitais financiava entradas, crescendo por esse modo os seus domínios. No seu inventário aparece uma dívida sua (1:309\$) como abonador de Romão Fr. Gramacho, um sertanista cujo nome ficou na geografia baiana, e cuja memória está ligada à arquitetura religiosa na Bahia. No sertão, entre Morro do Chapéu e Irecê, encontra-se a "Vereda de Romão Gramacho", e foi quem, segundo a tradição popular, mandou erigir as matrizes de Humildes, na Feira de Santana, e de Oliveira dos Campinhos, em Santo Amaro, este um belo espécime de templo setecentista baiano.

(2) O Dr. Nestor Lima, presidente do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, forneceu ao autor as seguintes informações sobre as fazendas inventariadas no acervo do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita: "As fazendas *Caó* (ou *Cuó*), *Sacramento* e *Itu* estão localizadas à margem direita do rio Açu, no município de Santana dos Matos, do Estado do Rio Grande do Norte. As fazendas *Malheiro*, *Catinga* e *Canto dos Cavalos* estão também localizadas à margem direita do rio Açu, no atual município de Angicos, deste mesmo Estado. As fazendas *Olho-d'água* e *Saco* estão à margem esquerda do rio Açu, no município deste nome neste Estado. E a fazenda *Estreito*, no município de Macau, à margem direita do rio Açu, deste Estado." ... "Constam dos registros das sesmarias existentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte as seguintes datas concedidas aos Rocha Pita: 1º) *Data de Campo Grande, Três Irmãos e Aguamaré*: João de Teive Barreto de Menezes, a 24 de março de 1734, concedeu na Ribeira do Apodi, em Pau dos Ferros, uma sesmaria a Dinis da Rocha Pita Deus Dará, Luís da Rocha Pita, Francisco da Rocha Pita e D. Maria Joana Inácio Gomes Câmara. — 2º) *Data da Ilha do Sabugi*: Joaquim Feliz de Lima concedeu, a 21 de fevereiro de 1781, a Cristóvão da Rocha Pita, uma sesmaria na Ribeira do Açu." ... "É grande o desdobramento das terras que foram dos Rocha Pita nesta então Província e Capitania. "Cuó" ou "Caó" pertence hoje a Manuel da Fonseca Nobre que a adquiriu aos herdeiros ou filhos do Cel. Luís Antônio Ferreira Souto (meu avô materno) e este houve de seus antecessores em herança. Suponho que houveram estes a terra dos filhos de Cristóvão da Rocha Pita. "Sacramento" é hoje um mundo de propriedades entre outras "Veneza" do Dr. Ernesto Emílio da Fonseca, "Ubarana" do mesmo e de outros herdeiros do Cel. Manuel Lins Wanderlei, como sejam Minervino Wanderlei, Maria Wanderlei, Beatriz Wanderlei, Minerva Wanderlei e outros, filhos do finado Minervino Wanderlei, do Açu. "Itu" pertence hoje ao Dr. Pedro Soares de Araújo Amorim e major Manuel de Melo Montenegro Pessoa, que houveram por herança do Cel. Ovídio de Melo Montenegro Pessoa, sogro e pai dos atuais donos e que por sua vez herdou do Cel. Manuel de Melo Montenegro Pessoa, comprador, por escritura de 22 de setembro de 1845, a três filhas de Cristóvão da Rocha Pita. "Malheiro" está atualmente subdividido entre trinta proprietários em mil braças de terra. "Estreito" é hoje de José dos Santos e outros muitos donos. "Olho-d'água" pertence aos herdeiros de Justiniano Lins Caldas. "Catinga" não conserva hoje o mesmo nome primitivo e é ignorado o seu dono atual. "Canto dos Cavalos" idem, idem. "Saco" pertence em parte a José Paulino de Oliveira e outros herdeiros de Antônio Benevides de Oliveira e a Camilo de Lélis Bezerra". — Acrescenta Nestor Lima

que na zona do Oeste havia também fazendas dos Rochas Pitas, a respeito das quais se originou a demanda entre Rochas Pitas e Nogueiras, muito conhecida naquelas paragens nordestinas. E cita alguns documentos: "O capitão Antônio Rocha Pita dirigiu ao Ouvidor Geral Dr. Cristóvão Soares Reimão a seguinte petição: "Sr. Dr. Ouvidor Geral. Diz Antônio da Rocha Pita, morador nesta cidade, que, sendo senhor e possuidor de muitas partes de terra na Ribeira do Rio Podi ou Poti e Lagoa do guerreiro Itaú, no Rio Grande do Norte, por compra feita aos mesmos Nogueiras, e estando ele nesta mansa e pacífica posse, a sua notícia, e vendo que o sargento Manuel Nogueira Ferreira e seus parentes os pretendem perturbar espalhando vaquejadas, edificando povoação em terras próprias, quando devia fazê-lo no lado esquerdo da lagoa do Itaú, onde existe a taba da tribo dos Payacus vilada há muitos anos pelo ouvidor Marinho, vem o suplicante pedir a V. Ex. para fazer notificar, para que dentro de suas terras não tragam ms. os suppdos vaquejadas, nem façam picadas, nem por si ou por interposta pessoa, sendo condenados a duzentos mil réis e degredo por cada vez que assim perturbaram o suplicante em suas posses. Termos em que: P. a V. Excía. lhe faça mandar desde já notificar aos suppdos por tudo referido e condenação declarada (Despacho) P. mdo. em tras. (a) Reimão. Bahia, três de fevereiro de mil setecentos e três". — "A 10 de setembro de 1704, em audiência, foram entregues os autos da questão ao Des. Reimão e a seu escrivão Alberto Pimentel pelo advogado dos Nogueiras, Carlos da Rocha, no lugar Mopebu (hoje São José de Mipibú) no Rio Grande do Norte — A 3 de março de 1708, o desembargador, Reimão publicou a sentença da causa, julgando não provados os embargos dos Rocha Pita e provados os dos hereus Gonçalo de Castro e outros "visto os autos e disposições de direito". Na sentença foi confirmada a data dos contrários e havidá por nenhuma a dos Rocha Pita. Houve apelação para o Tribunal de Lisboa que por decisão de 29 de julho de 1713, pelos juizes Amaral e Dr. Ferreira Suderal, com vista do Procurador da Coroa, Rls., proferiu a confirmação". — Sobre Nogueiras e Rochas Pitas vide *Docs. Hist.*, vol. 69, pág. 306.

(3) Há alusão a estas fazendas foreiras à Casa da Torre, no testamento de Garcia Dávila Pereira de Aragão, genro do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita. Declara o testador ter-se casado com sua prima, filha daquele Capitão-mor "sem que houvesse dote algum, antes seu pai e meu sogro me deve várias rendas dos sítios que ocupa em terras de meu morgado, que os meus herdeiros, querendo, poderão ajustá-las".

(4) São concessões de 3 de junho de 1751 no sertão das Piranhas — três léguas de comprido e uma de largo; de 21 de julho de 1753, também no sertão das Piranhas — três léguas de comprido a uma de largo ou légua e meia em quadro; de 10 de janeiro de 1759, no sertão das Piranhas — três léguas de comprimento e uma de largo; de 11 de janeiro de 1759, no rio das Piranhas, na serra dos Boqueirões ou de João do Vale — três léguas ao longo da serra e três, pelo rio das Piranhas abaixo, com a largura que se achasse; de 19 de fevereiro de 1759, no sertão das Piranhas — três léguas de comprido ao pé da serra chamada Timbaíba e riacho das Piranhas. — Vide João de Lyra Tavares, *Contribuições para a História Territorial da Paraíba*, págs. 232, 262, 263, 267.

(5) Num requerimento declarava o peticionário ter "descoberto à custa de sua fazenda" as terras que pedia; noutro que "estava possuindo e dominando... a mais de quarenta anos... por herança de seu pai defunto Antônio da Rocha Pita Deusará" solicitando a sesmaria "para se livrar de dúvidas para o futuro";

noutro que "descobriu à custa de sua fazenda há muitos anos" e "logo que as descobriu as cultivara e metera gados vacum e cavalares"; noutro ainda que era "senhor e possuidor... que houvera do defunto seu irmão Luís da Rocha Pita Deusdará"; ainda noutro que era herdeiro a benefício de inventário do defunto seu irmão Luís da Rocha Pita Deusdará que alcançara em 1742 uma data de sesmaria. — Confrontadas estas concessões, pedidas por Simão da Fonseca Pita, com certas fazendas avaliadas e partilhadas no inventário de seu sobrinho, o Capitão-mor Cristóvão, verificamos a origem da posse e propriedade deste sobre algumas das longínquas terras do Rio Grande, nos sertões de Piranhas e Açú, justamente o território das guerras dos Janduins, aquelas prolongadas lutas afinal terminadas com a paz que negociara João Pais Florião, um dos co-proprietários do engenho "Freguesia", no século XVII.

(6) Vide João de Lyra Tavares, *Contribuições para a História Territorial da Paraíba*, págs. 333, 334, 349, 388, 389, 394.

(7) Vide Ernesto Ennes, *As Guerras nos Palmares*, págs. 370 e 387.

(8) Entre papéis antigos encontram-se documentos relativos aos domínios dos Rochas Pitas no Piauí. Exemplo: a escritura de venda que fazem Dona Antônia Teresa de Sá Pita e o Tenente-coronel Jerônimo Muniz Fiúza Barreto e sua mulher Dona Catarina Josefa de Araújo Pita, este por si e como procurador da dita Dona Antônia Teresa e de seus cunhados o Coronel Manuel de Lima Pereira, por cabeça de sua mulher Dona Maria da Rocha Pita e Dona Antônia Teresa de Sá Pita, Dona Inácia Pereira de Macedo Pita e Dona Francisca da Rocha Pita, de duas fazendas de criar gado chamadas Bonjardim e Almas, sitas no rio Paraíba, distrito da cidade de Oeiras, ao capitão Manuel de Sousa Martins pela quantia de doze mil cruzados na forma e condições que abaixo declara. — 17 de novembro de 1808. — Antônia Teresa era testamenteira e herdeira de seu pai Antônio da Rocha Pita e assina a procuração do Engenho das Pindobas, 16 de novembro de 1808. — Manuel de Lima Pereira (por cabeça de sua mulher Dona Maria da Rocha Pita) assina procuração do Engenho da Praia, 7 de outubro de 1808. — Dona Francisca da Rocha Pita e Inácia Pereira de Macedo Pita assinam procuração do Engenho Matoim, 14 de novembro de 1808. — O alferes Antônio da Cunha Rebelo dá procuração ao capitão Manuel de Sousa Martins para "ajustar compra e assinar escritura de compra e venda da compra que ele outorgante pretende das fazendas das Almas e Bonjardim sitas nesta Ribeira e Freguesia de São Gonçalo de Amarante com os herdeiros do falecido capitão Antônio da Rocha Pita". A procuração foi passada em nota na fazenda Almas, Ribeira da Parnaíba, a 26 de março de 1808. — Na escritura: "comprador o capitão José Antônio da Cunha Rebelo pela pessoa de seu procurador o capitão Antônio de Sousa Martins".

(9) Na "Descrição" lê-se: "os nomes e paragens das fazendas se acham no rol abaixo com a distância de léguas que há de umas às outras e nomes dos homens que nelas estão por arrendamento; de todas estas terras são senhores Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho, que as partem de meias, têm nelas algumas fazendas de gado seu, as mais arrendam a quem lhes quer meter gado, pagando-lhe dezirs de foro por cada sítio, e desta sorte estão introduzidos donatários das terras, sendo só sesmeiros para povoarem com gado seu; entanto que até as igrejas querem apresentar e esta nova queriam fundada debaixo do título de sua, etc."

LAVOURA E PRODUÇÃO



ÀO tendo a felicidade de encontrar esquecidos nalguma gaveta papéis antigos que falem de safras, o cronista há de esbarrar entristecido diante da falta de documentos sobre as lavouras e a produção dos engenhos, que sempre tiveram escrituração deficiente, e quase nenhuma no que concernia a plantações, limpas e colheitas.

No regime do trabalho escravo, a mão-de-obra obrigava a despesas com vestuário, alimentação dos cativos, consertos de senzalas, paga do partido do médico, drogas para botica e enfermaria. Depois da libertação a escrita se fazia em papéis avulsos, folhas de pagamento semanais, de soldada de trabalhadores, papéis que raros senhores ou caixeiros colecionaram. O sistema das tarefas ou empreitadas é relativamente recente e, em tempos mais afastados, era mesmo excepcional, quase todo o serviço feito “a dia”, dependendo o aproveitamento da paga ao trabalhador da maior ou menor fiscalização dos feitores.

Poucos senhores se davam ao luxo de confrontar safras. Guardavam de memória a lembrança das grandes e das maiores para comparações de palestra, não faziam, porém, qualquer nota ou estatística de que haurissem lições e advertências.

O engenho era como se não tivesse unidade ou continuidade no tempo e existisse apenas em cada safra, para renascer na subsequente.

Com tais costumes poucos informes restariam para responder às curiosidades do historiador, que também, quase baldadamente, apela para os papéis públicos.

A maior verba de despesa com lavoura e produção era relativa à escravatura, de aquisição e renovação caras, e dispendiosa manutenção.

Numa época em que tudo se fazia à força de braços, desajudados quase de máquinas e instrumentos, reduzidos estes, nos trabalhos de campo, a enxadas e foices e ao arado para as “enregas”, era necessário um elevado número de escravos.

Fernão Cardim, a falar do que via em 1584, dizia que em cada engenho “de ordinário há seis, oito e mais fogos de brancos e ao menos sessenta escravos que se requerem para o serviço ordinário; mas os mais deles têm cento e duzentos escravos de Guiné e da terra”. E depois de aludir às grandes despesas a que era obrigado o senhor de engenho, acrescenta: “ainda que estes gastos são mui grandes, os rendimentos não são menores, antes mui avantajados porque um engenho lavra no ano quatro ou cinco mil arrobas, que pelo menos valem em Pernambuco cinco mil cruzados e postas no Reino por conta dos mesmos senhores dos engenhos (que não pagam direitos por dez anos de açúcar que mandam por sua conta, e estes dez acabados não pagam mais que meios direitos) valem três em dobro” (1).

Outra antiga informação é a dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* que assegura: “é necessário que tenha cinqüenta peças de escravos de serviço, bons, quinze a vinte juntas de bois com seus carros necessários e aparelhados. . .”

O autor do “Discurso Preliminar”, escrevendo em 1789, dizia que para um engenho de 100.000 cruzados, e que regularmente fabricava cem caixas de açúcar, “salvas e forras para os Senhores”, havia mister cem escravos. “De ordinário se regula uma caixa, umas pelas outras, a quarenta arrobas de açúcar fabricada por cabeça de um escravo em cada um ano”, estimados os escravos, uns pelos outros, em 100\$000 (2).

Cairu, na sua citada carta a Domingos Vandelli, refere em 1781 que uma tarefa de canas dava de dezesseis a vinte pães de açúcar de três até quatro arrobas; podendo fazer-se um preço médio de 1\$000 por arroba, cada tarefa dava pelo menos 48\$000 — e “um proprietário que tem cinqüenta escravos de trabalho constante e regular pode ter sem dificuldade cem tarefas”. E a seguir acrescenta: “um engenho com boas terras, boas matas, bons pastos, com boa fábrica, que tenha oitenta escravos, outro tanto de bois

e cavalos (a não ser engenho d'água) custa de quinhentos até setenta mil cruzados. Há ainda mais custosos em razão da multidão de escravos, abundância e excelência de terras, vizinhança à cidade, etc. Um engenho medíocre v. g. de sessenta mil cruzados, que tenha cinqüenta escravos de trabalho vivo (digo assim porque uma parte dos escravos é aplicada a diferentes usos) pode render, ano comum, segundo o cálculo acima feito, os 5:700\$000 rs. acima indicados, em receita líquida; vantagem esta de que não é difícil achar exemplo na lavoura da Europa... lembro-me do Engenho formidável do Conde, com mais de cento e cinqüenta escravos e imensidade de boas terras no Recôncavo; lembro-me do dos Ilhéus, com duzentos e setenta escravos e um potentado de terrenos" (3).

Abrantes no seu "Ensaio" (1834) conta que em média cada engenho necessitava de oitenta escravos, cem bois, trezentas tarefas de tabuleiro e pastos, cento e cinqüenta tarefas de matos.

Com os cálculos do autor do "Discurso Preliminar" e de Cairu, ainda que de época muito afastada, pois falavam em 1781 e 1789, e as listas de escravos que possuímos do "Engenho Freguesia", de 1811, 1832 e 1877, podemos pelo volume da escravatura deduzir a capacidade de produção daquele engenho.

É de notar que os resultados, segundo uma e outra indicação, são muito diferentes.

Em resumo, na forma do "Discurso Preliminar", cada escravo rendia uma caixa de açúcar em média de quarenta arrobas por caixa, ou seja *um escravo = quarenta arrobas*; Cairu considerava que cinqüenta escravos equivaliam a cem tarefas de canas e como cada tarefa dava quarenta e oito arrobas *um escravo = nove arrobas e meia*.

Assim, na primeira hipótese, o "Engenho Freguesia" tinha a seguinte capacidade: 1811 — oitenta e dois escravos = três mil duzentas e oitenta arrobas; 1832 — trinta e quatro escravos = mil trezentas e sessenta arrobas; 1856 — cento e sessenta e três escravos = seis mil quinhentas e vinte arrobas; 1877 — cento e vinte escravos = quatro mil seiscentas e quarenta arrobas. Na segunda hipótese: em 1811 — oitenta e dois escravos = mil cento e sete arrobas; em 1832 — trinta e quatro escravos = quatrocentas e cinqüenta e nove arrobas; em 1856 — cento e sessenta e três escravos = duas mil e duzentas arrobas; em 1877 — cento e vinte e um escravos = mil seiscentas e trinta e três arrobas.

Assim a produção máxima deduzida é — em 1856, de acordo com o "Discurso", mil seiscentas e trinta caixas de quarenta arrobas; e, conforme Cairu, quinhentas e cinqüenta caixas.

Esta disparidade de resultados atesta o perigo de qualquer conclusão.

Se os papéis da Mesa de Inspeção e de outras repartições tivessem chegado ao nosso conhecimento e estudo, é muito provável pudéssemos levantar um quadro de produção do “Engenho Freguesia” e dos preços pelos quais eram vendidos os açúcares. Na falta desses documentos, havemos de contentar-nos com o pouco que informa José Antônio de Caldas na sua “Notícia Geral De Toda Esta Capitania da Bahia” (4).

Estampa ele uma lista de engenhos com a produção na safra de 1754-1755, tendo-a averiguado pela relação do contrato real dos dízimos.

No rol dos engenhos figura um de grande rendimento no “partido de Santo Amaro” (engenho Cobé? engenho Sapucaia?) pertencente a Luís da Rocha Pita, que produzia — 5.200 *a* 20 branco e 1.767 *a* 18 mascavo, vindo logo abaixo o dos herdeiros de Salvador Pires, com a produção de 3.472 *a* 15 branco e 814 *a* 4 mascavo.

Depois destas grandes capacidades vêm engenhos no “partido de Santo Amaro” com 2.000 *a*, 1.000 *a*, 800 *a*, 600 *a*, 500 *a*. O grande engenho do Conde, que Antonil havia quarenta e quatro anos tanto exaltara, rendia então 2.788 *a* 3 e *a* 16 branco e 1.281 *a* 4 e *a* 8 mascavado.

Não menciona Caldas o “Freguesia” nem Cristóvão da Rocha Pita como senhor de engenho, mas arrola Simão da Fonseca Pita com quatro engenhos, três no “partido de Matoim” e um no “partido de beira-mar”.

Salvo um dos engenhos daquele primeiro “partido”, que se aponta com uma produção menor: — 720 *a* branco, 545 *a* 8 mascavo; os outros dois eram de grande força — 4.822 *a* branco e 1.375 *a* 1 mascavo, 2.588 *a* 20 branco e 1.995 *a* 17 mascavo. O engenho do “partido de beira-mar”, que bem pode ser “Freguesia”, era de ótima capacidade — 3.633 *a* 27 branco e 1.357 *a* 8 mascavo (5).

Não sabemos qual era a separação, a linha divisória dos dois “partidos”, pois encontramos como senhores de engenho: no de Matoim — Paulo de Argolo, Bartolomeu Argolo, Luís Barbalho, Borges de Barros, Alexandre Gomes Ferrão, José da Costa Bulcão; e no de Beira-mar — Caetano Lopes Vilas Boas, João Teixeira Barbosa (Passagem?), Domingos da Costa e Almeida (Engenho d’Água e Jacaracanga), Rodrigo da Costa e Almeida, Luís da Rocha Pita (Coraibassu?), André de Brito de Castro (São Paulo), Egas



“Engenho São Pedro”, no Município de Santo Amaro, vendo-se parte da escravatura e no segundo plano o sobrado. Pertencia, na época da fotografia (1850-1860) aos Condes de Barral.

(Gentileza do Sr. Conde de Barral)



“Engenho São João”, no Município de São Sebastião, vendo-se parte da escravatura. Pertencia na época da fotografia (1850-1860) aos Condes de Barral.

(Gentileza do Sr. Conde de Barral)



“Engenho Santa Cruz”, no Município de São Francisco do Conde.

(Gentileza do Dr. João A. G. Fróes)



*Escravos, em trajes domingueiros, dos Condes de Barral.
Fotografia de entre 1850-1860.*

(Gentileza do Sr. Conde de Barral)

Carlos (Mataripe?), João Lopes Fiúza (Engenho de Baixo?), Baltazar da Costa Bulcão (Guaíba?), Religiosos da Companhia de Jesus (Engenho do Conde?) (6).

Caldas informava ter a capitania 172 engenhos — “exceto alguns que de novo se fabricam e outros muitos que pela decadência do comércio se acham arruinados” e dá para o total de produção deles — (1754-1755) mais de 357.316 arrobas que, conduzidas em caixas de 26 até 40 ou 45 arrobas, perfaziam 9.000 a 10.000 caixas pelas frotas anualmente levadas da Bahia, além de “2.000 e 3.000 fechos” de 3 até 10 e 14 arrobas, “levando também em suas cargas (as frotas) outras tantas caixas de açúcar com peso de meia e uma arroba”.

Não há muito o que dizer dos processos de cultura — a derrubada, a coivara, o abrir dos regos pela enxada ou pelo arado, o chegar terra, as limpas e despaldas, o corte, o transporte, tão repetidamente descritos em tantos cronistas, novos e velhos, no que pouco variavam os bangüês, pois as grandes transformações no cultivo dos campos datam da época das usinas, das máquinas agrícolas, especialmente o trator.

A “Representação” dos senhores de engenho em 1752 mostra em que consistia a lavoura naqueles tempos: “alimpar a terra em que haja de plantar a cana” — “regar” (enregar) a dita terra, cortar carros de cana para plantar a terra, conduzir esta cana, três limpas, carros para o engenho para a moagem, corte da cana.

Uma tarefa de canas rendia, em ano favorável, quinze pães de açúcar, isto é, trinta arrobas de açúcar branco e sete arrobas e dezesseis libras do mascavado e quarenta pipas de mel, o que tudo rendia pelos preços de 1\$400 a arroba do branco, 600 rs do mascavado e 8\$000 a pipa do mel um total bruto, por tarefa de canas, de 80\$300 (7).

Os serviços agrícolas para levar as canas à moagem custavam: preparo da terra para plantio 4\$000, enregar a terra 4\$000, cortar a semente e carregá-la (e ao que parece plantar também) 9\$000, três limpas 9\$000, trinta carros de cana para o engenho 4\$800, corte da dita cana a carro e meio por foíce, a ro-foíce, que se compõe de 12 escravos cada uma, que vem contar 40 serviços a 100 rs 4\$000. O total dos serviços agrícolas importava por tarefa em 34\$800, que representavam mais de 40% da renda bruta apurada nessa tarefa (80\$300).

Neste cálculo de despesas dá-se o valor de dois réis e meio por dia de trabalho de um escravo.

Cada tarefa exigia para seu plantio seis carros de canas de semente, que produziam no corte trinta.



Por aquele tempo e muito depois em lavrar a terra, mondar e remondar os plantios não se empregava o arado.

É quase certo em “Freguesia” só ter sido utilizado o “pai Adão” para “enregar”, e isso a partir dos fins do século XVIII (8).

A crer no que cantavam Prudêncio do Amaral e José Rodrigues de Melo nas “Geórgicas Brasileiras” (1781 — Trad. de João Gualberto dos Santos Reis), não se usava o arado na lavoura de canas de açúcar na Bahia no último quartel daquele século.

A grande força no amanho da terra e na proteção das culturas era a enxada. Até muito tarde, aliás, o “pai Adão” foi utilizado apenas para enregar, abrir os sulcos na terra, já roçada e coivarada, e que havia de receber a “semente”. Dos trabalhos, depois confiados aos arados leves — de limpar, de chegar terra, etc., incumbiam-se as enxadas que os escravos manejavam e, após a abolição da escravatura até nossos dias, os trabalhadores assalariados:

“Assim que pelas chamas apurado
Livres as costas te mostrar o campo,
Mandas ao limpo torrão Cavões membrudos
Que do Sol flamejante requeimados,
Tornou a África adusta, e para o peso
Dos mais duros trabalhos enrijara.
Ai! Nação infeliz fadada às lidas!
Estes (sorte ferrenha!) *em vez do bruto
Novilho agricultor, à terra volvam,*
Em ordem longa os sulcos te dilatem,
E tudo prestem, quanto presta o arado.”

Os poetas são precisos no testemunho do não uso deste instrumento agrário, e até explicavam os porquês: os tocos e raízes, o bravo gado:

“Assim, pois, *desprezado o uso da relha,*
Quis antigo Colono arar os campos;
Ou porque subterrâneas se esconderam
Aqui, e ali das plantas as raízes
E as densas fibras que o cultor debalde
Rasgar pudera co'a embotada relha;

Ou porque em nosso clima Novilhos,
Degenerando, indócil gado ficam,
De custosos trabalhos impaciente,
De lânguida cerviz, e frouxo peito:
Ou foi outro o motivo; *é porém certo,*
Que nunca nestas plagas vigorava
Do arado o uso, e no lavor dos campos
Só das enxadas quase sempre usamos.
Estas as nossas armas primas...” (9)

Estes versos são de 1781, mas já dezesseis anos depois o arado empregava-se comumente na Bahia, se não exagerava D. Fernando José de Portugal num ofício a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datado de 28 de março de 1798, em que se lê: “é S. M. servido recomendar-me por carta de V. Ex. de 4 de janeiro passado que procure introduzir nesta Capitania o uso dos bois e arados para cultivar as terras a fim de que se poupem muitos braços... Ocorre-me dizer a V. Ex. que o uso dos arados se conhece em quase todos os engenhos desta Capitania para a plantação das canas os quais são regularmente puxados por 10, 12 e mais bois, por terem estes animais menos força e vigor neste país e custarem as terras mais a abrir pela sua fortaleza; os arados são feitos segundo o modelo de uns que vieram para aqui do Reino há muitos anos; mas como se terão aperfeiçoado talvez muito de então para cá, não deixaria de ser conveniente que daí se remetessem alguns modelos e bem mais fabricados, para por eles se fazerem outros” (10).

Vilhena, que escrevia em 1808, também informava: “no Recôncavo da Bahia, e creio que por todo o Brasil, abrimos regos com o arado e por eles lançamos as canas inteiras, que os negros depois cobrem de terra com as enxadas” (11).

*
* * *

Calmon (Abrantes) no “Ensaio” depõe acerca da grande transformação ou desenvolvimento da lavoura de açúcar, não só após a reforma das fornalhas e tachas, da qual foi benemérito, e de certo modo mártir, Sampaio e Melo, como ainda depois da introdução da máquina a vapor e do plantio de novas qualidades de canas.

Se esta última inovação não está diretamente ligada ao “Engenho Freguesia-Novo Caboto”, tem com seus proprietários um vínculo, por assim dizer... de parentesco.

Das qualidades de canas cultivadas na Bahia aí por volta de 1817 temos uma informação de Spix e Martius: “na Bahia planta-se de preferência a menor variedade de cana, a primeira introduzida, chamada cana da terra, cana crioula, porque foi importada das colônias portuguesas nas Índias Orientais e da Madeira. Contra a chamada cana de Caiena, que é oriunda do Oceano Pacífico e tem nas Antilhas o nome de cana de Taiti ou de Bourbon, há também aqui uma prevenção tão grande quanto no Rio de São Francisco. Afirmam os senhores de engenho que da garapa da cana de Caiena a custo se obtém o açúcar, o qual facilmente deliquêscce e por isso presta-se menos à exportação como açúcar bruto” (12).

Eram as reações da rotina contra a nova semente que entretanto não tardaria em mostrar superioridade sobre a das canas até então cultivadas na Bahia. Calmon assegura que a introdução da Caiena (cerca de 1816) aumentara ali a produção de açúcar na proporção de 1 para 4, segundo verificações em 1834, data do “Ensaio” (13).

Tão grande revolução na agricultura baiana se deveu a Manuel de Lima Pereira a quem já nos referimos no capítulo “Um inventário que durou trinta e seis anos”, e que era genro de um irmão do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita (Antônio da Rocha Pita) e tio afim (casado com uma tia) do futuro Conde de Passé.

Diz-nos Calmon no “Ensaio” ter sido Manuel de Lima Pereira quem a introduzira na Bahia, plantando-a em seu engenho da Praia, no Iguape (14), o que confirma o jornal *Idade d'Ouro do Brasil* onde se lêem algumas notícias sobre o assunto.

A primeira, publicada no n.º 13 de 25 de junho de 1811, está assim redigida: “o coronel Manuel de Lima Pereira senhor de vários engenhos de fazer açúcar nos termos das Vilas da Cachoeira e São Francisco, sabendo que em Minas Gerais havia canas de extraordinária grandeza, com muitas fadigas e despesas fez vir as sementes em caixões de terra atravessando o difícil caminho de muitas centenas de léguas. Esta circunstância era quanto bastava para fazer recomendável a empresa, se o êxito dela, e o zelo com que tem cuidado em propagar uma descoberta, lhe não realçasse o merecimento pela incompreensível utilidade. As canas em 10 meses estão na altura de 16 a 20 palmos com grossura proporcional; e este mesmo resultado vão achando todos os mais Proprietários a quem generosamente distribuiu a semente. Por ora não se pode saber a qualidade de açúcar. Supõe-se que estas são da mesma espécie das que se cultivam em Cayena”.

Moídas as canas, experimentadas completamente em toda uma safra, um ano e quatro meses depois a *Idade d'Ouro do Brasil*, em

seu n.º 81 de 9 de outubro de 1812, estampava: “sendo a Agricultura o único manancial de riqueza deste País, nós não perdemos ocasião de olhar para este vasto objeto e de estimularmos os nossos compatriotas para se esmerarem na perfeição deste ramo, que ainda está um pouco murcho neste terreno, comparativamente a outros sítios da América Setentrional. Para este fim fazemos saber ao Público que recebemos uma carta de Manuel de Lima Pereira, Coronel do Regimento de Cavalaria da Cachoeira e Proprietário de Engenho no Iguape, na qual nos certifica de que a plantação de cana de Cayena mandadas vir por ele de Minas tem correspondido ao que delas se esperava, e dizia, não só do rendimento como da qualidade do açúcar. Cada carro, diz ele, dá mais de um pão de açúcar, a maior parte branco, com o peso de 3 arrobas e vinte e quatro libras. Nós temos à mão algumas memórias francesas sobre esta prodigiosa cana, e pretendemos fazer dela uma exatíssima análise; mas esperamos que o Coronel José Diogo Gomes Ferrão Castelbranco nos remeta com toda observação e miudeza de que ele é capaz, uma memória das vantagens que ele tem descoberto na tal cana, da qual sabemos que ele fez uma grande parte da sua safra. A natureza deu a este homem toda a filosofia campestre; ele não perdoa à natureza nada do que lhe pode apanhar; e *um saber de experiências feito*, o tem constituído na classe dos primeiros lavradores, que nos podem instruir na grande ciência da Agricultura”.

Novamente voltou aquele jornal a tratar da matéria em seu número 82 de 13 de outubro de 1812: “neste momento acabamos de receber do Coronel José Diogo Gomes Ferrão Castelbranco um resumo das suas observações sobre as canas de Cayena e combinando este resumo com as observações de C. Moreau-Saint-Mery feitas nas Antilhas, e publicadas no Instituto Nacional, não só vemos realizadas todas as teorias, que se têm escrito sobre a tal cana, como nos vemos na obrigação de congratular o Brasil pela posse de um ramo de Agricultura, cujas vantagens são tanto menos suspeitas quanto aquele que as anuncia é pouco fácil iludir-se naquilo que tem praticado e que é objeto favorito do seu gênio, e das suas longas aplicações.

“Esta cana é oriunda daqueles sítios da Ásia que ficam além, do Ganges, donde passou provavelmente às Canárias, das Canárias ao Oitaiti, do Oitaiti a Cayena, e ultimamente ao Brasil, aonde tudo chega tarde pela nossa pouca curiosidade e indústria. Há mais de 50 anos que os habitantes das Antilhas tiram grandes proveitos

desta plantação cujo resultado é fazer açúcar mais facilmente, e a menos custo, do que nós; e apesar de terem saído à luz na Europa várias memórias sobre um assunto tão interessante, os nossos lavradores de nada se aproveitaram, ou porque não são amigos de lerem memórias sobre Agricultura, ou porque um excessivo apego ao que lhes ensinaram seus pais os faz olhar com indiferença exclusiva para toda a inovação. Nós não somos tão injustos que não façamos algumas exceções desta regra; porém olhando em grosso os nossos lavradores não têm comparação alguma com os lavradores das Antilhas. Queira o Céu que esta reflexão em vez de os mortificar, lhes sirva de brioso estímulo e que a sobredita cana seja em breve tempo o total das suas safras.

“O resumo das observações é o seguinte: A vegetação desta cana é mais pronta e vigorosa, o duplo da vegetação da cana que hoje se pode chamar Nacional. Logo fica menos exposta às vicissitudes do tempo, à intempérie das estações, e esta só diferença bastava para se lhe dar uma preferência decidida. Ela ocupa muito menos terreno e menos braços que a outra para um rendimento igual; e como é de uma estatura gigantesca, não consente que os raios do Sol penetrem a superfície dos canaviais para deixarem medrar aquela espécie de joio que não só chupa a substância da terra, como demanda grande trabalho para a operação do que vulgarmente chamamos limpas. As suas socas perfilham mais que as outras, cinco e seis vezes, e o seu bagaço é incomparavelmente melhor para o cozimento das fornalhas. O seu ponto de madureza é completo aos 9 meses e parece que esta madureza ainda se pode acelerar havendo melhoramento de cultura. Ela dá muito mais caldo e esse caldo muito mais açúcar, cuja cristalização é mais regular, e mais alva pela maior abundância de açúcar e pela mais pequena porção de partes extrativas e viscosas. — Em outro número falaremos das canas da Batávia que segundo o que temos lido ainda parecem melhores e iremos por este modo misturando novidades políticas com novidades agrárias”.

E voltava ao mesmo tema no número seguinte — n.º 83 de 16 de outubro de 1812: “prometemos em o número passado falar sobre a cana da Batávia da qual os lavradores das Antilhas fazem uma grande parte de seu açúcar e como os nossos lavradores já principiam a sentir as vantagens da cana do Otaiti, é de esperar que o seu próprio interesse os obrigue a mandar vir esta outra espécie, não só porque ela é um pouco melhor, como porque esta variedade aformoseia os nossos campos, e recreia os nossos olhos.

“A Natureza tem produzido muitas variedades de canas que ainda não são bem conhecidas. As canas da Batávia são as últimas que se descobriram e a sua transplantação para a América Setentrional data de muito poucos anos. Elas amadurecem com rapidez incrível; mesmo com pouca cultura e dizem algumas memórias que havendo quem acerte com o verdadeiro modo de as cultivar ainda mal conhecido, elas serão em tudo preferíveis a qualquer outra espécie.

“Estas canas têm os nós separados uns dos outros meio palmo, uma casca sumamente delgada, é abundantíssima de sumo, e dá uma sexta parte de açúcar mais que as do Otaiti. A sua doçura é a mais deliciosa que se conhece e por isso os javanos da Costa de Zuroebaya as cultivam em maior quantidade que as outras.

“Por aqui se vê que a prática da nossa Agricultura está na sua infância e é pena que sendo o Brasil o mais fecundo terreno que se conhece, sejam os seus habitantes tão incuriosos em aproveitar os meios que a Natureza lhes dá. Aqui é que se pode aplicar bem a exclamação que o Poeta latino fazia aos camponeses da Itália — O’ sumamente afortunados se conhecessem os seus bens.

“A Inglaterra que a muitos respeitos é o modelo das Nações, é o país do mundo onde a Agricultura tem feito maiores progressos; e mesmo a França não lhe disputa esta preeminência. Apenas se abre uma subscrição na Inglaterra para qualquer melhoramento na Economia rural, quando em poucos dias se fecha, porque sobeja o dinheiro, e a liberalidade dos subscritores. E porventura acontecerá entre nós outro tanto? Fechar-se-á dentro de um ano uma subscrição para mandarmos vir das Antilhas as canas da Batávia, uma máquina de vapor ou outro qualquer invento que facilite e aperfeiçoe os nossos trabalhos campestres, que todos são feitos à força de suor e de sangue? E que alívio não sentiriam os míseros escravos com esta reforma? Eles não teriam tanto que fazer e os senhores teriam mais com que os sustentar. . .

“Nós seremos sempre importunos em estimular o brio dos nossos lavradores, em clamar pelo adiantamento da Economia rural porque estamos convencidos daquela divina Sentença do Duque de Sully — O melhor Estado é aquele onde há menos homens ociosos e menos campos incultos” (15).

*
* *

Na impossibilidade de compor um quadro da produção do “Engenho Freguesia”, pelo menos durante alguns anos, tentamos dar ao leitor, como compensação, outro relativo à exportação de açúcar e seus preços na Capitania e na Província. Tivemos porém de recuar, limitando-nos a trazer, no mapa anexo, incompletas notas porventura úteis a algum estudioso. Vide Charles Boxer, *Portuguese Society in the Tropics*, pág. 107.

<i>Ano</i>	<i>Exportação</i>	<i>Produção</i>	<i>Preços</i>	<i>Número de Engenhos</i>	<i>Observações — Fontes de Informação</i>
1550			400 rs. a arroba do branco ou bom.		Pagamento de soldos e ordenados, <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 13, págs. 462, 463; vol. 14, pág. 250.
1552			400 rs. a arroba do branco ou bom.		<i>Documentos Históricos</i> , Vol. 14, págs. 292, 293, 297 e 365.
1555			430 rs. a arroba em S. Vicente, 300 réis a arroba em Porto Seguro.		Cartas régias de 5 e 8 de outubro de 1555, <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 35, págs. 369, 372 e 373, 1557 — vide nota nos Apêndices.
1584	120.000 arrobas		800 rs. a arroba.	36	Existiam 36 engenhos na Bahia, sendo 21 de água e 15 de bois. Estavam sendo construídos 4 e mais 8 casas de meles. — Gabriel Soares, <i>Tratado</i> , págs. 134, 136 e 142. "

1592			800 rs. a arroba.	"Capítulos de Gabriel Soares contra os Padres da Companhia de Jesus", <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Volume 62, pág. 366.
1601			800 rs. a arroba do branco, 550 rs. a arroba do mascavado.	Dote do Colégio de Jesus na Bahia — "Açúcar branco verde na balança assim como saisse da pilheira à razão de oitocentos a arroba e o mascavado da mesma maneira a respeito de quinhentos e cinquenta réis que é conforme a avaliação que se fes naquele estado o ano de seiscentos e um", <i>Documentos Históricos</i> . Vol. 15, págs. 6 e vol. 17, págs. 175 e 177.
1604			800 rs. a arroba do branco, 550 rs. a arroba do mascavado.	Dote do Colégio de Jesus na Bahia — Alvará de 20 de julho de 1604, <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 15, pág. 6 e vol. 17, págs. 175 e 177.
1621			800 rs. a arroba do branco, 550 rs. a arroba do mascavado.	Dote do Colégio de Jesus na Bahia, <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 15, pág. 7.

<i>Ano</i>	<i>Exportação</i>	<i>Produção</i>	<i>Preços</i>	<i>Número de Engenhos</i>	<i>Observações — Fontes de Informação</i>
1626			750 rs. a arroba dos finos. 700 rs. a arroba dos bons que não forem muito finos. 600 rs. dos baixos. 240 rs. dos mascavados. 240 réis dos panelas.		"Atas da Câmara 1625-1641", págs. 31 e 32.
1628	3.000 caixas anuais			30	Dedução histórica de Miguel Calmon (Abrantes) no "Ensaio sobre a fabricação do açúcar".
1628					Frei Vicente do Salvador, <i>História do Brasil</i> , pág. 102.
1634			800 rs. a arroba do branco. 550 rs. a arroba do mascavado.		Dote do Colégio de Jesus na Bahia, <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 16, págs. 470 e 473.
1648		25.000 caixas (Bahia e Rio de Janeiro).	600 rs. em média feita a conta por mascavados e brancos.		Carta do Padre Antônio Vieira ao Marquês de Niza — 24 de agosto de 1648. — "Muitas vezes vi lá (Brasil) o branco

					a cruzado e a pataca e algumas vezes muito menos" — "Cartas do Padre Antônio Vieira, coligidas e anotadas por J. Lucio de Azevêdo" — Vol. 1º, págs. 247 e 250.
1650			240 rs. a 280 rs. a libra, o que equivale a 640 rs. ou 700 rs.		Burlamaqui, "Monografia da cana de açúcar", pág. 8.
1655			1\$100 a arroba do branco, 550 rs. a arroba do mascavado, 240 rs. a arroba do panela.		Carta régia de 30 de dezembro de 1655, <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 66, pág. 127 e 130.
1660			1\$090 a arroba do branco.		<i>Documentos Históricos</i> , Vol. 62 pág. 318.
1660			1\$090 a arroba do branco em fechos de 27 arrobas.		Escritura de 13 de junho de 1660 entre os Colégios da Bahia e de Santo Antônio e o Capitão Felipe Barbosa — <i>Documentos Históricos</i> — Vol. 62, pág. 314.

Ano	Exportação	Produção	Preços	Número de Engenhos	Observações — Fontes de Informação
1663				69	Padre Simão de Vasconcelos, <i>Crônica da Companhia de Jesus</i> , Vol. 2º, pág. 21.
1665			1\$100 a arroba do branco. 440 rs. a arroba do mascavado.		Carta régia de 30 de janeiro de 1665, <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 66, págs. 317 e 318.
1665			1\$200 a arroba do branco. 600 rs. a arroba do mascavado.		Preço com que foram pagos açúcares à Fazenda Real que reclamava serem-lhe entregues pelos preços acima mais vantajosos a ela. Carta régia de 30 de janeiro de 1665, <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 66; págs. 317 e 318.
1668 1669		grande produção			A.H.U. — Bahia — caixa n.º 11, <i>Rev. Port. de Hist.</i> , v VIII, p. 18.

			1\$200 a arroba do branco, 600 rs. a arroba do mascavado.		Preços para pagamento do dote da Rainha da Grã-Bretanha por assentamento da Câmara com os ministros de Sua Alteza, <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 64, pág. 165.
1675		7 a 8.000 arr. por engenho		.69	Brito Freire, <i>Nova Lusitânia</i> , págs. 75-76
1676			1\$600 a arroba do branco. 580 rs. do mascavado.		Preço pelo qual era obrigado o contratador das fardas (?), <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 64, pág. 193.
1676			1\$000 a arroba do branco. 520 rs. do mascavado.		"O mais alto preço por que se vendia a "dinheiro", na Bahia", <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 64, pág. 193.
1676			1\$060 a arroba do branco. 530 rs. a arroba do mascavado.		Preço ajustado com os mesmos dos navios, <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 64, pág. 194.

Ano	Exportação	Produção	Preços	Número de Engenhos	Observações — Fontes de Informação
1680			1\$080.		Do "Donativo", <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 32, pág. 152. Para comparação com preços de outros produtos, ver a resolução da Mesa de Fazenda da Cidade do Salvador, de 3 de dezembro de 1680: farinha a 33 rs. o sirio de 6 quartéis ou 640 rs. o alqueire; carne de vaca salgada alqueire; arroz a 900 rs. o a 480 rs. a arroba ou 15 rs. a libra; toucinho de S. Vicente a 1\$450 a arroba; carne de porco a 1\$600 a arroba; aguardente da terra, 8\$000 a pipa; vinagre, 9\$000 a pipa; azeite doce 12\$000 o barril, <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 64, pág. 223.
1682		10.000 caixas			<i>Docs. Hist. do Arq. Munic. de Salvador</i> , 2º vol., págs. 114-116.
1682			1\$040 a arroba do branco à vista. 1\$160 a prazo.		"Dote de Inglaterra e paz de Holanda", <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 32, pág. 201.

1687			1\$160 a arroba.		<i>Anais da Biblioteca Nacional</i> — Vol. 20, págs. 215 e 216.
168— (antes de 1688)			1\$200 a arroba do branco. 600 rs. a arroba do mascavado.		Preço pelo qual se mandava repartir pelos mercadores o açúcar do "donativo" — "os anos passados" (1688), <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 64, pág. 265.
1688			1\$200 a arroba do branco. 600 rs. a arroba do mascavado.		Preço por que a Fazenda Real recebia o açúcar para pagamento do "donativo", <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 64, pág. 265.
1688			600 rs. e 700 rs.		Preços pelos quais não havia "de presente" quem pelos açúcares dos dízimos desse mais. "Os açúcares dos dízimos são regularmente baixos e conforme a lei nova de Sua Majestade estes tais não excedem o valor de 750 rs. até 850 rs., e a respeito do valor de 1\$160 que até agora tiveram os pagamentos têm de perda quase a terça parte", <i>Documentos Históricos</i> , págs. 265, 269 e 270.

Ano	Exportação	Produção	Preços	Número de Engenhos	Observações — Fontes de Informação
1689			260 rs. e 240 rs. a arroba dos brancos a que chamam menos de 2 cruzados miúdos machos. 1\$200 a arroba do branco. 600 rs. a arroba do mascavado.		— Preços para o pagamento do "donativo" — Carta régia de 3 de março de 1689, <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 68, págs. 190 e 191 — Os preços menores eram os do mercado — A Câmara sustentava que, incumbida de fazer a cobrança, podia aceitar os açúcares pelos preços maiores.
1690 a 1710			De 800 rs. e 900 rs. a arroba do branco macho subindo a 1\$200 e 1\$600 e ultimamente a 1\$800, 2\$000 e 2\$400 e depois tornou a 1\$600, De 700 rs. e 800 rs. a arroba do branco batido subiu a 1\$200 e 1\$400. De 500 rs. do masca-		Antonil, <i>Cultura e Opulência do Brasil</i> , pág. 168.

			vado passou a 1\$000 e 1\$100. De 400 rs. do mascavado batido chegou a 600 rs.	
1691 1692			1\$000 a 1\$100.	<i>Documentos Históricos</i> , Vol. 33, pág. 435.
1692			1\$200.	Preço por que se fazia o pagamento do donativo da paz de Holanda, <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 34, pág. 23. Numa carta dos oficiais da Câmara da Bahia, de junho de 1692, há referência a uma remessa de açúcar do "dote e paz" que ia na frota: "353 caixas de açúcar branco com 12.358 arrobas e meia e 12 caixas de mascavado com 378 arrobas, 16 e 17 fechos com 806 arrobas, 16 e 2 fechos de mascavado com 29 arrobas que o preço de 12 e 6 vinténs na forma da nossa obrigação faz dinheiro 16:630\$500", <i>Documentos Históricos</i> , Vol. 34, pág. 77 e vol. 40, pág. 76.

Ano	Exportação	Produção	Preços	Número de Engenhos	Observações — Fontes de Informação
1699			50 shilings por 100 libras de açúcar do Brasil no porto da Bahia. 20 shilings por 100 libras do mascavado.		<p>"E assim se alveja o açúcar que na Inglaterra chamamos do Brasil que se vende à razão de 50 shilings por 100 libras no porto da Bahia. Equivaleria isto hoje a uns 2\$000 por quilo, preço fabuloso se atendermos à capacidade aquisitiva da moeda na época e em nossos dias... Ainda na Europa era o açúcar gênero de botica e alimento dos ricos, como se hoje valesse oitenta ou cem mil réis por quilo se atendermos à escala de valores entre os fins da era seiscentista e o nosso tempo". — William Dampier, <i>Viagem à volta do Globo</i>, tradução resumida e comentada de Afonso d'E. Taunay in "Na Bahia Colonial", <i>Revista do Instituto Histórico Brasileiro</i>, Vol. 144, págs. 303 e 304.</p>
1710	14.000 caixas, e sendo 8.000 do branco macho,	A exportação e mais "500 de várias		146 — além dos que se vão fabricando.	Antonil, <i>Cultura e Opulência do Brasil</i> , Pág. 170. 1731. — veja nota no Apêndice.

	1.800 do branco batido, 1.200 do mascavado batido.	espécies que se gastam na terra".			
1724		10 a 12.000 arrobas			Rocha Pita, <i>História da América Portuguesa</i> .
1736 1737 1738 1739	10.000 caixas, sendo 6.666 brancas de 40 arrobas e 3.334 mascavado de 4 arrobas.		1\$200 a arroba do branco. 600 rs. a do mascavado.	150	"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, págs. 293, 295 e 306.
1739 a 1740 e 1740 a 1741	10.000 caixas		1\$200 a arroba do branco. 600 rs. a do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, págs. 293, 295 e 306.
1741 a 1743	10.000 caixas		1\$400 a arroba do branco. 800 rs. a do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, págs. 293, 295 e 306.

Ano	Exportação	Produção	Preços	Número de Engenbos	Observações — Fontes de Informação
1743 a 1745 e 1745 a 1746	10.000 caixas		1\$400 a arroba do branco. 800 rs. a do mascavado.	†	"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, págs. 293, 295 e 306.
1746 a 1748	19.000 caixas		1\$700 a arroba do branco. 1\$300 a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, págs. 293, 295 e 306.
1748 a 1750	10.000 caixas		1\$000 a arroba do branco. 500 rs. a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, págs. 293, 295 e 306.
1750	10.524 caixas. 1.063 fechos. 179 caras				Acióli-Brás do Amaral, <i>Memórias Históricas</i> , Vol. 3, entre pág. 50 e 51.
1750 a 1752	10.000 caixas		1\$000 a arroba do branco. 500 rs. arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, págs. 293, 295 e 306 — Comboio de 4 de abril de 1750.

1752			1\$400 a arroba do branco fino. 600 rs. a do mascavado. 1\$600 a do branco. 720 rs. a do mascavado. ... 1\$800, a do branco. 1\$000 a do mascavado.		Representação dos senhores de engenho e lavradores de canas e tabacos da Bahia — Cópia no Arquivo da Prefeitura da Cidade do Salvador — Livro 40, armário 62, fls. 142 e seguintes. O mel gozava do preço de 8\$000.
1752 a 1753	10.000 caixas		1\$120 a arroba do branco. 540 rs. a do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, págs. 293, 295 e 306.
1753 a 1755	10.000 caixas		1\$120 a arroba do branco. 510 rs. a do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, págs. 293, 295 e 306.
1754 a 1755		357.316 arrobas em caixas de 26 até 40 ou 45 arrobas.		172 exceto alguns que de novo se fabricam e outros muitos que pela decadência do comércio se acham arruinados.	— José Antônio de Caldas — "Notícia de toda esta Capitania da Bahia", <i>Revista do Instituto Histórico da Bahia</i> , vol. 57 — "As frotas anualmente levavam da Bahia 9.000 a 10.000 caixas além de 2.000 a 3.000 bas, e também outras tantas caixas de açúcar com peso de 1 1/2 arrobas".

Ano	Exportação	Produção	Preços	Número de Engenhos	Observações — Fontes de Informação
1755			1\$400 a arroba do branco fino de primeira sem mistura. 1\$200 a arroba do branco redondo de segunda qualidade. 900 rs. a arroba do branco batido. 700 réis a arroba do mascavado macho. 500 rs. a arroba do mascavado batido ou redondo. 400 rs. a arroba do mascavado baixo ou broma.		Edital da Mesa de Inspeção — 14 de abril de 1755 — <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> — Vol. 31, págs. 124 e 125.
1755 a 1756	10.000 caixas		1\$200 a arroba do branco. 600 rs. a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, pág. 306.
1756 a 1758	10.000 caixas		1\$720 a arroba do branco. 1\$140 a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, pág. 306.
1758 a 1761	15.000 caixas		1\$300 a arroba do branco. 740 rs. a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, pág. 306.

1761 a 1763	17.000 caixas		1\$200 a arroba do branco. 600 rs. a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, pág. 306.
1763 a 1764	10.000 caixas		1\$240 a arroba do branco. 640 rs. a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, pág. 306.
1764 a 1766	12.000 caixas		1\$200 a arroba do branco. 640 rs. a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, pág. 306.
1778	12.000 caixas, sendo 8.000 do branco e 4.000 do mascavado		1\$650 o branco e 1\$040 o mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, pág. 315.
1779	12.000 caixas, sendo 8.000 do branco e 4.000 do mascavado		1\$900 a arroba do branco. 1\$500 a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Vol. 27, pág. 315.
1780	11.052 caixas 772 fechos 287 caras				Para Lisboa, Porto e Ilhas — "Coleção Conselho Ultramarino" — Manuscrito do Instituto Histórico Brasileiro, Vol. 20, pág. 277.

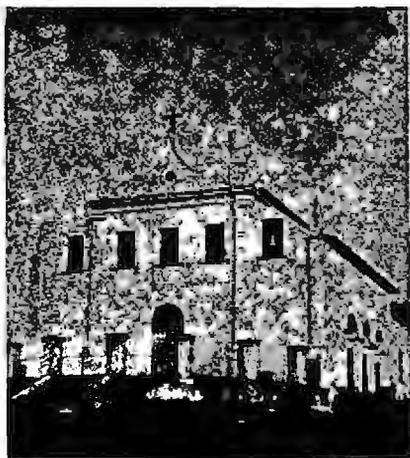
Ano	Exportação	Produção	Preços	Número de Engenhos	Observações — Fontes de Informação
1780	12.000 caixas		2\$200 a arroba do branco. 1\$700 a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> — Vol. 27, pág. 315.
1781	12.000 caixas		2\$200 a arroba do branco. 1\$700 a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> — Vol. 27, pág. 315.
1781		20.000 caixas de 40 a 60 arrobas.	2\$600 a arroba do branco. 1\$800 a 1\$900 a do mascavado. Preço médio, 2\$000.		"Tem há 5 anos quase dobrado o valor dos açúcares" — José da Silva Lisboa (Cairu) — "Carta a Domingos Vandelli", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> — Vol. 32, págs. 501 e 502.
1782			2\$200 a arroba do branco. 1\$700 a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> — Vol. 27, pág. 315.
1783	12.000 caixas, sendo 8.000 do branco e 4.000 do mascavado.		1\$600 a arroba do branco. 940 rs. a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> — Vol. 27, pág. 315.

1784	12.000 caixas, sendo 8.000 do branco e 4.000 do mascavado.		1\$500 a arroba do branco. 740 rs. a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> — Vol. 27, pág. 315.
1785	12.000 caixas, sendo 8.000 do branco e 4.000 do mascavado.		1\$500 a arroba do branco. 740 rs. a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> — Vol. 27, pág. 315.
1786	12.000 caixas, sendo 8.000 do branco e 4.000 do mascavado.		1\$500 a arroba do branco. 740 rs. a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> — Vol. 27, pág. 315.
1787	12.000 caixas, sendo 8.000 do branco e 4.000 do mascavado.		1\$500 a arroba do branco. 840 rs. a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> — Vol. 27, pág. 315.
1788	12.000 caixas, sendo 8.000 do branco e 4.000 do mascavado.		1\$500 a arroba do branco. 840 rs. a arroba do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> — Vol. 27, pág. 315.

<i>Ano</i>	<i>Exportação</i>	<i>Produção</i>	<i>Preços</i>	<i>Número de Engenhos</i>	<i>Observações — Fontes de Informação</i>
1789	12.000 caixas, sendo 8.000 do branco e 4.000 do mascavado.		1\$650 a arroba do branco. 940 rs. a do mascavado.		"Discurso Preliminar", in <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> — Vol. 27, pág. 315.
1791			400 rs. o arratel em Paris. 140 rs. a 160 rs. o arratel em Lisboa. 400 rs. o arratel em		D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. — "Memória sobre o preço do açúcar" — notas 1 e 2.
1797	6.000 arrobas de uma e outra qualidade todos os anos				Parecer de D. Fernando José de Portugal — <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> — Vol. 34, págs. 447 e 448.
1797	6.297 caixas, 858 fechos, 88 caixões do branco, 5.168 caixas do mascavado		Valor total da exportação: — Réis 870:864\$000 o branco. 461:314\$000 o mascavado.		Acíoli-Brás do Amaral, <i>Memórias Históricas</i> — Volume 3º, pág. 204.
1798	17.826 caixas e 709 fechos com 746.545 arrobas		Valor total da exportação: — Réis 1.646:546\$000.	260	Vilhena, <i>Cartas Soteropolitanas</i> — Vol. 1º, págs. 50 e 53.

1798	14.383 caixas, 664 fechos, 30 caras, 605.433 arrobas				Acióli-Brás do Amaral, <i>Memórias Históricas</i> — Volume 3º, págs. 50 e 51. — Pelo comboio de 15 de maio de 1798.
1801	742.937 arrobas				"Coleção Conselho Ultramarino" — Manuscrito do Instituto Histórico Brasileiro — Vol. 21, pág. 176.
1803	775.768 arrobas				"Coleção Conselho Ultramarino" — Manuscrito do Instituto Histórico Brasileiro — Vol. 21, págs. 289 e 289 v.
1806	822.900 arrobas				"Coleção Conselho Ultramarino" — Manuscrito do Instituto Histórico Brasileiro — Vol. 21 pág. 289 e 289 v.
1806	26.000 caixas				Spix e Martius, <i>Através da Bahia</i> — Pág. 80.
1807	27.000 caixas				Spix e Martins, <i>Através da Bahia</i> — Pág. 80.
1808				260	Vilhena, <i>Cartas Soteropolitanas</i> — Vol. 1º, pág. 173.

<i>Ano</i>	<i>Exportação</i>	<i>Produção</i>	<i>Preços</i>	<i>Número de Engenbos</i>	<i>Observações — Fontes de Informação</i>
1810		501.000 arrobas (inclusive Sergipe e Alagoas).			<i>Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia — 1836 — N.º 2, pág. 16.</i>
1817	27.300 caixas com 1.200.000 arrobas				Spix e Martius, <i>Através da Bahia — Pág. 80.</i>
1818	29.575 caixas de 40 a 45 arrobas			511	Spix e Martius, <i>Através da Bahia — Pág. 80.</i>
1819	30.000 caixas (cerca)				Spix e Martius, <i>Através da Bahia — Pág. 80.</i>
1819	29.775 caixas com 40 arrobas, inclusive o vindo de Sergipe				Walsh, <i>Notice of Brasil</i>
1820	36.688 caixas Id.				Walsh, <i>Notice of Brasil.</i>
1821	48.814 caixas Id.				Walsh, <i>Notice of Brasil.</i>
1822	35.660 caixas Id.				Walsh, <i>Notice of Brasil.</i>



Capela do "Engenho Água Boa Grande", no Município de Santo Amaro. Construção do século XVIII.



Capela do antigo "Engenho Santo Amaro", hoje Cidade de Santo Amaro, em cuja portada está inscrita a data de 1667.

(Gentileza de Armando Leonardo Pereira)



Capela do “Engenho Santo Antônio”, no Município de Santo Amaro, em cuja portada está inscrita a data de 1635.



Capela do “Engenho Cinco Rios”, no Município de São Francisco do Conde.

<i>Ano</i>	<i>Exportação</i>	<i>Produção</i>	<i>Preços</i>	<i>Número de Engenhos</i>	<i>Observações — Fontes de Informação</i>
1823	10.272 caixas Id.				Walsh, <i>Noticia of Brasil</i> .
1825		2.503.113 arrobas, inclusive Sergipe e Alagoas.			<i>Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia</i> — 1836, Nº 2, pág. 16.
1831			23 a 23 shilings e 6 pence na Inglaterra o B (ranco) — bom 15 a 16 shilings na Inglaterra o M (ascavado) bom.		Clemente Alvares de Oliveira, Mendes e Almeida e Manuel Correia de Araújo Júnior — "Memória Oferecida aos Agricultores e Negociantes de Açúcar do Império do Brasil" — Londres — 1831 — Pág. 11.
1832 a 1833		33.970 caixas.			<i>Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia</i> — 1836, Nº 2, pág. 10.
1833 a 1834		33.433 caixas.	O valor total da produção: — 2.426:158\$000.		<i>Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia</i> — 1836, Nº 2, pág. 10.

<i>Ano</i>	<i>Exportação</i>	<i>Produção</i>	<i>Preços</i>	<i>Número de Engenhos</i>	<i>Observações — Fontes de Informação</i>
1834				603 (matri- culados, dos quais 46 a vapor, 62 de água, 495 mo- vidos a ani- mais).	Miguel Calmon (Abrantes) — "Ensaio sobre o fabrico de açúcar".
1835		35.606 caixas, além de fechos e barricas, pe- sando ao todo 1.367.995 ar- robas.			Miguel Calmon (Abrantes) — "Ensaio sobre o fabrico de açúcar" — Pág. 9.
1839 a 1840	1.908.579 arrobas				Burlamaqui — "Monografia da cana de açúcar" — Pág. 338.
1846		44.739 caixas 1.451 fechos e 1.941 barricas.			"Fala do Presidente da Província da Bahia" — Ano de 1847 — Pág. 21.
1846 a 1847		52.000 caixas, 1.401 fechos, 2.200 barricas, 2.120.325 arrobas.	Valor total da produção: — 5.091:879\$050		"Fala do Presidente da Província da Bahia" — Ano de 1848.

1849 a 1850	3.751.888 arrobas			Burlamaqui — "Monografia da cana-de-açúcar — Pág. 338.
1847 a 1851	A exportação geral do Brasil aumenta de 61%, cabendo à Baía 80% desse aumento			Burlamaqui — "Monografia da cana-de-açúcar" — Pág. 355.
1850 a 1851	4.160.000 arrobas			"Banco Econômico da Bahia — 1834 - 1934" — Pág. 35.
1850 a 1851		52.934 caixas, 1.235 fechos, 6.721 barricas, 79.244 sacos = 2.990.860 arrobas e 24 libras.		"Fala do Presidente da Província da Bahia" — Ano de 1863.
1851 a 1852		32.070 caixas, 1.583 fechos, 7.573 barricas, 70.757 sacos = 1.886.998 arrobas e 16 libras.		"Fala do Presidente da Província da Bahia" — Ano de 1863.

<i>Ano</i>	<i>Exportação</i>	<i>Produção</i>	<i>Preços</i>	<i>Número de Engenbos</i>	<i>Observações — Fontes de Informação</i>
1852 a 1853	48.523 arrobas, 8 libras para as Províncias do Império e 1.478.901 e 19 libras para o estrangeiro	44.622 caixas, 1.828 fechos, 10.098 barricas, 131.448 sacos = 2.983.219 arrobas e 29 libras.	Total do valor das exportações: — 82:570\$285 e 2.601:091\$946	-	"Fala do Presidente da Província da Bahia" — Anos de 1863 e de 1857.
1853 a 1854	49.723 arrobas e 22 libras para as Províncias do Império e 1.151.055 para o estrangeiro	22.920 caixas, 1.539 fechos, 8.473 barricas, 116.261 sacos = 1.681.641 arrobas e 31 libras.	-	-	"Fala do Presidente da Província da Bahia" — Anos de 1863 e de 1857.
1854 a 1855	3.362.750	-	Valor total da exportação: — Réis 6.319:000\$000.	-	"Fala do Presidente da Província da Bahia" — Anos de 1856 e 1857.
1855 a 1856	2.492.871 arrobas	-	Valor total da exportação: — Réis 6.356:000\$000.	-	"Fala do Presidente da Província da Bahia" — Anos de 1856 e 1857.

1856 a 1857	2.510.930 arrobas		Valor total da exportação: — Réis 8.984:000\$000.		"Fala do Presidente da Província da Bahia" — Anos de 1856 e 1857.
1863	3.776.436 arrobas e 5 kg.		Valor total da exportação: — Réis 6.934:360\$000.		Gois Calmon — "Vida Econômica e Financeira da Bahia" — Pág. 79.
1868 a 1869	48.029.343 kg.				Manoel Jerônimo Ferreira — "A Província da Bahia".
1869 a 1870	31.688.760 kg.				Manoel Jerônimo Ferreira — "A Província da Bahia".
1870 a 1871	3.523.657 kg.				Manoel Jerônimo Ferreira — "A Província da Bahia".
1871 a 1872	5.108.370 kg.				Manoel Jerônimo Ferreira — "A Província da Bahia".
1872 a 1873	3.990.448 kg.				Manoel Jerônimo Ferreira — "A Província da Bahia".

<i>Ano</i>	<i>Exportação</i>	<i>Produção</i>	<i>Preços</i>	<i>Número de Engenbos</i>	<i>Observações — Fontes de Informação</i>
1873 a 1874	29.314.678 kg. +		Valor total da exportação: — Réis 3.210:626\$000.		"Fala do Presidente da Província da Bahia".
1874 a 1875	56.326.709 kg.		Valor total da exportação: — Réis 6.001:763\$000.		"Fala do Presidente da Província da Bahia".
1875 a 1876	29.825.795 kg.		Valor total da exportação: — Réis 3.065:230\$000.		"Fala do Presidente da Província da Bahia".
1876 a 1877	35.493.882 kg.		Valor total da exportação: — Réis 5.916:360\$000.		"Fala do Presidente da Província da Bahia".
1877 a 1878	44.798.311 kg.		Valor total da exportação: — Réis 4.086:641\$000.		"Fala do Presidente da Província da Bahia".
1886	5 barricas, 835.960 sacos com branco, 2.200 kg. masca- vo e quilos				<i>Anais do Arquivo Público da Bahia</i> — Vol. 14, pág. 35.
1887	170 barricas, 835.960 sacos				"Centro da Indústria e Comércio do Rio de Janeiro" —

	com branco, 2.200 kg. e mascavo 58.532.000 quilos.				1892 — Pág. 50. <i>Anais do Arquivo Público da Bahia</i> , Vol. 14, pág. 35.
1888	44 barricas, 674.342 sacos com branco, 4.400 kg. mascavo, 47.203.240 quilos.				"Centro da Indústria e Comércio do Rio de Janeiro" — <i>Arquivo Público da Bahia</i> , 1892 — Pág. 50. <i>Anais do</i> Vol. 14, pág. 35.
1889	15 barricas, 240.190 sacos com mascavado, 16.813.300 kg.				"Centro da Indústria e Comércio do Rio de Janeiro" — 1892 — Pág. 50. <i>Anais do Arquivo Público da Bahia</i> , Vol. 14, pág. 35.
1890	533 barricas, 48.047 sacos com mascavo, 34.165.590 kg. .				"Centro da Indústria e Comércio do Rio de Janeiro" — <i>Arquivo Público da Bahia</i> , 1892 — Pág. 50. <i>Anais do</i> Vol. 14, pág. 35.
1891	10 barricas, 244.888 sacos com branco, 1.000 quilos, mascavo 17.142.160 kg.				"Centro da Indústria e Comércio do Rio de Janeiro" — 1892 — Pág. 50. <i>Anais do Arquivo Público da Bahia</i> , Vol. 14, pág. 35.

Notas do capítulo:

(1) Vide Fernão Cardim, *Tratados da Terra e da Gente do Brasil*, págs. 230/231. — Nos primeiros tempos os lucros de um engenho eram enormes. Por eles atraíram situações brilhantes — de Capitães de Naus, por exemplo — muitos senhores de engenho do primeiro século. A instalação não era de muito custo, pelo menos em relação aos ganhos que ia dar. Gabriel Soares, a louvar a fertilidade da terra baiana, dizia: "acontece muitas vezes valer mais a novidade de uma fazenda que a propriedade", isto é, só de uma safra tirava o fazendeiro mais do que valia a terra e a fábrica. Um engenho grande como o de "Sua Majestade", em Pirajá, produzia e dava rendimento capaz de seu arrendatário poder pagar de renda anual seiscentos e cinqüenta arrobas de açúcar branco (Vide Gabriel Soares, *Tratado*, págs. 143/122).

(2) Vide "Discurso Preliminar", in *An. Bibl. Nac.*, vol. 27, págs. 292/293.

(3) Vide Carta de José da Silva Lisboa a Domingos Vandelli (1781), in *An. Bibl. Nac.*, vol. 32, págs. 500/550.

(4) Vide *Rev. Inst. Hist. da Bahia*, vol. 57.

(5) A produção mínima era a do engenho de Manuel de Saldanha com 241 a 24 de branco e 163 a 2 de mascavo. — Reproduzimos os números como se encontram no texto da *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, interpretando 5.200 a 20 como 5.200 arrobas e 20 libras. Simão da Fonseca Pita em 1757 era senhor do engenho Pindobas, diz-nos uma "Relação" de paróquias. — Estes números de produção atribuível ao "Engenho Freguesia" aproximam-se mais dos cálculos do "Discurso Preliminar" do que dos de Silva Lisboa.

(6) No partido do Iguape encontramos Marinhos, Falcões, Brandões e Rochas parentes dos Rochas Pitas do "Engenho Freguesia" e no partido do Continguiaba (Sergipe) há um Lourenço da Rocha Pita com 794 a 10 branco e 1.152 a 2 mascavado. — Dando a relação dos alambiques existentes enumera Caldas: "Simão de Afonseca Pita no Caboto... Antônio da Rocha Pita em Matoim... Coronel Luís da Rocha Pita em S. Brás (Plataforma — na Cidade e seu Termo)... Capitão Amaro de Sousa Coutinho na Pojuca, João Lopes Fiúza em Parnamirim". Vide José Antônio de Caldas "Notícia de Toda Esta Capitania da Bahia", *Rev. Inst. Hist. Bahia*, vol. 57, págs. 236/237. — Na "Relação" das freguesias de N. S. da Encarnação de Passé (1757) vê-se que o engenho Pitanga pertencia então ao capitão Matias Vieira de Lima e Meneses, S. Paulo a André de Brito de Castro, Pitanga aos jesuítas com capela de N. S. das Candeias, Pindobas a Simão de Afonseca Pita com capela de S. Antônio (Cabé fora de Antônio Fiúza), Carauçu a Matias Vieira de Lima e Meneses, Engenho Novo a Clemente Luís Moreira, Engenho d'Água ao Cel. Domingos da Costa e Almeida, Jacaracanga ao mesmo Coronel, Cornaibaçu, que fora de Luís da Rocha Pita era então dominado por seu irmão e testamenteiro Simão de Afonseca Pita. Mamão pertencia a D. Ana Sutil de Figueró, viúva de Sebastião Sutil de Siqueira. O engenho Pitanga (fazenda Socorro) era dos jesuítas. (Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 31, pág. 215).

(7) Mil pães de açúcar rendiam então: 2.000 arrobas de branco, 1.000 de mascavado e 40 pipas de mel. — Mais ou menos da mesma época (3 de julho de 1751) temos uma "conta" enviada pela Câmara da Vila de Santo Amaro da

Purificação à da Cidade do Salvador. "Custa uma tarefa de canas plantada dez mil réis". Eram precisas três limpas para as quais "são necessários noventa escravos a seis vinténs de jornal que regularmente costuma ganhar um escravo por dia no Brasil", montando esses jornais — dez mil e oitocentos réis. Cada tarefa de canas rendia "trinta carros de canas" e para cortá-las carecia de vinte foices — "que entre os lavradores se chama assim que vem a ser dois escravos", um que cortava as canas e outro "que vai amarrando em feixes e pondo em tuihas no agro, para o carro correr para o engenho". Gastavam-se doze vinténs por foice, importando todas vinte e quatro mil e oitocentos réis. O preço do carro dos trinta carros de canas era regularmente dois tostões cada carro, sendo o total dos trinta — seis mil réis. Moída a cana rendia quinze pães de açúcar que, quando bom, "deita para o lavrador dono da cana quinze arrobas de açúcar branco, sete arrobas e meia de açúcar mascavado e para o lavrador da oficina do Engenho de seu trabalho da sua moagem e purgação outro tanto de sua meação, separado o dízimo". Feito o açúcar havia que o transportar aos trapiches da Cidade com o que se despendiam seis vinténs por arroba, além das despesas com beneficiar e secar o açúcar nos balcões, caixas, pregos, carretos, fretes nos trapiches e barcos. "De sorte que plantada a cana e beneficiada no agro até o lavrador a meter dentro no Engenho para se reduzir o açúcar pela despesa que lhe faz como se mostra da primeira soma em trinta e um mil e seiscentos cada tarefa de cana; vendido este açúcar e havendo com ele respeito à despesa que com ele faz o lavrador até o trapiche da Bahia, importa em dois mil e oitocentos, que não é equivalente soma a da despesa com ele feita, pois não salvo os jornais dos escravos, e mais fábrica da sua cultura, donde provém a suma miséria a que se acham reduzidos todos os professores (?) desta lavoura". Os preços para compensarem e remunerarem deviam ser — açúcar fino 1\$600, branco redondo 1\$500, mascavado macho \$800, branco batido 1\$000, mascavado batido \$600, mascavado broma \$500 por arroba. (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador. Cartas do Senado aos Governos das Vilas e Capitânicas).

(8) Lembrar que na descrição-avaliação de 1811 aparece "um arado com seus rodeiros" (14\$000).

(9) Vide Prudêncio do Amaral e José Rodrigues de Melo, "Geórgicas Brasileiras", versão de João Gualberto Ferreira dos Santos Reis. — ed. Academia Brasileira e Regina Pirajá, — págs. 177/178.

(10) Vide *An. Arq. Públ. da Bahia*, vol. XIV, pág. 17.

(11) Vide Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, vol. I, pág. 177. — No inventário do Engenho Santana em Ilhéus, ao tempo do futuro Marquês de Barbacena (1810), não aparece menção de arado, falando-se em "enxadas", "machados", "foices de ferro de roçar", "foices de cortar canas".

(12) Vide Spix e Martius, *Através da Bahia*, pág. 157 (ed. Pirajá da Silva).

(13) Nas lavouras da Província do Rio de Janeiro o plantio da Caiena foi muito tardio, a crermos nas informações de Antônio Muniz de Sousa que nas suas "Viagens e Observações" escrevia em 1834: "há ainda muitos engenhos (em Campos) feitos antigamente de propósito para a cana-mirim e por isso com poucos cômodos e acessórios necessários para a fatura da caiena presentemente, por isso que os proprietários de tais engenhos fazem um com o trabalho

com que podiam fazer três". (pág. 122). Ainda naquele tempo os açúcares produzidos em Campos eram a maior parte "da cana-mirim ou crioula" (pág. 128).

(14) Diz o "Ensaio" que as canas Imperial (nome dado por Câmara à rajada), Malabar e Batávia fora Barbacena quem as mandara buscar, à sua custa, da Jamaica.

(15) "As melhores conhecidas presentemente são a Malabar, Batávia e Otaiti, importadas das ilhas francesas, para onde foram transportadas de seus países respectivos. Estas têm substituído e quase de todo banido a planta originária do Brasil. Nesta província além da cana-mirim ou crioula, se dá a Malabar, Batávia e Imperial vindas das Índias Ocidentais; e a Cayena importada desse país logo depois da sua conquista. A cana crioula foi por longo tempo a única aqui amanhada, e apesar de ser o seu açúcar de qualidade excelente, é tardia no seu crescimento e maturação, e dá somente dois cortes, enquanto a de Cayena oferece três, o que torna aquela de mui limitado cultivo, e substituída por esta e por outras das já referidas. A cana Imperial julgamos ser a mesma que a de Otaiti, ao menos corresponde na sua descrição. É esta qualidade da maior estima nas Colônias Inglesas, muito rápida em seu crescimento, sofre pouco com as secas, é pouco sujeita às ravagens da broca, e o seu açúcar cristaliza com mais regularidade do que qualquer outro". ("Parecer de uma comissão de negociantes sobre o meio de promover a agricultura da Bahia, dado sobre um ofício do Exmo. presidente, dirigido à Junta Diretora da Associação Comercial da mesma Praça — Bahia — Tip. Mercantil de E. J. Estrela — 1846", pág. 14).

DURANTE AS GUERRAS DA INDEPENDÊNCIA E DA SABINADA



EGRESSEMOS de tão longínquas viagens ao "Freguesia", de que há muito ainda o que contar.

Enquanto dormia o demoradíssimo inventário do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita ocorreu, ali, no ano de 1815, um abalo sísmico, com desmoronamento, caso assim contado por Acióli nas suas *Memórias Históricas*: "em uma das noites de junho de 1815 ouviu-se no engenho Caboto um grande estrondo subterrâneo, consecutário de terremoto submarino,

e na manhã seguinte achou-se desmoronada, e em parte subvertida, uma colina nas proximidades do antigo reduto levantado na foz do rio Cotegipe, durante a ocupação dos holandeses, aparecendo então entre esse desmoronamento grandes pedaços de carvão-de-pedra, pirites, e molibdênio cujas amostras sendo por diversos particulares enviadas para o Rio de Janeiro, onde foram submetidas, por determinação régia, ao exame do referido major Guilherme Cristiano Feldner, deram em resultado duas qualidades de carvão-de-pedra, uma superior ao melhor conhecido de Inglaterra, e outra mais inferior, importando certo petrificado classificado no sistema de Linneu, com a denominação de *Letrantax vegetalis*, o qual servia de auxiliar à formação do primeiro, ou qualquer outro, segundo foi comunicado ao Governador Conde dos Arcos, em aviso de 28 de novembro do mesmo ano, expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, determinando-se-lhe, em outro aviso de 1.º de janeiro do ano seguinte, prestasse àquele Feldner todos os auxílios

de que ele precisasse, para a comissão de que veio encarregado de investigar esse interessante produto natural, a cujo respeito porém nenhuma outra medida tomou-se, conquanto as ulteriores indagações dessa comissão correspondessem em tudo ao predito exame, e seja constante abundar o mesmo carvão em outros diferentes pontos da província, não menos aproximados à capital, quais a ilha de Itaparica e o distrito de Pirajuaia” (1).

Esse cenário assim torturado pelas grandes forças ocultas da natureza em breve assistiria a episódios de guerra em que se defrontavam brasileiros ávidos de liberdade, e portugueses que baldadamente pretendiam reter, sujeita pela força, uma nação que já não se conformava em ser colônia.

Em todos os tempos a Boca do Rio fora ponto de grande importância bélica; como ainda hoje.

Durante as lutas da Independência voltou esse sítio do “Freguesia” a ser militarmente ocupado; e pode dar-nos idéia de quanto então valia, a menção no “Mapa demonstrativo das bocas consumidoras do exército pacificador pelo comissário-geral em o dia 8 de abril de 1823” dos pontos “Maré e Boca do Rio” com novecentos e sessenta e seis homens de guarnição, durante algum tempo comandados pelo Tenente-coronel Antônio Dias de Oliveira e Andrade, tendo por imediato o Alferes José Ricardo da Luz (2).

Boa parte destes soldados patriotas deveria ter assistido — ansiosos e afinal exultantes — uma das mais belas ações navais de João das Botas, desenrolada naquelas proximidades.

Quando todas as manhãs e todas as tardes a Bahia se coalha de embarcações do Recôncavo — velas brancas, curvas e pandas ao afago da viração riscando a superfície do golfo; lanchas leve, suave e orgulhosamente inclinadas, numa espécie de contraditório langor altivo ou carícia impetuosa; quando os olhos fascinados e embevecidos as seguem, que se distanciam ou apartam, bordejam ou se fazem ao largo — não nos maravilha tão-só o espetáculo deliciosíssimo à vista (3). Domina-nos envaidecido respeito evocador que faz ressurgir daqueles lenhos, como aparições do passado, outros iguais que tantas vezes combateram piratas e batavos e todas as vezes venceram o luso.

A imaginação patriótica teima uma nítida certeza de serem os barcos que agora cruzam com tanta galhardia o mar verde-azul bordado de ilhas, os mesmos de João das Botas.

E se passa algum à bolina entre Maré e Paripe, logo nos acode o episódio que vamos lembrar.

Quando foi da guerra da Independência (25 de junho de 1822 a 2 de julho de 1823) em portos, enseadas, entradas de rios, cavaram-se trincheiras alertadas de patrulhas e sentinelas a oporem-se às sempre frustras tentativas de desembarques do inimigo. Saubara, São Francisco, Santo Amaro, Paramirim, Passé e todas as ilhas continham o propósito do português de se abastecer no Recôncavo ou ali lançar forças capazes de romper a aguerrida linha que assediava os “marotos”.

Se estes tomassem a Boca do Rio, penetrassem angra a dentro e efetuassem um desembarque em feliz investida à retaguarda das forças sitiadas?

E se dominassem Matoim, “Freguesia”, Passé.

Seria talvez a perda, para os brasileiros, da nobre campanha em que se exauriam.

As lições da guerra holandesa estimulavam ao luso a tentar um golpe de mão à Boca do Rio; o que fizeram os soldados de Madeira em Itacaranha, para o ataque infeliz e a derrota de Pirajá, bem podiam pretender na baía de Matoim. Mas lá estavam guardas ativos dos postos que, em abril de 1823, assistiram, a princípio inquietos e afinal entusiasmados, a uma das façanhas do grande marinheiro do Recôncavo.

Já os patriotas baianos haviam organizado a flotilha de barcos armados com que, em loucas investidas, tanto contribuíam na frente marítima para fechar o cerco à cidade retida pelos portugueses como para desmoralizar o ímpeto guerreiro destes, aumentando-lhes a fome na praça bloqueada. Apregoando a quanto estavam decididos os brasileiros, que disputavam liberdade prontos a todas as empresas, Botas já mostrara, com os que o seguiam e imitavam, de quanto era capaz a esquadra de veleiros que comandava, a fustigar ou desdenhar brigues, canhoneiras e patachos de guerra de Portugal.

“Pelo meado de abril (de 1823) começaram a aparecer mais canhoneiras e barcos inimigos que, unindo-se aos fundeados no Porto do Bonfim, denominado Poço, iam constantemente piratear às Costas de São Tomé, Itacaranha, Ilha de Maré e lugares circunvizinhos”, obrigando os brasileiros daquelas praias a “não largarem um momento as armas das mãos porque era então grandemente considerável o número de tais embarcações”.

Isso narra Ferreira da Nóbrega, que adiante acrescenta haverem chegado a Itaparica a 29 de abril quatro barcos transportes carregados de tropa, vindos das vilas do sul — Valença e Boipeba.

Era mister atravessar a baía para levar ao exército assediante aqueles reforços; atingir Boca do Rio e entrar pelo esteiro para desembarcá-los em Passagem ou Cotegipe, Mapele ou Aratu.

Difícil conjuntura; imenso o risco ante numerosos barcos e canhoneiras portuguesas. Havia porém de forçosamente conduzir à batalha os que de tão longe vinham para lutar.

Botas incumbir-se-ia de comboiá-los e defendê-los.

Na manhã seguinte (30 de abril) partiram os barcos com a tropa de Valença escoltados por outros tantos de guerra.

Mal avistadas as velas brasileiras e divisado o rumo que levavam, desferram portugueses do Poço em nove barcos, confiados em vencer e destruir a pequena frota inimiga, senão pela superioridade de armamento e tonelagem, pelo número de embarcações.

À uma hora da tarde começou a peleja, que só terminaria às oito da noite.

Bravura e habilidade dos nossos estorvaram os lusos no intento em que vinham de impedir alcançassem os transportes e tropas seu destino; ou, se pudessem, afundar toda a pequena armada dos baianos.

Chegaram, porém, os soldados aonde iam, e Botas pôde regressar triunfante, tendo metido a pique durante a pugna duas barcaças inimigas (4).

*
* *

Em fins de 1837 estala a revolução “Sabinada” e os rebeldes se assenhoreiam da Cidade. Retiram-se governantes legalistas para o Recôncavo. Como na campanha da Independência, mobilizam-se os senhores de engenho, repetindo-se a guerra de assédio, a avançar pelos mesmos caminhos até Pirajá, e de Pirajá à vitória final numa feroz batalha dentro das ruas da Capital, fumegantes de incêndios.

Durante a luta, que durou quatro meses (novembro de 1837 a março de 1838), em meio à desordem e incapacidade governativa dos rebeldes, tentaram estes um golpe que talvez os salvasse: romper o bloqueio marítimo, desembarcar num ponto do Recôncavo, atravessá-lo, marchar para as bandas da Feira de Santana, ali formar uma forte divisão, atacar pela retaguarda os sitiados — vencê-los.

A ousadia cintilava sedutoramente, fazendo vibrar os ânimos revolucionários já abatidos por sombrias perspectivas. E em Higinio Pires Gomes, o escolhido para levar a cabo a arriscada empresa, luzia auréola de indômita coragem.

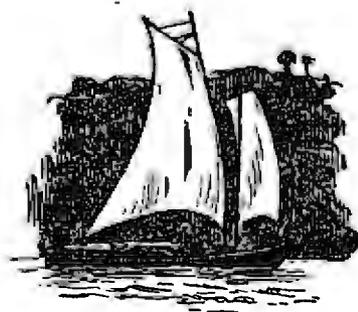
Na noite de 8 para 9 de março de 1838 embarca Higino em companhia de vários oficiais e uma coluna de quinhentos homens em quatorze baleeiras e um lanchão, conduzindo armas de sobressalente e munições; ilude a vigilância das embarcações de serviço dos legalistas e busca o interior da Bahia para ir aportar à Boca do Rio; — “começando já do mar os ensaios de seus despojos e de sua vitória” — lê-se numa proclamação revolucionária.

Ia a coluna rebelde atravessar o Recôncavo e levava, como um de seus estímulos de guerra, ódio e gana vingadora contra os senhores de engenho: “terá certamente o Recôncavo de reconhecer que a revolução de 7 de novembro não tem outro essencial objeto que procurar a liberdade e igualdade sociais. . . verá o nosso Recôncavo que a nossa Revolução quer que as leis sejam justas e úteis igualmente para com o pobre, o pequeno e o desvalido, como podem ser para com os ricos, grandes e poderosos” — dizia o chefe militar dos rebeldes, Sérgio Veloso, numa proclamação.

Em “Freguesia”, não se encontrava à testa do engenho — o rico, o grande, o poderoso. Malbaratava-o aquele castelo em crise de divisão e partilha. Os mandos antigos abastardavam-se na fraqueza de herdeiros numerosos em dissídio.

Nada temeu ali a coluna de Higino; e passou.

E penetrou o Recôncavo para ser batida fora dos massapês, já nos tabuleiros de Humildes, próximos à Feira de Santana, meta não alcançada.



Notas do capítulo:

(1) Vide Acióli-Brás do Amaral, *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*, vol. VI, pág. 141. Vide também Teodoro Sampaio, “Movimentos Sísmicos na Bahia de Todos os Santos”, nos *Anais do Quinto Congresso de Geografia*, vol. I, pág. 362.

Sacramento Blake, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, vol. I, pág. 377, informa que Baltazar da Silva Lisboa escrevera um relatório sobre "o carvão-de-pedra da mina descoberta no rio Cotegipe em 1813", não sabendo onde fora publicado, nem mesmo se o fora.

(2) Vide Acióli-Brás do Amaral, *Memórias Históricas*, vol. IV, pág. 41. — Foi criado para facilidade das comunicações da campanha um serviço de correios e se indicam os responsáveis pela condução dos officios — de Passé a Caboto Velho — de Caboto Novo, até Boca do Rio e a Passé — da Boca do Rio até São Tomé. (*An. Arq. Públ. Bahia*, vol. III, pág. 253). — Felisberto Gomes Caldeira, estando na Vila de São Francisco em "trabalho contra a corja marotal" e indo daí para o quartel das forças da Torre e Pirajá, fazia caminho a "saltar na Boca do Rio" para ali saber onde estava o quartel. (2º de outubro de 1822 — *An. Arq. Públ. Bahia*, vol. XIII, pág. 11). — Vide Títara, "Paraguaçu", nota ao canto 5º, in *Rev. Hist. Bahia*, vol. 49, pág. 42. — Canta Títara (págs. 2, 3 e 49).

"De Cabrito a Passé onde o audaz Dias
Desde que a luta se encetou famosa
Ativíssimo e honrado o mando preenche".

E falando das tentativas portuguesas:

"... A Itaparica novo as forças provam
Sempre em dezar e perda. Devolvidos
Lustram Maré, altiva, onde Machado
Com Patachó os pulsa: Passé miram
Onde denodo e vigilância Dias
Desempenha: também observam cautos
Matoim que Ricardo guarda ativo.
De:de tua garganta, ó Cotegipe,
Que ao reverso do exército era entrada,
Vão as quilhas costeando..."

(3) Vide Padre Simão de Vasconcelos, *Crônica da Companhia de Jesus*, vol. I, pág. 21: "são vistas aquelas baías, rios, portos, boqueirões, entradas e saídas, continuamente chejos de velas, quais grandes quais pequenas, todas sem conto: os arrais brancos, os marinheiros pretos". — Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, pág. 568, diz que os holandeses conheceram que a frota de D. Fradique não era dos seus, quando "a viram pôr de largo em fileira e meia-lua que quas: cercava da ponta de Sto. Antônio até a de Tapagipe toda a enseada em que está a cidade, e virem-se os barcos portugueses do Recôncavo meter entre ela".

Já em 1584 era essa frota de barcos do Recôncavo numerosa e eficiente em serviços de guerra: — "todas as vezes que cumprindo serviço de S. Magestade se ajuntarão na Bahia mil e quatrocentas embarcações: de quarenta e cinco para sessenta palmos de quilha, cem embarcações mui fortes em cada uma das quais podem jogar dois falcões por proa e dois berços por banda; e de quarenta e quatro palmos de quilha até trinta e cinco se ajuntarão oitocentas embarcações, nas quais pode jogar pelo menos um berço por proa; e se cumprir ajuntarem-se as mais pequenas embarcações ajuntar-se-ão trezentos barcos de trinta e quatro palmos de quilha para baixo, e mais de duzentas canoas e todas estas embarcações mui bem remadas. E são tantas as embarcações na Bahia porque se servem todas as fazendas por mar; e não há pessoa que não tenha

seu barco, ou canoa pelo menos; e não há engenho que não tenha de quatro embarcações para cima; e ainda com elas não são bem servidos". (Gabriel Soares, *Tratado*, págs. 142/143).

Falando Gabriel Soares da defesa da Cidade por mar, diz "não tem remédio mais fácil para se poder defender dos corsários que na Bahia entrarem que pelo mar com quatro galeotas que com pouca despesa se podem fazer, e estarem sempre armadas, à sombra das quais podem pelejar muitas barcas dos engenhos, e outros barcos em que se pode cavalgar artilharia para poderem pelejar" (*Tratado*, pág. 116). — Ao tempo em que escrevia (1584) faziam-se na Bahia "caravelões, barcas de engenhos e barcos de toda sorte" (pág. 323).

Rocha Pita registrava: "tantos barcos que conduzindo mantimentos e todo o gênero de regalos à Cidade se vêm nas suas praias cada dia mais de oitocentos, sendo quase dois mil os que cursam a sua carreira, alguns tão possantes que carregam sessenta e mais caixas de açúcar, trezentos e mais rolos de tabaco". (*Hist. América Portuguesa*, pág. 48). — A este respeito eis as impressões de Martius: "sendo a praça abastecida de víveres, principalmente por via marítima, vê-se chegar todos os dias um grande número de embarcações, conduzindo não só os produtos das vizinhas fábricas de açúcar, como muitos artigos do interior do país (milho, arroz, farinha de mandioca, legumes, aves domésticas, peixes, etc.). Nada se compara à movimentação do porto da Bahia, mormente nas vésperas de festas. Então o observador será levado a tirar uma falsa conclusão da população dessa Província, se não souber que muitas dessas embarcações vêm de lugares distantes vinte e trinta léguas. O maior número delas pertence às povoações e engenhos da enseada, cujas margens, em toda a sua extensão, conjuntamente às regiões navegáveis dos rios que nela desembocam, são conhecidas sob a denominação de Recôncavo". (Spix e Martius, *Através da Bahia*, pág. 67).

(4) Vide Bernardino Ferreira da Nóbrega — "Memória Histórica sobre as vitórias alcançadas pelos Itaparicanos no decurso da campanha da Bahia, quando o Brasil proclamou a sua Independência", págs. 161/162. Títara no poema "Paraguaçu" assim cantou esse feito:

"Quando o dia penúltimo fulgia
Do quarto e aquoso mês, bélicos olmos
Da Lamenece Esquadra se enristaram
Com quilhas da baiense; troa o bronze
E depois que Pereira, Alves e Botas
No engajado conflito o nome eternam,
Vêm ovantes, que o inimigo, entre dezares
Tomam, e os vasos seus, veloz fugida."

Títara diz em nota que eram três as barcas brasileiras engajadas na luta, sendo uma delas "Maria da Glória", comandada pelo piloto Manuel Pereira da Silva — o Pereira a que alude no poema. Vide *Rev. Inst. Hist. da Bahia*, vol. 49, pág. 97. — No inventário do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita figura uma petição do Capitão Cristóvão da Rocha Pita, administrador do casal em 1821-1822, datada de fevereiro de 1825, em que alega: "das fazendas do mesmo casal se vendeu para o exército pacificador pelo vaqueiro Luís da Rocha Pita de quem o suplicante é procurador umas poucas cabeças de gado vacuum que ao todo importou na quantia de 1:225\$500, que pelos vales se fez a conta na Contadoria, e se mandou pagar por despacho da junta da Fazenda em 17 de maio deste ano."

A CASA DE VIVENDA



PARECE na avaliação de 1811 esta descrição, que se ajusta, sem tirar nem pôr, à casa de hoje — 132 anos passados: “uma morada de casa de vivenda nobre de sobrado com primeiro e segundo andar com eirado, em fundo da dita propriedade outro quarteirão de casa que serve para arranjo da Família, tudo feito de pedra e cal com a caixa de paredes mestras, contígua à dita casa de vivenda uma capela com dois consistórios, sacristia, átrio, campanário e coro com forro

de volta na capela-mor e na frente da dita capela uma escadaria que faz entrada da capela e da casa, tudo de pedra e cal e avaliada a casa e capela em atenção a haver necessidade de algum conserto no interior da casa e forro da capela em doze contos de réis”.

Em 1832, na segunda avaliação, a descrição é a seguinte: “uma casa de vivenda de sobrado nobre com dois andares, um eirado e no fundo um quarteirão também de pedra e cal assim como a casa, repartimentos de tijolos, duas cozinhas, contígua à casa uma capela com dois consistórios, sacristia, átrio, campanário e coro, com forro de volta na capela-mor e na frente da dita capela uma escadaria de pedra para entrada desta e da casa tudo muito arruinado, com falta de muitas portas e janelas, e nas cozinhas também arruinadas, avaliada no referido estado em cinco contos de réis”.

Vê-se não haverem passado impunes os anos de abandono ou de abusivo domínio por inaptos ao gozo daquela mansão, que caminhava para o desmoronamento de que a salvou o Conde de Passé (1).

Registra o inventário de 1877: “uma casa nobre com caixa de paredes de pedra e cal tendo de frente vinte e dois metros e oitenta e cinco centímetros, e de fundo vinte e dois metros e quarenta centímetros; na frente tem no pavimento térreo duas portas e quatro janelas e no interior uma sala que serve de estrebaria; sobreloja que tem na frente seis janelas de madeira, do lado do sul quatro janelas e uma porta e do lado do norte três portas e duas janelas; no interior tem uma pequena sala de entrada, um corredor com cinco quartos e outro corredor com mais cinco quartos. No pavimento superior tem de frente seis janelas rasgadas com grades de ferro, do lado do norte tem cinco janelas rasgadas, do lado do sul seis janelas rasgadas, todas com grades de ferro, e uma porta com escadaria de pedra que dá entrada para a dita casa e para a capela. No interior tem duas salas de frente, dois quartos, duas saletas, corredor, doze quartos, cozinha e pátio. Sótão com seis janelas de madeira que dão para o telhado — uma sala e oito quartos — sete contos de réis”.

Três salas, três saletas, dois pátios, trinta e dois quartos, três corredores, duas cozinhas, uma estrebaria — era uma grande casa, uma das maiores do Recôncavo e que ainda hoje sugere ao visitante admirado curiosidades e perguntas.

Em que ano foi edificado tão vasto e imponente espécime de arquitetura rural?

Por quem?

Os documentos conhecidos não respondem.

A estrutura da construção, com seus ornatos, afasta desde logo a hipótese de ter sido levantada ainda no século XVI por Sebastião de Faria ou por seu pai Sebastião Álvares. Não importa ter Gabriel Soares escrito — “engenho de Sebastião de Faria . . . o qual tem grandes edificios assim de engenho como de casa de purgar, de vivenda e de outras oficinas . . . a qual fazenda mostra tanto aparato da vista do mar, que parece uma vila”. Seria a vivenda de então um grande edificio, mas não o atual que a substituiu, provavelmente mais grandioso e mais bonito (2).

Raros são os testemunhos arquitetônicos do primeiro século na Bahia.

Se tirarmos a torre da igreja da Graça, lado sul do templo, que não foi reformada; a capela apegada às ruínas do solar de Garcia Dávila, de que temos uma descrição de Fernão Cardim, a desenhar com mui pequenas diferenças a igreja ainda existente; talvez a pequena ala antiga do mosteiro de São Bento, quase podemos garantir que da época quinhentista baiana nada nos resta.

Mas desse pouco basta uma minúcia — a verga das janelas — para excluir a idéia de enfrentarmos no sobrado de “Freguesia” uma casa do primeiro século brasileiro.

Bem podemos assegurar que naquela época não se usava senão a verga reta ou em arco romano, em janelas e portas. O uso da arqueada, se não é possível, com precisão, datar, foi certamente posterior a 1600 ⁽³⁾.

É então o “sobrado” de “Freguesia”, construção do século XVII?

Quem o teria erguido com tanta exibição de riqueza e grandiosidade naquelas calendas de 1600?

Só acodem suposições.

Entre 1618 e 1624 esteve o engenho na posse, como diz Jaboatão, de “um homem muito rico”, Manuel Rodrigues Sanches, com quem se casara a 11 de maio de 1618 Brites de Almeida, neta de Sebastião de Faria, que com toda a probabilidade lhe levava em dote toda ou parte daquela propriedade. Tão rico e agora senhor do engenho, tivera o capricho de, desdenhando a velha casa dos avós da mulher, construir nova ⁽⁴⁾.

Em 1625 casa-se Brites de Almeida, a viúva daquele homem muito rico, com João Pais Florião, a cuja fortuna se referia o Governador Francisco Barreto desta maneira: “sua fazenda é considerável”. Se não foi Rodrigues Sanches o construtor do sobrado, seria João Pais Florião, entre 1625 (quando com seu casamento recebe o engenho) e 1658, quando vamos encontrá-lo velho e perseguido, e já incapaz de tamanho empreendimento suntuário?

Se, porém, até 1658 não existia o sobrado, tal qual o vemos, não foi ele levantado entre este ano e o de 1680 ou 1690, pois em tal período caiu “Freguesia” em decadência. Os descendentes de Sebastião de Faria entraram a dissipar cabedais. Fechou-se o engenho em fogo morto para afinal, entre 1680 e 1690, ser vendido a Antônio da Rocha Pita.

Seria então Antônio da Rocha Pita, o velho, rico senhor de largos latifúndios, o construtor do sobrado e capela?

Chegamos ao século XVIII.

Não sendo Antônio da Rocha Pita o edificador do “sobrado”, seriam descendentes seus, como ele opulentos e de fazenda capaz: ou Simão da Fonseca Pita ou Francisco da Rocha Pita, seus filhos, na primeira metade do século, ou Cristóvão da Rocha Pita, seu neto, nos começos da segunda?

Cristóvão da Rocha Pita, o Capitão-mor, já em 1759 morava em “Freguesia”, onde tinha um viveiro de peixes. Na nova casa,

que construíra em substituição à antiga, ou na que já ali existia, fabricada por seu pai, ou seu tio, ou seus avós?

São sugestões estas que apenas traçam roteiros à curiosidade insatisfeita, talvez mais feliz se recorrer às comparações de elementos arquitetônicos, com que já a princípio afastamos a hipótese de uma construção quinhentista.

Será possível, porém, pela arquitetura fixar a época daquele monumento rural da colônia?

Sim e talvez.

Magníficos fundamentos nos adviriam do confronto das linhas da casa de vivenda de "Freguesia", com as das ruínas da do engenho Caboto, onde, quase podemos afirmar com certeza, Simão da Fonseca Pita, que faleceu em 1760, iniciaria, sem contudo concluir, a construção de um grande sobrado, de porte semelhante ao de "Freguesia".

Cristóvão da Rocha Pita, herdeiro dos remanescentes do espólio do tio, recebeu por sua morte o engenho Caboto, e, ou porque já habitasse a grande casa de "Freguesia", ou porque estivesse a construí-la (3), abandonou a obra de Caboto, que em 1811 era assim descrita: "uma casa feita de pedra e cal ainda por acabar com uma parede de um lado e outra divisória em altura de vigamento e com seu prospecto de nobreza, com algumas pedras carcomidas das mesmas paredes — dois contos de réis; uma capela de celebrar missa feita de pedra e cal com sua escada de cantaria na frente com capela-mor, sacristia, púlpito e coro bastante arruinada — trezentos mil réis".

As ruínas de Caboto, sendo de uma construção cuja época conhecemos — começada antes de 1760 —, poderiam servir de ponto de reparação nesta nossa viagem à busca de uma data provável para o sobrado de "Freguesia". Entretanto, ainda quando mostrassem grandes semelhanças arquitetônicas com a casa de vivenda do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita, nada seria lícito daí concluir com segurança. Dado o espírito de imitação, poderia a obra inacabada de Caboto tanto ser modelo como cópia do sobrado de "Freguesia".

Em todo caso, uma marcante analogia entre ambas induz a afirmar não existir entre a idade delas uma diferença maior de cinquenta anos.

Esta conjectura, situando a época da construção da "casa de vivenda" de "Freguesia" entre 1700 e 1770, é a que parece melhor conformar-se com certa esbelteza, quase leveza, que o chamado estilo colonial ali assume, patenteando ser aquele solar menos antigo

que o seu vizinho do atual engenho Matoim, no último quartel do século XVIII também pertencente a elementos da família Rocha Pita, aos sobrinhos do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita, filhos de seu irmão Antônio (6).

Infelizmente nos falecem também documentos e qualquer notícia sobre a época em que foi erguida a casa de Matoim, evidenciadora na pobreza de ornatos, na secura severa das linhas, na maior “horizontalidade” de fisionomia, na sua mais acentuada tendência ao quadrado e ao cubo, na ausência de entablamento, sequer de cornija, que ampare o despenhar abrupto do beiral de três telhas invertidas sobre as paredes lisas — não só de uma construção mais velha como menos pretensiosa.

Se buscarmos, porém, uma casa datada para confronto, deparamos, no Paço da Câmara de Santo Amaro, feito em 1760, semelhanças tais com a vivenda de “Freguesia” que se diria terem sido riscadas pelo mesmo arquiteto.

Mas a não ser a Matoim, não quer “Freguesia” render vassalagem de maior vetustez a outras grandes e velhas casas de vivenda do Recôncavo ainda existentes ou de que nos ficaram gravuras ou fotografias — nem Cinco Rios e Lagoa — talvez suas contemporâneas — nem Embiara e Vitória do Paraguaçu, muito mais recentes (7).

Ao cabo de tão longo alvitrar, deduzir, contrariar, não fica mal ao escritor honesto da crônica documentada não haver chegado a qualquer conclusão.

Indubitável e real naquele “sobrado” é a imponência de que ele se reveste — vasta massa antiga de alvenaria a acordar nos que a vêem e visitam, entre românticas evocações, o apetite das ressureições.

Se a história com seus alfarrábios recua e nada responde, o gosto artístico compensa-lhe a ausência silenciosa. E não há como tentar descrições e aventar comentários quando a fotografia está dizendo quase tudo.

Só aos muito indiferentes à vista e emoções de coisas antigas necessitaríamos chamar a atenção para a largura das tábuas dos soalhos, as janelas com postigos sem vidros, o ressalto das sacadas com “cachorros” recobertos por caixotes; para as grades das janelas rasgadas, que estamos quase a assegurar substituíram, na reforma de 1856-57, os antigos varais de ferro com nós; e para os ornatos das janelas, que elegantemente dividem a fachada em três ordens, num crescendo de enfeites discretamente intencionais, a graduarem na frontaria do solar a nobreza dos andares. Ainda lhes esperta-

ríamos a observação quanto ao esquisito da entrada comum de casa e capela; e para a falta de varandas exteriores, compensada com dois pátios internos que recordam o velho sistema de reclusão da família, das mulheres.

Para os amantes de antigualhas, apenas duas notas relativas à pintura da sala de jantar, a um dos pátios, à cozinha e à posição da casa em relação à fábrica.

Na reforma de 1856-57 cremos ter Passé mandado apenas avivar e refazer a antiga pintura do salão de visitas, tal é o caráter vetusto que tem. Existe mesmo uma particularidade que situa aquela ingênua decoração na primeira década do século XIX, podendo ser anterior. Tollenare, nas suas “Notas Dominicais” (1817), notava que os aposentos das casas da Cidade do Salvador eram pintados “repetindo-se simetricamente portas e janelas fingidas” (8) e naquele salão de “Freguesia” essa paixão pela simetria levou o pintor a arremedar uma porta a que não falta, para melhor iludir (?), uma mal desenhada chave na fechadura. O engenheiro Guirlando, quando da restauração pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1948, cometeu o erro de não conservar os restos da pintura que poderia ser completada, mandando cair o salão sem barras nem frisos.

A decoração, porém, da sala de jantar, composta com certo requinte, a destacar-se de umas orlas ricas nas ombreiras e vergas de portas e janelas, é de 1856-57, em *afrescos*, representando paisagens campestres e marinhas, ruínas, árvores, fortalezas, castelos, — tudo concebido com gosto e executado com mestria a revelar um bom artista, talvez o mesmo a quem, mais ou menos na mesma época, Passé incumbira de decorar sua casa nobre da Cidade, ao Largo do Teatro, hoje Praça Castro Alves.

Manuel Querino, no livro *Artistas Baianos* escreveu: “estudou (Manuel Vaz da Costa) decoração com o pintor francês Carlos, que produziu a melhor decoração que a Bahia possui no palacete do “Visconde de Passé” hoje *Diário da Bahia*, para receber D. Pedro II em 1859. Este trabalho decorativo é de grande importância: tetos de real beleza, paredes ricamente ornamentadas, de uma simetria irrepreensível e combinações de cores magníficas” (9).

Em outros tempos, completa e perfeita, com o colorido das pinturas ainda não atingido pelo desgaste dos anos, cadeiras alinhadas, as talhas, com a coroa imperial, e coco de prata a um canto, o longuíssimo aparador encimado nas extremidades por duas grandes jarras douradas, de que fala o inventário de 1877, aquela sala de jantar era um esplêndido espécime das que, através idades, reuni-



Porta da fachada posterior do Paço da Câmara de Santo Amaro; em que figura a data da construção — 1760.

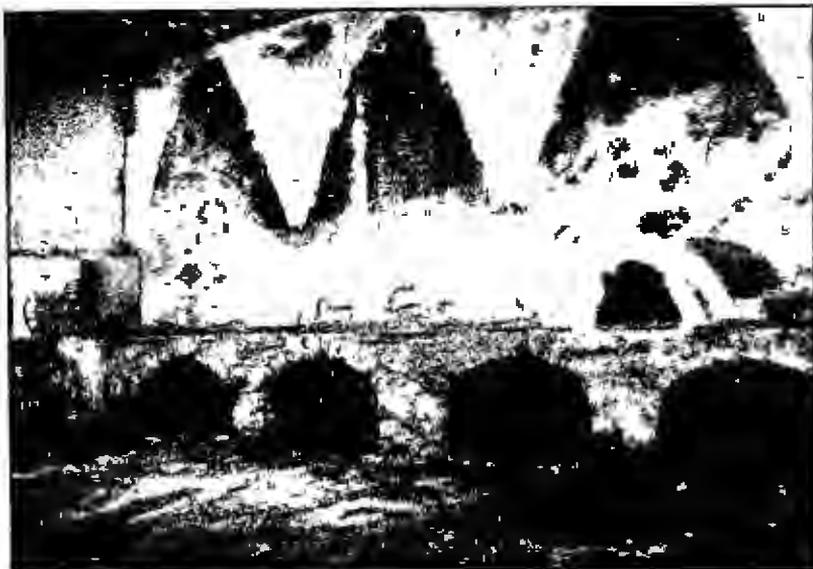


Paço da Câmara Municipal de Santo Amaro. Note-se na fachada lateral não alterada em remodelação como a principal a semelhança de certos elementos arquitetônicos com os do sobrado do “Engenho Freguesia”.



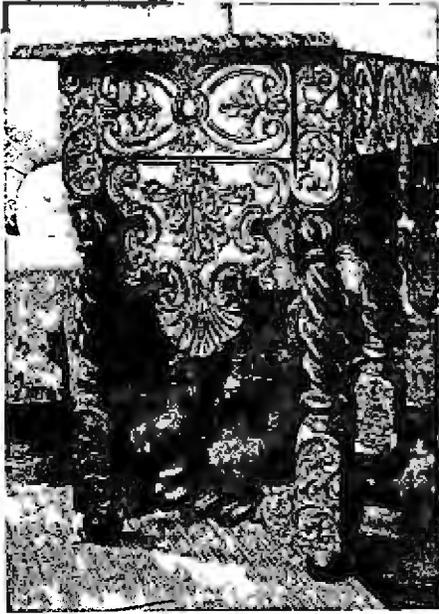
*Corredor no andar intermédio do sobrado do
"Engenho Freguesia".*

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)

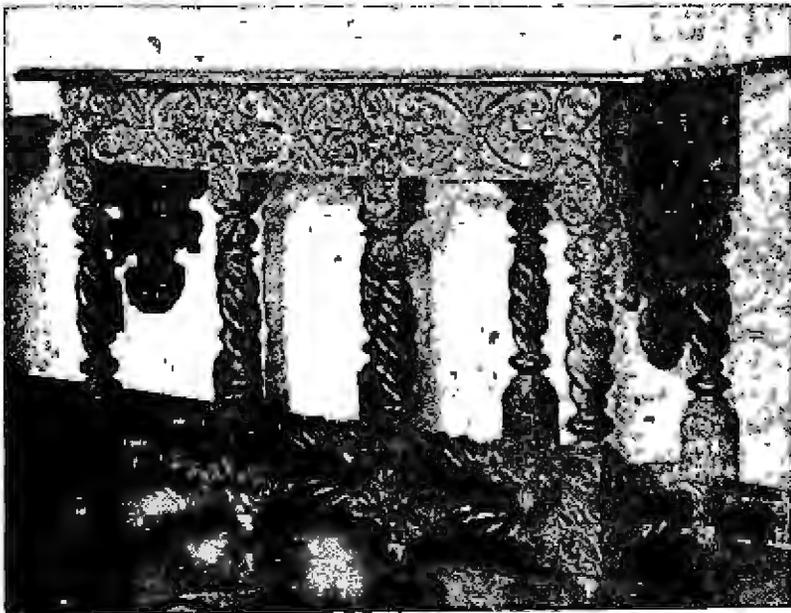


Parte das ruínas da antiga cozinha do sobrado do "Engenho Freguesia", vendo-se os sinais de três das demolidas chaminés.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



Remanescentes do antigo mobiliário do “Engenho Freguesia”. Mesa arrolada no inventário de 1811: “uma mesa de jacarandá com suas talhas de pés torcidos — 4\$280”.





*Remanescentes do antigo mobiliário do “Engenho Freguesia”.
“Toilette” e cama do quarto nobre.*

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)

ram, muito ao gosto português-brasileiro, em torno à mesa de comer e conversar, família, convivas, sociedade.

Perto, mas sem comunicação direta com ela, fica o primeiro e pequeno pátio, de soturno aspecto.

As paredes fechadas e lisas, mordidas de umidade, abrem apenas uma janela para um quarto do andar nobre e duas portas de acesso no andar intermediário. Vestígios de janelas e portas, posteriormente tapadas, que davam para a sala de jantar, levam-nos a reconstituir um varandim de contorno, com gelosi oriental, que seria ainda encantador, não tivesse sido sacrificado, muito provavelmente na reforma de 1856-57, para que numa comprida parede do refeitório, o pintor colorisse suas amplas paisagens e o marceneiro encostasse extenso móvel.

Se existisse hoje tal como era primitivamente, teríamos muito próximos, em “Freguesia” e “Matoim”, dois tipos diversíssimos de pátios internos setecentistas: o de “Matoim”, com pilares e arcadas, numa reminiscência de claustro; o de “Freguesia” com rótulas e balcões em mornas treliças translúcidas, a recordarem cenas toledanas.

Mais para o interior está a antiga cozinha, infelizmente mutilada e arruinada. Ainda lhe vemos, tomando o fundo de toda uma parede, com pequenas e sucessivas arcadas de tijolo, o longo balcão sobre que se assentavam as trempes. Ao alto, avançando como em docel, oito largos funis de alvenaria, terminados em curtas chaminés, faziam a tiragem dos excessivos fumos e calores de tantas fogueiras alimentadas por lenhas fartas, muito ali à mão depositadas embaixo das arcadas. Roldanas e correntes facilitavam a remoção dos caldeirões e grandes panelas nos dias de banquete. Como uma só abertura — porta para o segundo pátio —, no vazio silencioso da ampla e escura cozinha de outrora, a gente imagina por ali acoradas escravas, mucamas e crias na múltiplice labuta de matar e depenar, moer, bater, temperar, e, em face do fogão-balcão, as abrasadas cozinheiras mexendo e provando, “atiçando fogo” e “abanando lumes”.

Os que hoje vemos a que minúsculas proporções chegaram as das nossas casas da cidade, dificilmente compreendemos o que havia, em ruídos e movimento e gente ocupada nos mais diversos misteres, numa cozinha de engenho, ao tempo da escravidão.

Alteia-se a casa de vivenda num começo de encosta de pequeno morro, a levantar-se com tão acentuado aclive que os três andares da fachada se encolhem num só piso na parte posterior do edifício.

Raros são aliás os “sobrados” do Recôncavo não construídos assim em terreno em rampa, quer no sentido de frente a fundo, quer no lateral, parecendo que nesse sistema havia a preocupação do fácil escoamento das águas.

Já quanto à distância ou proximidade entre residências, fábricas e senzalas, dentro da grande diversidade dos engenhos baianos, “Freguesia” podia enquadrar-se em distinto meio-termo.

É muito provável que, ao se fundarem os primeiros engenhos, a morada do dono e as casas de moenda e caldeiras e purgar fossem contíguas, formando uma só peça de uma só cumeeira. Vimos ainda uma assim — a do engenho Dom João, já transformado em usina, antes que se construísem as novas residências de seus atuais proprietários. Depois vi a de São Gonçalo do Poço, em Santo Amaro (10). Entretanto, o ruído diurno e noturno, o calor que irradiava das fornalhas, a fumaça, a cinza, os fedores dos resíduos da fabricação que se entremeavam com o cheiro doce dos melaços, tudo aconselhava separação. Com o desenvolver-se do novo engenho, com o enriquecimento de seus donos, o gosto das comodidades, o apurar-se dos bons hábitos pedia os “sobrados”, que se construíram com maior ou menor luxo em menor ou maior distância da fábrica e das senzalas.

Quem ainda hoje viaja pelo Recôncavo nota a variedade de arrumação do conjunto casa — capela — engenho — senzala, diversidade que contrasta com a monótona disposição das antigas fazendas do sul do país — a morada, as dependências e as senzalas enquadrando o terreiro de secar café, muitas vezes fechado por grande portão que, trancado à noite, dava ao fazendeiro a impressão de não perder todo o domínio e mando sobre seus escravos, mesmo quando estes dormiam.

No Recôncavo ora topamos com a casa aconchegada, contígua, unida ao engenho, como em Vitória do Paraguaçu, ora apenas separada por pequeno espaço, como em Cajaíba, em Pimentel... ora longe, ao alto, a descortinar panoramas, enquanto o engenho se mira no tanque da baixa, como em Outeiro, em Terra Nova, em Roçado, em Vanique, em Lagoa, em Pouco Ponto...

No sobrado de “Freguesia” o senhor não estava distante de sua fábrica nem muito separado de seus escravos. Podia aliar a displicência fidalga às facilidades de assídua fiscalização.

Não cabe aqui um estudo sobre a arquitetura das residências rurais na Bahia, sobretudo quando carecemos de documentação relativa às épocas das construções. Demais, a variedade de tipos multiplicaria as dificuldades de apreciação dessas moradias

senhoriais. Remetemos o leitor para a pequena coleção de fotografias aqui junta, onde — além dos grandes e antigos casarões assobradados, de fatura sólida e majestosa (Freguesia, Matoim, Lagoa, Cinco Rios, Embiara, Passagem) e das vivendas ainda desse tipo, porém de construção mais recente e por isso mais leve (Cajaíba, Paramirim, Pouco Ponto), e também dos “sobrados” de um só andar, rodeados de varandas sustentadas por colunas, casas cujo modelo entrou em voga no Recôncavo na segunda metade do século XIX (Roçado, Pimentel, Triunfo, Rio Fundo) — encontrará exemplares de construções mais modestas, menos castelãs, mais bucólicas, cedido o espírito de grandiosidade, domínio e ostentação, ao da comodidade amena — o proprietário em mais íntimo contato com suas plantações, indústria e criações (Boa Vista, Benfica).



Ponhamos remate a estas notas sobre “sobrados” do Recôncavo, lembrando o que de alguns disseram viajantes estrangeiros que os visitaram.

Pyrard de Laval andou em 1610 pelo Recôncavo e admirou a “opulência dos engenhos cujos proprietários viviam como barões medievais, cheios de servos e agregados”. Em torno das “belas casas nobres” estendiam-se jardins e pomares.

A um desses potentados visitou. Tirava uma enorme renda do açúcar, e atribuíam-lhe, uma fortuna superior a trezentos mil escudos, o que hoje se cifraria (diz Afonso d’E. Taunay na tradução-resumo que vamos trasladando) em mais de uma dezena de milhares de contos talvez, guardadas as proporções. Não lhe menciona o nome o navegante, apenas conta que fora Capitão-general de Angola e lá fizera grandes campanhas contra o gentio que o apelidara “Mangue la bote”, isto é, o *grande e bravo capitão*.

Evidentemente (interrompemos nós ao francês e a Afonso d’E. Taunay) se tratava de Baltazar de Aragão — o Bangala — de que nos dão boa notícia Frei Vicente do Salvador e Jaboatão.

Segundo o linhagista, outro é o significado da alcunha que Pyrdard de Laval teria estropiado. Diz Jaboatão — “Capitão-mor Baltazar de Aragão, o Bangala por alcunha, que havia sido Capitão-mor em Angola, onde, por ser demasiadamente cruel para com os escravos, que os castigava com grande rigor, lhe chamaram o Bangala, que no seu idioma quer dizer — Pau duro” (11), e lhe enumera a descendência, que vem até nós, especialmente em Munises Barreto de Aragão.

Voltemos agora à narrativa de Laval na síntese de Taunay: “tratava-se a vela de libra este nosso Rotschild seiscentista. Possuía banda de música de trinta figuras, todas negros escravos, cujo regente era um francês, provençal. E como devesse ser melômano, queria a todo o instante tocasse a sua orquestra, a acompanhar, ainda, uma massa coral. . .” Queria o potentado tomar o navegante como seu feitor; pagava-lhe cem escudos de ordenado e despesas. Receoso recusou Pyrard, pobre que vê muita esmola, a magnificente oferta. “De bom grado teria aceito a proposta. O mal é que quando a gente se prende a eles e depois quer largá-los não conseguem nisto”. O tal fidalgo era-o às direitas e tinha até solicitações intelectuais extraordinárias para o tempo e o meio em que vivia, a darmos crédito ao navegante. Estava a construir um navio de quinhentas toneladas (enorme para o tempo) belíssimo, no qual pretendia, dentro de um ano, partir para Portugal. “Fazia procurar e colecionar todas as raridades possíveis, tanto animais quanto outras coisas, que consegui em outras terras, para deles fazer presente ao rei de Espanha” (12).

Conta Frei Vicente do Salvador como, três anos depois, o Bangala com toda a sua grandeza de projetos de ida a Portugal em navio próprio, e banda de música e prataria, tudo, tudo, foi para o fundo do mar.

Tinha Baltazar de Aragão recebido a nomeação de Capitão-mor da Guerra na Bahia e receava-se a vinda de inimigos franceses. Desdobrou-se então em medidas militares e obras de fortificação e “estando assim prestes aguardando os inimigos, soube que andavam na barra para a parte do morro de São Paulo seis naus francesas e, aprestando as portuguesas que estavam a carga outras tantas, ele se embarcou em uma sua que já tinha dentro trezentas caixas de açúcar, levando consigo suas charamelas, baixela de prata e as mais ricas alfaias de sua casa, porque determinava levar logo de lá a presa ao governador que estava em Pernambuco”.

Partia, assim, à guerra como para uma festa. E os sucessos a princípio lhe correram favoráveis: pelejou-se animosamente, foi uma nau francesa tomada e afundada outra. “Só a capitânia — continua Frei Vicente — quis Baltazar de Aragão poupar, não querendo que lhe tirassem senão abalroar com ela e tomá-la sã e inteira para a levar por troféu em seu triunfo; mas, não sei se com este vento, se com outro que lhe deu nas velas, quando ia já para ferrar, pendeu tanto a nau que tomou água pelas portinholas da artilharia e, calando-se pelas escotilhas que iam abertas, foi entrando

tanta que incontinenti se foi ao fundo com seu dono, o qual, quando se fazia, dizem que dizia: Faço o meu ataúde" (13).

Cem anos depois — 1717 — outro viajante francês visitava um engenho do Recôncavo: “no dia 12 de março de 1717 — conta Afonso de E. Taunay resumindo a narrativa de Le Gentil de La Barbinais —, partiu La Barbinais para assistir uma festa campestre no engenho de uma senhora rica, viúva de um Governador-geral do Brasil, das relações do Brigadeiro Macé, e cuja propriedade se chamava Mataripe. Tinha a nobre dama o engenho à margem de um rio em local muito aprazível “onde o tempo decorria sem tédio”. Durante a estada do navegador no tal engenho várias festas se fizeram, corridas de touros e comédias, cujo assunto era a vida do Santo festejado no dia. Visitou La Barbinais vários engenhos de açúcar vizinhos, alguns dos quais movidos a água; seguiu caçadores fanáticos e assim lhe correram alguns dias nestes passatempos assaz medíocres, que de boa vontade estenderia mais alguns dias se não precisasse partir” (14).

Quase século e meio depois o estrangeiro recebido no seu sobrado por um senhor de engenho era o Príncipe Maximiliano de Habsburg, futuro Imperador mártir do México, que, passando pela Bahia em 1859, visitou o Engenho Novo, no Iguape, de Tomás Pedreira Geremoabo, um dos reformadores-sacrificados da fabricação de açúcar na Província.

Descreve Maximiliano a travessia no pequeno vapor da Cidade ao Paraguaçu e a viagem rio acima; desenha um perfil de Geremoabo, contando com indizível pitoresco a cena do senhor de engenho que via pela primeira vez o açúcar branco, de beterraba, e, afinal, dá com o leitor em frente ao Engenho Novo no município de Maragogipe.

Mal o vaporzinho largou âncoras ao largo, partiu Geremoabo num dos botes de bordo a fim de ir dirigir a recepção “para como um príncipe receber outro príncipe”.

No cais do engenho, que Maximiliano via de longe, grande era a azáfama de negros alegres e obedientes, a se agitarem entre bandeiras e galhardetes, e breve dali regressou Geremoabo em sua própria galeota, a bandeira brasileira desfraldada, um rico tapete despejado sobre o cavername, seis soberbos negros com fardas um tanto teatrais.

Passaram-se todos à galeota, e era de ver no trajeto do vapor à terra a compostura calma de Geremoabo, “muito senhor de si, como um homem acostumado ao mando e à autoridade”.

Por mais que pretenda resumir a narrativa do futuro Imperador do México, a pena se sente obrigada a transcrevê-la longamente. A quase nenhuma palavra do livro falta interesse, observação marcante, poesia.

“Algumas remadas vigorosas, uma curva graciosa, e eis-nos encostados ao cais, onde nos recebem os elementos brancos da casa de Geremoabo”. Pisava o “pequeno reino” com seus numerosos negros, alguns mais que escravos, feitores que acudiam ao senhor sorridentes e tímidos ao mesmo tempo. Os olhos do austríaco cheios de curiosidade nada perdiam; a um lado o engenho a vapor com suas máquinas, do outro o grande armazém; após íngreme subida a casa de residência, além o estábulo, as senzalas, o aqueduto e o “delicioso sítio dos banhos com três grandes banheiras de mármore sombreadas por frescas árvores”.

“Afinal, passando por um espaçoso pátio, alcançamos a casa. Atravessando um “hall”, no qual se via a dourada cadeira de arruar do senhor, e subindo bela e antiga escada de madeira, chegamos a uma espécie de galeria, com paredes pintadas de cor clara. Rodeando a casa era a varanda como um imenso guarda-sol, com suas janelas largas, apenas separadas umas das outras por pilares de madeira”.

Tudo lhe parecia belo: — a planície que se estendia até o sopé do morro, onde o mato fechava o horizonte, os grupos de palmeiras, as filas de jaqueiras. A imaginação excitada pela beleza ambiente procurava na memória comparações: — recordava-se do Lago de Como e, ao mesmo tempo, de visões do Oriente, para logo reconhecer que “a luz fulgurante e os brilhantes coloridos dos trópicos não admitiam esses confrontos”.

A minúcia germânica da observação não lhe esfriava o calor do entusiasmo descritivo nem lhe diminuía o perfume de ternura romântica do estilo, inspirado das “impressões deliciosas da vida tropical”.

Gabava a arquitetura do solar de Geremoabo, o conforto de todos os seus arranjos, e não esquecia certas particularidades exóticas: “uma leve rede finamente trabalhada, com uma franja vistosa e uma almofada convidativa, armada entre os pilares da varanda é como um berço aéreo. Cadeiras de balanço de fino junco oferecem-se prontas para as abstrações, no *dolce far niente*; confortável mobília ainda que não estofada dispõe-se arrumada com gosto no “hall”; ao centro a mesa de jantar está tentando continuamente os hóspedes com seus petiscos”.

A pena de Maximiliano nada esquece: as gravuras francesas, os retratos de algum senador abastado ou chefe de partido, um óculo de alcance para observar o movimento fluvial, um velho piano, que dá provas de nascente gosto artístico.

Encontra em tudo aquilo uma medida que só lhe capta louvores; "o bom gosto do proprietário manifestava-se em adaptar tudo ao clima, dispensando-se de inúteis demasias". Na casa de campo brasileira, lugar de repouso depois de dias trabalhosos, objetos de arte e de ciência que excitam a inteligência teriam efeito perturbador. "A casa é um delicioso sítio de descanso, onde se pode estar quase com as franquezas do ar livre, e há nisso tudo alguma coisa de salutar, de suave, a contrastar agradavelmente com os efeitos de um lar europeu".

Chegava porém a hora do almoço.

Já por salas e varandas notara a deslizarem serenamente, como gatos, escravos de categoria, vestidos de azul, mas descalços. Eram providências para a refeição que ia servir-se em breve. "Uma mesa principesca estava posta na varanda, com toda a sorte de luxos gastronômicos, que a arte brasileira havia inventado. Todos os pratos (e os brasileiros sempre os têm em grande número) estavam, segundo o costume do país, postos sobre a mesa, onde se viam frutas deliciosas, desde o delicado e succulento melão até o abacaxi real, e mais uma série de vinhos os mais escolhidos. Escravos de respeitável aparência, de todas as idades (que poderiam ombrear em habilidade com qualquer *garçon* de Paris), faziam o serviço, mas, segundo o velho estilo patriarcal, era o próprio senhor quem com requintes de gentileza fazia, na realidade, as honras da mesa, e foi ele próprio quem tomou a si encher a taça do viajante fatigado, com fartas porções de champanhe. Vexava-me ver-me servido por Geremoabo, pois já não parecia o mesmo que eu vira, mas sim um homem de sociedade, um personagem de posição e de importância" (15).

*
* *

Notas do capítulo:

(1) Ao fazer-se o inventário de 1856 ainda não se acabara a restauração, que prosseguia administrada por José Joaquim Ramos — "administrador das obras, da reedificação do sobrado e capela do engenho". — Lê-se na avaliação: "a casa de sobrado em reedificação que pelo seu estado atual lhe deram o valor de 2:000\$000."

(2) Lembrar que em 1624 a casa, igreja e engenho de "Freguesia" foram incendiados pelos holandeses.

(3) A capela do Engenho Santo Antônio dos Calmons, em Santo Amaro, que traz na sua porta a data de 1635, tem verga reta na porta, mas janelas de verga arqueada. Não é possível excluir-se a hipótese de uma transformação em reforma ou reconstrução posterior, que respeitou a verga da portada, justamente por trazer inscrita aquela data tão antiga.

(4) Vide Jaboaão "Catálogo Genealógico", *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 52, pág. 242. Se construída a casa de vivenda por Manuel Rodrigues Sanches, pouco durou intacta, precisando ainda nova de ser reconstruída. Casado Sanches em 1618, já em 1624 os holandeses lhe incendiavam a casa de "Freguesia". A reconstrução seria talvez feita por João Pais Florião, que em 1625 se casou com a viúva de Sanches.

(5) É possível arrolar-se como indício de que fora Cristóvão da Rocha Pita depois de 1760 o construtor do sobrado de "Freguesia" — o fato de ter este Capitão-mor refeito a fábrica de "Freguesia" para esta tirando do velho engenho Caboto cobres e mais acessórios. Teria não só reconstruído a fábrica como levantado a nova vivenda?

(6) Nos quadros de Franz Post, assim como nos seus desenhos que figuram na obra de Barleus, as casas de vivenda de engenhos não dão a impressão de cubo pesado que era de imaginar-se em construções daquela época (século XVII). Bem é que todas elas têm varandas cobertas, que indubitavelmente as revestem de leveza.

(7) Sabemos que o Engenho Lagoa em 1715 pertencia a Miguel Pinheiro de Carvalho. (*Docs. Hist.*, vol. 42, pág. 235).

(8) Vide Tolénare, "Notas Dominicais", in *Rev. Inst. Hist. Bahia*, vol. 14, pág. 125.

(9) Vide Manuel Querino, *Artistas Baianos*, 2ª edição, pág. 98. Veja nota no Apêndice.

(10) No Estado do Rio conhecemos através de fotografias o Engenho do Visconde, em que a casa de vivenda e a do engenho propriamente dita são uma só construção, de cumeeira comum. Vide Alberto Ribeiro Lamego, "O homem e o brejo", in *Anais do Nono Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. III, pág. 349. Lamego fala noutra "casa grande e engenho num só corpo": a casa da Baronesa em Muriaé.

(11) Vide Jaboaão, "Catálogo Genealógico", in *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 52, pág. 93.

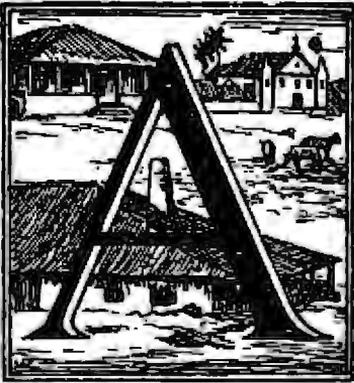
(12) Vide Afonso de E. Taunay — "Na Bahia Colonial — 1610-1764", in *Rev. Inst. Hist. Bras.* vol. 144, págs. 256, 258. — Além do Engenho do Bangala na Patatiba existia outro do *Bangala* mais para terra a dentro, também em S. Amaro. Na cidade do Salvador restou lembrança sua na Rua do Bangala, nome que traçaram há bem pouco tempo para Rua Luís Gama. O linhagista Roque Luís fala de um engenho do Bengala, no Paraguaçu.

(13) Vide Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, pág. 483. — Vide outra narrativa na carta do Padre Henrique Gomes da Companhia de Jesus ao Padre Antônio Mascarenhas, também jesuíta, datada de 16 de junho de 1614 e publicada pelo Padre Serafim Leite na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. V, pág. 14. O fato ocorrera em 24 de fevereiro de 1614. Grande é o elogio do Padre Gomes ao Bangala.

(14) Vide Afonso de E. Taunay, "Na Bahia Colonial — 1610-1764", in *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 144, pág. 381. A referência a um Governador Ceral não tem fundamento; seria confusão do francês com outro alto posto da governança ou militança.

(15) Vide Maximiliano, "Sketches of my Life", e Wanderley Pinho, "Salões e Damas do Segundo Reinado", págs. 37/40. — Lamberg ("O Brasil") que andou pela Bahia em 1885, visitou vários engenhos onde "o aspecto das habitações dos fazendeiros era o de pequenos *châteaux* com dependências bonitas e adequadas a seu fim", que "todos demonstravam aparentemente riqueza e esplendor, em que se comia muito bem e em que tudo era até certo ponto aristocrático". Guardou lembrança da mesa no engenho "Periperi": — "Regor-gitava de pesada baixela de prata, de porcelanas finíssimas e de cristais"; e do aspecto antigo da casa de "Gorgaia": — "um velho convento de jesuítas, que tinha mais de duzentos anos e cuja capela e coro ainda estavam regularmente conservados" com um claustro semi-escuro, e uma sala de jantar grande e simples. Pertencia ao coronel Rios. — Sobre os engenhos Subaé e Madruga e fazenda Caipc, do Visconde de Ferreira Bandeira, com passagens a respeito de outros engenhos, tais como Cassarangongo e Monte, escreveu Julius Naeher no seu livro *Land und Leute in der brasilianischen Provinz Bahia 1881*.

A CAPELA



CAPELA de Nossa Senhora da Conceição de “Freguesia” exhibe logo, ao primeiro relance, uma singularidade talvez única no Recôncavo. As igrejinhas particulares dos engenhos da Bahia ou estão totalmente separadas da casa, ou afastadas desta, mas ligadas por muros, como a manifestar que à família pertence aquele oratório; ou, ainda, estão juntas, encostadas ao sobrado. Como a de “Freguesia”, encravada, uma parte da fachada engastada no

corpo da casa de vivenda, não conhecemos outra.

A escadaria servindo à igreja e à residência e o pequeno adro, que é também patamar de entrada do solar, ao lado o campanário tão modesto quanto pitoresco — sino ao alcance de mãos de crianças — são conjunto a dar ao exterior da capela uma feição toda especial.

Lembrando velhos hábitos, o que há de mais antigo e curioso no interior do templo são, com sua sedutora trama tecida de mistério, as rótulas do coro e do janelão que comunica a capela-mor à casa. Alçadas as de guilhotina, vinha a parte feminina da família, segura de não ser vista, acompanhar do coro, embiocada entre grades, as cerimônias da missa solene, cá em baixo assistida por maridos, pais e irmãos, por parentes, convidados ou vizinhos, por agregados e escravos. E as damas podiam receber o Senhor, comunhão na capela-mor através de exíguo postigo por onde passava apenas a mão do sacerdote com a Sagrada Partícula.

É quase certo não ter existido em “Freguesia” capela particular nos primeiros tempos, depois que a primitiva foi erigida em paróquia (1). Nem se justificava tal luxo se a dois passos estava a matriz ampla e alta, com seu vigário. Houve, porém, algum senhor que achou não dever ficar atrás dos demais e, ainda assim, ergueu capela.

Desde que época os donos daquele engenho fundaram a de Nossa Senhora da Conceição, não se sabe ao certo. Os documentos mais antigos, especialmente os cartográficos, só se referem à igreja de Nossa Senhora da Piedade, à Matriz, de que hoje jazem ruínas, e resta a lembrança no nome “Freguesia” por que é conhecido aquele local.

De 1775 há menção nos assentos paroquiais, que já páginas atrás citamos, faltando-nos, infelizmente, entre as muitas “Relações” das freguesias da Bahia, a de Nossa Senhora da Piedade de Matoim, que é muito provável arrolasse em 1757, como uma das filiais, a capela da Conceição.

A unidade arquitetônica do conjunto casa e capela faz crer serem elas contemporâneas e assim nos autoriza a recuar a construção desta ao século XVII ou terceiro quartel do século XVIII.

Na avaliação de 1811, no inventário dos bens deixados pelo Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita, com o título de “Pertences da Capela”, encontram-se relacionadas as seguintes imagens: “uma Imagem do Senhor Crucificado em cruz e Calvário de jacarandá, outra de Nossa Senhora da Conceição, outra de Nossa Senhora do Crato, outra de Nossa Senhora do Carmo, outra de Santa Ana, outra de São Cristóvão, outra de São Francisco Xavier, outra de São Francisco das Chagas, outra de Santo Antônio, outra de São João, outra de São Camilo, os Santíssimos Corações, uma Imagem do Santo Cristo da Oblata, outra da Sacristia, outra do Senhor da Pedra”.

Algumas destas imagens já não se encontram no altar da capela, mas fora — como a de Nossa Senhora do Crato, de Nossa Senhora do Carmo, de São Francisco Xavier, de São Camilo. E atualmente figura no altar a velha imagem de Nossa Senhora da Piedade, que pertencera à igreja arruinada da freguesia desta invocação (2).

Quanto a ornamentos encontramos: “um ornamento de cetim branco bordado a ouro que consta de frontal, casula e seus pertences em bom uso, um dito de damasco branco com seu galão de ouro muito usado, um dito de damasco carmesim com seu galão de ouro em bom uso, um dito de damasco verde e roxo, outro dito de dito roxo, outro dito de dito branco e carmesim usados, uma

alva de cambraia bordada, uma dita de cambraia, duas ditas de pano de linho, uma dita de bretanha de França arrendada, três corporais com suas guardas de bretanha de França, dois ditos com guarda de pano de linho, três amictos de bretanha, três toalhas de dito do altar, uma dita de dito de cassa, duas ditas de bretanha das credências, uma dita de pano de linho de mão, três manutégios, três cordões, dezessete sanguinhos, quatro portadas de cortinas de damasco carmesim, com suas sanefas, uma sanefa de damasco encarnado com sua franja, um pano de respaldo do trono com suas sanefas, dois panos de credências, um de damasco, outro de tafetá, uma vona (?) de madeira de talha dourada, duas galheteiras de vidro, um missal, uma estante, um caixão grande de vinhático, um cálice de prata com patena e duas colheres” — estimado tudo — imagens e ornamentos em 400\$000.

As pratas da igreja que não constam da avaliação vamos encontrar referidas na partilha. Um só herdeiro as recebeu e eram em 1840: “um aparelho de cruz de prata da Imagem de Cristo com todos os seus pertences e o diadema com uma pedra de ametista roxa cravada, pesa seis marcos, quatro onças e quatro oitavas” (50\$000), “quatro coroas de prata das imagens do oratório, duas grandes e duas pequenas pesam um marco, sete onças e seis oitavas” (14\$000), “um cálix de prata com sua patena e duas colheres pesa dois marcos, seis onças e quatro oitavas”.

Passados vinte e um anos na avaliação de 1832 a imagem de Nossa Senhora do Crato estava quebrada, não se fala na de Santo Antônio, na de São Camilo, nos Santíssimos Corações, no Santo Cristo da Oblata, no da Sacristia, e o Senhor da Pedra é chamado “Senhor da Pedra Fria”.

Em 1856, no inventário dos bens deixados pela esposa do Conde de Passé, aparece a capela com esta descrição e avaliação: “a capela ora reedificada carecendo ainda de ladrilho a capela-mor e de pintura — 10:000\$000”.

No inventário de 1887, dos bens deixados pelo Conde de Passé, há estas referências à capela: “uma capela ao lado da casa acima descrita, com escadaria de pedra que dá entrada para a dita capela e casa, com nove metros e cinqüenta e seis centímetros de frente, com duas portas, duas janelas, quatro ditas no coro, a capela-mor de pedra mármore avaliada em 4:000\$000”, “um ornamento completo para missa solene (pertencente à Capela de Pindobas) — 300\$000”.

Muito religioso, Passé, ao se tornar senhor do engenho que vinha dominado por sua família havia mais de cento e sessenta

anos, tanto restaurou a capela particular, como tomou a si promover os grandes melhoramentos de que necessitava a matriz de Nossa Senhora da Piedade (3). E a primeira festa que ali ofereceu, o “sobrado” ainda em obras, pelo que homenagearia seus convivas no do vizinho engenho Matoim, foi em 1854.

Um correspondente baiano do *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro escrevia no número de 29 de outubro deste ano: “concluindo-se os grandes reparos de que precisava a matriz de Nossa Senhora da Piedade de Matoim, situada em terras do Engenho Freguesia, pertencente ao Barão de Passé, resolveu este fazer uma pomposa festa por ocasião de se ter de benzer a imagem da mesma Senhora, que ele tinha mandado novamente encarnar. Nesse intuito deu todas as providências necessárias para que, segundo o costume, o resultado correspondesse a suas vistas; e ao mesmo tempo convidou para sua casa muitas famílias e pessoas de sua amizade residentes nesta capital, e por meio de anúncio nos jornais estendeu o convite a todos os que quisessem assistir à festa no arraial, assim como acompanhar a imagem que tinha de partir desta cidade em um de seus barcos, na véspera da festividade. Sendo a povoação de Matoim pouco distante, meia dúzia de sujeitos de *bom gosto* fretaram o vapor “Pedro II”, contrataram a excelente música do corpo policial para ir tocando a bordo e convidaram todos os que quisessem dar tão agradável passeio para que se fossem munir dos competentes bilhetes, mediante a *conveniente esportula*. . . A festa esteve esplêndida e magnífica e para que fosse considerada uma função completa nem mesmo faltou o *indefectível e atraente* fogo de vistas”.

*
* *

É de notar como o costume ou luxo de manter capela e capelão em cada engenho foi tão antigo quanto duradouro no Recôncavo.

Folhear os cronistas, a principiar por Gabriel Soares, é desenrolar numerosíssima lista de ermidas. Raro engenho não possuía sua igrejainha.

Além dos benefícios de caráter religioso, trazia essa pompa das capelarias outro, de ordem cultural, que não há esquecer, pois o padre quase sempre acumulava com as funções sacerdotais a de professor dos filhos do senhor de engenho:

Antonil, falando dos princípios do século XVIII, diz — “o que se costuma dar ao capelão cada ano pelo trabalho quando tem as missas da semana livres são quarenta ou cinquenta mil réis, e

com o que lhe dão os applicados vem a fazer uma porção competente bem ganhada... E se houver de ensinar aos filhos do senhor do engenho, se lhe acrescentará o que for justo e correspondente ao trabalho" (4).

Era para os sacerdotes bom regalo, esplêndida situação.

Além da paga vantajosa, gozavam, de encosto, das grandezas e luxos do senhor a quem serviam; não lhes faltavam presentes e missas extraordinárias, fora as dos domingos de obrigação de seu contrato.

Já Gabriel Soares (1584), ao tratar do clero baiano, informava que o Bispo gastava com gratificar padres — "com contentar os sacerdotes" — "um grande pedaço de sua casa", pois de servirem de "cônegos e dignidades" fugiam os clérigos "por não ter cada cônego mais que trinta mil réis e as dignidades trinta e cinco, tirado o deão que tem quarenta mil réis, o que lhes não basta para se vestirem. Pelo que querem *antes ser capelães* da Misericórdia ou *dos engenhos*, onde têm de partido sessenta mil réis, casas em que vivam e de comer e nestes lugares rendem-lhes suas ordens e pé de altar outro tanto" (5).

Fernão Cardim, descrevendo a viagem do visitador Gouveia ao Recôncavo em 1584, informa: "o padre Quirício Caxa e eu pregávamos algumas vezes em as ermidas que quase todos os senhores de engenho têm em suas fazendas, e alguns sustentam capelão à sua custa, dando-lhe quarenta e cinqüenta mil réis cada ano e de comer à sua mesa. E as capelas têm bem concertadas e providas de bons ornamentos; não somente nos dias de pregação, mas também em outros nos importunavam que disséssemos missa cedo, para excitarem sua caridade, em nos fazer almoçar ovos reais e outros mimos que nesta terra fazem muito bons, nem faltava vinho de Portugal" (6).

Tão bons proveitos haviam, por força, de provocar a veia dos sarcasmos de Gregório de Matos:

"Mariolas de missal,
Lacaios missa-cantantes,
Sacerdotes ao burlesco
Ao sério ganhões de altares.

Chega um destes, e toma amo,
Que as capelas dos magnates
São rendas que Deus criou
Para estes *Orate-fratres*" (7).

Notas do capítulo:

(1) Nas "Denúncias" e nas "Confissões" de 1591 há várias referências a uma ermida de Heitor Antunes, onde este foi enterrado, a qual ruiu, tendo sido substituída por uma nova, isto cerca de 1583. Mas não há como bem localizar a fazenda ou engenho de Heitor Antunes, podendo afirmar-se que não era o atual "Engenho Freguesia". Vide "Denúncias", págs. 256, 258, 401, 402, 478.

(2) Frei Agostinho de Santa Maria, no *Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora*, Lisboa, 1707-1723 (9º volume) ocupa-se das existentes na freguesia de Matoim. Diz ser esta freguesia "já hoje muito pobre, por se ver enfraquecida das suas terras"; descreve a matriz da Piedade: "é templo grande e formoso, com três portas, a principal, que fica ao ocidente, e duas colaterais, uma para o norte outra para o sul; tem das grades para dentro quatro capelas; vê-se fundada esta igreja em um agradável e levantado sítio, de donde se goza uma larga vista de mar. Já hoje não consta com certeza o ano em que se fundou; mas é das mais antigas daquele Recôncavo e se entende se fundaria pelos anos de 1560 e tantos, como querem alguns". Descreve a imagem da padroeira "obra em Lisboa, e de excelente escultura de madeira, vê-se esta senhora sentada ao pé da cruz com o santíssimo filho defunto em seus braços, e com os olhos no céu... a sua estatura estando assentada são quatro palmos, que a estar em pé mostraria a proporção de uma perfeita mulher; está ricamente encarnada e estofada, a sua festividade é celebrada na primeira segunda-feira depois da Domínica in 'Albis; não tem esta Senhora irmandade aprovada pela autoridade do Ordinário; mas como todos a amam e veneram cordialmente, assim a desejam servir: e assim lhe fazem uma grande celebridade, e cauz um dos que são eleitos assim o juiz como os mordomos fazem grande estimação de serem nomeados e assim concorrem com muita liberalidade para a sua festa. Obra esta Senhora muitas maravilhas e milagres e assim é muito grande o concurso de devotos e de peregrinos que de várias partes vêm a buscar, e a venerar esta Soberana Senhora, e muitos vêm a ter novenas na sua casa. Muitos são os milagres que tem obrado e deles referirei este. Um homem estava aleijado e veio de bem longe em duas muletas a valer-se da Senhora da Piedade; na sua igreja teve uma novena pedindo à Senhora a sua saúde, e no fim dela estando de joelhos, em degrau do seu Altar se levantou são, e livre da queixa que padecia; este homem vendo-se favorecido da Senhora, em ação de graças, por tão grande benefício, suspendeu as suas muletas em a parede da sua Casa da Senhora para eterna memória do benefício... Da Senhora da Piedade faz menção o Vigário da sua Paróquia o Padre José Martins de Souza". Fala ainda o autor do *Santuário* numa imagem de Nossa Senhora do Rosário: "tem a igreja matriz de Nossa Senhora da Piedade da Vila de Matoim além da sua Capela-mor, dentro do cruzeiro, quatro Capelas, duas colaterais e duas nos topos do mesmo cruzeiro; a primeira Capela, que é da parte do Evangelho, é dedicada à Virgem Nossa Senhora do Rosário aonde se vê colocada a sua Santíssima Imagem que é de perfeitíssima escultura, e ricamente estofada. Tem sobre o braço esquerdo ao Menino Deus, e na mão direita o seu Rosário, que está oferecendo aos seus confrades; vê-se com o ornato de manto e coroa de prata, e também o Menino Jesus; a sua estatura são quatro palmos e meio. Tem esta Senhora uma lustrosa irmandade, que se compõe dos brancos daquela

freguesia a qual foi aprovada com o seu compromisso; estes seus confrades a servem e festejam com muito luzimento, e fervorosa devoção em a primeira domingo de outubro e neste dia tem a Senhora um grande Jubileu, e para elle concorre uma grande multidão de gente, e também a visitar a Senhora; além desta irmandade tem também a Senhora uma Confraria de pretos, que ainda não estão agregados em irmandade perpétua, nem por isso deixam de servir a sua Senhora... o que fazem em uma das oitavas do Natal... Junto à Capela de Nossa Senhora do Rosário se vê outra que fizeram os pardos daquela freguesia, e com muita grandeza. Nela collocaram uma imagem de Nossa Senhora a quem deram o título do Amparo, a qual é devotíssima. Está esta Senhora com as mãos levantadas; é de escultura de pedra, mas muito linda, a sua estatura são quatro palmos e meio; de donde esta Santa Imagem veio ou de donde a houveram, já hoje não consta, e assim de sua origem se não pode dizer nada; poderia logo nos princípios daquela paróquia mandar-se fazer ou ser jóia que se mandasse de Portugal; os seus irmãos os pardos a festejam com muita devoção e a sua festividade lha fazem depois das oitavas da Páscoa e suposto que hoje se tem faltado algumas vezes, seria isto por se acharem os seus devotos mordomos com menos possibilidade, porque consta que antigamente a festejavam com muita grandeza; mais ainda que toda devoção se esfria, a causa seria porque hoje se vêem aquelas terras mais atenuadas... No distrito da vila de Matoim se vêem quatro ermidas, e todas elas são dedicadas à Rainha da Glória Maria Santíssima. A primeira, que é a de que agora tratamos, dista da vila de Matoim um quarto de légua pouco mais ou menos, é dedicada à Rainha dos Anjos com o título do Crato. É esta Santíssima Imagem de escultura de madeira, estofada de ouro; tem sobre o braço esquerdo ao Santíssimo Filho Menino; servem a esta Senhora todos os moradores daquele distrito com muita devoção... a sua estatura é de três palmos. Quanto a sua origem e princípio o que se refere é que nos anos de 1680, e tantos andava por aquela terra um Ermitão, o qual era muito devoto de Nossa Senhora e trazia consigo esta imagem em um oratório com muita perfeição, a qual mostrava e dava a beijar, e com ela fazia suas exortações a todos, para que fossem devotos da Mãe de Deus, e com tanto espírito fazia isto que os afervorava muito à sua devoção e louvor; dizem que este devoto Ermitão era natural da Vila de Viana, Foz de Lima. Chegou um dia este Ermitão (de quem nos não declaram o nome) às casas de um Senhor de Engenho a pedir esmola, o qual lha deu, e que afeiçoado à Imagem da Senhora lhe fizera uma petição, prometendo que se ela lha despachasse elle lhe prometia de lhe levantar uma Igreja em que fosse venerada. A Senhora parece que lançou mão da promessa, concedeu-lhe logo o que pedia e com tão bom despacho se deu o Senhor do Engenho por muito bem servido, e patrocinado, e assim tratou logo de pôr em execução a sua oferta, levantando à Senhora a casa, e feita ela foi a Senhora collocada no seu altar-mor... O título que esta Senhora tinha era do Crato, nome diminutivo de Castelo; poderia haver na terra do Ermitão alguma milagrosa Imagem com este título, e pela grande devoção que com ella teria, mandaria fazer aquella imagem e dar-lhe-ia o mesmo título daquela mesma Santíssima Imagem que venerava que como esta Santíssima Rainha é a nossa fortaleza e o nosso castelo, a quis tomar por sua protetora... Vê-se esta casa fundada em um muito bom sitio, e é grande; porque tem três portas de serventia, a principal fica para o occidente e as colaterais uma para o norte outra para o sul."

(3) Rebello, na sua "Corografia", falando da Freguesia de N. S. da Piedade de Matoim, diz que possuía "Igreja Matriz rica e alfaias de prata" (1829)

(4) Vide Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 80.

(5) Vide Gabriel Soares, *Tratado*, pág. 111. O mesmo Gabriel Soares noutro documento informava que nem todos os engenhos tinham capelães, tanto que não dispensavam os serviços eclesiásticos dos jesuítas. Alegava ainda em seus "Capítulos": "costumam os Padres irem pelas fazendas da Bahia e confessar a gente que por lá está espalhada nos engenhos e fazendas, onde são servidos e agasalhados. Os quais confessam os negros de Guiné, e índios da terra; casam os que estão em ruim estado que podem ser casados e fazem cristãos os que o não são..." ("Capítulos de Gabriel Soares contra os Padres da Companhia de Jesus que vivem no Brasil", in *An. Bibl. Nac.*, vol. 62, págs. 377/378).

(6) Vide Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, ed. J. Leite, págs. 318/319.

(7) Vide Gregório de Matos — "Satírica", I, pág. 126. — Uma capelania figurava de refúgio ou homizio de padres rebeldes ao serviço duro nas naus. Muitos já de bordo fugiam, outros não acudiam à obrigação de partir, numerosos buscavam ser capelães de engenhos para não o serem de navios. — Numa carta do Governador Câmara Coutinho em 1691 lemos este tópico de queixoso das dificuldades de obter padres navegantes: — "se são padres se recolhem a seus conyentos e se são clérigos procuram capelánias nas partes que mais lhes acomodam pela Recôncavo" (*Rev. Inst. Bras.*, vol. 71, págs. 53 e 105).

O MOBILIÁRIO DO “SOBRADO”



OMO no vestuário os antigos não variavam de inverno a verão, também não diferia o mobiliário de suas casas na cidade e no campo. E só mesmo a custo se conformavam em construir desiguais as residências urbanas e rurais.

É ler uma partilha de bens de senhor de engenho nos séculos XVIII e XIX, e surpreender-se a gente (com hábitos e opiniões de hoje) com mobílias douradas e estofadas, e espelhos, e cristais, e

bronzes, e porcelanas e livros que enchiam um sobrado de engenho setecentista e oitocentista.

Em “Freguesia” quando em 1811 foi feita a primeira avaliação, o acervo já vinha desfalcado, talvez em vida mesmo do velho Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita. Entre 1809 (data da morte do Capitão-mor) e 1811, quando se procedeu à avaliação, muita coisa teria desaparecido, ou foi sonegada.

Não mostravam pois aquelas salas todas a pompa dos bons tempos, mas é possível ainda assim reconstituir o ambiente setecentista do solar.

Lá estavam no *salão* “onze cadeiras de jacarandá, encosto alto e assento de damasco carmesim e uma poltrona” (25\$000), “duas bancas de jacarandá de jogo usadas” (4\$800), “duas meias cômodas com suas gavetas de pedra, velhas e quebradas” (4\$000), “duas bancas de volta envernizadas com suas bancas usadas” (4\$000), “três ditas de jacarandá com gavetas de volta e suas talhas usadas” (7\$200), “quatro ditas de vinhático pés de burro usadas” (6\$000),

“uma mesa de jacarandá com suas talhas de pés torcidos” (1\$280), “uma dita de vinhático velha” (640 rs), “quatro ditas de jacarandá quadradas com pés torneados” (4\$000), “uma dita da mesma qualidade”; “uma caixa de jogo para voltarete à imitação de charão com seus tentos” (50\$000).

Não havia espelhos, ou teriam sido desviados; nem pinturas, nem porcelanas e ornatos. Por comparação e confronto com outros inventários do tempo ou mais antigos, especialmente o dos bens que ficaram com a morte de João Lopes Fiúza, podemos quase garantir que o salão de “Freguesia” não fora sempre assim nu de tais alfaias.

Passemos porém à *sala de jantar* onde estão: “três mesas de jantar de vinhático usadas” (12\$000), “duas papeladeiras de jacarandá, uma delas com seu armário do mesmo”, “um contador de jacarandá antigo” (6\$400), “um armário de vinhático todo guardado com suas portas e gavetas” (12\$800), “dois ditos mais pequenos velhos” (4\$800).

E por *salas e quartos* “dois caixões grandes de vinhático em bom uso” (16\$000), “um dito pequeno velho” (2\$000), “uma caixa grande de vinhático com moldura de jacarandá” (6\$400), “duas ditas pequenas” (2\$000), “uma dita de vinhático com molduras” (3\$200), “outra dita grande com molduras” (6\$400), “uma arca de duas fechaduras cobertas de couro cru usada” (4\$000), “três ditas de duas fechaduras cobertas de moscóvia usadas” (9\$600), “três ditas pequenas cobertas do mesmo velhas” (3\$000), “uma arca de vinhático com fechadura em bom uso” (4\$800), “um leito antigo de jacarandá pés de burro com suas talhas muito usado” (2\$000), “um leito grande de jacarandá com armação em bom uso” (20\$000) ⁽¹⁾, “um dito grande antigo, torcido, em bom uso” (9\$600), “duas camas de vinhático de compor em bom uso” (1\$200) ⁽²⁾, “um leito de jacarandá pés de burro com suas talhas usado” (8\$000), “um dito de jacarandá torneado usado” (4\$800), “um dito de jacarandá torneado torcido e velho” (2\$000), “cinco camas de mão de madeira branca usadas” (10\$000) ⁽³⁾.

E mais “um oratório pequeno de jacarandá com a imagem do Senhor Crucificado” (6\$400).

Outra série de coisas então (1811) avaliadas confirma e aumenta a impressão de luxo ornamental num sobrado de senhor de engenho por aquelas eras.

Considere-se o capítulo *estofo ou panos*.

Enquanto, como já vimos, uma cama de jacarandá trabalhada com docel era estimada em 20\$000, um contador de jacarandá em 6\$400, doze cadeiras de espaldar alto e estofadas em 25\$600, uma

caixa (hoje diríamos arca) de vinhático com molduras de jacarandá em 6\$400 — vamos desdobrar ante os leitores “duas colchas de damasco carmesim com suas cabeceiras espeguilhadas em bom uso” avaliadas pelo alto preço de 646\$000.

Mostremos porém toda a coleção, esvaziemos arcas de moscóvia, caixas de vinhático, armários: “uma dita (colcha) de damasco da mesma cor (carmesim) guarnecida de galão de prata em bom uso” (16\$000), “uma dita de dito velha” (4\$800), “uma dita de cetim de flores usada” (8\$000), “três cortinas de damasco carmesim velhas” (6\$000) (4), “três lençóis de bretanha de França, com seu fólio de caça em bom uso” (12\$800), “dois ditos de ditos chãos em bom uso” (6\$400), “uma toalha grande de mesa com três guardanapos em bom uso” (12\$000), “quatro colchas de chita usadas” (16\$000), “seis lençóis de morim novo” (12\$800), “dois colchões de lã em bom uso” (16\$000).

Não encontramos a avaliação da *prata* em 1811 nem em 1832, mas somada a que foi partilhada pelos vários herdeiros tem-se, certamente reduzida, parte da existente em vida do Capitão-mor Cristóvão da Rocha' Pita.

Eis a prata: “uma bacia de prata lisa para sangria com o peso de onze marcos, cinco onças e seis oitavas” (75\$000), “um candeeiro do peso de nove marcos e quatro oitavas de prata” (52\$000), “cinco colheres de mesa, seis garfos, nove cabos de facas, quatro colheres para chá, uma tenaz para açúcar — tudo de prata com o peso de seis marcos, sete onças e três oitavas” (39\$700), “três salvas de prata com três pés sendo uma grande e duas pequenas que pesaram seis marcos, cinco onças e cinco oitavas” (42\$900), “um coco de prata liso com o peso de um marco” (12\$500), “um candeeiro mais pequeno de prata com o peso de quatro marcos, quatro onças e uma oitava” (26\$010), “uma escrivaninha com tinteiro, areeiro e campainha com o peso de cinco marcos, três onças e três oitavas” (4\$957), “um talher (5) de prata com duas galhetas do mesmo com o peso de quatro marcos, duas onças e uma oitava” (3\$900), “um prato e um jarro de prata lavrada antigo e estruído pesa quinze marcos, duas onças, seis oitavas” (88\$380), “um bule e uma cafeteira, um açucareiro e uma leiteira de prata molde antigo pesam, abatidos os cabos, quinze marcos, quatro onças” (99\$200), “três colheres de prata, uma de sopa e duas de arroz com o peso de dois marcos, cinco onças e sete oitavas” (17\$500), “três castiçais de trombete com o peso de quatro marcos, uma onça e cinco oitavas” (26\$900), “um fruteiro de prata lavrada com peso de oito marcos, três onças” (48\$200), “uma caixa de prata para santos óleos com o

peso de três marcos e sete onças” (24\$800), “um talher de prata de pôr galheta de vidro pesa quatro marcos, quatro onças, três oitavas” (29\$100), “um par de fivelas de sapatos de pedras de maçãs em prata estruídas” (4\$000), “um prato de prata liso grande pesa quatro marcos, duas onças e três oitavas” (24\$750), uma cuspeira de prata um marco, quatro onças e cinco oitavas” (8\$550).

Há ainda luxo e grandiosidade nesse catálogo suntuário; mas já eram restos de um patrimônio desfalcado, alfaias de uma casa em apressada decadência, até dar o espetáculo de ruíria da avaliação de 1832, arrolamento ⁽⁶⁾ em que muita coisa de 1811 já não existe e o que ainda ressurge traz sempre a nota depreciativa de “muito antigo”, “muito velho”, “quebrado” e “podre”.

Em 1856, por ocasião do inventário da esposa do Conde de Passé, estava a casa de “Freguesia” ainda em restauração, e por isso nada do seu mobiliário naquele documento figura, mas em 1877, quando se procedeu à partilha dos bens deixados pelo Conde, vamos encontrar outro tipo de trastes e adornos, dando-nos a lista daquelas coisas noção do gosto com que um senhor de engenho já no meado do século XIX compunha e arrumava um sobrado reconstruído.

A avaliação realizada a 16 de março de 1877 não menciona entretanto toda a aparelhagem de decoração de “Freguesia” na sua época áurea de 1859. Passé nunca ali residira seguidamente, e envelhecera recolhido, nos últimos anos, ao engenho Pindobas, onde faleceu.

“Freguesia” foi, por muito tempo, uma “casa fechada”, como não poucas existiram pelo Recôncavo.

Não eram muito raros os casos de senhores de engenho possuírem, compostas e completas, duas ou três residências, com todos os atavios. Vindo-lhes um novo engenho, por herança ou compra, estava no brio do adquirente conservar a “casa montada”, ainda que a não habitasse, e escassamente a visitasse. Numerosos sobrados vieram a arruinar-se abrigando apenas, por longos anos, um escravo velho de confiança, para guardar e vigiar o que ia dia a dia perecendo. O próprio Passé, houve tempo em que, além da casa da cidade, mantinha três residências rurais — “Freguesia”, “Matoim”, “Pindobas”.

Uma função dessas “casas fechadas” era acudir com móveis, cristais, louças, enfeites ao “sobrado” habitado, nos grandes dias, nas festas, quando se tornava necessário multiplicar os preparos caseiros, insuficientes para as excepcionais hospedagens.

A lista constante da avaliação de 1877 é pois a de um “sobrado” despojado de muita coisa: *Saleta de entrada* — “um jogo



*“Engenho Freguesia”. Remanescentes das al-
faias arroladas no inventário de 1877: “um par
de serpentinas de cinco mangas — 200\$000”.*



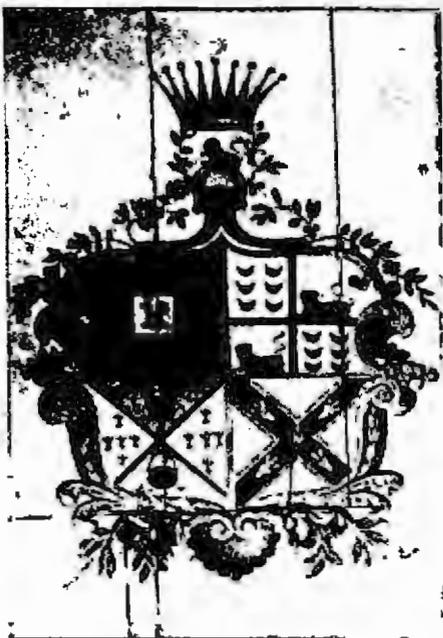
*“Engenho Freguesia”. Remanescentes do mo-
biliário arrolado na avaliação de 1811 — “onze
cadeiras de jacarandá, encosto alto e assento de
damasco carmesim e uma poltrona — 25\$000”*



Jarrões de porcelana francesa que alfiavam a sala de jantar do sobrado do “Engenho Freguesia”. No inventário de 1877 estão arroladas: “um par de jarras douradas maior — 22\$”.

“Idillo Pastoril” dedicado por um poeta do Recôncavo no segundo quartel do século XIX ao futuro Conde de Passé, e de cuja ingénua iluminura foram tirados os motivos de ornamentação da capa deste livro.





Brasão de armas no teto do salão do sobrado do “Engenho Freguesia”.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



Brasão de armas no teto do salão do sobrado do “Engenho Lagoa”.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



Ruínas do sobrado do Engenho "Cinco Rios" no Município de São Francisco do Conde.

(Fotografias de março de 1930).



Notar na porta principal o brasão de armas, o mesmo que figura no teto do salão do sobrado de "Freguesia".

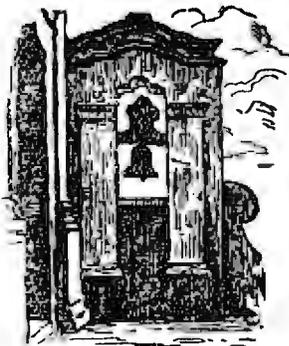


de bagatela em bom estado” 10\$000; “uma mesa redonda com pedra” 20\$000; “uma banca de jacarandá com duas gavetas” 10\$000. *Salão* — “três consolos de jacarandá com pedra” 60\$000; “quatro bancas de jacarandá de colunas” 32\$000; “doze cadeiras de jacarandá finas” 60\$000; “dois sofás de jacarandá” 70\$000; “uma banca redonda de jacarandá” 10\$000; “uma meia dita” 15\$000; “trinta e uma cadeiras ligeiras de jacarandá” 62\$000; “um par de serpentinas de cinco mangas” 20\$000; “um par de jarras de cor azul” 10\$000; “cinco jarras menores” 30\$000. *Sala de jantar* — “uma mesa de jantar pequena velha” 30\$000; “três mesas de madeira branca que servem para jantar” 24\$000; “um aparador de vinhático composto com cinco armários e portas de madeira” 100\$000; “um par de ditos com portas de vidro” 40\$000; “seis aparadores de vinhático, inclusive um de canto” 90\$000; “quarenta e sete cadeiras amarelas de sala de jantar” 141\$000; “dois sofás de madeira amarela” 60\$000; “vinte e seis cadeiras envernizadas de preto” 78\$000; “dois candeeiros com cúpulas” 10\$000; “dois pares de jarras douradas” 32\$000; “um dito maior” 32\$000; “um aparelho completo de louça de porcelana dourada com as armas da casa para jantar e almoço” 600\$000; “um dito incompleto” 80\$000; “seis dúzias de copos para cerveja” 36\$000; “cinco ditas de ditos para champagne” 30\$000; “seis ditas de cálices para vinho avaliados a doze mil réis a dúzia e todos por setenta e dois mil réis” 72\$000; “duas dúzias de garrafas douradas para vinho” 96\$000; “vinte e três garrafas de vidro” 46\$000; “um porta-licor dourado” 30\$000; “um porta-licor de vidro” 5\$000; “duas dúzias de fundos de garrafa de metal branco” 12\$000; “um galheteiro com cinco peças” 2\$000; “onze compoteiras de vidro para frutas” 33\$000; “setenta e quatro lavadeiras com seus copos de porcelana azul com beira dourada” 148\$000. *Salêta de oratório* — “um oratório pequeno contendo duas imagens, uma de Nossa Senhora da Piedade, outra do Senhor Crucificado” 10\$000. *Copa* — “dois aparadores de madeira amarela estragados” 10\$000.

Percebe-se aí uma lista incompleta. Os avaliadores desprezaram mesmo muita coisa, que no sobrado então existia e ainda hoje lá se encontra. Não há, por exemplo, menção de uma mobília de quarto, que é notável pelo lavor artístico do trabalho de marcenaria.

*
* *

Estes róis sugerem a necessidade de um estudo paciente e minudente acerca do mobiliário antigo na Bahia, — Cidade e Recôncavo — e de logo convencem que o primeiro trabalho a ser feito é o da publicação de antigos inventários escapos da devastação dos insetos e do descaso destruidor dos homens. O cotejo das listas de avaliação e partilha de algumas centenas de inventários dar-nos-ia pelo menos conhecimentos das épocas de aparição de certas peças, e forneceria um glossário capaz de banir as invenções da terminologia arbitrária, usada atualmente por colecionadores, antiquários e até autores.



Notas do capítulo:

- (1) Pelo preço vemos que se tratava de uma cama rica de docel.
- (2) "De compor" — significaria de armar e desarmar ou de enfeitar?
- (3) "Camas de mão" — seriam as chamadas camas de vento ou de campanha?
- (4) Cortinas de damasco provavelmente destinadas aos leitos de docel.
- (5) A expressão talher é usada na sua exata e mais antiga significação de "talher de galhetas — peça de mesa com repartimento para galhetas, saleiro, mostardeiro, etc." (Aulete). Moraes e Faria dizem que modernamente se deu esse nome ao conjunto garfo, faca e colher, acepção esta que Bluteau não menciona.
- (6) Foram estes os móveis arrolados na avaliação de 1832: "um contador de jacarandá com gavetas muito antigo" (3\$000), "uma caixa de vinhático com molduras de jacarandá muito antiga" (2\$000), "três ditas mais pequenas de dito velhas" (3\$000), "quatro baús de moscóvia todos podres sem valor", "três ditos de moscóvia muito velhos" (3\$840), "duas papeleiras de jacarandá muito antigas quebradas" (2\$000), "três leitos ou camas de jacarandá, muito antigos e já quebrados" (12\$000), "três camas de madeira branca rasas" (6\$000), "um armário de vinhático com suas portas e prateleiras muito velho" (2\$560), "um dito mais pequeno e outro semelhante velho" (4\$000), "um oratório de jacarandá e dentro uma imagem do Senhor Crucificado antigo" (2\$000), "uma banca redonda de vinhático" (500 rs), "dois caixões de vinhático velhos" (6\$400), "duas mesas de vinhático pintadas de preto com pés de volta muito antigas" (2\$000).

O BRASÃO DE ARMAS NO TETO DO SALÃO



O teto do salão de visitas, como uma insígnia de antiguidade, tradição e nobreza, vê-se pintado um brasão de armas.

Quando foi da restauração de 1854-57, ali mandou o então Barão de Passé inscrever aquele escudo heráldico; broquel de família que desde menino vira aberto no pórtico do sobrado de Cinco Rios e nos sinetes e selos do pai, e bordado nas librés dos lacaios de sua casa.

Não sabemos se o Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita usava as armas de seus apelidos e, pois, se nas obras de reforma da casa de vivenda de “Freguesia” fizera Passé substituir, pelas suas, as insígnias do tio-avô. Certo as que ainda hoje se ostentam não podiam ser as do Capitão-mor, que nada tinha com Argolos e Gusmões e Queirozes, insertas naquele padrão.

Datava de 1780 a concessão das armas aos Argolos que se envaideciam por si e seus antepassados dos foros de Fidalgos Cavaleiros mas, que parece, não se haviam lembrado de promover junto aos Reis d’Armas e registrar no Cartório de Nobreza em Lisboa aqueles enfeites que completavam a indumentária aristocrática dos ricos senhores de engenho.

Em 21 de fevereiro de 1780 foi passada carta de brasão de armas a José Joaquim de Queirós e Argolo ou de Argolo e Queirós, irmão do pai de Passé, insígnia familiar que desde então usaram, com ou sem “diferenças” irmãos, filhos e sobrinhos e toda a parentela que destes proveio.

Lê-se no *Índice Heráldico* de Sanches de Baena, à pág. 394: “José Joaquim de Queirós e Argolo, alferes cadete do regimento da

guarnição da cidade da Bahia, filho de Paulo de Argolo, Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Leonor Antônia de Queirós; neto pela parte paterna de outro Paulo de Argolo, também Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Inês de Gusmão; e pela materna neto de Antônio Gonçalves da Rocha, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Capitão que foi da Fortaleza de Itaparica, a qual reedificou a sua custa e de sua mulher D. Luísa de Queirós. — Um escudo esquartelado, no primeiro quartel as armas dos Argolos, no segundo as dos Queiroses, no terceiro as dos Gusmões, e no quarto as dos Rochas (Br. p. a. 21 de fevereiro de 1770. Reg. no cart. da Nobreza, Livro II, pág. 231)”.

Ainda em Sanches de Baena encontramos indicações acerca de como se compunham as armas dos que usavam as daqueles nomes: eram as dos *Argolos* “em campo de ouro duas chaves azuis postas em pala, com os anéis para baixo, orla sanguinha com oito aspas de ouro; timbre um leão sanguinho com uma chave do escudo nas garras (Vide Nobreza da Andaluzia, págs. 66 e 68)” ; blasonavam os *Queiroses* — “escudo esquartelado: no primeiro quartel em campo de ouro seis crescentes vermelhos em duas palas; no terceiro em campo de prata um leão sanguinho e assim os contrários. Timbre o leão do escudo com um crescente de ouro na espádua. Alguns trazem todo o campo dos quartéis do escudo de prata e o leão do timbre sem crescente. (Acham-se no Livr. da Torre do Tombo, fls. 18)” ; os *Gusmões* tinham por armas: “em campo azul duas caldeiras com suas asas xadrezadas de ouro e vermelho e nos encaixes das asas cada uma com três cabeças de serpe de ouro retorcidos. (Acham-se no livro dos Reis de Armas)” ; o escudo dos *Rochas* desenhava-se: “em campo de prata uma aspa vermelha carregada de cinco vieiras de ouro; timbre a aspa do escudo com uma vieira no meio. (Acham-se no Livr. da Torre do Tombo, fls. 68)” (1).

Um heraldista rigoroso acharia o que reparar e retocar no brasão qual se acha pintado não só no teto de “Freguesia” (como outrora no da casa nobre do Largo do Teatro — depois “Diário da Bahia”) mas também na louça do depois Conde de Passé. Assim no timbre — o dos Argolos — o leão devia sustentar a chave entre as garras e a tem, entretanto, na boca; o quartel dos Queiroses, que devia ser em campo de ouro, figura em campo de prata, o que pode estabelecer confusão com as armas dos Ramalhos; no quartel dos Rochas, além da aspa vermelha estar irregularmente debruada de ouro, as vieiras ou conchas mais parecem umas flores-de-lis.

Para os que tomam a rigor as regras de armaria e não se querem afastar da exata representação dos símbolos heráldicos, há

aí graves erros, que entretanto nem eram sequer suspeitados pelos pintores, abridores e alvenéis a quem se entregavam pelo Brasil a fora a fatura de painéis, gravuras e cunhais (2).

Não é para deixar de notar que os Argolos de tão antiga prosápia e com elementos destacados na vida colonial baiana só nos fins do século XVIII procurassem a sua cota de armas. Quer parecer-nos que o surgir dos linhagistas é que despertou no Brasil colonial o dormente gosto das tradições de família, com isto estimulando a busca de brasões — uns esquecidos, outros novamente criados. Borges da Fonseca em Pernambuco, Jaboatão na Bahia, Taques em São Paulo são culpados de muita vaidade dos que hoje se empavesam de escudos concedidos nos fins do século XVIII a seus avós.

Podemos registrar, folheando Sanches de Baena, que a maioria ou quase unanimidade das cartas de brasão aí arroladas como outorgadas a baianos ou residentes na Bahia são contemporâneas ou de data posterior a 1768, inscrita no “Catálogo Genealógico” de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão.

É citar para exemplo: Inácio Freire de Almeida Lima — 2 de outubro de 1771 (pág. 253); Inocêncio José da Costa — 6 de fevereiro de 1779 (pág. 258); Francisco Marinho de S. Payo — 26 de março de 1781 (pág. 204); José Cardoso Pinto de Madureira Garcez — 16 de outubro de 1782 (pág. 373); Francisco de Melo e Vasconcelos — 7 de dezembro de 1782 e 24 de fevereiro de 1795 (págs. 206-207); Antônio José da Rocha de Sousa — Dormondo — 29 de novembro de 1784 (pág. 63); José da Costa Bulcão — 9 de dezembro de 1788 (pág. 376); Luís Paulino de Oliveira Pinto da França — 8 de abril de 1794 (pág. 455); Francisco Leonardo Carneiro da Rocha de Sousa Meneses — 20 de setembro de 1796 (pág. 201); João Felipe de Siqueira — 12 de outubro de 1796 (págs. 289-290); Tomé Moreira de Pinho — 12 de dezembro de 1796 (pág. 585); Padre Francisco Agostinho Gomes — 24 de outubro de 1799 (pág. 175); Antônio Gonçalves Paradis — 6 de agosto de 1804 (pág. 41); João Barreto de Sá Meneses — 11 de fevereiro de 1807 (pág. 276). Para tantas cartas posteriores ao “Catálogo Genealógico” (1768) com uma apenas deparamos a ele anterior — a passada a Inácio de Matos Teles de Meneses — 6 de junho de 1751 (pág. 255), de data aliás em que talvez o frade já andasse assanhando as cócegas de fidalguia daquela gente com perguntas, questionários, pesquisas de documentos, para compor o livro de linhagens baianas.

Vêm-se na composição do brasão de armas pintado no teto do salão de “Freguesia” as dos apelidos da linha materna preferidas à da ascendência paterna do requerente.

É fato freqüente. Alimentando vaidades de nobreza e orgulhos de parentelas ilustres, os que queriam blasonar insígnias e gerações não se atinham à linha masculina. Onde houvesse nobreza ou mais nobreza, importância e lustro ou mais lustro e grandeza, aí se instalava a vanglória dos descendentes para tirar vantagens sociais — reais ou ilusórias — da boa fama de ancestrais.

Estava isso aliás acorde com juízos correntes, não só em Portugal como em toda a Europa. Vilas Boas na *Nobiliarquia Portuguesa* estende-se sobre a transmissão da nobreza por via materna: “nobreza é herança dos antepassados”; “assim como aqueles ficam nobres pela boa qualidade que herdaram de seus Pais, assim também o são pela nobreza que receberam de suas Mães”. Ordenação havia que autorizava aos filhos que o quisessem a adotar somente as armas que lhes vinham por parte de suas mães; noutro texto se lia: “não sendo filhos nem netos de fidalgos da parte de seus Pais ou Mães”. . . De tais leis antigas concluía Vilas Boas: “que assim pela via das Mães como pela dos Pais se comunica nobreza aos filhos, e podem usar dos apelidos e armas de uma e outra parte livremente” e ainda mais: “e posto que as Mães quando casam com algum homem plebeu percam a nobreza, e fiquem da mesma condição do marido, nem ainda assim os filhos seguem o estado do Pai, porque posto que não herdem a nobreza pela pessoa da Mãe, que pelo matrimônio desigual a perdeu, recebem-na pela via da avó, sem embargo da Mãe que não vem em consideração”.

Valendo-se embora dessas curiosas argúcias, Vilas Boas não deixa de assinalar a inconsistência da idéia de “nobreza” baseada em leis, praxes, interpretações e conclui: “a nobreza não consiste mais que na opinião dos homens, esta a faz e esta a desfaz, e sem embargo das sutilezas de direito que são muito boas para os processos, perde muito de opinião por mais que se recorra ac avó, a nobreza da mulher que casou com o marido que a não tinha”. E logo acrescenta (não sem intuito irônico) a lembrança de um costume obsoleto: “as mulheres nobres que se casavam com homens que o não eram, morrendo eles iam com uma albarda às costas à sepultura em que os enterravam e dando com ela três golpes diziam: “Vilão toma lá tua vilania que eu me quero acolher com a minha fidalguia. E deixando ali a albarda se tornavam para suas casas” (3).

Tardio e impiedoso processo de expurgo de plebeísmo, como sua recordação chamará à realidade chã as vaidades vãs que a tantos blasonados e genealógos empavona!?. . .

Na escolha de apelidos, ao compor o escudo de armas em 1780, José Joaquim de Argolo e Queirós não teria embaraços em desprezar vilões para se acostar a nobres. A nobreza e ilustração de seus ancestrais tinha a base igual da fortuna ou dos serviços à Coroa; apenas quis procurar os de mais alta fama ou de mais conceito e considerações no seu tempo, para fazer deles rebrilhar o escudo que dali em diante iria usar.

*
* *

Dos atributos aristocráticos o brasão de armas, a não se tratar de uma tradição herdada, era em geral o último que aspiravam os felizes da fortuna.

Na Colônia, o rico por herança ou aquisição — fosse negociante ou senhor de engenho — qualificava-se nos postos de eleição municipal entrando nos “pelouros”; diligenciava destacar-se nos cargos da piedade militante — Provedoria e Mordomias das Santas Casas; procurava vaidosas evidências nas nomeações régias para cargos civis ou militares, e ainda nas mercês e nas condecorações das ordens que nobilitavam, — Cavaleiros Professores de Cristo, Familiares do Santo Officio . . . Especialidades mais altas eram os títulos de Fidalgo Cavaleiro e portador de brasão de armas — mais difíceis de pleitear e conseguir. A carta de brasão exigia solicitação direta com justificação de ascendência de avós, em que muita vez os que estavam subindo na escala social ouviam ressoar a nota desafinada de uma bastardia, ou viam escurecer-lhe as pretensões pinta de sangue “de nação” ou raça de Angola.

Na sociedade colonial e ainda na imperial não aproveitavam apenas à vanglória de nobreza aqueles títulos; nem valiam tão-só como fumo de filauciosa superioridade. Mercês, cartas, comendas, baronias, davam maior consideração e freqüentemente ajudavam a fazer ou conservar fortuna, ainda que em certos casos concorressem para extingui-la.

Por isso quantos as haviam herdado as exibiam e os que medravam em categorias ou cabedais não descuravam de as buscar.

Desde cedo, nos começos ainda da Bahia, houvera da parte da Coroa Portuguesa a preocupação de *nobilitar* a sociedade nascente, selecionar e estimular com a concessão de títulos a elementos destacados que engrandessem a terra e a guardassem, e colaborassem

como chefes, guias e comandantes na defesa e crescimento da Capitania, da Cidade, da Colônia.

Já muitos dos postos de governo com funções remuneradas equivaliam a títulos de nobreza e eram bastantes para orgulhar os nomeados pelo poder e seus descendentes pela honraria — Alcaides, Ouvidores, Provedores, Almotacés, membros da Mesa de Inspeção, gente de Alfândega e Fazenda, Capitães de mar e terra.

Não falemos da soma de poder e de dignidade de que vinham investidos os donatários das Capitanias, fundadores, por assim dizer, de reinos e dinastias. Encaremos os fatos na Bahia depois de Tomé de Sousa, pois antes tudo fora um lutar inútil numa série de insucessos terminados em tragédia.

O “Regimento” de Tomé de Sousa, cimentando bases da nobreza brasileira, governamental, militar e agrícola, deu a esta última frisantes características feudais.

Muito se fala nos degredados como salsugem e ralé social, vindos do reino para povoar e conspurcar o novo Estado que se criava. Avulta o reparo na consideração do número — quatrocentos só de uma vez com o fundador, batalhão em que se alistavam seguramente maus elementos irremediáveis. Há entretanto lembrar que aqui chegavam condenados a degredo por culpas leves ou políticas, que não atingiam a integridade moral dos condenados, nem lhes podiam tirar as qualidades de boa semente para uma sociedade nova.

O degredo no Código Manuelino era uma atenuação de penas aviltantes. Em seu Livro V se repete: “e sendo pessoa em quem não caiba a dita pena de açoites será degredado...” (4). Com degredo se punia: acutilar o rosto de alguém; trazer máscaras; casar contra a vontade de pai, mãe, avô ou senhor; usar mágica, feitiçaria e abusões; dar jantares de boda a mais gente do que os parentes até ao quarto grau; usar ou ter cartas de jogar; comprar colmeias para somente aproveitar a cera e matar as abelhas; ter em casa rosalgar; reincidir em trazer homens escudados e adargados; resistir ou desobedecer a oficiais de justiça; tirar presos da justiça; vender certos produtos fora do reino...

O degredo em muitos casos abonava a estirpe do delinqüente; em outros testemunhava a insignificância do delito.

Bem podemos tomar como símbolo de degredados fidalgos aquele que a Bahia do século XVII abrigou — ilustre no sangue e nas letras — acusado talvez sem verdade, condenado é quase certo sem justiça — D. Francisco Manuel de Melo.

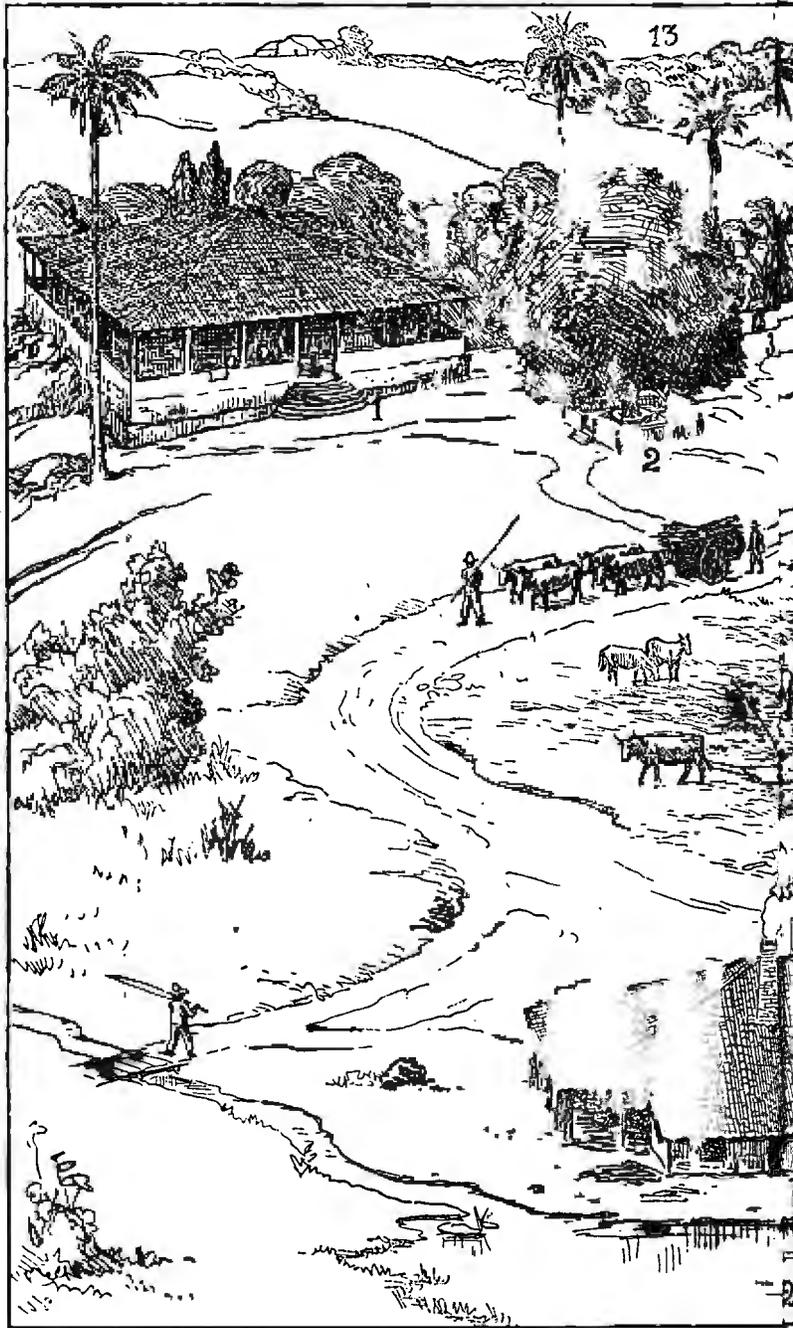
E o próprio Rei olhava esses degredados com simpatia e recomendava a Tomé de Sousa os prémiasse e exalçasse com postos ou officios de governo: “se alguns degredados que forem para as ditas partes do Brasil me servirem lá em navios darmada ou na terra em qualquer outra cousa de meu serviço pera honde vos parecer que devem de ser abelitados pera poderem servir quaesquer officios asy de justiça como de minha fazenda ey por bem que os encarregueis dos ditos officios quando ouver necessydade de proverdes de pessoas que o syrvão e ysto se não entenderá nos que forem degredados por furtos e fallsydades” (8).

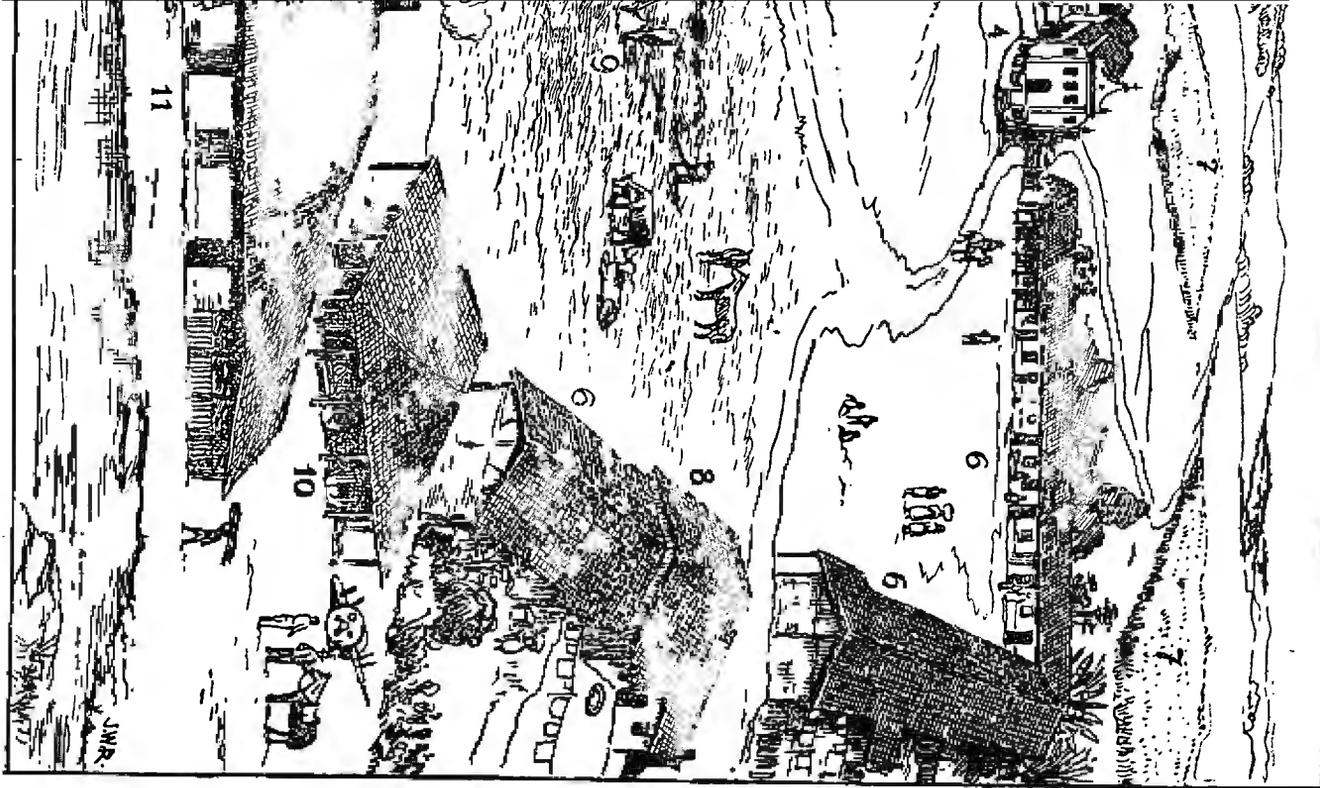
Podia mesmo aos degredados ser conferido o grau de Cavaleiro, pois não são excetuados destoutra disposição do Regimento: “as pessoas que nos ditos navios darmada ou na terra em qualquer outra cousa de guerra servirem de maneira que vos pareça que merecem ser cavaleyros ey por bem que os façaes e lhe pasareis provisão de como os asy fizestes e da causa porque o mereceram”.

Vemos aqui a nobreza erigida sobre serviços militares, estimulada pela Coroa e por ela criada por mão e escolha de seu delegado — Capitão e Governador-geral.

Outra nobreza, a fundada nos domínios territoriais, nas sesmarias, nas torres ou casas-fortes, vinha também explicitamente criada e regulada no “Regimento”. Se na concessão de títulos de Cavaleiros havia prêmio a serviços prestados; no congregar os elementos que em conjunto deviam formar a baronia feudal dos “Senhores de Engenho” havia providências de colonização e de organização econômico-militar do novo Estado.

Mandava o “Regimento” que se dessem terras de sesmarias para os sesmeiros povoarem e aproveitarem em certo tempo, obrigados tão-só ao pagamento dos dízimos à Ordem de Cristo, às condições do foral das Ordenações e à residência “na povoação da dita Bahia ou das terras que lhe asy forem dadas tres anos, dentro do qual tempo as não poderá vender nem enlhear”. Na escolha dos sesmeiros de terras e águas para engenhos devia o Governador fazer seleção econômica só dando sesmarias a pretendentes de certa categoria — “é as que deres pera engenho daçuqueres será a pesoas que tenham possibilidade pera os poderem fazer demtro do tempo que lhes limitardes”; e não só capazes de fazer os seus engenhos mas de cumprirem outras estipulações: “e pera serviço e maneyo dos ditos enjenhos daçuqueres lhes dareis aquela terra que pera yso for necessaria e as ditas pesoas se obrigarão a fazer cada hum em sua terra hua torre ou casa forte da feyção e grandura que lhe decrarardes nas cartas e seraa a que vos parecer segundo o lugar





Engenho "Água Boa Grande", no Município de Santo Amaro. Reconstituição de J. Wash Rodrigues, segundo informações do autor: 1 — Sobrado; 2 — Pequeno terraço de recreio sob um tamarindeiro; 3 — Muro de proteção ao pomar ligando o sobrado à capela; 4 — Capela; 5 — Cemitério dos escravos e moradores; 6, 6, 6 — Senzalas; 7, 7 — Canaviais; 8 — Casa do feitor; 9 — Bagaceira; 10 — Estaleiro; 11 — Engenho; 12 — Tanque; 13 — Mato para tirar madeiras e lenhas para as fornalhas.

em que estiverem que abastarão pera a segurança do dito enjenho e povoadores de seu limite”.

Ordenava assim o rei se joeirasse uma categoria social — a dos “Senhores de Engenho”: com terras bastantes; com cabedais para levantar fábricas; com torre ou casa-forte para defender não só o engenho como os “*povoadores de seu limite*”; senhores feudais que não dominariam apenas as terras de suas plantações, e as moendas e tachas de sua propriedade, mas estendiam poder, mando e proteção a outra classe: a dos lavradores de canas de partido, incluídos estes na locução “povoadores de seu limite”.

São ainda expressões do Regimento: “aalem da terra que a cada enjenho aveis de dar pera serviço e maneyo dele lhe limitareys a terra que vos bem parecer e o senhorio dela seraa obrigado de no dito enjenho lavrar aos lavradores as canas que no dito ouverem de suas novidades e por lhas lavrar levarão os senhorios dos ditos enjenhos aquela parte que pola emformação que la tomareis vos parecer bem de maneira que fique o partido favoravel aos lavradores pera eles com melhor vontade folguarem de aproveitar as terras e com esta obrigação e declaração do partido a que am de lavrar as ditas canas se lhes passarão cartas de sesmaria”.

Davam-se ao “Senhor”, além das terras necessárias à sua fábrica, outras em que laborassem os lavradores, cujas relações com o sesmeiro ficavam previamente reguladas em obrigações recíprocas, desde logo estabelecido o regime da porcentagem que vigoraria até hoje. Em terras, autoridade, poder econômico, o senhor de engenho alargava os domínios sobre a classe dos lavradores.

Sem falar dos escravos tanto da terra comó de Guiné, outra hierarquia social que também ficava sob a influência, senão tutela e mando do senhor de engenho era o gentio, os índios das aldeias existentes na área da sesmaria.

Recomendava o Rei que os cristãos “não vão às aldeias dos gentios a tratar com eles” mas a essa regra logo estabelecia exceção: “salvo os senhorios e jente dos emjenhos porque estes poderão em todo o tempo tratar com os jemtios das aldeias que estiverem nas terras e limites dos ditos emjenhos”.

Ainda no “Regimento” vamos encontrar outras passagens que moldam nitidamente o cunho militar dos engenhos e consequentemente de seus senhores. Falando da visita que ia empreender Tomé de Sousa às capitánias e o que nelas devia fazer e determinar, dizia o Rei: “e porque se segue muito prejuizo de as fazendas e enjenhos e povoações deles se fazerem longe das vilas de que amde ser favorecidos e ajudados quando disso ouver necessidade ordenareys

que daqui em diante se façam mais perto das ditas vilas que poder ser e aos que vos parecer que estão longe ordenareis que se fortifiquem de maneira que se possam bem defender quando cumprir”.

E mais adiante determinava o soberano como deviam armar-se aqueles potentados rurais: “porque para a defesa das fortalezas e povoações das ditas terras do Brasil he necessário aver nelas artilharia e munições e armas ofensivas e defensivas para sua segurança e por bem e mando que os capitães das capitânias da dita terra e senhorios dos engenhos e moradores da terra tenham a artilharia e armas seguintes... e os senhorios dos engenhos e fazendas que por este regimento am de ter torres ou casas fortes terão ao menos quatro berços e dez espingardas com a pólvora necessária e dez bestas e vinte espadas e dez lanças ou chuças e vinte corpos d'armas dalgodão” (6).

Com Donatários e suas Capitânias fizera a Coroa Portuguesa um “ensaio de feudalismo implantado para defesa da colônia americana”. Com a organização do Governo Geral, nos termos do “Regimento” trazido por Tomé de Sousa, esse caráter feudal não se perdeu, ainda que se modificasse, atenuado. O fato subsistia, em escala mais numerosa, posto que em grau e intensidade menores.

Os Senhores de Engenho e os Sesmeiros litorâneos eram uns Donatários-mirins, mas como os autênticos donatários de Capitânias, Barões feudais com torres ou casas-fortes, com artilharia e armas, com gente sob governo e comando, com encargos e privilégios militares.

Pontilhando o Recôncavo de engenhos, a intenção e as condições no concederem-se terras para essas fábricas era que cada um fosse uma fortaleza e cada senhor um Capitão sempre atento para lutar, sendo necessário, contra o invasor e o pirata que viessem do mar, contra o gentio rebelado ou hostil que frechasse do sertão (7).

Citamos bem aqui a *História da Colonização Portuguesa*: “deparando no gentio com uma raça bárbara e indomável, ainda retardada no período feroz da antropofagia, o conquistador precisou de suplantá-la pela força. E logo o colonizador rural se fez guerreiro, se é que não foi o guerreiro que se improvisou lavrador. E como a terra era extensíssima e brava e poucos os povoadores, demarcou-se generosamente a propriedade. Improvisou-se o germen de uma nobreza agrária” (8).

O colono que se fazia agricultor era obrigado a ser guerreiro, mas, como aí se escreveu, muitos continuavam apenas a ser militares. Basta ver as concessões das primeiras sesmarias do Recôncavo e os

nomes dos primeiros senhores de engenho: Simão da Gama de Andrade, Cristóvão de Aguiar Daltro, Antônio de Oliveira Carvalho, Afonso de Torres, Sebastião de Faria, Cristóvão de Barros, André Fernandes Margalho, Antônio Dias Adorno, D. Álvaro da Costa, Mem de Sá, Fernão Cabral de Ataíde, Gabriel Soares de Sousa, Sebastião da Ponte. . .

A essa nobreza criada pelo fato colonizador, pelo decreto real e pelas funções aristocráticas e de mando com que se investiam os novos senhores das novas terras, achava-se a funcionar dos postos de governo e ofícios de justiça e fazenda, e a nobreza de sangue, tradição e antiguidade de não poucos elementos que vieram formar a nova sociedade e depois continuaram a esmaltá-la através dos tempos, inclusive as órfãs de origem nobre mandadas pela Coroa, com ofícios de justiça e fazenda por dotes para pessoas principais, que se casando com elas fundassem na colônia descendências fidalgas.

A obrigação militar das torres ou casas-fortes robustecia as características de nobreza feudal na sociedade baiana dos Senhores de Engenho. Mesmo quando a “casa de vivenda”, o “sobrado”, não tinha atributos e elementos de defesa bélica, nem era “torre”, nem “casa-forte”, só a lembrança de que o teria sido outrora, ou de que simbolicamente representava isso em todo tempo, comunicava aos Senhores um acentuado tom medieval, apanágio da aristocracia rural do Recôncavo.

A quem conversasse com alguns antigos Senhores de Engenho muitas vezes parecia ouvir a palavra de Vilas Boas: “a demonstração mais certa para conhecer a nobreza das famílias e casas antigas é ver que nelas há ou houve castelo ou torre antiga, porquanto as não levantavam sem licença dos Reis” . . . “se não concediam em aquele tempo senão a pessoas ilustres” . . . “a mesma preeminência e superioridade conservam na família que as teve estas torres e casas-fortes ainda que estejam arruinadas e caídas por terra, pois para a circunstância da nobreza e qualidade que lhe adquiram basta que se conste que aí houve. E ainda que de muitas se não ache hoje mais que as ruínas e de algumas somente a notícia de que ali estiveram, nesta pequena memória que delas há, nestes vestígios ofendidos dos tempos, publica mais a nobreza e antiguidade das famílias que tiveram em ela suas origens” (9).

Quando já quase nenhum sustentava *fidalguias de cota d'armas* — cujas exibições em portadas, papéis e lacres, em botões de libré, anéis, carimbos e sinetes haviam caído de moda, todos ou quase

todos aqueles senhores faziam questão de lembrar suas *fidalguias de solar*.

Não raro em sobrados quase a cair; freqüentemente ante as ruínas de uma capela ou diante de um simples pano de parede que fora da casa de avós; apontando rumos e lindes de um engenho há muito possuído por terceiros, o descendente se empertigava para recordar todo ufano as notícias castelãs dos ancestrais. E de canhestro camponês empobrecido e rude ressurgia, como uma aparição do passado, orgulhoso fidalgo de solar ⁽¹⁰⁾.

A fortuna decaíra, a dissipação corroera as riquezas, o lustre do nome se obscurecera a despeito de testamentos, morgadios, vínculos, capelas. Haviam sido inúteis essas providências e ordens de além-túmulo — que nem sempre os mortos mandam. Mas restavam a tradição e aquelas lembranças de um passado grandioso e remoto para ressuscitarem orgulho e levantarem abatidos ânimos.

Neste capítulo da organização e vida da casta rural aristocrática do Recôncavo cabia um estudo minucioso sobre *vínculos* e *capelas*.

A regra foi a de, fundado o solar, plantado o tronco familiar, fixadas as raízes genealógicas, respeitado e afamado o nome, crescidos os cabedais e o poderio, surgirem preocupações de perpetuação de todas essas grandezas.

Os novos fidalgos da colônia imitavam as tradições da nobreza do reino na tendência a governarem, dominarem e subsistirem, no nome e no patrimônio, após a morte.

Para bem manter solares e apelidos o melhor era evitar divisões e partilhas, ou, pelo menos, atenuá-las. Daí a necessidade dos morgadios. Mas a injustiça dos deserdamentos de uns filhos em favor do mais velho, nem sempre o mais hábil em administrar, e a dificuldade em obter autorização régia, devem ter sido as causas de não prosperar na Bahia o regime dos morgados ⁽¹¹⁾.

Havia, porém, expedientes intermédios para chegar a objetivos semelhantes. Um era recolher filhas do casal como freiras a um convento, dando-se-lhes a elas pequeno patrimônio ⁽¹²⁾; outro, disfarçar em intuítos religiosos e de sufrágio das almas a vaidade de perdurar, muito depois de despedidos deste mundo, através *vínculos* e *capelas*.

Até o fim do século XVIII foram numerosos os testamentos em que se deixavam determinados bens vinculados a obrigações pias; encapelados.

E os testadores tinham tamanha fé no futuro que esperavam ser obedecidos “até a consumação dos séculos” ⁽¹³⁾. Tais legados foram sempre mal cumpridos e afinal esquecidos, chegando a tal

ponto os abusos que houve mister, com a lei algo violenta de 1835, extinguirem-se os encapelados, passando os bens vinculados à propriedade plena dos últimos administradores.

Estes — os filhos ou herdeiros mais velhos — em geral desviavam as rendas das terras vinculadas, esquecendo as obrigações testamentárias de pais e avós; abandonavam os túmulos, deixavam as igrejas cair; não prestavam contas ou os juizes “de capelas” não as tomavam. A lei acabou com tantas malversações, embora desrespeitando o “direito adquirido” dos instituidores de serem as suas disposições acatadas e cumpridas, como lhes permitia e prometia o direito quando eles haviam feito os testamentos.

Em 1835 deu-se o golpe final numa subsistência forçada de instituições anacrônicas, e que nunca se adaptaram ao meio baiano.

*
* *

Não é de boa lição, para os que escrevem história procurando miúda e segura exatidão, dar valor aos depoimentos de ironistas e sarcastas, mas há que os ouvir, captando nos seus motejos e exageros humorísticos uma média de realidade.

Os “Fidalgos da Bahia” não foram poupados por Gregório de Matos.

É muito conhecido o soneto dedicado — “A Certos Fidalgos” — em que lhes menospreza os avós caboclos:

Só sei que deste Adão de maçapê
Uns fidalgos procedem destas terras;

e aqueloutro em que, ferindo a mesma tecla, ataca os nobres que se orgulham de progênie gentia:

Há coisa como ver um paiaia
Mui prezado de ser Caramuru,
Descendente do sangue de Tatu
Cujo torpe idioma é copebá;

e ainda os versos de agressão a um nobre mameluco:

Um troço de fidalguia
Pedestre cavalaria
Toda de bico furado,

a lembrar o tronco indígena:

A tal era uma tapuia
Grossa como uma jibóia
Que roncava na tipóia
E manducava na cuia.

Gregório de Matos não perdoava à fidalguia dos ricos, 'só expressão de pecúnia:

No Brasil a fidalguia
No bom sangue nunca está,
Nem no bom procedimento:
Pois logo em que pode estar?

Consiste em muito dinheiro
E consiste em o guardar,
Cada um a guardar bem
Para ter que gastar mal.
Consiste em dá-lo a maganos
Que o saibam lisonjear,
Dizendo que é descendente
Da casa de Vila Real.

E é de seu "fusain" esta caricatura da evolução de mercador a senhor de engenho:

Salta em terra, toma casas,
Arma a botica dos trastes:
Em casa come baleia,
Na rua antoja manjares.

.....
Vendendo gatos por lebres,
Antes que quatro anos passem .
Já tem tantos mil cruzados

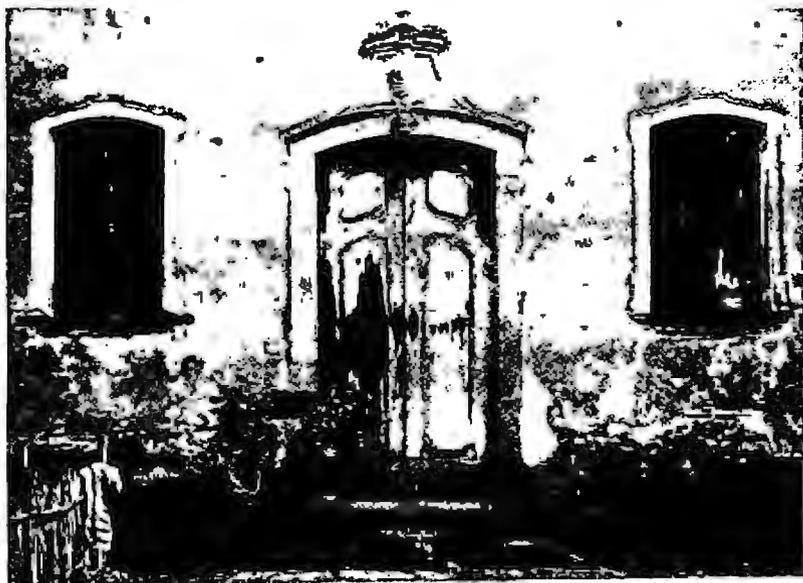
.....
Casa-se o meu matachim.
Põe duas negras e um pajem
Uma rede com dois Minas
Chapéu de sol casas grandes
.....
Que um engenho e três fazendas
O tem feito um homem grande.

São os versos a mais própria forma para tais escárnios e motejos, mas não vão estes mal na prosa e estilo do Professor Vilhena, quando os mistura com uma classificação séria e não pouco interessante dos aristocratas baianos dos fins do século XVIII: “há nesta cidade (Bahia) e me consta que por todo o Brasil, ramos de muitas Famílias ilustres, senão é que os apelidos são bastardos; dúvida a que nos conduzem algumas observações e algumas Leis, onde vemos a qualidade de gente com que no princípio se começou a povoar esta vasta Região, sem que contudo nos persuadamos de que procedem todas as famílias de semelhantes troncos; porque por muitos e diversos motivos têm passado famílias nobres para o Brasil; o certo é que a duração dos tempos tem feito sensível confusão entre nobres e abjetos plebeus; outros há que se honram de deduzir a sua prosápia dos caboclos ou Índios ⁽¹⁴⁾, quando outros se gloriam de descenderem de alguns dos Ilustres Governadores, que antigamente governaram esta Capitania, como todo o Brasil, ou de algumas das diversas personagens que em vários tempos aqui aportaram. O certo é que se encontram bastantes sujeitos que não terão dúvida em tecer a sua genealogia mais comprida que as dos hebreus, e disputar nobreza com os grandes de todo o mundo, quando a que têm pode bem ser lhes provenha das desenvolvuras de seus Pais ou Avós, coberta com umas armas que por vinte e tantos mil réis mandam vir da Corte; sendo assim os pregoeiros das manchas que melhor fora não se descobrissem. Outros há que tendo seus Pais vindo não há muitos anos para o Brasil, para serem caixeiros, quando tivessem capacidade para o ser, porque a fortuna lhes foi propícia, e juntaram grandes cabedais, cuidam seus filhos que o Imperador da China é indigno de ser seu criado. Outros porém há que se preocuparam da mania de ser nobres antes que tivessem com que ostentar essa quimérica nobreza e se chegaram a ter alguma coisa de seu, tanto se carregam dos apelidos de muitas das famílias ilustres da Corte e tanto se empavonam com esta imaginação que têm para si que um Duque é nada à sua vista. Há outros que entusiasmados, sem fundamento, de que são alguma coisa neste mundo, vivendo em sua casa envolvidos na sórdida miséria, quando saem fora se empavezam de tal forma, que até lhes custa reverenciar a Deus. Há porém outros que sendo verdadeiramente nobres e ricos, vivem e se dirigem pelos ditames da modéstia, razão e política, seguindo inteiramente uma moral toda cristã. Os que porém se acham na repartição Militar, pela pouca inteligência que têm do que é ser homem honrado, qualquer deles de Alferes até Coronel se julga o non plus ultra da nobreza sem



Sobrado do "Engenho Embiara", no Município de Cachoeira.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



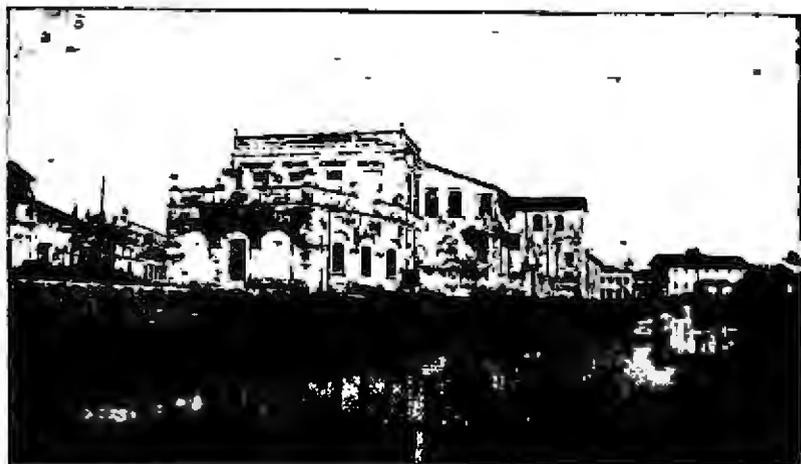
Porta de entrada, encimada por um brasão de armas, do sobrado do "Engenho Embiara", no Município de Cachoeira.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



Sobrado e capela do “Engenho Lagoa”, no Município de São Sebastião.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



Tipo de casas nobres nas cidades, dos Senhores de Engenho do Recôncavo. Palacete do Visconde de Aramaré, em Santo Amaro.



Tipo de casas nobres nas cidades, dos Senhores de Engenho do Recôncavo. Palacete do Conde de Subaé, em Santo Amaro.



Recepção e festa num engenho do Recôncavo (“Pimentel”) em 1896. A presença de dois políticos, antigos Deputados Gerais, um que já fora Governador do Estado (José Gonçalves) e outro que viria a ser (Araújo Pinho), testemunha quanto ainda a política tinha uma acentuada base rural.



“Engenho Cajaíba”, no Município de São Francisco do Conde.

que jamais as suas ações concordem com os deveres do foro em que se acham, do posto e graduação que ocupam. Tal há que não passando de um doméstico ou agregado à família de algum dos Fidalgos que têm vindo por Governadores quer ser o grã Tamerlão; não se fala na presença destes em ação boa, dito ou coisa semelhante que não saia prontamente dizendo: — Em nossa casa se fazia, dizia ou usava, etc. aludindo equivocadamente à de seu amo, ou patrono” (15).

*
* *

Sob a influência de todos aqueles fatores; dentro da ação e reação de tantas leis, costumes e contingências; tanto no exercício de árduas funções públicas quanto no gozo ocioso e vão; ao oscilar do destino que abate um dia para exaltar no outro, tirando até à miséria e dando até à opulência — caldeou-se uma casta de tais qualidades, que, transferida a observação do ângulo das genealogias, riquezas e fidalguias para o da análise sociológica, notar-se-á enérgica, força eugênica, a manter na primeira plana social os representantes de famílias de antigos senhores de engenho, algumas de raízes plantadas na época da fundação da Cidade do Salvador.

É correr o “Catálogo Genealógico” de Jaboaão, confrontando suas informações com as da história social, econômica, militar, política e agrícola da Bahia e verificar que quase todos os povoadores, troncos das linhagens ali registradas, possuíram sempre, e ainda têm, descendentes e representantes que, em lhes perpetuando o sangue, lhes lembram os apelidos nas altas camadas da sociedade brasileira. Daqueles cujas gerações começaram no século XVI há que farte na Bahia e fora dela, por exemplo: Araújos, Argolos, Ávilas, Barbalhos; Brandões, Dormondos, Munises Barretos. . . De troncos do século XVII não faltam a luzir: Aragões, Bulhões, Borges de Barros, Calmons, Deusdarás, Falcões, Ferreiras de Sousa, Ferrões, Góis, Pires e Albuquerque, Rochas Pitas, Sodrés, Teives, Vilas Boas. . . E não há pedir dos das gerações do século XVIII: Bitencourts de Sá, Carneiros da Rocha, Moreiras de Pinho. . . (16)

Passé, com o brasão d’armas pintado nos tetos de suas casas, inscrito nos seus sinetes e carimbos, bordado nas roupas individuais e de cama e mesa, estampado nas louças de uso, compendiava tudo isso. Era fidalgo dos livros de S. M., de cota d’armas e de solar; prezava as patentes da Guarda Nacional, especialmente a de Comandante Superior, e podia alegar serviços na Guerra da Independência e na Sabinada; possuía vastos domínios, numerosos engenhos, multidão de escravos; e mandava sobre agregados, moradores, lavra-

dores de partido; podia ornar a farda de Veador com estimadas condecorações, encimando sucessivamente o paquife de seu escudo com as coroas de Barão, Visconde e Conde, Grande do Império; colecionava documentos de sua antiga linhagem e tinha os avós inscritos no livro de Jaboaão.

Era um tipo completo, por todas as faces, da celebrada nobreza dos senhores de engenho.



Notas do capítulo:

(1) Antônio de Vilas Boas e Sampaio na sua *Nobiliarquia Portuguesa* — Lisboa, 1728 — descreve as armas dos *Queiroses*: "escudo esquartelado, ao primeiro de ouro e seis crescentes de lua vermelhos em duas palas; ao segundo de prata e um leão de púrpura e assim os contrários; timbre o mesmo leão com um crescente de lua na espádua"; as dos *Gusmões*: "escudo partido em aspa com duas caldeiras jaquetadas de ouro e sangue (?) em campo azul e nos outros dois ângulos cinco arminhos negros em campo de prata"; as dos *Rochas*: "em campo de prata uma aspa de vermelho e sobre ela cinco vieiras de ouro guarnecidas de azul — timbre as aspas das armas como está assentada com uma vieira no meio" (págs. 319, 287, 322).

(2) Aquelas mesmas armas acham-se pintadas num quadro em que aparecem os três Generais Argolos: Barão de Cajaíba, Visconde de Itaparica e Marechal Francisco de Paula Argolo, tela exposta na Sala Caxias, do Museu Histórico Nacional, e aí "vieiras", que são *conchas*, foram compreendidas, interpretadas e pintadas pelo artista como *grãos de café*.

Um velho sinete de prata em mão de marfim que pertenceu ao pai do Conde de Passé traz abertas as armas sem os defeitos apontados; do mesmo modo um escudete de bronze, como o sinete na posse do autor.

Sobre o brasão de armas do então Barão de Passé escreveram Jenny Dreyfus em artigo intitulado "Louças Brasonadas no Museu Histórico Nacional" nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. III, 1942, págs. 325/326, e Roberto Thue em artigo intitulado "Brasões de Titulares do Império" na *Revista do Instituto Heráldico-Genealógico* — S. Paulo, 1942-43, nº 9, págs. 53/54.

(3) Vide Antônio Vilas Boas e Sampaio, *Nobiliarquia Portuguesa*, páginas 29 e 30. — Diz também Vilas Boas à pág. 156: "ainda que em alguma casa de solar falte varonia e suceda nela fêmea nem por isso perde a prerrogativa e preeminência antiga de solar e cabeça de família, maiormente neste Reino em que a nobreza se deriva pelas mães aos filhos". Nas Ordenações Filipinas, Livro 5^o, tit. 92 § 4^o se autoriza a quem as preferir a usar só, "extremes", as armas da linhagem materna. O § 6^o diz que podiam chamar-se fidalgos os filhos ou netos de fidalgos "da parte seus pais ou mães".

(4) No Regimento dos Provedores da Fazenda, nas sanções ou penalidades aos desobedientes à determinação de ninguém ir a terra adentro e de umas para as outras Capitânicas sem licença, há uma distinção de categorias sociais: "sob pena de ser açoitado sendo pião e sendo de mor qualidade paguará vinte cruzados". (*Hist. Col. Port.*, vol. III, pág. 357 — Vide também págs. 269 e 309).

Na "Carta de Capitam da Cidade do Salvador do Brasyll" de Dom Duarte da Costa (19 de março de 1553) definindo competências e alçadas, dizia o Rei: "e nos casos crimes até morte natural inclusive em escravos e gentios e em piães crisão omês livres em todos los casos asy pera solver como pera condenar e nas pessoas de mais calydade até dez anos de degredo e cem crusados de pena". (*História da Colonização Portuguesa*, vol. III, pág. 366/367). — Os condenados para galés se provavam ser *escudeiros e daí para cima* teriam esta pena comutada em *degredo de dois anos para o Brasil* (Livro das Ordenações Filipinas, Livro V, título 140 § 4º). — Os degredados chegavam ao Brasil, quase sempre pobres. Lemos em Gabriel Soares que a Misericórdia da Bahia socorria a "muita gente do mar e degredados que destes reinos vão muito pobres, os quais em suas necessidades não têm outro remédio que o que lhe esta casa dá" (*Tratado*, página 110).

(5) Vale aqui lembrar o que escreveu o autor do *Diálogo das Grandezas* por volta de 1618 — "*Brandônio*: Haveis de saber que o Brasil é praça do mundo, se não fazemos agravo a algum reino ou cidade em lhe darmos tal nome; e juntamente academia pública, onde se aprende com muita facilidade toda a policia, bom modo de falar, honrados termos de cortesia, saber bem negociar, e outros atributos desta qualidade. — *Alviano*: Antes isso devia de ser pelo contrário; pois sabemos que o Brasil se povoou primeiramente por degredados e gente de mau viver, e pelo consequente pouco politica; pois bastava carecerem de nobreza para lhes faltar a política. — *Brandônio*: Nisso não há dúvida. Mas deveis saber que esses povoadores, que primeiramente vieram a povoar o Brasil, a poucos lanços, pela largueza da terra deram em ser ricos, e com a riqueza foram largando de si a ruim natureza, de que as necessidades e pobreza que padeciam no Reino os faziam usar. E os filhos dos tais, já entronizados com a mesma riqueza e governo da terra despiram a pele velha, como cobra, usando em tudo de honradísimos termos, com se ajuntar a isto o haverem vindo depois a este Estado inuitos homens nobilísimos e fidalgos, os quais casaram nele, e se ligaram em parentesco com os da terra, em forma que se há feito entre todos uma mistura de sangue assaz nobre. E então, como neste Brasil concorrem de todas as partes diversas condições de gente a comerciar, e este comércio o tratam com os naturais da terra, que geralmente são dotados de muita habilidade, ou por natureza do clima ou do bom céu, de que gozam, tomam dos estrangeiros tudo o que acham bom, de que fazem excelente conserva para a seu tempo usarem dela" (*Diálogos*, págs. 142/143).

Ao Rei sugeria ou pedia D. Duarte da Costa em carta de 3 de abril de 1555 autorização para converter a pena de degredo em multa e recebida esta extinguir tal pena, e mesmo comutá-la simplesmente. Lá está naquela carta: "deve Vossa Alteza também mandar provisão aos governadores para poderem vender degredos aos homens que cá forem degredados de umas capitánias para outras, ou para as obras ou para os bergantins ou comutar os ditos degredos e assim perdoar alguns e algumas pessoas que será vosso serviço não irem cumprir os ditos degredos e os preços que as partes hão de pagar sejam os que Vossa Alteza mandar e devia Vossa Alteza fazer esmola e mercê do que pelos degredos pagarem ao hospital de Nossa Senhora das Candeias desta cidade porque se curem nele todos os enfermos assim os que adoecem na terra como os que vêm nos navios". (*História da Colonização Portuguesa*, vol. III, pág. 371). Isto dá conta da situação social dos degredados e de seu poder econômico. Nessa mesma carta o Governador D. Duarte da Costa fala de um degredado em São Vicente que queria quitar-se do degredo por tomar a si fazer duas pontes de pedra e cal e tijolos. — Uma carta de Duarte Lemos a D. João III datada de

Porto Seguro a 14 de julho de 1550 fala nos homiziados que Vasco Fernandes Coutinho queria levar consigo à Europa, entre os mais um francês degredado. (*História da Colonização Portuguesa*, vol. III, pág. 267). Noutra carta de Pedro Borges, também de Porto Seguro, de fevereiro de 1550, se lê: "aqui por estas capitánias avia quatro homens e todos eram oficiais porque os capitães faziam trinta tabeliães e trinta enqueredores e juizes de orfãos e escrivão dos orfãos de maneira que nom ay homens para serem juizes ordinarios nem vereadores e nestes officios metião degredados por culpas de muita infamia e desorelhados" (Id. pág. 268). — Era isso escândalo ou irregularidade, contra que o Ouvidor se rebelava: — "eu não consinto agora que nenhum degredado sirva nenhum officio" (id. id.). — De outro lado havia que alargar a lei em matéria criminal mudando degredos em vez de manter acusados presos. — O mesmo Ouvidor dizia que tendo sido presos uns abarregados ou casados no Reino ou ilhas que estavam amancebados os mandara soltar "pera irem cumprir seus degredos porque a dita ordenação nom se deve de entender em lugares tão alongados donde V.A. estaa he lugares onde estão de continuo como em guerra em que nem huã cousa aproveitam os homens presos, senão que eles não servem e occupam quem os guarda" (Id. pág. 179). — Os documentos sobre os degredados, firmados pelo Capitães e autoridades nem sempre eram àqueles favoráveis. Vide carta de Duarte Coelho ao Rei datada de 20 de dezembro de 1546. (Id. pág. 315). — Numa carta de Pedro de Góes, datada de 29 de abril de 1551, vê-se que o número de degredados na Bahia era grande, havendo perigo ou inconveniência ficar o Governador só deles rodeado: "ficava só entre degredados sem ter ninguém consigo senão os da sua casa" (id. pág. 322). — Havia degredados com quem o próprio Rei tinha cuidados especiais. Em outubro de 1664 era degredado para a Bahia Antônio de Andrade de Oliva. O Rei dizia em carta ao Conde de Óbidos: "por justas razões e conveniências de meu serviço fui servido resolver que Antônio de Andrade de Oliva fosse para esse Estado e dele não saísse sob pena de morte", mas "podeis deixá-lo viver nesse Estado livremente e por conta de minha fazenda lhe mandareis acudir para seu sustento com dezesseis mil réis cada mês. . até haver ocasião de ser provido de algum officio da mesma renda em cuja serventia tanto que vagar o acomodareis". (Carta Régia de 4 de outubro de 1664, *Docs. Hist.*, vol. 66, pág. 309).

(6) Disposição semelhante figura no "Regimento" de Gaspar de Sousa (6 de outubro de 1612). — Vide "Códice" de Gaspar de Sousa, na Biblioteca do Itamarati.

(7) Mas o Senhor de Engenho do Recôncavo não ficava atrás de seus castelos com sua gente em defesa local das terras e domínios próprios. Tinha que acudir aos alardos da Cidade. Através a história de quatro séculos ele exerceu, com dispêndios de sangue, bravura e fazenda, funções militares. Já Gabriel Soares, notando que a cidade estava (1584) desfortificada, escrevia: "arriscada a ser saqueada de quatro corsários que a forem cometer por ser a gente espalhada por fora e a da cidade não ter onde se possa defender, até que a gente das fazendas e engenhos a possa vir socorrer", gente essa que poderia subir até 2.000 homens "de entre os quais podem sair 10.000 escravos de peleja a saber: 4.000 pretos de Guiné e 6.000 índios da terra muito bons flecheiros". E noutra página: "terá esta cidade oitocentos vizinhos pouco mais ou menos e por fora dela em todos os recôncavos da Bahia haverá mais de dois mil vizinhos, dentre os quais e os da cidade, se pode ajuntar, quando cumprir quinhentos homens de cavalo e mais de dois mil de pé" (*Tratado*, págs. 116/119). Havia superioridade do Recôncavo sobre a Cidade em matéria militar e também econômica. A

riqueza urbana, representada pelo comércio não dava, no primeiro século, para fazer a Cidade do Salvador sobrelevar-se ao Recôncavo, onde estavam os engenhos, os homens ricos com seus escravos, os poderosos. Citamos ainda Gabriel Soares que, ao mencionar os frades que esmolavam, não alude aos negociantes da cidade, aos magnatas urbanos, mas diz que os monges se mantinham de "esmolos que pedem os frades pelas fazendas dos moradores" (*Tratado*, pág. 113); já tendo testemunhado: "e se esta cidade do Salvador cresceu em gente, edifícios e fazendas como agora tem, nasceu-lhe da grande fertilidade da terra que ajudou aos moradores dela, de maneira que tem hoje no seu termo da Bahia quarenta engenhos de açúcar, mui prósperos de edifícios, escravaria e outra muita fábrica" (*Tratado*, págs. 113 e 107). Foi com esses moradores, especialmente os dos engenhos, que Mem de Sá levou a cabo suas guerras de conquista ao índio e de expulsão aos franceses; excepcionais: "e todos toram fazer este, e outros muitos serviços a sua custa, sem lhe darem soldo nem mantimentos, como se costuma na Índia e nas outras partes e a troco destes serviços e despesas dos moradores desta cidade não se fez até hoje nenhuma honra nem mercê a nenhum deles, do que vivem muito escandalizados e descontentes" (*Tratado*, página 107). — No tempo de Tomé de Sousa a Cidade não tinha comércio e comerciantes. Remetendo escravos, vacas e éguas o Rei determinava que os moradores pagassem com os soldos e ordenados "por a esse tempo não irem a essas partes mercadores, nem havia para" que, por na terra, não haver ainda em que pudessem fazer seus empregos" (*Tratado*, pág. 105). — A função militar dos senhores de engenho, com seus serviços e de gente, e escravos e cavalos e barcos e estabelecimentos não cessou senão depois da guerra do Paraguai. É da época da Independência este comentário do redator do *Semanário Cívico* no nº 32 de 4 de outubro de 1821: "...os grandes males que sofrem nossos lavradores; poderemos reduzir a quatro os mais prejudiciais: o sistema militar do Brasil, os Privilégios dos senhores de engenho, a má divisão das terras desta Província, e o estar o comércio todo na mão de estrangeiros... A profissão militar e lavrador são incompatíveis... Os ingleses e franceses nas suas colônias mandavam tropas da metrópole para os defender só para que os colonos se empregassem unicamente na agricultura, o mesmo fizemos nós nos primeiros tempos depois da descoberta do Brasil... Façamos somente a conta do que perde anualmente esta Província em mão-de-obra com este sistema. Calculamos 20.000 milicianos pelo menos que se devem juntar duas vezes em cada mês, são 24 dias no ano; mas como os milicianos moram em grandes distâncias uns dos outros damos-lhes três dias para irem, estarem e voltar; temos 72 dias perdidos no ano que a 400 rs. por dia fazem 28\$800 que perde anualmente cada miliciano; multiplicados por 20.000 somente monta em 576:000\$000 além dos soldos dos majores ajudantes e alguns coronéis, etc. Ora, nesta conta não estão os dias de serviço que perdem os negros que acompanham seus senhores..."

(8) Vide *História da Colonização Portuguesa*, III, pág. 222.

(9) Vide Vilas Boas, *Nobiliarquia Portuguesa*, págs. 33/34.

São também de Vilas Boas estas considerações: "ainda que para a essência do solar não seja necessário que haja Torre, Castelo ou Casa Forte, pois basta somente mostrar casa assinalada de sua origem, contudo havendo-a será de maior estimação e mais nobre o solar... como o será também sendo a casa havida por varonia e estando no campo ou montanha porque se presume que foi feita em aquela idade antiga para se defenderem dos inimigos os que em elas moravam". "Para o solar verdadeiro não é necessário que haja vassallos ou jurisdição... mas

basta somente que haja casa antiga, cabeça de família em que se conserve o apelido e armas dela herdadas dos avós e não comprada. E aquele se dirá propriamente fidalgo de solar conhecido que descender de tal casa. Bem é verdade que quando se achar a qualidade de solar em algum título ou pessoa grande então poderá haver no solar mais luzimento accidental". "Disse que o solar havia de ser antigo porque ainda que uma casa seja princípio e cabeça de família e adquirisse o senhor dela armas e algum apelido honrado na guerra ou por outro caminho honesto não pode chamar-se a tal casa de solar se não quando os avós e os descendentes lhe granjearem este título; nunca a planta pode chamar-se tronco antes que tivesse ramos; as águas que vão correndo ao longe granjeiam à fonte o nome, assim os descendentes são os que dão à casa o nome de solar". Nas categorias de nobreza o fidalgo de *cota d'armas* figurava abaixo dos *dos livros del rey* e dos *de solar* (Vide *Nobiliarquia Portuguesa*, págs. 155/157).

(10) Vilas Boas na *Nobiliarquia Portuguesa*, desenha o perfil da decadência de casas antigas de Portugal e parece estar pintando um quadro do Recôncavo: "os principais solares do Reino de Portugal acham-se pelos campos e montes e Entre Douro e Minho e em alguns lugares da Beira e Trasmontes. Muitos se vêem ainda hoje, de muitos escureceram a memória os anos favorecidos do limitado patrimônio de seus donos. Casas que aos primeiros luzimentos de Portugal eram principais, vemos hoje, algumas humildes choças de lavradores e lavradores os que as possuem. Só a pobreza, mais que tudo, é poderosa a abater a nobreza mais ilustre e fazer desconhecido o sangue mais nobre" (pág. 153).

(11) Temos notícia incerta de poucos morgadios na Bahia. Há alusões aos da Torre, da Ponte (Guedes de Brito-Saldanha), de Santa Bárbara, de S. João (Ximenes Calmon Sodré), do Pilar (Osório), de S. Tiago de Paramirim (Brito Freire)...

(12) Paulo de Argolo, o avô do Conde de Passé, num só requerimento, pedia em 1777 a reclusão de quatro filhas, das dez que lhe dera sua mulher Leonor Antônia de Queirós, ao convento de Santa Clara do Desterro (Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 32, pág. 390).

(13) Conhecemos testamentos determinadores da celebração de missas e manutenção de capelães nas "capelas" — "enquanto o mundo for mundo" ou "até a consumação dos séculos".

(14) Spix e Martius observaram em 1817, mesmo nas classes mais elevadas, traços que lembravam a mistura de sangue indígena "principalmente em algumas famílias burguesas que se orgulham com razão de sua origem considerando-se brasileiros legítimos". (Vide Spix e Martius, *Através da Bahia*, pág. 115).

(15) Vide Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, vol. 1, págs. 43/45.

(16) Na dos senhores de engenho havia a mais estimada das nobrezas, como era entendida e respeitada no Reino — a "nobreza de solar". Fundavam-se com os engenhos "casas" familiares, e em cada sesmaria ou cada novo engenho plantava-se um tronco genealógico. Nem sempre a "casa" primitiva ficava na família. São mesmo raras as como a de "Freguesia", que em 370 anos estivessem cerca de 130 sob o domínio de uma família, e cerca de 240 de outra. É possível entretanto observar uns como limites-regiões onde famílias do mesmo apelido se foram estabelecendo e sucedendo — os Argolos em Passé, os Munises em Iguape e Caipe, os Bulhões em Paramirim, os Garcias, Cavalcantis e Araújoes em Iguape e bandas de Saubara, os Calmons em Patatiba...

COMISSÁRIOS E SENHORES DE ENGENHO



As relações entre comissários e lavradores apresentam, no decorrer de séculos da história açucareira na Bahia, uma só e permanente feição: — a exploração do senhor de engenho pelo comissário, ajudado do luxo dissipador de seu comitente.

Em 1687 buscava-se conselho se, para remediar a crise de venda dos açúcares, não seria bom cassar a liberdade de comércio e fixar oficialmente os preços por que deveriam ser vendidos.

João Peixoto Viegas, num corajoso e decidido parecer, opinou pela liberdade.

Consultava o rei se não haveria conveniência em “vender-se por preço certo e ordenar-se que os mercadores não possam vender fazenda sem se contratar logo o preço” do açúcar para pagamento dos fornecimentos.

Viegas recorreu ao argumento histórico, à lição do passado: “no anno de 54 pedirão os do negocio a S. Magestade o Sr. Rey Dom João se limitasse e desse preço no Brazil aos assucarez, assi o Rezolueo e mandou paçar prouizoes p.a todas as cameraz do estado, declarando o preço doz finoz portanto, o Redondo ptanto. Replificarão os poucos não era justo Resolver S. Mage. hum negocio tão grande sem ouir primeiro os pouoz a quem prejudicaua grauissimamente aquella Rezolução de se almotassarem os frutoz doz vassallos do Brazil em beneficio doz de Portugal; q. deuão huns, e outros gozar della p.^a venderem à avença doz tempoz, como se pratica entodo o mundo. q. os asucares auião tido iá differentez, e alter-

nadoz preços entodoz os tp.^{os} o mesmo os generos de Portugal; e nunca se Requeero no Brazil contra o excesso que elles permitião, como foy huma vez que se uendeu o breo pa. as barcaz dos eng. a 40 crz. o quintal, ainda são vivoz algunz q. o comprarão, e assim outros generos. — Aceitou aquella Magestade estaz Razoens por iustas, e não sefalou maiz neste negocio, e ficou correndo como deantes, comprandose oz asucares à auença, e conuença das pt.^{ez}”.

Acoñteceu, porém, surgirem difficuldades e demoras em acordarem entre si, compradores e senhores de engenho e lavradores, sobre este preço, trazendo o grande prejuízo de retardar a carga dos navios e partida da frota. Interveio o governo “mandando q. em junta de hunz tantos homenz mercadores, e outroz tantoz doz vereadores rezoluessem a duuida na camara”, o que feito começou a carga. E como em anos subseqüentes ocorresse a mesma circumstância se mandou outra vez se fizesse assento de preço, “pa. sempre concordarão nelle mercadorez, e vendedores, que os pagamentos q. se deuessem de fazendaz, q. Receberão fiadaz, fossem a 1160 rz. a aRoba, e o q. valece menoz o jurgace o homem do trapixe em q. na praya se Recolhesem as X.^{as} todaz e que as compras a dr.^o contado fosse à auença daz p.^{tez}”. Lavrara-se então nos livros da Câmara “assento deste acordo e conuença entre os homens de negocio e oz moradores”.

Vinha-se procedendo assim havia mais de quatorze anos, isto é, desde 1673 (1). Mas quem levava vantagem eram os mercadores, pois “os pouos do estado são sempre os enganadoz”.

Peixoto Viegas apontava os comerciantes credores de fornecimentos a receberem açúcar em pagamento a um dado preço, a eles vantajoso, menor do que o que era pago pelos comuns compradores, e, não contentes ainda assim a adiantarem os tais fornecimentos aos senhores de engenho, com um grande ágio sobre o preço ordinário: “os mercadorez lhes vendem suas fazendas que hão de cobrar pelo preço de 1160 rs. o asucar com quarenta e cincoenta por cento mais dos q. as vendem a dv^o decontado” (2).

Era um dos aspectos da eterna luta entre senhores de engenho e comissários, guerra cujos estragos Peixoto Viegas, exclamando: “ao q. a necessidade subgeita os compradores!” — testemunhava: “por isso são todoz empenhados, quanto a V. Excia. (o Governador) consta, e se vê nas continuas execussões com q. são descompostos e destruhidos”, uma vez que nos “custosos gastos da fábrica do açúcar” eram consumidos os fornecimentos anuais — pois lhes vendiam escravos a sessenta e setenta cruzados, e alguns morriam, e lhes vendiam os cobres a quatrocentos réis quando baratos, sem

contar os prejuízos advindos dos “maos annos” e do “cançado das terraz q. iá por velhas não produzem como antigamente” (3).

Ao que é de supor, a injustiça daquelle tabelar de preços, em que levavam sempre a melhor os mercadores, impressionou a Corte.

Os senhores de engenho estavam endividados e os comerciantes credores lhes haviam feito os suprimentos por importâncias acima do valor corrente pago à vista, e ainda cobravam juros.

Chegada a época da saída da frota, se o senhor de engenho não queria perder a safra tinha que entregar o produto a seu credor, e este forçava extremas baixas ou contribuía para a fixação lesiva, de que falava Peixoto Viegas.

Para remediar tal iniquidade appareceu em 1690 uma provisão real a determinar que, nos seus pagamentos, os produtores devedores teriam o direito de dar o açúcar a um preço regulado por árbitros, quinze dias antes da partida da frota, obrigados os credores a assim os receberem (4).

Mas os mercadores sabiam manobrar e a provisão era burlada.

Então Sua Magestade insistia, como na carta de 18 de dezembro de 1692: “Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho. Eu El Rei vos envio muito saudar. Os officiais da Câmara dessa cidade por carta de 21 de julho deste anno me deram conta em como os ministros da Relação desse Estado não observam a mercê que fui servido conceder aos moradores da Bahia por várias Provisões para que os seus açúcares em nenhum caso se arrematem por seus acredores antes que estes por dois árbitros ajuramentados os avaliem e conforme o seu arbitramento avaliados dias antes da partida da frota os recebam os acredores com satisfação de suas dvidas, com o pretexto de que a dita mercê se entende no caso que os acredores queiram lançar e arrematar os ditos açúcares e não quando outro terceiro o faça de que se seguia mandarem por entre prepostas pessoas os acredores lançar nos tais açúcares em prejuízo e mistificação dos mesmos devedores. E pareceu-me ordenar-vos (como por esta o faço) fazer registrar nos livros da Relação a Provisão que se passou aos officiais da Câmara no anno de mil e seiscentos e noventa para não serem arrematados os seus açúcares pelos seus devedores ou terceiros senão pelo preço que forem estimados ao tempo da frota como se declara na mesma Provisão, e que assim o façais guardar insinuando aos ministros da Relação que tendo alguma dúvida na interpretação desta devem dar conta para se tomar a resolução que for mais conveniente sobre a mesma matéria. Escrita em Lisboa a 13 de dezembro de 1692 — Rei”.

Nesta provisão mostrava a Coroa tomar o partido dos senhores de engenho na luta contra a avidez e absorção dos mercadores comissários. Mas não pareceu terem sido de grande monta os efeitos do ato régio.

Noventa anos decorridos, José da Silva Lisboa (Cairu) na sua carta a Domingos Vandelli debuxa este quadro das relações de comissários e lavradores com a firmeza e simplicidade de traço que caracteriza a sua descrição da Bahia em 1781. O novo senhor de engenho acha logo “um negociante que lhe subministra dinheiros, fazendas, escravos e o mais necessário para suprimento do engenho e constituiu-se seu assistente; que em compensação estipula o ser embolsado com os rendimentos do engenho ou da fazenda de cana, pagando-lhe juros do seu dinheiro e recebendo o açúcar com dois tostões de menos, do que correr na praça: estes são mais moderados. Outros estipulam condições mais usurárias, se a necessidade do lavrador o põe na superioridade de dar a lei. É este o ramo do comércio o mais seguro e mais pingue dos negociantes: porque além do ganho exorbitante das estipulações referidas tem a vantagem da certeza da extração da sua fazenda e dos seus escravos (se contrata também nisso) reputando tudo a um preço excessivo e maior do que exigiria o empate do seu dinheiro. Donde se segue que não obstante ter, há cinco anos, quase dobrado o valor dos açúcares, contudo não teria dobrado realmente a riqueza dos cultivadores: e com efeito assim sucede. A conjuntura favorável da guerra relativa do valor dos açúcares foi mais de vantagem para os ditos negociantes do que para os lavradores, que sendo pela maior parte empenhados, e por isso na contínua sujeição dos mesmos negociantes, viram quase absorver-se o benefício da sua cultura pela exorbitância das usuras dos seus assistentes. E posto que crescesse o valor do gênero, também se aumentou o preço dos escravos e fazendas da Europa e então o excesso do valor do açúcar deveu necessariamente não os ajudar, quanto era possível” (6).

Em 1807 Rodrigues de Brito, combatendo a limitação de juros como providência afugentadora de capitais que podiam vir do estrangeiro, diz que “o lavrador pobre não pode obter seus suprimentos senão em gêneros fornecidos por preços exorbitantes que em poucos anos o arruinam, sendo obrigado a deixar os Engenhos de fogo morto, como vemos um grande número deles” (6).

O espetáculo destes pleitos, em que aparece o senhor de engenho como uma vítima da ganância esperta do comerciante, excita um estado de espírito vizinho da irritação contra os traficantes-proveitadores que, sem produzirem, sacrificavam os que estavam

labutando com a terra, entre escravos, sujeitos às intempéries, para fazer o açúcar que valia ouro e enriquecia o Estado.

Mas logo nos decai a indignação ao apreciarmos as relações entre os donos de moendas e tachas e os que plantavam canaviais.

De comissário a senhor de engenho, e de senhor de engenho a lavrador de canas havia uma gradação de algozes e mártires, seriação em que o dominado mais fraco se fazia forte com outro ainda mais débil. A vítima da sagacidade fazia sacrificados de sua prepotência.

A classe dos lavradores de canas nasceu gêmea com a dos senhores de engenho.

A separação e dependência, bem como a intercomunicação dos interesses de fabricante e de lavrador foram reguladas desde muito cedo.

Ainda iam levantar-se os engenhos e já aquelas relações, sempre lutas e disputas, vinham dirigidas e organizadas no “Regimento” trazido por Tomé de Sousa: “alem da terra que a cada enjenho aveis de dar para serviço e maneyo dele lhe limitareys a terra que vos bem parecer e o senhorio dela será obrigado de no dito enjenho lavrar aos lavradores as canas que no dito limite ouverem de suas novidades ao menos seis meses no ano que o tal enjenho lavrar e por lhas lavrar levarão dos senhorios dos ditos enjenhos aquela parte que pola informação que la tomareis vos parecer bem de maneira que fique o partido favoravel aos lavradores pera eles com melhor vontade folgarem de aproveitarem as terras e com esta obrigação e deccaração do partido que am de lavrar as ditas canas se lhes passarão suas cartas de sesmarias” (?).

Era o estatuto real. Outros decretos protegeriam talvez ainda o lavrador. Mas uma lei mais eficaz e obedecida — a do mais forte — daria tal predominância ao dono das moendas e tachas sobre os lavradores sem fábricas, que o que de fato existia era arbítrio prepotente e não direitos e obrigações. O senhor de engenho, sempre oprimido pelo comissário, tiranizou o lavrador.

*
* *

Não há como deixar de ouvir compridamente os cronistas antigos, neste caso testemunhas contestes a fazerem plena prova.

Antonil escrevia em 1710: “o ter muita fazenda cria comumente nos homens ricos e poderosos desprezo da gente mais pobre e por isso Deus facilmente lha tira para que se não sirvam dela para crescer em soberba. Quem chegou a ter título de senhor

parece que em todos quer dependência de servos. E isto principalmente se vê em alguns senhores que têm lavradores em terras do engenho, ou de cana, obrigados a moer nele, tratando-os com altivez e arrogância. Donde nasceu o serem malquistos e murmurados dos que os não podem sofrer, e que muito se alegram com as perdas e desastres que de repente padecem, pedindo os miseráveis oprimidos a cada passo justiça a Deus por se verem tão vexados, e desejando ver os seus opressores humilhados, para que aprendam a não tratar mal os humildes. . . .”

Combatia Antonil violências e opressões dos senhores com seus lavradores, aconselhando àqueles a serem muito justos e verdadeiros — “quando chegar o tempo de moer a cana, e de fazer e encaixar os açúcares”, facultando moagem com oportunidade, separando os açúcares de cada um, dando avisos a tempo, assinalando os pães de cada qual, permitindo a fiscalização dos lavradores no tendal, casa de purgar e balcão — “pois tanto lhes custou chegá-la a por nesse estado, e tanta amargura precedeu a esta limitada doçura” (8).

Em 1781 narrava José da Silva Lisboa: “há três sortes de lavradores, uns proprietários das suas terras, que lhes é livre moer as suas canas no engenho que mais quiserem, no que fazem muito favor aos senhores de engenho; outros proprietários, mas cujas terras têm a servidão de serem obrigados os lavradores de moerem a sua cana em certo engenho e não em outro, podendo por justiça serem a isso constrangidos; outros finalmente que lavram terras dos senhores de engenho, pagando-lhes foro. Estes dois últimos estão na absoluta dependência do senhor de engenho, que conforme os seus caprichos os têm em uma opressão servil. Ao senhor de engenho pertence determinar-lhes a ocasião da moagem, a qual se é tardia causa aos lavradores prejuízos irreparáveis, porque passado o tempo preciso do corte a cana deita frecha, os seus sucos com a força do calor se dissipam. Este inconveniente não pode ser precavido com a prematuração do corte, porque a cana depois de cortada, passada uma semana, fermenta e fica incapaz de fazer açúcar. Qualquer pois senhor de engenho se por malevolência a um lavrador e predileção a outro quer demorar aquele e antecipar a este a moagem, decide da fortuna anual de ambos o que dá motivo a dissensões e demandas; se o lavrador é pobre aquiesce; se tem comodidade vem à cidade aumentar o número dos litígios que é imenso”.

Era a prepotência. Mas ainda assim naquela época a situação dos lavradores chegava a igualar à dos senhores de engenho: “estes lavradores, apesar da meação que pagam aos senhores de engenho,

têm contudo grande lucro na sua cultura, porque as suas despesas se reduzem à sustentação dos escravos e seu vestuário e morte dos mesmos; precisam de infinitamente menos fundos para a empreenderem, nem têm que suprir à dispendiosa fábrica do engenho, que todos os anos precisa de reparação de ferros, cobre, madeiras, quantidade de bois, cavalos e o importantíssimo artigo das lenhas de que fazem prodigioso consumo os engenhos beira-d'água, que não têm matas. E ainda que o seu rendimento seja muito menor que o do senhor de engenho, contudo a desproporção do valor do engenho e das despesas a respeito das do lavrador faz com que o rendimento de ambos seja proporcionalmente quase igual" (9).

Vinte e sete anos depois, Vilhena não varia de informes ao falar dos ajustes entre os senhores de engenho e seus lavradores em terras que a estes davam de arrendamento.

Era o lavrador obrigado a plantar de canas as fazendas e só as moer no engenho do proprietário, que cobrava metade do açúcar delas extraído, — *a meação* — como ficou sendo até hoje chamada, mesmo quando era ou é menor essa porcentagem; e ainda cobrava o proprietário, como renda da terra, de cada quinze pães de açúcar um.

Estes lavradores de "fazendas obrigadas" não tinham garantias nos arrendamentos, feitos sem prazos, tendo o senhor de engenho a "regalia de despedi-los logo que queira", pagando-lhes tão só as benfeitorias, indenização em que eram sempre prejudicados.

O autor das *Cartas Soteropolitanas* distinguia, aliás, duas qualidades de senhores de engenho arrendantes: os que sendo muito poderosos eram mais benignos nos ajustes de contas e auxiliavam os lavradores em "dar-lhes mais alguma quantidade de mel ou ajudá-los em tal ou tal trabalho com uns tantos escravos ou bois, etc." e os poderosos e ricos, que usavam uma "política tirânica", levando os lavradores à pura perda de um instante para outro, por "muitos modos bem dignos de severa punição".

Processos de semelhante opressão consistiam, segundo o depoimento de Vilhena, em: "não dar conta do açúcar que produziu a cana do lavrador, deixando muitas vezes parte dele na sua mão, a título de empréstimo para pagar-lhe da sua mesma cana na safra futura"; em "negar-lhe o corte quando de justiça lhe pertence e as suas canas estão na verdadeira e própria ocasião de serem cortadas"; em receberem as canas e não as moerem a tempo "deixando-as melar e azedar no picadeiro por três, quatro e mais dias".

Calorosamente indignado, comenta o cronista essas prepotências: as canas não moídas a tempo, depois de cortadas e azedadas

para nada serviam senão “para destruírem o triste lavrador que em menos de uma semana vê perdido o trabalho de mais de um ano, não tendo aquele ímpio Senhor de Engenho dúvida em perder a meação que lhe pertence, só por destruir o lavrador que muitas vezes, fiado na sua colheita, tem contraído dívidas que fica impossibilitado de pagar e isto para manter-se e aos seus poucos escravos que comumente tomam fiados para pagarem com o açúcar da seguinte safra” (10).

Dentro de uma ressalva tímida a poucos inclui Vilhena na exceção à regra de crueldade que estabelece: “estes procedimentos contudo não são gerais, porque há bastantes Senhores de Engenhos dotados de humanidade, honra e caridade: — livrar contudo da maior parte dos poderosos moços” (11).

Como é bom imaginar que os senhores do “Engenho Freguesia” todos eles, durante trezentos anos, foram da casta dos “dotados de humanidade, honra e caridade?!...”



Notas do capítulo:

(1) "... chegando o tal navio primeiro que trate de carregar ajustarão os fretes e preços dos açúcares, evitando-se os excessos que até agora havia". Carta de S. Alteza a Lourenço de Brito Correia, 26 de fevereiro de 1671, in *Docs. Hist.*, vol. 24, pág. 205.

(2) O Governador, em 10 de outubro de 1685, informava ao Rei: "o dano e ruína dos cabedais da Bahia e de todo o Brasil está na pobreza em que têm caído os senhores de engenho, os quais compram as fazendas fiadas para pagar em açúcares dando estes muito baratos e tomando aquelas muito caras". E o Rei, por sua vez, sentenciava: "ser lástima ver o miserável estado em que os ditos senhores de engenho têm chegado pela insaciável cobiça dos mercadores". (Carta Régia de 25 de novembro de 1686 — in *Docs. Hist.*, vol. 68, pág. 119).

(3) Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 20, págs. 215/216.

(4) Em 24 de março de 1687, o Rei comunicava que por alvará seu ordenava: "que se não ponham preços certos aos açúcares". (Carta Régia de 24 de março de 1687, in *Docs. Hist.*, vol. 68, pág. 167).

(5) Vide carta de José da Silva Lisboa a Domingos Vandelli (1781) in *An. Bibl. Nac.*, vol. 32, pág. 501.

(6) Vide *Cartas Económico-políticas*, pág. 65.

(7) Nas sesmarias que conhecemos não nos ocorre ter visto estas declarações de partido com o nome dos lavradores.

(8) Vide Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 74/75. — Mesmo engenhos de grande capacidade e vastas terras dependiam, em muitos casos, de seus fornecedores e das "fazendas obrigadas" ou dos "partidos". Nos *Documentos Históricos*, vol. 62, pág. 150, encontramos uma "escritura de concerto, divisão e repartição de terras pertencentes ao Engenho de Sergipe do Conde entre o Colégio da Bahia e o de Santo Antão em partes iguais", datada de 22 de agosto de 1667, no corpo da qual se fala em "dar posse a Igreja de Santo Antão do Engenho de Sergipe do Conde com os dois partidos e terras sem as quais o engenho não pode ficar perfeito"; e mais adiante, "casco do engenho com os foros e obrigações de fazendas de canas que lhe ficam obrigadas... e os partidos anexos ao engenho". Ainda nesse mesmo volume, à pág. 199, se encontra uma "escritura de venda que fazem os Colégios de Santo Antão da Cidade de Lisboa e desta Cidade da Companhia de Jesus aos Reverendos Padres de São Bento desta Cidade", datada de 2 de maio de 1670, em que se lê "faziam esta venda ao comprador com condição e obrigação que toda a cana que se plantar nas ditas duas sortes da terra será obrigada por encargo e obrigação real a moer-se no Engenho de Sergipe do Conde o qual é hoje do Colégio de Santo Antão da Cidade de Lisboa, a qual cana serão obrigados o comprador e seus sucessores dá-la a moer no dito engenho, sem contradição alguma, todas as vezes que se lha pedirem e lhe for pedida pela pessoa que governar o dito engenho". Também no mesmo volume se lê (pág. 220) uma sentença relativa ao fato do haver um *lavrador obrigado* deixado de cumprir sua obrigação de moer as canas no Engenho de Sergipe do Conde (safra de 1679) e onde se vê que o *obrigado* se defendia alegando haver moído canas em vários engenhos que nomeava. No referido volume 62, à pág. 237, figura uma escritura de venda de terras datada de 18 de fevereiro de 1670 — "com tal condição e obrigação que toda a cana que se plantar na dita sorte de terra será obrigada perpetuamente a moer no engenho de Sergipe do Conde". Outros papéis semelhantes figuram às págs. 255, 276, 282, 284 e 310. — À pág. 265 vemos o senhor do engenho reclamando as canas para moer: "e porque um Alferes José de Araújo de Macedo estava com muita cana assazonada e a corte cuja cana lavrava em terras do Capitão Afonso da França, sendo que a dita fazenda era daquelas que eram obrigadas ao dito engenho, mormente quando o suplicante tinha precisa necessidade da dita cana por estar muitas vezes o engenho pejado por falta de canas"... (1709). — À pág. 288, num libelo em demanda (1677), que versava esse assunto de "canas obrigadas" se lê: — "provará que é uso e costume praticável, quando se faz alguma obrigação de

moer canas em algum engenho obrigasse também engenho reciprocamente a moer também a cana em tempo certo e determinado, tantas tarefas por semana com condição que a parte que faltar a tal obrigação pagar a outra toda a perda e dano que lhe causar... provará que se a obrigação entre a fazenda e engenho não é recíproca ficam os senhores das fazendas de canas muito prejudicados e perdidos mandando-se-lhe cortar a cana fora do tempo, têm grande perda e considerável ruína assim na bondade e rendimento do açúcar, como em se danificar a fazenda porque se perde a soca por lhe dar o bicho e outros muitos incômodos que experimentam os lavradores de cana”.

(9) Vide Carta de José da Silva Lisboa a Domingos Vandelli, in *An. Bibl.*

(10) "Outros há que logo que o lavrador levanta as canas e larga fogo *Nac.*, vol. 32, págs. 500/501.

aos aceiros, ou restolhos delas, cerimônia do uso, eles lhe fazem aviso que lhes largue a fazenda, porque quer dá-la a outro, e se lhe paga a soca lhe faz nisso grande favor; e além destes por outros diferentes modos arruinam muita gente; de forma que passa por provérbio a justiça do Senhor de Engenho". (Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, vol. I, pág. 183). — Joaquim José da Silva Maia, numa carta aos Deputados da Província da Bahia às Cortes, diz: "os nossos lavradores de canas arrendatários são puramente escravos dos senhores de engenho e nenhuma diferença fazem dos servos da Polônia e da Rússia; e dos tempos do feudalismo; eles pagam de quinze pães um (cada pão de açúcar tem de 3 a 4 arrobas) de renda da terra, a meação da moagem, e lhe cedem quase todo o mel; o senhor de engenho mói as canas quando muito lhe apraz e está nas suas mãos arruiná-lo impunemente". (Carta de Silva Maia aos Deputados às Cortes, folha volante de 1821).

(11) Vide Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, vol. I, págs. 182/183.

LUXO DISSIPADOR



NORME ajuda tiveram sempre os comerciantes-credores, no manterem preso o senhor de engenho a um negócio, para eles prestamistas-fornecedores altamente lucrativo, na falta de equilíbrio e economia da maior parte dos lavradores, que preferiam arriscar-se à miséria futura a abrirem mão de uns tantos pontos de honra suntuários e festivos.

Sem as despesas excessivas de ordem pessoal, sem o luxo dissipador, poderia talvez o senhor de engenho emancipar-se das dívidas, e passar, pelo menos, a adquirir os suprimentos à vista, com dinheiro de contado, a quem mais barato lhe vendesse. Quando não tivesse tino ou habilitações comerciais para negociar o produto de suas fábricas, isentando-se do intermediário, libertar-se-ia da obrigação de comprar ou receber de seu comissário-credor mercadorias por preços muito mais altos que os comuns, e ainda sobrecarregados de juros.

Manter o senhor de engenho naquela sujeição muito importava ao comissário e para isso assoprava orgulhos, faustos e ostentações, e ainda reformas de fábricas, para que continuasse sempre amarrado à sua cobiça o devedor.

O ideal do comerciante-comissário era ganhar, ajuntar, enriquecer para, muitas vezes tarde, na velhice já, pompear fortuna e gozar conforto de que se havia privado durante largo espaço da vida. O ideal aristocrático do senhor de engenho era mandar, estender domínios, exhibir poder e grandeza, mostrar desprezo por dinheiro e apego aos bons cavalos, às casas amplas e enfeitadas,

às festas custosas. E descurava do futuro que em regra trazia empobrecimento.

De um lado a calma da riqueza consolidada — do outro o luzimento da aparência, satisfação do poder, liberdade de mil e um arbítrios pessoais, dentro de sua casa e de suas senzalas, e porteiras a dentro de suas terras.

O negociante chegara pobre, servira não raro nos misteres mais humildes, trabalhara à vista de todos, varrera a testada, limpou os balcões, arrumara os “stocks”, servira aos compradores, exibira-se como serviçal inferior ao freguês, atrás do balcão ou na banca escriturando livros. Sua ambição era, enriquecendo, criando dependentes, vingar-se da inferioridade de situação dos começos da vida e mostrar na soma dos capitais e no elenco dos devedores, o luzente averso da medalha de tão triste e laborioso cunho (1).

O senhor de engenho, salvo os casos de comerciante que adquiria terras e fábrica de açúcar, era um continuador de tradições, muito enfunado de orgulhos e muito viciado de gastos.

Figura no inventário do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita “uma bengala de cana da Índia com castão e olhetas de ouro e ponteira de latão (12\$800)” e nela podemos lobrigar um símbolo, uma representação daquelas outras a que aludia o futuro Visconde de Cairu em 1781, quando descrevia os costumes baianos.

Referindo-se Silva Lisboa às forças militares da Bahia, cita os três regimentos pagos, de setecentos homens cada um, dois mais de mulatos forros e de pretos libertos; menciona os dois outros de *élite*: o dos *Úteis*, “que também se denomina com o pomposo nome de *Regimento da Nobreza*”; o dos *Familiars do Santo Ofício*; e afinal alude às tropas que “faziam a milícia da cidade”, o regimento dos *Auxiliares* e o das *Ordenanças*.

Rocha Pita era Capitão-mor do terço dessas *Ordenanças*, na repartição do norte e subúrbio da Cidade, e talvez lhe caiba a carapuça por Cairu talhada com fina graça irônica: “eu creio que, se se costumasse vencer inimigos com a riqueza dos uniformes, não haveria no mundo tropa mais respeitável nem mais invencível”. Na guerra passada reinara “um vão prurido de comandar tropas brilhantes”, contrastando um “luxo destrutor” de “fardas carregadas de galão fino de ouro” com o “grito da necessidade, miséria e consternação pública”; e ficara o gosto desse aparato custoso: — “é um pasmo ver o chamado regimento da nobreza de uniforme escarlate, cujos oficiais com suas fardas de berne agaloadas parecem outros tantos marechais de campo”. Tudo era um luzido flamejar de fardas: e ainda fora da militância ativa criavam-se postos que

valiam manequins de vaidades — “todas as vilas têm o seu capitão-mor e sargento-mor... bela invenção que nutre a vaidade dos meios senhores do Brasil, multiplica ao infinito as bengalas de ouro, propaga a epidemia de senhorias e dá motivo a interesses ainda mais complicados” (2).

Era essa — a das fardas, bengalas e tratamentos — uma das expressões de luxo na sociedade colonial urbana e rural da Bahia, vício antigo, velha paixão por sedas e ornatos e jóias a enfeitarem as pessoas, precursora, na seqüência cronológica, da das casas enormes e aparatosas, das pratas e alfaias de preço, da escravatura excessiva, das festas de ostentação.

Falava Silva Lisboa no fim do século XVIII, mas a coisa vinha de longe, e continuaria...

Gabriel Soares em 1584 afinara no mesmo tom: “na Cidade do Salvador e seu termo há muitos moradores ricos de fazendas de raiz, peças de prata e ouro, jaezes de cavalos, e alfaias de casa, em tanto que há muitos homens que têm dois e três mil cruzados em jóias de ouro e prata lavrada. Há na Bahia mais de cem moradores que têm cada ano de mil cruzados até cinco mil de renda, e outros que têm mais: cujas fazendas valem vinte mil até cinqüenta e sessenta mil cruzados, e davantagem, os quais tratam suas pessoas mui honradamente, com muitos cavalos, criados e escravos, e com vestidos demasiados, especialmente as mulheres, porque não vestem senão sedas, por a terra não ser fria, no que fazem grandes despesas, mormente entre a gente de menor condição; porque qualquer peão anda com calções e gibão de cetim ou damasco, e trazem as mulheres com vasquinhas e gibões do mesmo, os quais, como têm qualquer possibilidade, têm suas casas mui bem concertadas e na sua mesa serviço de prata, e trazem suas mulheres mui bem ataviadas de jóias de ouro” (3).

A Bahia começava e Anchieta na “Informação da Província do Brasil” datada de 1585, notava que “homens e mulheres portugueses nesta terra se vestem limpamente de todas as sedas, veludos, damascos, razes e mais panos finos como em Portugal, e nisto se tratam com fausto, máxime as mulheres que vestem muitas sedas e jóias... e todos assim homens como mulheres como aqui vêm se fazem senhores e reis por terem muitos escravos e fazendas de açúcar” (4).

Fernão Cardim nessa mesma época falava das lutas refeições em louça da Índia e baixelas de prata por aqueles engenhos do primeiro século, cujos senhores “na fartura parecem uns condes e gastam muito”.

O autor do *Diálogo das Grandezas* (1618) dizia que um senhor de engenho precisava gastar muito, pois havia de ter “50 peças de escravos de serviço bons, 15 ou 20 juntas de bois com seus carros aparelhados, cobres bastantes e bem consertados, oficiais bons, muita lenha, fornaria, grande quantidade de dinheiro, além de serem muito liberais em darem a particulares dítivas de muita importância. E eu vi já afirmar a homens muito experimentados na corte de Madri que se não traja melhor nela do que se trajam no Brasil os senhores de engenhos, suas mulheres e filhas, e outros homens, afazendados e mercadores”... As lojas vendiam “toda sorte de louçaria, sedas riquíssimas, panos finíssimos, brocados maravilhosos, que tudo se gasta em grande cópia da terra” (6).

E se não resistimos à tentação de citar aquela que seria avó de tanta gente baiana — Catarina Caramuru — lembremos que numa doação por ela feita aos padres de São Bento, em 16 de julho de 1586, incluía: “toda a prata do serviço de sua casa a saber: um jarro e bacia de água às mãos e um saleiro e cinco colheres de prata” (6).

No geral houve uma grande desproporção entre os gastos, para manter tão faustosas exhibições e a base econômica, as possibilidades monetárias dos que as patenteavam.

Antonil adverte aos senhores de engenho sobre a “paciência que é necessária nos particulares da casa”, isto é, quanto a economia precisa para que se lhes não desmorone a riqueza: “cavalos de respeito, mais do que bastam, chameleiros, trombeteiros, tangedores e lacaio mimosos não servem para ajuntar fazenda... e muito menos as recreações amudadas, os convites supérfluos, as galas, as serpentinas e o jogo”, o que tudo, aos cabedais diminuía em pouco tempo “com obrigações e empenhos”. O exemplo estava ali à mostra; “e por este caminho alguns em poucos anos do estado de senhores ricos chegaram ao de pobres e arrastados lavradores, sem terem que dar de dote às filhas, nem modo para encaminhar honestamente aos filhos” (7).

Outro crítico condenador das ostentações baianas do século XVIII é Wenceslau Pereira da Silva que, em 1738, num parecer, verberava o “demasiado luxo, venenoso e depravado vício, nascido de uns negros fumos exalados das oficinas do Inferno, que cruelmente infecciona, destrói e consome estes moradores mal morigerados”. Queriam “antes padecer que deixar de obedecer aos impulsos da vaidade, a qual ou por desgraça ou por influência do clima tanto os predomina, que os faz esquecer do seu próprio cômodo e troca o mais útil pelo mais vão”.

Depois de referir-se à pragmática decretada por D. Pedro II sobre ornatos, trajes e vestidos, Wenceslau Pereira da Silva testemunha: “este Estado do Brasil se acha ainda no da inocência ou da ignorância a respeito daquelas leis suntuárias”, pois cada um vestia como lhe parecia “sem diferença alguma no modo e no excesso do imoderado luxo nos trajes e adornos de ouro, prata e sedas; e com tantas desordens que se não conhecem as pessoas de um e outro sexo pelo ornato dos vestidos; porque estes lhes confundem as qualidades e só pelos acidentes das cores se distinguem uns dos outros, excedendo quase todos em muito as suas possibilidades”. Havia nove ou dez anos introduzira-se o uso ou o abuso “de cadeiras guarnecidas de ouro e sedas, que são as carruagens da terra”, de que já usavam até pessoas de inferior condição, causadoras de “excessivas despesas com o fornecimento, sustento e vestuário de muitos escravos ocupados inutilmente e caríssimos no tempo presente” (8).

Do luxo do grande número de serviçais, ainda na cidade, falava Silva Lisboa, quarenta e três anos depois, com o traço vivo de gravador perito: “a maior parte (dos escravos) é bem inútil ao público e só destinada para servir aos caprichos e voluptuosas satisfações de seus senhores. É prova de mendicidade extrema o não ter um escravo: ter-se-ão todos os incômodos domésticos, mas um escravo a toda lei. É indispensável ter ao menos dois negros para carregarem uma cadeira ricamente ornada e um criado para acompanhar este trem. Quem saísse à rua sem esta corte de africanos está seguro de passar por um homem abjeto e de economia sórdida. E quem fosse tão imprudente que fizesse a menor reflexão sobre a ridicularia deste aparato romanesco ou ainda a desumanidade de se fazer por deleite puro carregar por homens seus semelhantes, estava na certeza de ser apedrejado como um visionário e inovador. Assim todos aspiram ter a sua cadeira com o aparelho competente ainda que a tenuidade da sua fortuna. . . Mas a vaidade dominante nas minhas senhoras patricias não se acomodaria jamais com reflexões filosóficas e de economia. É-lhes mais fácil sacrificar ainda os interesses da religião a um ponto de honra fantástica do que bravar prejuízos inveterados. Nenhuma mulher, a não concorrerem simultaneamente as qualidades de ser extremamente pobre e de tal idade que não tenha já esperança de tirar algum partido deste mundo, não se resolve a sair a pé de dia. Assim são obrigadas a ir à missa muito de madrugada, ou não satisfazerem este preceito. . . O luxo exterior dos vestidos em nada cede aos nossos europeus; a seda é vulgaríssima até em os negros forros”. E tudo isso em flagrante

desconformidade com a fortuna desses pompeadores de cadeirinhas e roupagens ⁽⁹⁾.

Se o futuro Visconde de Cairu assim critica o vezo da escravatura numerosa na Cidade, Vilhena o censura nos engenhos.

Além dos escravos do serviço de plantações e fábrica, havia “uma grande turma de mulatinhos e negrinhos de um e outro sexo, nascidos em casa, que só servem de perturbar tudo; e além destes infinitas mulatas e negrinhas do serviço das senhoras, tão melindrosas que não pegam uma vassoura; se há filhos aí se distribuem aqueles bandos para o serviço de cada um, com exclusão de servir a mais ninguém que não seja iôio, ou a sua iaiazinha”.

Este séquito de cativos era um lance da fachada magnificente dos senhores de engenho, ordinariamente “soberbos” e “tão pagos de sua glória vã que julgam nada se pode comparar com eles, que se vêem dentro nas suas terras, rodeados dos seus escravos, bajulados dos seus rêndeiros, servidos dos seus mulatos e recreados nos seus cavalos de estrebria, como lhes chamam uns de folgar, que são os que têm diversos passos, trocadilhos e habilidade, outros esquipadores e são os que têm um passo velocíssimo e composto, e outros com diferentes qualidades e predicados, comprados por exorbitantes preços e ricamente jaezados. Esta é a glória dos Senhores de Engenho e para maior auge dela têm na Cidade casas próprias ou alugadas; cumpre muito que tenham cocheira, ainda que não haja sege, o que suprem aseadas cadeiras que todos têm em que saem acompanhados dos seus lacaios mulatos, ornados de fardamentos aseados”.

Tal pompa, ao dizer de Vilhena, era uma pura aparência de riqueza, pois “os Senhores de Engenho nada mais têm, a maioria deles, que a aparência de ricos, pois que a maior parte das safras dos seus engenhos... não chegam para satisfazerem aos comerciantes assistentes. Casas antigas há muito poucas” ⁽¹⁰⁾.

Outra suntuosidade, outro ponto de honra do senhor de engenho era ter, adquirir, manter como suas, ainda que desaproveitadas, e até dispendiosas, largas extensões territoriais.

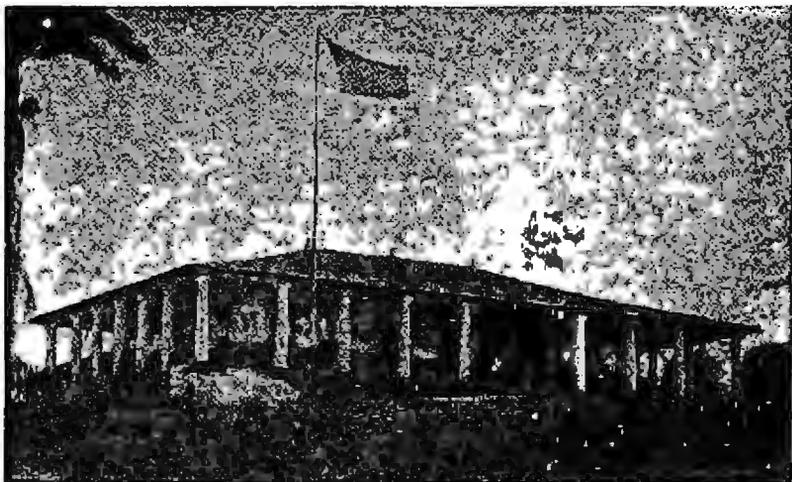
Miguel Calmon (Abrantes) em 1834 vinha dar sua pincelada na paisagem dos orgulhos luxuosos dos agricultores baianos ao fazer estas críticas: “quem passear pelo nosso Recôncavo, com olhos observadores, reconhecerá que há muita terra para ser utilizada. Não há engenho, que tenha em cultura, e mesmo nenhum há que possa cultivar, como deve, todas as suas terras; e infelizmente o solo mais pingue e precioso é o que se acha ocupado pelos engenhos. Causa portanto grande lástima ver, no *interior*, a um



Sobrado do "Engenho Roçado", no Município de Santo Amaro.



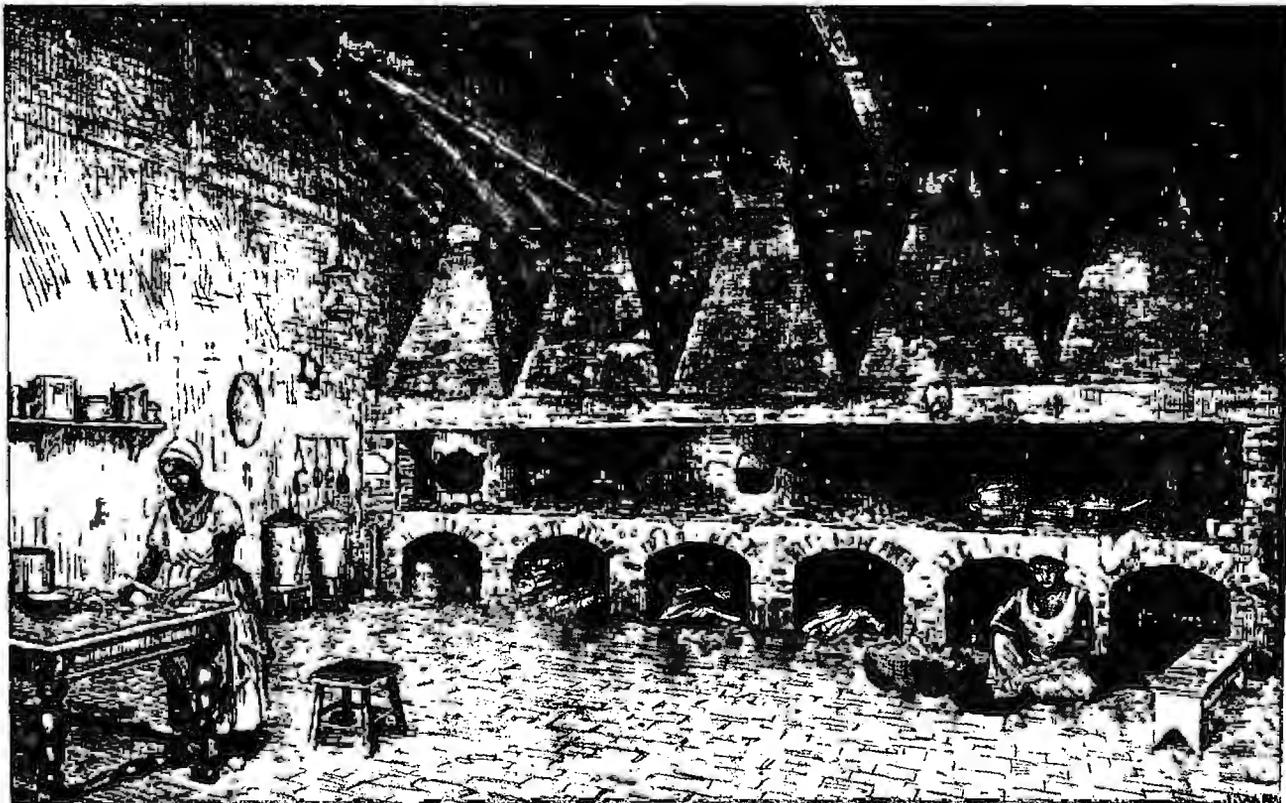
Panorama descortinado do sobrado do "Engenho Roçado", vendo-se o tanque, as senzalas e o engenho, este já de fogo morto.



Sobrado do "Engenho Pimentel", no Município de Santo Amaro.



Varanda do sobrado do "Engenho Roçado", no Município de Santo Amaro.



Reconstituição da antiga cozinha do sobrado do Engenho "Freguesia"

(Desenho de J. de Wasth Rodrigues)



Telhado do sobrado do “Engenho Freguesia”, vendo-se as águas que deitam para um dos pátios internos.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



Aspecto do salão de visitas do sobrado do “Engenho Freguesia”, com remanescentes do antigo mobiliário, designados no inventário de 1877: “quatro bancas de jacarandá de colunas — 32\$, “doze cadeiras de jacarandá finas — 60\$, “dois sofás de jacarandá — 70\$”, “uma banca redonda de jacarandá — 10\$, “um par de jarras de cor azul — 10\$”.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)

lavrador industrioso fazendo esforços para tirar algum proveito de um chão arenoso e seco; quando há, no *beira-mar*, tanto baldio gordo e fresco, que poderia retribuir com usura as suas fadigas, se lhe fosse arrendado. E grosso lavrador há, e mesmo senhor de engenho além do Pojuca, que não se lhe daria de converter em *soltas de gado*, ou em *roças* as terras menos boas para canas que por lá tem, e vir alevantar novo Engenho em melhor terra arrendada aquém do Jacuípe. Felizmente alguns exemplos vão aparecendo em abono da vantagem de arrendar terras que não servem. A grande propriedade da Mata, do Conde da Ponte, já abriu mão de terrenos onde se têm alevantado alguns Engenhos. O nosso ilustre consócio Coronel Veloso tem, pelo arrendamento de algumas terras do seu vasto Engenho da Pojuca, aumentado o seu casal e rendimentos. E o bom Engenho de Jericó, tornando-se maior ou mais *rendoso* para o seu Proprietário, acaba de dar terrenos para outro que já mói e para um terceiro que vai edificar-se. Espero que tais exemplos frutifiquem, e que os Senhores de *Grandes Engenhos*, atendendo melhor aos seus verdadeiros interesses, renunciem à estéril ostentação dos potentados orientais. Um *Nababo* da Índia julga-se mui rico quando tem fechada em um armazém grande quantidade de sedas da China, pérolas de Ormuz e brilhantes de Golconda; rendendo-lhe tudo isto algum fumo de vaidade e nada mais. Tal é em poucas palavras a riqueza do Senhor de muitas terras improdutivas; e com efeito nenhuma diferença acho entre o armazém do *Nababo* e o engenho de grande extensão. É deveras a mais rica pobreza, ou a mais pobre riqueza que existe no mundo. E tanto mais certa aparecerá a opinião que tenho emitido, quanto mais se refletir em que no estado atual de nossa lavoura, o rendimento do *grande* é sempre menor do que o do *pequeno engenho*. Sabe-se geralmente que não depende da extensão das terras, porém sim da força da fábrica, a maior ou menor safra; e que é de pura afeição, excessivo e imaginário o valor dado entre nós à terra de massapê que se reputa o melhor terreno para canas" (11).

Rodrigues de Brito, manifestando-se contrário ao "privilégio de amortização" refere-se aos gastos suntuários dos magnatas do Recôncavo: "se fora livre a sua circulação por meio das arrematações — diz ele dos engenhos — passariam regularmente para a mão de possuidores mais hábeis e ricos". "Adotou-se o expediente de conceder aos Lavradores o privilégio de não poderem rematar-se as fábricas de seus Engenhos por execução dos credores. Mas este remédio veio ainda agravar o mal; porque lhe aumentou as causas que consistiam na dificuldade de obterem capitais, e na facilidade

de dissiparem em superfluidades os que possuíram. Vaidoso com esta prerrogativa que parecia realçar o lustre do seu título Senhor de Engenho, elevando-o à qualidade de morgado, ele não receou mais a pobreza, e uma porção dos fundos que devia converter em capitais, empregando-os nos trabalhos produtivos de sua lavoura, foi reservada para o seu serviço pessoal. Por outra parte a consideração do privilégio aterrou os capitalistas com a feia perspectiva da maior dificuldade de reembolsarem os fundos que emprestassem. Em consequência muitos fugiram de contratar com uma classe de homens que a Lei privilegiou com a faculdade de serem caloteiros impunemente. Diminuiu portanto a concorrência dos que emprestavam à proporção do novo risco acrescido pelo privilégio, ficando sempre igual a dos que tomavam emprestado, e por conseguinte devia crescer a exigência dos credores em prejuízo dos Lavradores honrados, e proveito unicamente do pequeno número dos que são caloteiros, que com a isca de maior prêmio sempre apanham alguns vinténs" (12).

*
* *

Insistindo em salientar o valor dos inventários e partilhas como os melhores informantes para a história econômica e social do Recôncavo, vamos recorrer a dois deles para dar um sombreado documental, capaz de levantar em maiores relevos alguns planos da paisagem suntuária já pintada pelos tantos cronistas citados.

Em 1803 procedia-se ao inventário de Francisco Antônio de Argolo Queirós, pai do Conde de Passé, que deixava uma casa desbaratada; e compulsados os autos, sente-se vivíssimo o descompasso entre o luxo e as posses de um senhor de engenho. Foi o acervo de cento e cinco contos de réis (Engenhos Cinco Rios, Pindobas, etc.), e as dívidas equivaliam ou superavam o valor do monte. Entretanto arrolam as avaliações, entre muitas fivelas de ouro e prata, espadins, bacias e jarros de prata, colares, botões e relicários de ouro, brincos e anéis de diamantes, águas-marinhas e crisólitas, etc. — além de outros, os seguintes móveis: “uma arca grande coberta de sola com fechadura dourada, forrada de seda”, “um leito de jacarandá com sua cabeceira de damasco”, “doze cadeiras de jacarandá cobertas de damasco”, “uma cadeira de arruar ainda nova”, “uma outra dita de braços já usada com suas vidraças”, “uma mesa de louça fina da Índia com ramos azuis e frisos de ouro ainda em bom uso, composta de quatrocentas e dezenove peças, a saber: terrinas, pratos maiores, menores, ditos de sopa e guarda-

napos, outros mais pequenos, bules, cafeteiras, jarras, mostardeiras, e todos os mais acessórios de uma mesa" (120\$000), "um corte de vestido de mulher de setim Macau escarlata com uma bordadura rica de retroz e ouro" (100\$000), "um cortinado de cambraia de flores de servir em cama", colchas de setim e cambraia bordadas, "um vestido (de homem) de setim azul ferrete todo bordado de ouro com seu calção de setim da mesma cor e uma veste de ilhama de prata", "outro dito vestido de seda parda também bordado de ouro com calção do mesmo e veste de setim bordado de prata", "um vestido de seda preta de salpicos com sua veste e calção do mesmo", "uma casaca de casemira em bom uso", "outra dita de pano de escarlata com sua abotoadura de pedras", "três pares de meias de seda cor de pérola", "um par dito preto", etc.

Recuemos meio século e tomemos para exemplo o inventário dos bens deixados por João Lopes Fiúza, senhor do Engenho de Baixo da Boca do Rio de Paramirim, falecido em 1741.

Ao ambiente castelão de um potentado rural daquele meado do século XVIII não faltava sequer uma pequena biblioteca algo escolhida: "*Rol dos livros que se acham no (móvel?)* — De Bluteau — 8\$000, Da História Pontifical — 10\$000, David perseguido, em pergaminho — 2\$000, Francisco Pereira Lobo — \$400, Tesouro Seráfico, pergaminho — \$320, Temporal e Eterno, pergaminho — \$240, Rosa de Nazareth, em pergaminho — \$240, (ilegível), Insulana de Manuel Tomás, em pergaminho — \$240, A Fênix da Lusitânia de Manuel Tomás, em pergaminho — \$240, Escudos de Cavaleiros, em pergaminho — \$240, Obras da Vila (?) Mediana em pergaminho — \$240, Banquete de Apolo (ilegível), Honras Cristãs, em pergaminho — \$320, Correção de Abusos, em pergaminho — \$240, Lenitivo da dor — \$480, Epítome cronológico, genealógico e histórico, em pergaminho — \$480, Exposición pa. Punastico (?), de Lidalmor em pasta — \$240, Espejo de Kunhoreis (?) e agradecidos que contiene los 7 livros de beneficios del io amorenda em pasta — \$240, O Condestável de Portugal D. Nuno Alz. Pereira — \$240, Vida da Princesa D. Joana — \$200, Historia de los movimientos y separación de Cataluña, em pergaminho — \$120, Sinagoga de . . . geral, em pergaminho — \$240, Las obras de Publio Virgilio, em pergaminho — \$240, Vida del V P. Maestro Fr Juan de, em pergaminho — \$240, Mares do Rei de Portugal em pergaminho — \$. . . (ilegível), Da floresta, do Pe. Bernardes em pasta — 2\$000, Parte de Portugal Restaurado em pasta —, Lacorte Santa em pasta —, Flos Sanctorum

de Riba de Vieira em pasta — , Dito e Ave de Macedo em pasta — , La Perla de Cataluña em pasta — , La estória das ordens ares em pergaminho — , Do G. . . lo em pergaminho — , D. . . del Rey D. João 4º em pergaminho — , terra em pasta — , vida D. João de Castro em pasta — Da Cobra (?) lustrada em pasta — , Harmonia política em pasta — , Deme. Das cor. . . . inas de Portugal em pasta — , Alívio de Tristes em pergaminho — , Arte de navegar em pergaminho — , De Supino (?) em pasta — , De Lopo da Veiga em pergaminho — , Ordem de bem casados em pergaminho — , Guerras Civis de Granada em pergaminho — , Gritos das Almas do Purgatório em pergaminho — , Vida de S. João Batista em pergaminho — , Da Florinda em pergaminho — , De Gusmão de al Garache em pasta — , De escolha de temor de Deus em pergaminho — , De Cícero De Oficiis em pergaminho — , D. el em pergaminho — , De Comédias em pergaminho — , De poesias de Paull Glza em pergaminho — , Carta de Guia de casados em pergaminho — \$080, Noites de inverno em pergaminho — \$120, Seráfica Portuguesa em pasta — 4\$000, De Virgílio classe em pergaminho — \$200, Aparelho para bem morrer em pergaminho — , Classe (?) doce (?) em pergaminho — \$240, De Sá e Miranda em pergaminho — \$240, Method Gratical em pergaminho — \$240, Comento de Orácio em pergaminho — \$120, Juiz Teológico digo Historia justí. . . — \$820, História Universal em pergaminho — \$240, Doclens Catheticos em pergaminho — \$200, Da vida de S. José em pergaminho — \$160, De Gazetas em pergaminho — , De comédias singulares de Lixa. em pasta — \$800, Cartapacio de rudimenta em pergaminho — \$080, Comento de Virgílio em pergaminho — \$240, Amores divinos em pergaminho — \$100, De D. Quixote — \$400, Coro Celeste — \$160, Juízo Teológico — \$160, Casos de Consciência de Manuel Rodrigues — \$200, República e política cristã — \$160, Balido das Igrejas de Portugal — \$020, Tratatis de Amor Devino — \$320, Mapa de Gramática — \$100, Rebelião de Milão (?) — \$160, Explicacim de tabula da Sta. Cruzada — \$160, Ponte Segura — \$120 (?), El sutil Cordovês — , Múcio da. — , Mundano Constrangido — , ria de Penitentes — , Rosa de Vini-jida — , Descrença política — , De entremeses — , P. em pequenino — ,dulgência — , ristotele ratica urelia

cionferencias. — Ba. 18 de dezº de 1741 — Manuel de (?) Ferra., Antônio Gomes da Sa.” (13).

Vejamos agora o mobiliário. Os “bofetes” (um com quatro gavetas) não são menos de cinco, dos quais um só não se indica ser de jacarandá (60\$000, 8\$, 3\$200, 2\$000, 1\$920); as “caixas de vinhático” são oito, uma delas com guarnição preta (20\$000, 8\$, 5\$, 3\$200, 1\$200); os “almaros” com portas e gavetas — dois (6\$400, 5\$500).

Junto a “huã mesa redonda grande com seus pés torneados com duas gavetas e fexaduras” (6\$000), vemos “dous contadores da India marchetados” (16\$000), “huã arca de moscovia” (6\$000), “dezoito cadeiras de nogueira” (36\$000); “cinco tamboretos do couro” (3\$200), “hu tamborete de couro razo” (1\$000), “huã estante pequena” (2\$000), “hum espelho antigo” (6\$000), “huã moldura de espelho de talha dourada” (8\$000); e pelos chãos — “huã alcatifa” (5\$000); “outra alcatifa” (16\$000), “outra de igreja, velha” (5\$000).

Arrumam-se nos quartos: “hum leito de jacarandá torneado em bom uso” (25\$000); “hum leito grande retorcido de jacarandá” (50\$000), “cinco catres de jacarandá pequeno” (6\$000); “hum catre de jacarandá pequeno” (6\$400); “hum baul com seis palmos” (1\$200), “dois colxões grandes de lan do reino” (6\$000).

O aparato religioso da casa, sem contar a capela e suas imagens, paramentos e pratarias, está representado por — “hum oratorio de jacarandá” (40\$000) contendo “hum Santo Christo e mais tres imagens” (6\$000) e ainda “hum Santo Christo” (5\$000), além de “um relicario de Roma com S. Francisco e S. Domingos” (24\$000) e de uma série de “laminas” — uma “de cobre” (10\$000); uma “de S. João de madeira com sua moldura” (8\$000); “uma de jacarandá” (3\$200), outra “com moldura de jacarandá” (4\$000); e ainda “sete laminas de papel com seus caixilhos” (8\$000).

Não era nos móveis de uso onde o gosto do luxo daquele Lopes Fiúza mais frisantemente se exhibia, mas sim nas alfaias de louça, xarão e prata e nos vestidos, estofos e jóias.

Enquanto para a iluminação de toda uma casa, afora os castiçais de prata, apenas encontramos “hum páo de pôr candieyros” (1\$280) e “hum candieyro” (1\$400), por mesas e bofetes se espalhava uma bonita coleção de *louças da India*, desde o serviço de mesa avaliado em 65\$000, e tão numeroso que foi repartido por todos os herdeiros, a “duas jarras grandes da Índia” (30\$000); “duas jarras de azul e ouro” (20\$000); “huã jarra da Índia azul e

branca" (3\$000); "huã jarra pequena da Índia de ouro e preto" (8\$000), até as figuras de animais — "dous leões da Índia" (2\$500), e "dous leões brancos e vermelhos" (3\$000); "dous ditos verdes, dous galos, dous caxorros, dous macacos pardos, dous elefantes, quatro bugios em sua avaliação e mais dous galos e duas sereias" (5\$000).

O sabor oriental desses ornatos se acentuava em "dois ventôs da Índia marxetados" (50\$000) e "hum ventô pequeno marxetado" (1\$500), outro "ventô de xaram da Índia" (1\$500), "duas arcas de xaram" (32\$000), "cinco taboleiros de xaram" (8\$240), "quatro bandejas grandes e quatro mais pequenas de xaram" (5\$200), a que se aliavam — "dezaseis figuras de páo pequenas" (3\$200) (14).

Na prata o gosto era todo português — "hum par de castiçaes grandes e bojo com os pés mais pequenos" (nove marcos, dezoito onças e duas oitavas — 65\$730); "hum prato redondo liso e um jarro grande" (dezenove marcos, sete onças, duas oitavas — 127\$400), "huã salva grande" (tres marcos, cinco oitavas — 19\$700), "huã salva lisa pequena moda antiga" (dois marcos e sete oitavas — 13\$500), "vinte e cinco colheres a saber dezenove vasadas e nove de chapa, vinte e sete garfos e dois maiores de trinxar e seis facas da moda e cinco facas antigas e uma maior antiga" (doze marcos, cinco onças e duas oitavas — 81\$000), "hum copo pequeno liso" (treze oitavas — 1\$300).

São ainda lusitanas, mas têm muito de orientais, a escolha e a quantidade dos vestidos, panos, estofos, sedas, tafetás: "hum penteador de cambraia em folha" (10\$000), "outro penteador de bertanha em folha" (6\$400), "hum penteador de pano de linho em folha" (5\$000), "huã mantilha de bautizar" (6\$000), "huã capa de Irmão do Senhor" (3\$000), "duas colxas ricas da Índia bordadas sobre pano branco" (400\$000), "huã colxa azul bordada de ouro" (30\$000), "huã colxa branca bordada" (20\$000), "huã colxa de damasco carmezim" (20\$000), "um pano de setim bordado" (24\$000), "hum cortinado de lô da Índia" (50\$000), "duas toalhas de lô lavrado" (2\$000), "quatro lançoes de pano de linho em folha" (12\$000), "quarenta e cinco covados de nobresa carmezim" (27\$000), "vinte e quatro covados de tafetá da Índia" (4\$800), "dezaseis covados e meio de tafetá azul" (5\$280), "setenta covados de branco" (14\$000), "uma peça de chita grossa" (\$800), "uma peça de chita fina" (5\$000), "onze massos de linhas de peso" (22\$000) (15).

Por cofres e gavetas guardava-se um grande número de jóias: — “huã cruz de ouro de diamantes de Sirailos com setenta e seis diamantes e lhe falta um no remate de um dos braços” (oito oitavas — 50\$000), “uma cruz de ouro de diamantes com setenta e seis diamantes” (cinco oitavas e doze grãos — 20\$000), “um par de cadeados de ouro e diamantes com trinta diamantes” (tres oitavas e vinte grãos — 20\$000) “cinco flores de prata com trinta e um diamantes e quatro rubins em uma delas” (4\$000), “hum anel de ouro, moda antiga, de esmeralda que pesará fóra as ditas esmeraldas seis oitavas” (14\$000), “trinta e quatro cabeças de aljofares engastadas em ouro e tres aljofares em cabeça enfiados em linha, as cabeças e são de duas em duas pesam todos juntos cinco oitavas e meia” (8\$000), “uma volta de perolas de pescoço com quatro duzias de perolas não são iguaes por serem umas maiores e outras mais pequenas” (duas oitavas e dêzpoito grãos — 4\$000), “dois cravos de orelhas com duas esmeraldas cabochaons pesam abatido o peso das esmeraldas e esmaltes que têm os ditos cravos duas oitavas e dezoito grãos” (6\$400), “hum anel de ouro com uma esmeralda cabo chão comprida e seis rubins pesa abatido o peso das pedras duas oitavas e dezoito grãos” (9\$600), “cinco pares de botoens de ouro de rubins tiveram seis rubins cada botam agora faltam em tres botoens os rubins do meio pesam abatidos os ditos rubins que têm doze oitavas” (16\$700), “dois pares de botoens de ouro de rubins com hum rubin em cada hum botão pesam, abatido o peso dos ditos rubins, duas oitava e meia” (4\$000), “hum habito de Christo de ouro feito na India com cinco diamantes e com setenta e nove rubins, pesa abatido o peso dos ditos rubins cinco oitavas” (22\$000), “hum par de brincos de ouro e rubins” (cinco oitavas e meia — 6\$400), “huã cruz de oiro moda antiga com tres rubins pesa; abatido o peso dos ditos rubins, quatro oitavas” (6\$400), “huã cruz de ouro e rubins, moda antiga com oito rubins pesa abatidos os ditos rubins, duas oitavas e meia” (3\$500), “dois pares de botoens de oiro lavrados ao zinel” (dezesseis oitavas — 21\$808), “hum par de botoens de ouro de bicos com cordoens á roda” (onze oitavas — 14\$806), “huã cruz de ouro de fina grana” (tres oitavas e meia e quatorze grãos — 4\$950), “hum par de argolas de ouro de canotilho alto com rosinhas de fina grana nas pontas” (sete oitavas — 9\$548), “hum par de argolas de ouro de canotilho alto com rosinhas de fina grana nas pontas” (quatro oitavas e meia — 6\$133), “hum habito de Christo liso” (tres oitavas — 4\$200), “hum habito de Christo esmaltado de preto

aberto de cahados (?) as cruces e assentada sobre uma esmeralda a qual está quebrada em dois pedaços" (tres oitavas — 5\$000), "hum habito de Christo encastoado em prata" (1\$280), "hum habito de Christo muito pequenino" (\$500), "huã venera de familiar do Santo Oficio com esmaltes azues pesa abatido o esmalte duas oitavas" (2\$800), "huã venera de ouro do Santo Oficio aberta decahados" (duas oitavas e sete grãos — 2\$900), "hum cordão grosso de ouro com duas varas e hum palmo bem medidos e seus colxetes" trinta e sete oitavas e oito grãos — 51\$950), "hum cordão fino de ouro com duas varas menos quadro dedos" (nove oitavas e meia — 13\$600), "huã bolinha de ouro ou huã conta cheia de ambar" (uma oitava e seis grãos — 1\$280), "hum anel de ouro que foi de punho de espadim, um anel de mãos dadas, um par de botoens chatos tudo dito de ouro" (duas oitavas e meia — 3\$407), "hum paliteiro de ouro com dois palitos e um assobio tudo dito ouro" (seis oitavas e vinte e quatro grãos — 8\$800), "doze rubins soltos" (\$320), "huã esmeralda solta" (2\$560), "hum trancelim (prata) de chapéo" (vinte e tres oitavas — 2\$530), "hum pau de marfim engastado em prata" (\$800).

•
• •

Documentos e narrativas citados dão muito o que falar ao moralista e ao economista, mas deixam entrever que a grandiosidade e o fausto dos senhores de engenho representava mais alguma coisa além de um personalíssimo gozo.

A constância daqueles fatos, durante três séculos, dando-lhes a força de uma lei, desafia a acuidade do sociólogo e a pesquisa dedutora e interpretativa do historiador.

Há menos um erro a censurar do que algo, nada superficial, mas ao contrário, profundo, que vem dos alicerces e da estrutura de uma casta formada nos primeiros dias da colônia e só abalada pela libertação dos escravos e pela comercialização e a desindividualização da "usina".

Se consideramos um momento naqueles pontos de honra responsáveis pela prodigalidade dos Senhores do Recôncavo, logo atinamos com os fundamentos históricos de tal vício, ou melhor, dessa lei dos gastos excessivos: — grandes áreas de terras que dão a impressão de maiores domínios; escravatura numerosa que vale uma extensão de mando; aparato de cavalos, cadeirinhas, jóias, vestidos, bengalas, espadins — a pompa pessoal como insinuações

a ritos e reverências prestigiantes; festas e hospedagens faustosas — que entretêm e alargam a clientela; educação superior dos filhos — para refletir o prestígio nobilitador dos letrados da família a colaborar em governos, parlamentos e partidos.

Semelhantes exteriorizações, que são ao mesmo tempo essência da casta, decorriam de uma situação latifundiário-econômico-militar que, desde o Regimento de Tomé de Sousa, dera eclosão à entidade singularíssima do Senhor de Engenho.

Nenhum poderia fugir às *obrigações* de fausto e mando.

A sesmaria, a escravatura índia ou negra, os lavradores de partido sujeitos a moerem canas no engenho, a casa-forte, as armas, os serviços e postos político-militares tramaram o tecido daqueles preconceitos, criando para o Senhor de Engenho um ambiente de poder e grandiosidade, que devia ser mantido a todo custo.

A vaidade, o orgulho, império e desperdícios não foram, pois, defeitos de cada um, mas inevitáveis comandos do passado e da organização coletiva,⁽¹⁶⁾.



Notas do capítulo:

(1) "O negociante, amigo Pelópidas, é a profissão mais abjeta que se conhece entre nós. Têm só importância quando são chamados em corporação para se lhes pedir dinheiro; então os intitulam pomposamente *Respeitável Corpo do Comércio*: porém apenas voltam para suas casas qualquer de seus membros é insultado pelo mais ridículo beleguim. Como negociante vai rondar nas rondas da polícia a par de um cabra ou negro desprezível, como negociante se pretende uma casa na cidade alta para morar e com ele concorre ou o que toca os foles da casa da moeda, ou algum escrivão, contínuo de tribunal, etc. cede o negociante, porque aqueles têm aposentadoria ativa e este só tem passiva, se é matriculado; como negociante é soldado miliciano e todos os domingos incomodado e algumas vezes descomposto por biltres que são...; finalmente como negociante não tem imunidade alguma. Daqui vem que para um negociante

evitar este opróbrio ou compra sua comodidade e sossego a peso de dinheiro, ou procura enobrecer-se com empregos, fitas, patentes, foros, etc. E' por isso que não há entre nós casas de comércio hereditárias. O negociante rico que tem filhos dá-lhes outra ocupação mais honrosa. Morto pois o chefe da família extinguiu-se a casa. Em uma palavra os negociantes puros; quero dizer os que só têm probidade e não têm empregos, patentes, fitas, etc. são justamente no Brasil o que eram os judeus no século XVI na Europa!... Como os negociantes estão neste estado de degradação, são raros os filhos dos homens ricos que desde a infância se destinam a esta ocupação; o maior número é o acaso que os faz negociantes; daqui procede em geral a ignorância dos negociantes do Brasil: poucos são pois os que sobem teoricamente à complicada ciência do comércio, o maior número dirige as suas operações por uma rotina prática circunscrita e por isso muitas vezes sofrem desastres". (*Semanário Cívico* — nº 6, de 5 de abril de 1821).

(2) Vide Carta de José da Silva Lisboa a Domingos Vandelli (1781) in *An. Bibl. Nac.*, vol. 32, pág. 498.

(3) Vide Gabriel Soares, *Tratado*, pág. 115.

(4) Vide "Cartas de Anchieta", pág. 426. Anchieta dizia dos hábitos de grandeza que logo adquiriam os colonos na Bahia: "como aqui vêm se fazem senhores e reis por terem muitos escravos e fazendas de açúcar".

(5) Vide *Diálogo das Grandezas do Brasil*, ed. Academia, pág. 140.

(6) Vide "Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador", pág. 87, e *Brasil Histórico*, vol. I, pág. 125. — O gosto pela prataria começou cedo na Bahia e é bastante expressivo que Catarina Caramuru (ou Paraguaçu, como ficou chamada na lenda e pelos historiadores, posto que os documentos coevos só lhe dêem aquele apelido) aparece com prataria de igreja e do uso de sua casa num documento em que outorga uma doação. Já Gabriel Soares (1584) fala de "peças de prata"; no *Diálogo das Grandezas* (1618) se lê: "do Rio da Prata costumam a navegar muitos peruleiros em caravelas, e caravelas de pouco porte, onde trazem... prata lavrada e por lavar, em pinhas e em postas, ouro em pó e em grão e outro lavrado em cadeias, os quais aportam com estas coisas no Rio de Janeiro, Bahia de Todos os Santos e Pernambuco, e comutam tais coisas por fazendas das sortes que lhes são necessárias, deixando toda a prata e ouro que trouxeram na terra". Esse encaminhar de prata para a Bahia parece ter começado entre 1583 e 1587, quando o Bispo de Tucuman, segundo o que afirma Frei Vicente do Salvador, abriu o comércio da Bahia com o Rio da Prata.

Em 1612 Pyrard de Laval espantava-se de como corria dinheiro de prata então na Bahia.

Vide Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 98. Antonil, falando das obrigações que tinham os senhores de engenho para com os mercadores seus comissários, diz — "não dando sequer alguma parte, não merecem alcançar as esperas que pedem; principalmente quando se sabe que tiveram para desperdiçar e para jogos, o que deviam guardar para pagar aos seus acredores" (Op. cit., pág. 102).

(7) Com o feitiço místico de seus julgamentos, o autor do "Peregrino da América", Nuno Marques Pereira, que escreveu em 1725, alista outra causa à ruína de muito engenho: a "soberba e as riquezas": "em quantos têm a

soberba e os interesses feito notáveis destroços! A uns, arruinar bastões; a outros, largar ginetes: a muitos encostar bengalas: a alguns deixar abarbados e fugirem muitos soldados; despejar engenhos; desamparar fazendas. E se perguntares a essas ruínas, quem lhes causou tão lastimosos estragos vos responderão em ecos essas arruinadas paredes e medonhas fornalhas dos engenhos que tudo lhes procedeu da soberba e demasiada ambição" (vol. I, págs. 32/33).

(8) Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 31, págs. 28 e 29.

(9) Vide Carta de José da Silva Lisboa a Domingos Vandelli, in *An. Bibl. Nac.*, vol. 32, pág. 505. — "Felizmente, diz Silva Lisboa, esse luxo não tem penetrado o interior das casas, que é excessivamente modesto e despojado, pelo ordinário, do ornato e rico aparelho de móveis de Europa". Entretanto as informações que colhemos dos inventários do século XVIII mostram as casas lufuosamente mobiliadas e alfaiadas.

(10) Vide Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, vol. I, págs. 186/187, e vol. II, pág. 297. — "Se um hóspede chega aos engenhos do Recôncavo encontra em toda parte, nas grandes moradas, comodidade e revelação da riqueza no modo de viver e no número de criados. Pode estar certo de uma franca hospitalidade". (Spix e Martius, *Através da Bahia*, págs 97/98).

(11) Vide Miguel Calmon du Pin e Almeida, *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, pág. 105. — Handermann fala desse preconceito da extensão territorial: "sem prejudicar de nenhum modo a sua exploração, poderia o grande possuidor de terras perfeitamente desfazer-se de uma parte de seus domínios supérfluos, dividi-las em lotes e vendê-las; todavia é para ele uma espécie de ponto de honra não mutilar a sua propriedade". (Handermann, *História do Brasil*, pág. 363). — Handermann busca a origem da displicência dissipadora do senhor de engenho em ser a cultura da cana de açúcar essencialmente aristocrática já pelo vulto e despesa das instalações, como ainda porque "necessita o proprietário simultaneamente de uma grande extensão de terreno e de muitos braços para o trabalho". Se poucos eram os que podiam arcar com esses elementos, esses poucos formavam necessariamente um pequeno grupo, uma *élite*, "uma aristocracia que reúne nas suas mãos a maior parte dos bens de raiz e dos braços de trabalho". (Op. cit., pág. 361).

(12) *Cartas Económico-políticas*, págs. 66, 67 e 68. — Joaquim José da Silva Maia em seu apanhado histórico "Agricultura na Bahia" escrevia em 1821: "o governo passado persuadiu-se que concedendo aos proprietários de engenho o privilégio de considerar-se a sua fábrica, escravos, bois, cavalos e terras indivisíveis, para não serem penhorados em separado por qualquer credor, seria o meio mais eficaz de promover o aumento da safra do açúcar: nesta errônea persuasão promulgou uma lei ordenando que os engenhos e todos os seus acessórios se reputassem um todo, que não poderia sofrer execução senão quando a dívida excedesse a seu total valor; e apenas seriam obrigados a pagar pelo rendimento da terça parte do seu produto. Porém assim como os homens abusam naturalmente da autoridade, que se lhes confia, do mesmo modo abusam dos privilégios, que o governo incautamente lhes concede: tal aconteceu aos senhores de engenho. Alguns proprietários de má fé abusaram a ponto de não pagarem a ninguém: o mesmo rendimento da terça parte facilmente se iludia; porque não faltava quem emprestasse o seu nome, para as caixas virem à Casa de Arrecadação, com direção, ou de algum suposto lavrador, ou de outro

que alegava fantásticos suprimentos da presente safra, que tinham preferência pela lei, aos antigos. Além de que os proprietários dos engenhos são os avaliadores dos prédios uns dos outros, e como todos têm interesse em que as suas propriedades tenham grande valor, escandalosamente têm levado as avaliações a um tal ponto que um engenho que apenas faz de safra 100 caixas de açúcar, do produto das quais se há ainda de deduzir as despesas de custeio, e o importe a deterioração da fábrica, vale pela sua conta e quantia de 100:000\$000 e mais!!! Deste modo ninguém aparece para lançar em uma propriedade que nem os juros de 5% ao ano pode render do prêmio do dinheiro que deverá empatar, além do lucro do seu trabalho e incômodos; nestas difíceis circunstâncias ou o credor se vê obrigado a comprar uma propriedade pelo excessivo preço de mais do duplo de seu valor real, ou a continuar em novas chicanas para desfazer aquelas excessivas avaliações. Ninguém por conseguinte quer ter contratos com homens que têm o indulto de pagarem quando muito o quiserem, do que necessariamente deverá resultar o seu geral descrédito. Alguns proprietários tornaram-se dissipadores e pródigos a custa de seus credores, e por isso imorais e dissolutos. As grandes propriedades de engenhos, que em poder de homens ativos e empreendedores poderiam produzir grandes safras, em poder de homens endividados e sem crédito nada produzem; isto é tanto verdade que as propriedades de primeira ordem são aquelas que atualmente fazem menos safras" (*Semanário Cívico*, nº 40, de 29 de novembro de 1821).

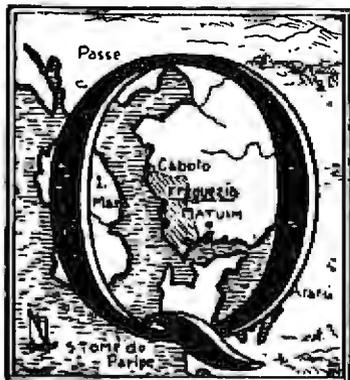
(13) Transcrevemos a lista, muito estragada, dos livros tal qual se encontra nos autos do inventário, guardado no Arquivo Público da Bahia.

(14) Sobre objetos da China, xarões e sedas vendidos na Bahia em 1703, vide "Um Negreiro" — tradução-resumo de Afonso de E. Taunay, in *Rev. Inst. Hist. Brasileiro*, vol. 144, pág. 324.

(15) Quando morreu, estava João Lopes Fiúza a construir um viveiro — "um viveiro que se vai fazendo de pedra e cal" (60\$000), e tinha diante da casa "um relógio de sol com seus degraus de pedra de cantaria" (16\$000), e "um pombal de pedra e cal" (25\$000).

(16) Nem se alegue a herança de costumes que passariam de avós a netos, pois são numerosos os exemplos de comerciantes que, ao se tornarem senhores de engenho, perderam os hábitos de economia prudente, e participaram da dissipação impensada que antes achariam incompreensível.

AGONIA E MORTE DO BANGUÊ



UANDO em 1848 o Barão e depois Conde de Passé adquiriu “Freguesia”, tinha, com uns restos de mocidade, o entono galhardo de *grand-seigneur*, sociabilidade e alegria. Pensava fazer daquele o maior, o mais rico, o mais movimentado de seus solares. A situação, perto da Cidade e não longe de tantas propriedades de amigos e parentes, ajudava. E a experiência do vizinho Engenho Mattoim, onde oferecia reuniões de escolhida e distinta sociedade (1),

mostrava não ser difícil transformar o grande sobrado de “Freguesia” num centro de vida mundano-rural, e ponto de irradiação de várias e extensas atividades agrícolas.

Não abandonaria por certo Pindobas, cheio de tantas lembranças da boa e da má fortuna. Restauradas, porém, casa e igreja, sem alteração da antiga fisionomia arquitetônica; recomposta a vivenda em mobiliário e alfaias; o engenho fumegando em boas safras, os canaviais em torno a verdecerem; barcos e lanchas velejando os mares fronteiros — “Freguesia”, com *botadas* e missas da Piedade e da Conceição, “fins de ano” de grupos de amigos que vinham nos vapores da Companhia Bonfim, da linha de Passé, foi por algum tempo um castelo a beira-mar, animado e festivo.

Durou pouco essa brilhante fase: de 1857-58, quando terminou a reforma, até 1862, quando, com a morte da filha, a Baronesa de Cotegepe, entrou o Conde na penumbra triste da velhice.

Até ali tudo lhe fora crescer, aumentar, gozar, uma extensa consideração social esmaltando-lhe o duplo orgulho de rico e de

fidalgo. Dentro do ambiente a que se limitara não tinha direito de pedir mais do que era, porque fora tudo. Viera de uma orfandade insolvável e estava opulento; seu nome antigo se fora condecorando — Coronel, Fidalgo-Cavaleiro, Comandante Superior da Guarda Nacional, Veador, Barão, Visconde com grandeza e Conde, o peito ornado de fitas e crachás.

Chegara entretanto o tempo da melancolia e dos desenganos. Já ao casar-se a filha sentira falta da que substituíra, na sua movimentada vida mundana, a esposa havia muito falecida. E agora a perdia! Fechado, sombrio e tristonho por largos períodos o solar de “Freguesia” deixava-se o velho Conde ficar em Pindobas.

Uma tarde, das bandas de Cobé ouviu um grande estrondo, e logo o instinto paterno adivinhou que o filho não lhe atendera aos conselhos da véspera. O Visconde de Passé teimara em fazer mover moenda e serra ao mesmo tempo, com o vapor de uma só caldeira, que, não agüentando o excesso de pressão, explodiu para queimar e matar escravos e agregados, sem respeitar o senhor do engenho, desgraçadamente progressista, que pôde resistir apenas alguns dias (2).

Não bastaram as saudades.

O filho não lhe herdara as qualidades de prudência e economia, e saltando sobre uma geração, buscara no avô o exemplo, o vezo atávico de gozo dissipador. Gastara por si o que pudera; e muitos desperdiçaram por ele e à sua sombra. E o pai que nada lhe negava não contou os avais e garantias que dava. Mal, porém, o Visconde expirou, choveram notificações, prevenções, avisos, intimações. De uma hora para outra se via o Conde com o encargo de mais de 600:000\$000 em dívidas, que se haviam tornado suas.

Ao invés de, como sempre, aumentar, desenvolver, restaurar, empreender, construir — ter agora de entregar, pagar, saldar.. empobrecer — quem sabe!

Como que a vida se lhe encerrava num círculo fatal: quem no princípio, com tanto trabalho, desempenhara fortuna e honra paternas, agora, às portas da morte, despojava-se do que entesourara para acudir aos encargos do filho! . . .

Que podia restar-lhe de serenidade e gosto de viver, quando o orgulho, que até ali mantivera ileso, sentia — como num castigo — abatido até quase à humilhação?! . . .

Desde aquele desastre de 1871 deixou-se definir, taciturno e sombrio, como um cenobita na sua tebaida de Pindobas.

Quem passava no mar, diante de "Freguesia", reparava naquela grande casa fechada e silenciosa, indiferente ao ruído das moagens.

No isolamento sem pompa de Pindobas decadente, o velho Rocha Pita e Argolo era uma aparição do que fora. Dir-se-ia cobrir, com débeis restos de vida, numa aparência de fortuna periclitante, uma pobreza mal oculta e disfarçada.

Não foi de todo assim. A partilha de seus bens em 1877 pôde ainda dividir três engenhos e trezentos e vinte e oito escravos (3).

E os que o rodeavam, quando morreu, fizeram questão de dar alarde de riqueza no enterro e funeral na capela de Pindobas. Nessa última cena não haveria de perder a grandiosidade de sempre. É interessante lerem-se as contas, juntas ao inventário, das armações de éça, dos dezoito sacerdotes e dos vinte professores de orquestra, vindos da Cidade, da Vila de São Francisco, das freguesias próximas para tais exéquias (4).

Quando foi do inventário dos bens deixados pelo Conde de Passé em 1877 o "Engenho Freguesia", avaliado em 143:438\$000, constituiu, com jóias e prataria, o quinhão de Maria Luísa e Antônia Teresa, netas daquele titular, filhas dos Barões de Cotegipe, e que já eram condôminas do engenho Jacaracanga, herdado da Baronesa de Cotegipe. Uma amigável composição desfez o condomínio, ficando Antônia Teresa senhora de Jacaracanga e Maria Luísa de "Freguesia".

Se já nos últimos anos de vida do Conde, a casa meio abandonada, estava o engenho entregue a administradores, quando veio a ser gerido pelo Barão de Cotegipe, tutor de seus filhos, pouco melhorou quanto à assistência de donos.

Cotegipe começara forte como lavrador adiantado, e ali, a dois passos, em Jacaracanga, que comprara, havia fundado um engenho modernizado, um dos primeiros da Província (5). Mas quando lhe morreu o sogro a política já de novo atraía o estadista, e, se lhe dava fama e a consolidava para a posteridade, obrigava-o a cuidar com menos zelo de sua fortuna e da dos filhos, quase totalmente consistente em engenhos de açúcar.

Se um dono ou administrador sempre presente, ora a uma ora a outra de várias propriedades, dificilmente as regeria assim tão numerosas, que diria entregues a quem, absorvido por outras preocupações, se desdobrasse entre debates do parlamento e polémicas de imprensa, por pastas de governo e eleições, na direção de um partido e ainda com deleites e encantos da Córte?

Faltava àquelas fábricas o olhar permanente do dono — que não bastavam relances (6).

Cotegipe acabou fixando-se com a família no Rio de Janeiro, e, para o fim, já não dirigia diretamente — visitava os engenhos.

A última vez que esteve em “Freguesia”, se não há engano, foi em 1883.

Em 17 de junho de 1886 casava-se Maria Luísa com o Dr. João Ferreira de Araújo Pinho, político, parlamentar, antigo Secretário da Presidência da Bahia e Deputado Provincial, ex-Presidente da Província de Sergipe, e então Deputado Geral pela Bahia; e com esse casamento “Freguesia” passou da administração do Barão de Cotegipe para a de Araújo Pinho, já senhor de outros engenhos, por si e como tutor de dois filhos do seu primeiro matrimônio.

Em má época entrava Araújo Pinho a dirigi-lo.

A campanha abolicionista ia em seu auge e tanto mais perturbadora da vida dos engenhos quanto mais próximos estes da Cidade do Salvador.

Passava a lavoura por crescente crise e não poucos senhores diligentes e que estavam à testa de seus estabelecimentos só conseguiam aumentar, ano a ano, dívidas aos comissários.

Os de Cotegipe tinham sido Paulo Pereira Monteiro e, posteriormente, a firma Marinhos & Comp., chefiada pelo Conde de Pereira Marinho e seu filho o Visconde de Guaiá, comerciante, político e deputado geral, a quem daria João Alfredo uma pasta de ministro em 1889, quando reorganizou o gabinete que tomou a responsabilidade de decretar a abolição da escravidão no país.

Sobre “Freguesia” e Jacaracanga pesavam dívidas, que urgia pagar. Uma venda em boas condições extinguiu as de Jacaracanga, cujas terras passaram a novos senhores, desfazendo-se o engenho modernizado em que o Barão depositara tantas quanto malogradas esperanças. O débito de “Freguesia” a Marinhos & Comp. foi liquidado.

Uma assistência mais assídua do novo senhor dava, às vezes, impressão de ir ressurgir, como em seus grandes dias, engenho, cheio de tanta tradição. Mas o novo dono, como seu antecessor, era político — obrigado a freqüentes ausências, absorvido também por outras administrações (7).

E a grande crise de trabalho se agravava dia a dia. Cada barco que chegava trazia uma notícia dos expedientes revolucionários de Carigé, o Antônio Bento da Bahia: fugas de cativos, acoutamento de evadidos das senzalas, ousadas e rebeldias de escravos.

Como era possível trabalhar com os negros tão assanhados pela demagogia dos abolicionistas, e ali tão perto e em diário contato com a Capital, onde fervia a propaganda desprestigiadora da instituição servil?!

Embora a escravatura, que em 1877 ali somava cento e trinta e um servos (em 1811-82, em 1832-34, em 1856-63), já não fosse tão numerosa, o desfalque de capital e a desorganização de serviço abalaram de tal modo aquele centro de trabalho e produção, que parecia ter chegado a total desbarato.

Todavia fumegavam ainda os bueiros do velho engenho. Já era porém uma moagem arrastada, de lucros pequenos, quando havia — numa zona em que um a um os bangüês vizinhos iam ficando de fogo morto. O açúcar confinava-se nos massapés de Santo Amaro, abandonadas as terras mais cansadas de beira-mar. Iguape, Matoim, Paramirim, Vila de São Francisco entravam numa aniquilante crise ⁽⁸⁾.

Quantos senhores desanimavam e entregavam seus campos em insignificantes arrendamentos, para virem vegetar na cidade? Quantos ainda, que nem arrendavam nem vendiam e, para “conservar” seus engenhos, os deixavam arruinar-se?

Ainda assim, o bangüê moía e o açúcar enchia lanchas, que velejavam para os trapiches da Cidade Baixa.

“Freguesia”, mal ou bem, cansadamente, rangia cilindros, arfava a velha máquina, empenachava-se em fumos de engenho centenário que queria resistir.

E atravessou a grande crise sem incidentes que deixassem memória, e sob o regime de trabalhadores assalariados, continuou a rodar máquinas, bufar vapores, cozinhar melaços.

Davam os aparelhos sinais de exaustão: a caldeira, os clarificadores, as tachas, o burrinho, tudo pedia substituição. Algumas dessas peças tinham vindo de Jacaracanga, quando se desmanchou o engenho. Era porém evidente que mais cedo ou mais tarde a fábrica apagara para sempre seus fogos, como ia acontecendo a tantas em torno. Pois o próprio comprador de Jacaracanga não desprezara as ferragens, interessado apenas pelas terras para fazenda de plantar e criar?...

*
* *

Já notamos que os senhores de engenho nunca foram amigos de escriturações, e muito menos de arquivar folhas de pagamentos, correspondência, registros de despesas e receitas, cadernos de

caixaria, etc., confiando à memória os elementos de comparação com safras passadas em matéria de preços, regularidade de estações, bons ou maus resultados da moagem ⁽⁹⁾.

Escapou, felizmente, de “Freguesia” um “borrador”, com lançamentos, feitos pelo administrador Santana, que vão de abril de 1889 a junho de 1901. São notas que fotografam a agonia do bangüê.

Ora remete o proprietário as importâncias para despesas, ora o “Sr. Novis”: — o Comendador Aristides Novis, comissário-financiador de numerosíssimos engenhos, recebedor de açúcares, vendedor das mercadorias reclamadas por engenhos e senhores, que substituíra nesse rendoso negócio a Marinhos & Comp., e a Francisco Xavier Catilina.

Nervosamente ativo, solícito, amigüeiro, cuidadoso de suas relações pessoais com toda a antiga nobreza baiana; expansivo, jovial, espirituoso, o Comendador Novis, na sua casa da rua de São Pedro (casa de solteiro) tanto oferecia jantares, recepções e bailes, como abrigava filhos de clientes senhores de engenho, rapazes que na cidade freqüentavam colégios ou academias e transformavam o sótão e a loja da casa em verdadeiras “repúblicas de estudantes”.

Diretor da Companhia Agrícola Usinas e Terras, fundada com engenhos, usinas e alambiques em liquidações de débitos a ele e a estabelecimentos bancários da Cidade do Salvador, viajava de contínuo para superintender a administração daquelas fábricas e plantações no Iguape e no Recôncavo santamarense.

E dirigia os seus próprios engenhos — Brito, em Santo Amaro, Praia, Campina e Ponta no Iguape.

Uma botada no Brito guardava as tradições antigas com missa, bênção, lauto almoço, danças e cheganças.

Encarnava Novis um tipo de comissário que com ele se extinguiria, pois as firmas que lhe sucederam agiram sempre e exclusivamente como negociantes, sem outro contato com a terra, a agricultura, os lavradores, que o das transações monetárias, ao passo que o velho Novis tanto era homem de comércio como senhor de engenho, e por isso diluía a rigidez das relações mercantis em compreensão e amenidade. Os que lhe sucederam, ainda quando se tornaram, além de comissários, usineiros, nunca deixaram de dar uma preponderância total aos interesses de negociantes sobre os de produtores.

Foi o Comendador Aristides Novis o último comissário da lavoura-bangüê. Depois dele o açúcar branqueou... e os negócios enegreceram.

Vejamos porém o que podem contar da história do “Engenho Freguesia” as notas do administrador Santana.

Safra de 1889-1890 — Mói-se regularmente. Em dezembro o mestre de açúcar recebe o que lhe cabia de quatrocentos e cinqüenta pães de açúcar até então fabricados, açúcar em boa parte purgado pela purgadeira Quitéria, e transportado em barricas e sacos, o coser e fechar destes pago a 20 réis cada um. As fôrmas estragadas eram substituídas. Em outubro adquiriam-se cinqüenta de ferro zincado.

Safra de 1891-1892 — Termina em abril; assenta-se um clarificador no engenho; conserta-se o segundo andar do sobrado. Há gastos em reparar o saveiro e o batelão; pagam-se despesas com a festa da padroeira — “26 de outubro de 1891 — Pago ao Padre Josias para celebrar missa da Piedade — 10\$000, cera para o altar — 6\$000, seis dúzias de foguetes — 9\$600”.

Safra de 1892-1893 — Começa a moagem em setembro, quando o caldeireiro é gratificado com 2\$000 por “sair a caldeira boa no dia da botada”. Segue a moagem com os incidentes comuns à travessia dessa época de trabalho — consertos na máquina e táchas, cavar o cais para a lancha de mel sair do porto. A casa ganhava fretes de seus carros a conduzirem canas de lavradores e do saveiro grande a transportar vacas para Itaparica. Há pagamentos que pincelam recordações da vida do campo: para trato dos cavalos, para a aguardente aos vaqueiros que pegaram o gado, para chumbo de matar porcos que fossavam os pastos, para consertos e limpeza do sobrado ⁽¹⁰⁾. Partiam no saveiro e no saveirinho barricas e sacos de açúcar purgado. Comprava-se azeite de peixe, vendiam-se cabeças de gado.

Os registros de *1894-1895* parecem querer ressuscitar o engenho e mostrá-lo em todo o vigor de suas atividades — crenar o saveiro, consertar a canoa, estacar o cais, zelar e cair o sobrado e a igreja, reparos no engenho, desmanchar as cercas velhas da igreja e fazê-las novas, cavar barro para purgar açúcar; couros para carrear bagaço, gás (querosene) para a casa de caldeiras, carvão-de-pedra para o engenho; barricas para açúcar, repregar barricas, carregar mel, tratador de cavalos, remédio para curar cobras.

Se em 1894 o dia de Nossa Senhora da Piedade fora celebrado com simplicidade, “ao Padre Josias por espórtulas da festa de Nossa Senhora — 20\$000” — no ano seguinte houvera mais arrojo festivo.

Em junho — “carrear lenha para a fogueira”; em outubro — “que gastei com a festa, música e o padre Abílio que cantou a festa e sermão — 100\$000”. Nesse ano de 1895 a fábrica passa por uma reforma com os elementos vindos de Jacaracanga: — guardar madeiras vindas de Jacaracanga; cavar o cais para a caldeira entrar, saveiro para trazer a caldeira, assentando a caldeira, fretes de ferros de fundição, conserto da máquina.

Vem a *safra de 1896-1897*. Os lançamentos ⁽¹¹⁾ são os da rotina das plantações, colheitas e moagens, a mesmice igual daquelas labutas, mas aqui e ali um se destaca pedindo uma pausa de reparo: cair e varrer o sobrado, limpar o pátio, tabuado para janelas do sobrado, zelar o mobiliário. . . patrões ausentes. Cavar todo o rio e encanar as águas para o engenho; puxar a estacada do cais e encher de pedras, pedras para o cais. . . que o mar batia querendo destruir na sua antiga teimosia de chegar até os alicerces do sobrado. Retelhar o engenho, matar cupim no engenho e no sobrado. E mercúrio para as bicheiras; e fazer pregos para o saveiro que se crenava e cujo pano se aumentava. Por ali andou a varíola: — saveiro a levar Saloméia, que estava de bexiga, para a Cidade; tratamento de Inácio, de bexiga. Já então não se fala mais em barricas: tinta para marcar sacos.

Foi a de *1898-1899 a última safra* em que o engenho moeu.

Ainda retocado com os elementos de maquinaria trazidos de Jacaracanga o bangüê dava menos interesse aos donos em espremer canas e fabricar açúcares e meles do que parado, assistir às canas embarcarem no cais em busca das usinas mais próximas.

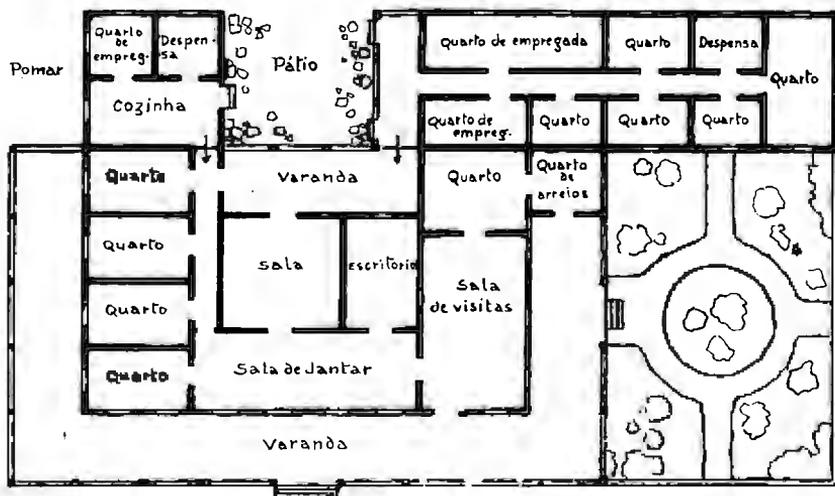
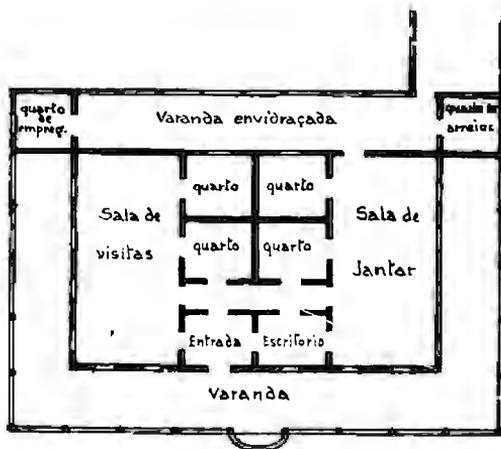
Em 1899 aparecem novos lançamentos a substituírem outros habituais.

Não se lêem mais referências a mestres-de-açúcar, maquinistas, balcões, sacos, barricas, purgadeiras, moagem, transportes de açúcar. Agora é ler: viagens da lancha “Vamos Vendo” a conduzir canas para Aratu, viagens de saveiro com canas para Santo Antônio, canas para embarque. . .

“Freguesia” passava à classe de fazenda fornecedora de canas ⁽¹²⁾. Agora a palavra *engenho* era apenas um título e uma recordação..

Como que o bangüê não quisera dar o espetáculo alegre e ruidoso das moagens à família do dono que, pela primeira vez, toda reunida, iria, em 1900, passar alguns meses naqueles domínios de beira-mar.

O velho engenho, queixoso e amuado, trancava-se mudo e soturno ante os carros atestados de canas que, como acinte, entravam



Doas plantas de sobrados de engenhos no Recôncavo de Santo Amaro.

cantando pelo picadeiro para despejar nas lanchas, que logo abriam panos e singravam irônicas para Santo Antônio dos Vargas e Aratu.

Em 1900, além dos pagamentos de carrear e velejar com canas para estas usinas, deparam-se numerosas verbas, que dizem com providências e preparos para receber e acomodar no sobrado — “meu amo” e “minh’ama”, e toda aquela gente, e meninada, e criadagem, numerosa caravana que chegaria, numa tarde de chuva e rijo vento sul, para vir dar toques de outra vida e alacrememente recordar antigos tempos, despertando o sobrado de uma longa modorra tristonha.

Não bastavam as obras costumeiras de conservação da casa de vivenda; havia mister prepará-la para morada e habitação dos patrões e sua grande tribo, que não daria, aliás, para encher sequer a terça parte daquela babilônia: — consertar e pintar portas e janelas, retelhar o sobrado, “recorrer” o telhado do sobrado, fazer o curral para tirar o leite, dar aguardente ao pessoal que lavou o sótão. . .

Os patrões deviam achar água fresca e uma refeição pronta: — dois purrões, moringa grande, moringas pequenas, água para as talhas e purrões; lenha para o sobrado, comida, temperos mandados comprar em Caboto. A cozinha era a antiga de trempes: — fazer seis trempes para o sobrado.

Cessam com a presença dos senhores os lançamentos de consertos e conservação da casa e das festas de igreja. Dois, porém (cortar capim para os cavalos, roçar as ruínas de São Roque em Caboto) recordam passeios e cavalhadas por aquelas fazendas e engenhos vizinhos — São João, Jacaracanga, Restinga, Quindu, Matoim e até a grande, imponentíssima e secular mangueira no topo do morro; ou até os altos da Boca do Rio, a ver a cidade alvejar ao longe ao sol poente, ou a Caboto, a contemplar as enormes ruínas do sobrado inacabado, que gera lendas na imaginação.

A festa da Piedade, naquele ano da passagem do século, deixaria larga e duradoura lembrança.

As novenas nunca tinham sido tão bem entoadas, nem a igreja se vira assim tão enfeitada de flores de papel, pano e folheta, armadas pelas “moças do sobrado”. Veio da Cidade meia banda de música da Polícia. E num domingo de outubro o Padre Lúcio Ornelas cantou missa, e até a tarde, quando desfilou a procissão, e à noite, quando se queimou o fogo de artifício, tudo ali foi movimento, regozijo e alegria.

No adro da capela e pelo relvado em frente ao sobrado havia barracas de rifas e sorteios, e “butecos” de gingibirra.

Sob uma das tendas apinhavam-se fregueses, curiosos da novidade de um tal *fonógrafo* que ali levava um carcamano a cobrar tanto por audição. O mecanismo era complicado — cilindros de carnaúba, tubos de borracha, terminando em tenazes condutoras de sons, que canalizavam diretamente aos ouvidos o ranger fanhoso de músicas estrangeiras, e em meio a estas o “bendito” baiano — “Oh! Mãe de Deus das Candeias”, que comovia a antigos “romeiros” ouvindo-o repetido por uma máquina!

No sobrado, cheio de amigos e vizinhos — os Cerqueiras, Limas, de Matoim, os Teixeiras Barbosas, de Passagem, alguns convidados da Cidade, refeições lutas na sala enorme, a palestra, a dança, todo o velho regime de festejar e receber nos engenhos dos bons tempos.

E o largo telheiro escuro do bangüê embuçava-se no recolhimento de um silencioso agastamento, enquanto a capela e o sobrado, entre repiques e foguetes, risos e ruídos, como que tiravam desforra de tantos anos de quase esquecimento.

E foi a última grande festa em “Freguesia”.

Reduzido a fazenda fornecedora de canas não esgotara o velho engenho o cálice das amarguras. Prostrado ante a “usina”, iria ser-lhe entregue, num arrendamento que pareceu conveniente e inevitável, mas era para sua altivez uma afrontosa capitulação.

Bem sabia ele o que eram arrendamentos. Ali junto, seu companheiro e irmão gêmeo — o “Matoim”, não estivera havia já tantos anos arrendado?

E não tivera o Conde de Passé de, por assim dizer, reconstruí-lo quando o recebera do arrendatário? ⁽¹³⁾

Tinha razões para temer-se do desamor, da pressa predatória, que sempre foi, salvas as exceções, o regime da exploração agrícola dos arrendatários ⁽¹⁴⁾.

Mas os donos de “Freguesia”, quando o levaram ao sacrifício, tiveram o cuidado de poupar o que nele havia de nobre, grandioso e antigo. O sobrado e o telheiro do engenho não foram entregues aos usineiros, continuando sob o zelo direto dos proprietários ⁽¹⁵⁾.

Trinta anos de arrendamento se escoaram; e um dia o velho engenho sorriu, de dentro de sua humilhação: — a usina arrendatária fechara!

Mas o “bangüê” não podia ressuscitar. Outros tempos, outras condições, outro mundo! Nem mais moenda, máquinas, tachas, — metais fundidos em obuses da grande guerra, e na corrida de altos

preços de ferros velhos que, em 1914-1918, limpou o Recôncavo desses vestígios de suas primitivas fábricas.

Veio outro arrendamento, como uma etapa de preparação para nova fase que se esboça. O açúcar reage. Há confiança em plantar-se, sem receio de preços arrasantes no momento da colheita. As relações entre o lavrador e o industrial estão mais policiadas.

Se o “bangüê” não ressurgir, reverdecem os canaviais a segredarem em seus cicios, entre lembranças de trezentos anos, uns risonhos vaticínios. E, se o vasto telheiro já não fumeja muitas das antigas vaidades, ainda pompeia orgulho o “sobrado”, que resiste ao tempo e não quer ser ruína.

*
* *

A história de um engenho de açúcar, bem estamos a ver, como a dos indivíduos, das famílias, das dinastias, dos estados, não é uma linha evolutiva igual ou crescente, mas oscilante vaivém em sinuosidades de bons e maus tempos.

Os trezentos e setenta anos do “Freguesia”, em fastígios e decadências sucessivos, ministram lições de economia e pregam advertências às vãs soberbas que a riqueza, o poderio e a fidalguia inspiram.

Que nos diz em resumo esse passado, e que pressagia o porvir?

Um sesmeiro feliz; um fundador grande repúblico, potentado, opulento, que um dia vê a família amesquinhada nas delações, perseguida de libelos e julgamentos iníquos, gente de seus afetos atirada às gemônias da Inquisição e a arder em autos de fé; uma linhagem que se prestigia em êxitos e esgalha em ramadas genealógicas — importante e considerada, para decair ao ponto de perder o domínio territorial que a categorizava; uma estirpe que nasce à romana de um raptó e se eleva em sertanismos e lavouras, latifúndios e engenhos, largas terras e riquezas, atravessando quatro gerações, e dilui seus apelidos nas alianças dos rebentos femininos; um Rocha Pita a crescer em cabedais, fazendas, rebanhos, política e mando, para obscurecer-se em crepúsculo caseiro, rodeado de bastardos gastadores; outro Rocha Pita que recompõe, restaura, retoma o brilho do nome e o império da fortuna, reergue os castelos, redoura os brasões, revive as tradições, chega ao pináculo do poder econômico, e se recolhe triste no isolamento melancólico da decadência. . .

O engenho, eito contínuo de escravos, a desfazer-se um dia em mãos de netos de cativos para ser feito por fidalgos e quase

extinguir-se quando a libertação ali se mostrou irmã da pobreza; ora a fumar o brio gerador de fortunas, ora a arruinar-se, triste, nos silêncios do fogo-morto.

O solar, o "sobrado", ao invés de confirmar grandezas perenes que lhe imaginávamos, exalando de suas velhas paredes, como um bafo bolorento dos tempos — tradições de pompa e taciturnidade, lembranças de júbilo ou aflições e uma triste queixa de tantas épocas de olvido e solidão...

É o que diz o passado.
Mas, que promete o futuro?



Notas do capítulo:

(1) Vide Wanderley Pinho, *Cosegipe e seu tempo*, pág. 615.

(2) Silva Campos, no livro *Tempo Antigo*, pág. 105, fixou a notícia desse episódio, como a colheu nas tradições do Recôncavo.

(3) Em "Pindobas" duzentos e quarenta e dois escravos, sendo africanos cento e dezenove, crioulos cento e trinta e quatro, pardos três, cabras três, sem designação dois, além de dois ingênuos; em "Freguesia" cento e vinte e um, sendo cinqüenta e cinco africanos, sessenta e seis crioulos, além de três ingênuos; em "Matoim" sessenta e um, sendo quarenta africanos e vinte crioulos. Os escravos de "Freguesia" foram avaliados em 63:250\$000, os de "Matoim" em 41:350\$000.

(4) Conta de José da Costa Ferreira "pela armação da casa, armação de toda a capela, eça, caixão coberto de veludo, guarnecido de galão de ouro e renda, hum caixão de zinco e duas capelas para cima do caixão — 3:700\$. Eça para os padres, para os convidados, tanto no dia do enterro como no dia do funeral e bem assim a cera que dei aos musicos nos dous actos e ao povo no dia do enterro, conforme o costume daquele lugar em Pindobas — 300\$000 — 4:000\$0000". — Conta dos padres, direitos paroquiais, e musica: "O casal do finado Exmo. Sr. Conde de Passé — aos religiosos e mais sacerdotes e

sacristão todos representados por Frei Antonio de São Pedro Celestino que foram para o engenho Pindobas por ocasião do enterramento e officio solenes pelo mesmo tinaco Conde, nos dias 11 e 15 de fevereiro p.p. — a saber — a Frei Antonio de São Pedro Celestino 120\$000, a Frei Antonio do Patrocínio 120\$000, a Frei Antonio da Ascensão 120\$000, a Frei Leopoldo da Piedade 120\$000, ao Padre José Luiz Rosa 120\$000, ao Padre Maximiano Xavier de Sant'Ana 120\$000, ao Padre Santos Cunha 120\$000, ao sacristão 40\$000 — 880\$000". — "O casal do finado Snr. Conde de Passé ao vigario da freguezia de Passé — deve — por ambos os atos 120\$000, seus direitos parochiaes 50\$000, ao revmo. José Bruno 60\$000, ao revmo. Manuel da Trindade 60\$000, ao reverendo vigario João d'Araujo Mato Grosso 80\$000, ao reverendo Antonio Xavier Moreira 80\$000, ao reverendo José Antonio d'Oliveira 100\$000, ao reverendo Vigario Joaquim de Cerqueira 100\$000, ao reverendo Frei Alexandrino 100\$000, ao reverendo Frei Simplicio 100\$000, ao reverendo Vigario Manuel Joaquim de Andrade Rego 120\$000, ao reverendo Vigario Francisco Henriques de Almeida 120\$000, ao musico Fernando 50\$000, ao reverendo Francisco José da Trindade Calvão 120\$000; — 1:290\$000". — "O casal do finado Snr. Conde de Passé — deve — a João Bispo da Igreja a quantia de 1:700\$000, importancia da musica do funeral do mesmo conde; sendo a orchestra composta de vinte professores para o enterramento, e doze para a missa do setimo dia, com officio solene, os quaes actos tiverem lugar nos dias onze e quinze de fevereiro na igreja de Santo Antonio de Pindobas — 1:700\$000. Relação dos snrs. professores que foram ao funeral do Exmo. Snr. Conde de Passé: 1 Alipio Pereira Rebouças 50\$000, 2 Antonio Firmino da Graça 50\$000, 3 Anacleto Vidal da Cunha 50\$000, 4 Porfirio de Melo 50\$000, 5 Augusto José de Abreu Contreiras 50\$000, 6 José Antonio Pinto 50\$000, 9 João Batista Sacerdote 50\$000, 8 Antonio de Alcantara e Silva 50\$000, 9 Eustaquio Pereira Rebouças 100\$000, 10 Rodrigo Pereira de Castro 100\$000, 11 Balduino dos Santos Oliveira 100\$000, 12 João Bispo da Igreja 100\$000, 13 João Felipe da Fonseca 100\$000, 14 Joaquim Cornelio de Sant'Ana Torres 100\$000, 15 Francisco Leonardo da Conceição 100\$000, 16 Braz da Fonseca 100\$000, 17 Antonio Guilherme dos Reis França, 100\$000, 18 Policarpo Alves da Silva 100\$000, 19 José Bruno Corrêa 100\$000, 20 Antonio Mangabeira 100\$000. Diretoria, musicas e despezas de minha competencia 100\$000 — 1:700\$000."

(5) Conf. Wanderley Pinho — *Cotegipe e seu tempo*, págs. 691/698. Vide também "Descrição do aparelho de fabricar assucar assentado no Engenho Jacaracanga, propriedade do Barão de Cotegipe, Bahia, apresentada pelo mesmo exmo. senhor ao Imperial Insituto Fluminense de Agricultura", 1867.

(6) Desde o comeco do Brasil sempre houve engenhos geridos pelos senhores e engenhos geridos por *feitores*. Já na provisão de 10 de março de 1550 do Provedor-mor Antônio Cardoso de Barros se mandava dar "aos *senhores e feitores* dos ditos engenhos toda a artilharia que houvesse mister". Mas sempre foi encarçada a presença do dono junto às suas plantações e fábrica. Dizia Antonil em 1710 que quem se resolve a lidar com engenhos "se há de retirar da cidade, fugindo das occupaões da república". (*Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 98), e o futuro Visconde de Cairu em 1781 escrevia: "acresce o gravissimo incômodo da necessidade da presença incessante do proprietário à sua lavoura, para esta poder ter o seu devido rendimento, pois que qualquer fazenda de terra vale tanto como a alma de seu dono; se este quer vir divertir-se à cidade, se é indolente, está seguro de nada colher no fim do ano por mil

vantagens de terras e de escravos que tenha". (José da Silva Lisboa, Carta a Domingos Vandelli, *An. Bibl. Nat.*, vol. 32, pág. 502). — Entretanto a cidade e as "ocupações da república" desviaram sempre os senhores de engenho da assistência contínua aos trabalhos em seus domínios. A política — a grande como a de Cotegipe, ou a pequena eleitoral-municipal, liquidou muitos senhores e arruinou muitos engenhos.

Guardava-se no Recôncavo lembrança desta quadrinha do Barão de Matoim, cheia de verdade e útil advertência, ainda que o estro não favorecesse muito ao fidalgo lavrador:

"Administradores e moradores
Das fazendas são destruidores
Se estão ausentes os donos
Delas são possuidores."

(7) Naquela época Araújo Pinho tinha sob sua direção os engenhos Roçado, Água Boa, Sapucaia, Rio do Peixe. Em breve lhe vinha mais a administração do engenho Benfica.

(8) Numa resposta da firma Passo Cardoso & Leite, proprietária da Usina Passagem em Santo Amaro, datada de 9 de junho de 1903, a um questionário do Secretário da Agricultura da Bahia, lê-se: — "há cerca de vinte anos passados contavam os interessados mais de cento e vinte propriedades de engenhos de fabricar açúcar mascavado com destino à exportação, quase todos de máquinas a vapor, alguns movidos a água, tendo desaparecido o motor animal. Era próspero por aquele tempo o estado da lavoura; sendo o serviço feito pelos escravos, não havia indústria à parte, de modo que com raras exceções era folgada a posição desta classe gozando de muito crédito e representando pela sólida fortuna e muitos titulares, a nobreza da antiga província. — O movimento abolicionista relaxou a disciplina e enfraqueceu o trabalho nestas propriedades, até que, para solução veio a libertação incondicional, isto é, a completa desorganização da lavoura de cana, a ruína dos proprietários e uma situação mais penosa de privações e miséria para os próprios beneficiados que, devido ao seu estado de embrutecimento, não puderam gozar os benefícios outorgados, considerando-se muito felizes aqueles de mais juízo que continuaram na companhia dos ex-senhores a gozar da sua proteção. — Entristece só o pensar nas amarguras e sofrimentos daquela fase transitória da nossa lavoura local. — Perdida, sem braços e sem dinheiro, sem crédito, seus produtos desvalorizados em razão do câmbio atingir ao par, voltou a classe agrícola olhos para o governo, tendo afinal o empréstimo Ouro Preto, que pelos seus benefícios é um padrão de glória."

(9) A escrituração para efeitos fiscaes era em certa época feita com regularidade; os caixeiros lançavam pesadas, marcas, caixas, destinatários e preços. E o fisco lá alguma vez reclamava os livros para seus exames, alguns dos quais retrospectivos. Em 6 de fevereiro de 1668 baixava-se esta portaria: "porquanto os officiaes da Câmara desta Cidade, me representaram que para se tomar o meio que parecer mais ajustado à cobrança do donativo, do dote e paz, lhe era necessário ver os livros das saídas dos açúcares dos engenhos desta Capitania dos três anos antecedentes a este: o Coronel Francisco Gil de Araújo mande ordem a todos os Capitães de seu Partido: que cada um em particular faça vir a esta praça dentro em três dias seguintes ao em que receber a ordem todos os caixeiros dos engenhos que houver no seu distrito, com o livro das

pesadas do açúcar das três safras antecederentes a esta; e com elas vão à Câmara para se verem e avistar este negócio com a brevidade que convém, como tão importante. Bahia e Fevereiro 6 de 1668 — Rubrica". (*Docs. Hist.*; vol. VII, págs. 351/352).

(10) Naquele ano de 1893 o inverno chegara cedo. Em 9 de março escrevia o administrador Santana: "chove desabridamente dia e noite, muita lama nas estradas, a bagaceira sempre coberta de água, não tem dado lugar à tirada de açúcar, as pontes desmanchadas com as enchentes. A semana passada só pude moer três dias, fiz mal, ficou cana no engenho para três dias de moagem". Estava esta atrasada: "apenas estamos com 866 pães de açúcar como V. Ex. verá do demonstrativo... no instante que venha sol trato de moer, há muita cana que esta passada de moagem".

(11) Há certas indicações desse "borrador" — um valioso documento da história da agricultura na Bahia — que vale a pena destacar. No setor dos *serviços de lavoura* aparecem, por exemplo, alguns preços que bem podem ser comparados com os de hoje: "roçar de enxada" a 6\$000 a tarefa; "carriagem e cerca" a 500 rs por dia. Quanto a salários constam dos lançamentos: administrador — 33\$333 mensais; vaqueiro — 12\$000 a princípio, depois de 1891 — 14\$000 mensais; a tripulação do saveiro numa viagem à cidade — 4\$560; o mestre de açúcar auferia, por pão de açúcar — 100 rs, além de 25\$000 mensais; as purgadeiras de açúcar, ganhavam 100 rs por pão de açúcar.

(12) Numa descrição do "Engenho Freguesia", datada de novembro de 1900, lê-se que o regime de lavradores para fornecimento de canas estava então em pleno desenvolvimento: "os lavradores que estão alargando a mão em suas plantações já abrangem uma área superior a 130 tarefas cobertas de canas, a que dão saída por diversos portos para as usinas vizinhas do Aratu e S. Antônio dos Vargas. Pagam 25% do preço da matéria-prima fornecida". Ainda que já não moesse, o engenho permanecia completo, pronto a voltar à atividade: "vasta casa de engenho com paredes dobradas de pedra e cal com 17 tesouras sobre pilares de pedra e cal e guindaste, máquina, caldeira multitubular, 2 defecadores, 2 ternos de quadrilongas, balcões sobre trilhos, depósitos, balança, tendas de ferro, enfim todos os utensílios para um engenho moente e corrente".

(13) Em 1845 o Engenho Matoim pertencia a D. Catarina Josefa de Araújo Pita, tia e sogra de Passé, e naquele ano, a este, como procurador da proprietária, era entregue pelo Dr. Fernando Maria dos Reis, que representava filhos e genros do Comendador Manuel João dos Reis, arrendatário já falecido. Havia nessa ocasião uma execução contra o casal do arrendatário e o engenho era devolvido em péssimo estado — "corpo do engenho com um pedaço caído e tudo o mais vindo abaixo, varanda vindo abaixo, casa de caldeira no chão, casa de purgar com um pedaço no chão e o mais vindo abaixo, caixaria em pedaço, vindo abaixo tudo o mais, pé de moenda de tambores velhos". Recebendo naquele ano o "Matoim" e suas terras (parece que a casa de vivenda fora excluída do arrendamento) tudo restaurou e como o incorporasse ao seu patrimônio, aparece o engenho no inventário de 1856 como uma grande propriedade. A casa de engenho está descrita — "abrange dezoito tesouras, quarenta e oito vãos e varanda, trinta e seis pilares de corpo, vinte e nove de varanda fechada de paredes dobradas de pedra e cal e as da casa de caldeira de estuque, com seu cais" — 14:577\$500. E continha além e outros elementos de

uma fábrica de açúcar daquele tempo — “uma máquina de vapor de baixa pressão de força de seis cavalos reforçada em muito bom estado, tendo um jogo de bronze de sobressalentes de toda fatura da máquina” — 8:000\$000; “uma outra máquina de vapor de baixa pressão e força de seis cavalos com todos os seus pertences arrancada e por isso sem uso atualmente, estando alguma coisa estragada” — 2:000\$000. Vale aqui transcrever a descrição da casa de vivenda de Matoim, feita no inventário de 1877: — “uma casa de sobrado com vinte e seis metros e setenta e cinco centímetros de frente, tendo o mesmo de largura, com seis janelas de frente, uma porta no centro, com caixa de pedra e cal, paredes dobradas no andar inferior, tem uma sala de frente, sete quartos grandes e um corredor; no andar superior tem sete janelas de frente rasgadas com balaústre de pedra, tendo três salas de frente, sendo no centro o oratório, nove quartos, cozinha bastante grande muito deteriorada, dispensa e um quarto (ou pátio?) no centro com varanda em roda, guarnecida de pilares e arcadas; no (lado) do norte tem três janelas de madeira no andar inferior e oito no superior rasgadas e guarnecidas de balaústres. No lado do sul tem um andar inferior com janelas de madeira e no superior onze ditas rasgadas e guarnecidas de balaústres” — 5:000\$000. Nesse ano de 1877 já o mobiliário da casa de Matoim, havia muito desabitada, estava bastante reduzido: “dois guarda-louças de jacarandá com portas de vidro” — 40\$000; “oito cadeiras de braços” — 240\$000, seis consolos pequenos de jacarandá com pedra” — 60\$000; “uma mesa redonda de dito” — 20\$000; “uma mesa de vinhático para jantar” — 30\$000; “uma dita quadrada de seis palmos de jacarandá” — 50\$000; “quatro cadeiras de balanço de dita estragadas” — 80\$000; “quatro bancas muito antigas de pés torneados estragadas” — 60\$000; “três bancas de pés de coluna também estragadas de jacarandá” — 38\$000; “um banco antigo de couro” — 1\$000; “um piano velho com sua cadeira, estragado o piano” — 30\$000; “vinte e sete mangas de vidro” — 13\$500; “uma mesa de jantar de abas muito antiga” — 4\$000; “onze cadeiras de jacarandá” — 22\$000; “um oratório de missa estragadíssimo” — 50\$000. Falando de arrendamentos, Antonil fazia advertências — “que os que pedem arrendamento sejam fazendeiros e não destruidores da fazenda; de sorte que sejam de proveito e não de dano”. E o contrato previsse tudo — “para que algum deles, mais confiados de lavrador, se não faça logo senhor” ficando bem claro no que concernia a benfeitorias — “porque o fim do tempo do arrendamento não seja princípio de demandas eternas” (*Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 73).

(14) Raros arrendatários escapam a esta regra de exploração exaustiva, de que aliás não tiveram muito de que se queixar os donos de “Freguesia”.

(15) Por morte do Dr. Araújo Pinho, em 1917, “Freguesia” coube nos quinhões de seus filhos Joaquim, José, Maurício e Antônio, e uma pequena parte na meação da Viúva, que incorporou no seu patrimônio a parte do filho Maurício quando em 1922 este faleceu. Por morte de Dona Maria Luísa (1942) o “Engenho Freguesia” coube por herança e legado aos Drs. Joaquim, José e Antônio. Com o falecimento do Dr. Joaquim Wanderley de Araújo Pinho (1945) são hoje proprietários do “Freguesia” a sua viúva D. Celina Gordilho de Araújo Pinho e os Drs. José e Antônio Wanderley de Araújo Pinho.

APÊNDICE

Bahia — Município do Salvador

Engenhos: *Matoim*

1760

Em 19 de outubro de 1760, a Santa Casa recebeu 579\$965 réis “de Antônio da Rocha Pita como arrematador do engenho de Matoim penhorado a seu Pai Francisco da Rocha Pita fiador de seu Irmão o Coronel Luís da Rocha Pita, obrigado por D. Águeda de Sousa, e se cobraram no dia 11 do dito no depósito geral por mão do Procurador Francisco Rodrigues Cavaleiro no legado de 1:317\$930 réis dos pagamentos vencidos de juros do principal de 1:000\$000 réis ajustados até dito dia 11 de outubro de 1760”.

(Arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Salvador. Receita e Despesa 1760-1761, vol. 871, fl. 37v.)

Bahia — Município do Salvador

Engenhos: *Matoim*

1761

Em 7 de dezembro de 1761, a Santa Casa recebeu 51\$300 “de Antônio da Rocha Pita como arrematador do engenho Matoim do defunto seu Pai Francisco da Rocha Pita fiador de seu irmão o Coronel Luís da Rocha Pita, obrigado por D. Águeda de Sousa de juro de um ano e 57 dias do principal de 709\$947 réis ajustados desde 11 de dezembro, digo, de outubro de 1760 até o sobredito dia 7 de dezembro de 1761, em que o dito arrematador levou a Juízo, e Cartório dos Órfãos, de que é Escrivão Manuel da Silva de Jesus, a quantia de 400\$000 réis e este os remeteu ao Cartório do Tabelião Manuel Antônio Campelo, onde se cobraram por mão do Procurador desta Santa Casa, Francisco Rodrigues Cavaleiro, do segundo mento vencido em 22 de setembro de 1759, de cuja quantia abatidos os sobredits juros, como também 50\$000 réis dos juros aplicados a consignação do cofre onde é devedor, e

bem assim 9\$000 réis de gasto que se fizeram para a arrecadação do pagamento”.

(Arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Salvador, Receita e Despesa 1761-1762, vol. 872, fl. 51v.)

Bahia — Município do Salvador

Engenhos: *Matoim*

1762

No dia 17 de maio de 1762, a Santa Casa recebeu 11\$363 réis “de Francisco da Rocha Pita, fiador de seu irmão o Coronel Luís da Rocha Pita, de juros de 161 dias ajustados desde 7 de dezembro de 1761 até hoje, 17 de maio de 1762, do principal 412\$177 réis”. (Arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Salvador, Receita e Despesa, vol. 872, fl. 101v.)

Em 8 de maio de 1665, no I. Livro de Tombo da Santa Casa de Misericórdia de Salvador se fez assento de “uma Capela de Missas que esta Santa Casa é obrigada a mandar dizer em cada semana, às terças-feiras para sempre, pela alma da defunta Dona Madalena da Silva por deixar para ela, e outra missa mais, uma fazenda em Matoim que se arrematou, e ficou para as ditas duas missas forras e livres para esta Santa Casa novecentos e oitenta mil réis que se darão a juro a Luís Pais Florião, que foi quem comprou a Fazenda, para com juro deles se dizerem em cada semana as ditas duas missas, uma pela alma da dita Dona Madalena da Silva e outra pela alma de Manuel Homem da Cunha, seu marido que foi, e do dito dinheiro do juro fez escritura de débito o dito Luís Pais Florião, que fica no cartório desta Santa Casa. . .”

(Arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Salvador, Livro 1 do Tombo, fl. 257v.)

Em 22 de dezembro de 1660, Jorge Dias, oficial de carpinteiro, diz em seu testamento: “Declaro que servi a João Pais Florião alguns anos, por virtude do que me deve sessenta e quatro mil réis que, por mos não querer pagar, o trago em Juízo. Manuel Gomes Grandis corre com isso”.

(Arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Salvador, Livro 2 do Tombo, fls. 58r-59r.)

Em 18 de julho de 1663, Madalena da Silva, viúva de Manuel Homem da Cunha e irmã de Antônio da Silva Pimentel, determina em seu testamento que o corpo dela “será sepultado na Igreja de

Nossa Senhora da Piedade de Matoim”: diz que era natural de Matoim e continua: “Declaro que eu tenho uma fazenda de canas, que ao presente tem de arrendamento Pedro Barbosa por tempo de dez anos por vinte e cinco mil réis por ano... Declaro que o dito meu marido (Manuel Homem da Cunha) teve contas com meu cunhado o Capitão João Pais Florião, das quais lhe estava devendo por um crédito quantidade de dinheiro, de que o dito Capitão tirou sentença pela qual cobrou de mim tudo o que se lhe estava devendo, como consta da quitação dada na dita sentença, e quando ele algum tempo exhiba algum crédito será o mesmo de onde emanou a tal sentença por se ficar com ela... Deixo de esmola para as obras de Nossa Senhora da Piedade dez mil réis”: e instituiu a matriz de Matoim, Nossa Senhora da Piedade, como “universal herdeira de tudo o que depois de satisfazer meus legados restar de minha fazenda”.

Id. fls. 85r — 87r

Veja no “Índice abreviado dos documentos do século XVII do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa”, organizado por Luísa da Fonseca e publicado no vol. II dos *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia* — Tip. Beneditina, 1950, os seguintes documentos: sobre *açúcar*: 3, 21, 38, 52, 71, 81, 98, 158, 162, 206, 208, 283, 285, 289, 368, 408, 423, 424, 439, 440, 441, 454, 547, 574, 575, 646, 685, 713, 762, 853, 929, 1105, 1200, 1247, 1322, 1619 a 1621, 1815, 2024, 2029, 2077, 2099, 2100, 2146, 2147, 2173, 2188, 2189, 2284, 2286, 2287, 2489, 2896, 3006, 3025, 3035, 3077, 3131, 3169, 3292, 3551, 3557, 3559, 3574, 3751, 3893, 3898, 4000, 4008, 4060, 4181, 4182; *engenhos*: 172, 173, 261, 262, 273, 413, 975, 989, 1162, 1622, 1778, 1862, 1863, 1871, 1888, 1894, 1909, 1951, 1954, 1980, 1981, 2147, 2151, 2622, 2623, 2864, 3009, 3013, 3015, 3016, 3031, 3032, 3138, 3143, 3171, 3181, 3231, 3245, 3332, 3662, 3836, 4865; *moendas de três paus*: 158; *lenhas*: 3015, 3016; *Janduíns*: 1851, 1889, 3718 a 3722, 3853, 4261 a 4264; *crises*: 1943, 2153, 2253; *morgados*: 2622, 2623, 2865, 3143, 3312, 4107; *escravos*: 975, 995, 1002, 1217, 1225, 2545, 2546, 2565, 3526, 3560, 3634, 3922, 4027, 4028; *Recôncavo*: 2132, 2781, 2931, 2932, 3096, 3228, 3267, 3337 a 3339, 3457, 3512, 3799 a 3801, 4056, 4233, 4331; *Rocha Pita*: 251, 264, 265, 266, 279, 872, 1040, 1041, 2845, 4179; *Delapenha*: 1352, 1418, 1430, 1435, 1436, 1473, 1627; *Peixoto*

Viegas: 1046, 1187, 1586, 2802; *João Pais Florião*: 1651, 1685, 1877.

Sobre *Antônio da Rocha Pita* e suas questões com os Nogueiras, relativas a terras no Rio Grande do Norte, ver: *Documentos Históricos*, vol. 85: págs. 57, 63, 64, 76, 86, 89, 95, 126, 127, 128, 131, 251, 252, 254, 255, 272.

Preços — Em janeiro de 1889: “de 10 pipas de mel a 65\$ — 630.580” — conta de Aristides Novis, datada de 2 de maio de 1889 (Eng. Freguesia).

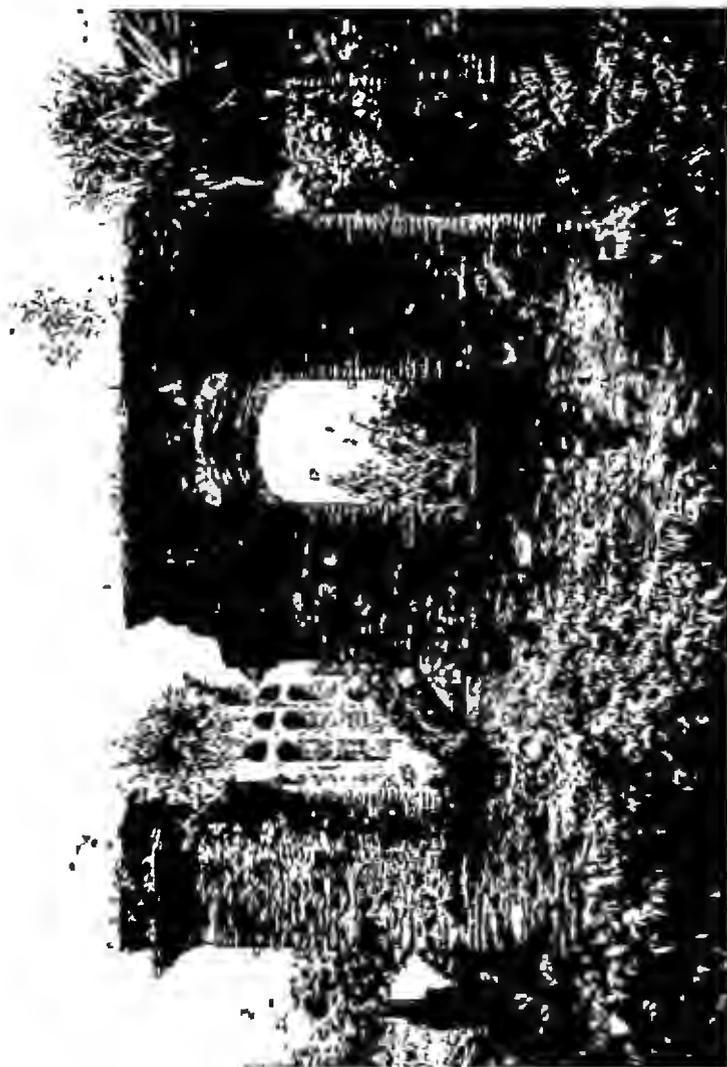
Em maio de 1889: “de 879 sacos de açúcar C/N 161 — 5.338.601” — id 1.157 por 10 k.

Produção: Produção agrícola do Brasil com estatísticas — vide *Jornal da Bahia*, 18 março 1860.

Açúcar (Arquivo do Estado da Bahia, Ordens Régias): vol. 8 (3 1/7) (1702-1711), fl. 287; vol. 9 (3 1/8) (1702-1714), n.º 71; vol. 11 (3 1/10) (1716), fl. 119; vol. 16 (3 1/15) (1721), n.ºs 12, 22, 94, 148, 149-159; vol. 17 (3 1/16) (1722), n.º 12; vol. 18 (3 1/17) (1723-1728), fls. 3, 117, 169v, 174-175, 233; vol. 19 (3 1/18) (1723), fls. 27, 115, 116, 264v-265v, 271; vol. 21 (3 1/20) (1725), fls. 36, 146, 232; vol. 22 (3 1/22) (1726), fls. 202, 289, 290, 291, 292, 294v-298, 372v; vol. 23 (3 1/21) (1727), fls. 124, 196, 239; vol. 25 (3 1/24) (1728), fls. 51, 166v; vol. 26 (3 1/25) (1729), fls. 41, 103; vol. 27 (3 1/26) (1730), fls. 67, 70-76, 77-82, 222, 300; vol. 30 (3 1/29) (1732-1733), fls. 180, 183; vol. 33 (3 1/31), fls. 285, 366, 372v; vol. 34 (3 1/32), fl. 242r; vol. 35 (3 1/33), fls. 55r, 263v; vol. 43 (3 2/6), fls. 191v-192r, 249-250; vol. 47 (3 2/11) (1750), fl. 155; vol. 48 (3 2/12), fls. 104a-b, 125; vol. 49 (3 2/13) (1752), fls. 7v, 18v, 20v; vol. 51 (3 2/15) (1754), fl. 20; vol. 62 (3 2/25) (1760), fl. 50; vol. 63 (3 2/26) (1761), fl. 2; vol. 67 (3 3/3) (1768), n.º 76.

(Arquivo Municipal do Salvador — *Cartas do Senado a S. Majestade* A.62, 116 (1715-1741), fls. 66, 175-186.)

*
* - *



*Ruínas da casa de residência do Engenho Caboto, em 1948.
(Veja a pág. 516.)*

(pág. 298) — Em 3 de março de 1626 *Pieter Heyn* entra pela Bahia e em ousada façanha bate a força naval portuguesa surta no porto de Bahia e toma 21 ou 16 navios que tinham em seu bojo 3.000 caixas de açúcar (vide Fr. Vicente — Capistrano — pág. 615; Varnhagen II, 245).

Sobre *engenhos em Pernambuco* ao tempo dos holandeses: áreas, número de tarefas dos partidos, produção, número de escravos, etc. vide *Adriaen van der Dussen* — “Relatório sobre as capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639)”.

Idem quanto a *balões de secar açúcar*. Há referência à secagem do açúcar então sobre “panos para secá-lo”, “separado o açúcar alvo do mascavado, cada um sobre o seu pano, são postos em pequenos montes para secar melhor e estando seco (o que se dá com a exposição durante o tempo em que brilha o sol num só dia) . . .” (pág. 95).

Antônio da Rocha Pita nos primeiros anos do século dezoito andava em demandas com os frades do Carmo. Nas *Memórias da Província Carmelitana da Bahia* (inédito em 1947), a fls. 152 há referência à “Força que de nós deu Antônio da Rocha Pita, pelo Cartório do escrivão Domingos de Almeida, sobre uma serraria que levantou nas nossas terras, de cujos autos extraímos sentença, que conservamos em nosso cartório, no Maço que diz papéis do Engenho, cujo acórdão foi proferido em ditos Autos aos 16 de maio de 1702 e foram os adjuntos Faria, Ramires, Banha, etc. — Sobre Antônio da R. Pita ver no Arquivo do Estado da Bahia, vol. 9.º de Notas do Tabelião (1693-1695), fls. 43v, 45v, 81v, 84v e 231.

A 5 de maio de 1721 *Antônio da Rocha Pita* comprava, por escritura, a Bartolomeu de Argolo e sua mulher “uma pouca de terra no sítio chamado Tacuípe e Oiteiro”. Esta terra foi dada em *causa dotis* a seu genro Amaro de Sousa Coutinho. Em 16 de janeiro de 1759 Amaro de Sousa Coutinho, Capitão, Fidalgo de Sua Majestade e Ajudante do General, vendia aos carmelitas meia légua de terra no lugar chamado Tacuípe, além do rio Jacuípe, “mista” ao nosso Engenho da terra nova. Aquela terra ele vendedor houvera “a casamento por doação que lhe fez seu sogro Simão de Afonseca Pita”. Id. fls. 123.

Maria da Rocha Pita, mulher de Antônio da Rocha Pita, como se vê do termo de irmão da Santa Casa, vivia em 28 de março de 1689, mas neste ano faleceu, pois há documento na Santa Casa de Empréstimo a Antônio da Rocha Pita, neste ano de 1689, com garantia de hipoteca de seu engenho em Panamerim, que deixou sua mulher Maria da Rocha Pita para uma capela de missas. (Veja pág. 138).

“Recebeu este Convento em dinheiro, em 1 de agosto de 1720, 400\$000 réis em dinheiro de contado, por mão do Sargento-mor *João Lopes Fiúza* como testamenteiro do dito” — *Memórias da Província Carmelitana da Bahia*, fls. 87.

As terras de Tacuípe (dos frades do Carmo) foram dadas em patrimônio por Antônio Borges de Barros ao R.P. Antônio Ferreira Pacheco, clérigo *in minoribus*, e se limitavam: “pela parte do sul com terras dele dito doador e pela parte do norte com terras dos Religiosos de N. S. do Carmo, e pela de Leste com terras de Bartolomeu de Argôlo, e do Este com terras de *João Lopes Fiúza*”, Id. fls. 127.

(Veja pág. 496).

“Lucas Giraldes . . . veio a ter oito engenhos, ainda que os feitores (como costumam fazer no Brasil) lhe davam em conta a despesa por receita, mandando-lhe mui pouco ou nenhum açúcar. Pelo que ele escreveu a um florentino chamado Tomás, que lhe pagava com cartas de muita eloquência: — ‘Tomaso, quiere que te diga, manda la assucre deixa la parolle’ — e assinou-se sem escrever mais letra”.

(Fr. Vicente do Salvador, *Hist. do Brasil* — Ed. Capistrano, p. 100/101).

“ . . . Dizem que na Bahia está a polpa da terra e assim dá o melhor açúcar que há nestas partes” (Id. pág. 103).

O Engenho Matoim (seria Freguesia, ou o atual Matoim?) antes de 1761 pertenceu a *Francisco da Rocha Pita*. Foi esse engenho à praça (pois houve dele um arrematador) e arrematou-o, antes de 7 de dezembro de 1761, Antônio da Rocha Pita, filho daquele Francisco da Rocha Pita. Parece que do débito podia ter havido outros e outros credores) cuja cobrança levou o engenho a ser arrematado na credora a Santa Casa da Misericórdia da Bahia,

sendo devedora D. Agueda de Sousa e coobrigado o Coronel Luís da Rocha Pita. Por sua vez era fiador de seu irmão o aludido Coronel Luís da Rocha Pita, o acima citado Francisco da Rocha Pita. — Em dezembro de 1761 era já falecido Francisco da Rocha Pita. — O débito era de 709\$497. — Este débito não foi totalmente pago, tanto que em 1762 a Santa Casa recebia juros estando o montante do capital devido reduzido a 412\$177. — No recibo de juros — 17 de maio de 1762 — ou melhor, na nota do pagamento realizado, figura como pagador Francisco da Rocha Pita, que aliás era falecido já em dezembro de 1761. — Em outubro de 1760 já Antônio da Rocha Pita tinha arrematado o Engenho Matoim, que pertencia ao pai, ao que parece então ainda vivo. — O débito de Agueda de Sousa era de 1:317\$930, ao que parece, sendo pagos pelo arrematador do Engenho, à Santa Casa, a 19 de outubro de 1760 — 579\$965.

Em 25 de setembro de 1675 o Conselho Ultramarino dava parecer sobre um papel relativo “a *baixa dos açúcares do Brasil*, para cujo efeito se deviam proibir naquele Estado e mais conquistas os gêneros usuais estrangeiros”. Salvador Correia de Sá, membro do Conselho, manifestou-se da seguinte maneira, invocando sua experiência e conhecimento das coisas do Brasil desde 1613: “diz o papel que quando o açúcar valia neste Reino a três mil réis e a três mil e quinhentos a arroba, no Brasil não valia coisa de consideração, sendo que valia no Rio de Janeiro a quatro patacas e em Pernambuco a cinco, e na Bahia a seis e a mais, com que se mostra que quem fez o papel não tem todas as notícias que ele Salvador de Sá adquiriu em tanto tempo, assim das despesas que fazem os senhores de engenho como das faltas de cabedais, como ao presente se acham, e então de que o seu total remédio está em pôr o preço aos açúcares, porque em todo o Estado do Brasil se tem introduzido um gênero de usina que é a total ruína dos que lavram o açúcar, e desta onzena usam os governadores e todos os mais ministros superiores por seus agentes de negócios e os correspondentes dos homens de negócio deste Reino na maneira seguinte:

Chegam os navios de Portugal e atravessam o ferro, cobre e mais gêneros de que necessitam para fornecimento dos engenhos, vendendo-lhes nas lojas fiado para a colheita do açúcar por vinte e trinta por cento mais do que o compraram, e como a necessidade não tem lei, e quase todos que levam açúcar estão com mais empenho do que têm, depois de celebrar o preço celebram o segundo do açúcar por preços mui inferiores, e ao que não quer celebrá-lo

lhes não querem fiar, e é forra para poderem fornecer os seus engenhos haver de vir em tudo o que quer quem lhes vende os gêneros e nesta forma cobram, e quando chega a partida da frota fazem com os oficiais da Câmara que ponham preço os açúcares por preço subido e por este preço o embarcam os correspondentes e ainda os ministros pagam os gêneros que atravessaram e os pobres dos senhores de engenho não lucram a metade deste preço que pedem à Câmara, e assim se perdem todos.

Pondo-se o preço do açúcar por lei no Rio de Janeiro a seis tostões o somenos e o melhor a oito, ficará sendo o preço do meio a sete, e estes atravessadores não poderão gozar de mais de um tostão ou dois em cada arroba, e não faça dúvida, o dizer que não o beneficiarão e procurarão fazer o melhor, pois têm a melhoria de dois tostões, que é o que vai de seis a oito, e é certo que os engenhos do Brasil, os açúcares que neles se fazem têm já assentada reputação e conforme a que têm, têm o crédito para lhes fiar, porque o engenho que faz o bom acha tudo o que é mister fiado, e Vossa Alteza com este preço nos açúcares e com a pragmática do primeiro ponto conservará aquele Estado e aos homens de negócio deste Reino lhes terá conta, pois lhes ficam os seus gêneros livres e é engano manifesto o dizer-se que, ficando livres os gêneros, aos moradores se há de pôr taxa aos açúcares, porque este preço não serve mais do que atalhar as onzenas e acode Vossa Alteza aos necessitados, porque o senhor de engenho que não for necessitado nem depender de pedir fiado, quem o obriga a que o venda por preço mais baixo, nem ainda pelo mais alto, e quem lhes ata as mãos para que o embarque por sua conta, e sendo em Pernambuco de sete para nove e na Bahia de oito para dez os desempenhados se o quiserem vender gozarão de maior preço e os empenhados gozarão do menor e alguns dos do meio que estes até o presente que sejam a maior parte não gozam em nenhuma daquelas praças deste último preço.

Que fala com experiência, porque vindo para o Reino valendo o açúcar a oitocentos e cinqüenta réis e a nove tostões no Rio de Janeiro, eles tomarão a quatrocentos e vinte e entende ele Salvador de Sá e em sua consciência que Vossa Alteza faz uma grande mercê àquele Estado em lhes pôr o preço dos açúcares para que lhes sirva de moeda, e que o hão de abraçar em geral, e no outro ponto não só às conquistas mas a este Reino para se conservar o pouco dinheiro que nele há, de onde também padecem os empenhados, pois se experimente venderem seus frutos antes de chegar a concho e

porque este engano de gente do Brasil é a maior parte, a estes deve Vossa Alteza acudir, que os ricos por si se defendam”.

O Conselheiro Rui Teles de Menezes concordou com este parecer, que foi assinado, opinando que para a fixação dos preços dos açúcares fossem chamados os interessados, e não acordando se a fizesse por lei.

(*Documentos Históricos*, vol. 88, págs. 75/78).

Contrabando: “. . . sendo aquela Bahia tão larga e tão diversos os rios por onde estavam os engenhos era impossível cortar-se o trato oculto das barcas que de noite podem ir a qualquer navio estrangeiro que esteja em franquia, por mais exatas que fossem as tenções de quem governa aquele Estado e por essa razão difícil a averiguação dos cúmplices daquele delito”.

(Carta do Governador do Brasil, 17 de abril de 1676, ao Rei — *Documentos Históricos*, vol. 88, pág. 111).

Preço de escravos: “e se podiam comprar ali (Bahia) a quarenta e cincó e a cinqüenta mil réis a cabeça ou virem de Angola por conta do donativo, sendo escolhidos e de capacidade para o trabalho”.

(1682 — *Documentos Históricos*, vol. 88, pág. 228).

Latifúndios no Rio Grande do Norte: “Há homens a quem se tem dado quantidade de terra que se não pode povoar, porque alguns têm a duas e três sesmarias cada uma de cinco e seis léguas em quadro, e as vendem e arrendam e há muitos moradores que não têm terra nenhuma onde possam acomodar suas criações” (Carta da Câmara da Capitania do Rio Grande, de 4 de agosto de 1680 ao Rei — *Documentos Históricos*, vol. 88, pág. 217).

Crises: “Duas pestes de bexigas com que se acham (os moradores da Bahia) tão atenuados de fazenda que apenas podem hoje sustentar as famílias que antes viam bem abundantes”. (Carta dos oficiais da Câmara da Bahia ao Rei, de 7 de julho de 1681 — *Documentos Históricos*, vol. 88, pág. 215) — Vide *Documentos Históricos*, vol. 90, págs. 50, 131, 138, 224, 256.

Crises: “Miserável estado em que se acha aquela cidade e seu recôncavo ocasionado dos limitados rendimentos dos seus frutos, e

do pouco valor deles, do qual nascia uma ruína geral a todos aqueles moradores. E sobre ela o estrago que este ano fizeram as bexigas que reputaram por peste, com as quais ficaram as fábricas dos engenhos e fazendas de canas muito diminutas e sobretudo o que mais depressa havia de acabar e destruir aquela praça eram as cobranças que se faziam arrematando-se fora de tempo os gêneros da terra”. (Carta dos oficiais da Câmara ao Rei, 30 de junho de 1681 — *Documentos Históricos* — vol. 88, pág. 211).

Crises: Vide “Cartas do Senado” (Bahia, 1952), págs. 9, 39, 45, 62, 82, 99, 103, 106, 115, 117, 122, 131.

Conde de Passé: Ou ele ou seu filho, o 2.º Visconde de Passé, abriu os salões da casa ao Largo do Teatro (*Diário da Bahia*) por ocasião das festas de 2 de julho. Em 1863, por ocasião da “volta dos carros” para a Lapinha, tem a casa cheia. Dá então um “esplêndido festim” e de uma janela declamava versos ali feitos o repentista Munis Barreto. — No *Diário da Bahia*, de 11 de julho de 1863 lê-se: Poesia — “Feita e recitada no esplêndido festim patriótico do Exmo. Sr. Barão de Passé ao passarem os carros triunfais de volta para a Lapinha, por Francisco Munis Barreto:

Ei-la a indígena formosa
Que representa orgulhosa
Minha Bahia gentil!
Ei-lo o índio triunfante
Que simboliza o gigante
Império do Meu Brasil!

Ei-los cobertos de flores
Rodeados de fulgores
Da popular ovação
Os emblemas da vitória,
Que o selo pusera à glória
Da nossa emancipação.

Curva-te povo baiano,
Povo heróico americano
Ante esses ídolos teus!
Em marcha solene e tarda,
Leva-os ao sítio onde os guarda
A sentinela de Deus.

Povo! União, patriotismo!
Não consintas que o cinismo
Desse *Governo europeu*
Manche o dia *Dois de julho*
O dia do nosso orgulho,
Que independência nos deu!

Pela sua valentia,
Brasil, meu Brasil, um dia
Possam os teus filhos ver
Às tuas plantas vencido,
Da ousadia arrependido
O *Leopardo* gemer.

Eia, patrícios queridos
À Lapinha bem unidos,
Sim — bem unidos — marchai!
Circunspeção, harmonia!
Vivas à pátria, ao seu dia,
Ao seu monarca, ao seu pai!

Um corpo formai inteiro,
E chame-se — "*Brasileiro*"
Esse corpo colossal!
Guerra aos *déspotas ingleses!*
Gratidão aos portugueses,
Ao Cônsul de Portugal!

5 de julho de 1863".

Nesta poesia há alusões às violências da "Questão Christie" e expressões de indignação cívica. No jornal onde foram publicados estes versos há referências ao Cônsul de Portugal Augusto Peixoto que teve o gesto hábil de, durante as festas, içar juntas as duas bandeiras de Brasil e Portugal. No último (5) e ao aproximarem-se os carros triunfais, de volta para a Lapinha . . . passou-se, com sua esposa, da casa do Sr. Barão de Passé, onde estavam, para a vizinha de sua morada, para saudar, mais oficialmente, os emblemas de nossa vitória e os batalhões patrióticos que os acompanhavam.

Caixas de açúcar: "Destas caixas supuesto que algunas traygan a dies y seis arrobas, son poquissimas las que trayen la tal cantidad, porque las demás trahan veinte, y veinte y quatro; y assi tomando un medio, y poniendo unas caxas por otras a dies y nueve

arrobas suman seyscientas e ocho mil, esto es solo de Lisboa” (pág. 240).

Produção de açúcar: “... venian, unos años por otros a Lisboa de treinta y dos mil caxas de açúcar...” no tempo em que governou o Marquês de Alenquer — (1617 a 1619) — (págs. 240/241). — Luís Álvares Barriga — “Advertências...” (*An. Bibl. Nac.*, vol. 69, págs. 232 e segs.).

“Del Estado del Brasil salian antes destas guerras todos los años de un millon y dozientas mil arrobas de assucar ariba. Prueba desto es que en Lisboa entravan en unos años por otros treinta y dos mil y quinientas caxas, lo que se puede ver de los livros de la descarga de la Alfandega de los años de 1619-1620 ... y tomando-se por medio para llevar la quenta cierta poner unas por otras a dies y ocho que son tres caxas por tonelada sumaria quinientas y ochocientas cinco mil arrobas, mas en efecto eran muchas más.” (Id., págs. 299/300).

Fretes: “Lo comun que de algunos annos a esta parte corre los assucares es a quarenta y cinco ducados de flete e avarias por tonelada...” (id., pág. 300).

Produção: “En la Bahia de todo los Santos y en Sergipe que llaman del Conde se afirma que se labran cerca de quatrocientos mil arrobas de assucar...” (id., pág. 304).

Vide *Cartas do Senado* (Bahia, 1952), II, págs. 45, 115, 117, 128.

Sobre açúcar, engenhos, Eng.º do Conde, Mesa de Inspeção, Engenhos e defesa do Recôncavo — *An. Bibl. Nac.*, vol. 68, págs. 317, 322, 336, 337, 338, 339, 340, 345.

Afonso de Torres: Não sabemos se a importância da Povoação de Torres foi tal que passasse a designar uma região a palavra — *Afonso* — como a outras as expressões Matoim, Passé, Iguape, etc. Certo é que em documento datado de 8 de dezembro de 1636 (*Docs. Hist.*, vol. 16, pág. 407) encontramos referência aos índios de Peruaçu, Pernamirim e *Afonso*. *Afonso?* Onde? Seria a região da sesmaria de Afonso de Torres? Ou aí se fala dos índios de Afonso Rodrigues? — Sobre *Afonso* veja Gabriel Soares, pág. 38.

Qualidades de açúcar: Em carta régia de 14 de fevereiro de 1689 se lê: “e tendo consideração ao que também me representastes sobre o dano que causavam os açúcares batidos, sou servido que de hoje em diante se não possam lavar, ou consentir que no seu engenho se lavrem, e somente poderão fazer os vetames ou açúcares de panela que sempre se fizeram e aproveitarem os meles, no que os Senhores de Engenho ficarão com maior conveniência e cessarão os irreparáveis prejuízos de se lavrarem estes açúcares”. (Carta régia de 14 de fevereiro de 1689 in *Docs. Hist.*, vol. 68, págs. 176/177).

Transportes: Há uma passagem na réplica dos jesuítas aos “capítulos de Gabriel Soares” que recorda os roubos ou descaminhos do açúcar ao ser transportado para o Reino nos fins do século XVI (1592). Diziam os jesuítas: “os Padres não mandam courama ao Reino nem têm engenhos de açúcar, nem canaviais; algumas vezes lhes dão algum açúcar em pagamento, e este porto que raramente pelos muitos ladrões mandam ao Reino para alguma peça para sua igreja”. (*An. Bibl. Nac.*, vol. 62, pág. 364).

Vide *Cartas do Senado* (Bahia, 1952), II, págs. 17, 18, 70, 71, 85, 99, 101, 114, 118.

Privilégios: Vide *Docs. Hist.*, vol. 90, pág. 54; Vide *Cartas do Senado* (Bahia, 1952), II, pág. 105; Vide *Docs. Hist.*, vol. 94, págs. 18/19, 35, 45; Cons. Ultramarino no Inst. Hist. Bras., vol. 31, pág. 308r.

Arados: Sua introdução na agricultura — Cons. Ultramarino — Inst. Hist. Bras., vol. 32, págs. 339 e 360.

Cavalaria na Bahia: Vide *Docs. Hist.*, vol. 20, pág. 59.

Crises: Sofrimentos da Bahia na época da Guerra Holandesa — Vide *Docs. Hist.*, vol. IV, págs. 407, 463.

Preços: Também fala do preço do açúcar, em 1557, o Padre Nóbrega, na carta de 2 de setembro desse ano em que diz: “açúcar que vale a cruzado a arroba” — Pe. Serafim Leite, “*Novas Cartas Jesuíticas*”, pág. 67; — 1531: 12 tostões o branco e dois cruzados novos o mascavado — Carta do Vice-rei Conde de Sabugosa ao Rei de 15 de novembro de 1731 — *Documentos Históricos*, vol. 90, pág. 260.

— Vide *Cartas do Senado* (Bahia, 1952), II, págs. 9, 27, 116, 117.

— Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 69, pág. 82.

— Em 1800: “O açúcar dá livre 2.600 a 2.800” — Carta de Lisboa 16-12-1800 de José a Francisco de Paula Cavalcanti — *Docs. Hist.*, vol. 110, pág. 166.

Açúcar moeda corrente: Vide *Novas Cartas Jesuíticas*, págs. 53, 100, 101.

Vide *Anais do IV Congresso de História Nacional*, vol. 7.º, págs. 595/596.

Vide *Cartas do Senado* (Bahia, 1952), II, págs. 4, 9, 27, 38, 83.

Vide *Documentos para a História do Açúcar*, vol. I, págs. 84, 85, 86, 115, 117, 118, 125, 127, 135, 136, 280, 281, 283, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 385.

Afonso de Torres: Há duas referências a feitores e navios de Afonso de Torres no Brasil. — Numa carta de Duarte Coelho ao Rei, datada de 20 de dezembro de 1546 se lê: “das coisas destas terras e capitânicas de baixo, este agosto passado por um feitor de Afonso de Torres, que aqui veio ter, escrevi a V.A. . . .” (*Hist. Col. Port.*, III, pág. 315); uma carta de João Velho Galvão a Fernando Pires da Nóbrega, datada da cidade do Salvador aos 8 de agosto de 1556 se lê: — “depois do senhor bispo e Vmçê serem partidos chegou a esta cidade um navio de Afonso de Torres em o qual tivemos novas que não . . .” (*Anais do IV Congresso de História Nacional*, vol. 7.º, pág. 518).

Antônio de Torres (pág. 30, nota 22): Veja além da pág. citada das “cartas avulsas”, 362, mais a pág. 374. Aqui também se fala em “povoação de Antônio de Torres” — “fui mandado a outra igreja quatro léguas da cidade por vigário. . . Daí ia aos domingos pregar a uma povoação de brancos, que estava dali uma légua, que tem sessenta fregueses, que se chamava Santa Cruz, povoação de Antônio de Torres, donde . . .” (pág. 374).

Comissários e Senhores de Engenho: Vide *Cartas do Senado* (Bahia, 1952), II, págs. 45, 116, 119, 129.

Impostos: Em carta régia de 21 de outubro de 1602 parece que se determinava ao Governador do Brasil — D. Francisco de

Sousa — não cobrar um cruzado por caixa de açúcar como costumava — N.º 3, pág. 11.

Gado: Criadores e açougueiros — *Cartas do Senado* (Bahia, 1952), II, págs. 31, 51, 115. Gado abatido por “marchantes” e por criadores: Belchior Dias Moreira “criador” abate gado em 1618 na cidade do Salvador — prazos para matança — *Livro Primeiro do Governo do Brasil — 1607-1633* — págs. 222, 223, 224.

Lei das execuções: *Cartas do Senado* (Bahia, 1952), II, pág. 115.

Engenhos: id., 88, 114, 128; Engenho d’El Rei: *Novas Cartas Jesuíticas*, pág. 63.

Escravos: id., 20, 114; escravos matam o senhor de engenho — um frade do Carmo — Vide *Rev. Inst. Hist. Bahia*, n.º 56, págs. 377 e segs.

Episódios no Recôncavo: Em setembro (?) de 1882, nos campos do engenho do Carmo, pertencente à Ordem dos Carmelitas, foi assassinado Frei João Lucas do Monte Carmelo, provincial daquela Ordem. Os assassinos foram onze, que armados de foices e outros instrumentos acometeram a vítima, deixando-lhe o corpo crivado de ferimentos. (*Diário de Notícias*, Bahia, 16 de setembro de 1882.)

Crises: “É certo que a baixa que têm os preços dos açúcares e a grande carestia em que as minas têm posto os negros têm atenuado os senhores de engenho, de sorte que todos se vão perdendo e apenas há homem que não deva mais do que tem, e as safras, quando são pingues, sempre são muito inferiores às dos tempos passados não fazendo exemplo a do ano passado de 1726, por se perderem totalmente os canaviais com a seca”. Isto se lê em consulta do Conselho Ultramarino de 21 de janeiro de 1727 sobre a petição dos senhores de engenho do Rio de Janeiro que pediam “se darem por livres aos lavradores de açúcares os gêneros e materiais que iam para as lavouras de seus engenhos e culturas de outros mantimentos”. Na consulta, opinando-se pelo deferimento temporário se diz da falta de meios para a “compra de negros tão caros e que só o poderão (os senhores de engenho) ter com a

providência que Vossa Majestade mandou dar da saída dos açúcares". (28 de abril de 1727 (despacho real) — 21 janeiro 1727 (a consulta ou parecer) — *Docs. Hist.*, vol. 94, pág. 16).

Preços: A respeito da fixação dos preços dos açúcares, os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro fizeram petição ao Rei, e essa petição foi ao Conselho Ultramarino, e na consulta de 4 de março de 1752 se lê "que a taxa dos açúcares se fizera a favor dos senhores dos engenhos". Os açúcares só podiam ter saída, ser vendidos — "a extração deste gênero e saída para fora do Reino" — "só se podia conseguir por meio de um preço moderado e tal que faça com que o açúcar da América portuguesa saia na Europa pelo mesmo preço dos das colônias inglesas e francesas". E um dos conselheiros opinava ser servida S. Majestade em "ordenar que as fábricas dos açúcares sejam também reguladas como as das outras nações que por esta razão têm maior extração que a do Brasil, sendo-lhe muito inferior, porém os escravos lhe custam muito menos pelo bom regulado que têm o seu comércio e não necessitam de tão grande número deles nas sobreditas fábricas, nem de tanta lenha como se gasta nas do Brasil, e por isso vendem os seus açúcares tão acomodados, em grande prejuízo do nosso que lhe é muito superior, e se fosse fabricado com menos despesa teria tanta saída como antigamente" (*Docs. Hist.*, vol. 94, págs. 220 e 222).

Produção: Num documento de elogio a Pedro Cadena de Vilhassanti, apresentado ao Conselho de Fazenda em Lisboa por pessoa experimentada em todo o Estado do Brasil, "e recém-vindo a esta Corte, da Cidade da Bahia, há um mês" se diz que desde 1627 "havendo muitos açúcares" os dízimos deles não chegavam a 50.000 cruzados como "neste ano de 636". Nos anos favoráveis davam 45.000 cruzados. *Relação Diária do Cerco da Bahia de 1638* por Pedro Cadena de Vilhassanti", pág. 103.

"Da terra do Brasil se pode sacar cada ano 60.000 caixas de açúcar, as quais repartidas um terço em brancos, um terço em mascavados e um terço em panelas, cada caixa de 500 libras, comprados os brancos a 26 $\frac{2}{3}$, os mascavados a 139 (?) — (9?) e $\frac{1}{3}$ e as panelas a 6 $\frac{2}{3}$ Rs. como de ordinário valem lá, e vendidos aqui os brancos a 120, os mascavados a 60 e as panelas a 30 Rs., tirados quatro ducados de cada caixa por fretes e gastos pequenos, importarão a ganância e proveito de cada ano — 1.766.666 $\frac{2}{2}$ ducados os sobreditos açúcares se hão de pagar no Brasil com mercancias nas quais hão de ganhar (quando pouco) 30

por 100 e os hão de dar a 30 por 100 mais baratos que os mercadores de Portugal, o qual há-de importar mais de 333.333 2/2 o ano em ganância". (Relação dos intentos dos holandeses para tomarem o Brasil obtida do holandês Geraldo Dionísio em setembro de 1636 na Bahia — junto a uma carta de Pedro Cadena de Vilhassanti de 21 de setembro de 1636 ao Conselho de Fazenda — publicada em apenso à "Relação Diária do Cerco da Bahia de 1638 por Pedro Cadena de Vilhassanti", pág. 110).

Senhores de Engenho: "Senhores de Engenho, título que em outras ocasiões alégam, para se enobrecerem, como em efeito os tais são, pela maior parte, os grandes do Brasil". (Carta do Pe. Henrique Gomes S.J. ao Padre Antônio de Mascarenhas — Bahia, 16 de junho de 1614 — *Hist. da Comp. de Jesus no Brasil*, do Pe. Serafim Leite, vol. V, pág. 11).

Favores e restrições: (pág. 190) — No vol. 19, pág. 265 dos *Documentos Históricos* figura um registo de um alvará de Francisco Barreto, passado a requerimento ou em vista de representação do contratador dos dízimos Álvaro Roiz Meneses. Alegava o contratador que, pela condição vinte e duas de seu contrato, "se lhe concedeu que, porquanto os Senhores de Engenho são obrigados a reter em situado lugar o açúcar que neles fazem os lavradores e não os tirar das casas de purgar sem primeiro ser seco, e lealdado, para se encaixar e pagar dele o dízimo; para que façam o saber ao Almojarife de Sua Majestade ou rendeiro que o há de cobrar o vá receber dentro em oito dias . . . e que fazendo os ditos Senhores de Engenho o contrário percam o açúcar que tirarem da dita casa; e porque de poucos anos para cá alguns lavradores, que são cavaleiros dos hábitos das três ordens militares, interpretam que por seus privilégios não têm obrigação de pagar."

Moendas — Fr. Vicente do Salvador fala da boa qualidade de uma madeira para fazerem-se moendas: — "as sasapocaias de que fazem os eixos para as moendas dos engenhos por serem ripósimas, direitas e tão grossas como tonéis" (*História do Brasil*, pág. 30).

Cavalaria na Bahia: Por cartas de 21 e 22 de janeiro de 1706, o governador geral do Brasil opinando sobre a defesa da Bahia e seu Recôncavo, sendo um dos meios para ela "a fortificação e outro o haver cavalaria", dava os "motivos porque entendia se não podia

formar na Bahia e seu Recôncavo as tropas de cavalos que se aprontavam, o que não seria dificultoso conseguir-se em Pernambuco, em razão de que todos os moradores tinham cavalos para o seu uso". O Conselho Ultramarino tomou em consideração esses motivos e opinou porque não se deveria pôr em prática aquele arbítrio. E o Rei deu despacho — "Como parece" em 30 de janeiro de 1707 — *Documentos Históricos*, vol. 95, págs. 213/214.

Açúcar — produção: Em 1708 o provedor-mor da fazenda na Bahia queixava-se de que os mestres das naus de guerra se haviam recusado a transportar "as quinhentas arrobas de açúcar, pertencentes à casa da Rainha Nossa Senhora" — *Documentos Históricos*, vol. 95, pág. 247.

Crises: Em 1704 houve "baixa nos açúcares pela falta que houve de navios e também por se haver pervertido o estilo que havia, mudando-se as frotas em esquadras" (*Docs. Hist.*, vol. 95, pág. 185).

— *Crises:* Veja *Docs. Hist.*, vol. 97, págs. 105, 127, 175.

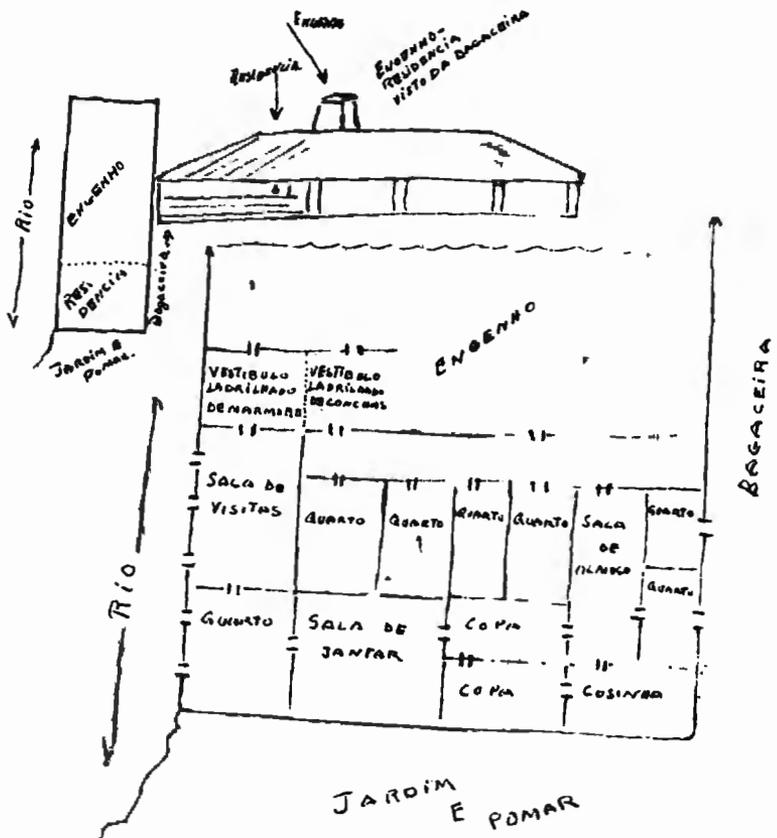
— *Açúcar:* Veja *Docs. Hist.*, vol. 97, págs. 127, 242, 244.

— *Escravos e tráfico:* Veja *Docs. Hist.*, vol. 97, págs. 131, 134, 175, 209, 232, 242, 245, 273.

Registro de uma provisão de Sua Majestade por que manda declarar a forma que daqui em diante se há de guardar na Fábrica a reedificação dos Engenhos que neste Estado hão de gozar da *Liberdade dos dez anos* daqui em diante, tudo sendo dos próprios de que se enviará treslados ao Capita (*sic*) do Estado.

Eu El-Rei Faço saber, aos que esta minha Provisão virem, que para evitar os danos que minha fazenda recebe, no modo em que os donos de alguns dos Engenhos do Brasil usam da liberdade de dez anos que se lhes concedem por fabricarem de novo e reedificarem os mesmos engenhos, de que por várias vezes, e vias, fui informado. Hei por bem e me praz, que daqui em diante as pessoas que fabricarem engenhos de açúcar no Estado do Brasil, assim reais como Trapiches, e pretenderem a dita Liberdade, justifiquem primeiro perante o Provedor de minha Fazenda da Capitania a que tocar, como estão Moentes, e correntes, o qual demais disso fará vistoria neles, presente o Procurador da mesma Fazenda, e outras pessoas que bem o entender, que afirmará pelo juramento dos Santos Evangelhos que lhes será dado, se estão fabricados e preparados de todo o necessário para poderem moer. e tirará as

mais testemunhas, que lhe parecer têm razão de o saber entender, e achando estarem bem fabricados e como o devem ser, o julgue assim por sua sentença e que me pode cada um dos Senhorios dos ditos Engenhos requerer provisão do dito privilégio, e liberdade, e concedendo-lha eu, o dito Provedor da Fazenda, a mandará registrar com o dito Engenho, em um Livro que para isso haverá na tal capitania donde estiver numerado por ele, declarando o lugar, nome, Senhorio, o mês, dia e ano em que se acabou, e começou de moer, e o em que se registrou minha Provisão da Liberdade e privilégio, do qual dia começarão a correr os dez anos de que há de gozar dele, e o dito Provedor de minha Fazenda fará, cada ano, pôr verba à margem do dito assento do Engenho, que goza, ou ao diante há de gozar da dita Liberdade do que pagou de Dízimo, e terá particular cuidado de inquirir os Engenhos que necessitam de reformação, obrigando aos Senhorios deles, que os reparem, de maneira, que não caiam senão por decurso de tempo largo, e para se poder evitar a presunção que contra eles há (de que acabados os primeiros dez anos da Liberdade, os deixam cair, para que reedificando-os a menos custo, tornem a gozar da mesma liberdade como dantes) lhe mandareis sinalar nas provisões dele, o tempo que me parecer, para durante elê os não poderem reedificar, e os Senhorios dos Engenhos, que de presente gozam da dita Liberdade, e o houverem de fazer daqui em diante, por Provisões minhas serão advertidos que as certidões que para este efeito remetem a este Reino (além de virem nelas insertos os assentos e registros dos mesmos Engenhos com todas as declarações com que se lançaram no Livro) serão passadas pelo Provedor e Officiais das Alfândegas das Capitánias de onde os Navios saírem para este Reino, e assinadas pelo Provedor de minha Fazenda dela, havendo primeiro reconhecido a dita verba de declaração, que pagou de Dízimo para lhe não exceder nas Certidões o número das caixas conforme o que houver pago de Dízimo, e o dito Provedor da Fazenda da Capitania a que tocar dará pessoalmente juramento dos Santos Evangelhos, que lhe vierem requerer as ditas Certidões, em que se declarem, se os açúcares, que se despachem e embarcam por seus, são dos ditos seus Engenhos, que gozam da Liberdade, e vêm por sua conta e risco, sem que neles tenha parte outra alguma pessoa; e tudo o referido se declarará nas ditas certidões de Liberdade. Pelo que mando ao meu Governador e Capitão General do Estado do Brasil, que faça publicar e Registrar em todas as praças e Capitánias dele, esta minha Provisão, para que se guarde e execute inteira e pontualmente e ao Provedor-mor e Provedores de minha Fazenda



Engenho S. Geraldo do Poço - em S. Paulo.

do mesmo Estado, e Capitães, e mais Ministros e pessoas a que pertencer, mando também, que em tudo a cumpram como nela se contém cada um na parte que lhe tocar, sem embargo de qualquer outra Provisão ou Ordem, que em contrário haja, que aqui hei por expressa e declarada e esta (que não passa pela Chancelaria) valerá como carta, sem embargo da Ordenação do Livro 2.º títulos 39 e 40 em contrário, e se passou por três vias. Manuel de Oliveira o fez em Lisboa a dezesete de dezembro de seiscentos cinquenta e cinco. O Secretário Marcos Rodrigues Tinoco o fiz escrever. *Rei. O conde de Odomira.* Por resolução de Sua Majestade de 27 de junho de 654, e 20 de novembro de 655 em consulta do Conselho Ultramarino de 4 de maio de 654 e 16 de novembro de 655. Registada nos Livros do Conselho Ultramarino a folhas 27 verso Marcos Rodrigues Tinoco. Registrou-se esta Provisão em 21 de abril de 1656. — Gonçalo Pinto de Freitas (*Docs. Históricas*, Biblioteca Nacional, vol. 19, págs. 19, 20 e 21).

Guerra Holandesa: Num documento anexo ao “Relatório dos Delegados dos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais etc.” relativo à invasão da Bahia em 1624 lê-se:

“Os seguintes portugueses têm renda:

Pedro Gersil tem 4 engenhos;

Francisco de Barros, 1 engenho e 1.000 cavalos;

Domingos Mergeres, 80 cavalos;

Jorge Fereres, 2 engenhos e mais ou menos 70 cavalos”.

(*Documentos Holandeses*, 1.º vol., Ministério da Educação e Saúde — Serviço de Informações, 1945 — pág. 16).

Mestres de açúcar, durante o domínio holandês em Pernambuco: — Veja José Antônio Gonçalves de Melo Neto, “Tempo dos Flamengos” — págs. 156, 157 (e em nota).

Antônio da Rocha Pita: Cerca de 1721/22 Antônio da Rocha Pita, sendo devedor de 18.000 cruzados ao contratador dos dízimos reais Matias Rodrigues Ferreira, deu à penhora, para satisfação desse crédito, quarenta caixas de açúcar. (Cons. do Conselho Ultramarino, 23 de março de 1722 — *Docs. Hist.*, vol. 98, pág. 30).

Amaro de Sousa Coutinho (págs. 98/99): A 23 de julho de 1721 o Vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses dava conta ao

Rei que Amaro de Sousa Coutinho, irmão do guarda-mor da Casa da Índia Luís de Sousa e sobrinho do Padre Martinho de Barros, se achava então casado e era morador nos limites da cidade, e que “como moço continua algumas travessuras que com os anos se poderá emendar delas”. Havia poucos dias dera “pancadas em um daqueles moradores, a que resultou queixar-se-lhe à parte”. O Vice-rei ordenou-lhe “se recolhesse para o seu engenho, servindo-lhe esta pequena demonstração mais de utilidade que de castigo”. A razão de o Vice-rei comunicar a Sua Majestade assunto de tal miudeza estava em que podia o Padre Martinho de Barros “persuadido dos primeiros impulsos do parentesco romper em alguma queixa menos justa”. (*Docs. Hist.*, vol. 98, pág. 52).

Favores e restrições (pág. 183): Em 1722 tinha-se na Bahia como em pleno vigor a provisão de 1663 de impenhorabilidade dos engenhos. Entretanto, numa demanda de D. Maria Cavalcanti contra Luís de Sousa de Castro, a Relação da Bahia não levava em conta tal privilégio. Os oficiais da Câmara então representaram pedindo ao Rei “mande declarar por outra provisão, como a passada no ano de 1663, para que os credores não executem as fábricas dos senhores de engenho e dos lavradores de canas”. A demanda ao que parece era contra um lavrador de canas. A extensão do favor ou privilégio aos lavradores de canas “que não têm moendas nem engenhos” era incerta. O Conselho Ultramarino achava que era justa e até se devia ampliar aos lavradores de fumo, e deu parecer no sentido de S.M. “mande declarar que a provisão que se passou a favor dos senhores de engenhos, para não serem executados nas fábricas deles, se deve entender a respeito dos lavradores de canas que não têm engenho, e que esta graça seja com a condição de que as fazendas delas se poderão arrematar, conforme a quantidade da dívida o permitir, na forma da lei, porque militam as mesmas razões nos ditos lavradores de canas que nos senhores de engenho”. — O rei deu o — “como parece” — mas respeitando-se o direito adquirido por aquela sentença (abril de 1723 — *Docs. Hist.*, vol. 98, pág. 67).

Em 1722 (?) foi arrematado, ao que parece por dívidas de seu proprietário à Fazenda, “o engenho que foi do coronel Egas Munis Barreto” e o Procurador da Fazenda junto ao Conselho Ultramarino entendia que fora mais conveniente se arrematassem os rendimentos”. (*Id.*, pág. 81). Vide mais pág. 218.

Janduins: Vide Docs. Hist., vol. 98, pág. 206.

Capacidade das caixas e fechos — Peso: Na *Rev. do Inst. Geog. e Hist. da Bahia*, n.º 75, 1948-1949, págs. 19 e segs., está publicada uma “Relação do que se tem cobrado pela Junta da Fazenda de Fretes e Avarias dos açúcares que vieram nos dois navios da Armada desta Coroa do Brasil, em companhia de Dom Antônio de Oquendo, entrando caixas de Tabaco”. O documento não traz data, mas Oquendo chegou ao Reino em 16...? Aí se vê que uma caixa pesou 17 arrobas, 2 caixas 43 arrobas, um fecho 7 arrobas e meia, dois fechos 9 arrobas e 1/2, 45 caixas 870 arrobas. É possível, feitas as contas das indicações de todo o documento, fazer a média para caixa e fecho. Ler o doc. com atenção.

Preços: Na *Rev. do Inst. Geog. e Hist. da Bahia*, n.º 75, 1948-1949 — a págs. 35 e segs., figura o “Balanço do Comércio do Reino de Portugal com os seus domínios no ano de 1796 — Importação da Bahia em Lisboa em 1796 ... etc.” Por aí se vê que em 1796 os preços do açúcar eram — branco 2.800, mascavado 1.000, e 1.650.

Produção: No “Balanço” acima citado se vê que Lisboa importou da Bahia em 1796 — 880.843 arrobas de açúcar, sendo do branco 512.270, e do mascavado 368.573 — todas no valor de 2.042.501\$450; além de 1541 de aguardente a preço de 1.000 o almudes no valor total de 1.541\$000.

O Porto importou 284.583 arrobas de açúcar, sendo do branco 163.893 e do mascavado 120.690, no valor total de 658.038\$900, além de 28 almudes de aguardente no valor de 28\$000.

Lenhas e fonalhas, pág. 141: “A 13 de janeiro de 1860 pedia o Governo o parecer da diretoria (do Instituto Baiano de Agricultura), de referência a um memorial de G. Harrison, que desejava experimentar um novo processo de fabricar açúcar” (Archimedes Pereira Guimarães — *Esplendor e Agonia do Instituto Baiano de Agricultura* (1859-1902) — in *Publicações do Centro de Estudos Baianos* — 26 maio de 1954) — “Presidia a sessão de 7 de março de 1862 o Conselheiro Joaquim Antônio Fernandes Leão, merecendo o maior destaque a comunicação de Antônio de Lacerda relativa a um invento norte-americano “sobre o emprego do bagaço

úmido como combustível no fabrico do açúcar, com a simples modificação no assentamento das fornalhas". "A 2 de maio satisfeitos mostravam-se os diretores do Instituto pela notícia do novo descobrimento do bagaço de cana úmido". (*Id.*, *ibid.*, pág. 5).

Preços: em 1690 — "valendo os açúcares por 900 réis, por mais se arremataram neste ano por 600 réis" — *Docs. Hist.*, vol. 89, pág. 173.

Preços em 1829: Ver *O Correio da Bahia* (B.N. ob. raras, P. 19, 1, 18) de 12 de janeiro 29.

Preços: "oitocentos réis cada arroba" (Gab. Soares — *Tratado*, ed. 1879 Varnhagen), pág. 136.

Canas, sementes, novas qualidades: "A 13 de julho (1860) divulga-se o aviso do presidente da Província da existência na Alfândega de sete mudas de canas das ilhas Maurícias e de Reunião. Seriam elas desembaraçadas e entregues aos maiores plantadores do Recôncavo, por coincidência os diretores do Instituto Baiano de Agricultura" — (Archimedes Pereira Guimarães — *Esplendor e Agonia* . . . , pág. 3) — "Presidia, a 7 de fevereiro de 1867, a reunião da diretoria, o desembargador Ambrósio Leitão da Cunha, que mandaria ler um ofício do Presidente da Província determinando a distribuição, entre os lavradores, de mudas de canas vindas do Ministério da Agricultura" (*Id.*, *ibid.*, pág. 8) — "Novas mudas de canas do Ministério da Agricultura seriam distribuídas, a 3 de outubro, entre os barões de Rio de Contas, São Lourenço, de Matoim, de Cotegipe, de Sergimirim, os comendadores Egas Munis Barreto de Aragão e Tomás Pedreira Geremoabo, os coronéis Antônio Gonçalves de Carvalho e Antônio Francisco Prata e Manuel Pinto da Rocha" (*Id.*, *ibid.*, pág. 9) — "A 4 de agosto (1880) o diretor da Escola pedia sementes de canas de várias espécies exóticas. . ." (*Id.*, *ibid.*, pág. 12).

Cristóvão da Rocha Pita — Passagem de D. João VI pela Bahia: "No dia do domingo 24 do corrente de manhã cedo, sem falta alguma, se hão de achar nos currais desta cidade 60 bois, que os deverá Vossa Mercê mandar de seu Engenho e fazendas vizinhas com uma relação dos donos a quem pertencerem, para se lhas pagar o custo, os quais nesse mesmo dia se hão de matar para forneci-

mento da esquadra que se acha fundada neste Porto. Deus Guarde a Vossa Mercê. Bahia 22 de janeiro de 1808 — Conde da Ponte — Sr. Capitão-Mor Cristóvão da Rocha Pita”.

(Arquivo do Estado — *Cartas do Governo a várias autoridades* — 1807-1808). Rocha Pita — Cristóvão — Vide *Cartas Sotero-politanas* de Vilhena, vol. 1.º, pág. 255.

Rocha Pita: Nos *Docs. Hist.*, vol. 109, pág. 2 aparece referido in *Antônio da Rocha Pita*, sobrinho de Padre João de Albuquerque Cavalcante, na defesa desse sacerdote acusado de partícipe da revolução de 1817 em Pernambuco.

São Jerônimo de Otime: Em duas cartas quinhentistas do Brasil, assinalá-se, dentro da Bahia de Todos os Santos, um *R. de S. Jerônimo*, que suspeito seja a *baía* ou *rio de Matoim*, que seria, então, e nesses mapas designados pelo nome de S. Jerônimo, substituído posteriormente pelo topônimo Matoim. *Otum = Matoim?* Estes mapas figuram no estudo de Rodolfo Garcia “Três mapas quinhentistas” publicado na *Rev. do Inst. Hist. Brasileiro*, tomo 87, vol. 141, Rio, Imp. Nacional, 1922.

Crises — 1860: “Não fui ao Rio porque me era mister acudir aos efeitos da crise porque está passando esta malfadada província” (carta de Cotegipe a Penedo — Bahia, 10 agosto 1860).

Crises — 1887: Ver *A crise do açúcar* — *Ligeiras considerações*, Rio, 1887, do Barão de Barcelos — Domingos Alves Barcelos Cordeiro.

Administradores e feitores etc.: No Arquivo do Instituto Histórico da Bahia — Seção Teodoro Sampaio — estão guardadas as seguintes cartas do Barão de Cotegipe a Frutuoso Maia, administrador de seus engenhos, em certa época: “Rio, 20-2-1877 — Sr. Frutuoso Maia — Soube com satisfação que Vmecê acedera ao convite de tomar conta da administração de meus engenhos, pois sei apreciar a sua atividade e zelo. — Há de achar muito o que fazer e emendar; faça-o com jeito e depois de tomar o *pulso aos doentes*. — Dou-lhe poderes amplos, mas recomendo que tenha toda a atenção com o meu velho Pita, mais amigo do que meu empregado. Em tudo entenda-se com o Sr. Visconde de Pereira Marinho, e com o Sr. Viana para alguns conselhos. Ambos são de minha inteira

confiança. Quanto a vantagens deixo isto absolutamente ao Sr. Visconde. Não regateio. — Deus lhe ajude e lhe dê forças e saúde. Seu — Sempre afetuoso — *Barão de Cotegipe*".

"Rio, 23 de junho 1877. Sr. Frutuoso — Recebi a sua carta de 5. De longe nada posso determinar nem dizer. Confiando, como confio, na sua pessoa, estou certo de que tudo irá o melhor, tanto quanto é possível, na ausência do dono. Ao menos é essa falta só que prejudica; no mais sei qual é a sua energia e zelo. Ponha e disponha; eu quero culpá-lo do mal assim como agradecer-lhe do bem. — Felizmente o exemplo vizinho não tem contaminado os escravos. Logo que se faça a partilha de meu sogro tomaremos providências. — Mande transportar a Maria do Espírito Santo para a Cidade e deixe em poder dela a Negrinha que a serve.

Penso que está aí uma mulata que para nada serve; mande-a com a Maria se ela não repugnar trazê-las. — Lembranças ao Pita. Estimo sua saúde e sou seu afetuoso obrigado — *Barão de Cotegipe*".

"Rio, 15 de novembro — Sr. Frutuoso — Recebi suas cartas sendo a última de 22 do passado. Fico ciente de tudo quanto Vmcê me comunica e nada tenho a observar. Confiando como confio em Vmcê nenhuma ordem tenho a dar, senão esta — faça o que entender mais acertado. — Com efeito sempre mandei moer sem meação as canas do Pita que regulavam por umas quatro tarefas ficando o mel para o Engenho, e canas dos escravos, quando eles *por si mesmos* plantavam. — Digo *por si mesmo* porque alguns pretos queriam gozar do favor quando as canas eram plantadas *por gente forra* com o nome deles. O Zinho pede-me o cavallo foveiro e o outro. Vmcê dê, se achar que ele trata bem, aliás procure uma razão para eximir-se e consulte-me. — Estimo sua saúde e sou seu afetuoso e obrigado — *Barão de Cotegipe*".

"Sr. Frutuoso — Já eu estava com cuidado por falta de notícias suas. Estimo que continue a melhorar, como tanto nos é preciso. Fico ciente de que começaremos a moagem a 8. O Argemiro segue hoje para aprontar o Jacaracanga e o Freguesia. Mande o ferreiro de Quibaca (o forro) para ajudar o trabalho e diga ao Faviela que mande o Fortunato logo e logo. — Nada mais. Seu afetuoso e obrigado — *Barão de Cotegipe*".

— 20 de agosto — "Bahia, 9 de setembro 1878. Sr. Frutuoso. Recebi a sua de ontem e muito estimo as suas melhoras. No sábado (14) pretendo sair para o Freguesia, e como Vmcê diz-me que virá

a 15, toque ali para conversarmos e Vmcê ver logo o estado do Engenho. — Preciso também das listas dos escravos do Cabaxi e Quibaca com as declarações pedidas para aquelas que Vmcê enviou-me. Passô sem novidade. Seu afetuoso e obrigado *Barão de Cotegipe*".

"2 de outubro — Sr. Frutuoso — Recebi a sua carta de ontem e com ela os dois moleques que ficam em Jacaracanga onde são mais precisos. Deixei de subir não só por causa do mau tempo, como especialmente por querer deixar as obras do Engenho em ponto de conclusão. Hoje ficou findo o assentamento da caldeira, e amanhã ficará o das tachas, de sorte que levantando o tempo começaremos a moagem. Estou também consertando a casa do Engenho — no que ameaça ruína. — Nunca vi tamanho abandono! — Sinto o que me diz do Quibaca, quando eu contava com a safra para o negócio que lhe comuniquei. Talvez que ainda haja algum remédio, examinando se convém demorar o corte no tabuleiro. Para isso é mister correr as canas. Remeto esses 5\$ que o João Tomé pede para Vmcê mandar à família. — Estimo que tenha passado melhor. Seu afetuoso criado — *Barão de Cotegipe*".

"Sr. Frutuoso — Aí vai o José Felipe e assim o Geraldo visto a necessidade de assentar as tachas. Aprovo a sua resolução: antes suspender 3 ou 4 dias do que levar semanas e meses quebrando a paciência. A tacha daqui saiu como era de desejar-se. Se o clarificador desse caminho ela faria de 8 a 9 meladuras de sol a sol. Estou inclinado a assentar o clarificador que está em Jacaracanga, tanto mais quanto o outro pouca duração promete. O açúcar parece-me bom, e o rendimento de 4 fôrmas de barro, regular. A propósito. Tenho aqui à sua disposição 96 fôrmas de ferro. Saúde — Seu afetuoso obrigado — *Barão de Cotegipe*".

"Freguesia — 19 de setembro — Sr. Frutuoso — Estimo que chegasse sem novidade e que vá cada vez a melhor. Recebi o carneiro, e o rapaz volta depois de dar descanso ao animal, e almoçar. — Com efeito, houve engano da minha parte: o Severiano é de Maracangalha, e ontem eu disse ao Favila para lhe ser entregue com os outros; assim como falei sobre a moagem do Pinheiro e escrevo ao Vergasta confirmando. Enquanto ao resto das fôrmas — veremos. Rompeu-se outro tubo da caldeira de Jacaracanga, e parou a moagem para o conserto. — Seu afetuoso obrigado *Barão de Cotegipe*".

“7 de outubro — Sr. Frutuoso — Aí vão o Fortunato e o Matias para os arranjos de Maracangalha e Pinheiro. Logo que Maracangalha esteja pronto, o Favila que passe a moer lá. O Pinheiro continua a moer as canas próximas a Cabaxi, neste, salvo se nos atrapalhar porque então cuide em si. Vacinei o Geraldo hoje; por isso subirá amanhã. O Fortunato trabalhará em Maracangalha quando moer o Engenho, enquanto não assentarmos sobre o Cabaxi, sobre o que conversaremos. O Matias só irá para o Pinheiro para os consertos e quando se moer. Nos intervalos empregue-o aí. Ambos levam as rações da semana. Foram os ferros para o Cobé e se for preciso um adjutório de ferreiro para adiantar — dê. Estimo que tenha passado bem. Seu afetuoso e obrigado — *Barão de Cotegipe*”.

“Sr. Frutuoso — Cheguei antes de 10 horas e sem novidade. Fiz a *botada* com a competente ladainha e até agora corre tudo bem. Graças a Deus. — Volta o seu rapaz agora a 1 e 1/2 da tarde. Eu o fiz demorar para levar-lhe notícias. O Zinho pede o barco para 5.^a feira. — Eu escrevo a ele, que Vmcê o pediu para 3.^a. Talvez adiantando ele um dia e Vmcê atrasando um — possam combinar. Conversem amanhã. Em todo o caso a primeira promessa é que vale. — Recomende-me a sua família. — Sou seu afetuoso e obrigado — *Barão de Cotegipe*”.

“Bahia, 22 de agosto — Sr. Frutuoso — Recebi a sua de 20 e muito estimo as suas melhoras, agora mais que nunca apreciadas, por chegar a tempo de trabalho. Vai o que pede. Escrevi ao Rosa para mandar deitar as madeiras, e por isso não lhe dê cuidado. Mande tirar mais alguma pelo Zeferino e disse-lhe que se entendesse com o mesmo Rosa. — Logo que os caminhos estejam bons, lá irei. Ainda luto com o inventário! ... — Sou seu afetuoso e venerador — *Barão de Cotegipe*.

P.S. — quando puder não se esqueça de fazer um cálculo da safra do Engenho do Conde, como lhe disse”.

“Freguesia, 26 de setembro — Sr. Frutuoso. Estimo que tenha passado bem. Ao Sr. José Alves dei 20\$ por conta do frete da madeira, mas não ajustei porque fica isso a seu cuidado. Não há remédio senão arrancar a tacha de Jacaracanga o que me contraria porque as canas vão puxando muito. Aqui ainda não acabei. Logo que possa dispensar o Geraldo mande-mo. Já recebeu os escravos? Será bom ajudar o Jacaracanga com mais alguns. — Informe-me do Vergasta, do que se passou com o Sr. Rios, que lá foi ver o

Engenho sem ter a polidez de pedir-me licença. Estou com vontade de lá ir para semana. — Seu afetuoso criado — *Barão de Cotegipe*".

"Sr. Frutuoso — Amanhã irei e, como deseja, terei o gosto de ficar para o jantar, que deve ser simples como convém a um lavrador. — Teremos assim tempo de conversar. Estimo que tenha passado melhor do seu incômodo. Seu afetuoso e criado — *Barão de Cotegipe*".

"Engenho Freguesia, 22 de julho — Sr. Frutuoso — Estimo que tenha passado melhor do seu incômodo. Aqui passou ontem o Argemiro. Dê pressã ao que ele tem que fazer lá por cima, porque é muito preciso que ele venha fazer os consertos em Jacaracanga e mesmo aqui. As canas estão chegando a ponto e o tempo promete moagem cedo. — Tendo que fazer reparos urgentes no sobrado deste Engenho e para poupar despesa, assento mandar tirar a madeira e cerrar algum tablado conforme a nota junta. O Zeferino portador desta é incumbido de escolher a madeira e também prestar o seu serviço de carapina, para o que fiz ajuste. Veja se há tirada alguma madeira no mato do Pinheiro, ou se é preferível tirá-la aí, ou em Pindobas, para que não haja demora pois a casa está se arruinando. O taboado há de ser junto com gente forra para não nos distrair gente. Seu afetuoso e criado — *Barão de Cotegipe*".

"23 — Recebi o cavalo e faço voltar por não ser mais preciso. Amanhã siga para a cidade."

"28 de setembro — Sr. Frutuoso — Recebi a sua carta de que foi portador o Geraldo. Hoje dou começo ao assentamento de caldeira e das tachas, e espero poder moer para a semana. Em Jacaracanga ficou a tacha pronta, e segunda-feira se cortará canas. É preciso esforço, aliás perde-se muita cana. Estou já com receio do sol; as fontes estão anunciando seca. Tenciono dar um salto por lá na segunda-feira e voltarei para a botada deste Engenho. — O mais para a vista. — Estimo que passe melhor. — Seu afetuoso e atento — *Barão de Cotegipe*".

"Eu abaixo assinado declaro que dou poderes ao Sr. Frutuoso Maia para administrar os Engenhos de minha propriedade e de meus filhos — podendo despedir qualquer empregado, admitir outros, assinar os pedidos de suprimentos aos engenhos, passar recibos e praticar tudo o mais que for conveniente para o bom regime das ditas propriedades, seguindo em objeto de despesa as instruções do Exm.º Sr. Visconde de Pereira Marinho a sua apro-

vação para elas. O Sr. Francisco Xavier de Vasconcelos fará entrega ao dito Sr. Frutuoso Maia de tudo o quanto existir nas ditas propriedades, escravos, fábrica, etc. por uma relação em duplicata. E os feitores, caixeiros e quaisquer outros empregados cumprirão as ordens do Sr. Frutuoso Maia, como se de mim emanassem. Recomendo a meus escravos que lhe obedeam da mesma forma. Esta procuração, porém, poderá ser cassada pelo Exm.^o Sr. Visconde de Pereira Marinho sempre que o haja por conveniente, conferindo a outrem os mesmos poderes. Rio, 28 de fevereiro de 1871 — *Barão de Cotegipe*”

“Bahia, 19 de outubro 1877 — Sr. Frutuoso Moreira Maia. — Chegou o barco do casal e não trouxe uma arroba de açúcar quando aliás já o tem feito. Convirá que isto nos faz mal pois que o gênero agora sempre se reputa melhor do que daqui a mais algum tempo. Também o mesmo aconteceu a respeito do mel, que se precisa saber quanto temos, e quanto podemos vender; não demore portanto a vinda do açúcar e a informação do mel que pode acaso vender. — Desejo que se ache bom. — Seu amigo atento venerador *Visconde de Pereira Marinho*”.

Preços de açúcar: Ver Padre Luís da Fonseca — “Coisas Notáveis do Brasil”, pág. 11.

João Pais Florião (?): Vide *Documentos para a História do Açúcar*, vol. I, pág. XV.

Favores e restrições: Vide o Alvará de 29 de março de 1559 de isenção dos tributos sobre açúcar — In Cons. Ultramarino — Registo, vol. II, fls. 100v-103 no Inst. Hist. Brasileiro e in *Documentos para a História do Açúcar*, Vol. I, págs. 143/145. — Vide ainda alvará de 29 de março de 1559 sobre resgate e importação de escravos pelos senhores de engenho, in — *Docs. para a História do Açúcar*, vol. I, págs. 147 e segs.

Crises — 1681: Neste ano a crise provinha de uma peste. Em 1.^o de julho de 1681 o Senado da Bahia escrevia a Sua Alteza aludindo aos “muitos empenhos com que se ache (a Bahia) tanto pela inconveniência dos tempos como pela imensidade de danos que causou o pestilento contágio das bexigas que este presente ano experimentou esta cidade de Vossa Alteza, ficando atenuado pela diminuição das fábricas e pouco lucro dos frutos”, e pedia uma

moratória de três anos: “a faculdade de não serem constrangidos os que deverem de cinqüenta mil réis para cima, como aperto de justiça por tempo de três anos, para que melhor e com mais suavidade se possam as fazendas fabricar, e os donos adquirir e aliviar seus empenhos, o que não seja possível procederem os credores com execuções tão contínuas como até o presente, impossibilitando os cabedais com as diminuições dos preços a que os obriga o urgente da satisfação” (carta do Senado a S.M. Livro Original III fl. 37 cópia 118 fls. 130v — Arquivo Municipal de Salvador (publicado nas cartas do Senado?)) — Poucos dias depois o Senado em outra carta a Sua Alteza voltava a falar dessa grande crise de 1681 alegando os serviços de guerra dos baianos e os “castigos do Céu em duas pestes de bexigas que padecemos dentro de dezesseis anos com grande estrago de livres e escravos, com que ficamos bem atenuados de fazenda que apenas se pode sustentar hoje famílias que antes eram bem abundantes” (Id., *ibid.*, fls. 314) — Ainda o Senado narrava haver convocado o Povo para uma contribuição para acudir a obras nas cadeias — “que de todo estão arruinadas”, e o Povo “sendo justo” representou ao Senado “suás ruínas e falta de cabedais, cansado de pouco rendimento e saída de suas drogas, e sobretudo o irremediável dano que de presente padecem com as bexigas de que lhe eram mortos mais de dois mil escravos, e que esta falta lhe prometia não poderem acudir a suas culturas e ficarem mui diminutos seus cabedais e eles incapazes de poderem acudir a nenhum pedido mais”. Isto em 1681 (Id., *ibid.*, fl. 297).

Crises — 1683: Em 6 de julho de 1683, em carta a S.A., assim falava o Senado da Bahia: — “os tempos cada vez vão sendo mais miseráveis, além da grande perda que houve com as baxigas, nas escravarias que é a fábrica de todos os frutos deste Estado, pela inclemência dos tempos na safra passada houve pouco açúcar e nesta menos, porque não chegaram a dez mil caixas, e a fome de novembro até o presente tem sido grande e se teme que durará até janeiro do ano vindouro, e houve muita mortandade de gado com que apenas podiam os moradores achar dinheiro para comprar farinha a quatro patacas o alqueire, e tudo quanto tiveram de fruto foi pouco para sustento de suas casas e família e escravaria, com que está esta capitania muito atenuada e os credores sempre tratando de cobrar por execuções” (Id., Livro original III fl. 44 — cópia 118 fls. 326 v).

E no dia seguinte voltava o Senado a queixar-se e a descrever a miséria em que se encontrava a Bahia: “está esta terra perdida, os Senhores de Engenho e lavradores todos impossibilitados não podem meter fábricas de escravos de novo em lugar das que faltam ou morrerem, e vão os frutos de cada ano sendo menos, a safra passada e esta presente houve somente dez mil caixas em cada uma, e esta parece foi menos diminuta e a que vem promete menos” (Id., *ibid.* fls. 45 — fls. 328v).

Crises — 1685: Carta do Senado ao Rei em 2 de julho de 1685 — “Senhor — com o contágio das bexigas que entrou nesta cidade o ano de seiscentos e oitenta e continuaram os anos seguintes até o passado, levando a maior parte da escravaria que pereceu deste mal, e com a fome que teve princípio em maio de mil seiscentos e oitenta e dois e durou dois anos completos até a chegada do Marquês, e três anos de seca que nunca se experimentou e esterilizaram tudo acabaram de todo de empobrecer os moradores desta cidade e seu Recôncavo vendendo seus escravos, que lhes escaparam da peste das bexigas, e a sua peça de prata com que se achavam para remediar a fome de suas famílias”. Esta situação tão grave levava os vereadores a pedir a S.M. dispensa de certos impostos e não havendo respostas repetiram a súplica. (Id., *ibid.*, fl. 54 — fl. 356).

Crises — 1686: A 20 de julho de 1686 dirigia-se o Senado da Bahia a El-Rei falando do “lastimoso estado em que esta cidade fica com a ocasião da peste que padecemos” que despertava no próprio Reinô “clamores de muitos que aí na Corte choram seus maridos, filhos e parentes que às mãos do veemente ímpeto deste mal pereceram”. Os sofrimentos haviam sido aniquilantes: “não havia quem pudesse socorrer os necessitados porque todos o estavam” e “os moradores do Recôncavo se obstinavam de mandar à cidade aquelas coisas que do Recôncavo precisamente haviam de vir para sustento e cura dos enfermos”. A Câmara mandava próprios com ordens aos coronéis e capitães para que fizessem conduzir o necessário para os enfermos. (Id. *id.* Livro III fls. 60v. 118 e 376).

Crises — 1689 a 1693: Deste período temos documentos que descrevem os males econômicos da Bahia ou do Brasil conseqüentes à “quebra da moeda” e pelo fato de não haver uma moeda colonial diferente da que servia às transações no Reino. Não era esta uma

crise do açúcar ou da lavoura, era um padecimento geral. É ver, por exemplo, a queixa dos prebendados que a levam ao Rei com a linguagem de sentida conformidade perturbada pelo sombrio das advertências. “Geme todo o Brasil molestado da variedade de opressões que Deus é servido dar-lhe por seus ocultos juízos para castigo de nossas culpas” — diziam os tonsurados. Escasseava a moeda, depois que seu valor fora diminuído “pela baixa dela”. Acharam vantagem os homens de negócio em levá-la na sua maior parte para Portugal “ficando o Brasil sem aquela substância de que se alimentam os corpos políticos”. Os padres viviam de êmolumentos muito baixos “que lhes eram pagos com atraso”. E ainda minguavam as tarefas pagas reservadas aos sacerdotes: “as missas faltam, de modo que chegm a muito poucos sacerdotes” e eram pagas fiado por falta de dinheiro para tais pagamentos. Também os padres mendicantes se queixavam: não recebiam esmolas. O culto, as festas de igreja iam desaparecendo: — “o culto Divino, na celebridade dos Santos, na pompa das arruações, no ornato dos altares, e em tudo o mais em que, com vantagem, competia a Bahia com as mais ricas regiões da Europa, se vê tão diminuído que o que podia ser exemplo da grandeza dos ânimos devotos vai passando a ser mágoa da piedade cristã”. Tudo tinha por causa a falta da moeda. E o remédio a tudo isso era ser servido S.M. “mandar abrir casa de moeda nesta Cidade, em que se funda o que houver e se reduza a moeda provincial, com tanto maior valor intrínseco que baste para que evite a sacar-se fora do Brasil” e também “mandar fundir moeda provincial de ouro do que aqui vem da Costa da Mina para suprir com ela a falta da prata” (Proposta do Estado Eclesiástico ao Senado da Câmara da Bahia, datada de 1.º de julho de 1693, assinada, entre outros pelo Desembargador da Relação Eclesiástica João Borges de Barros — Arq. Municipal de Salvador — Original 11 — fls. 105 cópia 114 fls. 119v) — Essa crise vinha de anos anteriores.

Em 16 de julho de 1689 assim falava o Senado da Câmara da Bahia a El-Rei: — “Senhor — A moeda que tem esta Praça é toda estrangeira, que são selos, meios selos e quartos e não é muita, nem da melhor, tanto no peso como na qualidade da prata, e da moeda portuguesa temos somente tostões antigos que hoje valem duzentos e quarenta e cento e vinte, e a outra moeda miúda é tão pouca que se pode reputar por nenhuma, de que nasce a geral queixa da Nobreza e Povo, que nos obriga a que em seu nome representemos a Vossa Majestade os discômodos que padecem por

falta de trocos que muito necessitam para compras miúdas e esmolas”. O remédio sugerido era: — “Vossa Majestade mandar fazer moeda de vintém, dois vinténs e tostões e que tenha toda esta moeda de valor intrínseco vinte e cinco ou trinta por cento menos para assim se não poder levar, e também para pagar o custo da Brassagem” * (Cartas do Senado a S.M. original n.º 111 fls. 91 cópia n.º 114 fls. 75 — Arq. Municipal de Salvador) (* *Brassagem* — Desconto feito ao dono do metal pelo trabalho da conversão em moeda).

Em 1691 o Senado da Câmara da Bahia fazia subir a El-Rei uma súplica, datada de 11 de julho de 1691, na qual estimulava ao monarca com apelos de altiva eloquência: — “ponha os olhos neste Estado do Brasil, que hoje é o melhor Senhorio de Portugal que por ele se tem feito florente e rico” — “se compadeça Vossa Majestade desses seus Vassallos que com as vidas e fazendas têm servido a Vossa Majestade, contra as hostilidades dos inimigos da Coroa” — A representação dos baianos visava a recentes deliberações da metrópole relativas à moeda: — “foi Vossa Majestade servido resolver que em todo o dinheiro neste Estado do Brasil conserve a tostão por oitava como se observava no Reino de Portugal. Esta resolução, Senhor, além do dano que em particular padeceu este Povo pela baixa da moeda, tem conseqüências de maior prejuízo ao Estado. O zelo de leais Vassallos nos obriga a representar a Vossa Majestade os inconvenientes desta resolução que vem a ser que correndo a moeda por tostões a oitava, fica uma porta aberta para que se leve para Portugal todo o dinheiro (como já tem levado a maior parte) sem poder remediar-se até agora tão considerável perda, porque acham os Mercadores maior conveniência reverterem a esse Reino o procedido de seus gêneros em dinheiro corrente sem diminuição alguma, que embarcar os frutos da terra de açúcar e tabaco, em que muitas vezes se perde e é o seu avanço muito”. Ficava assim o Brasil sem moeda para nada! O remédio apontado pelo Senado era: “ordenar que neste Estado do Brasil cresça na moeda a dez ou vinte por cento a oitava de prata de valor intrínseco, porque não tenha conta aos mercadores levá-la ou remetê-la a Portugal, que não necessita dela, pela abundância que tem de outra moeda mais qualificada”. Ou senão mandasse Sua Majestade — “fabricar nova moeda nacional e própria deste Estado que não possa correr em outra parte”. (Id. id. *Cartas do Senado a S.M.*, III fl. 98 cópia 114 fls. 96).

Em 1692 o Senado da Câmara da Bahia em carta a S.M. aludia às “perdas que hoje experimenta (a Cidade) pela pouca saída e saca que têm os seus gêneros” (Carta de 18 julho 1692 — id. id. III fl. 103 — 114 fl. 113). A quebra da moeda fora decretada no ano anterior — em 1691 — e naquele meado de 1692 o Senado descrevia os males desse ato real. São palavras de carta a S.M. de 18 de julho de 1692. “O Almotacel-mor do Reino e Capitão General deste Estado deu o ano próximo passado execução à baixa da moeda”, que embora determinada pelos melhores intuitos, mostrava a experiência trazer “total ruína da Coroa”. — A melhor jóia desta era o Brasil, que se via “atenuado”. E se lhe tiravam, com a moeda, o sangue na paz, como poderia acudir, como em tantas vezes antes, na guerra? Não lucraria a cabeça — a corte ou Lisboa — com a sangria nos braços o Brasil. Nada valia secar o rio, exaurindo-o sem proveito, pois não avultaria mais o mar. “O dinheiro — Senhor — que tem esta Praça não chega a um milhão, como se mostra do cunho que há pouco tempo se fez”. Era mister atender aos brasileiros, aos baianos: — “devem ser ouvidos estes desgraçados vassallos, que não são cridos, nem remediados, por viverem afastados dos Reais Pés de Vossa Majestade, de cuja Cristandade esperamos o remédio de Pai, de Rei e de Senhor Nosso” — Grave erro era querer fazer correr a moeda nas conquistas — a tostão a oitava, como se observava no Reino. Passavam a não ter saída o açúcar, o tabaco, diminuía a produção destes gêneros, pelo menor preço que não dava para pagar a despesa. E justamente o que era necessário era “buscar-se o meio de terem saída os ditos açúcares e tabaco, visto não ser o Reino capaz para a consumissão destas drogas”, devendo estas ser exportadas, para trocas por outras, no norte, “de que necessitam as conquistas”. A moeda então era tão pouca “que na ocasião presente não houve com que se pagar aos soldados, e tentando o Governador empenhar ou vender a prata que trouxera para seu serviço, não o conseguira”. Tão miserável era o estado da Praça que não só não se podia pagar às tropas como também os ordenados dos “filhos da folha” e “se receia falte ao Hospital por serem as suas rendas dinheiro de juros que se não paga pela dita falta da moeda”. E os vereadores apontavam como remédio e isso pediam fosse declarado “valha a moeda que achar nesta Praça vinte por cento mais do que seu valor” (Id. id. III fls. 104, 114 fls. 115v — Assinam entre outros — Sebastião da Rocha Pita, Gaspar Maciel de Sá, Lopo de Albuquerque da Câmara).

Recôncavo e recôncavos: No “Discurso Preliminar . . .” (1739) A.B.N. vol. XXVII e *Aspectos da economia colonial*, Bahia, Liv. Progresso, 1957 — se lê que a expressão *recôncavo* não significa uma só e ampla região em torno da Baía de Todos os Santos, mas dependências várias da “Cidade e Comarca da Bahia”. Ali se lê repetidamente, no plural — *recôncavos* “Cidade e Comarca da Bahia, o dos seus vastíssimos recôncavos” . . . “os seus recôncavos já existiam sofrivelmente, povoados com diversas vilas, sendo de entre elas a principal a da Cachoeira, e com muitos engenhos” . . . “nestes últimos tempos a povoação dentro daquela dita cidade da Bahia, e em todos os seus recôncavos tem crescido” . . . “nestes últimos tempos toda aquela cidade, recôncavos e a mesma comarca” . . . “havendo tantas e tantas terras incultas e dilatadíssimas campinas em todos aqueles contornos e recôncavos da Comarca da Bahia” . . . — Mas também o autor de “Discurso Preliminar” usa a expressão no singular e com o significado com que a empregamos atualmente. Assim: — “havendo no recôncavo certas fazendas em alguma distância que servissem como de estalagem ao gado” . . . “havendo em aquele recôncavo algumas fazendas de piores terras que os senhorios delas tomam a resolução de fazer ali criação de gado”, “muitos daqueles volantes se desvairavam para fora e para o recôncavo a vender e apurar”, “todo aquele recôncavo”.

Ouro das Minas leva ao apogeu a riqueza da Bahia Colonial — Falando do comércio do açúcar e do fumo, e da “força dos memoráveis estabelecimentos que nos foram deixados e transmitidos daquele tempo” diz o autor do “Discurso Preliminar” parecer que “em aquela época (1739) elas (as produções, ou o comércio e a navegação) tinham chegado ao maior auge da sua conhecida felicidade”. E acrescenta: — “para o que muito talvez que concorreria o ouro das Minas que então novamente se descobriram além das gerais”. — Mais adiante diz: “reconhecemos e confessamos que o comércio nesse tempo também era muito maior pela grande exportação da fazenda, que dali se fazia para a colônia e para as minas, de onde vinha a prata e descia o ouro”, logo acrescentando, porém, “cujos ramos de comércio se extinguiram, e não obstante esta grande extração, nem por isso o comércio a mais crescerá”.

O Sítio — Cartas geográficas com indicação do engenho Freguesia — Mais uma carta geográfica ou planta da Bahia de Todos os Santos acaba de aparecer (abril de 1958) estampada na edição espanhola do *Roteiro* de Gabriel Soares, que acaba de fazer Cláudio

Ganns. Entre as págs. 158/159 de “Gabriel Soares de Sousa/*Derrotero General De la Costa del Brasil*”/Y Memorial de Las Grandezas de Bahia/Manuscrito del Siglo XVI/Introducción de Cláudio Ganns/Notas finais de F. A. Varnhagen/Madrid/Ediciones Cultura Hispánica/1958” — figura um mapa com a legenda — “10 Bahia de Todos los Santos/(En la parte izquierda la aguada de Gabriel Soares)” — Pertence esta planta a um atlas cujo primeiro mapa, com o título — “Estado do Brazil”, figura no livro entre as páginas 14 e 15, trazendo o clichê a indicação de pertencer à Biblioteca Nacional de Madrid (Sección de Mss. n.º 7.121) e ser do século XVIII parte de uma coleção de 35 mapas. É o da Baía de Todos os Santos o de n.º 10. — Diz-se do século XVII. Mas, da sua primeira ou segunda metade? Há indicações que nos podem dizer que, se todos os mapas foram levantados na mesma ocasião, aquele da Bahia é contemporâneo da invasão holandesa em Pernambuco. De fato, no mapa n.º 5 da Capitania de Itamaracá, entre as páginas 78 e 79 lê-se a palavra inimigo e a fortaleza da Vila figura com uma grande bandeira holandesa. Não posso ler várias legendas. — No Mapa n.º 6 — “Puerto de Tamandaré” — entre as páginas 94 e 95 lê-se esta explicação, lançada no corpo do mapa: “Esta planta foi feita pelo capitão André Marin e sondada por ele e pelos pilotos práticos desta costa e fez esta diligência” etc.

No mapa n.º 7 — “Capitania de Pernambuco (parte derecha) Olinda”, entre as páginas 110 e 111 lêem-se indicações que assinalam locais da invasão holandesa. Assim, ao norte de Olinda, uma espécie de estuário: — “aqui desembarcou o”. O corte final da planta no lado direito não deixa ler o restante da legenda, que deve completar-se com a palavra — “inimigo”. Pouco acima da embocadura do rio, que segue a direção leste-oeste, lê-se: “Pau Amarelo”. — É o local onde desembarcaram os flamengos de Werdenburg. Um pouco para o sul, na boca de outro rio lê-se: “Por aqui passou o inimigo a vau”, vendo-se logo depois, mais ao sul, o desenho de uma iminência e neste uma igreja de vulto com o dístico “Colégio” e outros edifícios, a Vila de Olinda. — Ora em 16 os holandeses desembarcando em Pau Amarelo.

Na planta n.º 8, entre as páginas 126 e 127 da “Capitania de Pernambuco (Recife)”. Parte central, lê-se: — “Ilha de Santo Antônio, fortificação principal do inimigo forte do Taborda alojava 1.500 homens” — Mais ao sul um outro forte diz — “Forte do inimigo”, e ao norte daquele (das cinco Pontas) — “Alojamento do inimigo, etc.” Figuram na planta nada menos de cinco bandeiras

holandesas. Tudo indica ter sido esta planta levantada ao tempo em que os holandeses ocupavam Recife. Levantada ou desenhada.

Na planta n.º 9, entre as páginas 142 e 143, “Capitania de Pernambuco (parte izquierda) lê-se na fortaleza do pontal de Nazaré — “forte que perdemos” com uma bandeira holandesa. Tudo guerra holandesa atual, contemporânea.

O mapa n.º 10 — “Bahia de Todos os Santos” teria sido desenhado naquele período. Não assinala o forte do mar, apenas os de S. Antônio, S. Alberto, S. Tiago. Figuram os engenhos — da cidade e d’El Rei. O Rio Matoim e correspondendo à Restinga Jacaracanga — o “Rio de Antônio Cardoso”. Nas terras de Freguesia, com o desenho de uma casa em cada (o que deve significar engenho), as legendas “Pimentel” no Freguesia e “Marcos Piz”.

O “*Rio de Antônio Cardoso*” é o braço de mar de Jacaracanga, o engenho de Antônio Cardoso de Barros, referido por Gabriel Soares: “um famoso engenho de bois de Cristóvão de Barros, engenho que foi de Antônio Cardoso de Barros”.

“*Marcos Pires*” foi deão da Sé da Bahia, sendo de 1559 (junho) a data da sua confirmação nesse cargo. E tomou posse em 14 de dezembro de 1559, conforme se verifica nos *Documentos Históricos* — vol. 36, págs. 63, 65. Gabriel Soares depois de haver falado do engenho de Sebastião de Faria (Freguesia) meia légua da boca do Rio de Matoim, continua a sua descrição: “e indo correndo a ribeira do Salgado, deste engenho a meia légua está tudo povoado de fazendas e no cabo está uma que foi do Deão da Sé, com uma ermida de Nossa Senhora muito concertada, a qual está em uma ponta da terra”. Será a ponta de Caboto onde hoje há um farolete. E a ermida? A que estava junto das ruínas de Caboto? (Se Marcos Pires não foi Deão em 1559 o Roteiro é posterior a esta data pois Gabriel Soares diz que o engenho foi do Deão da Sé.)

Pimentel: Uma irmã de Sebastião de Faria, o senhor do engenho Freguesia indicado por Gabriel Soares, foi Custódia de Faria, casada com Bernardo Pimentel de Almeida (1551-1611). Pimentel teria sido condômino de Freguesia com Sebastião de Faria e ao tempo da carta ou planta era o sítio conhecido por “do Pimentel” ou “engenho do Pimentel”. Pimentel e Custódia foram pais de Brites de Almeida que se casou com Manuel Rodrigues Sanches, senhor do Freguesia ao tempo dos holandeses.

Nas “Denúncias ao Santo Ofício” de 1591 há a de *Bernardo Pimentel* (27 de agosto de 1591) na qual o denunciante se qualifica: — “Bernardo Pimentel disse ser cristão velho natural de Lisboa, filho de Agostinho Caldeira, veador do senhor Dom Antônio Prior do Crato e de sua mulher Dona Beatriz Botelho, defuntos de idade de quarenta anos pouco mais ou menos, casado com Dona Custódia de Faria, meia cristã velha, *morador no seu engenho de Matoim*” (*Denúncias*, pág. 487).

Esta declaração de “seu engenho de Matoim” e o dizer no curso da denúncia ter visto “na sua igreja da sua fazenda ao vigário dela Frutuoso Álvares” casar alguém, mostra que então era seu o engenho de Matoim, que fora do sogro Sebastião de Faria. Frutuoso Álvares na sua confissão (29 de julho de 1591) se declara: “vigário de Nossa Senhora da Piedade de Matoim”, (*Confissões* — pág. 23).

Na confissão (24-1-1592) de João Rodrigues Palha (o pai de Fr. Vicente do Salvador) ele se diz “lavrador na freguesia de Nossa Senhora da Piedade no engenho de Bernardo Pimentel” (*Confissões* — pág. 158). — Na confissão de Custódia de Faria, ela se qualifica: — (31 janeiro-1592) “meia cristã-nova, natural de Matoim, desta Capitania, filha de Bastião de Faria, cristão velho e de sua mulher Beatriz Antunes, cristã-nova, casada com Bernardo Pimentel de Almeida de idade de vinte e três anos, moradora no seu engenho de Matoim” (*Confissões* — pág. 171). No correr desta confissão ela faz referência à “igreja de Nossa Senhora que está ora na fazenda dela confessante” (pág. 172). — Por sua vez, Beatriz Antunes, na sua confissão (31-1-1592) diz ser “mulher de Bastião de Faria cristão velho morador no seu engenho de Matoim” (pág. 173) — Varnhagen diz que Bernardo Pimentel de Almeida era sobrinho do Governador Luís de Brito, que lhe deu a capitania-mor de uma frota de doze navios que, com ele governados, em setembro de 1575, com a mais luzida gente da cidade partiu para conter o gentio em Pernambuco e Paraíba. A frota dispersou-se. O Governador voltou à Bahia. “O Capitão do mar, seu sobrinho, arribou a Pernambuco com algum navio mais, e cansado de esperar regressou por fim também à Bahia (*Hist. Geral*, I, págs. 461/462) — Ver a nota a Varnhagen — de Garcia (*id.*, pág. 342).

Antônio da Rocha Pita — À pág. 108 do livro de Luís da Câmara Cascudo — *História do Rio Grande do Norte* — Ministério da Educação e Cultura — Serviço de Documentação — Rio, 1955, lê-se: “Logo a 14 de dezembro de 1701 El Rei aprovava a proibição

feita pelo Governador de Pernambuco, que os 40 vaqueiros de Antônio da Rocha Pita, um sesmeiro baiano, expulsassem da ribeira do Açú os moradores nas terras onde pretendiam situar fazendas. O Rei ordenou que a terra fosse demarcada e medida para saber-se exatamente o domínio do latifundiário fazendeiro. Por 1733 os Rocha Pita Antônio e o Coronel Domingos Gonçalves da Rocha Pita estavam na ribeira do Apodi, sítio dos Albuquerque, Pau dos Ferros, Conceição, São Miguel, Passarinho. Campo Grande, Santiago, sítio da Telha, Passagem, Aroeira, Santo Antônio, Cachoeira, São João, etc.”

Na planta que logo atrás anotei há, na cidade, uma legenda “Aguada de Gabriel Soares” entre os sítios do Forte de S. Diogo e a Cidade Baixa. Corresponde à fonte do Gabriel e sua levada até a beira do mar. Água que até bem pouco tempo descia com ruído de cascata e alimentava os chafarizes e jogos d’água do Unhão. Havia mesmo, ao tempo da Guerra Holandesa um “Porto de Gabriel Soares”. Na *Relação Diária do Cerco da Bahia* de 1638 por Pedro Cadena de Vilhassanti, à pág. 34m na narrativa do dia 28 de abril de 1638 lê-se: “Veio uma barcaça e umas lanchas à terra a um Porto que se diz de Gabriel Soares, que é entre o Forte de S. Diogo e esta Cidade, para nos impedir o comércio dele a ela, estávamos prevenidos com uma peça de artilharia e mosquetaria. E os servimos de maneira que não tornaram mais a terra”. — Esta passagem nos sugere que a casa de Gabriel Soares seria no seu Porto, sítio de utilidade como porto e aguada e ameno e agradável para vivenda, ensombrado de grandes árvores, com a frescura das grandes águas tombantes. Aí depois se levantou a capela, ou já existiria. Depois veio aos Garcia d’Ávila e Pires de Albuquerque encapelado ou morgadio. — A fonte, a “aguada de Gabriel Soares” era uma das que, da encosta para o mar, abasteciam os moradores e os navios. Fonte da Vila Velha, Fonte do Gabriel, Fonte do Pereira, Fonte de Água de Meninos ou do Rosário.

Rocha Pita — Antônio — vide *Rev. Inst. Hist. Rio Grande do Norte*, vols. XI, XII, XIII — pág. 154.

Crises — 1812: “Pelas últimas notícias que aqui chegaram nos periódicos sabemos que Mr. Benjamin Delessert levantou uma grande fábrica de açúcar de beterraba em Passy e que Bonaparte foi ver este estabelecimento, observando tudo com muita miudeza, testemunhando a sua satisfação ao tal Benjamin, a quem deu em prêmio a decoração da Legião da Honra, e dando mil parabéns à

França de não carecer daqui em diante do açúcar das Colônias...” (*Idade de ouro do Brasil*, n.º 44 — 2 junho 1812).

De 1663 a 1667: O Conde de Óbidos viu anulados os seus esforços com a horrível epidemia de varíola que fez terríveis estragos, seguida de uma fome assoladora por falta de braços para a lavoura. O ano de 1686 trouxe outro grande entrave às classes conservadoras, a grande epidemia a que se deu o nome de “*Bicha*” (Borges de Barros — *An. de Arq. Públ. da Bahia*, vol. 14, pág. 8 — Verificar e ampliar com Accioli Brás, Rocha Pita, etc.).

Agonia e morte do Bangüê: “O tempo tem corrido muito favorável, e me consta que as canas estão muito desenvolvidas. Deus permita para que se possa aproveitar o bom preço que ainda dará o açúcar na próxima safra” (Carta de F. Horta ao Barão de Cotegipe — 28 janeiro 1877). — “O tempo tem sido proveitoso para plantações, pela chuva moderada que tem havido e calor próprio da estação. Soube que seus engenhos têm grandes safras e que o da Freguesia se acha com dificuldades de condução, e por isso no risco de perder grande parte” (Carta de F. Horta ao Barão de Cotegipe — 26 outubro 1883). — “Há falta de carros para acelerar a moagem do Freguesia, ouvi do Estêvão que lá esteve dois dias, o qual me disse que o feitor já tinha reclamado por mais de uma vez. Em conversa com o Japiáçu disse isto e este me disse que o Conde (Pereira Marinho) lhe havia dito não estar disposto a fazer adiantamentos, estando as propriedades entregues a maus feitores; é sobre o assunto o que lhe posso comunicar para governo de V. Exa. Disse-me o dito Estêvão (Vaz Ferreira?) que a safra será muito grande se moer-se com prontidão, mas não como vai; porque não dando os carros quantidade suficiente de canas é preciso carrear-se 2 e 3 dias para então moer-se etc.” (Carta de F. Horta ao Barão de Cotegipe — 14 de novembro de 1883).

Lenhas: Em 1620 muita parte das lenhas consumidas pelos engenhos vinha de Jaguaripe. Num arrazoado do Provincial dos Jesuítas, Padre Simão Pinheiro, contra a mudança de índios que lhe estavam aldeados em Cirigipe, para Jaguaripe de onde tinham vindo, aquele padre prometia, se os índios e escravos de Jaguaripe “se amotinam para não fazer as lenhas para os engenhos, eu mandarei dar índios bastantes para as fazerem” (Livro Primeiro do Governo do Brasil — 1607-1633 — Ministério das Relações

Exteriores — 1958 — pág. 309) — No Regimento dado ao Dr. Antão de Mesquita 29-6-1620 para devassa do procedimento do governador D. Luís de Sousa, o Rei mandava que inquirisse sobre “se fez guardar as matas para benefício dos engenhos” (Id., pág. 363).

Crises — *Preços*: Num documento, cuja data parece ser 1607, se diz: “havendo crescido en demasiada cantidad los ingenios de asucar se labran tantos que no teniendo saca en Portugal vien en a valer tanto menos de lo que le cuestan a los labradores y Señores de ingenios que llegando cada arroba de asucar a veinte Reales, mas, lo venden en el Brasil por quinze Reales menos” (*Livro Primeiro do Governo do Brasil* — 1607/1633 — pág. 47).

Preços: Em 1607 (?) — ver *Livro Primeiro do Governo do Brasil* — págs. 34, 35 — em 1627 — “acure branco . . . mascavado a panela a preços de 1500rs. 900 e 600 que comumente valem” — Id., pág. 326.

Crises: “Os portos mais freqüentados desta Costa (que são Pernambuco e Bahia), onde se achavam 80 e 100 navios, hoje vagos com dois ou três e muitas vezes nenhum, por virem todos a poder do inimigo, causa de ficarem estes anos os açúcares represados, com grande detrimento de todo o Reino” — 1627 — id., pág. 320 — id., pág. 69.

Caixas — 1607 (?): “cada navio destes o menos que traz um por outro são 400 caixas de açúcar afora as outras drogas. Estas 400 caixas umas por outras têm 18 arrobas cada uma, com que cada navio traz 720 arrobas”. Id., pág. 36.

Produção — 1607 (?): id., pág. 34; 1627 — id., 316.

Favores e restrições: Privilégio da integridade e moratória — id., pág. 69; se desfabricam (1607) (?) 9 a 10 engenhos na Bahia id., pág. 69.

Pagamentos em açúcar: id., pág. 69.

Impostos — 1619: id., págs. 262, 276, 288.

Senhores de Engenho na Bahia em 1619: id., 277 — entre muitos, Mateus Lopes Franco.

Engenho de Maré — 1624: “Cosmo de Peixoto morador no seu engenho de Maré, termo desta cidade e da governança dela, de idade que disse ser de quarenta e sete anos pouco mais ou menos” — id., pág. 397 — *Engenho de Paraguaçu*: “Belchior Brandão, morador no seu engenho de Paraguaçu, termo desta cidade, de idade que disse ser de cinquenta anos pouco mais ou menos...” id., pág. 399 — *Engenho em Itaparica*: “Sebastião Pacheco de Castro, fidalgo da casa de Sua Majestade, morador no seu engenho que tem na Ilha de Itaparica, termo desta cidade, que disse ser de cinquenta e quatro anos pouco mais ou menos” — id., pág. 401.

Manuel Rodrigues Sanches era morador na cidade e tinha então 45 anos pouco mais ou menos, quando depôs como testemunha da devassa relativa ao Governo de D. Luís de Sousa em janeiro de 1624. Diz que “de trinta e dois anos a esta parte que há que ele testemunha está nesta Capitania” e havia sido “contratador nesta capitania” (id., págs. 315/396).

Gado: Desde cedo se caracterizou Sergipe e a região nordestina da Bahia como própria à criação de gado e deste fornecedora aos engenhos da Bahia. No “Livro que dá Rezão do Estado do Brasil — 1612” se lê, ao tratar da capitania de Sergipe: “esta capitania é muito proveitosa aos engenhos e fazendas de Pernambuco e da Bahia, para as quais vai todos os anos muito gado, assim para comer como para serviço; criam-se nestes pastos muito boas éguas e bons cavalos, que dos do Brasil são os melhores”. — Lembrar que nos inventários antigos de senhores de engenho aparecem as “fazendas do sertão”, no nordeste, no Piauí, e em Sergipe (Vila do Lagarto etc.). Os sesmeiros de grandes terras para criação de gado dificultavam o povoamento dos sertões, não dando terras para plantações e feitura de fazendas — “querem a terra sem gente para bem de seus currais”. (*Livro que dá Rezão* etc.).

Produção e transporte — “No dito Estado (Brasil) saem cada ano de quinhentas para seiscentas mil arrobas de açúcar, fora o pau-brasil de Sua Majestade, as quais todas se carregam à formiga em navios mancos a que pagam fretes e avarias mais de cento e setenta mil cruzados” (*Livro que dá Rezão do Estado do Brasil*).

Crise — Produção e preços — princípios do século XVIII: “Naquela mesma época [1701-1702-1703] as relações de comércio [da Inglaterra] com Portugal atravessavam, por seu lado, uma fase de desajustamento. O açúcar e o fumo do Brasil que, desde o início do século XVII, constituíam os dois itens de maior importância do intercâmbio entre as duas nações, passaram a sofrer a concorrência dos similares procedentes das colônias britânicas, protegidos pelas Leis de Navegação. O fumo foi logo desbancado pelo seu concorrente da Virgínia, mas o açúcar ofereceu ainda alguma resistência. “O produtor brasileiro utilizando-se de terras baixas e fáceis de serem tratadas, empregando, no cultivo da cana, negros escravos, bois e cavalos e transportando o seu produto por água e moendo-os pelo mesmo processo — requisito dos quais os produtores ingleses não poderiam dispor, ou era dispendioso — conseguiu produzir o açúcar por um preço inferior em 30% ao do produto procedente das colônias britânicas” (Alan K. Manchester — *British Preeminence in Brazil* — pág. 22).

Essa situação de superioridade de que desfrutava o açúcar brasileiro não era do agrado, e nem poderia ser tolerada pelos monopolistas ingleses. Com o auxílio das Leis de Navegação, a Inglaterra passou a incrementar a produção nas suas colônias e dentro em pouco, o maior e o mais importante artigo de exportação de Portugal era liquidado e posto fora do mercado (Caio de Freitas, *George Canning e o Brasil*, vol. I, pág. 106, Brasiliana — vol. 298, Comp. Edit. Nacional, São Paulo, 1958).

Um inventário que durou 36 anos: Em dezembro de 1894 cada um dos filhos do Barão de Cotegipe recebia 500\$000, quinhão no inventário e partilha dos bens de Lançarote Pita.

Preços: “. . . libras esterlinas, que ao câmbio de 23 por 1\$000 representa cada uma delas a soma de 10\$406”, metade de uma pipa de mel vendida em Santo Amaro depois de pago o frete da cavalaria e descontadas as faltas e quebras do costume”. (Carta do Barão de Muniz de Aragão ao Conde de Subaé — 23 de dezembro de 1887).

Preços: Numa conta extraída dos Livros de João Luís Ferreira — fins do século XVII e princípios do século XVIII, um fragmento de autos de uma demanda (1703) de Miguel Calmon de Almeida contra Ana de Negreiros (papéis histórico-genealógicos — Calmon da minha coleção): 1684 — 17 de janeiro — “que lhe emprestei

uma caixa de mascavinho com 30 arrobas a 580 — 17,400 — Fecho de branco com cinco arrobas no camalho (ou carnalho) pequeno e 1160 — 5800 — 28 de maio — no Trapiche Novo uma caixa de branco batido com 34 arrobas a preço (?) de 900 rs. que ambos fizemos — importa 30.600 rs. uma caixa de branco na caldeira com 34 arrobas a 1.160 — 39.440\$. Outros lançamentos de branco 1.160rs. a arroba 1.687 — mascavo a 580rs. — branco a 960rs. branco a 1.600 a arroba”.

Escravos: No mesmo documento, preços de escravos — um moleque 50\$, — cria 26\$600 — uma negra (em praça pública 32\$160 — um negro 50\$, — um moleque 50\$).

Jesu, estavam quietos — (pág. 67 texto e notas) — No “Livro das Pessoas que foram sentenciadas pela Inquisição” Cód. 886 (XVII — 30) fl. 387-393v há referência ao auto-de-fé celebrado na Ribeira de Lisboa a 3 de agosto de 1603, na qual foram condenadas por judaísmo. . . “Beatriz Antunes, cristã-nova, natural de Lisboa e moradora na Bahia; D. Leonor, irmã da sobredita, cristã-nova, mulher de Henrique Munis Teles, natural e morador no Brasil” — Referência in — Virginia Ráu e Maria Fernanda Gomes da Silva — *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes/ao Brasil/* — 1955 — publicação da Universidade de Coimbra — vol. I — pág. 9.

Neste livro — “Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval” há vários documentos que interessam a vários capítulos da *História de Um Engenho*; a saber — *preços:* vol. I, págs. 282, 290, 326, 387, 401, 476, e vol. II, págs. 370, 377, 378; *privilégios:* vol. I, pág. 340 e vol. II, pág. 289; *escravos:* vol. I, pág. 348; *cavalaria:* vol. I, pág. 288; *crises:* vol. I, págs. 287, 290, 337, 356, 451 e vol. II, págs. 289, 337, 344, 370, 377, 378; *Antônio da Rocha Pita* — esta referência está no vol. II, pág. 387 e é passagem de uma longa exposição do Pe. Antônio de Sousa Leal, missionário do Brasil, em que dá conta, segundo ordem de El Rei, de todos os agravos feitos ao gentio nas capitânicas de Pernambuco e Piauí, onde estivera 17 para 18 anos junto de várias nações: — “Em 1711 mataram quatro tapuias Geicós na Ribeira do Canindé do Piauí, um mulato que os maltratava, fugindo em seguida com as suas famílias para os matos. Imediatamente um filho de Antônio da Rocha Pita, da Bahia, e um Antônio, ou Manuel, Ferreira juntaram

uma tropa de brancos e negros dos currais e, em vez de seguirem os delinqüentes, foram para muito longe cercar o coronel Alexandre Rebelo e outros tapuias inocentes que ele conservava à sua porta”.

Sobre o terremoto e o “gigante”, e existência de carvão-de-pedra em Freguesia procurar Baltazar da Silva Lisboa, “Relatório, dando notícia científica da existência e condições de ferro encontrado nos riachos de Bendeijo [Bendengó?], cabeceira do rio Cachoeira, e do carvão-de-pedra da mina descoberta no rio Cotegipe em 1813. Não sei onde foi publicado, nem mesmo afirmo que o fosse”. (Sacramento Blake).

Proibição de levantar engenhos: Leia no livro de Daniel de Carvalho, *Novos Estudos e Depoimentos*, Livraria José Olympio, 1959, o seguinte: “A carta régia de 18 de novembro de 1715, ao Governador D. Brás Baltasar da Silveira, ordena-lhe que proíba a construção de novos engenhos de cana na Capitania de Minas Gerais, porque se serviam de grande número de negros que deviam ser utilizados na extração do ouro”. No mesmo sentido são as ordens régias de 26 de março de 1735 e 12 de junho de 1743, citadas por Pizarro. É impedido até o levantamento de engenhocas — em nota se cita Pizarro, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, vol. 8.º, pág. 278.

O trecho vem à pág. 25 do livro de Daniel de Carvalho.

O Barão de Cotegipe tinha orgulho dos açúcares que fabricava. Assim é que os mandou à Exposição Internacional de Viena de 1873. Na publicação — “Resumé du Catalogue de la Section Bresilienne a l’Esposition Internationale à Vienne en 1873 — Vienne — Ediction de la Section bresilienne” — lê-se à pág. 16: — “Baron de Cotegipe — Bahia — a) Sucre purifie avec de la terre glaise — b) sucre blanc — 2e. espèce”.

Data na portada da capela (ruínas em 1959) do Engenho São João (vizinho ao Engenho Freguesia) — 1663.

Data inscrita na capela do Engenho Pitanga em Santo Amaro (foi de Magalhães Castro?) — 1732.

Data inscrita nas ruínas da capela do Engenho Colônia em Santo Amaro (atualmente — 1960 — Usina Santa Elisa).

Procurar a ordenança real que “regulamentou a indústria açucareira” em Portugal em 1498.

Crises — produção — preços: Ver discurso do deputado Coelho e Campos — sessão 8 agosto 1887, pág. 363 dos Anais, vol. VI (apêndice).

Crises — 1799/1800: “... empate que tem tido em Lisboa a safra do Brasil no ano passado, o que tem desanimado bastante os comerciantes desta Praça, e de que resultará perda considerável a não ter havido exportação para os Portos Estrangeiros os mesmos gêneros”. (Carta de D. Fernando José de Portugal a D. Rodrigo de Sousa Coutinho — de 9 de maio de 1800 — Arquivo do Estado da Bahia — carta n.º 24 — págs. 24 e 25 do Liv. 6. Est. 1 — Prat. 9 — apud Pinto de Aguiar, *Bancos no Brasil Colonial*).

Escravos: A carta régia de 15 de abril de 1801, dirigida pelo Príncipe Regente a D. Fernando José de Portugal, publicada em nota a Accioli por Brás do Amaral, vol. III, págs. 24 a 28, planeja uma modificação no sistema fiscal no Brasil, especialmente na Bahia, estabelecendo uma distinção interessante entre qualidades de escravos. Sugere uma taxa mais elevada sobre os “escravos que servem a seus senhores, não nas roças e nas culturas das terras, mas, sim, na cidade da Bahia”. E diz o que se “deve entender por *escravo de luxo*”, pois deveis tirar a linha de separação, considerando *de luxo* todo aquele que em alguns dias do ano vem servir seu senhor na cidade; e por escravo destinado à cultura aquele que, “trabalhando no campo, não vem nunca à cidade”.

Escravos: No sermão de Vieira, da quarta domingo da quaresma, pregado na Matriz de São Luís do Maranhão em 1657, lê-se: — “É pecado geral do Brasil deitar a moer ao dia santo. Deus deu à terra um dia na semana para descansar; vós não quisestes que descansasse, e louvasse a Deus um dia; pois descansará agora toda a semana e todo o mês, e todo o ano e tantos anos. Senhores, por que cuidais que vos morrem as peças? Por que cuidais que vos fogem e desaparecem? Por que cuidais que se arruinam e desfabricam, e estão feitos taperas tantos engenhos? Eu vo-lo direi: por descuido e pouco zelo desta capitania. Não mandais o vosso escravo ao domingo à Igreja? Pois que faz Deus? Já que vós não obedecis ao meu preceito, e não o quereis que o vosso escravo

venha um dia na semana à igreja, eu vo-lo matarei, e virá estar toda a semana no adro. Sabeis o que fazem ali os vossos escravos? Estão para ouvirem as missas, que vós lhes não fizestes ouvir. Por cobiça de lavar e granjear mais, mandastes trabalhar o vosso escravo ao dia santo? Que faz Deus? Deixa-o fugir para o mato, e que nunca mais apareça; e agora anda folgando sete dias na semana, porque vós não quisestes que descansasse um só. Por fazer as seis tarefas redondas, mandastes deitar a moer ao domingo à tarde; e Deus que fez? Dispõe que tendes tais perdas no mar e na terra, que não possais sustentar a fábrica, e que não moais nem uma só tarefa. Sabeis o que faz agora a tapera do engenho? Está guardando os dias santos, que seu dono lhe não deixou guardar.”

Crises: No sermão acima citado testemunha Vieira: “perguntamos aos nossos vizinhos da Paraíba e de Guiana, quanto há que se não cultivam as suas canas, e que não moem os seus engenhos? Pois que é isso? É que estão agora as terras e os engenhos guardando os dias santos, que seus donos antigamente lhes não deixavam guardar.”

Comissários de açúcar: “... cada um dos comerciantes desta Praça, em particular de uma caixa [banco], ou fundo de cada um dos lavradores; por consistir o comércio da Bahia em suprir aos do tabaco e açúcar, geralmente de todos os gêneros, dinheiro, fazendas e escravos, recebendo em seu pagamento as colheitas e trabalhos dos mesmos lavradores, havendo comerciantes que assistem a trezentos e quatrocentos lavradores de tabaco e a doze, quinze, vinte e mais senhores de engenho”. (Carta de D. Fernando José de Portugal ao Ministro Rodrigo de Sousa Coutinho, de 9 de maio de 1800 — Arquivo do Estado da Bahia — Carta n.º 24, págs. 24 e 25 do Livro 6, Est. 1, Prat. 9 — *apud* Pinto de Aguiar, *Bancos no Brasil Colonial*, pág. 46).

Lenhas e fornalhas: outros inventores — Veja o livro de Brás do Amaral baseado aí nas falas dos Presidentes da Província — “Do Império à República” à pág. 166: — “em 1847, por iniciativa do [2.º] Barão de São Francisco, foi tentada a introdução de alguns melhoramentos na fabricação do açúcar, os quais já se haviam experimentado na ilha de São Vicente, das Antilhas. A este respeito o Cônsul do Brasil em Berlim, João Diogo Sturtz, havia aconselhado preferível o método novo ao geralmente usado aqui, principalmente

em virtude da economia de braços, o que era questão importantíssima, à vista da diminuição dos escravos africanos que resultava das leis repressivas do tráfico. Além desta vantagem era melhor o fabrico do açúcar. Por estas razões pôs o governo 400 libras esterlinas à disposição daquele cônsul para a compra da máquina”.

Cristóvão da Rocha Pita — bandeirante: Serra da Borracha — 1783 — ver Accióli e Brás, *Memórias Históricas da Bahia*, vol. VI, pág. 149.

Terremoto Freguesia: — id., pág. 141.

Lavoura e Produção: Ver “*A cana-de-açúcar*” — série de artigos no *Diário da Bahia* e no *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro n.ºs 202, 204, 214, 216, 271 de 1866 e outros de 1867 (Sacramento Blake) da autoria de Dionísio Gonçalves Martins.

Utum, São Jerônimo de Utum: pág. 13, nota 2. Na edição espanhola de Gabriel Soares, edição de Cláudio Ganns à pág. 122 no lugar em que Varnhagen diz *Aratu* se diz *Utum*. Não há São Jerônimo de Utum como alvitrei, mas se diz — “hay otra Rivera que se llama Utum en la qual Sebastian de Faria tiene construido um Sobervio Yngenio . . . con una Yglesia de San Geronimo, todo de piedra y cal. . .”

Descrição poética de um engenho — O Engenho da Conceição em Itapagipe (Penitenciária). — Títara no poema *Paraguaçu*, depois de descrever uma investida dos portugueses nos arredores da cidade sitiada, e a reação vitoriosa dos brasileiros, diz que voltando de Pirajá os lusos incendiaram o Engenho da Conceição ótima fábrica, propriedade do negociante baiano Antônio Vaz de Carvalho, engenho de que, quando o poeta compunha seu poema “apenas existem algumas paredes, que ainda denotam sua magnitude e préstimo”. No canto 8.º a finir canta Títara: “E a cinzas tornam fábrica estendida. / Manancial de fartura, que prestava, / Dò melífero suor, ânno estilado. / mil cândidos cabuchos, de onde safra. / do dono vinho de valor enorme; / Ao dono que seu crime é ser baiano exclama / Em amplitude tal, quanto em estima. / D’equóreo braço às bordas, franco sempre, / Mais preço tinha a granja: um dos muros / Milha quiçá distante, mole aguaria / Volteava-lhe abundosa os rijos prelos / Que rápidos se atuam, premem lesto, /

com estufado dente, haste arundina. / Seu dispêndio é menor, tem mais presteza, / Que quantos (modo usual) vigor e equisso ou tardo boi pesado, a agitar sua". *Rev. Inst. Hist. Bahia*, vol. 49, pág. 140.

Antônio da Rocha Pita: "Agora os irmãos [da Santa Casa da Misericórdia da Bahia] não se contentavam com a pedra de cantaria; queriam mármore brilhante, que chamasse mais a atenção. Foi com esse intento que um "barão" da fidalguia rural do Recôncavo, enriquecido com o ouro branco da cana-de-açúcar — Antônio da Rocha Pita — quis imortalizar seu nome quando provedor da Santa Casa, mandando buscar mármore polícromo para revestir a escada de acesso ao segundo pavimento do claustro e o salão nobre, caminho dos que iam participar da reunião da Mesa. Mas quando veio o material, o rico senhor percebeu que saía mais caro do que esperava, e que suas finanças não permitiam mais a extravagância de pagar mão-de-obra para colocar tal mármore. Ia custar-lhe a glória, mas viu-se obrigado a desistir. Novo provedor, o bandeirante baiano Pedro Barbosa Leal, resolveu que a escada fosse colocada por conta da Santa Casa. . ." (Carlos Ott, *A Santa Casa da Misericórdia / da Cidade do Salvador / Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / N.º 21 / Rio de Janeiro / 1960 — págs. 59/60*). Ver também pág. 154 — documentos sobre o assentamento da escada "que havia vindo do Reino". Cuidava-se do assentamento em setembro de 1704. Um documento (de 1705) diz — "escada de pedra que veio do Reino, que deu o Provedor que foi Antônio da Rocha Pita" (pág. 155).

Crises — preços — escravos — pagamentos em açúcar: Docs. Hist., vol. XXXIII, págs. 430/440.

Preços de açúcar: Vide *Correio da Bahia* (B.N. Obras Raras, pág. 19, I, 18) de 21 janeiro 1829 — id. 27 jan. 29, 4 jan., 29 jan., 16 fev., 9 e 29 mar., 6 ab. 29, — quadro grande com preços de muitas outras mercadorias — id. 16 out. 1829.

Preços de açúcar — 1734: 1.002 caixas de açúcar branco, no valor de — 1:282\$560 — "à razão de 1.280 réis, no ano de 1734 para 1735". — Pagamento a artífices e operários pela mesa da Santa Casa da Misericórdia da Bahia — (Vide Carlos Ott, *A Santa Casa da Misericórdia, da cidade do Salvador*, págs. 73 e 178).

Pagamentos em açúcar: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia fazia muitos pagamentos de obras e trabalhos de artífices em caixas de açúcar. Ver Carlos Ott, *A Santa Casa da Misericórdia...*, págs. 73, 169, 170, 172, 174, 175, 178, 183.

Conde de Passé e a Sabinada: Sacramento Blake num de seus escritos sobre a Sabinada (*Rev. Inst. Hist. Brasileiro* em 9 nov. 1887 — tomo L, págs. 177-95), querendo assinalar que muita gente boa da Bahia foi simpática à revolução, diz que o governo contra-revolucionário “recorria aos homens mais importantes de todo o Recôncavo, para que auxiliassem a causa da legalidade com seu contingente”. E acrescenta: “um destes, a quem o governo pediu auxílio foi Antônio da Rocha Pita e Argolo, sogro do atual presidente do conselho de Ministros, o Barão de Cotegipe, o 1.º Barão, depois 1.º Visconde e ultimamente Conde de Passé, e um dos fazendeiros mais abastados do Brasil. E Argolo, a quem não custava oferecer 600 homens para o referido exército, apresentou 60 homens, proferindo nesta ocasião as seguintes memoráveis palavras, no engenho Periperi, propriedade do Visconde da Torre: “Dou esta gente, não porque não adote a revolução, que acho boa, mas porque não quero ser governado pelo Dr. Sabino”. Invoca testemunho presencial, consta então na Corte, mas cujo nome não cita. — *An. Arq. Públ. do Estado da Bahia* — Sabinada — vol. I, pág. 65.

Podia o futuro Conde de Passé ter tido esta expansão no início do conflito, mas o que é certo é que foi um dos grandes elementos da reação legalista, tanto através de contribuições materiais e de gente para as fileiras, como na sua presença de combatente em vários pontos e encontros da campanha. Veja as notas que tomei. — “O Conde de Passé e a Sabinada”.

Empréstimos: A Santa Casa da Misericórdia funcionou, com outras confrarias e ordens religiosas, como banco. Estas instituições de caridade ou de devoção recebiam doações e legados em dinheiro, que davam a juros, especialmente a senhores de engenho, não raro com a garantia de hipoteca dos engenhos. O folheto — *Atribuições da Misericórdia da Bahia / no século XVIII* / Coimbra Editora Limitada — 1950 — uma comunicação ao 1.º Congresso de História da Bahia em 1949 (foi publicada nos Anais?) é uma apresentação de documentos — o primeiro datado de 30 de maio de 1712, sobre dificuldades e necessidades da Misericórdia e o segundo datado de

1.º de junho do mesmo ano com certidão sobre o patrimônio da Misericórdia e outros, um destes relação minudente do aludido patrimônio em 1714 ou 1725. Nesta relação aparecem senhores de engenho que haviam tomado à Misericórdia dinheiro a juros a 6 e 4%, e também fiadores de alguns devedores. O Capitão *Antônio Gonçalves da Rocha* (fiador); Capitão Mateus de Góis e seu irmão Felipe de Góis (fiadores); o Dr. *Miguel Calmon de Almeida* (fiador); o Coronel *Manuel de Araújo de Aragão* devedor de 7:073\$680, seus fiadores D. Isabel Maria *Guedes de Brito* e Capitão Francisco de Araújo de Aragão; *Antônio da Rocha Pita* fiador e principal pagador de 1:000\$ de Baltasar de Vasconcelos; *Antônio da Rocha Pita* fiador de Cristóvão da Costa Dória — 2:233\$880; *Cristóvão da Rocha Pita* fiador do Sargento-mor José Batista de Carvalho — 1:400\$; *Simão de Afonseca Pita* fiador de Seráfico Serqueira de Amorim — 1:600\$; o coronel *Luis da Rocha Pita Deus Dará* devedor “como comprador do casco do engenho rematado a Antônio Cavalcanti” a pagamento 6:400\$; *Lourenço da Rocha Pita* devedor de 2:170\$610 sendo sua fiadora D. Maria de Brito Cassa; o Capitão *João Lopes Fiúza* fiador de D. Maria de Aragan — 1:470\$720; o Coronel *Antônio Ferreira de Sousa* fiador de Cosme de Moura Rolim — 1:774\$060; o Capitão João Lopes Fiúza fiador do Coronel José Alves Viana; o Capitão *Antônio Gonçalves da Rocha* fiador do Capitão *João de Brito Lima* — 2:800\$; D. *Luisa Florião* devedora seu fiador o Capitão Simão de Sá de Avelar 200\$; o Coronel *Egas Munis Barreto* por execução 2:449\$050; *Miguel Teles Barreto* comprador do engenho de *Luis de Sousa Orasto* — que hoje é de D. *João Mascarenhas* — em preferências — 2:133\$320; *Paulo de Argolo* fiador de *Domingos Soares da França* — 2:148\$600; *José de Argolo de Meneses* fiador de D. *Mônica de Meneses* viúva de Antônio Barbosa — 1:600\$000; o Capitão *Antônio Gonçalves da Rocha* fiador de *Domingos Ferreira Leite* — 200\$; os Capitães *Antônio de Brá* e *Sebastião de Brá* fiadores do Padre e Licenciado Antônio Dourado, 600\$; o Capitão *Antonio de Brá* fiador do Capitão *José de Góis Sequeira* — 1:300\$; o Capitão *Antônio de Brá de Araújo* devedor 1:600\$, seus fiadores o Capitão *Antônio Gonçalves da Rocha* e Capitão *Sebastião de Brá* e o Padre Antônio Dourado; o Capitão *José de Góis Araújo* hoje seu genro o Capitão *Sebastião de Brá Araújo* — 712\$900; o Capitão *José de Góis de Araújo* com hipoteca em sua fazenda em Cotegeipe que se perdeu e teve nada 600\$; o Capitão *Mateus Góis de Araújo* por seus antecessores *Antônio da Costa Andrade* — 100\$;

o Capitão *Antônio de Brá Araújo* fiadores o Capitão *José de Góis Sequeira* e Capitão *Mateus de Góis* — 643\$340; *Simeão de Araújo de Góis* e sua Irmã *D. Apolônia de Araújo de Góis* como herdeiros de seu irmão o Coronel *Sebastião de Araújo de Góis* — 1\$000; o Capitão *Gaspar de Araújo de Azevedo* por dívida de seu irmão o Capitão *Francisco de Araújo de Azevedo* — 3:000\$; *Antônio da Rocha Pita* fiador de *João de Góis Barros* com sentença fora — 590\$260; os herdeiros do Capitão *João Vanique* com segurança em uma fazenda em Marapê e com assaz diligência se acha bem mal amparada — 1:200\$; os herdeiros do Coronel *Cristóvão Cavalcanti e Albuquerque* com segurança na fazenda da Patatiba — 3:000\$400; o Secretário de Estado *Gonçalo Ravasco Cavalcanti e Albuquerque* — 5:600\$ de compra da fazenda de Cotegipe, doada a esta casa por Isabel da Costa, executado nos pagamentos do engenho que lhe rematou um credor — 6:700; o Capitão *André Marques* devedor de 2:000\$; os herdeiros de *Juliana de Almeida* fiador o Sargentomor *Francisco Calmon* — 600\$; *José de Góis Sequeira* fiador de *Amaro Ferreira Vilas Boas* — 600\$; *Antônio de Araújo Góis de Sequeira* com hipoteca nos seus bens, que são as fazendas de Itaparica e engenho de Cotegipe — 4:828\$900 (a Relação de renda e despesa etc. é assinada pela Mesa — Provedor Antônio Gonçalves da Rocha — 10 de julho 1725).

Favores e restrições: No seu trabalho: “A Capitania da Bahia (Subsídios para a história de sua colonização na segunda metade do Século XVII)”, o Sr. José Pinheiro da Silva (*Rev. Portuguesa de História*, tomo VIII, Coimbra, 1959, pág. 179) cita um alvará de D. João IV, datado de 10 de fevereiro de 1645 (Arquivo Histórico Ultramarino caixa n.º 9), que determinava que em todas as terras para o efeito boas se fizessem engenhos dentro de cinco anos. “Como, incitamento davam-se vantagens especiais a quem os construisse: as terras seriam declaradas devolutas expirados que fossem os referidos cinco anos e dar-se-iam de sesmaria a quem as pedisse para engenhos, dentro de outros cinco anos. Tal foi recebido com geral aplauso dos moradores da Bahia, tendo havido, mesmo, desusadas manifestações de alegria. Era Governador Geral Antônio Teles da Silva” (pág. 179).

— à p. 179/80 o autor cita “um abaixo assinado que os mais grados habitantes da Capitania da Bahia mandaram a El Rei D. Afonso VI, sobre a conveniência que havia de não se proibir a

construção de mais engenhos” (Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia — caixa n.º 9).

— à p. 181 alude a um Relatório do Dr. Sebastião Cardoso de Sampaio, encarregado de fazer diligências na Capitania da Bahia — diz que aí havia 130 engenhos em 1675 (Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia — caixa n.º 13).

— à p. 182 refere-se à consulta de 13 de fevereiro de 1670 que acusa uma grave *crise em 1669* — grande safra, frota insuficiente — “ruína geral de todos os moradores daquele Estado” [Brasil] (Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia, caixa 12) — À pág. 182 alude à *crise de 1668* — “a peste dizimara os escravos, o gado morrera à míngua de água, que a seca havia sido de tal ordem que houve rios caudalosos de que ficaram somente as notícias”, consoante carta que os oficiais da Câmara da Bahia endereçaram a El-Rei... (Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia, caixa 11).

Ainda à p. 182 regista a *crise de 1681*: “ano de epidemia de bexigas que reputam por peste [os *baianos*], com as quais ficaram as fábricas dos Engenhos e fazendas de canas muito diminutas” segundo o parecer do Conselho Ultramarino com data de 14 de outubro daquele ano. Os efeitos da epidemia prolongaram-se pelos anos seguintes.

No entanto a mesma Câmara do Salvador afirma ter sido a produção açucareira baiana de cerca de 10.000 caixas em 1682. (Arquivo Histórico Ultramarino caixa 14 e Documentos Históricos do Arquivo Municipal de Salvador — 2.º vol. págs. 114-116).

Lavoura e produção: No estudo de José Pinheiro da Silva lê-se à p. 183: — “importava, em tempo normal, a montagem de um engenho em cerca de 20.000 cruzados. E em plena laboração exigia despesas enormes: ‘Quão grandes sejam as despesas de um Engenho, e em particular os desta Capitania [Bahia], é bem notório a todos pois o menos que os Reais hão mister de fornecimento cada ano são seis, sete mil cruzados; e os menores três e quatro. Estes são infalíveis; porque tanto se aparelha um engenho para seis mil pães [fôrmas], como para mil’ — lemos em uma carta do Juiz do Povo e Mesteres da Cidade da Bahia ao Rei em 1660” — (Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia — caixa n.º 8).

Lenhas e fornalhas: No mesmo estudo — à pág. 185: — “de quando em vez apareciam ‘inventores’ a oferecerem-se mediante

vantagens e prêmios, para melhorar a fabricação do açúcar, diminuindo gastos e trabalhos. Eram aperfeiçoamentos que diziam com as almanjarras e rodas de água, ou com as tachas, ou ainda com a secagem do açúcar” (Wanderley Pinho, op. cit., pág. 149). Wanderley Pinho menciona várias tentativas neste sentido, anteriores e posteriores a 1663, data em que houve outra, decerto não referida ainda por historiador algum. — Cláudio Urrey ou Vrrey, domiciliado em Amsterdam, provavelmente um dos proscritos de Pernambuco, disse estar de posse de um invento seu “sobre as moendas dos engenhos do Brasil, com o menor custo em sua fábrica, e com maior rendimento em sua lavoura”. Assim escreveu a Jerônimo Nunes da Costa, “Agente nos Estados de Holanda” de Sua Magestade portuguesa, o qual agente, por seu turno, se apressou a escrever ao seu Rei, enviando-lhe a memória que Urrey lhe remetera. O assunto, como se compreende facilmente, era de sua importância, motivo por que El Rei exarou na carta de Nunes da Costa o despacho do teor seguinte: “Veyasse logo logo no Conselho Ultramarino. E consulte-se-me o que parecer. Em Lisboa, 25 de agosto de 663 (rubrica real)”. — Na memória referida lê-se: — “ Vim a alcançar o segredo para fazer moer um engenho, com muito mais pujança que os que moem com gado, e isto sem água, vento, ou gado, mas somente com que dois negros andem com ele e poderá ser que um só negro baste . . . Admite-se que enquanto a fábrica do engenho: é a mesma que a dos Engenhos de Água que há no Brasil, menos as rodas que o movem que se escusam. E em seu lugar, é necessário este meu artifício, que é o que digo custará aqui £ 550” (moeda portuguesa — 14.400 réis. ‘Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia — caixa n.º 9’).

Lenhas e jornalhas: No mesmo estudo à pág. 186, refere-se José Pinheiro da Silva ao Alvará de 10 de fevereiro de 1645 de D. João IV. Cita ainda uma extensa carta, em 1660, do Juiz do Povo e Mesteres da Cidade do Salvador em que expunha as razões por que se devia interditar a construção de novos engenhos no Recôncavo (Arquivo Histórico Ultramarino — caixa n.º 8). “Sua Magestade não quis tomar medida de tamanha restrição à liberdade industrial e comercial dos seus súditos de Santa Cruz, sem previamente inteirar-se da verdade do que se passava e se o fisco seria ou não lesado. Neste sentido endereçou ao Provedor-mor da Fazenda do Brasil, Lourenço de Brito Correia a carta que publicamos neste volume (cita à pág. 218) — Brito Correia, pela carta de

23 de maio de 1662, existente no Arquivo Histórico Ultramarino, deu conta a Sua Majestade do pedido e afirmou que “o meu Parecer é que proibindo-se fazerem-se engenhos de novo em todas e quaisquer partes que os moradores os quizerem fazer é o maior dano que podem receber ficando impossibilitados do remédio de seu trabalho e indústria e crédito, e a este respeito será o prejuízo a Fazenda Real...” (Bahia — caixa n.º 9). A coroa pede mais informações e afinal toma resolução em 1681 promulgando uma provisão em que determinou que “pela terra dentro do dito Estado do Brasil se não possam fabricar Engenhos em menos distância de...” (como está à pág. 220) — em nota cita a transcrição desta resolução em Andrade e Silva — “Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa” vol. de 1675-1683 e 1641-1683 — pág. 364 — E aí diz: “a ordem para que se passasse a provisão com força de lei em apreço seguiu-se ao despacho como parece. Lisboa 24 de outubro de 1681 (*rubrica*), do Regente D. Pedro, que se acha exarado na consulta do Conselho Ultramarino “sobre o que escrevem os oficiais da Câmara da Bahia, acerca do prejuízo que se segue de se fabricarem pela terra a dentro Engenhos juntos uns dos outros” de 7 de outubro de 1681, e é do teor seguinte: “Sua Alteza manda passar provisão aos oficiais da Câmara da Bahia, para que se não fabrique Engenho algum no Sertão, senão na distância de meia légua de um ao outro. Lisboa 30 de outubro de 1681. André Lopes Lavre” (Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia — Caixa n.º 14).

Lenhas e fornalhas — (Ver pág. 244, nota 7, deste volume) — No mesmo estudo de José Pinheiro da Silva se lê, pág. 188, que Pedro Garcia Pimentel “por 1661 construíra um engenho no trato de terra que possuía em Sergipe do Conde, a uma légua do mar: plantara no mesmo terreno um canal de 1500 pés. Volvidos seis anos sobre a construção do engenho foi o dito Pedro Garcia Pimentel “à instância de Tomé Pereira Falcão e Belchior Brandão” — seus inimigos — notificado a desistir de tudo “com o pretexto de que para a conservação” do Brasil ordenara Sua Majestade que se não fizessem plantações de cana a uma légua de cada engenho, em virtude da carência de lenha. Achando a disposição improcedente neste caso; a notificação fruto da perseguição de seus adversários: não podendo pedir “mais de trinta mil cruzados que despendeu nos ditos canais e Engenho”, solicitou ao monarca a mercê de determinar que lhe não fosse retirado o uso da propriedade, tanto mais

que o prejuízo não era só dele requerente, porém igualmente dos dízimos da Coroa. O pedido foi prontamente satisfeito, como se conclui do despacho lançado à margem da Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de novembro de 1678, da qual tiramos a notícia, contanto que o governador do Brasil apurasse ser verdade o que Garcia Pimentel declarava” (Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia — caixa n.º 13).

— à pág. 189 desse mesmo estudo se cita este documento: — “S.A. manda passar provisões ao Pe. Bartolomeu Soares, a Cristóvão Cavalcante de Albuquerque e Manuel de Brito e a Miguel Pereira da Costa, para que a cada um deles se lhes não impida o continuarem com a fábrica de seus Engenhos que levantaram na Bahia antes de chegar a Provisão em forma de lei do dito Senhor para se não fabricarem senão em distância de meia légua. Lisboa. 18 de janeiro de 1683 (a) Manuel Filipe da Silva” (Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia — caixa n.º 14).

— às págs. 189/190, idem, há transcrição de um trecho de carta dos oficiais da Câmara da Bahia a El Rei de 5 de agosto de 1684: — “Pela Provisão, em que Vossa Majestade ordenou se não fizessem Engenhos em menos distância cada um de meia légua, se têm erguido novos pleitos... Este negócio que ao princípio se cuidou se remediava com ela, achou a experiência contrários efeitos porque muitos Senhores de Engenho proíbem a que os vizinhos não façam outros Engenhos por dizerem que ficam dentro da meia légua ainda que não resulte prejuízo algum... As terras à beira-mar estão já muito danificadas com a repetida lavoura das canas, que escassamente fazem a metade do açúcar que se fazia... , com os Engenhos do mato se pode recuperar esta perda, e nos Matos do Brasil em algumas partes se pode fazer muitos Engenhos dentro de meia légua sem fazerem prejuízo um a outro, e muitas vezes se fabricam mais perto em razão da água, e massapês, de que necessitam, e não por prejudicar a outro”. (Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia — caixa n.º 15).

Engenho quase vila ou aldeia: No mesmo estudo se cita este trecho de documento [o que seria? quem o subscreve? sua data?]: — “O mais Povoadado do Brasil consta de Engenhos e seus lavradores, e donde se fazem engenhos novos logo se possa com vizinhança lavradores de cabedal e operários de todos os officios mecânicos. E os mais deles em suas Igrejas e Capelas, porque o trato dos Engenhos por mar, e por rios, e também por terra vem

a ser como um lugar quase Vila, ou Aldeia, porque de cana dos lavradores dos Engenhos e seus mantimentos e legumes, e do mel dos açúcares e do que lança de si sustentam também os assistentes e oficiais. E os escravos de Comer e Beber, seus Vizinhos, e neles há barcas, navegações e gastos de ferro, cobre (?); Breu; Linho; e os mais fábricas e ingredientes, e cavalos, bois, carros, serventes, oficiais de carpinteiros; e ferreiros, calafates, sapateiros; alfaiates; caldeireiros; currieiros, que todos têm suas soldadas ganâncias e comodidades nos Engenhos. . .” (Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia — caixa n.º 9).

Crises — 1666: No mesmo estudo, às págs. 120/121 lê-se: “Quando a peste de 1666 dizimou grande parte deles [os negros], os oficiais da Câmara da Bahia, aflitos escreveram a El-Rei, para justificarem a falta do pagamento integral das contribuições destinadas ao dote da Senhora Infanta D. Catarina de Bragança e a “paz de Holanda”: “Depende a cultura dos açúcares de escravos, o gado, e os mesmos engenhos em que se fabricam. Deles por causa de um mal contagioso que (sendo de bexigas) o experimentamos por peste, pereceu a maior parte; e por esta pararam os engenhos, impossibilitaram-se as lavouras, e se diminuíram os cabedais, de qualidade que não é possível sem decurso de largo tempo tornarem a seu primeiro estado: porque além da perda do valor dos escravos, não se adquire seu préstimo com dobrado dispêndio” (Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia — caixa n.º 11).

Recôncavo e sertão — Definição em 1676: “O Dr. Sebastião Cardoso de Sampaio, achando-se na Bahia, como Desembargador sindicante, endereçou a D. Pedro, Regente do Reino, em 1676, uma extensa e sugestiva carta, em que, logo de entrada, informava: “As terras desta Capitania da Bahia de Todos os Santos distinguiram, e divisaram os moradores dela em duas partes, segundo a diversa cultura, que lhe applicaram, e diversos nomes que lhe puseram. A primeira parte, que começa imediata à Cidade [Salvador], e se estende em área junto ao mar desta Bahia por espaço de trinta léguas em círculo dela, com largura de dez, ou doze, foi imposto o nome de Recôncavo, e nele estão fabricados. . . engenho de açúcar, muitos canaviais, algumas roças de farinha. . . À segunda parte chamam comumente sertão que contém em si a terra, que corre para o ocidente, e interior deste Estado [Brasil],

desde o sobredito Recôncavo até confinar com a demarcação do Peru, e nova Espanha. Nesta segunda parte... ocuparam com gados aquela terra, que nela se acha com comodidade de pastos, e águas, para a procriação dos ditos gados..." (Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia — caixa n.º 13 — Apud Pinheiro da Silva — "A Capitania da Bahia" — o estudo citado nas notas anteriores — págs. 57/58).

Forças de cavalaria na Bahia: No mesmo estudo Pinheiro da Silva falando na "guerra secular" com os indígenas no Recôncavo assinala o terreno "impróprio para uma ação militar condigna" — massapê, montanha, selva e diz: "impossível o emprego a valer da cavalaria" e em nota: "em fins do século XVII, no governo de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, formou-se na Bahia a primeira força de cavalaria. A princípio era de ordenança (1693), mas a breve trecho passou a ser paga (1694). Destinava-se à guarnição e defesa de Salvador. Até 1700 não encontramos documento que prove haver sido utilizada na luta contra o aborígine revoltado. Mas é crível que o tenha sido ali, onde a natureza do terreno o permitisse: — 'Foi Vossa Majestade servido ordenar por carta de 14 de março de 1693 ao Governador e Capitão General da Cidade da Bahia Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, levantasse as tropas de cavalaria, que parecessem convenientes para guarnição e defesa daquela Praça, o que o dito Governador com todo o zelo e cuidado pôs com efeito em execução, formando duas tropas...' reza documento existente no Arquivo Histórico Ultramarino (Bahia — caixa n.º 17).

Aguardente: São numerosos os incidentes, episódios e documentos relativos à produção e comércio das aguardentes — o "vinho de mel". Ver ordens régias, atos da Câmara, Cartas do Senado, etc. No estudo de Pinheiro da Silva (pág. 192) este diz que na execução das proibições "as autoridades encontravam ânimo favorável nos senhores de engenho, os quais eram assaz beneficiados por tais medidas. É que a proibição da indústria da aguardente forçava os lavradores menos bafejados pela fortuna, que não podiam ter molinete próprio, a vender-lhes a sua cana, e outro tanto sucedia quanto aos que o tinham, evidentemente. Donde a luta surda, a animosidade que sempre existiu entre senhores de engenho e donos de engenhocas..." (págs. 192/193). — À pag. 195 diz: — "dois produtos de inestimável valor na criação do Brasil — o açúcar, a

fonte máxima dos seus rendimentos, e a aguardente, uma das moedas com que se adquiriam os braços.”

Valor do açúcar: “Pau-brasil não é estável nem para muitos navios, e o mesmo é o tabaco” — lemos nós em documento de 1662 — “e quem disse Brasil disse açúcar, e mais açúcar” (Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia — caixa n.º 9) — pág. 201 do mesmo estudo

Viciação do açúcar: ver a lei de 15 de dezembro de 1687 sobre o fabrico e classificação do açúcar — in Andrade e Silva — pág. 131.

Crises: A carta do Senado de 12 de agosto de 1687 (pág. 198) — procurar ver o parecer do Cons. Ultramarino no Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia — caixa n.º 15 — 1684-1687, citado por José Pinheiro da Silva — “A Capitania da Bahia”, pág. 177.

Latifúndios e latifundiários: Ver a carta-ordem de D. Pedro II a D. João de Lencastre — governador geral — de 20 de janeiro de 1699 — (cópia in Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia — caixa n.º 19), transcrita no estudo de Pinheiro da Silva às págs. 243/244. À p. 252 há um “Quadro dos grandes proprietários da Capitania da Bahia, em fins do século XVII, segundo a Memória do Dr. Cardoso de Sampaio”. Capitão Garcia de Ávila, Mestre de Campo Antônio Guedes de Brito, João Peixoto Viegas — (“era senhor de mais de 150 léguas, sendo 120 da sesmaria de Jacoiπέ até ao Pernassu”) mestre de campo Pedro Gomes, D. Lourenço Dória e seu filho Borges da Fonseca, Agostinho Pereira Barcelar, Cap. Francisco Barbosa Leal, Cel. Francisco Gil de Araújo, Sargento-mor Lourenço de Brito de Figueiredo, Cap. Marques de Almeida, Cap. Sebastião Barbosa de Almeida, Sargento-mor Pedro Borges Pacheco, Gaspar Rodrigues Adorno.

Transportes: carros — ver o livro de Bernardino de Sousa e Docs. Hist., vol. 54, pág. 302; vol. 55, pág. 264; vol. 42, págs. 8 e 201; vol. 41, pág. 199; vol. 44, págs. 100, 290.

Antônio da Rocha Pita: suplente de Juiz de Paz em Passé (1829) — Quem é? — vide *Correio da Bahia* (B.N. ob. raras P. 19, I, 18). “a Fábrica” — Na década de 40 as máquinas a vapor

para engenhos tinham grande voga na Bahia, a julgar pelos anúncios nos jornais. No "O Comércio" (B.N. ob. raras P. 19, 2, I) por exemplo encontram-se anúncios de Tomás Robertson & Cia. de máquinas de vapor, força de 4 cavalos, com caldeiras proporcionadas, e de Schwind Brothers & Cia. de máquinas econômicas de baixa pressão de 3, 4 e 5 cavalos (negociantes na Bahia) N.º 1 de 2 de janeiro de 1843. — Também havia anúncios de moendas horizontais.

Lenhas e Fornalhas: "Chegou da Ilha de Jamaica, por via da Inglaterra e dos Portos do Sul do Brasil, um estrangeiro que entende de fazer fornalhas como se usa na dita Ilha, nas quais queima-se somente o bagaço das canas, e estes no fim da safra sempre sobram, parte dos quais guardam-se numa casa própria, para principiar a safra do ano seguinte, e o resto vai fazer parte em estercar as terras antes de plantar as canas. Os Senhores do Engenho, que se quiserem aproveitar dos préstimos deste Fornalheiro podem-se dirigir à casa de Diogo Barnes, na rua da Preguiça, geralmente conhecida pelo nome de *British Hotel*, das nove horas até onze da manhã, onde acharão o dito Fornalheiro para tratar com ele" ("Grito da Razão" B.N. ob. rar. P. 19, 1, 27) n.º 74/75 de 23 de dezembro de 1824.

O Engenho Freguesia na cartografia antiga — No mapa — *A New Chart of the Coast of Brazil, from the Banks of St. Roque / to the Island of St. Sebastian; / with the Islands and soundins in the offing / from the Portuguese and Dutch Draughts, / and the Journals of the British Navigators /* London / Published by Laurie & White 53 Fleet Street / 12 May 1794, há ao lado esquerdo um como submapa — "Bahia de Todos os Santos or the Bay of all Saints, / with the Coast of the Southward, as far Carnamu River on Larger Scale" e nesta figura Freguesia, com o topônimo "Castel bano" que pode ser corruptela de castelhano que aparece "engenho do castelhano" em muitas cartas antigas da Bahia de Todos os Santos e seu Recôncavo, mas em outro sítio.

Fabricação e embarque de açúcar: carta do Marquês das Minas ao Rei, 16 junho 1685 — Manuscrito n.º 58 da Coleção Lamego na Bib. do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Preços: em Pernambuco 1689, 1709, 1713, 1716 — id. manuscrito 50.

Açúcar e sola no Brasil — 1737: Informação dos Homens de Negrão — id. manuscrito 50.

Livro de carga de um brigue da Bahia — 1803 — id. manuscrito 109.

Lenhas e fonalhas: Ver em Avê Sallemmand — “Viagem pelo norte no Brasil no ano de 1859” — edição do Inst. do Livro — Rio 1961. A descrição da *Usina* de S. Lourenço com *esteira* ou *caminho sem fim, vácuo e centrifugadores*, págs. 32, 33.

Crises: id., págs. 28/29.

Barcos: id., 30.

O Visconde de São Lourenço: seu elogio — grande empreendedor etc., id., 30/49.

Escravos: id., 36-39, 48, 49.

Sobrados e senzalas: id., 42.

Engenho Vitória e seus prprietários — vide em Engenho-61.

Rocha Pita: Antônio da Rocha Pita em 1732 já era falecido, e à sua viúva e filhos eram concedidas (em 1731?) sesmarias no Rio Grande do Norte. Ver no Inst. Hist. e Geog. Bras. Arquivo, “Livro de provisões de S. Majestade e cartas do Secretário de Estado vindas no ano de 1732, a que respondeu o Conde de Sabugosa, Vice-rei do Brasil” — a fl. 100 o seguinte:

Crises — 1703 — Escravos — “A ruína está ameaçando o Brasil [Bahia] na falta de escravos, que cada vez por ser maior para a cultura das canas, tabacos e engenhos” — Escravos enviados de Angola para o Rio, pagos em ouro não quintado — contrabando — ascendência das Minas. — Carta do Governador Rodrigo da Costa a Sua Majestade — Bahia 26 de junho 1703 apud — “A Capitania da Bahia”, de José Pinheiro da Silva, in *Revista Portu-*

guesa de História, tomo IX, Coimbra, 1960, págs. 237/238 — Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia — caixa n.º 20.

O açúcar da Bahia e as Companhias de Comércio — 1650-1668: Vide José Pinheiro da Silva, “A Capitania da Bahia” in *Revista Portuguesa de História*, tomo IX, págs. 215 e 221 — cartas da Câmara da Bahia a El Rei de 1.º junho 1661 etc.

Bibliografias: Vide Veloso, J. M. — Extrato sobre Engenhos de açúcar — Lisboa 1800 — Ilustrado (na Bib. de João Fernando de Almeida Prado, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

Caixas e sacos de açúcar — Em 1855 o açúcar era transportado tanto em caixas quanto em sacos. As caixas eram de 48 arrobas, ou de 42. Levavam letreiro do senhor do engenho. Exemplo:



Ferro e letreiro de José Cândido Marinho



Ferro e contramarca

Preço e qualidade do açúcar (1867) — No arquivo do Conde de Subaé hoje no I.H.G.B. se encontra carta de seu comissário ou correspondente na cidade de Salvador — Emílio — datada de 17 de dezembro de 1867. Açúcar em caixas recebidas dos engenhos do Conde de Subaé por Alagoinhas e por Santo Amaro. — “Em 12 do corrente vendemos 16 caixas, sendo 15 a 2925 e 1 a 2950” — Açúcar do Coronel Veloso vendido a 2900 o saco. — “É justamente essa cor agemada do teu açúcar que os Ingleses não gostam e chamam arroxada; eles querem açúcar seco e mais para escuro na cor do que essa cor muito ageminda [aqueimada?]; e além disso encontra-se muita umidade no teu açúcar”. — carta idem a

idem de 11 de novembro de 1867: "Já oferecem hoje 2700 por açúcar regular".

Crises — 1876: "Julgo de meu dever comunicar a Vossa Excelência que o estado da nossa Praça torna-se cada vez mais deplorável; a crise toma proporções ameaçadoras. Sucedem-se as quebras e espera-se que continuem até a nova safra. Agora manifesta-se a do Comendador Paranhos com um passivo de mais de 500 contos; fala-se na do Schmidt e na do José Nogueira Pinto. Desde ontem pela manhã desapareceu o Comendador Paranhos, deixando uma carta que só à tarde foi encontrada pela Senhora, em que dizia que não podia viver nas condições em que se achava. É procurado com grande interesse e apenas aparecem notícias descontraídas — ora o viram nos bondes do Bonfim, ora embarcando em uma lancha em Itapagipe, ora no trem para Alagoinhas, ora no portão do Machado na Boa Viagem. O Barão da Palma, ao ter a notícia, sofreu um ataque de congestão, da qual felizmente parece fora de perigo. — A respeito da lavoura nada preciso dizer a Vossa Excelência: sua situação é desesperadora; não só não puderam cumprir os compromissos, como ainda solicitam novas concessões; mas é opinião geral que o pouco que fizeram não dá para o sustento. — Os alugueis na capital têm sido todos reduzidos; as indústrias pequenas que vivem à sombra dos rendimentos das classes abastadas estão igualmente arruinadas, por falta não de incremento, mas de alento. Verdadeira calamidade geral. Apesar do conhecimento que V. Exa. tem de tudo isto, não pode — pela ausência — avaliar bem o que se passa; vivem todos debaixo de grande pressão, no reinado da desconfiança, do desânimo e das apreensões. A quebra do Paranhos causou grande impressão. Atualmente mesmo as firmas boas encontram dificuldades, porque de todos há receio. — Ninguém paga coisa alguma! Vossa Excelência compreende que é o pior estado a que se pode chegar. Se isto durar mais algum tempo, haverá muita desgraça a lamentar-se..." (Carta de Francisco José da Rocha ao Barão de Cotegipe, Bahia 21 janeiro 1876).

Rocha Pita — Antônio: 1732 — "Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África, Senhor de Guiné etc. — Faço saber a vós Conde de Sabugosa, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil que se viu o que respondestes, em carta de dezesseis de junho do ano passado à ordem que vos foi sobre dares a razão porque

concedestes à mulher e filhos de Antônio da Rocha Pita já falecido as sesmarias de que estão de posse na Capitania do Rio Grande, contra o julgado nesta matéria e contra as minhas ordens: representando-me que a razão que tivestes para conceder esta sesmaria me seria presente pela cópia que me mandastes do requerimento que se vos fez em que ouvindo ao Provedor-mor e Procurador da Fazenda se lhes não oferecera dúvida, como constava de suas respostas insertas na mesma cópia, fundando-se um e outro ministro na sentença e mais documentos que se juntaram ao dito requerimento, pelos quais se mostrava o contrário do que me representou o Capitão-mor do Rio Grande, ao qual não sabíeis que eu concedesse jurisdição para poder dar terras de sesmarias, por não se achar na Secretaria deste Estado ordem alguma que derrogue a disposição do capítulo vinte e seis do regimento novo desse Governo Geral, e vendo mais o que sobre este particular me informastes Me pareceu dizer-vos que ao Capitão-mor do Rio Grande pela minha resolução de vinte e dois de dezembro de mil e setecentos e quinze pertence dar as sesmarias nos distritos da sua jurisdição e que assim se lhe declara proceda na forma das ordens que há a respeito da quantidade de terras que se deve compreender nestas datas; e sou servido avisar-vos que sem embargo das respostas do Provedor e Procurador da Fazenda vós não podíeis dar sesmaria alguma sem limitares a quantidade de terra que está determinada a cada povoador. El Rei Nosso Senhor mandou, por Manuel Galvão de Lacerda e o Doutor Alexandre Metelo de Sousa e Meneses Conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. Bernardo Félix da Silva o fez em Lisboa Ocidental a três de julho de mil e setecentos e trinta e dois. O Secretário Marechal Caetano Lopes de Lavre a fez escrever. — *Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda, Alexandre Metelo de Sousa Meneses*” — Livro de provisões de Sua Majestade e cartas do Secretário de Estado vindas no ano de 1732, a que respondeu o Conde de Sabugosa, Vice-Rei do Brasil — Arq. do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro.

Crises — 1870/71: São Lourenço em discurso no Senado, na sessão de 16 de maio de 1871, aludia ao decrescimento da renda provincial na Bahia, resultado da guerra franco-alemã e dizia: — “os três gêneros de maior vulto ali, na exportação, são o açúcar, o tabaco e o diamante. Este, com o estado de Paris, baixou espantosamente e produziu a quebra de muitas casas que se entregavam a tal ramo de negócio. A doença da cana diminuíra talvez um terço

da safra do açúcar, e prejudicou sua qualidade. Saraiva: — (Mas a safra foi enorme). Teria um terço mais, segundo o curso das estações, se tal doença não atacasse os canaviais de muitas plantações. Para dar uma idéia ao Senado da importância do prejuízo, referirei um fato: um parente meu e do nobre senador que me deu o aparte, um dos melhores lavradores da Província, coronel Antônio Félix de Carvalho [futuro Barão de Camorogipe, primo de meu pai Araújo Pinho], me disse que, tendo canaviais para fazer 600 caixas de 50 arrobas, Termó médio, apenas conseguiria realizar 100! O que sucedeu a este honrado proprietário, repetiu-se com muitos outros. Além desta diminuição, que deverá influir na venda, acresceu o abatimento do preço do açúcar, como do tabaco, a falta de exportação, porque esta se fazia em grande parte em navios alemães e para postos da Alemanha, cessando semelhante comércio com os receios das capturas francesas, e mesmo porque aqueles países estavam entretidos com a guerra. — Os gêneros da província, pois, caíram tão baixo que mesmo não tinham oferta, cheios todos os grandes depósitos, a não poderem receber as novas remessas dos produtores. Os barcos tinham demoras extraordinárias para a descarga”. (pág. 78 dos *Anais do Senado*).

Açúcar — sua fabricação — suas qualidades: Ver o Barleus traduzido págs. 79/80, 144, 216, 221, 355, 367.

A Matriz: Existia em 1855 — ver *Noticiador Católico* 30 junho 1855.

Crises — 1887: ver *Anais da Câmara* — agosto de 1887, discursos de José Marcelino (pág. 57), Filipe de Figueroa (8 ag., págs. 101 e segs.), Coelho e Campos (8 ag., pág. 109), Pedro Beltrão (17 ag., pág. 178). O discurso de José Marcelino a 5 de agosto. — *Decadência na Bahia:* discurso do deputado Fernandes da Cunha Filho — 27 de setembro 87, pág. 415 anais — *decadência em Pernambuco:* discurso do deputado Juvêncio Aguiar — 28 junho 87, pág. 148 anais, apêndice.

Produção — 1887: Discursos na Câmara do dep. Filipe de Figueroa — 8 de agosto, pág. 103 anais, disc. Coelho Campos (*importantes informações*) — 8 ag. 87, pág. 303.

Escravos e crises (1871): Antevendo as conseqüências da emancipação dos escravos, especialmente da Lei do Ventre Livre

que se discutia no Senado, aí o Visconde de São Lourenço (Barão então), na sessão de 14 de setembro de 1871 (apêndice, pág. 9) dizia: — “nesta crise nacional da transformação do trabalho, todo este desenvolvimento aproveitará aos atuais livres e aos libertos. Na província da Bahia, no estado atual das coisas, dificilmente se poderá obter alugados e a grande propriedade terá que desaparecer. O açúcar, principal produto da província, com a barateza do mercado, com a concorrência de todos os países, não pode pagar os altos salários; e nem os mais baixos fazem conta ao proprietário com o atraso do modo por que se faz o serviço. A facilidade com que o camponês obtém um pedaço de terra, até gratuitamente; com que cultiva um pouco de fumo, o indispõe contra toda sujeição. A consequência será cessar toda grande cultura que faz nossa exportação, com perda da classe dos atuais proprietários e de seus enormes capitais empregados na indústria que foi de seus antepassados.”

Favores e restrições: A lei n.º 46 de 30 de agosto de 1833 sujeitou, “às leis gerais das execuções” “as fábricas de mineração e de açúcar” e no seu art. 2.º declara: — “são considerados como partes integrantes das ditas fábricas e lavouras, para se não desmembrarem mediante as indicadas execuções, as máquinas, os escravos maiores de 14 anos e as escravas maiores de 12, bois, os cavalos, e todos os móveis, efetiva e imediatamente empregados na laboração das mesmas fábricas e lavouras”. Este benefício (art. 3.º) podia ser renunciado por convenção entre devedor e credor, nos casos de dívida hipotecária.

Últimos tempos: Meu irmão Filipe instalou em Freguesia uma fábrica de tijolos e telhas com máquina importada, fornos, ponte de embarque. Inaugurava em 9 de agosto de 1912. Mas durou pouco. Em junho de 1913 diligenciava vender a maquinaria. Ainda em novembro de 1915 não realizara essa venda. Só em fevereiro de 1916, realizada a venda, foram as máquinas retiradas pelo comprador. Essas máquinas haviam chegado da Europa em julho de 1912.

Últimos tempos: Foi em 1912 (?) que se venderam as máquinas etc. do engenho Freguesia. Em carta de Filipe a João, de 30 de agosto de 1912, lê-se: “lembro-lhes as do Freguesia, caldeira e máquina com moendas muito boas e grandes. A caldeira creio que somente precisa mudar a tubulação e você encontrando negócio

para essas máquinas, é um grande achado, pois lá estão sem prestar serviço algum e sem poderem prestar para o futuro, pois vão se estragando, e mesmo em caso de querer movimentar o engenho, o que é uma grande asneira, uma hipótese absurda, vale muito mais mandar buscar aparelhos novos. Você sabe mais ou menos o que isto vale e qualquer negócio é vantagem”.

Escravos: No jornal *A Tolerância* (ses. Obras Raras da B.N.) de 27 de julho de 1849 anúncio: escravo fugido do Engenho Matoim, do [Primeiro] Barão de Passé. Entregar a Paulo Pereira Monteiro ou Inácio José Jacabeiro.

Guerra Holandesa: Veja descrição do ataque de Pieter Heyn ao porto da Bahia e ao Rio Pitanga ou Matoim, feito por “Hessel Gerritox — cartógrafo e vendedor de livros no Past-Caert, esquina de Doelenstraat — ano 1628” — in Joaquim de Sousa Leão: *Salvador da Bahia de Todos os Santos* — Iconografia seiscentista desconhecida — Haia — MCMLVII”.

Lenhas e Fornalhas: Em carta do Conde de Resende a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datada do Rio a 12 de novembro de 1798, à recomendação recebida do Reino sobre o “método de queimar nas fornalhas dos engenhos de açúcar as canas já moídas” se respondia haverem sido enviadas cartas aos agricultores da capitania. Nas respostas “os que trabalham em fábricas de açúcar intentam persuadir que o fogo das canas moídas, ou do bagaço, não tem a intensidade necessária para a depuração do mesmo açúcar, como alguns, segundo dizem, já o experimentaram”. Mas Resende fazia esta ponderação: — “porém eu creio, que quando se consiga dar às fornalhas outra forma diferente da atual, de cujos defeitos provavelmente procederá falta de atividade que se observa no fogo do bagaço . . . porão em uso aqueles mesmos recursos que hoje lhes parecem impraticáveis” (*Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*, vol. 256, pág. 365).

Arados: Viera do Reino a acomodação de estimular o uso dos “arados para cultivar as terras”. O Vice-Rei Conde de Resende se dirige aos agricultores da Capitania do Rio de Janeiro e recebe resposta em que alguns dizem por que não se aplicavam a tal uso: — “necessidade que eles têm de escolherem os terrenos montuosos para a plantação das mandiocas e a precisão de fazerem novas e

anuais derrubadas de matas virgens, onde ficam grandes madeiras, cepos e raízes que embarçam a passagem do arado” (Carta do Conde de Resende — Rio, 12 novembro 1798 a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, in *Rev. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — vol. 256, pág. 365).

Crises: Ver Cartas do Senado, 1693-1698 — 4.º vol., págs. 3, 4, 5, 6, 10, 16, 17, 18, 20, 25, 31, 34, 35, 36, 42, 50, 51, 65, 68, 73, 82, e Cartas do Senado, 1611-1710 — 5.º vol. — págs. 14, 16, 18, 20, 47, 81, 101, 122.

Preços: Ver Cartas do Senado — 4.º vol., págs. 3, 62, 64, 65, 77, 78, 89, e 5.º vol., págs. 7, 8, 32, 46, 61, 68, 72, 73, 119, 137.

Produção: ver Cartas do Senado — 4.º vol., págs. 6, 11, e 5.º vol., pág. 107.

Caixas e feixos: ver Cartas do Senado — 4.º vol., págs. 15, 88.

Comissários e senhores de Engenho: Ver Cartas do Senado — 4.º vol., pág. 77; e 5.º vol., pág. 12.

Escravos: ver Cartas do Senado — 5.º vol., págs. 134, 136.

Engenhos na Bahia em 1704: Id., pág. 98.

Senhores de Engenho refazem as fortificações do Recôncavo: Id., pág. 106.

Simão Nunes de Matos: (referido às págs. 73 texto, e 107 notas). Referido como “de nação”, senhor de engenho, casado e morador em Maré, na confissão de Antônio Mendes a 11 de setembro de 1618; como natural de Lisboa na confissão de Manuel Homem de Carvalho a 26 de dezembro de 1619, onde há referência a um seu irmão “Manuel Nunes, que morreu judeu em Flandres e foi casado com uma filha do Milão, que queimaram pelo Santo Ofício em Lisboa” (confissões inéditas em 1963 — cópia no *Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro*). Seu cunhado Antônio Mendes (na confissão).

Diogo Lopes Franco (referido às págs. 79, 107, 108) é mencionado como “de nação”, natural de Montemor o Novo, no Reino,

de 26 anos, filho de Luís Dias, mercador em Matoim seis léguas desta cidade (sua confissão a 13 de setembro 1618) — Francisco Lopes Franco (seu irmão?) “de nação”, solteiro, que hoje está em Anvers e havia nove anos tinha casa na Bahia (Confissão de Antônio Silva — 27 maio 1619).

Distâncias: Nas confissões (inéditas em 1963) há várias referências a distâncias em léguas: Paripe — 4 léguas da Cidade; Pirajá — 2 léguas da cidade; Maré — 3 1/2 léguas da cidade; Matoim — 6 léguas ou 7 léguas da cidade; Sergipe do Conde — 10 léguas da cidade.

Manuel Rodrigues Sanches: é referido nas confissões de Luís Álvares (11 de setembro de 1618) e de Domingos Pires (14 de setembro de 1619) aquele caixeiro e este marinheiro de Sanches “da nação”, “senhor de engenho” (confissões inéditas em 1963).

Jesu, estavam quietos — (pág. 67): “Auto de fé celebrado na Ribeira de Lisboa, a 3 de agosto de 1603. Nele foram condenados por judaísmo: . . . Beatriz Antunes, cristã-nova, natural de Lisboa e moradora na Bahia; D. Leonor, irmã da sobredita, cristã-nova, mulher de Henrique Munis Teles, natural e morador no “Brasil” (Livro das Pessoas que foram sentenciadas pela Inquisição — Cód. 886 (K VII 30) fols. 387-393 v) — Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva — *Os Manuscritos / do Arquivo da Casa de / Cadaval respeitantes ao Brasil* — vol. I, pág. 9.

Antônio da Rocha Pita: Em uma “exposição do padre Antônio de Sousa Leal, missionário do Brasil, em que dava conta, segundo ordens del Rei, de todos os agravos feitos ao gentio nas capitâneas de Pernambuco e Piauí, onde estivera 17 para 18 anos junto de várias nações” — se lê: “em 1711 mataram quatro tapuias geicós, na Ribeira do Canindé do Piauí, um mulato que os maltratava, fugindo em seguida com suas famílias para os matos. Imediatamente um filho de Antônio da Rocha Pita, da Bahia, e um Antônio ou Manuel Ferreira juntaram uma tropa de brancos e negros dos currais, e, em vez de seguirem os delinquentes, foram para muito longe, cercar o coronel Alexandre Rebel e outros tapuias inocentes “que ele conservava à sua porta”. (In Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva, *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil* — vol. II, pág. 387) — Este filho

de Antônio da Rocha Pita seria Francisco, o único filho de seu primeiro casamento com Maria Falcão ou da Rocha Pita (Jaboatão, pág. 83 n.º 1).

Antônio da Rocha Pita: No formal de partilha de Francisco Antônio de Argolo e Queirós — 1779 — herança do pai Paulo de Argolo se vê que as terras de canas do Engenho Cinco Rios partiam [faziam limites] “com terras chamadas Pindoba e é senhorio Antônio da Rocha Pita” e com “terras da Maracangalha de que é senhorio Vicente Ribeiro Moreira”.

Lavoura e produção: Sobre qualidades de canas ver: Von Spix e Von Martius: *Através da Bahia*. Bahia, 1916, pág. 97.

Casa de vivenda: pág. 272 — Lê-se no livro de Sírio Boccanera Júnior, *O Teatro na Bahia*. Bahia, 1924, à pág. 58: “O quinto [pano de boca do Teatro D. João] foi pintado por Carlos Chapelin, artista francês, em 1859, vindo expressamente do Rio de Janeiro para fazer, aqui, a pintura do, então, palacete do *Conde de Passé*, onde mais tarde se instalou o “*Diário da Bahia*”, para a recepção de D. Pedro II, que pela primeira vez visitou a Bahia naquele ano. A competência deste artista ficou provada em vários quadros da *Galeria Abott*, no antigo *Liceu Provincial*, pertencente, hoje, ao nosso *Liceu de Artes e Ofícios*. O pano representava *cortinas*, com figuras alegóricas à *Corte*.” — Na década 1850-1860 não esteve na Bahia só este artista francês. Os retratos de Cotegipe, na Associação Comercial e os que guardo de Cotegipe e da sua esposa são da autoria de E. Müller, de Paris, datados de 1857 e foram pintados na Bahia. Grenier também pintou cenas da Bahia urbanas e rurais e de costumes (possuo um quadro, o colecionador Alberto Lee além de telas um álbum de aquarela).

Em 1852 fizeram trabalhos de pintura para a Santa Casa da Misericórdia da Bahia uns franceses. Carlos Ott, em *A Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Salvador*, em nota à pág. 216, informa: “em 8 de abril de 1852 pagou 80\$000 “aos franceses pela pintura feita em diversos objetos”.

Favores e restrições: Vejo em umas efemérides no jornal *A Tarde*: — “18 de novembro — 1715 — Carta régia ordenando ao Governador da Capitania D. Brás Baltasar da Silveira que proibisse o levantamento de mais engenhos de açúcar “porque ocupava grande

número de negros, que deviam estar ocupados na extração do ouro". Esta ordem foi reforçada pela de 12 de junho de 1743". — Que Capitania? — Ver estas cartas régias. Na Bahia a política era de reter a escravidão nos engenhos.

Passé se prepara em 1859 para receber o Imperador no "Freguesia": Ele e vários outros senhores de engenho: é tradição. Em 1847, na Província do Rio, o jovem Imperador tinha visitado vários engenhos e fazendas, recebido com pompa e festas. Era natural que o mesmo fizessem na Bahia. Em Pernambuco visitou vários engenhos. Entretanto Pedro II só esteve nos dois engenhos de São Lourenço e de Pedreira Jeremoabo. Em uma carta do Marquês de Abrantes a Inocência Góis, datada de 7 de setembro de 1859 lê-se: "SS.MM.II. partirão daqui no dia 30 deste para essa Bahia, onde irá o Imperador só explorar a cachoeira de Paulo Afonso, e depois de visitar o Recôncavo etc., seguirá para Pernambuco e Paraíba, donde voltará, visitando Alagoas, Sergipe e Espírito Santo. S.M. autorizou-me a escrever a meus parentes e amigos, e a assegurar-lhes que, conhecendo Ele as circunstâncias das Províncias, que ia percorrer, não desejava de modo algum que os proprietários e habitantes fizessem despesas, e contraíssem dívidas, a fim de recebê-lo com festas etc. SS.MM.II. não aceitam bailes nem outro festejo dispendioso. Desejam que o produto das subscrições, que hajam de fazer-se para tais festejos, seja antes aplicado a estabelecimentos pios ou de utilidade pública. Nada de patacoadas. Declare portanto isto a todos os nossos amigos e conhecidos".

As fazendas do sertão: A nota 2, pág. 354, acrescentar o que se lê à pág. 67 do livro de Gilberto Guerreiro Barbalho: *História do Município / de São José de / Mipibu /*. (Em comemoração à data do seu bicentenário — 22-2-62) / Rio de Janeiro / 1960 — : A 14 de maio de 1762 o Dr. Caldeira prestava contas de importâncias recebidas na transação feita com o patrimônio dos índios Pegas, e na comunicação feita consta: "Comunicava, outrossim, que o Capitão-mor Francisco Nogueira, como procurador de Cristóvão da Rocha Pita, arrematara o livro de criar gados por 1:201\$000 (um conto duzentos e um mil réis) pagos a saber: 800\$000 (oitocentos mil réis) em dinheiro, e 401\$000 (quatrocentos e um mil réis) em uma letra que passava contra o Capitão Antônio Pinheiro Salgado, morador em Recife, ao qual, por ordem do governador e capitão general da capitania fora cobrada a referida impor-

tância que se encontra em mãos do atual almoxarife Antônio Ferreira Cristóvão.” (pág. 67). Nessa mesma página transcrição do documento. O Juiz de Fora Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco a 14 de maio de 1762 citando a “arrematação das terras que foram dos índios Pegas, que se hão [os termos da arrematação] nos autos de inventário de seus bens” fala de uma arrematação a 19 de novembro de 1761 da terra da serra em que plantavam os ditos índios por João do Vale Bezerra por 42\$000. “E bem assim o Capitão-mor Francisco Negreiro como procurador de Cristóvão da Rocha Pita o livro de criar gados por hum conto duzentos e hum mil réis a saber”... etc. (págs. 67/68).

Preços: Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Pará, escrevia em 6 de novembro de 1752 — dizendo que no Pará o açúcar era mais caro que em Lisboa “e tão mau que é indigno de se servir o chá e o café com ele, e de Lisboa o tenho mandado vir para esse ministério”. “O tenho comprado este ano, a três mil réis a arroba e a três mil e duzentos e ultimamente a vinte e cinco tostões” (Marcos Carneiro de Mendonça, *A Amazônia na Época Pombalina*, vol. 3.º, pág. 269).

Preços — Crises — 1888: “Ainda não vendi açúcar, falam em 1.200 e mel de 50 a 55\$. Quanto aos 1300 que a fábrica oferece pelo seu açúcar acho bom aproveitar, porque é sempre melhor que os 1.120 em Santo Amaro e não se tem certeza de melhora. — Que crise! Seca, falta de governo, preços desgraçados — e tudo o mais que a estas desgraças acompanha” (Carta do Comendador Aristides Novis a Araújo Pinho — Bahia 27 de dezembro de 1888).

Crises: “*flagelo ou moléstia dos canaviais*” — “esta epidemia tem produzido e continua ainda a produzir males em minha província; por muitos anos reduziu excessivamente as colheitas dos lavradores, e estes ainda continuam sob a ameaça de tão terrível flagelo; porque, conquanto já fossem as sementes ali mudadas, o mal não desapareceu totalmente, e os resultados que se esperavam desta permuta não são satisfatórios” (discurso do deputado baiano Bulcão na Câmara dos Deputados, a 27 de março 1879 — pág. 234 dos Anais). — Ver Doenças da cana na Província da Bahia, Relatório 10-3-68 — por Alves Kraus — pág. 155 do *Auxiliador da Indústria Nacional*, 1868.

Crises: situação em 1879 — dívidas da lavoura — sistemas entre correspondentes e fabricantes — norte sul — tráfico interprovincial — auxílios bancários — moléstias da cana — discurso de Jerônimo Sodré — 21-3-79 — na Câmara — discurso de Sousa Lima, idem.

Crises: *Moléstia da cana* — Vide *Anais do Senado* — 4 de setembro de 1879, pág. 11, id. 5 de setembro, pág. 32.

Fábrica: *defeito de fábrica* — mestres de açúcar — *Anais do Senado* — 11 de setembro de 79 — pág. 94 — Veja John Miers — inventor de uma máquina que obtém a purificação e clarificação de açúcar — *O Diário Fluminense* — 18-2-1830 — (pág. 152) — Veja “Pequeno tratado de fabricação do açúcar por Pedro de Andrada, engenheiro civil” in *Diário do Rio de Janeiro*, ano de 1854, 7, 12, 16 e 22 de janeiro, 3, 4, 6, 10, 13 e 22 de fevereiro e 9 de abril.

— Veja — Correspondência — “Breves Considerações a respeito dos melhoramentos no fabrico do açúcar, propostas à Assembléa Provincial” in *Diário do Rio de Janeiro*, de 2-X-1854, pág. 2.

— Sobre vários engenhos do Recôncavo ver Correspondência — “Memorandum — Estrada de Ferro na Bahia” — datado de 8-12-1853 e assinado V. in *Diário do Rio de Janeiro* — 20-12-1853 — pág. 2.

— Veja — artigo sobre Agricultura, por José Duarte Silva (Bahia) no *Jornal da Sociedade de Agricultura*, *Diário do Governo* — 13-2-1833 — pág. 142/4.

Matoim (Freguesia): em 15 de setembro de 1618 confessava ao Santo Ofício o Licenciado *Jerônimo de Lemos* “que se tem por cristão velho, natural da Bahia, de idade de 40 anos, pouco mais ou menos, *vigário de Matoim*, cinco ou seis léguas desta cidade. Fala do “*engenho de Agostinho Caldeira Pimentel na mesma freguesia*” e de “*André Coelho*, cristão velho, mestre do mesmo engenho e de algumas ajudas dele, que são uns mancebos que ajudam no dito engenho”.

Rocha Pita — *Cristóvão* — “Lisboa, 7 de junho (1799) — Por decreto de novembro de 1798 foi S.M. servida fazer mercê do Hábito da Ordem de Cristo com 50\$ de tença efetiva ao Coronel Estácio da Rocha Pita Brandão, em remuneração dos serviços de

seu tio, o capitão-mor da Bahia, Cristóvão da Rocha Pita Deus Dará” (*Apud* Manuel Lopes de Almeida: *Notícias Históricas / de Portugal e Brasil / (1751-1800) / Coimbra-1964* — pág. 398).

Judeus senhores de engenho no Brasil — veja João Lucio de Azevedo. *História dos Cristãos Novos Portugueses*. (Lisboa-1922), pág. 229.

“Quando se evadem das grades dos textos oficiais, num reclamo de compreensão do homem, os historiadores renovam a visão do passado, como se alumiassem casas escuras. O bandeirante? Alcântara Machado o surpreendeu vivendo e morrendo. O mundo efêmero dos flamengos? Recompõe-no Antonio Gonçalves de Melo Neto. *A biografia do engenho escreve-a Wanderley Pinho*. E Otávio Tarquínio nos leva a reconhecer D. Pedro um homem. Outros? Certo, mas bem poucos. Poucos os que falam da vida como a vida foi, e dentro da disciplina imposta à imaginação pelos documentos. Vida: esse santo graal dos historiadores”.

(Introdução de Eduardo d’Oliveira França e Sônia Aparecida de Siqueira à *Segunda / Visitação do Santo Ofício / às Partes do Brasil / pelo inquisidor e visitador Marcos Teixeira / Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618-1620*, pág. XI).

Favores e restrições: V. Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, ed. Capistrano, pág. 329.

A Fábrica: “Fábrica de açúcar” — *Jornal do Comércio* (suplemento) — 31^o7-1846, pág. 3.

Cristóvão da Rocha Pita: Folclore — Frases e quadra colhidas por D. Francisca Clara Calmon Viana (mãe de Miguel Calmon Viana): “Acuda minha gente, acuda / Há fogo nos canaviais! — Dos prejuízos que houverem / Cristo / vão não se lhe dá / Porque fica no Brasil / Rocha Pita Deus Dará”. Junto a isso esta quadra sobre o trabalho de enxada: — Minha enxadinha trabalha bem / Corta as plantinhas num vai e vem / Minha enxadinha vai descansar / Para amanhã recomeçar.

Fazendas do Sertão: Conferir a nota 2, pág. 354, sobre fazendas de Cristóvão da Rocha Pita no Rio Grande do Norte e Nogueiras o que se lê no livro de Gilberto Guerreiro Barbalho — *História do Município de São José de Mipibu*. Rio de Janeiro 1960, pág. 67: — “... O capitão-mor Francisco Nogueira, como procurador de Cristóvão da Rocha Pita, arrematara o livro de criar . . .”

SUMÁRIO DOS CAPÍTULOS

O SÍTIO

- Viajando da Cidade do Salvador para Matoim — O “Engenho Freguesia” na cartografia antiga da Bahia de Todos os Santos 11

A CONQUISTA

- Jesuítas entre antropófagos — Pegadas de S. Tomé — Primeira notícia da entrada do branco em terras de “Freguesia” — A região de “Freguesia” ao tempo de Pereira Coutinho — Sesmarias — Afonso de Torres — Engenhos na Bahia ao tempo de Pereira Coutinho — Ao tempo de Tomé de Sousa — Varnhagen e o problema histórico da “Povoação de Paripe” — A antiguidade de Paripe — Engenhos na Bahia ao tempo de Mem de Sá 17

A SESMARIA E O SESMEIRO

- Mem de Sá conquistador do Recôncavo — Sesmarias — O sesmeiro Sebastião Álvares — Notas biográficas — Felisbello Freire e a penetração colonizadora e povoamento pelas sesmarias 37

O FUNDADOR E SUA FAMÍLIA

- A família de Sebastião Álvares o sesmeiro — Sebastião de Faria fundador do engenho — Gabriel Soares descreve o “Engenho Freguesia” — Vida de Sebastião de Faria — Conquista de Sergipe — Santo Antônio de Argoim — Casamento na família dos Antunes 51

“JESU, ESTÁVAMOS QUIETOS” —

A INQUISIÇÃO EM MATOIM

- Os Antunes judaizantes — A inquisição na Bahia em 1591 — Uma frase de desconsolo *Jesu, estávamos quietos* — As denúncias contra os Antunes — Ana Roiz — “Casadas com homens principais” — Ana Roiz queimada em Lisboa — Henrique Munis manda arrancar a effigie de Ana Roiz da igreja de Matoim 59

UM VISITANTE NARRADOR EM 1584

- Narrativa de Fernão Cardim — A hospitalidade e o luxo no Recôncavo no século XVI — Capelas — Engenhos — Pecados 71

PIRATAS

Wirthington e Lister em 1587 — Depoimentos de Fr. Vicente do Salvador e John Sarracoll — Hartmann e Broer em em 1599 — O engenho de Bernardo Pimentel de Almeida e o de Sebastião de Faria — Van Carden em 1604 — Lutas na “Boca do Rio” — Função militar dos Senhores de Engenho 81

UM SÉCULO NA MESMA FAMÍLIA

Quatro gerações — Descendência de Sebastião Álvares — Casamento de Brites de Almeida com João Pais Florião — Venda de “Freguesia” a Antônio da Rocha Pita 89

OS JOÃO PAIS FLORIÃO

João Pais Florião, o moço — Negociador da paz com os Janduins — O tratado de paz com os Janduins — João Pais Florião, o avô — Serviços e postos — Perseguido pelo Desembargador Salema — O jocoso retratado pelo Governador Francisco Barreto 95

DURANTE A GUERRA HOLANDESA

O episódio com Bartolomeu Pires — O “Engenho Freguesia” queimado pelos holandeses — O episódio Pieter Heyn na “Boca do Rio” — Os proprietários de “Freguesia” aparelham lanchas de guerra — Durante o ataque de Nassau, uma carta de Henrique Munis Teles — Os incêndios de engenhos, ateados por Lichtardt — Segismundo e Van den Brand e van Goch — Patentes que narram 111

TRINCHEIRAS, FORTIFICAÇÕES E VARADOURO

“Ponta das trincheiras” no mapa de Alves Câmara — Fortes, fortins e plataformas no Recôncavo — O forte na “Boca do Rio” — “Varadouro, onde dão carena as naus grandes” — Uma nau francesa em Matoim em 1715 129

SOB O DOMÍNIO DOS ROCHAS PITAS — O COMPRADOR ANTÔNIO DA ROCHA PITA

Época provável da compra de “Freguesia” por Antônio da Rocha Pita — Antônio da Rocha Pita — Um rapto e um tiro — Fatos e documentos relativos a Antônio da Rocha Pita — Latifundiário equiparado aos Ávila, Guedes de Brito, Afonso Sertão, Barbosa Leal — O tráfico — Falecimento 137

A DESCENDÊNCIA DE ANTÔNIO DA ROCHA PITA

- Descendência do segundo matrimônio com Aldonça de La Penha Deusará — Descendência do primeiro matrimônio com Maria da Rocha Pita — Cristóvão da Rocha Pita, senhor de “Freguesia” e “Caboto” — Dúvidas sobre a herança de Simão da Fonseca Pita — O inventário de Lançarote Pereira Pita 147

CRISTÓVÃO DA ROCHA PITA

- Sertanista e latifundiário — Sua mulher — Sua filha casada com o Senhor da Torre — Um casamento infeliz — Fatos e documentos relativos a Cristóvão da Rocha Pita — Um episódio romântico com o sobrinho João Calmon — Vida de Cristóvão da Rocha Pita em “Freguesia” entre 1752 e 1792 — O engenho da ilha de Maré — Jacaracanga — Morgado de S. João — “Passagem” e o tesouro dos Teixeira Barbosa — Batizados de escravos — Nomes patrícos — Bastardos e enjeitados 155

OS VIVEIROS DE PEIXE DO CAPITÃO-MOR

- A visita de D. Joaquim Borges de Figueiroa ao “Engenho Freguesia” — Os viveiros do “Engenho Freguesia” ao tempo de Cristóvão da Rocha Pita — As pescarias no Recôncavo 173

UM INVENTÁRIO QUE DUROU TRINTA E SEIS ANOS

- O viúvo Cristóvão da Rocha Pita gera bastardos — Contestações a direitos hereditários — Atitudes dos brigadeiros Jenônimo Munis e Manuel de Lima Pereira — Viver a leis de nobreza — Fogo-morto — A partilha de 1843 177

O CONDE DE PASSÉ ADQUIRE O ENGENHO FREGUESIA E O RESTAURA

- Intervenção de Passé no inventário do Capitão-mor — Reintegração das áreas de “Freguesia” e “Caboto” — Fatos e documentos relativos ao Conde de Passé, sua genealogia — Passé restaura a casa paterna — Honroso testemunho no testamento materno — Seu casamento — Rebelião de escravos — Jerônimo Munis, o “Salvador do Recôncavo” — Guarda Nacional e Guerra do Paraguai 187

TERRAS DE FREGUESIA — CABOTO

Descrições de 1812 e 1837 — Avaliações de 1856 e 1877 —
Sesmarias extensas e latifúndios 201

A FÁBRICA

Ao tempo de Gabriel Soares — Uma descrição de Vilhena
— Descrições-avaliações de 1811 e 1832 — Avaliações
de 1856 e 1877 — “Encanamento” e “aterrado” —
Comparações com o Engenho do Conde descrito por
Antonil — Formas — Balcões 205

LENHAS E FORNALHAS

Informações de Antonil e Manoel Ferreira da Câmara —
Derrubada das matas — Uma representação de 1660
— Liberdade de construção de novos engenhos — Pro-
visão de 1681 proibindo levantarem-se engenhos a
menos de meia légua um do outro — Antonil e a fatura
de lenhas em 1710 — Opiniões contraditórias sobre a
provisão de 1681 — Rodrigues de Brito — Siqueira
Bulcão — Caráter marítimo-fluvial do Recôncavo —
“Beira-mar” e “Terra a dentro” — Dificuldades de
pedra e resistência das construções — Até onde ia o
Recôncavo em 1808 — Invenções para queimar menos
lenha e moer melhor — “Diálogos das Grandezas do
Brasil” — Fr. Vicente — Belchior da Costa em 1626
— João Lopes Serra em 1656 — Diogo Soares Alemão
em 1684-1687 — Antônio Carvalho Guimarães em 1697
— Salvador Vas Barreto em 1698 — Dois franceses em
1799 — A transformação do Recôncavo com o advento
das máquinas a vapor — A queima do bagaço nos fins
do século XVIII — Depoimento de Vilhena em 1808
— Opinião de Rodrigues de Brito — Trabalhos de
Manuel Ferreira da Câmara — Publicações de Manuel
Jacinto de Sampaio e Melo na “Idade de Ouro” — O
livro e as invenções de Sampaio e Melo — O Engenho
da Filosofia — Outros inventores — Valerio Scheult
e Sousa Bahiana em 1833 — Opiniões de Abrantes 217

ESCRAVOS

Avaliações de 1811 — Profissões — Avaliações de 1832,
1856 e 1877 — Profissões e defeitos — Castigos —
Alforrias — Escravos de escravos — Alimentação e

assistência em 1752 — Negros guerreiros e alforrias —
Escravos mandados para as obras de Sua Majestade
— O tráfico em 1752 — Uma representação assinada
pelos senhores de “Freguesia” — Atração das Minas —
Plano para regularizar o comércio negroiro 253

MESTRES DE AÇÚCAR

Altos ordenados — Mestres de açúcar em 1545 — Aleal-
dadores no Regimento dos Provedores em 1548 —
Informação de Fernão Cardim em 1584 — Importância
dos mestres de açúcar em 1706 — Depoimento de
Vilhena em 1808 — Opiniões de João Peixoto Viegas
em 1687 265

FAVORES E RESTRIÇÕES

Relações dos Senhores de Engenho com o Estado e com os
comissários — Caráter político-econômico dos engenhos
nos primeiros tempos — Regimento de Tomé de Sousa
— Provisão de Mem de Sá dá liberdade dos dez anos
— Situação em 1636 — Privilégio da integridade dos
engenhos — Provisões de 31 de agosto de 1636 e de
22 de janeiro de 1665 — Impenhorabilidade dos enge-
nhos — Situação em 1655 — Preços e monopólios —
Alvará de extinção do estanco da farinha, do vinho, do
azeite e do bacalhau — Comboios — Fixação de preços
— Regimento de Tomé de Sousa — Criação da Mesa
de Inspeção em 1701 — As várias qualidades e nomes
do açúcar — Reações contra a Mesa de Inspeção —
Regime das frotas — Embarques forçados de açúcar
— Contratadores dos dízimos — Privilégios dos Cavalei-
ros das Três Ordens e das Religiões — Licença para
levantar engenho, abolição dessa exigência — Opiniões
de Rodrigues de Brito e Manuel Ferreira da Câmara
contra a fixação de preços e classificação dos açúcares 275

CRISES

Situação entre 1550 e 1560 — Situação em 1626-1627 —
Situação em 1631 — Situação em 1666 — Situação em
1681 — Descrição de João Peixoto Viegas em 1687 —
Descrição de Câmara Coutinho em 1692-1693 — Situa-
ção em 1688 — Descrição de Antonil relativa aos fins
de 1600 e princípios de 1700 — Um parecer de Wences-
lau Pereira da Silva datado de 1738 — O malefício das

minas — A situação em 1752 descrita numa Representação de Senhores de Engenho — Situação em 1754 — A crise de mão-de-obra em 1755 descrita pelo Desembargador Antônio José da Fonseca Lemos — Depoimento de José Mascarenhas Pacheco de Melo em 1758 — Período de 1739 a 1766 descrito tragicamente pelo autor do “Discurso Preliminar” — Fase próspera de 1766 em diante segundo o “Discurso Preliminar” — A questão de baixar ou não os preços do açúcar — O depoimento de Cairu em 1751 sobre a época de prosperidade — Informações e opiniões de Vilhena (1802), Rodrigues de Brito (1807), Siqueira Bulcão (1807), Manuel Ferreira da Câmara (1807) — Depoimento de Góis Calmon — Informações de Spix e Martius acerca da situação em 1817-1820 — A crise da Guerra da Independência — A cólera em 1855 — Uma carta de Sinimbu sobre 1860 — Reação de 1861-1863 — A Guerra do Paraguai — A peste da cana — A situação em 1874 descrita pelas “Informações sobre o estado da lavoura” — O período de 1872 a 1889, segundo a “Vida Econômica e Financeira da Bahia” 297

TRANSPORTES E GADO

Os barcos do Recôncavo — Simão de Vasconcelos — Tropas de cavalaria na Bahia — Barcos e lanchas na “Representação dos Senhores de Engenho” de 1752 — Embarcações de “Freguesia” — Caixas, fechos, caras, barricas e sacos — Gados do sertão para os engenhos do Recôncavo — As fazendas do Capitão-mor — Zonas de economia especial no Recôncavo 337

AS FAZENDAS DO SERTÃO

Fazendas no Piauí — Fazendas em Pernambuco — Fazendas no Rio Grande do Norte — Fazendas no sertão da Bahia — Sesmarias e sucessões — As fazendas do Piauí num documento de 1697 — Venda ao Visconde da Parnaíba 351

LAVOURA E PRODUÇÃO

Ausência de escrituração agrícola — Despesas com a escravatura — Fernão Cardim, “Diálogos das Grandezas”, “Discurso Preliminar”, Cairu e Abrantes e as despesas com escravos e número destes em relação à produção de um engenho — Produção de “Freguesia” deduzida do

número de escravos que nele trabalhavam — Produção dos engenhos da Bahia, segundo as informações de José Antônio de Caldas — A lavoura de canas descrita na “Representação” de 1752 — O uso do arado, o “Pai Adão” — Informações de Prudêncio do Amaral sobre o não uso do arado em 1781 — Depoimento de D. Fernando José de Portugal sobre o uso do arado em 1798 — Depoimento de Vilhena — Reforma dos engenhos — Máquinas a vapor — Novas qualidades de canas — Spix e Martius — A cana caiana substitui a crioula — Rendimento da caiana — Manuel de Lima Pereira o introdutor da caiana — Uma notícia da “Idade de Ouro” — Experiências vitoriosas de Lima Pereira — Experiências de José Diogo Gomes Fernão — Mapa de exportação, produção, preços e número de engenhos na Bahia de 1550 e 1891 357

DURANTE AS GUERRAS DA INDEPENDÊNCIA E DA SABINADA

Um terremoto com desabamento em 1815 — “Boca do Rio”, ponto estratégico — Um combate naval à vista de “Freguesia” — O golpe de Higino Pires Gomes — Desembarque na “Boca do Rio” — Uma proclamação dos rebeldes contra os Senhores de Engenho 403

A CASA DE VIVENDA

Descrição de 1811, 1832 e 1877 — Em que época foi a casa construída — O que já dizia Gabriel Soares em 1584 — Características arquitetônicas — As ruínas de Caboto — O sobrado de Matoim — A Câmara de Santo Amaro — A reforma de Passé — As pinturas do salão e da sala de jantar — Tolenare e Manuel Querino — O pátio — Comparação com o pátio de Matoim — A antiga cozinha — Casas a meia encosta — O conjunto casa-engenho-capela — Os vários tipos de residências rurais no Recôncavo — Antigos depoimentos sobre “sobrados” de engenho — Pyrad de Laval em 1610 — Le Gentil de la Barbinais em 1712 — Maximiliano do México em 1859 411

A CAPELA

Rótulas e reclusão familiar — Época da construção — As imagens arroladas em 1811 — Ornamentos — Avaliações

em 1832, 1856, 1877 — Uma festa em 1854 — O luxo da capela e capelão — Depoimentos de Antonil, Gabriel Soares, Fernão Cardim — Sátiras de Gregório de Matos 431

O MOBILIÁRIO DO “SOBRADO”

Mobiliário igual na cidade e no campo — Descrições, avaliações no inventário do Capitão-mor — Salão — Sala de jantar — Salas e quartos — Estofos e panos — Prata — Descrições — Avaliações em 1877 — “Casas fechadas” — Saleta de entrada — Salão — Sala de jantar — Saleta de oratório — Copa — Necessidade de um estudo acerca do mobiliário antigo na Bahia 439

O BRASÃO DE ARMAS NO TETO DO SALÃO

Data da concessão — As armas segundo Sanches de Baena — Desenho defeituoso — Os linhagistas do século XVIII criam o gosto pelos brasões — Brasões de baianos posteriores à feitura do “Catálogo Genealógico” de Jaboatão — Armas por via materna — Conceitos de Vilas Boas e Sampaio — Postos e ofícios nobilitantes — Origens da nobreza brasileira — O Regimento de Tomé de Sousa — Degredados — Nobreza fundada em serviços militares — Nobreza advinda dos domínios territoriais — Disposições do Regimento de Tomé de Sousa — Cunho militar dos engenhos — Torres ou casas fortes — Nobres de solar — Vínculos e capelas — Sarcasmos de Gregório de Matos aos “fidalgos da Bahia” — Motejos de Vilhena — Formação de uma casta de vigorosa força eugênica — Passé, tipo completo da nobreza de Senhores de Engenho 449

COMISSÁRIOS E SENHORES DE ENGENHO

Relações entre comissários e lavradores — Um parecer de João Peixoto Viegas em 1687 — Providências legais favoráveis aos Senhores de Engenho — Narrativa de José da Silva Lisboa em 1781 — Rodrigues de Brito — O Regimento de Tomé de Sousa regula as relações entre fabricante e lavrador — Proteção legal do lavrador contra o fabricante — Testemunho e crítica de Antonil, de Silva Lisboa e de Vilhena 475

LUXO DISSIPADOR

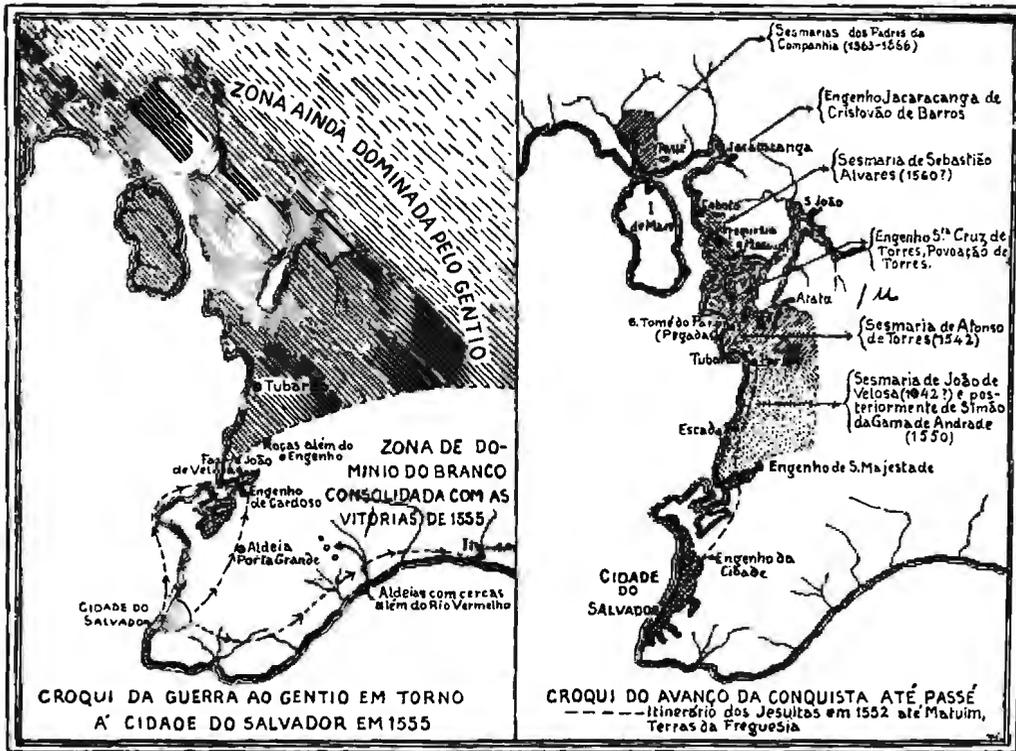
Luxo um aliado do comissário contra o Senhor de Engenho — Os ideais e as atividades do Senhor de Engenho e do negociante — Depoimento de Silva Lisboa sobre o luxo nos fins do século XVIII — Testemunho de Gabriel Soares relativo ao século XVI — Fernão Cardim e os “Diálogos das Grandezas” — As pratas de Catarina Paraguaçu — Críticas de Wenceslau Pereira da Silva em 1738 — Excessivo número de escravos, depoimento de Silva Lisboa e Vilhena — Excessiva extensão de terras, testemunho de Abrantes — Rodrigues de Brito e os gastos suntuários dos Senhores de Engenho — Os inventários e partilhas como provas do luxo dissipador, o inventário do pai do Conde de Passé em 1803 — O inventário de João Lopes Fiúza em 1741 — Uma biblioteca de senhor de engenho no meado do século XVIII — Mobiliário e alfaias de uma casa de vivenda num engenho em 1741 — Razões do vício suntuário dos Senhores de Engenho 485

AGONIA E MORTE DO BANGUÊ

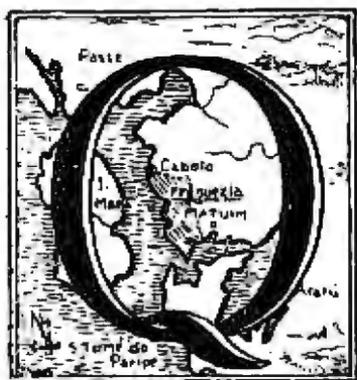
A fase brilhante de “Freguesia”, 1858-1862 — Fastígio e decadência do Conde de Passé — Morte do Visconde de Passé, começo do desbarato da fortuna paterna — Morre o Conde de Passé, seus netos herdaram “Freguesia” — O Barão de Cotegipe um administrador ausente — “Freguesia” sob a administração de Araújo Pinho — A crise da abolição — Informações de um borrador de um dos administradores-feitores — O Comendador Novis — Crônica de 1889 a 1901 — A fábrica cessa de trabalhar — De fornecedor de canas a engenho arrendado — Uma festa em 1900 — O passado e o futuro 507

Apêndice 527

Mapas Históricos da "conquista", desenhados por J. Wasth Rodrigues, de acordo com as indicações do autor.



O SÍTIO



UEM, das praias da Cidade do Salvador, num daqueles barcos de tão esquisito perfil oriental largar os panos ao sopro do nordeste, em busca do fundo da baía, beirando a costa na direção de Passé, descortinará, à luz de alguma tarde de verão, panoramas de não mais esquecer.

E se tiver em mente o passado, a bela história daquelas regiões, tanto o deleitará a natureza deliciosamente poética quanto o farão cismar redobradas evocações.

Desde a ponta de Monserrate, com a branca ermida como a boiar entre as espumas que a rodeiam, a terra se retrai em negaças de bucólicas praias — do Bonfim, da Lenha, dos Mastros: alvas areias que demandam a Penha com velha igreja entre antiqüíssimas árvores junto à abandonada residência estival dos antigos bispos. Entra depois o lagamar de Itapagipe em profunduras de contorno entremeadas de verdes ilhotas. Alveja, além, no meio da folhagem, a capela de Massaranduba. A Cidade distante parece não ter mudado para não desmentir as gravuras do livro de Barleus. Levantam-se ao fundo os altos do Lobato, princípios de Pirajá; e, avançando para Cabrito — um marco histórico da Guerra da Independência — retoma seu círculo a enseada, até São João da Plataforma, outrora aldeia de índios ali reunidos pelo jesuíta, e depois desembarcadouro e quartel de Nassau e holandeses em malogrado assédio à cidade brava.

Antes que o barco embique a proa entre a ilha de Maré, tão cantada de Botelho de Oliveira, e a costa pontilhada de casario,

não se saciam os olhos do navegante a recordar os entusiasmos de Nóbrega — “similham os montes grandes jardins e pomares, que não me lembra ter visto pano de raz tão belo”.

Lá está Escada em cuja capela, talvez ainda igual a como era no primeiro século, se acoitara, naquelas calendas, Sebastião da Ponte. Homiziado e resistente à prisão, invocara ali, entre os Padres da Companhia, o direito de asilo a fazer-se forte em ordens menores de que se lembrara como recurso de defesa. Levantara a terra em facções turbulentas e armadas entre o Bispo e os Jesuítas, que protegiam o acusado, e o Governador a cumprir mandos reais; tudo porque certo homem livre, a quem o magnata colonial cruelmente marcara na espádua com o ferro das vacas, embarcara para Lisboa e, uma manhã na Capela Real, ao entrar Sua Majestade, deixando cair a capa, mostrara ao Rei o aviltante estigma, pedindo justiça: — severa justiça que conduziria o grande repúblico, poderoso e rico, veterano das guerras contra o gentio, a ir morrer nas masmorras do Limoeiro (1).

Veleja agora a lancha à vista de Periperi; vem depois a praia do Tubarão — nome de um grande índio amigo nos começos da catequese; e Toque-toque, e Paripe, onde estão as pegadas de São Tomé, e Ponta da Areia, tão linda outrora, tão armada e ruidosa hoje, pouso militar de aviões, à entrada do Rio de Matoim dos antigos, à Boca do Rio dos pescadores de todos os tempos.

Da outra banda do *rio*, paralelamente à ilha de Maré, continua a costa continental estendida em grutas, desabamentos, pedrouços e escarpas, para adiante, numa leve curva reentrante, deixar ver o escuro telheiro de um engenho em mortório, e logo o vulto majestoso de largo sobrado de muitas janelas, caiado de branco, com alva capela aconchegada à ilharga. É ali o “Engenho Freguesia” ou “Novo Caboto”, outrora “Matoim”, cujas terras se estendem numa frente marinha desde a Boca do Rio até Caboto e Jacaracanga, na direção de Restinga e Passé, que parecem fechar desse lado o golfo.

*
* *

Nas mais antigas cartas geográficas do Recôncavo está assinalado o “Engenho Freguesia — Novo Caboto — Matoim” ora por uma simples convenção simbólica de engenho; ora com a designação — *N. S. da Piedade* — invocação da igreja matriz da paróquia de Matoim, que se erguia nas terras do engenho e perto das casas de vivenda e moer; ora com o nome de *Caboto*, ou seja, confusão

com o vizinho engenho “Caboto”, hoje integrado em “Freguesia”; ora ainda com nomes trocados: — *Do Castelhana, Do Cavalcanti*.

Os mapas mais velhos e nossos conhecidos, em que aparece o “Engenho Freguesia”, são: no século XVII: — o mapa da Bahia de Todos os Santos que figura na “História da Expansão Portuguesa no Mundo” com a legenda de — “Manuscrito — Roteiro de Todos os Sinais, Conhecimentos dos Baixios, Alturas que há na Costa do Brasil — Século XVI — Biblioteca da Ajuda” (2); o do “Livro que dá Rezaõ do Estado”, datado de 1612, existente nas coleções do Instituto Histórico Brasileiro; o mapa de João Teixeira (1640), na Biblioteca do Itamarati; — o mapa de João Teixeira Albernás, na Biblioteca Nacional.

Seguem-se ainda no século XVII os mapas que em conjunto podem constituir pequena coleção de cartas narrativas de sucessos de guerra e pirataria dos batavos na Bahia: — o mapa de Marcgraff datado de 1643, — “Sinus Omnium Sanctorum” anexo ao livro de Barleus; o mapa de Joanes Blaer J. F. — “Recens Elaborata Mapa Geogr. Regnun Brasilae — Math. Seuthern et Nova Animale Brasilae totius tabule” — da coleção da Biblioteca Nacional; o mapa — “Baya de Todos os Sanctos” que figura entre as páginas da “História dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais” de Joannes de Laet, Anais da Biblioteca Nacional, vol. 30; o mapa que Afonso de E. Taunay atribui a Coronelli, que figura no livro de Fr. Gio. Gioseppe di S. Teresa — “Istoria delle Guerre del Regno del Brasile” — 1698.

Em cartas do século XVIII vemos assinalado o “Engenho Freguesia”: no mapa que figura no livro de Frezier — “Relation du Voyage de la Mer du Sud aux Côtes du Chili, du Perou et du Brésil fait pendant les Années de 1712, 1713 et 1714” — Amsterdam, 1717; — no mapa de “I. Tirion (1765) — Kaart van der Aller-Heiligen baay waar aan de Hoofdstad legt van Brazil, Crondtekening van der Stad San Salvador”, do “Nieuwe en Beknöpte Hand-Atlas” de I. Tirion, existente na coleção Luís Matos e na Biblioteca Nacional; — no “Plano da Bahia de Todos os Santos oferecido ao Exmo. Senhor Marquês de Niza — por José Fernandes Portugal — Ano de 1796 — Escala de Leguas Marinhas de dezoito ao grau” com ampla legenda descritiva, existente nos “Serviços Geográficos do Exército Português” e em fotografia na Mapoteca do Estado-Maior do Exército Brasileiro, a fls. 81 do Álbum III da “Coleção Fotográfica de Cartas, Mapas, Plantas e Projetos referentes ao Brasil Anteriores à sua Independência, Trabalho executado na seção fotográfica da Direção dos Serviços Geográficos do Exército Português”;

— no mapa (do século XVIII) da Bahia de Todos os Santos com menção de engenhos, muito minuciosa, sem legendas, pertencente ao Arquivo Militar Português, catalogado sob n.º 96, que figura em fotografia a fls. 92 do Álbum III citado; — na “Planta Hidrográfica da Bahia de Todos os Santos. Em 18º de Latitude e... 22º de Longitude feita pelo Coronel Seixas” (século XVIII) que figura em fotografia à fl. 82 do Álbum III citado; — no mapa da Bahia de Todos os Santos, inserto entre as páginas das “Cartas Soteropolitanas” de Santos Vilhena.

No *século XIX*: mapa do Recôncavo datado de 1809 catalogado na Mapoteca do Estado-Maior do Exército Brasileiro sob o número 74 de uma lista dactilografada; mapa sem legenda e sem data que parece ser reprodução do em seguida citado, existente no Arquivo Militar Português sob número 96 que figura no Álbum I da “Coleção Fotográfica” acima referida; “Guia de Caminhantes” — “Carta 12.ª — Entrada da Bahia de Todos os Santos com o Recôncavo, seus principais Rios e povoações para o Senhor Capitão Pedro Francisco de Castro. Delineada e Iluminada por Anastácio Santana Pintor. Bahia — Ano 1816”, recentemente adquirida pela Biblioteca Nacional; mapa “Bahia of St. Salvador, from a Portuguese chart (with emendation of a British Officer), published 1th. December 1817 by Jas. Whittle & Richd. Holmes Laurie”; “Plano do Porto da Bahia de Todos os Santos, Copiado de um em Relevo no Real Arquivo Militar. — Lisboa 1823 — Escala de três léguas”, do Arquivo Militar Português sob n.º 57, e que figura à fl. 83 da “Coleção Fotográfica” acima mencionada; “Mapa Hidrográfico da Bahia de Todos os Santos, levantado no Ministério do Ilmo. Sr. Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti, sob a direção do Capitão de Fragata Joaquim Inácio Marques Lisboa, Comandante da Estação Naval do Centro, por Domingos Miguel Marques de Souza, 2.º tenente, secretário da mesma estação em 1846, reduzida à escala média do Arquivo Militar pelo capitão do Estado-Maior de 1.ª Classe Edmundo Máximo Sepúlveda Everard, em março de 1836”; mapa “Vista Hidrográfica do Recôncavo da Bahia para esclarecimento dos pontos históricos da guerra do Madeira em 1822 e 1823 pelo Dr. Melo Moraes”, junta ao Tomo II, 2.ª série 1867 do “Brasil Histórico”; “Planta Hidrográfica do Rio Cotegipe e Baía de Aratu levantada pelo Primeiro-Tenente Antônio Alves Câmara, comandante da canhoneira Traripe coadjuvado pelo Segundo-Tenente Manuel da Silva Lopes, oficial do mesmo navio, 1883”.

E no século XX: "Carta do Recôncavo da Bahia, organizada pelo Engenheiro Civil Teodoro Fernandes Sampaio, 2.ª edição, 1928".



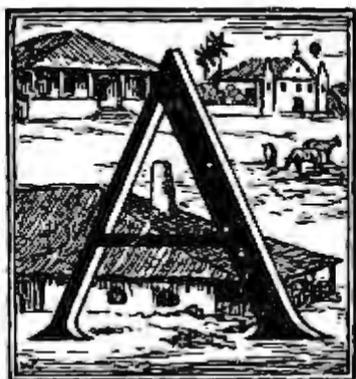
Notas do capítulo:

(1) Sobre Sebastião da Ponte e o episódio narrado, vide Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, págs. 220/221; Frei Joboatão, *Novo Orbe Seráfico*, vol. I, pág. 94: "Capítulos de Gabriel Soares de Sousa contra os Padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil" in *An. Bibl. Nac.*, vol. 62, págs. 358/361. — Os jesuítas parece que eram fáceis naqueles tempos em homiziar degredados e perseguidos da justiça. Na *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, vol. III, págs. 371 e 372 deparamos com mais de um asilado dos padres da Companhia. Sobre homizios vide a citada *História da Colonização*, págs. 267.

(2) Neste como no mapa da Bahia de Todos os Santos, que figura na *História do Brasil* de Afrânio Peixoto, ed. Lelo & Irmão, Lisboa, 1940, estampa entre as páginas 32 e 33 com a legenda — "Do Códice quinhentista da Biblioteca da Ajuda" a indicação "Matoim" pode referir-se tanto ao engenho como à região "Matoim".

Cabe aqui fazer uma nota a certa omissão propositada de Varnhagen quando publicou o *Tratado* de Gabriel Soares. Diz o grande historiador não ter tido notícia de existir na Bahia engenho com o nome de *Utum*, entretanto lera *Otuim* e *Utium* em alguns manuscritos. A passagem a que deve corresponder esta nota (pág. 345) é a que figura à pág. 125 do *Tratado*: "e descendo uma légua abaixo do engenho de Cotegipe está uma ribeira que se chama de Aratu em a qual Sebastião de Faria tem feito um soberbo engenho de água com grandes edifícios de casa de purgar e de vivenda, e uma igreja de São Jerônimo, tudo de pedra e cal, no que gastou mais de doze mil cruzados". (Ver Apêndice no final do livro) Ai não se lê a palavra Utum ou Utium, que certamente se seguia a São Jerônimo: — "Igreja de São Jerônimo de Utum" — diria o texto, havendo Varnhagem supresso *Utum* por não ter verificado existir engenho algum com esse nome na região. Que a nota de Varnhagen se refere a este tópico de Gabriel Soares é indubitável pois se encontra entre uma que alude a Aratu e outra a Carnaibuçu, que justamente balizam o trecho citado. Ora, *Otum* era nome da igreja de São Jerônimo naquele local e assinalava não só um engenho, mas, naquele tempo, toda uma região, tal como Paripe, Matoim, Passé, Tassuapina, Mataripe, Sergipe do Conde ou Terras do Conde de Linhares, Uguape ou Iguape, Capitania de Dom Álvaro — como tudo se vê nos documentos e cartas geográficas mais antigos relativos à Bahia de Todos os Santos: *Documentos Históricos*, "Denunciações ao Santo Officio"; "Confissões ao Santo Officio", *Livro que dá Rezaõ do Estado*, "Cartas Avulsas", etc.

A CONQUISTA



PRIMEIRA notícia da entrada do branco civilizado e cristão — nem sempre civilizador ou amigo do próximo, — naquelas paragens é a que nos dá um jesuíta em carta datada de 5 de agosto de 1552.

Faziam os padres e meninos uma “romaria às pegadas” — incursão religiosa de catequese e paz, a São Tomé de Paripe, onde havia a crença, até hoje muito viva, de, junto ao mar, guardar uma pedra marcas dos pés de Zumé, no falar do gentio, ou seja, o apóstolo São Tomé (1).

Ali foram os romeiros muito bem recebidos: — “a maior parte da noite tivemos grandes cumprimentos com o principal que estava ao presente... Disseram-nos que morássemos ali, e que nós que sabíamos, os ensinariamos e eles nos fariam uma casa nas pegadas do bem-aventurado Santo; com os quais de manhã partimos, depois de práticas e pregações pelas casas e cantares, para as pegadas com a ladainha nossa companheira e eles todos com *ora pro nobis*”.

Admirados, padres e discípulos deram louvores a Deus “por aquele mistério”, que o missivista descreve: “ao chegar era meia maré baixa, e vimos as pegadas marcadas como de homem que fugindo, resvalava, e a pedra deu lugar a seus pés, como se fosse barro, assim se abaixou e humilhou”.

Não pararam, porém, ali os jesuítas. Continuando a peregrinação chegaram adiante, a uma aldeia, justamente quando nela se celebravam ritos de antropofagia: “onde havia grande quantidade de vinho e carne dos contrários”. Respeitaram todavia os índios aos

visitantes, acudindo à doutrina: — “pregando pelas casas, aquele dia não a comeram por nossa chegada; e a sua festa cessou de tal maneira que eles mesmos fizeram calar os seus que cantavam. Os meninos enquanto aí estiveram foram bem acolhidos, e lhes varreram as ruas como a santos, e os meninos fizeram jogos falando por meio de língua”.

Deviam estar na Ponta da Areia ou lugar bem próximo da Boca do Rio, pois, continua o cronista: — “e ao outro dia partimos, onde não houve, com suas festas e vinhos quem nos passasse um rio muito grande”, que outro não era senão o “Rio de Matoim” — a estreita barra da enseada de Aratu. “Passamos a gente por várias vezes com uns paus de jangadas (barcos) que ajuntamos e atamos com as cordas dos leitos que levamos para dormir, e assim passamos a boca de um rio que entra no mar, que mais era mar do que rio, ao presente muito perigoso, segundo nos contaram depois, que aconteciam muitos desastres.”

Atravessada a Boca do Rio os jesuítas pisavam já terras que seriam depois e são de “Freguesia”.

Não muito longe, quem sabe se no próprio sítio da sede atual do engenho, já estava Nóbrega que a essa entrada com os meninos se antecipara: — “esse dia chegamos onde estava o Padre Nóbrega, onde chegamos na véspera do Ano Velho; onde passamos muitas outras coisas de louvor de Nosso Senhor. E este caminho foi de sete léguas por terra a dentro” — distância que separa “Freguesia” da Cidade do Salvador, ponto de partida dos missionários ⁽²⁾.

Era aquela região ainda maninha e bruta, dominada de gentio de pouco ou nenhum contato com brancos ou colonos, indiada “amiga de coisas musicais” que mais se rendia a cantigas, tangeres e bailados que a uma doutrina para ela incompreensível. Novos orfeus naquelas florestas de Matoim sabiam os jesuítas que “tocando e cantando entre eles os ganharemos”: — “deixam entrar em suas terras e casas se lhes levam músicas e cantos”; “se viesse cá algum tamborileiro e gaiteiro parece-me que não haveria principal que não desse os seus filhos para que lhos ensinassem”.

Atraíam à fé àqueles bárbaros pelos cantos e pela dança, já que a palavra os não comovia ou não entendiam a verdade que lhes pregavam: — “e quando os meninos vão tocando e cantando pelas suas aldeias, vêm os velhos (que costumam ter medo de nós e escondem os seus filhos) a bailar sem descansar e até mesmo as velhas, por cujo conselho se regem assim velhos como moços” ⁽³⁾.

Mas nessa primeira penetração pelas aldeias nem sempre tinha a música efeitos conquistadores. Alguns havia entre os caboclos

que “pensavam que o nosso cantar lhes daria a morte”. “Atravesando pela terra a dentro achávamos muita diferença de negros, porém em muitas aldeias não nos queriam ver e fugiam de nós escondendo-se com seus filhos, pensando que logo haviam de morrer”; e noutras as precauções geradas desse medo os levavam ao uso de *cortinas de fumaça ou gases asfixiantes*: — “e noutras partes queimavam pimenta que dá um cheiro muito forte e fumo que parece que afoga”.

Assim começava a conquista religiosa. Outras pregações e cantares se amiudariam. Mas se o catequista conduzia almas ao Senhor, ajudava a trazer índios ao comércio e trabalho com os colonos, e a granjear terras para plantio, cobiças, concessões e latifúndios — sesmarias.

Ao tempo de Pereira Coutinho, até àqueles sítios de Matoim não chegara o branco, pois sempre estivera junto à Barra, na Vila Velha, cercado bem de perto de índios hostis, malogradas as tentativas de expansão terra a dentro, quer diretas quer por intermédio de sesmeiros.

Sabe-se de três sesmarias por ele concedidas: — a Diogo Álvares a 20 de dezembro de 1536, a João de Velosa, cuja data Varnhagen não quis registrar, e a Afonso de Torres, a 28 de julho de 1542 (4). A primeira situava-se nos atuais bairros da Graça e da Barra na Cidade do Salvador; a segunda em Pirajá; a terceira chegava até ao “Rio Matoim”.

*
* *

Considerada a proximidade das terras doadas a Afonso de Torres das que constituem o “Engenho Freguesia”, vale demorar a atenção pesquisadora sobre a pessoa deste sesmeiro e seu latifúndio. (Veja nota nas folhas em apêndice).

Acerca de Afonso de Torres temos algumas informações colhidas em “Brasões da Sala de Cintra” de Braamcamp Freire e na “História da Colonização Portuguesa no Brasil”. Era natural de Iaem na Andaluzia, filho de Fernando de Torres e de sua primeira mulher Brites Marques, ou, segundo outros, de Martin de Torres. Tinha um irmão Diogo de Torres que veio casado de Castela, era mercador em Lisboa e em Portugal fundou um morgado. A ambos foram concedidos em 10 de janeiro de 1520 as liberdades e privilégios dos mercadores alemães, confirmadas as cartas de Afonso a 7 de setembro de 1524. Encarregado desde 1523 da feitoria dos tratos dos escravos e mais mercadorias nos rios de Guiné e da construção

e compra de navios, que fez muitos e vários, sendo citado um destes pelo primeiro Bispo Pero Fernandes (Sardinha) numa carta ao Rei datada de Santiago do Cabo a 11 de abril de 1552. Em 1532 tinha contratado o comércio de escravos e mercadorias de Guiné e os quartos e vintenas da ilha de Santiago e feitorizava a ilha de S. Tomé. Em 28 de julho de 1542, Francisco Pereira Coutinho, Capitão e Governador da Bahia, lhe concedia a carta de sesmaria de terras “partindo do porto do Tubarão até ao rio de Matoim na largura de três léguas”, concessão esta a que deu sua outorga a mulher de Coutinho, D. Margarida de Lacerda, por instrumento feito em 25 de outubro de 1542, na quinta de Varatojo, termo de Cadaval, tudo o que foi por El Rei confirmado por carta de 2 de dezembro de 1549, conforme consta do livro 69, fls. 118 da chancelaria de D. João III. Aparece desde 1520 comprando avultados padrões de juros. Chamado por Braamcamp Freire de “um dos negociantes mais ricos do nosso século de quinhentos”, alcançou em 4 de julho de 1559 carta de brasão de armas e faleceu em 4 de março de 1560, vindo a sua descendência a fundir-se na casa dos Condes de Sampaio ⁽⁵⁾.

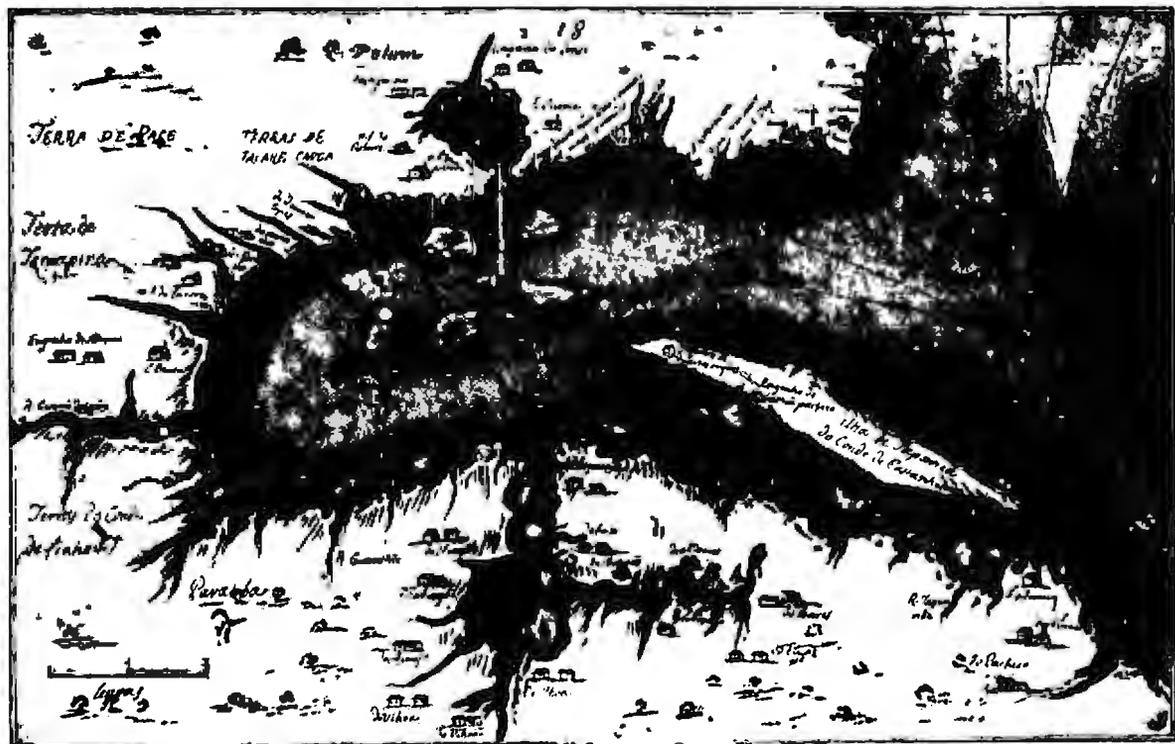
Com a carta de sesmaria, que fez na Bahia Afonso de Torres? Aproveitou logo as terras? Ou a tardia confirmação (1549, quando a carta de concessão fora de 1542) indica que não cuidara daquele latifúndio até 1549?

Seria o de Afonso de Torres um dos engenhos de que fala Gabriel Soares, levantados na Bahia ao tempo de Pereira Coutinho: “desta povoação (de Pereira) para dentro fizeram uns homens poderosos que com ele foram dois engenhos de açúcar que depois foram queimados pelo gentio, que se levantou e destruiu todas as roças e fazendas pelas quais mataram muitos homens, e nos engenhos, quando deram neles” e puseram o donatário “em grande aperto porque lhe cercaram a vila e fortaleza, tomando-lhe água e mais mantimentos”, obrigando-o afinal em 1545 a retirar-se? ⁽⁶⁾

Que existiram engenhos ao tempo de Pereira Coutinho na Bahia afirma além desta passagem de Gabriel Soares, que até lhes conta o incêndio e destruição, um tópico de carta de Pero de Campos Tourinho, o donatário de Porto Seguro, datada de 28 de julho de 1546, em que dá conta ao rei do desbarato da Capitania da Bahia. Refere-se Tourinho à estada dos franceses ali depois da retirada de Pereira Coutinho, prometendo que voltariam com “muita gente a povoar a terra por causa do brasil e algodões que nela há e *reedificarem as fazendas e engenhos que eram feitos*” ⁽⁷⁾.



Mapa seiscentista do Recôncavo, do “Livro que Dá Rezão do Estado do Brasil”. O “Engenho Freguesia” está assinalado com um desenho correspondente a engenho e perto o debuxo de uma igreja com o dístico “N. S. da Piedade”. Notar vários sítios citados no texto: “Paripe”, “Varadouro Velho”, “Terras do Conde de Linhares”, assim como vários engenhos com indicações de seus donos, alguns mencionados por Gabriel Soares, em 1584, no “Tratado”.



Mapa seiscentista do Recôncavo, do Atlas de João Teixeira, da Mapoteca do Itamarati, assinalado o “Engenho Freguesia” com o desenho de uma igreja e a designação “N. S. da Piedade”. Vizinho o atual “Engenho Matoim” com a designação “N. S. do Rosário”. Notar vários sítios citados no texto, tais como: “Varadouro onde dão carena as naus grandes”, “Otum”, “Terras de Jacaracanga”, “Terra de Pace”, “Terra de Tacuapina”, “Terras do Conde de Linhares”, “Paratiba”, assim como muitos dos engenhos referidos por Gabriel Soares em 1584 no Tratado.

Mais tarde, em setembro de 1547, o próprio Coutinho alegaria que na sua Capitania “mandara fazer muitos engenhos na terra” (8).

Os “muitos” eram evidente exagero; mas não mentiria ao ponto de os inventar de todo (9).

Notemos porém: *mandou fazer*.

E foram feitos?

Chegaram a existir?

Não custava ao donatário dizer que os terminara e que haviam moído e produzido.

Frei Vicente fala de engenhos inacabados: “esteve (Pereira Coutinho) de pazes alguns anos com os gentios e *começou* dois engenhos. Levantando-se eles depois, lhos queimaram e lhe fizeram guerra por espaço de sete ou oito anos” (10).

“Engenhos que eram feitos” menciona a carta de Tourinho. Dois engenhos de uns homens poderosos que com Pereira Coutinho haviam ido à Bahia, diz Gabriel Soares.

Seria Afonso de Torres um destes homens poderosos? E nas terras que tomara de sesmaria construíra engenho?

Mas tão afastado da fortaleza e povoação do donatário ir-se-ia meter entre a indiada hostil para além do Tubarão até Boca do Rio, isto é, no sítio de Paripe? (11).

Ao tempo da chegada de Tomé de Sousa não havia memória dos tais engenhos (12).

Mostrando-se contrário à opinião do Governador, que se opunha aos padres jesuítas se instalarem no Monte Calvário (Carmo), por ser fora da cidade e poder haver guerra com o gentio, Nóbrega escrevia que os índios — “primeiro hão de fazer mal nos engenhos que hão de estar entre eles e nós”. “Que hão de estar” e não “que estão”. Não havia engenhos, e os que viessem a ser construídos sê-lo-iam além do Carmo. E a memória de alguns antes existentes era tão fraca que nem vaga referência lhes fazia o grande jesuíta. Ao contrário. Noutra carta, datada do dia seguinte, informa: “se começa a plantar canas de açúcar” (13).

*
* *

Os padres da Companhia andaram pelas terras de Afonso de Torres, entre o Tubarão e a Boca do Rio, a região de Paripe e em nenhuma carta ou outro documento fazem referência a qualquer estabelecimento antigo e destruído daquele sesmeiro. A carta de 1552, que de início citamos, mostra a região povoada de antropó-

fagos, alude às pegadas de São Tomé, mas silencia sobre as ruínas de engenho ou povoação de civilizados naquelas paragens.

Varnhagen, entretanto, interpretando mal uma passagem de Gabriel Soares, criou sem fundamento um problema histórico que de fato não existe: o da *Povoação de Paripe* anterior à fundação da Cidade do Salvador e talvez à própria Povoação de Pereira.

Escreveu o Visconde de Porto Seguro que Tomé de Sousa e sua gente se haviam aposentado junto à capelinha da Vitória “logo à entrada da baía, no local onde já antes fora assentada a povoação, a qual igualmente estivera por algum tempo mais no fundo do Recôncavo, na defensável península de Paripe, entre a própria baía e o esteiro de Matoim” (14).

O autor da “História do Brasil” não se fundou, para esta afirmativa, em qualquer documento; ousou uma dedução que, como tantas em história, lhe saiu errada. A povoação estivera antes em Paripe — conclui ele — “visto que, trinta e tantos anos depois era esse local considerado como o assento da primeira povoação deste posto”.

Não cita Varnhagen quem emitira esta consideração. Omitiu a fonte de informação, que outra não era senão Gabriel Soares ao descrever em 1584, trinta e tantos anos depois da chegada de Tomé de Sousa, o contorno do Recôncavo: “povoação de Paripe... que é a mais antiga povoação e julgado da Bahia” (15).

Ora, é forçar a lógica tirar de tal frase aquela conseqüência.

Gabriel Soares não diz que Paripe fora a primeira povoação, naquele porto, nem que a povoação baiana ali tivesse estado antes ou depois de fundada a de Pereira Coutinho, junto à Barra, mas sim ser Paripe (em 1584) “a mais antiga povoação e julgado da Bahia”.

Bem sentenciou Capistrano ao anotar esse passo. Depois de definir com citação de Bluteau e Moraes que *julgado* é “povoação que não tem pelourinho, nem goza dos privilégios de vila, mas tem justiça e juízes que julgam”, lembra Capistrano não haver Gabriel Soares declarado “precedência cronológica, nem relativamente à Vila Velha, nem à Cidade do Salvador” (16).

Paripe ao tempo de Gabriel Soares era povoação e, mais que isso, julgado. Antes de Paripe não houvera outro julgado, que era portanto o mais antigo. Em 1570 escrevia Gandavo: “quatro léguas pela terra a dentro está outra povoação que se chama Paripe, que também tem *jurisdição sobre si*” (17).

Nem é admissível que, existindo além de Vila Velha ou Povoação de Pereira outra povoação, o Regimento que trouxe Tomé

de Sousa a esta se não referisse, apenas aludindo aos restos do que fora o estabelecimento de Pereira Coutinho — “cerqua que nela está que fêz Francisco Pereira Coutinho”. E não só silenciasse a respeito da povoação de Paripe como incluíse a região onde esta se encontra como zona dominada então pelos tupinambás (18).

E se recorrermos às ordens de pagamento do tempo da construção da Cidade — 1549-1553 — também veremos que se esta, para abastecer-se, resgatava e negociava com vários núcleos do gentio, nada recebia, ou pelo menos nada consta naqueles registros (19), vindo ou comprado em Paripe, na povoação de Paripe, nas povoações de Torres, ou de Afonso de Torres.

São numerosas as alusões a Tatuapara onde se granjeavam farinhas pagas em resgates, muitas transportadas pelo bergantim São Tomé, já construído na Bahia; repetidamente encontramos referências a Tinharé, onde se adquiriam embiras e madeiras para as naus e caravelas. Ia-se mesmo fazer cal em Itaparica e buscar outras farinhas em “Ceregipe”, que não sabemos se era, aliás com toda a probabilidade, o depois chamado “Del-Rei” (20) ou se o posteriormente apelidado “do Conde” (o que não é nada plausível), ou outro sítio que perderia esse nome.

Mas os citados pagamentos silenciam em absoluto a respeito daquela povoação de Paripe, que na opinião de Varnhagen já existia antes de Vila Velha ou antes da Cidade do Salvador.

Os mais antigos documentos quinhentistas com referências à povoação de Paripe datam de 1561. Neste ano, a 26 de agosto, foi mandada erigir em freguesia a igreja de Santa Cruz, existente “na Fazenda de Torres” (21). A indicação — “Fazenda de Torres” — induz a crer que a fazenda ou engenho sobrepujava a povoação e faz supor que esta não tinha ainda as “regalias de julgado”.

No ano seguinte, a 26 de junho de 1562, o Padre Leonardo do Vale alude à “povoação que chamam de Antônio de Torres, que está perto da nossa igreja de Santiago”, muito mal afamada quanto à religião de seus habitantes, entre os quais havia homens brancos que tinham “peças”, ou sejam escravos, “muito mal resgatadas” (22).

Em 1563 o padre Luís Rodrigues pregava numa “povoação de brancos” “que tem sessenta fregueses, que se chama Santa Cruz, povoação de Antônio de Torres” (23).

Uma carta de 13 de setembro de 1564, do padre Antônio Blasquez mostra que os núcleos da população da Bahia se localizavam então em Vila Velha, na Cidade e em Paripe. Dizia o jesuíta: “as pregações e os exercícios se continuaram depois disso, tanto

nesta cidade e Vila Velha como na povoação de Paripe”, onde ia pregar com muito fruto, de quinze em quinze dias, o padre Gregório Serrão (24).

Antes de 1562 os jesuítas escreviam (5 de agosto de 1552, 17 de setembro de 1552, abril de 1557) falando de estadas entre o gentio junto às pegadas de São Tomé ou no Tubarão sem fazer a menor alusão à povoação de Santa Cruz ou de Torres ou de Paripe (25).

Tudo isto leva a crer que aí por volta de 1562 é que a “povoação” avultaria em número de habitantes até elevar-se à categoria de “julgado”. Inexistente em 1552 e ainda em 1557, já em 1562 teria de vinte até cinqüenta vizinhos, os exigidos pela ordenação manuelina para que os juizes, vereadores e procurador da cidade escolhessem “em cada hum ano hum homem bom da diita Aldeia que seja nela juiz ao qual dêam juramento em camara” e que teria a alçada fixada pelo número de jurisdicionados — de cinqüenta vizinhos até cento e cinqüenta, de duzentos para cima (26).

É de toda probabilidade que Afonso de Torres não ousasse explorar sua sesmaria ao tempo de Pereira Coutinho, nem ao tempo de Tomé de Sousa e Dom Duarte da Costa, antes das guerras contra o gentio para os lados de Pirajá, e que só no governo de Mem de Sá ali fizesse “fazenda”, e levantasse “engenho” (27). Só após o enfraquecimento do gentio naquelas bandas de Paripe pela humilhação do Mirangoaba por Mem de Sá; depois das lutas entre as tribos do Tubarão e do Mirangoaba; depois das pestes, da grande fome, do êxodo e das campanhas sempre vitoriosas de Mem de Sá: — a do Boca Torta, a do Cururupeba, a de Seregipe — é que a zona de Paripe e Matoim ofereceu condições de segurança para empreendimentos e trabalho do branco. Tudo indica que o engenho de Santa Cruz de Torres, mencionado por Gabriel Soares — “o famoso engenho de Paripe, que foi de Afonso de Torres e agora é de Baltazar Pereira, mercador” — (28) foi erguido depois de 1557.

*

* *

Se não restou documento de conquista ou fundação do colono português por aquelas plagas de Matoim, tanto ao tempo de Tomé de Sousa como de D. Duarte da Costa, vale insistir sobre o problema histórico do número de engenhos na Bahia ao assumir o governo Mem de Sá.

“Não havia nela (Bahia) mais que um engenho, e havia poucos lavradores, e agora há muitos engenhos que rendem muito” declarava Heitor Antunes no depoimento que figura no “Instrumento de Serviços” (29).

Entre estes “muitos” bem podia contar-se o de Afonso de Torres e talvez outro ou outros em Matoim, quiçá o “Freguesia”; mas ignoramos qual e onde ficaria aquele único que Mem de Sá encontrou ao assumir o governo. Não era o “de Sua Alteza”, que Duarte da Costa começara e só ele, Mem de Sá, acabaria, nem o de João de Velosa.

Parece-nos, aliás, pouco segura aquela afirmação de só contar um engenho a Bahia à chegada de Mem de Sá em 1557, nem é de crer que as facilidades e favores do alvará de 20 (ou 21) de julho de 1551 ainda não tivessem, seis anos depois, operado qualquer efeito (30).

Documentos anteriores falam em “engenhos”. Assim em 1.º de junho de 1553 Tomé de Sousa escrevia ao Rei informando que fizera fortificar as povoações e engenhos da terra, como lhe mandava o Regimento. Ainda se estava construindo a Cidade do Salvador e numerosos pagamentos eram feitos em açúcar, naturalmente em seus arredores produzido. Mas seriam tão poucos os engenhos então que autorizassem aquele exagerado depoimento, que a um só e único os reduzia? (31) No alvará régio de 5 de outubro de 1555, que mandou construir o Engenho de El-Rei (32), há expressões que se não levam a crer na existência de engenhos na Bahia — “sou informado que havendo nessa Capitania Engenhos em que os moradores della pudessem desfazer suas canas, se plantariam e fariam muitos canaviais, com que a gente se aproveitasse e a terra se enobrecesse” — certificam e informam que seriam de tão pequena importância que não eram levados em conta (33).

*
* *

Notas do capítulo:

(1) Vide Padre Serafim Leite, *Novas Cartas Jesuíticas*, págs. 141/153.

(2) Matoim está a sete léguas da Cidade. Nos documentos do século XVII varia a avaliação daquela distância. Se lemos as “Denúncias ao Santo Ofício” (1618) verificamos que os denunciantes falam em cinco léguas (págs. 31, 64, 98), sete ou oito léguas (pág. 42), oito léguas (pág. 251). Mas é preciso lembrar que nem sempre os denunciantes se referiam ao mesmo ponto de Matoim, designação abrangedora de toda uma zona, toda uma região, e ainda, também, que a noção das distâncias não era muito segura naquela gente. — Por exemplo: Rio Vermelho — meia légua (pág. 67) ou uma légua (pág.

94); Itapagipe — uma légua (pág. 85); Tapoã — três léguas (pág. 106), Santo Amaro de Ipitanga — cinco léguas (pág. 31); Paripe — duas léguas e meia (pág. 90); Toque-toque — três léguas (pág. 87); Maré — quatro léguas (pág. 40), ou três ou quatro léguas (pág. 101); Passé — seis ou sete léguas (pág. 98); Sergipe do Conde — oito léguas (pág. 46); ou doze léguas (pág. 102); Freguesia do Peroaçu — oito léguas (pág. 46). — Gabriel Soares diz que o rio de Matoim ficava a cinco léguas da Cidade. Escada ficava a duas léguas da Cidade; Paripe a três léguas; S. Tomé a quatro léguas. — Vide *Tratado*, págs. 123 e 124.

(3) Numa carta do Bispo Pero Fernandes (Sardinha), de 12 de julho de 1552, se lê: — “não se esqueça Vosa Alteza de mandar ca huns orgãos porque segundo este gentio he amigo de novidades, muito mais se ha de mover por ver dar hum relógio e ranger orgãos que por pregação nem admoestações” (*História da Colonização Portuguesa*, vol. III, pág. 364). — São numerosos os testemunhos do gosto dos índios pela música — Vide Gabriel Soares, *Tratado*, cap. 162, págs. 293/294. — Vide “Cartas Avulsas”.

(4) Varnhagen, *História do Brasil*, I, págs. 251/277. *História da Colonização Portuguesa*, III, pág. 182. — A respeito da sesmaria de Diogo Álvares, escreveu com sábio critério o historiador D. Clemente Nigra na *Rev. Inst. Hist. da Bahia*, vol. 63, págs. 211 e segs. — Pelos termos da sesmaria de Diogo Álvares ficamos no conhecimento de a seu tempo (20 de dez. 1536) já existirem terras vizinhas, de Pedro Afonso, bombardeiro Bastiam Aranha e Paulo Dias. Seriam estes donos de tais terras por força de sesmarias concedidas anteriormente por Pereira Coutinho? — Vide “Livro Velho do Tombo”, publicação dos Monges Beneditinos da Bahia, pág. 77. — A julgar pelo que diz Gabriel Soares a sesmaria de Afonso de Torres ia do Tubarão até a Boca do Rio e pela baía de Matoim a dentro duas léguas. À pág. 125 do *Tratado* lê-se: “famoso engenho de Paripe, que foi de Afonso de Torres e agora é de Baltazar Pereira, mercador. A este engenho pagam fora todas as fazendas que há no porto de Paripe a que também chamam do Tubarão, até a boca de Matoim e pelo rio acima duas léguas”, mas Braamcamp Freire diz: “do porto do Tubarão até ao rio de Matoim na largura de três léguas”.

(5) Vide *História da Colonização Portuguesa*, vol. III, pág. 214 e 363; Braamcamp Freire, “Brasões da Sala de Cintra”, Livro I, págs. 482, 484.

(6) Vide Gabriel Soares, *Tratado*, pág. 41.

(7) Vide *História da Colonização Portuguesa*, vol. III, pág. 266. Vide Jaboatão, *Novo Orbe Seráfico*, vol. I, pág. 120.

(8) Vide *História da Colonização Portuguesa*, vol. III, pág. 282.

(9) Vide Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, pág. 105.

(10) O alvará de 21 de julho de 1551 diz claramente que na capitania da Bahia, antes de se despovoar, existiam engenhos — “fazer de novo engenhos de açúcar ou reformar os que tinham nessa capitania dessa Bahia” (*Docs. Hist.*, vol. 35, pág. 334).

(11) Se admitimos que um dos homens poderosos que fizeram ou começaram engenhos na Bahia-Capitania foi Afonso de Torres, o outro necessariamente havia de ser João de Velosa. Documentos posteriores a Pereira

Coutinho induzem a crer que Velosa não tivera ao tempo do donatário engenho feito, acabado, moente, corrente, por aquelas bandas, parecendo mesmo que não chegara a terminar o que começou provavelmente depois de fundada a cidade em 1549. Do teor da sesmaria de Simão da Gama de Andrade (19 de maio de 1552, *Docs. Hist.* vol. 36, págs. 416 e 424) verifica-se que em 1552 existia o engenho de João de Velosa que moía com águas do rio do Pirajá. Nessa sesmaria de Simão da Gama se fala na "dada de sesmaria que tem Afonso de Torres", mas nas confrontações da confirmação (1562) se diz "até entestar com a dada de Afonso de Torres, digo que foi de Afonso de Torres". Confirma-se o falecimento de Afonso de Torres em 1560.

(12) O Regimento trazido por Tomé de Sousa não menciona engenhos existentes na Bahia ao tempo de Pereira Coutinho e pelos índios destruídos. Usa de termos genéricos que podem abranger os engenhos acabados ou não: ter o gentio *destruído as fazendas e feito danos aos cristãos*, mas bem podia aludir aos tais engenhos nos artigos em que estimula a construção dessas fábricas de açúcar pela concessão de sesmarias. Fica sempre duvidoso o assunto; mas o interessante é verificar como são desse caráter, geradores de hesitações, os documentos coevos ou os mais antigos e como os cronistas e narradores são tanto mais afirmativos e minudentes quanto mais recentes. Simão de Vasconcelos por exemplo (*Crônica*, vol. I, pág. 24) escreveu: "estive (Pereira Coutinho) algum tempo de paz com os índios e chegou a fazer dois engenhos e algumas roças", mas já Vilhena (*Cartas*, vol. I, pág. 29) diz que o donatário "percebia já considerável lucro de alguns engenhos de açúcar que se haviam levantado" e Borges de Barros, arrimando-se a Melo Moraes, chega a localizar: "nos anos de 1537 a 1540 existiam nas cercanias do dique, nesta capital (Salvador), dois engenhos de açúcar que foram incendiados pelos tupinambás" (*Anais Arquivo Público da Bahia*, vols. III, pág. 22; IV e V págs. 10 e 11; VI e VII pág. 9; XIV, pág. 3).

(13) "Cartas de Nóbrega" (9 e 10 de agosto de 1549), págs. 84 e 89.

(14) Vide Varnhagen, *História do Brasil*, I, pág. 301. — Sobre Paripe vide o artigo de Péricles Madureira de Pinho na revista *Mensário do Jornal do Comércio* — Tomo III, vol. II, pág. 888.

(15) Vide Gabriel Soares, *Tratado*, pág. 124. No livro de Antônio de Herrera — "História Geral de los hechos de los Castelhanos..." (1601) — se diz que na Capitania da Bahia de Todos os Santos havia três lugares povoados — Vila Velha, a Cidade e "quatro léguas pela terra a dentro acha-se o lugar de Paripe". Tinha a capitania 1.100 vizinhos e 18 engenhos de açúcar, ainda que a gente desse mais para o negócio do algodão. Existiam na cidade 5 igrejas e um colégio da Companhia. (Vide *Rev. Inst. Hist. Bahia*, vol. III, pág. 367/368.)

(16) Vide Varnhagen, *História do Brasil*, I, pág. 301, nota 19 de Capistrano.

(17) Vide Gandavo, *História da Província de Santa Cruz*, ed. R. Garcia, pág. 88.

(18) Vide *História da Colonização Portuguesa no Brasil* — Vol. III, pág. 334.

(19) Vide *Docs. Hist.* — Vol. 3.

(20) Dizemos aqui ser provável tratar-se de Sergipe del Rei e não de Sergipe do Conde o "*Sergipe*", onde em janeiro de 1550 se foram buscar farinhas (noventa e seis alqueires de farinha, medida da terra) (*Docs. Hist.*, vol. 3, pág. 414) porque bem se pode registrar que ao tempo de Tomé de Sousa os pontos que os colonos e a administração da cidade procuravam, em boas relações com os índios, para negociar, adquirir alimentos, madeiras etc., ficavam ao longo da costa, sobretudo da Ponta do Padrão para o norte, não sendo muito aventurar fosse gente amiga de Diogo Álvares, que representava então o seu magno papel na história do Brasil. Para o interior da Bahia parece não gozava Diogo Álvares de prestígio tão grande como com o gentio da costa oceânica. É que talvez tirasse vantagens para si e para sua índia de arribadas, naufrágios, embarques de pau-brasil em veleiros de Portugal ou franceses, sobretudo. Cá pelo Recôncavo estava o gentio bruto, sem contato tão freqüente com nautas, extremes da direção e talvez hostis à aliança com o Caramuru.

(21) Vide *Docs. Hist.*, vol. 36, pág. 165.

(22) Vide "Cartas Avulsas", pág. 362. A referência "Antônio de Torres" em vez de Afonso de Torres deve ser levada a algum lapso de copista das velhas cartas jesuíticas. Ver Apêndice, no final deste livro.

(23) Vide "Cartas Avulsas", pág. 374.

(24) Vide "Cartas Avulsas", pág. 427.

(25) Vide Padre Serafim Leite, *Novas Cartas Jesuíticas*, págs. 141/153; "Cartas Avulsas", págs. 130, 134, 136; "Cartas de Nóbrega", pág. 157.

(26) Vide Ordenações Manuelinas, Título XLIV, artº 69, onde se lê: "outrosi por quanto ouvemos por informaçam que muitos moradores nas aldeas de Nossos Reynos, que estam afastadas por hũa leguoa, e mais das Cidades e Villas, de cujo Termo e Jurisdiçam sam, perdiam muitos dias e geiras por item requerer sua justiça sobre os dânos e coimas e outras contendas de pequena quantidade e quantia, aas ditas Cidades e Villas de cuja jurisdiçam sam, querendo a isto prover Mandamos que em qualquer aldea em que ouver vinte vesinhos e pera cima até sincoenta, e fôr hũa leguoa afastada, ou mais da Cidade, ou Villa de cujo Termo fôr os Juizes da dita Cidade ou Villa com os Vereadores e Procurador escolham em cada hũm ano hũm homem bom da dita Aldea, que seja nella Juiz..."

(27) Não é lícito concluir que já em 1546 tivesse Afonso de Torres engenho, tanto que numa carta datada de 20 de dezembro daquele ano Duarte Coelho fala de "hum feitor de Afonso de Torres que aquy veo ter". Tinha *este feitorias*, e, conseqüentemente, *feitores*, não de fazenda ou engenho, mas de "uma feitoria de mercadores". A expressão feitor na carta de Duarte Coelho significava "aquele que negocea por outro". Terja vindo o tal feitor de alguma feitoria — "logar onde residem os feitores que em terras alheas negoção a fazenda dos mercadores da Europa". — Vide *História da Colonização Portuguesa*, vol. III, pág. 315, e Bluteau, *Dicionário* verb. *Feitor* e *Feitoria*.

(28) Vide Gabriel Soares, *Tratado*, pág. 125. Segundo informa Jaboatão viera este Pereira para a Bahia em 1560 (ano em que morreu Afonso de Torres) tendo comprado no Reino o engenho Santa Cruz de Torres a Jorge Gomes Sampaio, vendendo-o depois a Antônio Vaz em março de 1589 para regressar no

ano seguinte a Portugal. — São de algum pitoresco as informações do genealogista a respeito deste engenho e seus proprietários. Antônio Vaz, que comprara o engenho por trinta e dois mil cruzados, não demorou muito como senhor dele. Oito meses depois (novembro de 1590) vendia com grande lucro a metade do engenho a Gaspar Pereira, o velho, e vinte dias depois a outra metade por cento e sessenta mil cruzados, realizando assim com um capital de trinta e dois mil cruzados, em menos de um ano, o lucro de duzentos e sessenta e oito mil. — Veio o engenho de Paripe a ser propriedade de um neto deste Gaspar Pereira, que se casou com uma Dormondo, irmã daquela de quem Antônio Guedes de Brito teve uma filha a quem legaria sua casa. Não são lá muito favoráveis a este Miguel Pereira as informações que dele registrou Jaboatão no "Catálogo": "jogador e viveu de tal sorte que depois de jogar o seu engenho de Paripe e mais bens que possuía, jogou sua própria mulher duas vezes, e, perdendo-a, foi entregá-la aos que a ganharam. Depois houveram desquites por justiça e ela se amigou com vários homens e foi mulher pública e dizia que o tal seu marido muitas vezes lhe entrava em casa a pedir-lhe que o socorresse com algum dinheiro, do que ela ganhava pela sua culpa." (Jaboatão. *Catálogo Genealógico*, págs. 219, 221, 224, 236, 237, 238, 239). — Vide sobre Baltazar Pereira, "Denúncias da Bahia" (1591) págs. 295 e 357. Referências a Gaspar Pereira e Antônio Vaz em "Denúncias da Bahia" (1591), pág. 295. — Ao tempo em que escrevia Simão de Vasconcelos (1663) a sesmaria de Afonso de Torres estava muito subdividida. Este jesuíta diz ter visto instrumentos que diziam "concedo uma data de terra, sita nas pegadas de São Tomé, tanto para tal parte tanto para outra etc.", tendo os padres da companhia um desses instrumentos "em nosso cartório deste colégio da Bahia" (*Crônica da Companhia de Jesus*, I, pág. 77). A área dava para muitas fazendas e mais um engenho. — Ainda em 1812 tinha aquele engenho o mesmo nome. Na "Idade de Ouro", de 17 de janeiro de 1812 lê-se: "Quem quiser comprar o Engenho de Santa Cruz de Torres em Paripe que é de Francisco Agostinho Gomes, fale com Manuel José de Melo no seu escritório ao Corpo Santo, que tem ordem para o vender".

(29) Vide "Documentos Relativos a Mem de Sá", pág. 18.

(30) O interesse real pela fundação de engenhos era grande. Em alvará de 20 ou 21 de julho de 1551 concedia o Rei liberdades aos que construísem engenhos — "havendo eu respeito ao muito que importa ao serviço de Deus, e Meu haver nessa Cidade do Salvador; e nas outras Povoações dessas Partes moradores, e abastança, que as possam povoar e aproveitarem Engenhos e Fazendas de açúcares, que lá se enobrecam, e que quanto com mais brevidade se nisso prover tanto mais cedo as ditas terras se poderão segurar, e dar novidades e rendimentos". — E "para que muitos com eles por vontade folguem de empregar lá suas fazendas, e de se irem lá viver" aos que à própria custa e fazenda fossem nos anos de 1551 e 1552 à Cidade do Salvador e povoações para nelas viver e as povoar e aproveitar e também aos que "lá mandarem no dito tempo a fazer de novo Engenho de açúcar ou reformar os que tinham nessa Capitania antes de se despovoarem" concedia isenção de pagamento do "dízimo que me pertence de suas novidades por tempo de cinco anos". (*Documentos Históricos*, vol. 35, págs. 333/334. — No Regimento de Gaspar de Sousa lê-se: "E por que aquele estado he de terras novas, e a maior parte delas muito férteis, e convem para se augmentar e povoar tratarse da cultivaçam delas com muito cuidado vos recomendo que assi o façaes e procureis por todos os meios que vos parecerem necessários, que as ditas terras se vão cultivando, povoando e edificando novos engenhos de açúcar, fazendo

guardar aos que de novo os edificarem ou renovarem os desbaratados seus privilegios e isenções, e obrigando aos que tiverem terras de cismarias que as cultivem e povoem conforme as obrigações com que lhe forão dadas, e aos que as não cumprirem se tirarão e daram a quem as cultive, e povoe e na repartição das ditas cismarias fareis guardar o Regimento para que se não dee a huma pessoa tanta quantidade de terra que não podendo povoar-la nem cultivar-la redunde em damno do bem publico e augmento do estado”.

(31) Vide *História da Colonização Portuguesa*, volume III, pág. 338. Em 1572, ao tempo de Gandavo, eram dezoito os engenhos da Bahia; Anchieta em 1584 contava alguns quarenta e em 1538 mencionava quarenta e seis (Informações — “Cartas”, pág. 318 e 412). — Fernão Cardim entre 1583 e 1590 falava de trinta e seis; Gabriel Soares que escreveu em 1584 referia-se a quarenta — “mui prósperos de edificios, escravaria e outra muita fábrica, dos quais haverá muito mais se os moradores foram favorecidos como convinha e como eles estão merecendo por seus serviços” (*Tratado*, pág. 107), 4 dos quais ainda em construção em 1584 (Id. pág. 142). Quando Simão de Vasconcelos escreveu a sua *Crônica*, subia o número deles a sessenta e nove (*Crônica*, II, pág. 21).

(32) No “Instrumento de Serviços” Mem de Sá (1570) diz ter feito o engenho “pera os moradores porque dão quinhentas arrobas”, o que devemos entender que as canas fornecidas pelos moradores e moídas no engenho de Sua Majestade davam quinhentas arrobas por safra (“Documentos Relativos a Mem de Sá”, pág. 4) de vantagem para o Rei — “rende cada ano pera Sua Alteza quinhentas arrobas dassuquere branco” (id. página 11, id. 62, id. 68).

Gabava-se Mem de Sá de haver aumentado as rendas da Coroa. Eram quase nada quando entrara a governar e em 1570 subiam a 6.000 cruzados pouco mais ou menos, quantia que em breve cresceria ainda — “por a terra estar de paaz e se fazerem grandes fazendas e muitos engenhos dassuqueres” (“Documentos Relativos a Mem de Sá”, pág. 4), engenhos estes que, segundo as testemunhas, eram “dagoa e de trapiche” (id. 10 e 45, e 5 e 58). Uma das testemunhas dizia que o “engenho de Sua Alteza de Pirayao” — “enriquecera muitos moradores desta capitania” (id. 18).

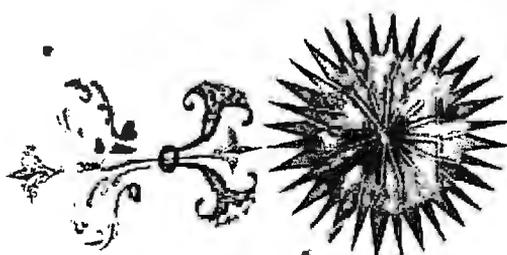
(33) Vide *Doc. Hist.*, vol. 35, págs. 321-324. O local do Engenho de El-Rei foi por ele determinado: — “e por me ser dito que o lugar mais conveniente, e que melhor disposição tem para se o dito Engenho fazer, é uma levada, e terra, que Francisco Pereira Coutinho, sendo capitão dessa capitania, deu a João de Velosa, na qual se começou já a fazer obra para um Engenho e depois se deixou danificar e perder, e ao presente está despovoada, e não tem mais bemfeitoria, que uma casa de taipa descoberta, roças de alguns mantimentos...” Vê-se daí que Pereira Coutinho deu terras a João de Velosa, não havendo certeza de que este tivesse nelas acabado o engenho, afinal queimado pelos índios. São expressões do rei: “se começou já a fazer obra para um engenho”. Mas esse começo de obra para engenho não foi queimado pelos índios, e até parece posterior ao tempo de Coutinho — “na qual se começou já a fazer obra para um engenho e depois se deixou danificar e perder”. O alvará régio mostra que a data de João de Velosa não era muito segura. Não devia ter sido confirmada e registrada no Reino; de outro modo não se leria naquele alvará — “levada e terras, que se diz que era dada ao dito João de Velosa”. O rei tomará terras e levada para o novo engenho que determinava se fizesse, “com a mais brevidade que puder ser”, mas se Velosa tivesse efetivamente direito, deviam ser atendidas as reclamações, feitas em certo prazo: “sendo caso que

antes de se a dita obra começar, ou depois de começada o dito João de Velosa ou qualquer outra pessoa, ou pessoas, que pretendam ter direito, na dita levada, e terras, que para o dito engenho tomardes por si, ou outrem por eles queiram embargar a obra do dito engenho, vós sem embargo dos taes embargos mandareis, que a dita obra se faça, e vá por diante até se o dito engenho acabar e notificareis a taes pessoas que dentro em um ano primeiro seguinte poderão vir ou mandar allegar a este Reino, e minha Fazenda do Negocio da India qualquer Direito que pretenderem ter no dito lugar, e terras; porque na dita Fazenda, serão sobre isso ouvidos e lhes direis, que tragam quaesquer titulos, que tiverem porque lhes pareça que lhes pertença, sendo certo, que não vindo dentro do dito termo, não hão de ser depois sobre isso ouvidos, e vindo se tomará na dita Fazenda conhecimento do caso, e achando-se, que a dita levada, e terras, em que se o dito engenho fizer, lhe pertençam, lh'as mandareis tomar, pagando as despesas e bemfeitorias que no dito Engenho e obra dele forem feitas". João de Velosa estava então na ilha da Madeira, pelo que se passou provisão para ser notificado de como se ordenara fazer o engenho na dita terra "para poder acudir a isso e vir sobre o dito caso requerer justiça." E o Rei mandava para a Bahia um construtor de engenhos — "e para fazer a obra vae nesta não Gonçalo Rodrigues, Mestre de Engenhos com as cousas para isso necessárias".

(5 de outubro de 1555. *Doc. Hist.*, vol. 35, págs. 323/324) — O Engenho de Pirajá ou Engenho de El-Rei em 1561 moía e dava rendimento, parecendo estar então arrendado; pelo menos isso faz crer o seguinte lançamento: "houveram pagamento... em Fernão Vaz da Costa, Thezoureiro, para os pagar do rendimento do engenho de Pirajá que o rendeiro havia de dar do ano passado." (*Docs. Hist.*, vol. 36, pág. 98). Na época em que Gabriel Soares escreveu (1584) estava efetivamente arrendado o Engenho de El-Rei: "entrando por este esteiro (de Pirajá), pondo os olhos na terra firme, tem uma formosa vista de três engenhos, e no cabo do Salgado se mete nele uma formosa ribeira de agoa com que moe um engenho de açúcar de S. Majestade, que ali está feito com uma igreja de S. Bartholomeu, freguezia daquele limite, o qual engenho anda arrendado em seiscentas e cincoenta arrobas de açúcar branco cada ano" (*Tratado*, pág. 122).



Mapa do Recôncavo, do Atlas de João Teixeira, da Mapoteca do Itamarati. Aparecem os engenhos “Freguesia” e “Caboto” indicados pela designação geral “Eng.º”. Notar os engenhos assinalados: “Eng.º de Tapagipe”, “Eng.º de Mateus Lopes”, “Eng.º do Cavalgante”, “Eng.º do Coelho”, “Eng.º do Barros”, “Eng.º do Brito”.

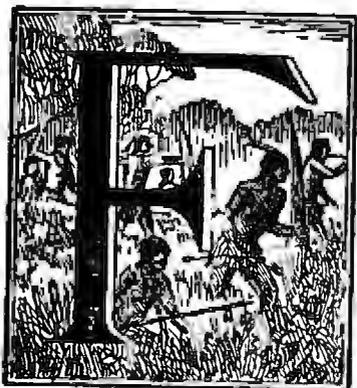


BAHIA DE TODOS OS SANTOS



“Eng.º do Andrade”, “Eng.º do Silveira”, “Eng.º do Conde”, “Eng.º Velho”, “Eng.º de Santiago”, “Eng.º de Santo Antônio”, “Eng.º de Nossa Senhora da Penha de França”, “Eng.º de Nossa Senhora da Luz”, “Eng.º Capanema”, “Eng.º Novo”, “Eng.º Taperandê”, “Eng.º da Santa Cruz”.

A SESMARIA E O SESMEIRO



Oi Mem de Sá o conquistador do Recôncavo.

Antes as guerras de D. Duarte da Costa e seu filho D. Álvaro já haviam começado a subjugação do gentio pelas armas portuguesas — para as bandas do Paraguaçu-Jaguaripe, para os lados de Itapoan e Pirajá. Mem de Sá fez outras e sucessivas em todos os sentidos e se assenhoreou do contorno inteiro do golfo, ou, como diz Gabriel Soares — “destruiu e desbaratou o gentio que vivia de

redor da Bahia, a quem queimou e assolou mais de trinta aldeias, e os que escaparam a mortos ou cativos fugiram para o sertão e se afastaram do mar mais de quarenta léguas” (1).

Dominado assim o íncola, adquirido para fazendas e engenhos aquele território mais que próprio ao plantio da cana, ou, como diria Simão de Vasconcelos — “torrão por ordinario fino maçapé, feraz e vigoroso” — logo o requestaram homens ativos ou cobiçosos.

Entre estes figurou Sebastião Álvares que pediu e obteve as terras onde assenta o “Engenho Freguesia” — “uma légua defronte da Ilha de Maré” (2) como informa Varnhagen que se limitou a esta parca notícia, nada nos dizendo da data da sesmaria e da largura ou fundo do terreno doado, que, aliás, é de prever não excedesse de uma légua, como na maior parte das concessões contemporâneas (3).

O sesmeiro Sebastião Álvares ou Alves — “Cavaleiro da Casa de El Rei Nosso Senhor” — já era pessoa importante na colônia, na Cidade do Salvador e seu Recôncavo, antes da chegada do Gover-

nador que lhe doou aquelas terras, tendo por si a simpatia de D. Duarte da Costa e a proteção real.

Parece ter vindo do Reino em 1553 com um título de Oficial da Fazenda Real, pois em 10 de abril daquele ano D. João III o nomeava (“Cavaleiro da minha Casa”): — “escrivão da minha fazenda nas terras do Brasil por tempo de três anos e com oitenta mil réis de ordenado em cada ano”, para servir quando vagasse o dito ofício.

Não foi porque tardasse em Portugal que só em 21 de agosto de 1554 tomou posse perante o Provedor Antônio Cardoso de Barros, pois sabemos de sua presença na Bahia em 18 de novembro de 1553, quando subscreveu a carta com que D. Duarte da Costa nomeou interinamente a Rodrigo de Freitas provedor da fazenda, na vaga de Rodrigo de Argolo (4).

Em maio de 1555 estava Sebastião Álvares em pleno exercício do seu cargo de escrivão da fazenda e em junho D. Duarte da Costa o incumbia de missão importante e de confiança no reino, para onde partiu. — “por Capitão da Caravela São João a cousas que cumprem a serviço do dito Senhor” — levando “cartas a Sua Alteza a cousas de seu serviço”.

A ausência de Sebastião Álvares ou Alves não foi das mais longas. No ano seguinte (11 de novembro de 1556) está ele na Bahia a subscrever papéis como escrivão da fazenda, encontrada sua assinatura em documentos datados de agosto e setembro de 1557 (5).

Voltava como dantes, adeso e fiel a D. Duarte da Costa. De fato, quando foi das lutas entre o Bispo D. Pero Fernandes (Sardinha) e o Governador, era Sebastião Álvares dos que se alistavam no partido deste. Tinha ocorrido o grande desastre do naufrágio e massacre em que perderam a vida às mãos dos caetés tantos e tão altos elementos da cidade, a fina flor do partido do Bispo, e ele próprio, quando os Oficiais da Câmara, Simão da Gama de Andrade, Francisco Porto-Carrero, João Velho Galvão, Vicente Dias, Pero Teixeira, Damião Lopes de Mesquita, dirigiram ao Rei, datada de 18 de dezembro de 1556, uma carta de queixas e acusações, juntando traslados das representações perdidas no naufrágio. Nessa carta comunicavam o receio de o Governador e o Ouvidor, então “vytoriosos do mal que a esta terra succedeu e por a muyta falta de gente que agora ha que se dôa do bem” do povo, fizessem na próxima eleição Vereadores e Oficiais à sua vontade. Os escolhidos pelo Governador e pelo Ouvidor pessoalmente seriam: João

de Araújo, Gaspar Lamego, Cristóvão de Aguiar, Antônio do Rego, Antônio Ribeiro, Diogo Munis Barreto, Bernardo de Avelar, Lopes Machado e *Sebastião Álvares*, cujas informações, diziam os missivistas, não deviam merecer crédito algum porque “estes tem o governador na sua mão á custa da fazenda de V. A. e alem disso nenhum he casado e morador na terra e são as proprias pessoas que de sua mão tem pera ajudarem a tirar as fazendas e onras dos moradores” (6).

Em 21 de agosto de 1557 D. Duarte da Costa, considerando que Sebastião Alves “Escrivão da Fazenda do dito Senhor nestas partes que veio do reino provido por sua Alteza do dito officio por tempo de tres anos”, tinha já “findos e acabados de servir os ditos tres anos” lhe fez mercê do mesmo officio “até o dito Senhor prover dele a outrem”. Por força de uma tal nomeação continuou Sebastião Álvares no exercício do cargo até 3 de janeiro de 1558, pois no dia seguinte tomava posse Sebastião de Rabelo, que desde 30 de janeiro de 1557 havia sido nomeado para a função (7).

Ao tempo daquela nomeação interina já Mem de Sá havia sido escolhido para substituir D. Duarte, e foi seguramente portador do título de Sebastião Rabelo (Mem de Sá, nomeado em 23 de julho de 1556, partiu do reino em 1.º de maio de 1557 e só chegou à Bahia em 28 de dezembro). Os primeiros contatos de Mem de Sá com Sebastião Álvares não foram, pois, como se pode imaginar, dos mais agradáveis ao escrivão interino da fazenda, que se via assim despojado do cargo, por quem muito provavelmente era recomendado e favorito do novo Governador.

Soube todavia fazer-se estimado de Mem de Sá, a quem acompanhou, não só à guerra do Boca Torta (um dia e uma noite de quinze a dezoito léguas distante da Cidade), ajudando a queimar, destruir, matar e impor pazes ao gentio, como ainda à conquista do Rio de Janeiro aos franceses (8).

Também lhe deu provas de apreço Mem de Sá em duas mercês: a nomeação, cerca de 1560, de “escrivão do tesouro destas partes” em substituição a Rodrigo de Freitas, que se metera na “Ordem dos Padres da Companhia de Jesus”, não podendo, conforme o direito e ordenação por essa causa servir; e a sesmaria em frente à ilha de Maré.

O documento do primeiro favor chegou-nos mutilado, mas não pode ser posterior a 1560, quando Rodrigo de Freitas entrou para a Companhia (9); da segunda dádiva só temos a referência lacônica de Varnhagen.

O desconhecimento da data nos impede de avaliar a espécie de sentimentos a que obedeceu Mem de Sá com a segunda liberalidade: se premiava um amigo segurando-o, se seduzia e subornava um adversário captando-o. Certo é que Sebastião Álvares, recebendo em 1560 de Mem de Sá a primeira prova de simpatia e benefício, não a achou bastante para eximir-se de participar em certo momento da oposição àquele Governador.

Numa carta, firmada a 24 de julho de 1562 em primeiro lugar por Gaspar de Barros de Magalhães, como ele Oficial da Fazenda, Sebastião Álvares, que tinha sido no dito ano Vereador da Câmara, pedia ao Rei: “mandar-nos governador homem fidalgo, virtuoso e que não seja cobiçoso”, “governador e ouvidor mais domésticos e misericordiosos e que seus intuitos sejam servir a Deus e a Vossa Alteza e libertar sua consciência e não cobiças e resgates.”

E não era só. Como Vereador assinava uma carta à Rainha, de apresentação de Vasco Rodrigues de Caldas, que havia de informar “do mais que não se pode escrever” além do que diziam noutra missiva os Officiais da Câmara Brás Alcoforado, João Fernandes Coxo, Gaspar de Barros Magalhães, Francisco Pantoja, *Sebastião Álvares* ⁽¹⁰⁾.

Da boa vontade posterior (antes ou depois da sesmaria?) se guardou memória no elogioso depoimento que veio dar (9 de setembro de 1570) a pedido de Mem de Sá no “Instrumento de Serviços” justificação exagerada, promovida pelo Governador como atestação e prova do quanto fizera e construía no Brasil.

Mem de Sá escolheu a melhor gente para testemunhas do “Instrumento” e entre estas figuram os dois Cavaleiros da Casa Del Rei Sebastião Alves e Heitor Antunes, a ombrearem com o Bispo D. Pedro Leitão; com Diogo Munis Barreto, Alcaide-mor da Cidade e Fidalgo da Casa Del Rei; o bacharel Mestre Afonso, Cirurgião Del Rei; Vicente Monteiro, Tesoureiro Del Rei; Luís da Costa, Almoxarife dos armazéns e mantimentos Del Rei; o Escudeiro Fidalgo Brás Alcoforado; o Cavaleiro Fidalgo João de Araújo, e mais Francisco de Moraes, Luís Darmas, Antônio da Costa, Diogo de Matos, Vicente Dias.

Em 16 de julho de 1578 era Sebastião Álvares procurador de D. Leonor de Sousa, viúva de D. Álvaro da Costa e do filho menor deste — D. Duarte da Costa. A esse procurador naquela data requeria Cristóvão de Barros uma sesmaria na capitania do Recôncavo. É o que informa Rodolfo Garcia em nota a Varnhagen ⁽¹¹⁾.

É duvidoso ser este Sebastião Álvares o mesmo que, cerca de 1576-77, explorou o São Francisco por mando do Governador Luís

de Brito. Conta Frei Vicente do Salvador: “também mandou o mesmo governador *um Sebastião Álvares* ao rio de São Francisco com oficiais e tudo o mais necessário para fazer uma embarcação em que por ele navegassem em descobrir algumas minas, e para isto escreveu a um grande principal do sertão chamado Porquinho que o ajudasse com gente e tudo o mais que pudesse e lhe mandou um vestido de escarlate e uma vara de meirinho para trazer na mão”. Com a ajuda deste Porquinho pôs “o capitão (Sebastião Álvares) a embarcação em boa altura e a fez em paragem de onde o rio era todo navegável, porque dali para baixo lhe ficava já a cachoeira e o sumidouro quando lhe chegou uma carta do governador Lourenço da Veiga que sucedeu a Luís de Brito em que mandava que logo lhe viesse dar conta da fazenda de el-rei que levava. Obedeceu o homem e, posto que depois tornou, não achou já os seus que se haviam metido com outros de Pernambuco a descer gentio, como ele também fez e todos lá acabaram” (12).

Se Luís de Brito governou de 1573 a 1578, e Lourenço da Veiga de 1578 a 1581, quando faleceu, a entrada de Sebastião Álvares pelo São Francisco foi anterior a 1578, digamos 1576, vindo ele a morrer depois de 1578, e pelo que se infere da narrativa de Frei Vicente, proximamente a esta data.

É lícito hesitar seja este o mesmo sesmeiro — o pai de Sebastião de Faria. Em primeiro lugar o historiador tão conhecedor da família não diria assim — “um Sebastião Álvares”; em segundo lugar existem documentos de viver em 1602 Sebastião Álvares a quem era então concedida uma sesmaria em Sergipe (13).

*
* *

Anterior ou posterior à grande guerra de Mem de Sá aos índios do Recôncavo (1559-1560), a sesmaria de Sebastião Álvares foi concedida quando a região de Matoim se considerava segura para o branco aí se estabelecer.

Felisbelo Freire na “História Territorial do Brasil”, trabalho muito cheio de erros mas muito útil e revelador de aturada pesquisa, como que sugere obedecerem as linhas de penetração ou povoamento a direções de bacias fluviais, ligando o fato sesmaria ao fator geográfico da fertilidade da terra e presença dos cursos de água; ao elemento econômico. Mas é estudar melhor este assunto e verificar que aquelas concessões correspondem e são direta consequência da submissão, êxodo ou extermínio do índio.

Quando Felisbello Freire diz: “foi o Paraguaçu o rio que primeiro atraiu o movimento da colonização”, diria com mais acerto: sendo a região do Paraguaçu a primeira conquistada ao índio, foi também a primeira cobiçada por sesmeiros; e para melhor definir e significar essa circunstância, poderia registrar que o primeiro donatário no Paraguaçu — e da maior sesmaria concedida — foi D. Álvaro da Costa, o conquistador pelas armas, que tomava para si as terras de onde expulsara o índio; tal como aconteceria com Mem de Sá em Sergipe do Conde (14), e com tantos mais. Entrava também como fator, ainda que de menor conta, de penetração territorial, a pacificação religiosa do caboclo, especialmente pelos padres da Companhia de Jesus.

Desse ponto de vista de apreciação histórica podemos, no Recôncavo e na segunda metade do século XVI, destacar épocas-regiões de sesmarias a se justaporem às conquistas ou dominação do gentio. Chamaremos uma — *Paraguaçu-Jaguaripe* ou a conquista de D. Álvaro da Costa e Vasco Rodrigues de Caldas de que resultaram as sesmarias de D. Álvaro (1558) entre o Jaguaripe e o Paraguaçu; de Egas Munis (confirmação em 1563) no Paraguaçu, inclusive a ilha dos Franceses. Denominaremos outra — *Paraguaçu-Seregipe* ou a conquista de Mem de Sá (1559-1560) de que resultaram a grande sesmaria de Fernão Rodrigues Castelo Branco, seja a do próprio Mem de Sá (1559), do Paraguaçu até Marapé; de Francisco Toscano (1561) no Paraguaçu a entestar com a anterior; dos Padres da Companhia (1563-1566) na região de Passé em Pitanga e Pitanga. Crismaremos outra, enfim, de *Pirajá-Paripe-Matoim* ou o abatimento do índio pela exterminação recíproca nas guerras do Tubarão e do Mirangoaba ao tempo de Tomé de Sousa, pelas derrotas do gentio e conseqüente atemorização na guerra de D. Álvaro da Costa em torno da cidade (15) pela peste e fome, pelas violências a pretexto de castigo aos Caetés, — de que resultaram as sesmarias de Simão da Gama de Andrade (1552-1562) em Pirajá, inclusive a ilha dos Frades; de Sebastião Álvares em Matoim (1560?) defronte a ilha de Maré, terras do atual “Engenho Freguesia”; de Gaspar Dias Barbosa (o velho) e Francisco de Barbuda (1570) no esteiro de Matoim; de Antônio de Afonseca (1564) em Paripe; de Antônio de Oliveira Carvalhal, Jorge Fernandes e André Rodrigues Loureiro (156?) também em Paripe (16).

Não foi a geografia, não foram as bacias hidrográficas, a riqueza prometida pelas terras férteis que determinaram, ou melhor, permitiram a penetração; foram os sucessos político-militares na

luta ou convivência com o gentio, o fraquear da resistência do índola. Onde este cedeu, e quando cedeu, entrou o colono, concedeu-se a sesmaria que estabilizou a propriedade e disciplinou o desbravamento. A guerra ao gentio é que traçou as primeiras linhas de ocupação e da exploração econômica da terra.

*
* *

Notas do capítulo:

(1) Vide Gabriel Soares, *Tratado*, pág. 107. Os documentos que conhecemos relativos às campanhas de Mem de Sá não se referem precisamente à conquista de Matoim e ao desbarato dos índios dessa região. Certamente não foi ela teatro das guerras do Tupiniquim e do Boca Torta travadas muito mais distante — a treze ou catorze léguas da Cidade a primeira e dezoito léguas a segunda. Talvez mesmo aí não houvesse mister o luzir das armas, rendido o gentio ante o exemplo com os de Cururupeba, Paraguaçu, Serecipe e outros. (Vide Wanderley Pinho, "Testamento de Mem de Sá", páginas 33-38). Há indício de não terem sido precisas guerras para conquistar Matoim. Uma carta jesuítica afirma como um dos objetivos da campanha de Mem de Sá do Paraguaçu a Serecipe "ajuntar os índios de Cerecipe e Apassé e os mais que forem sogigando" ("Cartas Avulsas", pág. 244), não se falando ali dos de Matoim que já estariam "sogigados" por providências atemorizantes e catequizantes. Até os limites de Passé chegariam os efeitos... os benefícios da luta de índios contra índios estimulada e açulada pelos colonos, as guerras entre o Mirangoaba e o Tubarão que facilitavam a penetração do branco. A zona rebelde e resistente começaria por aqueles anos de 1559-1560, de Passé ou Apassé para o fundo do golfo e ia até Serecipe e rodeava até Paraguaçu, onde seriam os redutos do gentio que Mem de Sá destroçou. Dizia este no seu "Instrumento de Serviços" — "achei toda a terra de guerra sem os homens ousarem fazer suas fazendas senão ao redor da cidade, pelo que viviam apertados e necessitados, por não terem peças e descontentes da terra", e Nóbrega no seu plano de colonização escrito nessa mesma ocasião da chegada de Mem de Sá (Padre Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus*, II, pág. 116) testemunhava: "não ousam de se estender e espalhar pela terra para fazerem fazenda, mas vivem nas fortalezas como fronteiros de mouros ou turcos e não ousam de povoar e aproveitar senão as praias, e não ousam fazer suas fazendas, criações e viver pela terra a dentro que é larga e boa, em que poderiam viver abundantemente, se o gentio fosse senhoreado e despejado como poderia ser com pouco trabalho e gasto". Seria Matoim — Freguesia, uma dessas praias até onde e apenas chegava a coragem dos colonos com seus tímidos estabelecimentos? Pode considerar-se o sítio de Freguesia como estando "ao redor da cidade"? Sete léguas de distância não eram muitas para esse círculo de dominação de colonos ditos por Mem de Sá como "apertados e necessitados" sem ousarem fazer fazendas senão ao redor da cidade? Não é de crer. O que parece razoável é que à chegada de Mem de Sá aquela zona ainda estivesse sob o domínio do gentio, e que sua infiltração pelo branco precedesse, menos cruenta e difícil, a das demais do Recôncavo por ele conquistado. A sesmaria de Sebastião Álvares poderia assim ter data anterior a 1559. Mas daí pode ser que fosse posterior — 1560, por exemplo, ano em que se presume Mem de Sá nomeou o sesmeiro escrivão do tesouro. É lamentável que Varnhagen desdenhasse de referir a data daquele documento obrigando-nos a tantas conjecturas.

(2) Vide Varnhagen, *História do Brasil*, I, pág. 393.

(3) Na falta de datas que Varnhagen não quis registrar, podemos, pela ordem em que as cita, admitir que a sesmaria de Sebastião Álvares fora dada na mesma época ou depois da de Paulo Dias em Sergipe do Conde, quer dizer, após a conquista desta região por Mem de Sá. Diz Varnhagen, I, pág. 393: "Cabe aqui declarar que Mem de Sá solícito em promover o desenvolvimento da Bahia, deu muitas sesmarias pelo Recôncavo a indivíduos que as aproveitaram. Entre elas citaremos a de duas léguas de terra na entrada do Paraguaçu a Fernão Rodrigues Castelo Branco; outras duas léguas a Francisco Toscano; a de uma légua, acima da ilha dos Franceses a Egas Moniz Barreto, natural da ilha de Madeira; a de meia légua a Paulo Dias acima de Sergipe do Conde; a de uma légua defronte da ilha de Maré a Sebastião Álvares". A sesmaria de Fernão Rodrigues Castelo Branco (ou dele próprio Mem de Sá — vide Wanderley Pinho, "Testamento de Mem de Sá") é de 1559; a de Francisco Toscano foi confirmada em 1561; a de Egas Moniz em 1563. Vide Felisbelo Freire, "História Territorial", págs. 16 e 17. O Padre Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus*, I, pág. 151, fala de duas sesmarias concedidas por Mem de Sá aos jesuítas na região de Passé — uma em 22 de maio de 1563, outra a 10 de março de 1566, de que temos certidões extraídas de velhos autos judiciários.

(4) Vide *Docs. Hist.*, vol. 35, págs. 195, 197, 231, 232. Rodrigo de Freitas estava contratado para casar com uma sobrinha de Rodrigo Argolo, mas acabou padre da Companhia de Jesus. Sua nomeação foi "até Sua Alteza prover a quem for seu serviço". Tomou posse em 21 de novembro de 1553 (*Docs. Hist.*, vol. 35, págs. 195/197) e um ano depois foi nomeado, em 23 de novembro de 1554, Tesoureiro da Cidade; para quando vagasse (*Docs. Hist.*, vol. 35, pág. 295). Não sabemos se por culpas funcionais de que justa ou injustamente tivesse sido acusado, veio a estar preso e réu de um processo. A prisão foi efetuada por mandado do Provedor-mor e tendo sido sentenciado em 22 de novembro de 1555 pendia de julgamento uma apelação (*Docs. Hist.*, vol. 35, pág. 342). Pelas informações do Padre Serafim Leite entrou Rodrigo de Freitas para a Companhia em 1560 com 42 anos (*Hist. da Comp. de Jesus no Brasil*, I, pág. 576). Só podia ter sido favorável a Rodrigo de Freitas a decisão da apelação acima referida, pois em 31 de novembro de 1555 foi nomeado escrivão do tesouro, cargo de que foi demitido (substituído por Sebastião Alves) em 4 de outubro do ano em que se meteu padre da Companhia (*Docs. Hist.*, vol. 36, págs. 129, 132, 133).

(5) Vide *Docs. Hist.*, vol. 35, págs. 282, 287, 294, 367, 394, 402.

(6) Vide *Hist. da Col. Port.*, III, págs. 381/382; Varnhagen, *Hist. do Brasil*, I, pág. 366, nota IV de Capistrano.

(7) Vide *Docs. Hist.*, vol. 35, págs. 340, 398, 412, 414.

(8) Vide "Instrumento de Serviços" — "Documentos Relativos a Mem de Sá", págs. 21 e 24.

(9) Vide *Docs. Hist.*, vol. 36, págs. 132, 133; Padre Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus*, I, pág. 576.

(10) Vide "Documentos Relativos a Mem de Sá", págs. 109 e 113.

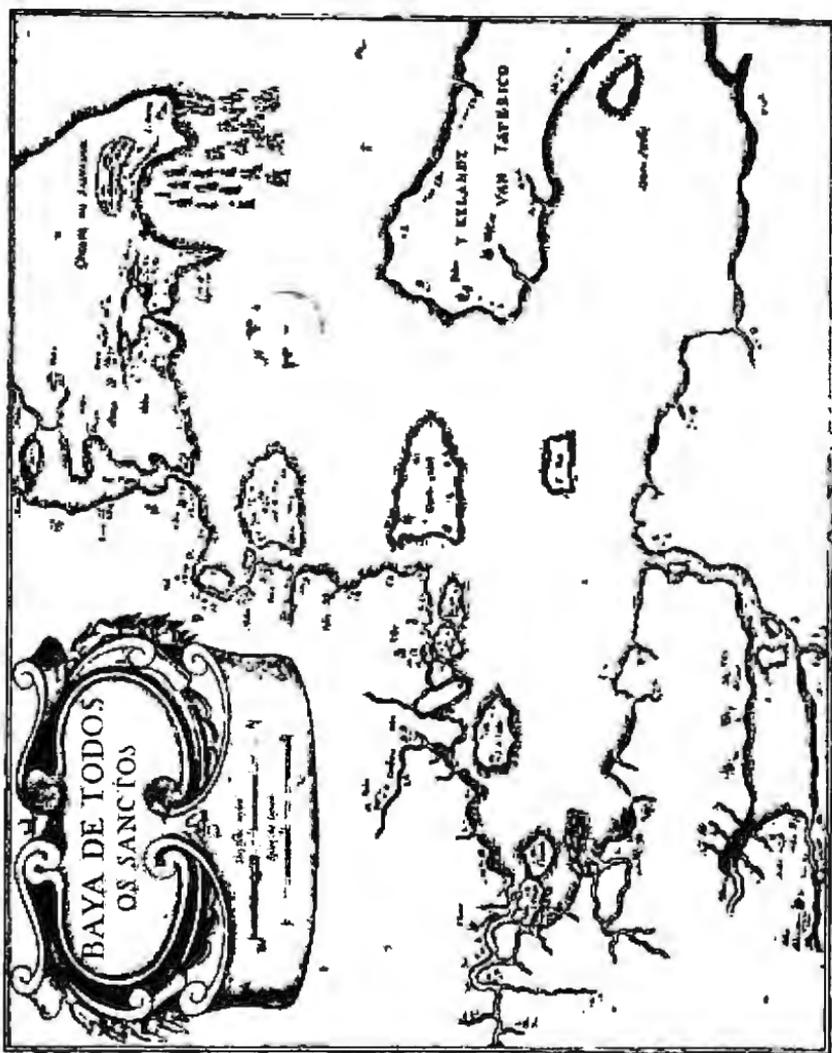
(11) Vide Varnhagen, *História Geral do Brasil*, vol. 4^o, pág. 304, nota 10.

(12) Vide Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, pág. 217.

(13) Em Borges de Barros — "O Senado da Câmara da Bahia no Século XVII", pág. 24, deparamos com um Sebastião Álvares, senhor de engenho, em 1633. Deve ser outro, que não o sesmeiro, ou então teria este mais de cem anos.

(14) Vide Wanderley Pinho, "Testamento de Mem de Sá", págs. 37/40.

(15) Descrevendo a guerra comandada por D. Álvaro da Costa ao gentio circundante à Cidade do Salvador em 1555, Varnhagen chega ao ponto em que se refere ao cerco que os índios puseram ao engenho "do provedor-mor que fora". Em nota escreveu Capistrano: "Antônio Cardoso de Barros. Seu engenho, se o mesmo possuído por seu filho Cristóvão de Barros, ficava na enseada de Jacaracanga, entre Matoim e Mataripe como informa Gabriel Soares (*Tratado Descritivo*, 135, Rio, 1851 — Varnhagen, *História do Brasil*, I, pág. 350). — Se o engenho de Jacaracanga já existisse em 1555 isso seria sinal de que o Recôncavo estava já então conquistado até a região de Passé — o que tantos documentos que citamos contestam. A campanha de D. Álvaro da Costa em 1555 desenrolou-se toda ao redor da Cidade entre Pirajá, Rio Vermelho e Itapoan. Matoim ainda era zona dominada pelo índio. Na carta de D. Duarte da Costa, datada de 10 de junho de 1555, em que narra esta guerra, o Governador como que localiza o engenho de Antônio Cardoso de Barros, que não podia de modo algum ser Jacaracanga, a mais de oito léguas distante. Antônio Cardoso escreveu ao Governador que estava "cerquado no seu Engenho de gentio de seis Aldeas que derredor dele estavam". E o Governador prontamente: — "Mandei, loguo Dom Álvaro, meu filho, com perto de duzentos homens *de pé* com os da Cidade e das Naos e alguns de cavalo, afóra alguma escravaria e até chegarem a jantar ao Engenho queimaron cinco Aldeas". Depois do jantar feriu-se a peleja de libertação do engenho e, após a vitória, os expedicionários ainda na mesma tarde, queimaram três aldeias. (Varnhagen, *História do Brasil*, I, pág. 369). Ora, o jantar então era o que chamamos hoje almoço, comido não mais tarde do que às 13 horas. Não havia absolutamente tempo para marcharem as forças *de pé* queimando aldeias pelo caminho e chegarem antes da hora do jantar a Jacaracanga, que fica a mais de oito ou nove léguas de distância, tendo que atravessar a Boca do Rio — Há toda probabilidade de o engenho que tem ligação com os sucessos de 1555 ser aquele que em 1584 é desta maneira referido por Gabriel Soares quando fala dos "engenhos de açúcar que há neste rio de Pirajá": — "à mão esquerda deste engenho de S. Majestade está outro de João de Barros Cardoso, meia légua para a banda da cidade até onde este esteiro faz um braço, por onde se serve com suas barcas; o qual engenho tem grande aferida e fábrica de escravos, grandes edifícios e outra muita grangearia de roças, canaviais e currais de vacas, onde também está uma ermida de Nossa Senhora da Encarnação, muito bem concertada de todo o necessário" (*Tratado*, pág. 122/123). — Não sabemos que parentesco João de Barros Cardoso tinha com o Provedor-mor Antônio Cardoso de Barros. — Teria deste herdado o engenho citado por Gabriel Soares? — Nos seus "Capítulos" contra os jesuítas, Gabriel Soares fala de um "João de Barros, que agora está morador em Lisboa" que tinha um engenho e umas terras vizinhas em que consentiu os padres fazerem um curral. Estes diziam ser deles a terra obtida por sesmaria, e, na informação a um dos "Capítulos", que o peixe fresco compravam na Vila Velha e no engenho de Cardoso" (*An. Bibl. Nac.*, vol. 62, págs. 354 e 364). — O engenho Jacaracanga teria sido feito de seu pé por Cristóvão de Barros. Não é pois a Jacaracanga a que alude o Governador D. Duarte da Costa quando diz, em carta ao Rei, datada de 3 de abril de 1555 (anterior à citada acima): — "na verdade homem que tem engenho e faz fazenda nesta terra é muito prejudicial à de V. A., e como a ele tem e muito grossa descuidava-se muito do que cumpria a bem do seu ofício". (*História da Colonização Portuguesa no Brasil*, vol. III, pág. 372).



Mapa do Recôncavo que acompanha a "História dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais", de Johannes de Laet, publicada no volume XXX dos Anais da Biblioteca Nacional. O "Engenho Freguesia" está assinalado — "Molen" — com o desenho de uma igreja. Notar que o "rio" Matoim ou Cotegipe está indicado como "Rio Pitange".



Sobrado e capela do "Engenho Freguesia", vistos do mar.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



Capela e sobrado (fachada sul e fachada principal) do “Engenho Freguesia”, vendo-se bem a rampa, a escadaria e os caixotins, em via de reposição, que cobriam os cachorros sob as janelas em sacadas do andar nobre.



Sobrado do “Engenho Freguesia”, fachada principal e fachada norte.

O FUNDADOR E SUA FAMÍLIA



ASOU-SE Sebastião Álvares com Inês Álvares de Faria e desse consórcio nasceram Sebastião de Faria, de quem nos ocuparemos, e Custódia de Faria, casada com Pedro de Aguiar Daltro, que em 1591 tinha fazenda em Matoim, quiçá desmembramento da primitiva sesmaria do sogro (¹).

É certo que em 1591 ainda vivia Sebastião Álvares, mas desde antes de 1584 teria cedido, doado ou vendido suas terras ao filho, tanto que Gabriel Soares (²), que

repetidamente se refere a este, nenhuma alusão faz ao sesmeiro.

Há probabilidade em ter sido Sebastião de Faria, e não o pai, quem ergueu o engenho hoje denominado “Freguesia” (³).

Escreveu Gabriel Soares: “defronte da boca deste rio de Matoim está a ilha de Maré que começa a correr dele para cima, no cumprimento dela . . . Saindo pela boca de Matoim fora, virando sobre a mão direita vai a terra fabricada com fazendas e canaviais dali a meia légua onde está outro engenho (⁴) de Sebastião de Faria, de duas moendas que lavram com bois, o qual tem grandes edifícios assim do engenho como de casas de purgar, de vivenda e de outras oficinas e tem uma formosa igreja de Nossa Senhora da Piedade, que é freguesia deste limite; a qual fazenda mostra tanto aparato da vista do mar, que parece uma vila” (⁵).

Assim podia ser descrito o atual “Engenho Freguesia” na era de 1584, sem que dele tenhamos notícia ou referência mais antiga.

De seu dono e provável fundador sabemos alguma coisa.

Sebastião de Faria, o filho do sesmeiro Sebastião Alvares, casou-se (antes de 1581) com Beatriz Antunes ⁽⁶⁾, filha de Heitor Antunes ⁽⁷⁾ — homem da governança, Cavaleiro da Casa Del Rei, pessoa de cabedais, uma das testemunhas do “Instrumento de Serviços” de Mem de Sá — e de Ana Roiz, de quem falaremos mais de espaço.

Foram filhos de Sebastião de Faria e Beatriz Antunes: Manuel de Faria e Custódia de Faria, que se casou com Bernardo Pimentel de Almeida ⁽⁸⁾, filhos a que procurava dar boa instrução e situação: ora admitindo para eles professor na sua própria casa — “Ferrão Luiz, mulato, mestre dos filhos de Bastiam de Faria” é referido numa “Denúnciação” em 1591; ora mantendo um deles — Manuel de Faria — como estudante no Colégio da Companhia de Jesus ⁽⁹⁾.

Além das referências de Gabriel Soares que no-lo arrola como senhor de engenho em Matoim e ainda de outro em Aratu, em que gastara doze mil cruzados, dá-nos Frei Vicente do Salvador atestações de grandeza, largueza de posses e liberalidades de Sebastião de Faria.

Assim é que, tendo, como tantos outros, já então, além de boas vivendas nos engenhos, casa nobre da cidade ⁽¹⁰⁾, nesta se mostrava capaz de hospedagens de muita despesa e aparato. Quando Diogo Flores, já depois de desistir de sua missão ao Estreito de Magalhães, arribou com sete navios à Bahia, em junho de 1583, aí permaneceu, à espera de monção e dos consertos e aprestos de sua armada para a conquista da Paraíba; e nessa dilação foi muito honrado e festejado. O governador Manuel Teles Barreto “o banqueteceu e a todos os capitães e gentis-homens um dia esplendidamente, e o bispo D. Antônio Barreiros outro”. Eram pompas oficiais lembradas por Frei Vicente do Salvador ⁽¹¹⁾, sem deixar de também salientar o que fez alguém, cuja fama conhecia por tradição caseira, nas conversas da família, pois os pais do franciscano historiador foram, senão moradores em terras dos Farias e Antunes, destes vizinhos. Com certa satisfação orgulhosa de quem fala de gente de casa — escreve Fr. Vicente: — “o que mais fez nesta matéria foi um cidadão, senhor de engenho, chamado Sebastião de Faria, o qual lhe largou as suas casas ⁽¹²⁾ com todo o serviço e o banqueteceu e a seus familiares e apaniguados, oito meses que aqui estiveram só para servir a el-rei.”

Pusera nisso, Sebastião de Faria, o senhor do Engenho de Matoim (Novo Caboto ou Freguesia), empenho e ufanias de mostrar-se grandioso e fidalgo, mas não deixara de visar, ainda que

intimamente, a algum prêmio, honraria ou agradecimento real, que entretanto nunca lhe veio. “Só por servir a el-rei” o diz Frei Vicente, adicionando uma pitada de amargo nativismo: — “sem por isso receber mercê alguma porque serviços do Brasil raramente se pagam” (13).

Esteve Sebastião de Faria metido em grande empresa que tinha tanto de militar como de econômica, e na qual, e com a qual havia de ter consolidado e aumentado fortuna e posses.

Quando Cristóvão de Barros, aproveitando estar no governo, quis vingar a morte do pai, castigar os matadores do bispo D. Pero Fernandes (Sardinha) e seus companheiros e ir buscar escravos e adquirir terras, chamou como um de seus auxiliares a Sebastião de Faria seu vizinho de engenho (14), a quem fez capitão da retaguarda, e este lá figura, nos anais dessa guerra ao caeté e conquista de Sergipe, numa refrega em dezembro de 1589, junto às cercas do gentio em Boipeba.

Entre os vários Cavaleiros, que Cristóvão de Barros armou naquela ocasião, não sabemos se estava Sebastião de Faria, que talvez desdenhasse essa honra menor que a de Cavaleiro da Casa Del Rei que viesse a herdar do pai (15), mas é quase certo ter sido aquinhoado pelo chefe seu vizinho e amigo com terras perto das que este para si tomara: “alcançada a vitória e curados os feridos, armou Cristóvão de Barros alguns Cavaleiros como fazem em África, por provisão de El-Rei que para isso tinhã, e fez repartição dos cativos e das terras, ficando-lhe de uma coisa e outra muito boa porção, com que fez ali uma grande fazenda de currais de gado, e outros a seu exemplo fizeram o mesmo, com que veio a crescer tanto pela bondade dos pastos, que dali se provêm de bois os engenhos da Bahia e Pernambuco e os açougues de carne” (16).

Não temos conhecimento de qualquer sesmaria dada então a Sebastião de Faria, nem das peças ou escravos da terra que lhe coubessem em partilha. Seu nome não figura na “História Territorial” de Felisbelo Freire, na parte relativa a Sergipe, como aquinhoado com qualquer porção de terra, mas lá está relacionada uma sesmaria concedida a Sebastião Álvares.

Teria seus motivos o conquistador para preferir fosse o pai e não ele premiado com terras em Sergipe. Mas é de reparar que, ocorrendo a campanha em 1589-1590, só doze anos depois — 9 de setembro de 1602 — fosse contemplado com “1.200 braças de terras com as matas e águas e o mais que pede em sua petição” no sítio de Guararema (17).

Muito informado acerca de Sebastião de Faria, tinha Frei Vicente natural pendor para citá-lo, e isso o faz ao narrar o episódio de 1595 com a imagem de Santo Antônio de Argoim, que se venera na igreja dos franciscanos na Bahia.

Herejes de França que vinham numa armada com propósito de tomar a Bahia, ao passarem em Argoim, na costa da África, queimaram a igreja, dela tirando uma imagem de Santo Antônio “que puseram no convés da capitânia” e à qual diziam: “por mofa e escárnio: — *guiai-nos Antônio, guiai-nos para a Bahia*”. E tanto que assim zombavam da imagem “a feriam e acutilavam com as espadas e lhe açulavam um cão que levavam na mesma nau”.

A expedição malogrou, reduzida a armada a dois navios comandados pelo “Malvirado” e pelo “Pão de Milho”. Este foi dar ao rio Real, onde o prenderam; e o “Malvirado” “com os seus se foi à Bahia e da barra mandou alguns com batel e bandeira branca a pedir ao Governador que lhes fizesse mercê das vidas, e que lhe entregava logo as pessoas, nau e artilharia, e tudo o mais para que de tudo mandasse tomar posse”.

Foi Sebastião de Faria aquele a quem, como capitão ⁽¹⁸⁾ escolheu o Governador para ir receber a nau, onde o senhor do engenho de Matoim não encontrou a imagem de Santo Antônio, pois os herejes, “por que se não achasse a imagem do Santo português, o lançaram antes de chegar à Bahia ao mar, por que se não vissem nela as cutiladas que lhe tinham dado no mar”. As ondas, porém, conduziram-na à terra, se não foi, como alvitra Frei Vicente em sua fé, que os peixes a “levariam sobre suas costas à porfia e a poriam com muita reverência” doze léguas ao norte da cidade, numa praia por onde aconteceu passarem “os que vinham de Sergipe com o ‘Pão de Milho’ preso com os mais franceses seus companheiros” e ali depararam com o santo “posto em pé, como quem os estava esperando, para os levar à Bahia triunfando, como entrou, aonde eles lhe diziam que os levasse”.

Liga-se assim indiretamente Sebastião de Faria à tradição religiosa baiana, à lenda ou história daquela imagem que, então recolhida à Ajuda, foi a 3 de dezembro de 1595 transferida para a igreja de São Francisco “aonde a colocaram em um nicho do altar colateral, que era do mesmo santo”. E o Rei determinou que todos os anos Governador, Câmara e Cabido lhe fizessem uma procissão à primeira das quais assistiram os franceses, organizada de modo que “vissem os herejes, que estavam presos, em quanta veneração tratávamos a imagem do santo que eles haviam desprezado e afron-

tado. E assim, ao passar pela praça fronteira às grades da cadeia lhe mandou abater as bandeiras, disparar a mosquetaria e fazer outras demonstrações de veneração" (19).

*
* *

Casando-se Sebastião de Faria com a filha de Heitor Antunes, é verossímil melhorasse de fortuna, pelo menos há grande probabilidade de terem-lhe vindo com o casamento as terras do outro engenho que possuía na ribeira de Aratu, dentro do rio de Matoim, também arrolado por Gabriel Soares: "e descendo uma légua abaixo do engenho de Cotegipe está uma ribeira que se chama de Aratu, em a qual Sebastião de Faria tem feito um soberbo engenho de água, com grandes edifícios com casa de purgar e de vivenda, e uma igreja de São Jerônimo, tudo de pedra e cal, no que gastou mais de doze mil cruzados" (20).

Era este engenho vizinho de outro, que moía com a ribeira chamada Cotegipe e pertencente a Sebastião da Ponte, com quem tivera demandas sobre terras Heitor Antunes, que a isso se refere ao depor encomiasticamente sobre o governo de Mem de Sá: "tanto que o dito governador chegara a esta capitania mandara apregoar que ninguem citasse nem huma pessoa nem demandasse nynguem sem sua licença e ele testemunha quisera demandar a bastião da ponte por lhe ocupar huma terra e por o não consentyr sem primeiro ver se os podia consertar e por não concruyrem ficarão a demanda" (21).

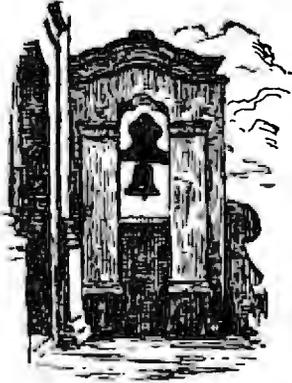
Tudo parece indicar que as terras de Aratu haviam pertencido a Heitor Antunes e nelas o genro levantara o "soberbo engenho" tão elogiado por Gabriel Soares.

Era Heitor Antunes mercador rico e pessoa principal, Cavaleiro da Casa Del Rei, e viera com Mem de Sá, na mesma nau, quando este viajara para assumir o governo do Brasil; em 1560 era com Francisco de Aguilar rendeiro dos açúcares, isto é, por essa época tomara de arrendamento, arrematara, a cobrança dos dízimos do açúcar. Cristão-novo e casado com a cristã-nova Ana Roiz, sua mulher estava destinada a ser martir da Inquisição, queimada já maior de oitenta anos em auto de fé, por culpas que hoje achamos sem culpa (22).

Se porventura granjeou, ao casar-se, maiores cabedais, trouxe a Sebastião de Faria sua união com Beatriz Antunes amargos dissabores e tristezas quando, em 1591, chegou à Bahia o licenciado

Heitor Furtado de Mendonça, como deputado do Santo Ofício e visitador apostólico em nome de Sua Alteza nas coisas da Santa Fé Católica no Bispado do Brasil.

A tísna de judaísmo dos Antunes ia perturbar-lhe a tranqüilidade.



Notas do capítulo:

(1) Vide "Denúncias da Bahia", págs. 250 e 477; "Denúncias de Pernambuco", pág. 148. — Em 1591 já era falecida Inês Álvares de Faria. — Parece que Custódia de Faria, nascida em 1541, veio de Portugal para a Bahia cerca de 1570-1580, ou teria chegado por essa época, de alguma viagem ao reino, segundo faz crer o que se lê nas "Denúncias da Bahia", pág. 492. Ainda em 1556 Sebastião Álvares não trouxera a família para a Bahia, é o que se refere do quanto se lê na *História da Colonização Portuguesa*, III, págs. 381/382. Pedro de Aguiar Daltro era irmão de Cristóvão de Aguiar Daltro, gente de cuja ascendência e descendência informa Jaboatão no "Catálogo Genealógico" (*Rev. do Inst. Hist. e Geo. Bras.*, vol. 52, págs. 248 e segs.). Gabriel Soares diz ser Cristóvão "dos principais da terra", com fazenda em Matoim, junto à de Francisco de Barbuda na qual havia uma ermida de Nossa Senhora (*Tratado*, págs. 121 e 125); sobre ele ler "Denúncias da Bahia", pág. 258, e *Hist. da Col. Port.*, III, págs. 231, 234, 381, 382.

(2) Os fatos narrados por Gabriel Soares datamos de 1584 e não de 1587 como comumente, desde Varnhagen, fazem quase todos os historiadores e historiógrafos entre nós. Ultimamente em *Cabral e as Origens do Brasil* (págs. 25/26) Jaime Cortesão apresentou argumento decisivo para recuarmos a redação do livro de Gabriel Soares de 1587 pelos menos a 1584. E se na descrição da Cidade do Salvador Gabriel Soares falando do mosteiro de São Bento diz que os monges beneditinos "haverá três anos que foram a esta cidade" e se estes frades chegaram à Bahia em 1580, está visto que o autor do *Tratado* escrevia em 1583 ou 1584.

(3) Ainda ao que parece na sesmaria de Sebastião Álvares, muito provavelmente depois do casamento de Sebastião de Faria na família Antunes, foi levantado outro engenho — o que atualmente guarda o nome de engenho Matoim — que em 1584 pertencia a Jorge Antunes, cunhado de Sebastião de Faria: “um engenho de bois de que é senhorio Jorge Antunes, o qual está muito petrechado de edifícios de casas e tem uma igreja de Nossa Senhora do Rosário. Deste engenho até a boca do rio será uma légua pouco mais ou menos” (Gabriel Soares, *Tratado*, pág. 126).

(4) Outro engenho de Sebastião de Faria, dentro do rio de Matoim de que adiante falaremos, é mencionado por Gabriel Soares à pág. 125 do *Tratado*.

(5) Vide Gabriel Soares, *Tratado*, pág. 126.

(6) Vide “Denúncias da Bahia”, pág. 392.

(7) Heitor Antunes faleceu em 1575 (Vide “Confissões”, pág. 182) ou em 1580 ou 1583 (Vide “Confissões”, pág. 401).

(8) Sobre Custódia de Faria e Bernardo Pimentel de Almeida, vide “Confissões da Bahia”, pág. 171 e “Catálogo Genealógico” de Jaboatão, *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 52, pág. 106, e aí a descendência dos dois.

(9) Vide “Denúncias da Bahia”, págs. 465 e 494. Os Antunes gostavam de boas letras. Um deles, cunhado de Sebastião de Faria, era denunciado como leitor das “Metamorfoses” de Ovídio, em linguagem, da “Diana” de Montemor e da “Eufrosina” (“Confissões”, pág. 189).

(10) Podemos citar ainda no princípio do século XVII senhores de engenho com casas na Cidade. — Pero Garcia, que sendo dono de quatro engenhos tinha moradas na rua Direita, junto à Nossa Senhora da Ajuda (“Livro das Denúncias” de 1618, pág. 38); Cristóvão de Barros, o senhor do engenho Jacaracanga (Id. pág. 29); Diogo Lopes Ulhoa (Vide o testamento de Garcia Davila (1609) in *An. Arq. Publ. Bahia*, vol. IV e V, pág. 241); Simão da Gama de Andrade (vide a sua sesmaria in *Docs. Hist.*, vol. 36, pág. 424). — Este costume se tornou regra. O senhor de engenho que apenas tinha uma casa em suas terras foi em todos os tempos exceção. Vilhena escrevia em 1802 (vol. I, pág. 187): “esta é a glória dos Senhores de Engenho, e para maior auge dela têm na cidade casas próprias ou alugadas; cumpre muito que tenham cocheira ainda que não haja sege, o que suprem asseadas cadeiras que todos têm em que saem acompanhados dos seus lacaios ornados de fardamentos asseados”.

(11) Vide Varnhagen, vol. I, pág. 483, nota e 486. Frei Vicente do Salvador, *Hist. do Brasil*, pág. 272.

(12) Onde seriam as casas de Sebastião de Faria? Numa confissão em agosto de 1591 se alude a uma moradora “nesta cidade na rua de Bastiam de Faria” (“Confissões da Bahia”, pág. 59. “Confissão” do Cônego Jácome de Queirós).

(13) Será talvez excessivo deduzir, concluirmos de uma passagem de denúncia que alguns anos depois disso, aí por cerca de 1588-1589, a situação financeira de Sebastião de Faria não era boa, atrapalhado de dívidas, conseqüência, talvez, daqueles excessos de gasto; ou que era homem de mal

cumprir empenhos, promessas. Um tal Manuel Fernandes (25 de agosto de 1591, "Denúncias da Bahia", pág. 507/508) depôs denunciando que havia dois ou três anos em conversa dissera — "que Bastiam de Faria dera a Francisco Vaz, visinho, cento e tantas arrobas de meles em pagamento de certa dívida" ao que lhe respondera Joam de Souza com quem se entretinha — "que o dito Bastiam de Faria devia a ele Joam de Souza os ditos meles e lhos tinha já prometidos em pagamento e que estava ele Joam de Souza cada dia pera os hir buscar, e como podia ser faltar-lhe o dito Bastiam de Faria e dalos o outro, e sobre isto se começou a agastar e queixar".

(14) O engenho Jacaracanga, de Cristóvão de Barros, em 1584, fica muito próximo ao engenho de Matoim, hoje Freguesia, então de Sebastião de Faria. (Vide Gabriel Soares, *Tratado*, págs. 126/127).

(15) Nas "Denúncias" há referência a dizerem as duas irmãs Antunes, esposas de Sebastião de Faria e de Henrique Muniz: "somos casadas com homens fidalgos e principais da terra" ("Denúncias da Bahia", pág. 250). Outras referências a Sebastião de Faria nas "Confissões" e nas "Denúncias": ("Confissões da Bahia", páginas 32, 171, 173, 177; "Denúncias da Bahia", págs. 248, 263, 392, 393.)

(16) Vide Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, págs. 334 e 336.

(17) Vide Felisbello Freire, "História Territorial", pág. 286 e nota 4.

(18) Vide Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, págs. 423/425. Vide Varnhagen, *História do Brasil*, II, págs. 50 e 99, nota de Garcia.

(19) Vide Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, págs. 423/425. Vide também Jaboatão, *Novo Orbe Seráfico*, parte 2ª, vol. I, págs. 80 a 87.

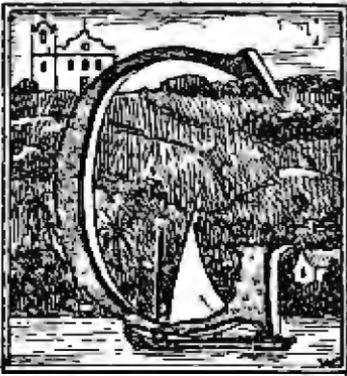
(20) Vide Gabriel Soares, *Tratado*, pág. 125.

(21) Vide "Documentos Relativos a Mem de Sá", pág. 17.

(22) Vide "Documentos Relativos a Mem de Sá", pág. 16; *Docs. Hist.*, vol. 36, págs. 95 e 98; "Confissões da Bahia", págs. 28, 173 e 177. — Morava Heitor Antunes em Matoim, ignoramos se no engenho que ao tempo de Gabriel Soares pertencia a seu filho Jorge Antunes, se nas terras entre Aratu e Cotegipe, onde o genro veio a ter o "soberbo engenho"; trouxera do reino mulher e filha, e faleceu cerca de 1575 ou 1577.

“JESU, ESTAVAMOS QUIETOS!”

A INQUISIÇÃO EM MATOIM



OZAVA Sebastião de Faria do prestígio e satisfação de poderoso, rico, hospedeiro e festivo; prestava serviços a El-Rei e aumentava a fortuna; crescia na extensão das terras dominadas e lavradas e na fama de repúblico.

Iam a seu engenho de Matoim mercadores da cidade a comprar-lhe os açúcares e ele os banque-teava com mesa farta e convivas importantes — “haverá um mez (junho de 1591) estando no engenho de Bastiam de Faria, termo

desta cidade e estando ali presentes alguns cristãos novos que hiam mercar açuquere, dos quaes hera um deles Dioguo Fernandes, mercador desta cidade e outros, estando todos a uma mesa, em que estavam muitos homens honrados cristãos velhos, e depois que um clérigo deu as graças a Deos e todos rezarão sobre comer. . .” (1)

Tudo corria, é bem provável, com a maciez das épocas felizes; tão felizes, talvez, que o senhor de Matoim descuidava de conselhos à sogra, à mulher, aos cunhados; e de lhes pedir mais discrição em gestos, hábitos, abusões ou ritos havidos como judaicos.

Mas também a Inquisição estava tão longe! . . .

Tudo era tão diverso nestas terras do Brasil, livre ou libertado pela distância! . . .

Os Antunes, desembaraçados por essa segurança, misturavam a tora com devoções de Nossa Senhora, erguiam ermidas e sustentavam “esnogas”.



Mapa seiscentista de parte do Recôncavo, existente na Mapoteca do Itamarati, vendo-se ao alto o começo das terras do "Engenho



Freguesia". Notar a região de Jaguaripe assinalada por "Terras do Álvaro da Costa".

E se não o faziam, deviam saber que isso contra eles murmurava a suspeita de cristãos-novos.

Mas se rendiam preitos à sociedade e à lei, nas aparências, bem podiam satisfazer às consciências em práticas da religião ancestral, abrigando-se à larga sombra do “*infra equinoxiale non pecavi*”.

Vindo, porém, à Bahia em meados do ano de 1591 o Visitador do Santo Ofício, para colher farta messe de denúncias e confissões, correu pela Cidade e pelos engenhos um arrepio de desconfiança e de terror.

Gravaria, numa frase que chegou até nós, o doloroso contraste entre a liberdade confiada de antes e a coação sob as formas infames da delação secreta; exprimiria o desconsolo de uma nova época escurecida pela presença ativa e cruel da Inquisição, manifestando com uma eloquência que ainda hoje comove, todo o horror à perseguição — a nora de Heitor Antunes, mulher de Álvaro Lopes Antunes, concunhada de Sebastião de Faria. Deus sabe com que aperto de coração, toda esperançada dos perdões e graças prometidos nos editais, confessou ela, aos pés do inquisidor: “averá um mês pouco mais ou menos que estando em Mathoim indo com Dona Lianor cristãa nova irmã de seu marido, molher de Anrique Monix Telex praticando sobre hua nova que se levou desta cidade que era presa pela Sancta Inquisição Dona Maria e seu marido fugido, disse ella confessante simplesmente, sem consideração alguma, estas palavras *Jesu, estávamos quietos*, e em dizer isto se achou logo alcançada e se desdix e emendou logo perante a ditta Dona Lianor que lhe foi aquella palavra assi á boca e desta culpa pede perdão e misericordia” (2).

Tinha razão e adivinhava. Tão sossegados estavam os Antunes! Tão serenos na sua temeridade! Tão descuidados na sua imprudência! . . .

E seriam os mais castigados e tragicamente perseguidos!

Foi realmente objeto de muitas denúncias à Inquisição a família Antunes — tanto a velha Ana Roiz, viúva de Heitor Antunes, como seus filhos Nuno Fernandes, Álvaro Lopes Antunes e Jorge Antunes, como ainda suas filhas Leonor, mulher de Henrique Munis Teles, Beatriz casada com Sebastião de Faria, e seu neto, Manuel de Faria, filho deste senhor de Matoim. Não escaparam sequer os defuntos, o chefe da casa, Heitor Antunes, e a filha Violante, que fora casada com Diogo Vaz Escovar (3).

Algumas denúncias abrangiam em tom geral a família: “des o tempo de sua mocidade ouvio sempre dizer nesta cidade em publica

voz e fama comumente dita pela boca de todos como cousa certa e verdadeira que em Mathoim nesta capitania tinha Heitor Antunes, cristão novo mercador que fôra e era senhor de engenho no dicto Mathoim em sua casa esnoga e toura e que em sua casa se ajuntavão cristãos novos e judaizavão e guardavão a lei judaica”; “de vinte anos a esta parte ouve dizer geralmente em publica fama que em Mathoim havia uma esnoga em casa de Heitor Antunes, cristão novo defunto”. Já Heitor Antunes era falecido mas outro denunciante declarava: “a gente de Matoim que são as cristãs novas dos Antunes” mandara dois homens ameaçarem uma mulher que, tendo estado na casa delas em Matoim, vira a “Ana Roiz e suas filhas meterem-se em uma casa apartada ás sextas-feiras á tarde e sahirem-se aos sabados e estarem fechadas na dita casa des nas sextas-feiras á tarde até os sabbados”; e outro dizia que D. Lianor e suas irmãs e mãe “as sextas-feiras á tarde se ajuntavam todas e se metiam em hua casa que era hua despensa (em casa daquela D. Lianor) e não saiam dela senão no sabbado seguinte e que estavam nela fechadas por dentro de sexta-feira até o sabbado”.

Havia artigos de acusação quanto a hábitos reputados judaizantes e passíveis das cruéis penas da Inquisição — comiam em mesa baixa, lançavam fora a água dos vasos quando alguém lhês morria em casa, e saído o defunto, mandavam varrer as casas e depois de varridas botar as vassouras fora, ordenando trazer novas; juravam pelo mundo que tem a alma de meu marido ou tem a alma de meu pai, ou pelo meu marido defunto a que come a terra virgem.

Temas de delação, que eram graves então, nos parecem hoje ridículos: Manuel de Faria mudava a camisa aos sábados, no colégio faltava às orações, saía muitas vezes da missa antes de se acabar e às vezes antes de se levantar a Deus e nunca ia à doutrina dos padres, como costumavam os demais estudantes, e não tinha livro de Nossa Senhora e poucas vezes rezava pelas contas; Ana Roiz guardava as jóias de quando se casara para se enterrar com elas; estando muito doente Ana Roiz e unvida fora vista bater no sobrado e na borda da cama dizendo tam tam, que era aliás o nome por que se chamava uma negrinha da casa.

Outras imputações definiam hostilidade da sogra de Sebastião de Faria à religião católica: doente grave repelira um crucifixo que lhe apresentavam; fazia sinais e modos de judia e “estando ela ou hua sua filha de parto dizem que dizendo-lhe hua molher que chamasse por Nossa Senhora que lhe socorresse ela respondia não me

faleis nisso que não no posso dizer”; estando doente falando-se-lhe em Deus ou mostrando-se-lhe alguma imagem não queria olhar nem consentir, ao que as filhas lhe diziam que não as desonrasse; raramente ia à igreja, só se confessava pela obrigação da quaresma; assistindo ao batizado de uma bisneta, disse: “olhai que negro batismo”.

Uma série de incriminações diziam com a maneira de Ana Roiz e as filhas darem expansão às suas saudades. Quando morreu Heitor Antunes, a viúva, Ana Roiz, “fez o pranto diferente do que usam os cristãos levantando as fraldas e assentando-se com as carnes no chão guajando com a cabeça”; “nunca mais quis comer em mesa alta, mas comia assentada no chão e o comer na borda do estrado e quando lhe os genros ou as filhas diziam que fosse comer à mesa alta com eles respondia que já era morto seu marido, que aquilo não era necessário para ela, que comessem eles embora na mesa alta, que ela comeria ali em baixo na borda do estrado”; nunca mais quis comer carne ou não a comeu por muito tempo e sim só peixe, nem queria dormir em cama; e se punha atrás da porta e derramava água no chão e levantava a saia e se sentava no chão; esteve muito tempo no canto da casa detrás da porta sem vestir camisa lavada; não se sentava em esteira nem alcatifa mas no chão sobrelevantando as fraldas, ficando com as carnes no chão; e ficava “em sua casa assentada em um estrado que tem para a banda detrás da porta, entrando pela porta ficava o estrado à mão esquerda, ao longo da mesma parede em que estava a porta”. E quando lhe morreu a filha Violante Antunes fora vista “dentro em uma casa pequena assentada no chão sobre a terra (porque era casa térrea) e estava pranteando a dita morta toda coberta com o manto, guajando-se toda como se diz em vulgar, abaixando muito a cabeça e tornando a levantar, baqueando-se desta maneira muitas vezes a miúdo” (4).

Essa mesma sua filha Violante Antunes, cunhada de Sebastião de Faria, já falecida desde cerca de 1588, não escapa às denúncias de exagerada e esquisita na saudade, quando perdera o marido Diogo Vaz Escovar. Um dos denunciantes acusava: “fez tantos prantos extremos não comendo coisa que soubesse bem, nem dormindo em cama, nem mudando nunca a camisa até que morreu pouco tempo logo depois da morte do dito seu marido, e no dito tempo do nojo casou sua filha e nem por isso mudou o nojo nem fez diferença”.

A gana denunciante não respeitava a inutilidade das acusações a uma morta nem compreendia piedade por uma viúva que se deixara morrer de saudades: “depois que morreu seu marido Diogo Vaz com nojo nunca mais mudou a camisa e não queria comer e se deixou morrer no dito lugar de Matoim” (5).

Havia itens de denúncias que diziam com o procedimento dos Antunes em relação aos cadáveres, e coisas que haviam pertencido aos finados. Ana Roiz era acusada de “mandar tomar o catre em que ele (o marido, Heitor Antunes) morreu e as suas botas e pôs tudo detrás da capela onde o dito marido estava enterrado” e a um reparo ou conselho da denunciante de ser melhor os desse de caridade “por amor de Deus”, em lugar de deixá-los a perder-se ali, “a dita velha lhe respondeu que deixasse estar que estava ali com seu dono”; morto o marido “mandou lançar o fato dele detrás das suas casas e aí o deixou apodrecer e, pedindo-lhe algumas pessoas de esmola, o não quiz dar”; fez enterrar o marido numa ermida sua, por ser em terra virgem como costumam enterrar os judeus e foi contrária à mudança da ermida para outro lugar e não consentiu que seu filho Jorge Antunes tirasse os ossos do pai quando foi a ermida desmanchada; nem foi aonde estava o marido enterrado; e deixou de ir à igreja muito tempo; e declarava que não entrava na igreja em que o marido estava enterrado (entretanto há denúncia de que “depois que o dito seu marido lhe morreu ia às tardes chamar por ele à sua cova”).

Enquanto alguns denunciantes entravam por cozinhas a dentro bisbilhotando religião em alimentos: — Ana Roiz só usava pão ázimo, desculpando-se disso por não encontrar fermento (“e que por isso o seu pão não era levedo”) e Beatriz Antunes, a mulher de Sebastião de Faria dizia não comer coelho, — outros referiam casos que ainda hoje nos escandalizam, atribuindo aos cunhados de Sebastião de Faria horríveis sacrilégios. Nuno Fernandes “solteiro, morador no rio de Matoim pedia à noite candeia às suas negras e que elas querendo ver por um buraco o que ele fazia o viram tirar debaixo da cama um crucifixo e açoitá-lo e não se afirma bem (o denunciante) se cada noite se às sextas-feiras”; Álvaro Lopes (6) fora visto na igreja de Nossa Senhora da Piedade, em Monte Calvário, “de joelhos encostado com o braço sobre um banco junto ao altar... olhando fitamente para um crucifixo que estava no altar o ameaçou pondo o dedo no nariz duas ou três vezes e pondo outras tantas a mão pelas barbas e depois disto lhe deu duas ou três figas”; Leonor Antunes, a mulher de Henrique Munis Teles.

não mandava os escravos e escravas à igreja aos domingos e dias santos e sabia que “nesta terra em hua certa casa detraz da porta estava em hua cova metido um crucifixo coberto com hua pedra em cima”, que era conspurcado pelos que iam àquela casa (7).

Os genros de Heitor Antunes e Ana Roiz escaparam a qualquer denunciação. De nada são acusados. Sebastião de Faria pôde sair ileso como salamandra, daquele incêndio de imputações.

A imunidade de Sebastião de Faria a denúncias, o não se sentir obrigado a confissões e nada recear por não ir dizer alguma coisa ao inquisidor vinham de que era estranho, talvez ignorante do pouco que judaizava sua mulher. E da vida dos cunhados e da sogra (8), nessas ocultas particularidades, possivelmente pouco saberia ou muito desdenharia. Percebe-se mesmo uma como bipartição da família entre os cristãos velhos importantes e afidalgados e a parte judia do clã de Matoim, também um tanto soberba, pois os Antunes se diziam “descendentes dos Macabeus”, “da gente mais honrada dos judeus”.

Há documento do cuidado, tanto de Beatriz como de Leonor Antunes, de não vir a sofrer, com as imprudências de palavras da velha Ana Roiz, a situação que desfrutavam, bem casadas com gente nobre.

Conta um denunciante aparentado — Pero de Aguiar Daltro (sobrinho de Sebastião de Faria, pois era filho de Custódia de Faria, irmã do senhor do engenho em Matoim) — que ouvira ter a velha Ana Roiz, quando certa vez estava doente, repellido “hum retavolo da imagem de Nosso Senhor Crucificado” que lhe levava ao leito sua filha Beatriz, mulher de Sebastião de Faria. A judia disfarçada deixara então expandirem-se os mais íntimos sentimentos e exclamara: — “tiraio lá, tiraio lá”! Outras pessoas assistiam à cena que a todos arrepiara, e na sua própria confissão, Ana Roiz a esse fato aludiria: — “averá sete ou oito anos (1583 ou 1584) que esteve muito doente em Matoim, onde ela ora he moradora dentro desta capitania, na qual doença chegou a tresvaliar e dizem que falava desatinos, mas ela não está lembrada se nesse tempo falou ou fez alguma cousa em ofensa a Deus”. O caso era grave. Naquela exclamação herética de desprezo ou horror pelo crucificado explodia um assomo de sinceridade de quem sentia abeirar-se o túmulo. Viu, porém, a mulher de Sebastião de Faria o perigo que surgia e mediu a diferença de entre a mãe judia e o marido potentado; então advertiu a Ana Roiz: “olhai, mãe, o que falais, olhai o que dizeis que somos casadas com homens fidalgos e principais da terra” (9).

Nada valeram as alianças dos Antunes com gente assim importante, nobre e honrada, sem tisona “de nação”; nada influuiu que denunciante houvesse a testemunhar serem a sogra, a mulher e a cunhada de Sebastião de Faria “boas cristãs”, vistas “a fazer obras disso sendo devotas de Nossa Senhora e fazendo romarias, indo às igrejas, dando esmolas e fazendo outras obras de boas cristãs”. Se não chegou até nós a lembrança do que sofressem os filhos de Ana Roiz, o que é certo é ter sido ela queimada no Reino a despeito dos seus oitenta anos, havendo quem escrevesse terem sido “afogueadas” Leonor Antunes e a mulher de Sebastião de Faria.

Informa Capistrano de Abreu no prefácio às “Confissões da Bahia”: — “no índice da visitação de Marcos Teixeira lê-se que Ana Roiz fora queimada em Portugal por hereje apóstata”. No “Nobiliário de Torres”, manuscrito da Biblioteca Nacional, está escrito no vol. 5.º à página 126 que “foram afogueadas Leonor Antunes, a mulher de Sebastião de Faria e Isabel casada com Henrique Munis, neto este daquela Leonor e de seu marido Henrique Teles” (10).

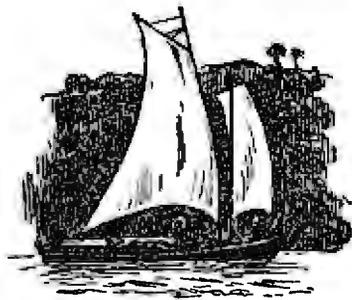
Deviam ser de abatimento, mas ao mesmo tempo de revolta e indignação os sentimentos dos Antunes e Farias e Munises ante a prisão, a viagem ao Reino da pobre velha de mais de oitenta anos e a notícia do sacrifício de Ana Roiz num auto de fé em Lisboa. E se é verdade que também Leonor e Beatriz foram “afogueadas”, fervia-lhes ainda mais o ânimo em irritações que bradavam vinganças e revides; mas haviam de abafar-se numa falsa quietude de conformados.

Não pôde entretanto Henrique Munis refrear essas reações quando sentiu os bríos próprios e os de sua mulher conspurcados, dentro mesmo dos domínios da família, nos limites das terras do concunhado Sebastião de Faria.

De acordo com a sentença do tribunal da Inquisição, viera a ser pregado à porta principal da igreja de Matoim, da matriz de Nossa Senhora da Piedade, o retrato da condenada já executada no Reino. E aí por volta de 1604 ou 1605 lá estava o tosco manequim, a malfeita caricatura, para ser visto por quantos entrassem e saíssem do templo.

Era demais! Recebia a família diretamente a afronta, humilhada diante de tantos vizinhos, moradores, lavradores, caixeiros, mestres de açúcar, mercadores e até escravos a mirarem a simbólica efígie da antiga senhora de tantas terras, avó de tanta gente ilustre e poderosa.

Era demais! Arrancar dali com grande escândalo entre os cristãos velhos da região aquela tela que era um cartaz de infame irrisão (11).



Notas do capítulo:

(1) Vide "Denúncias da Bahia", pág. 263.

(2) Denúncia — Confissão de Isabel Ribeiro, mulher de Álvaro Lopes, em 30 de outubro de 1591. Vide "Denúncias da Bahia", pág. 546.

(3) Tem-se dito que aos judeus conversos deve o Brasil a introdução e estabelecimento dos engenhos de açúcar. Já Lúcio de Azevedo (*Épocas de Portugal Económico*, pág. 253) contestou semelhante tese. Foram os donatários e a coroa os precursores. Mas há afirmação contrária: — a de que judeus, sendo só comerciantes, na casta aristocrática dos senhores de engenho não se incluíam; não se davam à lavoura. — Falsa também esta sentença. — Como na gente que vinha do reino tanto havia cristãos velhos como dos que "cheiravam ao alho", houve engenhos de judeus e não judeus. E como o negócio era bom e enriquecedor, muitos passaram do comércio à lavoura e alguns exerceram simultaneamente as duas atividades. — De alguns senhores de engenho com casta de judeus temos notícia. Os Antunes estavam entre estes, como os Ulhoa, os Lopes Franco, os Mateus Lopes, os Paredes... os Sanches. O. M. R. Sanches, dono do Freguesia, era "de nação". Ver Apêndice no final desta obra.

(4) Não era esse costume, que parecia aos denunciantes coisa de judia, apenas maneira de demonstrar tristeza, saudade, desespero, mas também aborrecimento, raiva, contrariedade: estando agastada por umas brigas de sua filha Beatriz com o marido Sebastião de Faria foi vista Ana Roiz estar assentada no chão sabandeando-se toda, abaixando a cabeça toda até o chão e tornando a levantar e tornando a abaixar de maneira e com tal continuação e modo que ela (denunciante) tem ruim suspeita daquilo que lhe parece ser coisa de judia". ("Denúncias", pág. 393).

(5) “A justiça da inquisição abrangia vivos e mortos” — “Com os defuntos achados em culpa, quer falecidos nos cárceres quer nunca apreendidos se procedia de modo idêntico, levando a queimar os ossos desenterrados e, não se encontrando estes, o manequim figurativo. E se lhes infligia a pena de confisco, da mesma sorte que aos vivos, pelo que eram citados os herdeiros para a defesa, como interessados”. (J. Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos-novos Portugueses*, pág. 147).

(6) Álvaro Lopes Antunes era em outubro de 1591 casado com Isabel Ribeiro, que então tinha 25 anos, lavrador, cristão-novo, morador em Matoim, freguesia de N. S. da Piedade (“Denúncias”, pág. 546).

(7) Vide para todos os fatos denunciados — referidos no texto — “Denúncias da Bahia”, págs. 159, 243, 247, 248, 250, 255, 257, 258, 259, 267, 275, 302, 313, 338, 340, 364, 365, 378, 379, 393, 401, 402, 403, 404, 410, 420, 421, 438, 475, 478, 479, 480, 481, 539, 545, 549, 561.

(8) Ana Roiz não morava com Sebastião de Faria, mas sim “em casa de um seu filho, Nuno Fernandes, em Matoim”. (“Denúncias”, pág. 244). Este Nuno Fernandes residia nas vizinhanças dos engenhos de Sebastião de Faria, tanto o “Freguesia” como o “Aratu”. Gabriel Soares, depois de referir-se ao engenho de Sebastião de Faria na ribeira de Aratu, continua: “meia légua deste engenho pelo rio abaixo está uma ribeira a que chamam de Carnaibuçu, onde não está engenho feito por haver litígio sobre esta água. Na boca desta ribeira está uma ilha muito fresca que é de Nuno Fernandes, a uma légua está um engenho de bois de que é senhor Jorge Antunes. . .”. (*Tratado*, págs. 125-126).

(9) Vide “Confissões da Bahia”, pág. 178.

Vide “Denúncias da Bahia”, págs. 250, 281, 321, 378, 488, 544, 547. — “Somos casados” — era ela, Beatriz Antunes com Sebastião de Faria e Leonor com Henrique Munis. — Há variantes em outras denúncias: “disse que ouviu dizer a Beatriz Sampaio, molher de Jorge de Magalhães, moradora em Matoim, que estando Ana Roiz cristã nova sogra de Bastiam de Faria, morador em Matoim, doente, as suas filhas lhe mostraram hu crucifixo e ela não quiz olhar pera ele e chamou por seu filho Nuno e que a sua filha molher do dito Bastião de Faria lhe dissera que não as deshonrasse que vinha seu marido”. (“Denúnciação”, de Antônio Dias, “Denúncias da Bahia”, pág. 337). — “Dixe a ela denunciante Beatriz de Sampaio. . . que estando a dicta Ana Roiz doente, suas filhas lhe mostrarão hum crucifixo e que ella o não queria ver, dizendo tiraio lá, tiraio lá e que Beatriz Antunes cunhada dela, denunciante, molher de seu irmão Bastiam de Faria lhe dixerá, mãi, não nos deshonreis que somos casadas com homens cristãos velhos e nobres, e comtudo quea dita velha Ana Roiz tornara a dizer, tiraio lá, tiraio lá, e não o quizerá ver ao dito crucifixo”. (Denúnciação” de Custódia de Faria — “Denúncias da Bahia”, págs. 478/479). — “Estando ela denunciante falando com Beatriz de Sampaio molher do dito Magalhães ela lhe contou que Ana Roiz, cristã nova molher que foi de Heitor Antunes, moradora no Rio de Matoim estando doente amostrando-se-lhe um crucifixo, o não quizerá ver, que lho tirassem de laa, e que as filhas da dita Ana Roiz a saber, Beatriz Antunes molher de Bastiam de Faria e as outras lhe disserão mãe não nos deshonreis que somos casadas com homens honrados”. (“Denúnciação” de Isabel de Sandales — “Denúncias da Bahia”, pág. 539).

(10) Vide "Livro das Denúncias... no ano de 1618", pág. 109; Catálogo Genealógico de Jaboatão, *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, vol. 52, pág. 153. Lúcio de Azevedo na "Hist. dos Cristãos-novos Portugueses", 1922, pág. 226, parece contestar os suplicios de Ana Roiz e de suas filhas. Referindo-se à inquisição na Bahia em 1591 escreve: "em um engenho de Cotegipe viviam umas senhoras mãe e duas filhas, conhecidas pelas Macabeas, as quais parece, tinham por ufania dizerem-se descendentes dos Macabeus. Não podiam com tal nome eximir-se à malevolência dos delatores, e foram denunciadas *sem que, porém, resultasse procedimento contra elas*". O mesmo autor, quando trata da segunda visitaçào do Santo Ofício à Bahia em 1618, cita vários denunciados que foram levados a Lisboa: "outros suspeitos de judaísmo transitaram para a metrópole; quatro, por exemplo, inculcados de blasfêmias, Mateus Lopes Franco e mais três cristãos-novos que os inquisidores de Lisboa mandaram abjurar *de levi* em auto particular. Manuel Dias Espinosa, filho de outro Espinosa... confessou em Lisboa atos de judaísmo, e saiu condenado a cárcere e hábito perpétuo no auto de 5 de maio de 1624. André Lopes Ulhoa... foi enviado em detençào para Lisboa onde abjurou por levemente suspeito em auto particular". — Lê-se no "Nobiliário", de Torres: "Henrique Moniz, nº 2, fº 2º de Egas Moniz e de D. Maria Pg serviu também no Brasil. Casou-se com D. Leonor Antunes que saio afogueada conforme Quevedo era irmã da mulher de Sebastiam de Faria que também saio afogueada filha de de quem teve". — Mais adiante ainda se lê: "Henrique Moniz, nº 1, filho 1º de Diogo Moniz e de D. Francisca casou com D. Isabel filha de uma irmã de Antonio Homem que queimaram — S. G."

(11) Vide "Livro das Denúncias... no ano de 1618", pág. 109.

UM VISITANTE NARRADOR EM 1584



STAVA ainda o espírito de Sebastião de Faria e de sua gente desanuviado dessas preocupações e tristezas quando entre janeiro e fevereiro de 1584, acompanhando o Visitador Cristóvão de Gouveia, andara Fernão Cardim pelos engenhos do Recôncavo, que ele contava então trinta e seis, tendo pousado certamente no de Matoim, hoje “Freguesia” (1).

Não especializa o narrador engenho algum, mas as páginas que deliciosamente escreveu acerca

dos em que foi acolhido dão a medida da liberalidade, grandeza e riqueza que já, em tão afastado tempo, ostentavam os senhores como o daquele cuja história vamos aqui acompanhando.

“Visitadas as aldeias — escreve o cronista-poeta — determinou o padre ver algumas fazendas e engenhos dos portugueses, visitando os senhores delas por alguns lhe terem pedido e outros porque os não tinha ainda visto e era necessário conciliar os ânimos dalguns com a Companhia por não estarem muito benévolos. Partimos de São João para o mar Folgara de saber descrever a formosura de toda esta Bahia e Recôncavo, as enseadas e esteiros que o mar bota três quatro léguas para terra a dentro, os muitos frescos e grandes rios caudais que a terra deita no mar. . .”

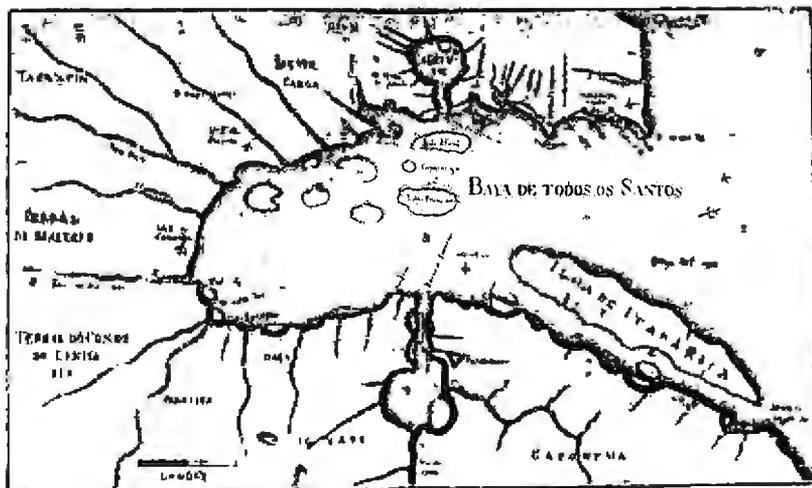
Se a natureza deleitava àqueles que fruíam tais delícias espargidas por tantos engenhos, maravilhavam-se os viajantes com recepções igualmente tocadas de respeito e pompa: “sempre fizemos caminho por mar em um barco da casa bem equipado e quase não ficou rio nem esteiro que não víssemos, com as mais e maiores

fazendas e engenhos que são muito para ver. Grandes foram as honras e gasalhados que todos fizeram ao padre visitador, procurando cada um de se esmerar não somente nas mostras de amor, grande respeito e reverência, que no tratamento e conversação lhe mostravam, mas muito mais nos grandes gastos das iguarias, da limpeza e concerto do serviço, nas ricas camas e leitos de seda (que o padre não aceitava porque trazia uma rede que serve de cama, e coisa costumada na terra). Os que menos faziam, e se tinham por não muito devotos da Companhia, faziam mais gasalhados do que costumam fazer em Portugal os muito nossos amigos e intrínsecos. . . Nos importunavam que disséssemos missa cedo para exercitarem sua caridade, em nos fazer almoçar ovos reais e outros mimos que nesta terra fazem muito bons, nem faltava vinho de Portugal. . . Nem se contentavam estes senhores de agasalhar o padre, mas também lhe davam bugios, papagaios e outros bichos e aves que tinham em estima, e lhe mandavam depois à casa muitas e várias conservas, com cartas de muito amor, e quando vinham à Cidade o visitavam amiúde, dando os devidos agradecimentos pela consolação e visita que o padre lhes fizera”.

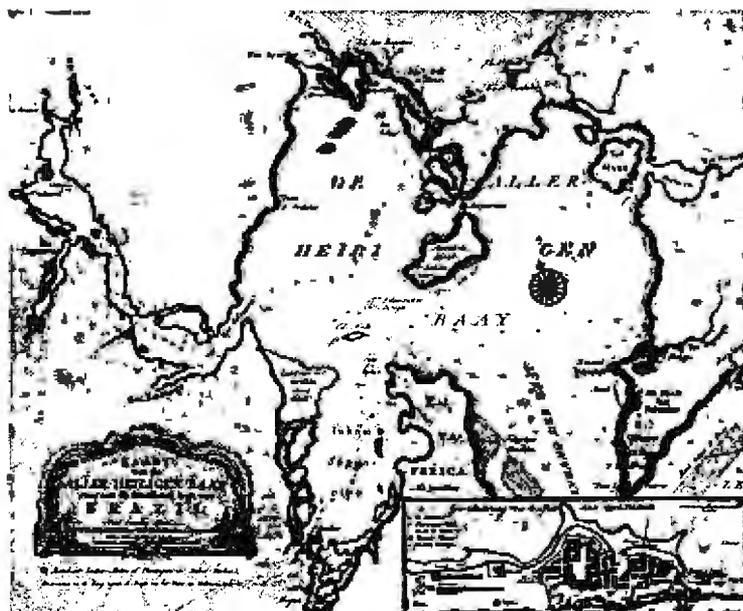
Repetem-se os gabos à hospitalidade do Recôncavo: — “os engenhos deste recôncavo são trinta e seis; quase todos vimos, com outras muitas fazendas muito para ver. De uma coisa me maravilhei nesta jornada e foi a grande facilidade que têm em agasalhar os hóspedes, porque a qualquer hora da noite ou dia que chegávamos em brevíssimo espaço nos davam de comer a cinco da Companhia (afora os moços) todas as variedades de carnes, galinhas, perus, patos, leitões, cabritos e outras castas e tudo têm de sua criação com todo o gênero de pescado e mariscos de toda sorte, dos quais sempre têm a casa cheia, por terem deputados certos escravos pescadores para isso e de tudo têm a casa tão cheia que parecem uns condes e gastam muito”.

Já então existia ali nas terras de Sebastião de Faria capela ou ermida, levantada ao alto, dominando o mar, com boa aparência, a ver-se de longe, branca entre o verde do campo, a modo de orgulhosa por já ser freguesia, segundo informa Gabriel Soares (2).

Cardim assim fala destas ermidas nos engenhos: “o padre Quirício Caxa e eu pregávamos algumas vezes em as ermidas, que quase todos os senhores de engenho têm em suas fazendas, e alguns sustentam capelão à sua custa, dando-lhe quarenta ou cinquenta mil réis cada ano, e de comer à sua mesa. E as capelas têm bem concertadas e providas de bons ornamentos” (3). Ali os padres exerciam seu mister religioso, nessa excursão de que ficou tão bela

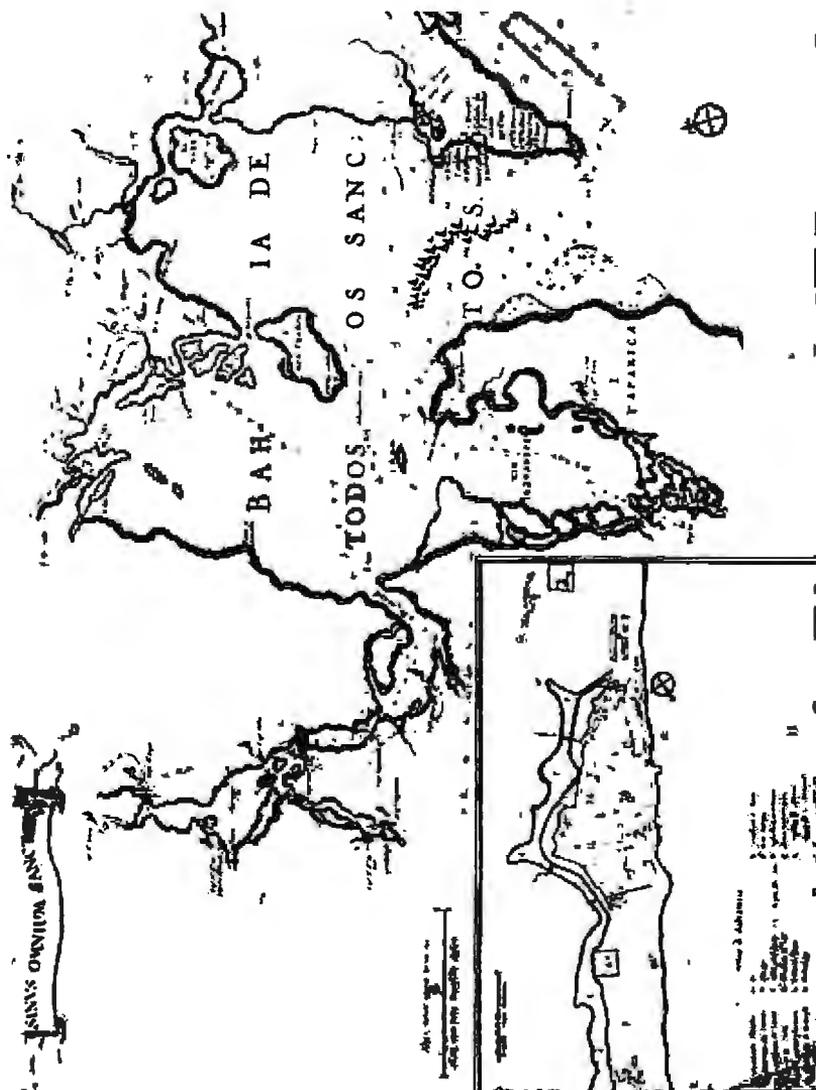


Mapa do Recôncavo do Atlas de João Teixeira, na Mapoteca da Biblioteca Nacional, em que se vê o "Engenho Freguesia" com a indicação "N. S. da Piedade". Notar as várias regiões do Recôncavo: "Otum", "Jacaracanga", "Taçuapin", "Terras de mairape", "Terras do Conde de Linhares", "Paratiba", "Oaçu", "Iguape", "Caponema".



Mapa holandês do Recôncavo, em que vêm assinalados vários engenhos, inclusive o "Freguesia".

(Da Mapoteca da Biblioteca Nacional e da Coleção Luiz Matos)



Mapa do Recôncavo da autoria de Marcgraff, que figura na obra de Barleus, e onde vêm assinalados os engenhos que os holandeses incendiaram em 1640.



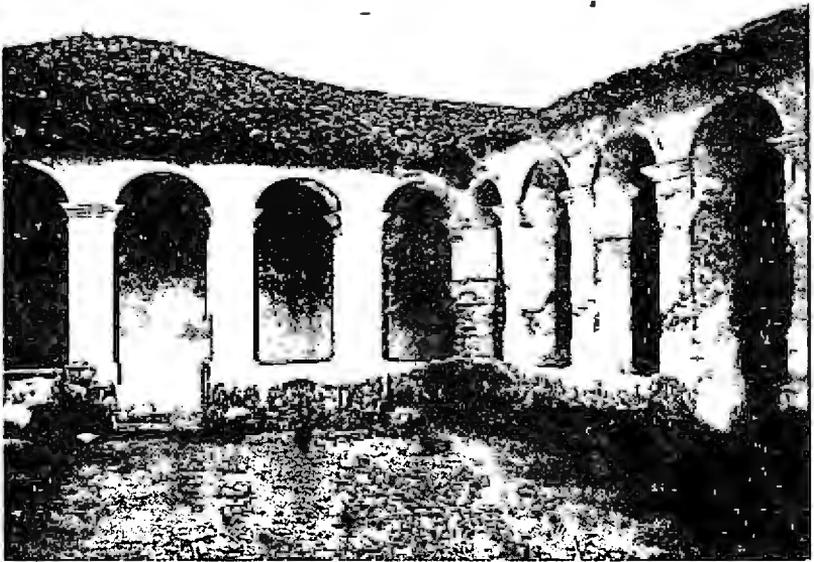
Sobrado do "Engenho Matoim", no Município da Cidade do Salvador. Fachada lateral norte e fachada principal.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



Sobrado do "Engenho Matoim", no Município da Cidade do Salvador. Fachada principal e fachada lateral sul.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)



*Dois aspectos do pátio interno do sobrado do “Engenho Matoim”,
no Município da Cidade do Salvador.*

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)

memória no escrito de Cardim: “os dias de pregação e festas de ordinário havia muitas confissões e comunhões e por todas chegariam a duzentas, afora as que fazia um padre língua de escravos de Guiné, e de índios da terra, pregando-lhes e ensinando-lhes a doutrina, casando-os, batizando-os”.

Mas a impressão que os engenhos causavam ao cronista não se limitava à parte social e suntuária de aposentadorias, banquetes e cerimônias. Estendia o padre curiosidade admirativa à parte industrial, às fabricas que visitava, dando o diapasão em que afinaria cento e vinte tantos anos mais tarde o seu irmão de roupeta Antonil: “tornando aos engenhos cada um deles é uma máquina e fábrica incrível: uns são de água rasteiros, outros de água copeiros, os quais moem mais e com menos gastos; outros não são de água mas moem com bois e chamam-se trapiches; estes têm muito maior fábrica e gasto, ainda que moem menos, moem todo o tempo do ano, o que não têm os de água porque às vezes lhes falta”.

O de Sebastião de Faria era de bois. Gabriel Soares o viu “de duas moendas que lavram com bois”.

“Em cada um deles — prossegue Cardim — de ordinário há seis, oito e mais fogos de brancos e ao menos sessenta escravos que se requerem para o serviço ordinário; mas os mais deles têm cento e duzentos escravos de Guiné e da terra. Os trapiches requerem sessenta bois, os quais moem de doze em doze revezados”. E entra em minúcias de não pequeno interesse: “começa-se de ordinário a tarefa à meia noite e acaba-se no dia seguinte às três ou quatro horas depois do meio dia. Em cada tarefa se gasta uma barcada de lenha que tem doze carradas e deita sessenta e setenta fôrmas de açúcar branco, mascavado, malo e alto. Cada fôrma tem pouco mais de meia arroba, ainda que em Pernambuco se usam já grandes de arroba. . .”

O movimento, a azáfama dos escravos, a dureza áspera e rude dos trabalhos chocavam ao jesuíta: “o serviço é insofrível, sempre os serventes andam correndo, e por isso morrem muitos escravos, que é o que os individa sobre todo esse gasto” (4).

Depois de referir necessitar cada engenho “de feitor, carpinteiro, ferreiro, mestre de açúcar, com outros oficiais que servem de o purificar”, assinalava Cardim a importância que tinha então um mestre de açúcar: “os mestres de açúcares são os senhores de engenhos, porque em sua mão está o rendimento e ter o engenho fama, pelo que são tratados com muitos mimos, e os senhores lhes dão mesa e cem mil réis, e outros mais, cada ano”, remuneração que, comparada à dos capelães, — quarenta e cinquenta mil réis

anuais — evidencia ainda mais eloqüentemente a importância desse técnico de quem tanto se dependia.

Mas tudo aquilo valia e dava para as muitas liberalidades: “ainda que estes gastos são muito grandes, os rendimentos não são menores, antes mui avantajados porque um engenho lavra no ano quatro ou cinco mil arrobas que pelo menos valem em Pernambuco cinco mil cruzados, e postos no Reino por conta dos mesmos Senhores de engenho (que não pagam direitos por dez anos do açúcar que mandam por sua conta, e estes dez acabados não pagam mais que meios direitos) valem três em dobro”.

Riqueza, entretanto, nunca foi boa companheira de virtudes, sobretudo quando se está ela gerando, formando e aumentando: “os encargos de consciência são muitos, os pecados que se cometem neles não têm conta; quase todos andam amancebados por causa das muitas ocasiões”. Contrastando com o que de tal maneira o admirava pela opulência, gastos e trabalhos, e gozos, aparecia, ao padre, ao sacerdote, ao moralista tanto o que censurar, que exclamaria adocicando uma frase amaneirada para não verberar com mais crueza os desmandos daqueles a quem era agradecido por ajudas, hospedagens e gentilezas: “bem cheio de pecado vai esse doce, porque tanto fazem: grande é a paciência de Deus que tanto sofre” (5).



Notas do capítulo:

(1) Nos “Capítulos de Gabriel Soares de Sousa contra os Padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil”, lê-se: — “costumam (1587) os Padres irem pelas fazendas da Bahia a confessar a gente que por ela está espalhada nos engenhos e fazendas, onde são muito servidos e gasalhados”. (Vide *An. da Bibl. Nac.*, vol. 62, pág. 377).

(2) "...e tem uma formosa igreja de N. S. da Piedade, que é freguesia deste limite". (*Tratado*, pág. 126).

(3) Gabriel Soares, enumerando os engenhos de 1584, menciona numerosas capelas ou ermidas a eles anexas: S. Bartolomeu no engenho de Sua Majestade em Pirajá; S. Sebastião no engenho de Diogo da Rocha Sá; N. S. da Encarnação no de João de Barros Cardoso; S. Brás no de Antônio de Oliveira Carvalho (Plataforma); S. Bento no de Francisco de Barbuda; Nossa Senhora no de Cristóvão de Aguiar; Sta. Catarina no de Gaspar Dias Barbosa; S. Jerônimo (em Aratu) no de Sebastião de Faria; N. S. do Rosário no de Jorge Antunes (Matoim); N. S. da Piedade no de Sebastião de Faria (Freguesia); N. S. no do Deão da Sé (Caboto?); Sto. Antônio no de Cristóvão de Barros (Jacaracanga); S. Ana (em Passé) no de Tristão Rodrigo; N. S. do Rosário (em Passé) no de Luís Gonçalves Varejão; Sto. Antônio no de Tomás Alegre (em Passé); Nossa Senhora no de Miguel Batista (em Petinga); Santíssima Trindade no de Martim Carvalho (esteiro de Caípe); N. S. das Neves no de André Fernandes Margalho (esteiro de Caípe); Sta. Catarina no de Belchior Dias Porcallo (esteiro de Paramirim); N. S. da Piedade (é Purificação) no do Conde de Linhares (Seregipe); S. Bento no dos frades de S. Bento (Seregipe); S. João no de João de Brito e Almeida (Iguape); N. S. das Graças no de Lopo Fernandes (Paraguaçu); S. João no de Antônio Adorno (Paraguaçu); S. Bento no de Fernão Cabral de Ataíde (Jaguaripe); Vera Cruz no de Diogo Correia de Sande (Irajuí); S. Lourenço no de Gabriel de Sousa (Caípe).

(4) Sobre o número e ofícios dos escravos num engenho de açúcar no século XVI vide Wanderley Pinho "Testamento de Mem de Sá", págs. 57, 96 a 101. No grande engenho em Seregipe, de Mem de Sá, havia uma escravatura de 259 peças quase todas escravos da terra, índios do Brasil. De Guiné só vinte, muito mais caros que os da terra. Aqueles regulavam no preço em 13\$000 enquanto estes em 1\$000, salvo casos especiais. Pelos róis da avaliação vê-se que havia escravos-moedores de bagaço, escumeiros, ajudadores de escumeiro, taixeiros, dos melês, preneiros, prensos, encaixadores, caixeiros, carreiros, da barca, do barco, da légua (?), sarradores ou serradores, pedradores, carapinas, calafates, caldeireiros, ferreiros, feitores, vaqueiros, ovelheiros, fariheiros.

(5) Setenta e nove anos depois (1663) a impressão do Recôncavo com seus engenhos e capelas, registrada por Simão de Vasconcelos (*Crônica da Companhia de Jesus*, vol. II, pág. 21), não varia de encantamento. O Padre é arreouado quando fala da "formosa e espaçosa Bahia de Todos os Santos, assim chamada ou porque parece um paraíso, onde habitam todos os Santos; ou porque parece que todos os Santos do Paraíso influem nela alguma parte de suas qualidades. E na verdade não sei eu se haverá em todo o descoberto paragem mais acomodada para o comércio e habitação humana que esta Bahia e seus arredores". Diz de seus mares e ilhas, de suas praias, "boqueirões, entaradas e saídas que fazem baías diferentes e enganam facilmente a vista umas com as outras", dos rios, de Pirajá, Matoim, Paramirim, Sergipe, Paraguaçu, Jaguaripe, — portos, riachos e esteiros — "cercados das ricas lavouras da doce planta de canaviais"... avultando "as grandes fazendas dos engenhos de açúcar, máquinas lustrosas porque contêm grandes oficinas, e grandiosas casarias de igrejas, moradas dos senhores, vigários, lavradores, oficiais, serventes e escravos". Eram então sessenta estes engenhos — "que representam outras tantas vilas e fazem aqueles arredores sobremaneira nobres e aprazíveis".

PIRATAS



S engenhos de beira-mar naqueles primeiros tempos tanto recebiam visitas assim honrosas como violentos ataques de piratas, dentre os quais, com mais minúcia, registra a história Wirthington e Lister que saquearam o Recôncavo em 1587, e Van Carden em 1604.

Foi em abril daquele ano que os piratas ingleses irromperam barra a dentro e, não se atrevendo a entrar na Cidade, que lhes resistiu, passaram, como diz Frei

Vicente, “a barlaventear pela baía, que é larguíssima e de muito fundo, e onde era tanto que pudessem chegar os navios grandes mandaram a zavra e as lanchas à pilhagem”.

Nesse assalto ao Recôncavo marítimo visariam com certeza ao engenho de Sebastião de Faria, tão exposto e de tanta aparência para prometer muito ao saque, espertando a cobiça dos rapinantes. Mas é pouco provável que ousassem desembarcar, pois o dono, já experimentado nessas ações marítimo-militares, estaria atento e bravo na defesa da própria fortuna, manobrando elementos seus — barcos, escravos e armas, — e mais os do Estado.

Governava então a Bahia Cristóvão de Barros, amigo e vizinho em Jacarácanga, e que mais uma vez se socorria de ânimo e destreza do senhor de Matoim (1). Conta-nos ainda Frei Vicente: — “ordenou Cristóvão de Barros uma armada de cinco barcas das que levam cana e lenha aos engenhos, as quais, ainda que sem cobertura, são mui fortes e veleiras, mandando-as empavesar e meter em cada uma dois berços e soldados arcabuzeiros com seus capitães, que

eram André Fernandes Margalho, Pantaleão Barbosa, Gaspar de Freitas, Antônio Alves Portilho, Pedro de Carvalhais e por capitânia uma galé em que ia por capitão-mor *Sebastião de Faria*, para que onde quer que desembarcassem os ingleses dessem sôbre eles”.

Leva-nos à certeza de haver sido poupado o engenho “Freguesia” às acometidas dos ingleses o silêncio de Frei Vicente, quando, entretanto, se refere ao assalto britânico à propriedade de um daqueles capitães, fazenda situada distante e adiante do engenho de Sebastião de Faria: “e assim sabendo que eram idos a Jaguará a tomar carnes ao curral de André Fernandes Margalho e por os acharem já embarcados à zavra, a combateram, donde houve mortos e feridos de parte a parte”.

Se Jaguará era fazenda vizinha ou o mesmo engenho que descrevia Gabriel Soares no esteiro de Caipe como sendo de André Fernandes Margalho ⁽²⁾, os ingleses, prudentemente deixando de lado “Freguesia”, Jacaracanga e vizinhanças bem defendidas, velejaram à sua vista, entraram por águas de Passé e Mataripe e foram em Caipe assaltar a fazenda do Margalho.

Enquanto as notícias do lado brasileiro nos conduzem assim à quase certeza, senão à segurança de ter sido o engenho de Sebastião de Faria poupado à sanha e gana dos piratas ingleses, não as desmente nem abona a narrativa destes. A de John Sarracoll ⁽³⁾, que relata minudentemente aquele encontro junto às terras do Margalho (sem indicar o sítio, aliás), refere-se ao saque em certos engenhos abandonados pelos habitantes em fuga e de onde sem resistência tiraram caixas de açúcar, mas nada historia de que se possa concluir terem estado em “Freguesia”.

Doze anos depois (1599) os holandeses Hartman e Broer durante cinqüenta e cinco dias pilharam o Recôncavo. Frei Vicente conta que vítima dos flamengos foi o engenho de Bernardo Pimentel de Almeida, genro de Sebastião de Faria: “mandou (o general holandês) uma caravela que tinha tomado no porto e alguns patachos e lanchas que fossem pelo Recôncavo roubar e assolar quanto pudessem, o que logo fizeram no engenho de Bernardo Pimentel de Almeida que dista desta cidade quatro léguas e não achando resistência lhe queimaram casas e igreja, da qual tiraram até o sino do campanário; mas soou, e logo foram castigados por André Fernandes Margalho que Álvaro de Carvalho havia mandado com trezentos homens por terra, e achando ainda ali os inimigos, ficando-lhes muitos mortos na briga em terra e alguns no mar ao embarcar, entre os quais se matou um capitão que eles muito sentiram” ⁽⁴⁾.

Onde ficava este engenho de Bernardo Pimentel de Almeida? Seria o mesmo de Sebastião de Faria — o “Engenho Freguesia”?

Em 1584, ao tempo de Gabriel Soares, ainda não existia, pois não o cita, ou pertencia a outrem, vindo depois, por compra ou herança, a Bernardo Pimentel. Este, aliás, passados três anos, em 1591, era senhor de um engenho em Matoim (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade) onde morava com sua mulher Custódia de Faria e onde era lavrador João Rodrigues Palha, o pai do historiador Frei Vicente do Salvador ⁽⁵⁾.

Se em 1591, por ocasião das denúncias e confissões ao Santo Ofício possuíam engenhos simultaneamente Sebastião de Faria e Bernardo Pimentel seu genro, salva a hipótese de um condomínio, não era o “Freguesia” o que atacaram os piratas holandeses. Tudo leva a crer que este fosse outro e diverso.

Mas o engenho de Bernardo Pimentel erguer-se-ia em terras do sogro ou que tivessem sido do sogro, no âmbito da antiga sesmaria, nos limites do atual “Freguesia”?

Não há elementos para abonar em certeza a probabilidade de haver sido então atacado o engenho de Sebastião de Faria. Os da costa sul-norte, praias de Plataforma, Paripe, Matoim, estavam muito expostos e os ventos são favoráveis à penetração da baía por essa banda. Era o Recôncavo mais arriscado a corsários. Seria também, por isso mesmo, o mais defendido.

Deixemos a possibilidade sem deduções infundadas. Contentemo-nos em sugerir a dúvida: talvez em 1599 aquele engenho tivesse sido objeto da avidez dos piratas e por eles hostilmente visitado.

Cinco anos mais tarde (1604), o Recôncavo foi assolado de novos piratas holandeses. Desta vez comandava a pilhagem Paulus Van Carden animado da experiência e certo da fortuna, “futuro breve de grandes façanhas na Índia”. Não lhe foi possível desembarcar na cidade, corajosamente defendida pelos que tiveram sempre a comandá-los, atento e aguerrido, o Governador Diogo Botelho a dourar a fortuna de combatente com um desempenado e quixotesco desafio, na resposta à insistência do batavo ameaçador para compor-se com ele resgatando a praça: “tinha razão de apetecer o saco da cidade que hera huma das mais ricas do mundo por ser escala do Perú, e Nova Hespanha, e estar cheia de ouro e prata, muyto páo do Brasil, e assuquar, e outras mercadorias. E que se era cavalleiro viesse á terra provar a mão com elle. E que se fosse ditozo tinha bem em que se pagar. Isto lhe dava em resposta. E que se mais lhe mandava outro recado que com bombardas o receberia” ⁽⁶⁾.

Se a Cidade pôde guardar-se incólume, o mesmo não ocorreu com o porto onde a pilhagem em barcos e caravelas cheias de açúcar e mantimentos despejou tão preciosa carga nos porões das naus corsárias. E em boa parte do Recôncavo os flamengos penetraram e saquearam.

Uma certidão do Senado da Câmara diz que o inimigo tendo acometido alguns engenhos a nenhum queimara. A narrativa dos próprios corsários fala em que “junto à foz do rio estava querenando um navio de Rotterdam, cujo capitão, de nome Symon Tack, havia desembarcado a sua artilharia e levantado uma bateria no lugar onde a gente da frota tinha de passar”, bateria que fez fogo sobre a chalupa em que ia o almirante a apresiar barcas e tentar desembarques.

Que rio seria esse?

A entrada de Itapagipe em cujas praias já então se costumassem querenar navios?

Ou o Rio de Matoim em cuja boca se querenavam efetivamente as naus grandes? (7)

As duas indicações “foz do rio” e “bateria no lugar onde a gente da frota tinha de passar” não mostram que se tratava da “Boca do Rio” de Matoim e não da larga entrada de Itapagipe?

De fato, tendo a bateria improvisada de Tack atirado contra a chalupa de Van Carden, na qual andava a apresiar barcos de açúcar, veio depois ter à dita chalupa um homem do navio de Tack que narrou haver “a gente de seu navio penetrado para o interior do país e queimado casas e armazéns o que lhes foi fácil pois os moradores tinham fugido por toda parte; contudo aqui e ali deram com muitos negros, que os saltearam arrojadamente com arcos e flechas; mas um tiro de mosquete bastou para pôr em fuga uma partida de mais de vinte deles; havia ali junto à praia muitas laranjeiras, com frutas tamanhas como cabeças de meninos e também muitas bananas e mangas de excelente sabor.”

Estas informações, verificadas exatas, animaram a Van Carden, e ele, na chalupa guarnecida, com mais a sota-capitânia e o navio de víveres, partiu para tomar a bateria improvisada de Tack e o seu navio de Rotterdam. A 25 de julho de 1604 chegou Van Carden ao tal rio e “expugnou a bateria cujas peças mandou encravar, dando ordem para que fosse pilhado tudo quanto ainda havia a bordo do navio de Rotterdam”, que foi pouca coisa — “alguns queijos e garrafas que os marinheiros dividiram entre si”.

Dois dias depois voltou Van Carden e foi “de novo para o interior do rio, em busca de barcas” e no dia seguinte (28 de julho)

topou com “duas barcas ancoradas no rio, junto à margem, ao lado dum engenho de açúcar, onde os portugueses haviam levantado uma bateria”. Aí encontraram os holandeses resistência muito maior que a fraquíssima da gente do compatriota Tack. “No momento em que os nossos chegavam — prossegue a narrativa de Van Carden — pretendiam (os portugueses) lançar fogo àquelas embarcações, mas não tiveram tempo de fazê-lo, pois a chalupa da almiranta já se aproximara tanto que logo tomou uma das barcas; mas na outra já haviam posto fogo, pelo que tiveram de deixá-la; na que apresaram cortaram a amarra e começaram a rebocá-la da praia; mas da bateria faziam tão vivo fogo que vararam de pelouros a três homens na barca”, e o “navio de víveres fez muitos tiros sobre a bateria e o engenho”.

Não há dúvida que se tratava do “Rio de Matoim” e que o engenho ficava para dentro do lagamar, excluída, portanto, a hipótese de referir-se a narração ao “Freguesia”, que está situado fora.

No dia imediato os piratas “andaram em outro rio” que não há indicação capaz de identificar, e ali tomaram como presas duas barcas e incendiaram a outras duas.

A seguir (30 de julho) voltaram os corsários “para o rio” (qual dos dois? o primeiro? o último?) e “ali chegados desembarcaram gente que queimou todas as casas que achou pela margem do mesmo rio; mas os moradores tinham fugido todos. À tarde as mencionadas chalupas regressaram aos navios” (8).

Bem perto andaram de “Freguesia” os piratas de Van Carden que talvez de suas praias fossem hostilizados, mas parece demonstrado não haverem ali desembarcado.

*
* *

Nesses episódios se desenha a função militar que nas primeiras épocas cabia aos engenhos e seus senhores.

Alguns daqueles por sua situação eram fortalezas e todos, durante muito tempo, além de fábricas de açúcar, eram baluartes armados e sempre alerta a ataques do gentio, de corsários, piratas ou inimigos.

Nos regimentos de capitánias ou trazidos por governadores, muito se fala nas armas que devia ter cada engenho e na obrigação de seus senhores fazerem *torres* ou *casas fortes*, tendo-nos restado descrição de uma destas no inventário dos bens de Mem de Sá.

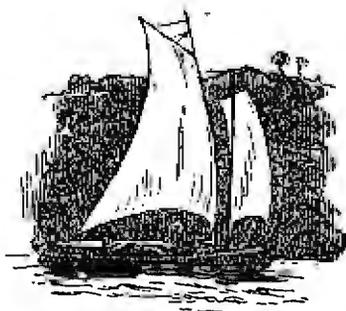
As concessões de sesmarias traziam como condição esse aparato militar.

No “Livro que dá Rezão do Estado do Brasil” (1612) lê-se que os senhores de engenho do Recôncavo — “a qualquer rebate vivem em tormento e decomposição havendo com as suas armas e a sua custa acudir à Cidade”.

O conjunto daquelas fábricas ou praças com sua gente, que tanto era de trabalho como de guerra, formava a trama de defesa e combatividade da região.

“Todo o Recôncavo — continua o precioso manuscrito do Instituto Histórico Brasileiro — está repartido em oito companhias de ordenança, que, acudindo à Cidade metem no alardo mais de oitocentos homens com suas armas, oficiais e bandeiras, ficando nas fazendas a maior parte da gente a despeito dos escravos e índios da terra. Tem esta Bahia pouca gente de cavalo, porquanto como fica dito tudo se anda por água” (9).

Só tarde perderiam os engenhos esse caráter bélico que reviveria no século XIX, nas guerras da Independência e da Sabinada e nas companhias e levas de voluntários que deles se tiraram e do Recôncavo partiram quando foi da guerra do Paraguai.



Notas do capítulo:

(1) Vide Frei Vicente do. Salvador, *História do Brasil*, pág. 332. Diz Frei Vicente que com a aparição das naus dos ingleses houve pânico na Bahia. Governavam o Bispo e Cristóvão de Barros. Este estava ausente no Recôncavo, mas ao som das bombardas acudira em defesa da cidade, não bem resguardada se entregue apenas ao prelado, que pareceu fraco naquela emergência. Talvez antes de chegar à cidade já incumbisse Sebastião de Faria da missão de que lhe encarregou. Este teria maior cuidado em guardar o seu e o engenho vizinho do Governador amigo.

(2) Leia-se em Gabriel Soares: — "deste esteiro de Mataripe ao de Caípe será meia légua... Defronte deste esteiro de Caípe está um ilhéu de pedra meia légua ao mar que se diz Itapitanga, do qual esteiro corre a terra quase direita obra de uma légua ou mais no cabo da qual está outro engenho de bois, fazenda muito grossa de escravos e canaviais com nobres edifícios de casas com uma fresca igreja de Nossa Senhora das Neves muito bem acabada; o qual engenho é de André Fernandes Margalho, que herdou de seu pai com muita fazenda" (*Tratado*, págs. 128/129). Na Catedral da Bahia, junto e abaixo da sepultura de Mem de Sá vê-se a de André Fernandes Margalho.

(3) Vol. IV, pág. 277 e segs. da "Hakluyt's Collection".

(4) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, pág. 374.

(5) Sobre ser Bernardo Pimentel genro de Sebastião de Faria, vide Jaboa-tão "Catálogo Genealógico", *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 52, pág. 106 e "Confis-sões da Bahia", pág. 171. — Sobre a existência simultânea de dois engenhos em 1591, um de Sebastião de Faria, outro de Bernardo Pimentel, vide "Confis-sões da Bahia", págs. 158 e 171 e "Denúncias da Bahia", pág. 250. — Será que uma frase de Custódia de Faria, mulher de Bernardo Pimentel, na sua confissão, autoriza a supor que este levantara engenho em terras do sogro, ou que haviam pertencido ao sogro, e dentro das quais se erguesse a igreja de Nossa Senhora da Piedade, a matriz de Freguesia? Confessando disse, em 1592, Custódia de Faria que sua tia Violante Antunes fora enterrada "na igreja de Nossa Senhora que está ora na fazenda dela confessante". Mas esta igreja de Nossa Senhora podia ser outra que não a matriz de Nossa Senhora da Piedade, e a expressão "que está ora na fazenda" tanto pode significar *que existe agora, que foi de novo construída*, quanto que a fazenda passara a conter em si a igreja de Nossa Senhora da Piedade já existente. A ocorrência de com o casamento da filha ter dado de dote o pai algumas terras do engenho, que contivessem a igreja, não é impossível. — Frei Vicente do Salvador diz que o engenho de Bernardo Pimentel de Almeida ficava distante da Cidade quatro léguas; não parece que fosse em terras de Freguesia, que fica mais longe — a sete léguas. Estaria aquele engenho na costa entre Plataforma e Ponta da Areia.

(6) Vide *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, vol. 16, pág. 65.

(7) Vide a gravura que reproduz o mapa de João Teixeira Albernaz (que é de 1640) e onde se lê, correspondente ao local Ponta de Areia, hoje base aéreo-militar, a indicação — "Varadouro onde dão carena as naus grandes".

(8) Volta a narrativa a referir-se ao rio — "a 7 do dito (agosto) foram enviados rio acima o navio de víveres de Amsterdam, o iate e duas chalupas, a fim de fazerem aguada para toda a frota". — Vide "O corsário Paulus van Carden na Bahia", 1604, de Alfredo de Carvalho, in *Rev. Inst. Hist. da Bahia*, vol. 16, págs. 41/66. — Vide Varnhagem. Vol. II, págs. 42 e segs.

(9) Vide *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 61, págs. 39/57; *Hist. da Col. Port.*, vol. 3º, págs. 345/350; *An. Arquivo Público da Bahia*, vol. 1º, pág. 143; *Docs. Hist.*, vol. 36, págs. 217/231, 259, 354/355 e vol. 6º, pág. 359.



Carta do Recôncavo do "Guia dos Caminhantes", datada de 1816, "delineada iluminada na Bahia por Anastácio de Sta. Ana Pintor". Vê-se assinalado o "Engenho Freguesia" com a designação "Matoim-Freguesia", sendo indicado o atual engenho "Matoim" por "Matoim-Passage".

UM SÉCULO NA MESMA FAMÍLIA



IGNORADA a data da morte de Sebastião de Faria, não sabemos se no princípio do século XVII pertencia-lhe ainda o engenho de Matoim, Novo Caboto ou “Freguesia”. Mas por uma passagem de Jaboatão no “Catálogo Genealógico” nos asseguramos de que se manteve na posse da mesma família, transmitido por via sucessória, através quatro gerações, até cerca de 1680-1690, época em que Clara da Franca, viúva de um bisneto de Sebastião de Faria (Luís

Pais Florião) o vendeu a Antônio da Rocha Pita.

Há que deslindar, com Jaboatão em punho, a meada genealógica.

Sebastião Álvares, natural de Portugal, Cavaleiro da Casa Real, Oficial da Fazenda Real, sesmeiro das terras do engenho de Matoim, Novo Caboto ou “Freguesia”, casou-se, ainda no Reino (antes de 1553) com Inês Álvares de Faria (já falecida em 1591) e tiveram filhos:

- a) — Sebastião de Faria
- b) — Custódia de Faria
- c) — Inês, ao que parece falecida ainda menina.

Sebastião de Faria (a), filho de Sebastião Álvares e Inês Álvares de Faria, casou-se (antes de 1581) com Beatriz Antunes, filha de Heitor Antunes, Cavaleiro da Casa Real, senhor de fazenda e engenho em Matoim, e Ana Roiz, filha esta de Diogo Dias e Violante

Lopes. Do casamento de Sebastião de Faria com Beatriz Antunes nasceram:

- a-1) — Manuel de Faria, que não sabemos se se casou e se deixou descendência
- a-2) — Custódia de Faria
- a-3) — Brites Antunes.

Custódia de Faria (a-2), filha de Sebastião de Faria e de Beatriz Antunes, nascida em 1569, casou-se (em 1590) com Bernardo Pimentel de Almeida, nascido em Lisboa em 1551 e falecido em 1611, Fidalgo que se passou à Bahia no ano de 1584, filho de Agostinho Caldeira, Veador de D. Antônio, Prior do Crato, e de sua mulher Beatriz Botelha (já falecidos ambos em 1591), sobrinho do Governador Luís de Brito, que o incumbiu de importantes empresas, Vereador da Câmara da Cidade do Salvador. Do casamento de Custódia de Faria com Bernardo Pimentel de Almeida nasceram:

- a-2-1) — Agostinho, falecido sem descendência
- a-2-2) — Brites de Almeida
- a-2-3) — Antônia, falecida sem descendência
- a-2-4) — Madalena, falecida sem descendência
- a-2-5) — Maria, falecida sem descendência
- a-2-6) — Catarina, falecida sem descendência.

— *Brites de Almeida* (a-2-2), filha de Custódia de Faria e Bernardo Pimentel de Almeida, casou-se a 11 de maio de 1618, com Manuel Rodrigues Sanches e desse casamento nasceram:

- a-2-2-1) —, que se casou com Rui Lobo Freire e faleceu sem descendência
- a-2-2-2) — Francisca, falecida sem descendência.

Por morte de seu primeiro marido Manuel Rodrigues Sanches, casou-se segunda vez Brites de Almeida, a 11 de julho de 1625, com João Pais Floriano ou Florião, cavaleiro que passou a Madrid e dizem que pela morte do Conde de Vila Mediana, o Conde de Castelo Melhor fez dele muita estimação e dizia era seu parente. Deste seu segundo casamento nasceram a Brites de Almeida:

- a-2-2-3) — Luís Pais Florião
- a-2-2-4) — Bernardo Pimentel, que morreu solteiro
- a-2-2-5) — Luísa Floriana, que se casou a 6 de maio de 1655 com Manuel da Rocha, Cavaleiro de Avis.

Luís Pais Florião (a-2-2-3), Sargento-mor do partido de que era Coronel Lourenço Barbosa da Franca (1) por patente de 9 de janeiro de 1668, filho de Brites de Almeida e de João Pais Florião ou Florianiano, casou-se com Clara da Franca, filha de Domingos Barbosa de Araújo e de Luísa da Franca Corte Real e deste casamento nasceram:

- a-2-2-3-1) — João Pais Florião
- a-2-2-3-2) — Domingos Barbosa da Franca
- a-2-2-3-3) — Mariana Corte Real
- a-2-2-3-4) — Brites da Franca
- a-2-2-3-5) — Luísa, que faleceu solteira
- a-2-2-3-6) — Joana, freira do Desterro
- a-2-2-3-7) — Custódia, freira do Desterro.

Custódia de Faria (b), filha de Sebastião Álvares e Inês Álvares de Faria, nascida em Lisboa em 1541, casou-se em primeiras núpcias com Fernão d'Álvares Pereira (já falecido em 1591) e deste casamento nasceu:

- b-1) — João Álvares Pereira, nascido em 1561, morador na ilha de Maré, em 1591.

Por morte de seu primeiro marido Fernão d'Álvares Pereira, casou-se segunda vez Custódia de Faria, antes de 1591, com Pero d'Aguiar Daltro, natural de Alenquer, nascido em 1543, filho de Álvaro de Aguiar Daltro e neto de Pedro Vaz que foi colação de El-Rei D. Pedro I, e desse segundo casamento nasceram:

- b-2) — Antônio de Aguiar Daltro
- b-3) — Estêvão de Aguiar
- b-4) — Tomé de Aguiar Daltro
- b-5) — Manuel de Aguiar Daltro
- b-6) — Sebastião de Aguiar Daltro.

Antônio de Aguiar Daltro (b-2), filho de Custódia de Faria e de Pero d'Aguiar Daltro, casou-se com Brites Barbosa, filha de Sebastião Pedroso e de Maria Barbosa e lhes nasceram:

- b-2-1) — Custódia Barbosa
- b-2-2) — Maria de Aguiar, que se casou com Manuel Munis Barreto, filho de Jorge Barreto de Menezes, sem descendência.

Custódia Barbosa (b-2-1), filha de Antônio de Aguiar Daltro e Brites Barbosa, casou-se com Antônio Ferraz de Abreu, filho de João de Araújo de Sousa e Francisca Garcez, e lhes nasceu:

b-2-1-1) — Nicolau de Sousa Deça.

Estêvão de Aguiar Daltro (b-3), chamado o Gago, filho de Custódia de Faria e Pero de Aguiar Daltro, casou-se em Matoim a 20 de fevereiro de 1634 com Maria de Menezes, filha de Domingos Barbosa de Amorim e lhes nasceram:

b-3-1) — Francisca de Aguiar, que se casou com Domingos Teles de Menezes, filho de Mateus Pereira de Menezes, sem descendência.

b-3-2) — Maria, batizada a 4 de novembro de 1635.

Tomé de Aguiar Daltro (b-4), filho de Custódia de Faria e Pero de Aguiar Daltro, casou-se a 19 de julho de 1639 com Maria de Lemos, viúva de Martim de Carvalho, e lhes nasceu:

b-4-1) — Inês de Aguiar Daltro (falecida a 1.º de agosto de 1663) casou-se a 12 de março de 1663 com o alferes Manuel de Sousa de Abreu (falecido a 7 de junho de 1664).

Sebastião de Aguiar Daltro (b-6), nascido em 1574 ou 1575, filho de Custódia de Faria e Pero de Aguiar Daltro, casou-se com Inês Ribeiro e lhes nasceram:

b-6-1) — Cristóvão, batizado a 3 de fevereiro de 1599

b-6-2) — Maria, batizada a 27 de março de 1601, que se casou com Bernardo Aguirre, com descendência

b-6-3) — João

b-6-4) — Sebastião Tomé de Aguiar, que se casou a 4 de outubro de 1640 com Maria Correia.

Brites Antunes (a-3), filha de Sebastião de Faria e de Beatriz Antunes, casou-se a 9 de janeiro de 1629 com Gaspar Pereira de Menezes (batizado a 3 de setembro de 1609 e falecido a 22 de outubro de 1659), filho de Gaspar Pereira o Velho, e sua segunda mulher Angelina de Mendonça Lobo, e lhes nasceram:

a-3-1) — Manuel Pereira de Faria

a-3-2) — João Pereira de Faria

a-3-3) — Ângelo, que faleceu de pouca idade

a-3-4) — Roque, que faleceu de pouca idade.

Manuel Pereira de Faria (a-3-1), batizado a 28 de outubro de 1629, filho de Brites Antunes e Gaspar Pereira de Menezes, casou-se a 25 de outubro de 1654, em Matoim, com Francisca de Perada, filha de Francisco de Bitencourt e Arcângela de Melo, e lhes nasceram:

a-3-1-1) — Francisco de Bitencourt de Sá

a-3-1-2) — Brites Faria Menezes, casada com Antônio Ferreira de Sousa, sem filhos

a-3-1-3) — Joanna de Menezes

a-3-1-4) — Tomé Pereira de Faria, casado com Mariana de Sousa, sem filhos.

João Pereira de Faria (a-3-2), batizado a 6 de fevereiro de 1631, filho de Brites Antunes e Gaspar Pereira de Menezes, casou com Joana de Albuquerque, filha do licenciado João Leitão Arnozo, Cavaleiro Fidalgo e professo na Ordem de Cristo, e de sua segunda mulher Felipa de Albuquerque Coutinho, e lhes nasceram:

a-3-2-1) — Gaspar Pereira de Albuquerque, que se casou com Joana Teles (batizada a 20 de janeiro de 1648) filha de Jerônimo Munis Barreto (batizado a 30 de março de 1613 em Matoim) senhor do Engenho da Passagem, e Maria de Azevedo Teixeira (casaram a 2 de setembro de 1635 na capela de São Jerônimo de Utum de Matoim; — ela faleceu a 22 de maio de 1650). E segunda vez casou-se com Isabel, filha de Antônio de Melo.

Francisco de Bitencourt de Sá (a-3-1-1), filho de Manuel Pereira de Faria e de Francisca de Perada, casou com Ana Pais Azevedo, filha de Miguel Munis Barreto, Fidalgo da Casa Real, e de Úrsula do Rego, e lhes nasceu:

a-3-1-1-1) — Manuel Munis Teles.

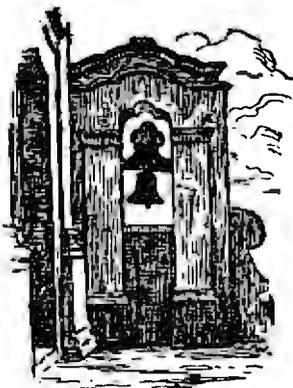
O “Catálogo Genealógico” de Jaboatão e elementos fornecidos pelas “Confissões”, “Denúncias” e “Documentos Históricos”, dão assim o rol das gerações advindas de Sebastião Álvares, até a época provável da venda do engenho, quando passa a não ter interesse para esta crônica o fastidioso registro da descendência do semeiro.

Há no “Catálogo” referência ao “Engenho Freguesia”. Aludindo ao segundo casamento de Brites de Almeida, neta de Sebastião de Faria, informa: “havia sido casada com Manuel Rodrigues Sanches (?), homem muito rico e senhor do engenho de Matoim, em cujo pasto está a igreja matriz de Nossa Senhora da Piedade”.

Poderia acrescentar que fora Brites quem naturalmente levava ao marido, Rodrigues Sanches, esse engenho, a que ele, com suas largas posses, teria dado esplendor e luzimento. Data talvez de então a grande casa de residência que ainda hoje ostenta certas características do século XVII.

Morto Manuel Rodrigues Sanches, casada a viúva Brites de Almeida com João Pais Florião o Velho, o engenho veio a ser depois herdado pelos filhos deste casal, ou melhor, pelo filho varão — Luís Pais Florião.

Os filhos deste Luís Pais Florião, gastadores e pródigos, arruinaram a família. João Pais Florião o Moço, filho de Luís Pais Florião e de Clara da Franca, “por morte de seu pai, ele e o sobrinho dissiparam a fazenda e estiveram sem moer alguns anos, e fizeram depois com sua mãe que vendesse o engenho e fazendas a Antônio da Rocha Pita, dando-se-lhe 12 mil cruzados em dinheiro de dote; com sua mulher consumiram tudo e assim mais o que lhe coube por morte da sogra e sogro e não teve filhos dela” (3).



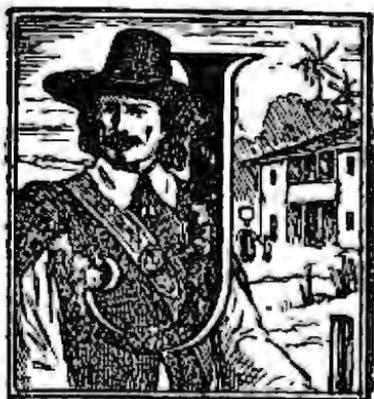
Notas do capítulo:

(1) Vide *Docs. Hist.*, vol 31, pág. 427.

(2) Manuel Rodrigues Sanches era apontado como judeu, cristão-novo ou de nação.

(3) Vide “Catálogo Genealógico”, *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 52, págs. 106, 107, 242, 243. Outro filho do casal, irmão deste João Pais Florião, é também citado por Jaboatão com esta nota: “foi também homem mui desperdiçado e mui notado por isso”, id. pág. 243. Ver no Apêndice, no fim deste livro, nota sob a indicação: “Pimentel”, em uma carta geográfica, contemporânea da guerra holandesa. O engenho era de Bernardo Pimentel de Almeida e de Sebastião de Faria, seu cunhado. Ver aí também nota sobre Manuel Rodrigues Sanches.

OS JOÃO PAIS FLORIÃO



JOÃO Pais Florião, o moço, tinha mais vocação para sertanista, combatedor ou amigo de índios, amante de índias e gerador de malucos, do que para gerir engenhos, comerciar em açúcares e meles, defender ou acrescentar herdados patrimônios. Mandrião, negligenciava deveres de miliciano e por isso (2 de setembro de 1679) lhe foi ordenada a baixa de soldado da companhia do Capitão Bartolomeu Nabo Correia “porquanto reside lá fora e não assiste

as obrigações da sua companhia” (1).

Muitas vezes, porém, surge ocasião de ociosos e tunantes virem a ser úteis ao Estado; e isso o foi ele na guerra aos índios do Rio Grande do Norte, começada em 1687, quando, em 1692, ocorreu a pacificação dos Janduins.

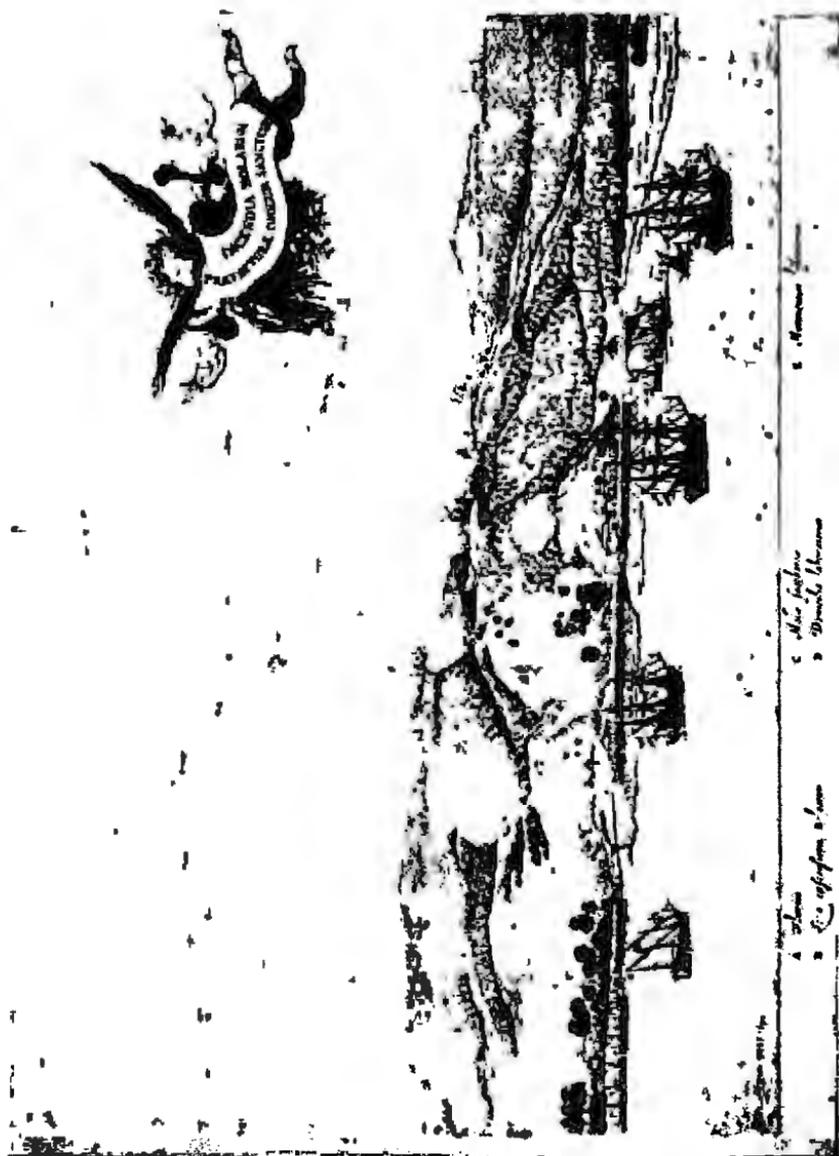
Cansado da luta o rei dos Janduins, “Canindé”, havia enviado embaixada à Bahia onde afinal se negociou a paz, em grande parte pela ação do nosso pródigo, que usou dos bons ofícios de um filho natural, havido da filha de outro chefe caboclo Nhonguge, cunhado do Canindé (2).

Vale transcrever aqui o documento (3) que, apurando a memória de João Pais Florião, o moço, compensa, com a notícia de um serviço público de monta, a ruim fama e os malefícios de ordem familiar que Jaboatão registrara. É carta do Governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, datada da Bahia a 17 de abril de 1692, dirigida ao Capitão-mor do Rio Grande: “da cópia que será esta firmada pelo Secretário do Estado, ficará Vossa Mercê en-

tendendo a paz que me enviou a pedir o Canindé Rei dos Janduins; e pelas proposições que ofereceram os maiores, que em seu nome vieram a esta cidade, a forma em que lha concedi. E ainda que o intento do Rei, e dos maiores me parece cândido, e sincero, ou porque as armas de Sua Majestade os obriga a temer o último fim de serem conquistados, ou porque uma guerra contínua enfada até os mesmos bárbaros; e estes o não são em solicitarem o seu *dinheiro* digo, sossego: contudo sempre a natural inconstância, e ódio que esta nação tem à Portuguesa, desde que seguiu as partes da Flamenga, deixa escrupuloso o conceito desta amizade, tanto sem se esperar pedida. Vossa Mercê, que de mais perto conhece o estado em que se acham as coisas, e a confiança que se pode fazer desta novidade, a especule, e os fundamentos dela com a ponderação, e inteligência que pede negócio de tanta importância; e de tudo me avise Vossa Mercê logo, para me ser presente a firmeza, ou mobilidade que pode ter esta amizade, pelas suposições que debaixo dela se podem receber de gente, que ainda que tem Rei, não costuma guardar fé. Eu mostrei singelamente aos maiores que os cria, e a todos mandei vestir liberalmente de minha fazenda, e da de Sua Majestade bastantes resgates, de que vão contentes, e 50\$ para um vestido, com patente de Capitão de infantaria a João Pais Florião, que por haver natural de uma filha do Principal Nhonguge, só Rei, foi a primeira causa desta paz, como eles d. e não há dúvida que estabelecida ela, foi um particular serviço a El Rei meu Senhor, a quem na frota hei de dar conta, e por essa razão convém que me venha a resposta de Vossa Mercê sobre esta matéria, quanto antes puder ser, e com formal notícia do estado dessa Capitania, e termos em que esta nação dos Janduins está com a Portuguesa, para que assim se disponha tudo como mais convier ao serviço de Sua Majestade e sossego dessa Capitania. Deus guarde a Vossa Mercê. Bahia 17 de abril de 1692.

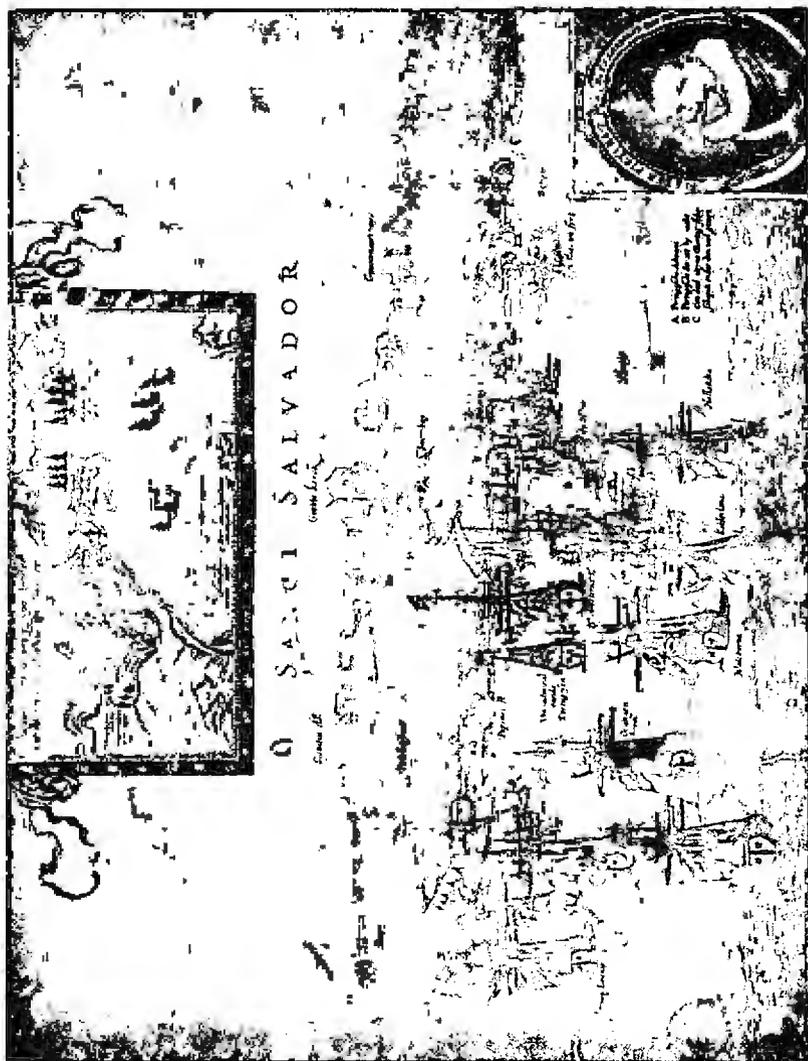
“Muito particularmente encarrego a Vossa Mercê que por todos os meios possíveis, e mais eficazes, ajude Vossa Mercê ao Capitão João Pais para que se consiga a última resolução e estabelecimento desta paz”.

Meses depois Câmara Coutinho referir-se-ia a João Pais Florião e a essa sua intervenção pacificadora, noutra carta para o Capitão-mor do Rio Grande, datada da Bahia, a 3 de outubro de 1692: “e porque aqui aceitei a uns principais, que dessas partes me vieram pedir pazes em nome do Carindé Rei dos Jandoiry, chamados José de Abreu Vidal, Miguel Pereira Gariju pequeno, Enhongojé todos sujeitos a ele, com um João Pais Florião, português, certas capitu-



Gravura do livro de Barleus, representativa do incêndio dos engenhos do Recôncavo pelos holandeses.

(Desenho assinado por F. Post)



Gravura holandesa com panorama da Cidade do Salvador em 1627, retrato de Pieter Pietersz Heyn e quadro descritivo do ataque e pilhagem de naus portuguesas em Itapagipe e na Bahia de Matoim ou Aratu.

(Da coleção de gravuras da Biblioteca Nacional)

lações de obediência a Sua Majestade, de que enviei cópia a Agostinho César, procure Vossa Mercê saber o que este portuguez tem obrado com o João doim, e se estão aqueles maiores a devoção das armas de Sua Majestade como prometeram, porque será mui considerável socorro, não só para a disposição dos arraiais que se me apontam mas para as entradas que tanto convém faça Matias Cardoso aos bárbaros para os destruir e confirmar na fidelidade às nações amigas, e do que achar me dê conta" (4).

Ernesto Ennes em "As Guerras nos Palmares" publicou na íntegra esse tratado de paz, documento, por todos os títulos originalíssimo ou, como dizia Afonso de E. Taunay antes mesmo de o conhecer, mas já lhe tendo tomado o pulso através as cartas de Câmara Coutinho: "talvez não haja em toda a documentação bandeirante peça de seu valor pela curiosidade das características" (5). Eis o tratado negociado por João Pais Florião: — "Em os Sinco de Abril deste presente anno, chegaram a esta Cidade da Baya Joseph de Abreu Vidal, Tio do Canindé Rey dos Janduins, Mayoral de tres Aldeas sugeitas ao mesmo Rey; e Miguel Pereira Guarejú Pequeno, Mayoral de tres Aldeas sugeitas tambem ao mesmo Canindé; e com elles o Capitão João Paes Floriam Portuguez, em nome de seu sogro putativo, chamado NEongugê; Mayoral da sua Aldea sucurú da mesma nação Janduim, e cunhado reciproco do dito Rey Canindé, a cuja obediencia, e poder absoluto está sugeita toda a nação Janduim, dividida em vinte, e duas Aldeas; sitas no Certão q. sobre as Capitancias de Pernambuco, Itamaraca, Parahiba e Rio Grande; nas quaes ha trese, para quatorze mil almas, e sinco mil homés de arcos, destros nas armas de fogo. —

"E vindo estes Mayoraes nomeados com mais quinse Indios, e Indias q. os acompanhavão, a presença do S.or Antonio Luiz Glz. da Camara Coutinho do Cons^o Del Rey Nosso Senhor Comendador das Comendas de são Miguel de Bobadella Santiago de Ronfe, São Salvador de Mayorca, Almotace mor do Reino Gou^{or}. e capitão gl. do Estado do Brasil; lhe representou o Principal Joseph de Abreu Vidal; em lingua Portuguesa não bem fallada, e pelo dito Capitão João Paes Floriam seu interprete; q. elles vinhão de tresentas, e oitenta leguas a pedir, estabelecer com o dito s.^{or} Gnl.; em nome do Rey dos Janduins Caninde, hua pax perpetua para viver a sua nação e a Portugueza como amigas. E mandados descansar, para depois se conferirem as condiçoens da pas dally a sinco dias; offereceram vocalmente as proposiçoens seguintes do modo que as souberam proferir na sua lingua, e explicou na nossa o interprete. —^o

“Primeiramente. Que o dito Rey Canindé, e os tres Mayoraes, Joseph de Abreu Vidal, Miguel Pereira e NEongugê, em seu nome, reconhecem ao S.^o Rey de Portugal Dom Pedro Nosso Senhor, por seu Rey natural, e senhor de todo o Brasil, e das terras q. as ditas vinte, e duas Aldeas occupauão: e lhe prometem humildemente vassallagem, e obediencia para sempre; e a os mais senhores Reys q. lhe succederem na Coroa de Portugal: e o dito Rey Canindê, e os ditos Mayoraes, e todos os mais da sua nação, prometem, e jurão em nome de todos, seus descendentes a tal obediencia, vassallagem, e sujeição a suas leys, como a seu Rey, e Senhor. —

“2a. Que o dito s.^o Rey D. Pedro e seus successores seram obrigados aguardarlhe, e faserlhe guardar por seus Governadores, e Capitaens geraes, a liberdade natural em que naceram, e em que por direito das gentes devem ser mantidos, como os mais vassallos Portugueses: e do mesmo modo a liberdade das suas Aldeas: e q. nunca em tempo algum, possa ser pessoa algúa de qualquer sexo, mayor, ou menor da nação Janduim, escrava, nem vendida por qualquer titulo, motivo, ou occasiam que seja, passada, presente, ou futura. —

“3a. Que elle dito Rey Canindé, e todos os Principaes da sua naçam, e gente de todas as ditas Aldeaz, desejam ser baptisados, e seguir a ley christam dos Portugueses; sendo para esse fim tratados como gente Livre, e nam opprimidos contra sua vontade. —

“4a. Que o dito seu Rey Canindé, e os ditos Mayoraes, e todos os mais Principaes das outras Aldeas, se obrigão a guardar toda a fidelidade ao S.^o Rey de Portugal, e successores da sua coroa, como os mais Vassallos. E q. sendo Caso, q. algúa Armada inimiga venha invadir esta praça da Bahya ou a de Pernambuco, Itamaracã, Parahyba, ou Rio Grande, poram em defesa dos Portugueses cinco mil homens de armas, todas a ordem do Gov.^o; e Capitão gl. q. for deste Estado, para com aviso seu marcharem a qualquer hora, e tempo a aquella praça a que elle os mandar: e para esse effeito estarem sempre bem prevenidos de frecharia, e arcsos. —

“5a. Que do mesmo modo se obrigão a faser guerra a todo o Gentio de qualquer nação que seja, a quem os Portugueses afiserem por ordem do Gov.^o gl. do Estado: e prometem ser amigos das naçoens de q. os Portugueses oforem; e inimigo das Contrarias a nação Portuguesa: o q. tambem guardaram reciprocamente os Governadores geraes, mandando os ajudar contra seus inimigos, por ser em beneficio dos Portugueses. —

“6a. Que tabbem se obrigam, a que aparecendo nos Serros das terras que possuem, alguma mina, ou minas de ouro, prata, ferro, pedras preciosas, ou de outra qualquer specie, ou noticia de as haver, daram logo conta ao Gov.^{or}; e Capitam gl. do Estado com as amostras do q. acharem. —

“7a. Que todos os curraes que estão na Capitania do Rio Grande nas terras q. elles possuhião até o tempo da guerra, elle, e os ditos Principaes, sam contentes que se tornem a povoar. Mas que sem embargo de os Senhores Governadores geraes deste Estado, terem dado varias sesmarias a diversas pessoas ate o tempo da guerra: declarão q. sempre ficaram reservadas, para o sustento, e conservação de cada Aldea dos Janduins, por serem muito populosas, e as terras muito largas, dez leguas de terra de cada banda, ainda que nellas entrem as ditas sesmarias concedidas ate o presente: e as que daqui por diante se concederem, leuaram a clausula, e condição de não prejudicarem a dita terra reservada a cada Aldea: para q. sem terem duuidas se conservem pacificamente as Aldeas, e tenham em que plantar seus mantimentos, para o sustento de suas familias. E q. tambem lhe seãam liures nos Rios, e prayas as pescarias q. custamauão fazer. —

“8a. Que nenhum Gou.^{or} Capitão mor, nem justiças lhes poderam faser violencia algũa, antes os Conservem sempre na sua liberdade; e nesta pax, e quietação em que pretendem viuer. Mas q. sendo necessario aos moradores daquellas partes algús Indios Janduins para suas lauouras, curraes, pescarias, e Engenhos, os pediram a quem Governar a Aldea pagandolhe seu trabalho, conforme he uso, e custume naquellas partes, assy, e da maneira q. o fariam antes da guerra. E q. sendo caso q. o tal morador lhe não queira pagar, o Cap.^m mor, e justiças lhes faram pagar puntualmente com effeito, o que tiuerem merecido. —

“9a. Que tambem se obrigão a que sendo necessario para reedificação da fortaleza do Rio Grande alguns Indios das Aldeas dos Janduins, lhe dem os Principaes aquelle numero de Indios q. o Capitão mor lhes pedir alternatiuamente, por ser seruiço DelRey, pagandoselhe por conta da faz.^a Rl. o tempo que seruirem. Mas não lhe poderem os Capitaens mores faser vexação algũa. —

“10a. E sobretudo, q. nenhum Gou.^{or}; ou cabo de Paulistas, os possa perturbar, inquietar, nem fazer guerra, e delles seja liure, e isenta geralmente toda a naçam dos Janduins, com as mais efficaes penas q. ao S.^{or} Gou.^{or}; e Cap.^m gl. parecer, p.^a q. viuam contentes, e estejam promptos para o Seruiço DelRey Nosso S.^{or}. —

“O que tudo visto, e ponderado, pello dito S.^{or} Antonio Luis Glz. da Cam.^{ra} Coutt.^o Gou.^{or}; e Capitão gl. deste Estado: attendendo ao particular seruiço q. o dito Rey Canindê, e os mais Principaes acima nomeados fazião a ElRey N. S.^{or} em todas as proposiçoens q. offerciam para se lhes conceder a paz, e se ficarem euitando as despesas, e contingencias dos successos de hũa guerra, que hauia tantos annos continuaua em parte tão remota, e com a nação dos Jaanduius, q. he a mais valerosa, e pertinax na sua defenza, e odio dos Portugueses; sobre cujas hostilidades, hauia ja a serenissima senhora Raynha Regente, escrito ao Gou.^{or}, e Cap.^m gl. Francisco Barretto, Carta de 9 de Janeiro de 662, encarregandolhe a segurança dos vassallos daquella Capitania, donde tem sido sempre os Janduius os mais atroces; e q. por este meyo, se ficaua dispondo mais facilmente a introducção da doutrina euangelica naquella gentilidade: e as armas de S. Mag.^{de} com sinco mil arcos a seu fauor, contra qualquer nação Ultramarina, ou Brasilia, q. inuadir por mar as praças das Capitancias do Norte, ou seus habitadores pello Certão. E que sendo as terras delle vastissimas, pedião necessariamente para conseruação de cada Aldea, a q. podia ser sufficiente as suas Lauouras. E sobre tudo que se lhes não concedessem as condiçoens propostas, sendo todas tam justas, e tão conuenientes ao seruiço de S. Mag.^{de}, e socego daquelles Pouos; poderião desgostados unir-se as mais naçoens Barbaras, e continuarse aguerra com nouo detrimento dos vassallos de SMag.^{de} perda de sua Rl. Faz.^a; e inquietação das Capitancias do Norte: alem das mais supposiçoens consequentes a se tornar ás armas, cujas contingencias se não deuião segurar; e o fim das guerras era a pax a q. se dirigião, e agora se lhe pedia se resolueo o dito Sr. Gou.^{or}, e Capitam gl. a conceder em nome DelRey Nosso S.^{or} a pax offercida nas ditas dez proposiçoens, com q. o dito Rey Caninde, e Mayoraes q. em seu nome a vieram buscar, a pediram.

“E de facto lhes prometeu guardallas inuiolauelmente, assy, e da maneira q. nellas se contem. E elles debaixo das ditas condiçoens a aceitaram. De q. me ordenou fissesse este assento que firmou com os ditos Principaes Joseph de Abreu Vidal, Miguel Pereira, e João Paes Florião Portugues, Genro putativo do Principal NEonguge, e as mais pessoas q. se acharão presentes a este acto. E eu Bernardo Vieyra Rauasco fidalgo da casa de SMag.^{de} Alcaide mor da Capitania de cabo frio Secretario do Estado, e guerra do Brasil, o fis, e escrevy nesta Cidade do Saluador Bahya de todos os Santos em os dez dias do mes de Abril. Anno de mil seis centos nouenta, e dous/. Antõnio Luis Glz. da Camera Coutinho./. crus do Mayoral Joseph

Vidal./ crus do Mayoral Miguel Pereira Guaejeru pequeno./ João Paes Florião./ Bras da Rocha Cardoso./ André Cusaio./ — Bernardo Vieyra Ravasco" (*).

*
* * *

O avô e homônimo deste João Pais Florião, que fora feliz e rico possuidor do "Engenho Freguesia", por haver casado, em 11 de julho de 1625, com Brites de Almeida, viúva de Manuel Rodrigues Sanches, também aparece na história colonial, e como vulto de singular interesse.

Assina ele uma representação de senhores de engenho e lavradores de canas, datada de 1634; em 1637 figura numa lista de senhores de engenho que deviam armar e aparelhar lanchas do Recôncavo para a defesa militar-marítima da cidade (6); em 1638 subscreve 20\$000 no empréstimo pedido pela Câmara da Bahia para fazer face ao ataque e sítio dos holandeses (7); em 1639 está em São Paulo, tendo sido parte do pequeno contingente enviado dali à Bahia, em obediência ao pedido da Conde Torre a Salvador Correia de Sá. Não há certeza de ter partido de Santos, desembarcado no porto de Touros e tomado parte na célebre retirada de Luís Barbalho Bezerra até a Cidade do Salvador. Isso faz crer Pedro Taques que lhe chama "o grande João Pais Florião" e lhe dá em São Paulo um relevo tão alto quanto o que o salientava na Bahia, onde vamos ainda encontrá-lo em 1643 como credor de um vizinho de engenho (8) e em 1644, como comerciante, tendo contratos de fornecimentos de fazendas para fardas da infantaria (9).

Nas suas divergências com Francisco Barreto, o Desembargador Luís Salema de Carvalho atingiu a João Pais Florião (o velho) com algumas injustas perseguições. Em carta de 7 de setembro de 1660 comunicava o governador: "Luís Salema vai continuando os mistérios que costuma fazer das ordens de Vossa Majestade que são grandes; não só insinuando maiores poderes ao povo, porque essa indústria o teme, mas ocultando o que na realidade são aos mesmos ministros que os deviam ter entendido como sucedeu assim, quando me pediu que desterrasse Bernardo Vieira Ravasco, secretário deste Estado, e Rui de Carvalho Pinheiro escrivão da mesma Câmara (que logo mandei para fora da praça para devassar a ambos) como quando me representou que convinha prender a João Pais Florião por inconfidente, como logo fiz, e ainda está preso pela razão que se segue: Interpondo João Pais um agravo, para mostrar sua inocência perante as justiças de Vossa Majestade, querendo os ministros

a que tocava resolver-se como deviam, e ajustar-se no despacho à mesma ordem, assentaram que Luís Salema a mostrasse, o que não quis fazer, dando a entender que o encontrava a mesma ordem de Vossa Majestade, e assentando todos os desembargadores que ma devia mostrar, para que por maior lhes fizesse presente o que Vossa Majestade mandava, não condescendeu com esta resolução, e ocultando sempre a primeira ordem, que Vossa Majestade lhe mandou, só mostrava uma carta de Vossa Majestade que a ela se referia, com que ficou suspenso o requerimento, e João Pais preso até hoje, como naquela ocasião dei conta a Vossa Majestade por carta de 10 de março de 1658 em navios que chegaram a salvamento. E Vossa Majestade se não há servido mandar até agora resolução alguma" (10).

Havia dois anos, desde fevereiro de 1658, que João Pais Florião estava preso, bem é verdade que na sua própria casa. Ainda "jocosos e agudo", como vamos vê-lo em seguida retratado, não devia estar achando graça nessa disputa de maiores que lhe atrasava a marcha do agravo e lhe tolhia, entre todas, a mais prezada das liberdades — a de arriscar bons ditos mesmo com o perigo de "dizer uma heresia" (11).

Noutra carta Francisco Barreto lhe traçara o perfil com desenho firme a que levemente coloriu com uns tons literários do tempo, moldando assim a efígie irreverente e risonha de mais um humorista colonial: "o desembargador Luís Salema de Carvalho me comunicou ser necessário prender João Pais Florião. E querendo eu ver as culpas mas não mostrou. Só disse que as tinha de sua pouca confidência; pr. cujo respeito o mandei prender, se não foi como Luís Salema queria foi como me pareceu justiça e lhe dei sua casa pr. prisão; pr. que ainda que Luís Salema diga que está indiciado de menor confidência à Coroa, a opinião que dele tenho é muito diversa do estrondo com que nele se fala. Por essa razão me pareceu que era justo dar a V. Majestade as notícias que tenho deste homem de quatorze anos a esta parte que há que passei a este Estado; e representar a V. Majestade o que é João Pais. É um sujeito de qualidade, discreto e engraçadíssimo, muito velho e desprezador da autoridade com que o pudera conservar sua fazenda que é considerável. Foi sempre estimado de todos por sua pessoa e conversação; e dos generais que foram deste estado; por o Vassalo que nesta praça fez sempre levantar as dízimas com grande excesso, e a seu zelo deve a Fazenda de V. Majestade os aumentos que são notórios. Os que nesse reino se acharem informarão a V. Majestade com esta mesma certeza. E como no modo e no juízo é naturalmente jocosos e agudo, em

qualquer parte folgarão os mais e menos entendidos de o ouvir. Por não perder um bom dito não reparava talvez em dizer uma heresia, que nem nele passava da superfície, nem nos que o ouviam a escândalo. Antes da feliz aclamação de V. Majestade dizia del Rei de Castela o que lhe parecia, se dali tirasse conceito para dar gosto aos que procurava a rir. O mesmo praticava de si próprio, se convinha, com muita galanteria. E disto sendo eu aqui soldado sou bastante testemunha pr. ser comunicado de todos pr. ser entretenido. Com este bom humor viveu sempre. E por que alguns dos que nesta praça e nas Freguesias do Recôncavo (aonde morava) o ouviam, não compreendiam muitas vezes, ou a subtileza com que falava, ou os fundamentos com que descorria como soldado e não como inconfidente, resultava da ignorância dos outros aquele rumor confuso, com que depois de o celebrarem o murmuravam; esta é a razão porque na opinião dos sujeitos de prudência não tem ação nesta matéria que não seja venialidade, nem venialidade que não seja desculpável. Isto é o que posso dizer a V. Majestade acerca de João Pais, e esta entendo que é toda a ofensa que destes ecos se pode inferir contra a coroa de V. Majestade cuja real pessoa guarde Nosso Senhor, como seus vassallos havemos mister. Bahia e fevereiro 23 de 1658 — *Francisco Barreto — Bernardo Vieira Ravasco*” (12).



Notas do capítulo:

(1) Vide *Docs. Hist.*, vol. 32, pág. 145 — Bartolomeu Nabo Correia foi o pai de Madre Vitória da Encarnação, a freira santa do Convento do Desterro.

(2) Vide Varnhagen, *História do Brasil*, III, pág. 317 e nota de Garcia à pág. 345. Sobre os Janduins, vide *Docs. Hist.*, vol. 66, págs. 176 e 178.

(3) Vide *Docs. Hist.*, vol. 10, pág. 424.

(4) Vide *Docs. Hist.*, vol. 38, págs. 293/294.

(5) Vide Ernesto Ennes, *As Guerras nos Palmares*, págs. 62/70 e 422/426. Ennes cita também trecho de carta de Câmara Coutinho ao Rei, datada de 18 (14, diz Taunay, in *História das Bandeiras*, vol. VII, pág. 86) de julho de 1692, que diz: "em 17 de abril deste ano vieram a esta cidade dois Maiores Tapuias, moradores na Capitania do Rio Grande, campos do A-çu, que já cinco para seis anos fazem guerra àquela capitania com notável dano dela (como a V. Majestade tenha escrito estando em Pernambuco) e me vieram pedir paz e também em nome de seu Rei Canindé eu lhas concedi por me parecer conveniente ao serviço de Deus e de V. Majestade, e o pouco proveito que se tem tirado daquela guerra e a despesa que nela se tem feito" (op. cit. págs. 62/63). Vide Afonso Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, vol. VII, págs. 82/85. Taunay, lembrando o pitoresco de muito se dever aos amores de João Pais Florião à negociação da paz, escreve: "declara o governador geral que o grande promotor da submissão dos terríveis índios, acérrimos inimigos dos portugueses, desde que se haviam aliado aos batavos, fora um paulista, João Pais Florião, certamente filho ou neto do bandeirante, oficial do terço de Antônio Raposo Tavares na Retirada do Cabo de S. Roque, de quem tão elevados conceitos escreveu Pedro Taques". — Parece duvidoso fosse paulista João Pais Florião, o segundo, que, como Taunay em nota afirma (pág. 356) e Jaboatão ("Cat. Gen.", pág. 424) era neto do seu homônimo. Sua ascendência e residência eram baianas. — Numa representação da "*Nobres da Bahia*" ao Rei" acerca da moeda, assina João Pais Florião. A data do papel é de 28 de julho de 1693 e são seus signatários: Antonio Ferreira da Sousa, Antônio Guedes de Brito, Antônio de Moura Rolim, Francisco Munis de Sousa, André de Brito da Costa, João Peixoto Viegas, Francisco Ferreira de Andrade, Sebastião da Rocha Pita, Luís de Sousa de Castro, João Velho Brandão, Sebastião de Brito de Castro, Sebastião de Araújo Lima, Afonso da Fonseca, André Cavallo de Carvalho, Marcos de Bittencourt, Francisco Pereira Botelho, Rui Lobo Coelho, Jorge Barreto de Melo, Antônio Guedes de Paiva, Lope de Albuquerque da Câmara, Pedro Fernandes Aranha, Cosme Rolim de Moura, Domingos Dias Machado, Gonçalo Ravasco Cavalcanti de Albuquerque, Manuel de Araújo Aragão, Antônio da Silva Pimentel, José de Gois Siqueira, Antônio Teles de Menezes, Antonio de Campos Mergulhão, Francisco de Araújo Azevedo, José de Gois de Araújo, João Pais Florião" (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador — Cartas do Senado a Sua Majestade — N^o 114, fls. 123).

(*) Ver no Apêndice final nota sobre este assunto.

(6) Vide Códice "Conde da Torre" — Tomo I, na Biblioteca do Itamarati.

(7) Livro de atas de vereações da Câmara da Cidade do Salvador, no Arquivo Municipal da Bahia, sessão de 23 de abril de 1638. Os holandeses sitiavam então a Bahia. A Câmara convocou os homens que costumam andar na governança e homens de negócio "e trataram sobre necessidade presente em rezam de o inimigo estar com huma groça armada sobre esta Bahia, com gente, e esquadram posto em terra, situada na Rossa do Padre Ribeiro, e senhor de Itapagipe, e chegando já as nossas trincheiras, e ser necessario animar a gente de guerra com algum socorro de dinheiro a que nam podia a Fazenda Real acodir" e apelou para as contribuições dos presentes que logo subscreveram: Antonio de Brito Correa — 20\$000; os Padres da Companhia — 100\$000; Domingos Barbosa de Araujo — 20\$000; Jorge Ferreira — 80\$000 em dinheiro e um prato de prata de água ás maons em 20\$000 — 100\$000; Diogo de Aragam Pereira — 50\$000; Jorge de Araujo — 20\$000; Duarte Lopes Sueiro — 60\$000; Gregorio de Matos — 40\$000; Domingos de Araujo

da Saubara — 64\$000; Belchior Vaz Barbeiro — 30\$000, 20\$000 em dinheiro e 10\$000 em duas salvas; Antônio da Silva Pimentel — 100\$000; Baltazar de Aragam — 40\$000; Matheos Lopes Franco — 100\$000; Belchior Brandam — 40\$000; o licenciado Jeronimo de Burgos — 1:100\$000; *João Pais Florião* — 20\$000; 500\$000 emprestaram das Bullas; Antônio Sarrão de Almeida — 40\$000; João Baptista negro — 4\$000. — Vide "Documentos Históricos do Arquivo Municipal — Atas da Câmara — 1625/1641 — Prefeitura Municipal do Salvador, Bahia", vol. I, pág. 363. — Em 1626 habilitava-se João Pais Florião como sucessor de Manuel Rodrigues Sanches, primeiro marido de Brites de Almeida, sua mulher, numa causa que corria de cobrança de dívida entre Manuel Rodrigues Sanches, autor, e Manuel Nunes de Paiva, réu. Já fora obtida sentença que se ia executar e naquele ano tanto era falecido Manuel Rodrigues Sanches (o credor já então substituído por João Pais Florião) como o devedor Manuel Nunes de Paiva, que passara a ser representado por seu testamenteiro. A dívida era avultada. Nada menos de 354\$600.

Manuel Rodrigues Sanches e seu devedor tinham sido moradores na Cidade do Salvador. A causa, assinação de 10 dias, se iniciara em 29 de dezembro de 1621. O escrito do devedor tinha a data de 15 de setembro de 1621. A condenação é de 12 de janeiro de 1621. Em 9 de agosto de 1627 se fez penhora para pagamento do saldo da dívida, pois o testamenteiro de Manuel Nunes de Paiva pagara alguma coisa por conta, em "açucare branco e mascavado seco e em caixa no posto da praya desta cidade". (Vide "Livro Velho do Tombo", págs. 103 a 112).

Vê-se que João Pais Florião se casou em 1626 ou antes, mas depois de 1621. D. Brites, sua mulher, até 1621 e depois, fora casada com Sanches e em 31 de agosto de 1626 já era de novo casada com Florião. Confirma-se Jaboatão que diz Florião e Brites se casaram em 11 de julho de 1625 (págs. 103 e 114 do "Catálogo Genealógico").

(8) Em 1º de junho de 1643 D. Felipe de Almeida e sua mulher Catarina de Andrade, moradores em Passé, vendiam aos jesuítas o engenho Pitanga, com a ermida de Nossa Senhora das Candeias, obrigando-se os compradores a pagar várias dívidas do vendedor, entre elas: — "A João Pais Florião noventa mil réis. Assim mais ao dito oitenta e oito mil oitocentos e oitenta réis. (*Docs. Hist.*, vol. 63, págs. 268/270).

(9) Vide Borges de Barros, "O Senado da Câmara da Bahia no Século XVII", págs. 23, 24; *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, vol. 34, pág. 77 e vol. 35, pág. 47. *Docs. Hist.*, vol. 22, págs. 133 e 153; Afonso Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, vol. 3º, pág. 243. Pedro Taques na sua "Nobiliarquia" chama a João Pais Florião de "o grande Pais Florião", e refere-se aos seus "serviços decretados e registrados na nota do tabelião da vila de Mogi das Cruzes". (*Rev. do Inst. Hist. Bras.*, vol. 34, pág. 182). — Taunay diz: "parece que coube a João Pais Florião um papel de sumo destaque na retirada do Cabo de São Roque" (op. cit. págs. 271/272).

(10) Vide *Docs. Hist.*, vol. 4º, págs. 391/392.

(11) As hostilidades de Salema contra João Pais Florião vinham de antes do governo de Francisco Barreto (1657). Em 15 de novembro de 1655 o rei escrevia ao governador Conde de Atouguia acusando a carta de 22 de julho em que o Conde ponderava sobre a inconveniência de se executar a ordem que aquele desembargador levava para tomar conta dos tesoueiros das vintenias e donativos que os moradores fizeram para sustento da infantaria. Sua Majestade

insistia na ordem e dava instruções para sua execução: “da mesma maneira comunicando-vos Luís Salema o que há de queixas e culpas contra Rui de Carvalho Pinheiro, Simão Alvares de la Penha e Bernardo Vieira Ravasco e contra João Pais Floriano, de quem se continuam muitas e em matérias graves, parecendo-vos que assim convém para se apurar a verdade das ditas queixas, os façais sair desta cidade distância larga para Luís Salema poder com liberdade devassar de cada um deles como lhe mando encarregar” (*Docs Hist.*, vol. 66, págs. 93/94).

(12) Vide *Anais do Museu Paulista*. Tomo III, 2ª parte, pág. 292 e *Docs. Hist.* vol. 4º, pág. 333, que traz cópia, esta mais completa e é a que acima transcrevemos.

“*Planta da parte do norte da Baía de todos os Santos*”, que figura na gravura holandesa anterior. Dizem as legendas em holandês: — “*De Bark... etc.*” — “*O barco que o Vice-almiranta portuguesa ia abordar e que ficou encalhado no mangue*”; “*Portugesch caravel... etc.*” — “*Caravela portuguesa que levava 400 caixas de açúcar*”; “*Vice-almiranta Portuguesa*”; “*Almiranta Portuguesa*”; “*Iate Vos*”; “*Navio de Pinas*”; “*Inwyck daer... etc.*” — “*Angra em que o navio de Pinas e o iate de Vos vão sendo puxados*”; “*Boswering byde... etc.*” — “*Trincheiras levantadas pelos portugueses enquanto os navios da Companhia estavam rio acima*”; “*Hier quamen... etc.*” — “*Aqui chegaram os navios no dia 11 de junho*”; “*Hier laghen... etc.*” — “*Aqui se meteram os navios da Companhia no primeiro dia da sua chegada*”; “*2 Iachten... etc.*” — “*2 iates e um barco com uma presa portuguesa*”; “*3, 2, 4, 4 vad*” — “*3, 2, 4, 4 varas*”; “*2 Iachten op de wacht*” — “*2 iates de vigia*”; “*3 vademen*” — “*3 braças*”; “*A 2 schepen... etc.*” — “*2 navios que foram incendiados a 10 de junho*”; “*B Ghewapead Boots*”; — “*Navios armados*”; “*C Angols vaeder 2 daghen... etc.*” — “*Navio de Angola (ou vindo de Angola, ou da carreira de Angola) que entrou 2 dias antes e ficou preso*”; “*D Timmerweerffmet... etc.*” — “*Estaleiro com algumas casinhas*”; “*E Angols vaerder door... etc.*” — “*Navio de Angola (ou vindo de Angola ou da carreira de Angola) afundado pelos portugueses*”; “*jen Eylander... etc.*” — “*Uma ilha cheia de árvores*”; “*g Drie eylanden... etc.*” — “*Três ilhas cheias de árvores altas*”; “*h neevol... etc.*” — “*Maré alta 7 pés*”; “*i neevol see 20 voer*” — “*Maré alta 20 pés*”; “*Ilha dos Frades*”; “*Itaparica*”; “*Forte de São Felipe*”; — “*As terras montanhosas no canto inferior esquerdo da gravura e as que vão da boca do “rio” até a legenda Portugesch Admiral pertencem ao “Engenho Freguesia”.*”

DURANTE A GUERRA HOLANDESA



INCENDIADO, saqueado, atacado, durante a guerra holandesa, o “Engenho Freguesia” assistiu ainda em seus arredores a não poucos episódios bélicos daquela campanha.

Quando foi da tomada da Cidade do Salvador em 1624 e ao tempo em que, ali dominando, eram combatidos pela gente de D. Marcos Teixeira, mandavam os batavos por mar ao Recôncavo buscar refresco, — informa Frei Vicente do Salvador. E o Bispo

tomava providências para serem os brasileiros defendidos e algumas vezes atacarem.

Conta o frade historiador o caso ocorrido com Bartolomeu Pires ⁽¹⁾ “morador na boca do rio de Matoim, o qual, vendo que de um patacho que ali se pôs saíam os holandeses às vezes ao engenho de Simão Nunes de Matos, que está defronte na ilha de Maré, a comer com o feitor, porque seu dono não estava aí, se foi meter com eles e os convidou para uma merenda no dia seguinte, avisando a Antônio Cardoso de Barros lhe mandasse gente para o ajudar, como mandou, e a pôs em cilada da outra parte do engenho. E, mortas as galinhas, postas a assar para mais dissimulação, tanto que os teve juntos deu sinal aos da emboscada, os quais saíram e mataram alguns, em que, entrou um mercador holandês e, fugindo os mais para o batel, cativaram só três, que depois daí a seis meses tornaram a fugir de casa de Antônio Cardoso de Barros para os seus” ⁽²⁾.

Fosse embora do outro lado da Boca do Rio, para os lados de Paripe, ou nas próprias terras de “Freguesia”, ou defronte, em Maré, o episódio ocorreu na região Matoim-Boca do Rio (3).

Chegando Francisco Nunes Marinho “foi continuando com os assaltos na forma que o Bispo havia ordenado” e durante o seu governo (outubro a dezembro de 1624) o “Engenho Matoim-Freguesia”, de que então era senhor Manuel Rodrigues Sanches (ou sua viúva — com quem João Pais Florião casaria a 11 de julho de 1625), foi atacado pelos holandeses e por eles queimado. É ainda Frei Vicente quem nos conta: “alguns assaltos foram também dar (no tempo que governou o nosso arraial o capitão-mor Francisco Nunes Marinho) por mar os holandeses como foi um no engenho de Manuel Rodrigues Sanches, onde lhe tomaram cinqüenta caixas de açúcar queimando-lhe as casas e a igreja sem lhò poderem impedir, posto que acudiram Manuel Gonçalves e André de Padilha, pai do capitão Francisco de Padilha, e depois o coronel Lourenço Cavalcanti com quarenta homens e os fizeram embarcar, matando-lhes e ferindo-lhes alguns”.

Parece ser a este sucesso que se refere o jovem Antônio Vieira na sua celebrada carta ânua de 30 de setembro de 1626, quando ao narrar episódios da luta ao tempo do governo de Francisco Nunes Marinho, diz: “na boca de Matoim, rio do recôncavo da Bahia, acometeram um engenho com naus e lanchas, acudiram-lhe os nossos, e depois de uma travada e porfiada briga, se recolheram os holandeses com alguns mortos e muitos feridos e os portugueses todos vivos e sãos” (4).

*
* *

Em 1627 por ali andou Pieter Heyn.

Não prevaleça dúvida sobre se ter desenrolado o principal episódio de sua incursão pelo Recôncavo no *Rio Pitanga* e não no *Rio Matoim*. Joannes de Laet, que é narrador holandês muito exato e minudente, chama de Rio Pitanga a hoje chamada Baía de Aratu e a planta que acompanha o seu relato confirma esse engano de denominação. O rio Pitanga de Joannes de Laet é precisamente o *rio* de Matoim (5).

Escreve o holandês: “desta ponta de Tapagipe a terra enco-lhe-se primeiramente algum tanto para leste, a baía alarga-se e mete-se pela terra por uma estreita boca e faz para dentro um grande lagamar què se derrama em dois seios, um ao norte, outro ao sul. Da boca deste lagamar até a foz do rio Pitanga lança-se a terra ao

norte; este rio Pitanga corre leste-oeste, é de largura arrazoada e recolhe em si alguns ribeiros. Assim às margens destes, como à do rio Pitanga há muitos engenhos de açúcar. Da foz deste rio a terra arma-se ainda ao norte por espaço de uma légua pouco mais ou menos e então volta-se a oeste fazendo um cotovelo (onde há uma ilha) e por espaço de algumas duas léguas corre quase diretamente a oeste até uma ponta romba. Quase no meio deste espaço demora uma ilha de grandeza arrazoada, que chamam Maré, apartada da terra firme obra de meia légua, com uma légua talvez de comprida, e por ser deste comprimento vem a ficar atravessada defronte da boca do rio Pitanga (6).

Em junho de 1627 entra Pieter Heyn baía a dentro, e, receoso das defesas da cidade, passa ao largo pelo golfo, ávido de pilhar navios que se abrigavam mais ou menos fugitivos. Em Itapagipe saqueia dois que estavam encalhados na praia e os queima. Informado por uns prisioneiros de que seis outros navios carregados “estavam um pouco acima no rio, metidos em uma angra” manda os iates *Amsterdam* e *David* com todos os batéis para que “subissem o rio e investigassem quanto possível aquela pequena angra”.

La travar-se uma luta naval-terrestre entre holandeses e baianos no sítio de Matoim, alguns de cujos episódios decorreriam na margem norte, em terras do “Engenho Freguesia”. Narra Joannes de Laet: “justamente no começo do rio encontraram os dois iates um navio grosso mas estava vazio e sem os seus tripulantes, que o haviam abandonado; os nossos o esbulharam e deixaram ali ficar.” É que os navios carregados os portugueses haviam levado mais para o fundo da pequena baía de Matoim, Cotegipe ou Aratu, chamada então pelos holandeses de rio Pitanga: — “tendo os dos batéis e fragata subido o rio mais uma meia légua descobriram os navios dos portugueses” que buscavam esconder-se. “Em se aproximando os nossos — continua o cronista holandês — entraram os inimigos a fazer vivo fogo de artilharia e mosquetes dos ditos navios, pelo que não ousaram os nossos abordá-los, nem deles se acercar, e voltaram aos navios para contar ao almirante o que haviam achado”.

Em Pieter Heyn tais notícias estimularam cobiça e ardor de conquista. No dia seguinte fazia subir o rio uma pequenina esquadra — o *Pinas*, o iate *Vos* e a fragata, com uma porção de batéis bem tripulados. Tinham os navios portugueses abandonado o sítio onde se haviam abrigado, recolhendo-se a outro mais interior. Aí os foram encontrar os holandeses: — “tornaram os portugueses

a atirar furiosamente de ditos navios, particularmente da sua vice-almiranta, com mosquetes e artilheria carregada de metralha”.

Já não era só a força dos navios que entrava em ação, mas o reforço que ali mandara o Governador — “cento e cinqüenta soldados ao mando do capitão Padilha, o mesmo que assassinara o bravo e mui nobre senhor van Dorth” (7).

Padilha não deixaria empanar-se a sua fama: — “esta gente defendeu-se bravamente, e tal resistência opôs dos navios, que os nossos não ousaram abordá-los, e sem dúvida teriam voltado costas sem haver feito coisa alguma” se Pieter Heyn — “que passara ao iate Vos e se juntara com eles os não impelisse quase à força contra os portugueses”.

A reação de bravura a que os forçara o seu denodado capitão e almirante foi frutuosa aos holandeses. Deram com “fúria e pressa” sobre um navio e o tomaram, matando todos os tripulantes, salvo dois ou três grumetes, levando pânico às tripulações dos outros que os abandonaram lançando-se ao rio. Apoderaram-se de uma caravela grande carregada de quatrocentas caixas de açúcar e algumas de tabaco. Nos navios encontraram açúcar e gêneros europeus, pois a vice-almiranta havia chegado de Portugal.

Não ficaram satisfeitos: — “mais acima da mesma angra achavam-se mais dois ou três navios; a angra porém já era ali tão estreita que se podiam arrancar de um e outro lado as folhas das árvores que se levantavam nas margens, e como além disso as águas cresciam no dito lugar com a enchente seguramente duas braças, sucedia ficarem os navios quase em seco de maré vazia”, circunstâncias que eram dificuldades a aconselharem recuo: — “entendeu pois o almirante que acertado era retirar ao presente os navios tomados.”

Mas não se tratava de empresa fácil: “os nossos haviam remontado a angra, segundo seu cálculo, coisa de quatro léguas, e a mesma angra corria dando voltas e fazendo muitos seios, demais que sendo o inimigo senhor dos lugares adjacentes, era de recear que empecesse os nossos quanto pudesse”.

Uma leve interrupção para recapitular: a entrada de Heyn pela Baía de Todos os Santos ocorre a 10 de junho de 1627; no dia 11 o *Amsterdam*, e *David* e os batéis fazem o reconhecimento dentro do rio; a 12 aí vão o *Pinas*, o *Vos* e a fragata, e os holandeses combatem com portugueses e baianos, inclusive Padilha, tomam os navios, sobem mais, desistindo de atacar os outros navios que estavam para dentro da angra e resolvem retirar-se, perdendo a caravela que aderna e se arrebenta.

É a 14 de junho que Heyn força a saída da Boca do Rio de Matoim — “mandou o almirante que descessem alguns batéis para observar que obras fizera o inimigo durante a estada dele almirante na angra”, e “os destes batéis sendo chegados abaixo da entrada, notaram que o inimigo metera no fuído o navio que os nossos esbulharam e largaram no dia 11, com o que estorvaram bastante a saída.” Resolveu o holandês remediar a isso queimando esse navio na baixa-mar. Mas não se haviam limitado a isso os defensores: — “levantara mais o inimigo um parapeito junto a um monte e à borda da água por trás do qual postara mosqueteiros em não pequeno número, fazendo conta que deste modo tolheria a saída aos nossos, pois tinham de passar por junto de dito parapeito”.

A coisa se tornara difícil para os batavos. Tinham tomado valiosa presa, e corriam o risco de ficar encurralados naquele saco de águas do “rio de Matoim” ou do “rio Pitanga” como eles lhe chamavam.

Continua Laet: — “informado o almirante destas ocorrências, se foi sem detença ao navio afundado, e por ser na baixa-mar mandou pôr-lhe fogo em dois ou três lugares. No entanto ia atirando vivamente contra os nossos o inimigo, que se achava postado por trás daquele montezinho, sendo correspondido pelo fogo dos nossos falconetes de bronze postos nos batéis, de modo que puderam os nossos voltar acima sem grande perda”.

Grave situação! Para atravessar a boca do rio tinham os holandeses que se expor às balas do inimigo entrincheirado no estreito. Salvou-os, porém, um expediente de Heyn: “tanto que tornou o almirante a seus iates e navios tomados, ordenou que lhe levassem todos os couros que encontrados fossem nos navios apesados para o efeito de forrar estes, bem como os iates e particularmente os batéis e assim segurá-los das balas de mosquete do inimigo, pois, como o vento era contrário e o rio estreito e de poucas águas, impossível era saírem os navios a não ser por meio de ancoretes de espiar que os batéis levariam adiante”.

Muito ao pé da letra queria Heyn forçar a passagem com *encouraçados*.

“Bem mau aspecto tinha esse negócio e dava tratos ao juízo, mas o almirante não era medroso, nem homem a quem faltassem expedientes, ou que deixasse de fazer as coisas com bravura nas ocasiões difíceis, quando mil outros houveram estacado perplexos.”

O narrador holandês para dar maior relevo ao bom sucesso de seus compatriotas não esconde os embaraços e perigos e até parece exagerá-los: “no entanto o governador da Bahia juntamente com

muitos oficiais principais, todos os soldados e muitos paisanos da cidade que sabiam manejar o mosquete se vieram postar atrás daquele parapeito firmemente persuadidos de que ali lhes cairiam na armadilha o nosso almirante e seus navios, e que nele vingariam os passados e ainda recentes danos e gravames que lhe causara o mesmo almirante.”

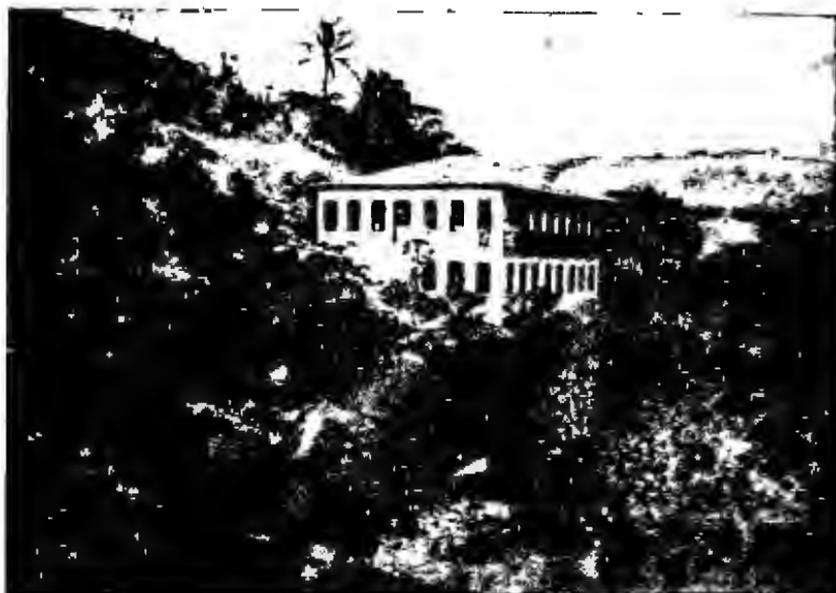
Gastaram os holandeses um dia (14 de junho) a se *encouraçarem* e em outros preparos para a passagem: “achando-se ao presente dispostas todas as coisas e bem forrados de couros os batéis do lado que ofenderiam os tiros do inimigo, e colocadas algumas peças na ponte do iate *Vos* (igualmente resguardado com couro) para poderem atirar convenientemente contra o parapeito, ordenou o almirante que os dois navios tomados, bem como o barco que estava também cheio de açúcar, despejassem o rio”.

Chegava afinal a hora que lhes podia ser fatal: — “a 15 chegaram à boca do rio; e conquanto o inimigo fizesse do parapeito, por junto do qual tinham os nossos de passar, um contínuo e bem nutrido fogo contra os batéis, que rebocavam os navios, foram estes, mesmo às barbas dos contrários, e em que muito lhes pesasse, safos e retirados para fora do rio, sem receber detrimento, por se prenderem nos couros e ressaltarem as balas de mosquete. Este expediente foi um belo achado, devido certamente ao engenho do bravo lobo do mar Pieter Pieterz Heyn”.

Aquilo fora um ensaio — e dera resultado. Por isso Pieter Heyn não se arriscara de primeira mão e permanecera dentro da angra aquele dia — “ele mesmo ficou ainda esta noite no rio com o iate *Vos*, que juntamente com o navio *Pinas* dera em seco de maré cheia; mas como esta vasava, se empregaram os nossos a noite toda em alijar o lastro e a seguinte manhã, na conjuntura da enchente, safaram-se sem dano, saíram do rio e se juntaram com a frota” (8).

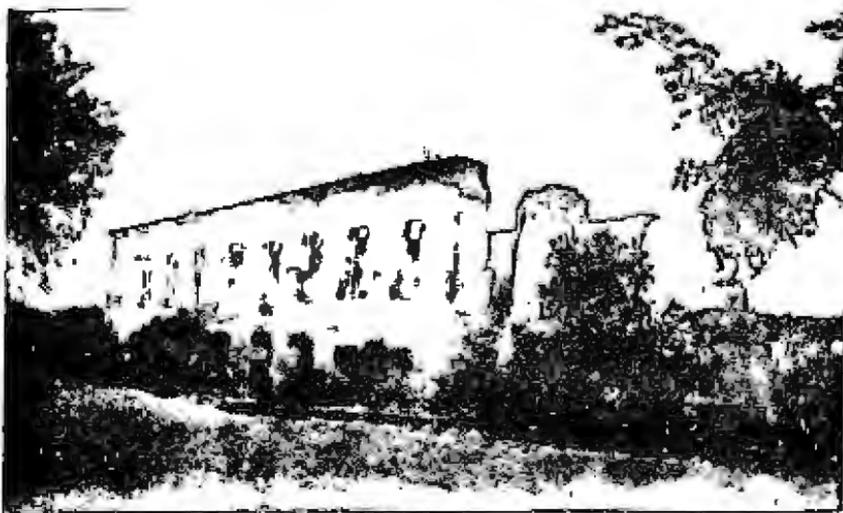


Mostrava a experiência ser da maior importância estivesse o Recôncavo aparelhado com numerosa frota de barcos e lanchas para dificultar, senão obviar tão funestos ataques do inimigo. Por isso mesmo quando dez anos depois a Bahia receava um ataque, que não tardou vindo de Pernambuco sob o comando de Maurício de Nassau, acharam os governantes de bom aviso ter pronta uma armada de pequenas embarcações.



Sobrado do engenho nos arredores de Cachoeira.

(De um antigo álbum de fotografias na Biblioteca Nacional)



Ruínas do sobrado do "Engenho Guaíba", no Município de São Francisco do Conde.



Sobrado do "Engenho Passagem", no Município da Cidade do Salvador.

(Gentileza de Clemente Mariani)



Dois aspectos do sobrado e capela do "Engenho São José", no Município de São Francisco do Conde.

(Gentileza do Serviço do Patrimônio Histórico)

No ano de 1637, os proprietários dos engenhos “Freguesia” (João Pais Florião) e “Caboto” (Francisco da Fonseca) foram convidados entre muitos outros a armar cada um uma lancha (9).

No ano seguinte, quando da invasão e derrota de Nassau, aquela região foi também assolada do inimigo, e provavelmente o “Engenho Freguesia”.

Uma carta de Henrique Muniz Teles, parente dos então proprietários de “Freguesia”, datada de 5 de junho de 1638, descreve com cores escuras o que então sofreram os senhores de engenho do Recôncavo mais próximo à Cidade. Conta o missivista: “neste meyo tempo (ataque à cidade, etc., de 19 de abril a 1 de maio de 1638) botou o inimigo alguas tropas a saquear parte do Reconcavo, E Rompeu a Campanha como forão as freguezias do Rio Vermelho, Sancto Amaro, Pirajá, Parippe e Cotigippe. E não deixarão de chegar a Mathosim como abaixo Relatarey fazendo grandes Pilhagens. Em Escravos q se averiga levão majs de dois mil. Asuqres cobres dos Engenhos dinh^o prata ouro E muyta Roupa e fatto, porq não tinhão noticia qualquer pessoa q tomavão que lhe davão tratos de modo q tudo lhe’ confessavão E lho hião mostrar, alem das Espias nossas q se meterão com Elles E os Encaminhão. E alem de Roubarem a fazenda os Indios q com Eles vieram de Pernambuco não davão quartel a pessoa algua assim homens moços E velhos molheres meninos negros q com eles não queriam ir, passando todos a Espada Em sangue frio q se achão serem mortos nas freguezias atras nomeadas, melhor de cem pessoas brancas afora escravos ao q deve Sua Magestade acudir, E a todo Este Gentio q contra Ele tomou armas restaurando o Estado do brazil mandar passar todos a Espada para exemplo dos majs” (10).

Em fins de abril de 1640, ou propriamente a 28 de abril como informam as atas da Câmara da Cidade do Salvador (11), Lichtart entrou pelo golfo com vinte navios e dois mil e quinhentos soldados. Não trazia ânimo de conquista mas de saque e devastação; mandavam-no a castigos e cruéis represálias — “a fim de tomarmos vingança dos danos que Luís Barbalho ocasionou nas regiões por nós ocupadas”, dizia uma das cartas nassovianas, a de 11 de setembro de 1640 (12); as instruções a que obedecia eram de assolar, arrasar, queimar, matar. Informa Barleus que, reconhecida a impossibilidade de conquistarem a Bahia guardada de fortes guarnições e capaz de chamar em seu socorro os povos vizinhos, resolveram os holandeses enviar aquelas forças para “talar e saquear a ferro e fogo o que encontrassem”.

Os documentos e narrações de um e outro lado dão a impressão do que foi aquela trágica incursão de bárbara guerra. “Desembarcando ali — narra Barléus — os soldados deram provas horrendas de cruéis no seu furor bélico. Reduziram a cinzas todos os engenhos de portugueses, menos três; tomaram ou queimaram quantos navios pequenos encontravam aqui e acolá, devastaram e depredaram, à vista dos cidadãos, as lavouras circunvizinhas, os casais, granjas e prédios. A ilha de Itaparica e outras foram inteiramente postas a saque, para não se mencionarem outros danos, porquanto em parte alguma estorvou ou sustentou o inimigo a nossa violência. Trucidavam-se a ferro os homens e os que podiam pegar em armas. Foram poupadas tão-somente as mulheres e crianças” (13).

Netscher, invocando uma carta do Conde da Torre, diz que os engenhos incendiados foram vinte e oito; Barleus fala em todos (os do litoral, e que eles viram, queria dizer), menos três; a carta de Nassau, acima citada, informa: “incendiamos e destruímos para sempre vinte e sete engenhos além de povoações e casas particulares, de sorte que na Bahia só restam oito engenhos... A nossa gente matou ali todos os que lhe caíram nas mãos do mesmo modo por que eles nos pretendiam tratar, exceto as mulheres e crianças”; numa carta do Senado da Câmara da Bahia a Sua Majestade — datada de 28 de março de 1641, lê-se: “ultimamente nos puseram (penas) os inimigos queimando vinte e sete engenhos de trezentos que havia nesta capitania” (14).

Não podemos ter dúvidas de que foram vinte e sete os engenhos queimados pelos holandeses, pois o afirmam algozes e vítimas. A carta do Conde da Torre ou foi mal lida ou não tinha ele informação precisa. E até no livro de Barleus, não no texto mas em uma gravura — um mapa da Bahia de Todos os Santos — vêm assinalados, com seus nomes muitas vezes estropiados, vinte e sete engenhos sacrificados à sanha de vingança batava.

Entre os que escaparam à assolação esteve por felicidade o “Engenho Matoim-Freguesia”, que, ou não vem assinalado no mapa ou o foi com o nome de Engenho do Cabote (Caboto), mas sem o penacho de fumo indicativo de haver sido incendiado. Parece que a região de Matoim, a da Boca do Rio para dentro e a fronteira à ilha de Maré, estava bem defendida e alerta, pois os flamengos, tão amigos de visitá-la, passaram ao largo ao que se supõe e deixaram incólumes os engenhos que o seu mapa lembra — o *engenho Perera* ou do Pereira, que é o engenho mencionado por Gabriel Soares como sendo de Baltazar Pereira; o *Engenho Cavalcanti*, que con-

servou esse nome até nossos dias e tendo sido, como é provável, de Lourenço Cavalcanti e Albuquerque, veio a pertencer ao Desembargador Antônio Calmon du Pin e Almeida (era, em 1909, propriedade de João Calmon du Pin e Almeida, *Janico*), e ao qual Abrantes em seu “Ensaio” faz referência: — o *Engenho do Cabote* que será “Freguesia” ou o “Caboto”, defronte da ilha de Maré; o *Engenho Mateus Lopes* nesta ilha; adiante o *Engenho do Castelhana*.

Pelo rio Pitanga ou de São Paulo a dentro, pelos esteiros de Caípe e Paramirim, por São Francisco a fora, pelo Paraguaçu e pelo Iguape, o facho dos invasores foi ateando os destruidores incêndios. Mas ali, em Matoim, todos os engenhos foram respeitadas.

Contam-se com o penacho indicativo de incendiados além da *Ponta das Baleias*, que não era engenho mas uma armação para fabrico de óleo de baleia, os seguintes engenhos: — *Santa Cruz e Dysanedo* (do Azevedo?) em Itaparica; *Barros* (de Barros Magalhães em Passé?), *Cazada* (São Paulo?), *Nossa Senhora das Candeias* (Candeias, então dos Padres Jesuítas?), *de Paredos* (dos Paredes tão cantados por Gregório de Matos? Mataripe?), *Santo Estêvão*, de *Barbosa*, de *Catarina*, de *Gracias* (Almas?); *Pernamirim* (ou Paramirim neste trabalho citado, que foi de João Lopes Fiuza), *Brito* (dos Brito Freire? Não pode ser o atual Monte, pois este engenho está para o interior na vertente interna do alto morro em que avulta a matriz de Nossa Senhora do Monte), *d’Andrade* (atual Madruga?), *Silvero* (parece ser Engenho de Baixo ou Engenho D’água), *Cajebozi* (Cajaíba?), *Batatinga*, *Taperande* (tão repetido e desenhado nas cartas antigas do Recôncavo), *Novo* (que veio a ser depois de Pedreira Geremoabo), *Capanema*, *Melasse*, *Nossa Senhora da Luz*, *Nossa Senhora da Paynha de Fransa* (Engenho da Ponta?), *Santo Antônio*, *Santiago*, *Velho* ⁽¹⁵⁾.

Pouco depois Segismundo, em fevereiro de 1647, investia enseada a dentro e, sem coragem de atacar a Cidade, ia instalar-se em Itaparica, dali senhoreando quase por completo o golfo, “sendo rara a embarcação que, entrando pela barra ou saindo do Recôncavo para a Cidade, lhe escapava”. E “entrando pelos rios do Recôncavo a roubar e destruir os engenhos”, — “saqueava as casas dos moradores em que colhia despojos ricos, roubava as fazendas e engenhos, de onde levava gêneros importantes deixando mortos ou fugitivos os seus possuidores” ⁽¹⁶⁾. Mas nenhuma memória nos ficou de ter sido ou não “Freguesia” uma das novas vítimas do furor flamengo.

Não temos igualmente notícia dos sítios onde no Recôncavo efetuaram os holandeses seus desembarques, nem quais os vinte e três engenhos incendiados na incursão de Van dem Brand e Van Goch pela Baía de Todos os Santos em fins de 1648 (?) e princípios (retiraram-se em fevereiro) de 1649 (17). Escaparia o “Engenho Freguesia”, tão à mostra para ser cobiçado, daquela cólera destruidora, daquela avidez de pilhagem? Prevaleceria a energia e boa estrela de seus defensores?

*
* *

Sabemos ainda de alguns encontros bélicos naquela região e de precauções militares ali adotadas, através de algumas patentes que catalogam os serviços do nomeado ou promovido, numa espécie de fé de ofício justificadora.

Certo sargento-mor Francisco Rabelo de Moraes, por exemplo, marchara comandando uma companhia a Matoim em guarda aos engenhos; e um capitão Manuel da Costa empenhara-se “na oposição que se fez às lanchas do inimigo que intentaram infestar os engenhos do Recôncavo” (18).

Na patente do Capitão Sebastião Barbosa de Almeida é narrado como aqueles sítios estiveram a pique de ser teatro de uma grande luta: “achando-se (o patenteado) no decurso deste tempo nas ocasiões que se ofereciam, principalmente na de 647 que passou a este Estado na Armada Real de que era General o Conde d’Avila, que veio a desalojar o inimigo holandês que estava fortificado na Ilha de Itaparica, e na reparação que o dito General fez na Capitania para os dextros (sic) da peleja o nomeou por capitão de duas peças com 10 Soldados, e porque o inimigo largou o posto antes da chegada da nossa Armada se recolheram os navios dela a queimar no Rio Matoim (sic): e vindo o inimigo com poder de 30 e tantas embarcações para os queimar pelos achar desaparelhados, e em lugar capaz para conseguirem seu intento o não fizeram pela prevenção com que estavam guarnecidos aqueles Galeões, e na defesa deles ajudou também a apagar o fogo que por desgraça uma noite estava ateado na Capitânea Bom Jesus de Portugal” (19).

Na patente de Antônio de Matos lê-se: “. . . no socorro que se fez ao Recôncavo, vindo o inimigo a queimar os engenhos, no sítio que Sigismundo pôs a esta Praça no encontro que uma das galeotas artilhadas teve com uma nau holandesa junto à barra de Matoim” (20).

Notas do capítulo:

(1) Bartolomeu Pires, cristão velho, natural da Ilha Terceira, lavrador de cana de açúcar, casado e morador na Boca do Rio de Matoim "sinquo léguas desta cidade", informam as "Denúncias" de 1618, pág. 44. Descreveu Gabriel Soares: "a ilha de Maré é muito boa terra para canaviais e algodão e todos os mantimentos, onde está um engenho de açúcar que lavra com bois que é de Bartolomeu Pires, mestre da capela da Sé, aonde estão assentados de sua mão passante de vinte moradores, os quais têm aqui uma igreja de Nossa Senhora das Neves, muito bem concertada, com seu cura que administra os Sacramentos a estes moradores" (*Traçado*, pág. 21). — Este Bartolomeu Pires e sua mulher são referidos num "caso sujo" em que entram o reitor do colégio da Companhia de Jesus, o bispo, o governador, segundo se lê nos "Capítulos de Gabriel Soares contra os Padres da Companhia" e nas respostas destes. (Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 62, págs. 362/363).

(2) Vide Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, pág. 526.

(3) Ainda a boca do rio de Matoim viu entrar por este a dentro um navio de Viana, perseguido pelos holandeses. Conta Frei Vicente que numa excursão de pilhagem a Camamu os holandeses haviam levado as lanchas a vela e por isso "perderam cá a presa de um navio de Viana que vinha da ilha da Madeira carregado de vinhos e mui embandeirado ao qual, estando já junto das naus holandesas para tomar a vela e deitar âncora, tiraram de uma delas duas bombardas, o que visto pelos portugueses do navio conheceram pelos pelouros que levavam ser de guerra, e largando todo o pano ao vento que era largo, foram correndo pela baía a dentro, indo também a holandesa que era a nau *Tigre*, após ela; porém como se deteve em se desamarrar e largar as velas sempre o navio lhe levou esta vantagem, a qual bastou para a seu salvo se pôr na boca do rio de Matoim, onde a nau por ser grande, que era de trezentas e cinqüenta toneladas e não levar lanchas, não pôde chegar nem fazer-lhe dano" (Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, págs. 528/529).

(4) Vide Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, pág. 542; vide *Cartas do Padre Antônio Vieira* — Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, 1925, pág. 36.

(5) Nas cartas geográficas — "Recens Flaborata Mapa Geograficus Regnum Brasiliae" de Math. Gentermi e na de Joanes Blaev, I, f. o que se assinala com a designação de rio Pitanga é o atual Rio de S. Paulo que vem das Candeias até próximo a Passé. — A expressão — rio — serve nas crônicas antigas, como ainda hoje na linguagem popular e local, tanto para designar um curso de água doce como um braço de mar. Rocha Pita, descrevendo a Bahia de Todos os Santos, diz: "neste capacíssimo pélagos pagam tributo ao mar seis caudalosos rios: Paraguaçu, Sergipe, Jaguaripe, *Matoim*, *Paranamirim* e *Pirajá*". (*Hist. da Am. Port.*, pág. 48); e já Simão de Vasconcelos escrevera: "cercada quase em torno de terra firme, de cujo sertão vêm a pagar tributo grandes rios: o de *Pirajá*, *Matoim*, *Paranamirim*, Sergipe, Paraguaçu, Jaguaripe, e outros que nascem destes ainda que menores, não menos aprazíveis e todos eles navegáveis" (*Crônica*, I, pág. 21).

(6) Vide "História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Ilhas Ocidentais", in *An. Bibl. Nac.*, vol 30, págs. 43/44, 150/152.

(7) Diz o Barão do Rio Branco, *Efemérides Brasileiras*, pág. 304, que no combate de 12 de junho de 1627 no rio Pitanga (Matolim) morreram Padilha e quase todos seus companheiros. Vide Netscher, *Les Hollandais au Brasil*. Vide Varnhagen, *História do Brasil*, vol. 2º, págs. 245 e segs.

Descendentes de André de Padilha viriam a ser proprietários do "Engenho Freguesia". De fato o herói baiano na guerra holandesa era trisavô do Conde de Passé: — pai de Isabel Pereira de Magalhães (mulher de Rodrigo de Argolo) que foi mãe de Paulo de Argolo, pai este de Francisco Antônio de Argolo e Queirós que era pai do Conde de Passé.

(8) "Soube-se por dois trãsugas que naqueles dias o inimigo perdera no rio pouco menos de quatrocentos homens, uns afogados e outros mortos pelos nossos", acrescenta Joannes de Laet,

(9) Vide Códice Conde da Torre, tomo I, na Bibl. do Itamarati. Francisco da Fonseca apresentou uma "mostra" em 11 e 13 de outubro de 1637 uma lancha aparelhada. É este o teor do documento: — "Sendo entendido q nesta baya de todos os Santos se a uso fabricado hua grande quantidade lanchas q acendião o numero de outenta foy servido mandar-me ele fizesse relação dellas e do estado em q os achala E deseju prestimo e não da qual ordem necessito V. M. (?) me fasa della relação ao pe deste e do número q se mandou juntar e dos q ha e dos q se hão consumido nosso Senhor gde. a V. M. baia 24 de fevereiro de 39. Mascarenhas Conde da Torre. — Em Junho de 637 adverti eu ao Gor. Po. da Silva que pera ajuda da deffença desta praça aver alguas Lanchas de quatro Remos por banda de 40 palmos de comprido (á margem: *de quilba*) 13 ou 14 de Boca e fossem capazes de levar 10 mosqueteiros cada hua (alem da chusma) e hua Roqueira na Prôa Pera q enqualquer ocazião q o inimigo cometesse esta Prassa, com o corpo e muitas lanchas e gente junta; se pudessem emsistir as suas embarcações de Remo pelejando cõ ellas no mar querendo deitar gente em qualquer parte desta Bahia, por ser mui dilatada a cidade e as fortificações huas das outras, socorrendo juntamente os engenhos do Reconcavo q o inimigo quizesse intentar e porq a fazenda de Sua Magestade não estava capas de fabricar ditas lanchas mandasse aos senhores de engenho e lavradores ricos desta capitania q cada hu fabricasse a sua, a sua custa servindose dela no q lhe fosse necessario, e que havendo qualquer rebate do inimigo fosse obrigado qualquer Senhor de Engenho e lavrador que tivesse a dita lancha acudir c. ella a esta cidade c. negros Remeiros pa. se fazerem as façoes que se oferecessem: ouvida esta preposição que ao dito Gor. e a todo este Povo pareceu bem, e despacharão logo cartas particulares do dito Gor. a 33 senhores de engenhos, e a 37 lavradores ricos; que fazem numero de 70, em que lhes pedia de Rogo e da pte. de S. Magde. q cada hum fizesse a sua lancha, e que as trouxessem a esta cidade aparelhada pa. se lhe tomar mostra pr. todo o mez de julho seguinte até primeiro de agosto do mesmo ano. E logo mandou deitar hum Bando o dito Gor. e me deu cõmissão q tomasse mostra das ditas Lanchas, e as fizesse tripular e aparelhar como convinha; e sendo em 11 e 13 de outubro do dito ano passei mostra cõ o escrivão da fazenda a 32 somte. de que dey conta ao dito Gor.; e pelas listas, inclusas assinadas pr. mi se verão as pessoas a quem se mandarão fazer ditas lanchas e as q passarão mostra; Das quaes ficarão aquí oito pera serviço que nos forão demuito Prestimo na ocazião de Alguas navios q barrancarão nesta costa ate a Torre de Garcia davila acossados dos inimigos & correndoos para terra cõ infantaria cõ assistencia do dito Gor.,

e por mar trazendo as fazas a esta Cidade, em as quais viagens se perderão 3 ou 4 no Rio Vermelho; Q. somente há hoje duas de serviço, e as mais tem seus donos pelo Reconcavo e se podem mandar q as tragão, e os que as tiverem feitas que as fação. Porque tenho por couza de muita consideração e importancia as ditas Lanchas effectivas; q Esta he a Relação q sem e offerce fazer das lanchas (conforme a ordem de V. Ex. atras escrita) tirada dos autos das mostras q fiz q estão em poder do escrivão da faz. a que me Reporto. Bahia 28 de fevereiro de 1639 — Pedro Cadena de Vila Santi”.

“Memoria dos Senhores de engenho a quem se mandou fazer lancha: = Francisco Botelho, 1 = Domingos da Silveira, 1 = Domingos Alz. de Serpa, 1 = Francisco barbosa de brito, 1 = Mígel Fernandes, 1 = Luis damota, 1 = Duarte Lopes Soeyro, 1 = Martim Ribeiro, 1 = Antonio de Araujo, 1 = Bar. daragão, 1 = Po. deandrade, 1 = Diogo Lopes Ulhoa, 1 = Raphael Cardozo, 1 = João Lobo demesq.ta, 1 = Manuel Alvs barros, 1 = Francisco casado, 1 = Mel. Coelho, 1 = Lço. Cavalcanti, 1 = Diogo Muniz Tellez, 1 = André Cavallo, 1 = *Francisco da fonsesqua*, 1 = Francisco pera. Soares, 1 = Custodiõ Nunes, 1 = Cosmo de Saã, 1 = Anto. da Silva Pimentel, 1 = Matheus Lopes Franco, 1 = *João Paes Floviãno*, 1 = Antonio de Souza, 1 = O Coronel Ber. Brandão, 1 = Phelippe demoura, 1 = Domingos Barbosa de Araujo, 1 = fernam Vaz da Costa, 1 = Gaspar de Azevedo, 1 = Lavradores que per si sóo ante fazer lanchas = João Alvez. da Fonseca, 1 = Domingos Negreiros, 1 = Gaspar de Araujo Aranha, 1 = Miguelote Brandão, 1 = francisco de Paiva, 1 = Bento da Costa, 1 = Antonio da franca, 1 = Gonçalo Gil de Barros, 1 = Bras Rabelo, 1 = Salvador Rabelo, 1 = Francisco Roiz dearaujo, 1 = João Ferraz, 1 = Afonso Roiz cachoeyro, 1 = Antonio dias demorais, 1 = George Ferra., 1 = Manuel Maciel Aranha, 1 = Manuel bonnath, 1 = Mel. Gomes Vitoria, 1 = Simão Alvz. do Rego, 1 = Diogo de Aragaõ Perejra, 1 = Domingos Garcia, 1 = francisco daraujo o moço, 1 = Lazaro Lopês Soeiro, 1 = Gonçalo Moreira Daltero, 1 = francisco de aguilár, 1 = Diogo Lopes fraoco, 1 = Gaspar Rebelo, 1 = Aleixo pais, 1 = O Capitam francisco fz. da Silva, 1 = Diogo deleão, 1 = Domingos Lôps, 1 = Paulo Coelho de Vasconcelos, 1 = Pascoal Bravo, 1 = Mel. Mendes demezas, 1 = O capm. Luíz Pra., 1 = Bento de Araujo, 1 = O capitam Paulo Cardozo, 1 = 70. Pedro Cadena de Villa Santi. = Memoria das Lanchas q se fizerão e Passarão mostra em 11 e 13 de outubro de 1637. = Matheus Lopes Franco passou mostra a hua Lancha aparelhada — 1. Diogo Lopes franco apresentou a sua lancha aparelhada — 1. *francisco da fonsesqua* apresentou sua lancha aparelhada — 1. fernão Vaz da Costa apresentou a sua lancha aparelhada — 1. João Alz. da fonsesqua apresentou a sua lancha aparelhada — 1. O Procurador do engenho de sergipe do conde apresentou a sua lancha aparelhada — 1. O feitor mor do engenho de S. Estevão apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Antonio da Silva pimentel apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Gaspar dazevedo mor. em Itaparica apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Cosmo de Sá apresentou sua lancha aparelhada — 1. Miguel Frz. mor. em Peroám apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Lourenço Cavalcanty apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Diogo de Leão apresentou hua canoa grande em logar da lancha — 1. Po. dandrade apresentou a sua lancha aparelhada — Mel. frz. barros apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Diogo daragão peçeira apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Bento da Costa apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Pascoal Bravo apresentou a sua canoa aparelhada — 1 Custodiõ Nunes apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Martin Ribeiro apresentou a sua lancha aparelhada — 1. O Capm.

Anto. de Araujo apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Bar. Daragão apresentou a sua lancha aparelhada — 1. O capm. franco frz. apresentou a sua lancha aparelhada — 1. O capm. franco frz. apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Mel. Coelho apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Glo. Gilde barro apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Frco Roiz daraujo apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Aleixo pais apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Diogo Lopes Ulhôa apresentou a sua lancha aparelhada — 1. Diogo Machado apresentou a sua lancha aparelhada — 1. frco. pera Soares apresentou a sua lancha aparelhada — 1. 32. Pedro Cadena de Vila Santi”.

(10) “Carta de Henrique Munis Teles escrita na Bahia de Todos os Santos em 5 de junho de 638 Anos em que Relata por extenso o sucesso do cerco q os olandezes pozerão à dita cidade sua vergonhosa Retirada” in revista *Brasília*, vol. I, pág. 554.

(11) Vide *Atas da Câmara* — 1625-1641, pág. 443.

(12) Vide *Revista do Inst. Arq.*, vol. 12, págs. 543/544; Documentos Holandeses, 2 fls. 258/259; nota 39 de Rodolfo Garcia a Varnhagen, *História Geral do Brasil*, vol. 2º, pág. 389; Netscher, *Os Holandeses no Brasil*, Brasileira, Edit. Nacional, pág. 188.

(13) Vide Gaspar Barleus, “História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil”. Trad. de Cláudio Brandão, ed. Ministério da Educação, 1940, págs. 198/199.

(14) Cópia no Arquivo Público da Bahia, 11, 2/6. — Nas “Atas da Câmara” encontramos referência a essa calamidade que tanto abateu o Recôncavo e a Bahia. A 1º de junho de 1640 na ata de reunião e deliberações sobre crena de galiões, se lê: — “veyo (o inimigo) a esta Bahia em vinte oito dias do mês de abril deste presente ano, e no Reconcavo della queimaram e arazaram vinte e tantos engenhos de fazer asucar e muitas fazendas de canas, e cazas dos moradores em diversas partes como quarteis de muitoz nos pondo tudo o que achavam fogo e sangue sem dar quartel nem perdoar couza alguma, deixando a terra e tudo della em tam miseravel estado... tam impossibilitadoz e miseraveis que apenas se podião sustentar” (pág. 443).

(15) Um destes engenhos queimados foi o do Cel. Belchior Brandão Coelho, sexto avô materno do Conde de Passé, e bisavô de Maria da Rocha Pita, esposa do primeiro Rocha Pita, Proprietário do “Engenho Freguesia”. Não sabemos exatamente onde ficava o engenho do Cel. Belchior Brandão Coelho. Num documento (1667) os seus herdeiros dizem possuir engenhos em Sergipe do Conde. (*Docs. Hist.*, vol. 67, pág. 355) e em outros (1677) há referências a medições de terras em Iguape e demandas em torno dessas medições entre Brandões e Aragões (*Docs. Hist.*, vol. 67, págs. 296/298). No mapa do *Livro que dá Rezaõ de Estado* vemos assinalados engenhos do *Aragão*, na região do Iguape. O que é certo é que a fábrica e os canaviaes daquele Coronel foram destruídos pelos batavos. Lemos numa das Atas da Câmara, a de 12 de janeiro de 1641: “sendo prezente o Juiz do anno passado o Coronel Balchior Brandam por elle foi dito e Requerido ao dito Juiz e mais Officiaes que elle tinha assistido o anno passado todoo anno nesta Cidade sen hir a sua Caza e Fazenda que foi abrazada dos inimigoz como hera notorio ficando sem Engenho nem Fazenda e que hora queria hir acodir ao Remedio della que por Respeito de Sua auzencia inda nam moe sendo parada a mayor parte da Safra,

e se lhe não acodir com sua prezença correria muito Risco moer o Resto desta Safra, e junto com isto ter o Cargo de Coronel o qual não podia acodir as obrigações do Cargo de Almotace, o que visto pelo dittoz Officiais, e serem as couzas tão justas com outras que mais propoz o ouveram por escuzo de que se fez este termo" ("Atas da Câmara — 1625-1641", págs. 488/489).

(16) Vide Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, págs. 215 e 217. — Informa o Padre Serafim Leite dizer a ânuia jesuítica de 1647 que os holandezes comandados por Segismundo Vam Schkoppe queimaram 21 engenhos. (*História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. V, pág. 65). — "Alguns navios ao mando de Francisco Jansen corriam o Recôncavo até a ilha de Maré e Frades, e saqueavam quanto encontrassem ao alcance". (Varnhagem, *História do Brasil*, III, pág. 53).

(17) Vide Varnhagen, *História do Brasil*, III, pág. 91).

(18) Patentes de 12 de maio de 1672 e 26 de maio de 1671 in *Docs. Hist.*, vol. 25, págs. 62, 109 e 283.

(19) Patente de 6 de novembro de 1666 in *Docs. Hist.*, vol. 22, páginas 353/356. Também em outra patente relativa ao mesmo Sebastião Barbosa de Almeida datada de 19 de junho de 1670 se repete: "e indo os holandeses com uma armada de trinta velas a queimar os navios da Armada Real que estavam no Rio de Matoim se ajudar em sua defesa ajudando também a apagar o fogo que se pegou uma noite na Capitânea Bom Jesus de Portugal". Vide *Docs. Hist.*, vol. 24, pág. 211.

(20) Vide *Docs. Hist.*, vol. 21, pág. 231. — Há referências a episódios de guerra em Matoim ao tempo dos ataques holandeses em algumas outras patentes. Na de um sargento-mor se lê que marchou para Matoim e daí a Sergipe do Conde onde foi ter encontros com o inimigo na investida que este fez à ilha de Cajaíba (*Docs. Hist.*, vol. 28, pág. 105). Noutra se diz que esteve "na assistência que o Capitão Domingos Soares de Brito (de quem era soldado) fez no distrito de Matoim para guarda dos engenhos". (*Docs. Hist.*, vol. 28, pág. 264).

TRINCHEIRAS, FORTIFICAÇÕES E VARADOURO



RECORDAÇÃO das lutas com os holandeses e talvez das de duzentos anos depois com os portugueses, é o lugar denominado “Ponta das Trincheiras”, na costa do “Engenho Freguesia”, que se vê assinalado na Planta do Rio Cotegipe e Baía de Aratu levantada em 1883 pelo então Primeiro-tenente Antônio Alves Câmara e pelo Segundo-tenente Manuel da Silva Lopes.

Mas também na Boca do Rio existiu um forte ou plataforma, citado em documentos do século XVII, sem que saibamos se situado na margem norte, em terras de “Freguesia”, ou se na riba fronteira, na Ponta d’Areia, no local assinalado no mapa de Alves Câmara com a designação “Ponta do Forte”.

Vários foram os fortins e plataformas levantados dentro da Baía de Todos os Santos, especialmente às “bocas dos rios” para defesa do Recôncavo contra inimigos e piratas. Ao fundo do golfo, na costa do município de Santo Amaro, havia a “plataforma da Saubara, no distrito da Patatiba, uma das de mais importância que há (1654) nas bocas dos rios do Recôncavo para segurança de seus engenhos e fazendas”; na Vila de São Francisco encontrava-se o “forte de São Francisco de Sergipe do Conde” e na costa do município da Cidade do Salvador o “forte de Matoim” ou “plataforma de Matoim” (1).

Silva Campos, no seu trabalho “Fortificações da Bahia”, diz à pág. 276 — “durante a ocupação holandesa de 1624 ou 1638 foi

pelos flamengos ou pelos portugueses construído um reduto na foz do rio de Cotegipe, ou seja à entrada da baía de Aratu”.

As dúvidas do saudoso historiador baiano sobre a época da construção do forte e se feito por portugueses ou flamengos parecem resolvidas por vários documentos.

Em 1651 é que se ergueu a “Plataforma” que tomou o nome de São João. Disso nos certifica uma nomeação subscrita em 14 de janeiro daquele ano pelo Governador Conde de Castel-Melhor: “convém prover de Capitão a Plataforma São João que mandei fazer na boca do rio de Matoim para segurança dos engenhos e fazendas que nela há e encarregá-la (por ser uma das importantes do Recôncavo) a pessoa de valor e muita satisfação para que o ajude a defender e conservar suas fortificações, reparando-as de qualquer dano que receberem do tempo”. O nomeado capitão foi “Manuel Cabral morador naquele distrito” — um dos que “ultimamente” haviam ajudado a levantar “as fortificações que se fizeram na Barra do mesmo Rio para segurar os galeões” (2).

E sabemos mais que o governador Conde de Castel-Melhor antes, a 20 de outubro de 1650, fora correr o Recôncavo e “reconhecer os portos que se deviam fortificar nele para defesa dos Engenhos que o inimigo com facilidade queimou algumas vezes” e ao rei pedia lhe fosse dado para esse efeito — “gente, artilheria, armas e munições”, o que foi deferido pela carta régia de 3 de fevereiro de 1651 (3).

Antes porém da construção da plataforma de São João existiam na barra de Matoim fortificações destinadas a “segurar os galeões”, parecendo haverem sido erguidas em 1647 quando, ao tempo das agressões de Segismundo, ali as mandou construir Antônio Teles da Silva numa das muitas “prevenções que, em ele (Segismundo) aparecendo, fiz para segurança do recôncavo e dos principais postos de Sergipe e Paraguaçu por serem os mais acomodados a se poder fortificar neles com maior prejuízo da conservação desta Praça”. Isso informa o próprio Governador, que acrescenta: “fortifiquei todas as bocas dos rios o melhor que a disposição de seus sítios permitia, segurei os engenhos”, além de aparelhar uma frota de barcos a remos, galeras autênticas, com que garantiu os que chegavam do Recôncavo e os trabalhos dos engenhos, ou, segundo dizia — “franqueei com esta armada de remos a este recôncavo que atira de artilheria nas suas naus” (4).

Temos entretanto documentos de que obras de fortificações já ali existiam desde antes de 1635. Quando chegou à Bahia, arribado da Índia, o galeão “Batalha” como se recolhesse a Matoim,

ali foram então feitas fortificações “no Rio de Matoim para segurança do dito Galeão Batalha” (5).

Não há certeza do local onde se teriam erguido essas fortificações e plataformas. Silva Campos opina por que fossem na “Ponta do Forte à esquerda e na parte mais estreita do canal” ou Boca do Rio, invocando a Planta do Rio Cotegipe e Baía de Aratu levantada em 1883 pelo então 1.º Tenente Antônio Alves Câmara e pelo 2.º Tenente Manuel da Silva Lopes, devendo ter havido em terras do “Freguesia”, na costa fronteira à ilha de Maré, trincheiras recordadas pelo topônimo — Ponta das Trincheiras — registrado na aludida Planta.

*
* * *

Estamos a ver que a Matoim se abrigavam naus para reparos, exigindo fortificações e defesas. É que as praias com boa situação e inclinação para nelas se porem em seco os navios a serem “querenados” foram na Baía de Todos os Santos — Itapagipe (6), Itaparica, Loreto (7) e Ponta d’Areia na Boca do Rio de Matoim.

Na carta da Baía de Todos os Santos do “Livro que dá Reção do Estado”, precioso documento pertencente ao Instituto Histórico Brasileiro, trabalho cartográfico, segundo Rodolfo Garcia da autoria de João Teixeira, vemos o sítio da Ponta d’Areia com a indicação “Varadouro Velho”; nas cartas de João Teixeira Albernaz, ultimamente adquiridas pela Biblioteca do Itamarati, vemos o mesmo sítio assinalado com a designação — “Varadouro onde dão Carena as naus grandes”.

Não sabemos quando deixou aquele ponto de ser para isso procurado, mas há episódios interessantes ligados a essa utilidade náutico-industrial do “Rio Matoim”, tantas vezes indicado para base naval e já agora aproveitado numa moderníssima base aeromarítima.

Em 1715, no mês de junho, ia ter a Matoim certa nau francesa e o Governador, vigilante por que não houvesse contrabando, para lá mandava uma força a “observar o que os franceses que ali vão querenar o navio, fizerem”.

O Capitão Manuel Fernandes, que ia no comando do destacamento, recebeu instruções do Marquês de Angeja que lhe obri-gavam a habilidades sumamente diplomáticas. A força era pequena — dois sargentos e três soldados que todos se alojariam em sítio que escolhessem em Matoim mas não tão próximo aos franceses “que embarce o cômodo, nem presumam que os vai espiar”, dando, ao contrário, aparência de ali se achar “para lhes dar toda ajuda

e favor”, “como também para lhes evitar tenham o menor trato com a gente da terra”, acautelando desordens e desconfianças entre gente de uma e outra nação. Para isso o Capitão obviaria a que “nem os portugueses passem aonde os franceses estão querendo, nem os franceses entrem pelo Rio e País a dentro”. E ficavam regulados os contatos entre brasileiros e franceses — “e quando pelo Comandante francês lhe seja pedida licença para mandar buscar alguns víveres, ou seja pelo Rio arriba, e dentro na terra lha concederá, dando-lhe um sargento ou soldado que os acompanhe; e outrossim pedindo-lhe o dito comandante soldado ou sargento para ir na sua lancha a comprar em alguma parte gado ou víveres, o dito capitão lhe dará o dito soldado ou sargento para evitar toda a desordem que poderá acontecer; e ao dito Capitão tanto que aí chegar declará que tem esta ordem, para que não suceda que mandando sua lancha à terra seja mal recebido nela”.

Fiscalizar não parecendo que fiscalizava, zelar pelo sossego e boa união com os franceses — mas de olhos neles.

A estes que haviam dado palavra de só levarem dentro da nau pau campeche e salitre e nenhuma outra mercadoria, acompanhavam oficiais da fazenda portuguesa — um escrivão e dois guardas — “para que ao descarregar o navio para dar a querena, assistam em terra à descarga que nela se fizer para darem a fé da dita descarga, e gêneros dela como tornou a mesma a carregar-se no dito navio depois de querenado”.

Houve-se o Capitão Manuel Fernandes com a recomendada diplomacia, que por seu lado usava o comandante francês.

Certa tarde convidou este aos senhores de engenho e ao Capitão da Ordenança para um jantar, cortesia que ao Governador não pareceu má, ainda que achasse perigosa sua repetição. Numa carta ao Capitão Fernandes dizia Angeja: — “com toda a cautela os advirta (aos senhores de engenho) que o mais que puderem excusar semelhantes convites o façam; porque ainda que não se suponha que eles farão negócio, ou comércio com os ditos franceses, poderá alguém levantar-lho e seguir-se-lhe algum trabalho”, e insistia em que fossem evitados tratos de brasileiros com franceses, que deveriam comprar o de que necessitassem a dinheiro.

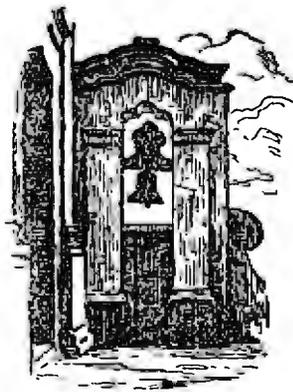
Mostraram-se o comandante Monsieur Cudré e mais oficiais franceses satisfeitos com o capitão, ainda que não fizessem boa cara a terem que levar soldado brasileiro na lancha quando iam a compras à terra. Alguns arrotaram “baladornadas de guerra”, logo advertidos de que se usaria de severas repressões caso não correspondessem ao bom tratamento que com eles se usava (8).



Mapa da Bahia de Aratu, com o "rio" de Cotegipe ou Matoim. Vêm-se alguns engenhos citados no texto. Notar os pontos "Trincheiras" e "Ponta do Forte". O território desde próximo ao "Engenho Matoim" até onde alcança o mar ao norte da "Ponta João Pereira" pertence ao "Engenho Fregursia", cuja sede ainda mais ao norte não foi incluída no mapa.

Devia referir-se ao navio que foi querenar em Matoim — a nau de guerra francesa *Mercúrio* — este trecho de carta do Marquês de Angeja a D. Lourenço de Almeida, Governador de Pernambuco, datada da Bahia a 30 de maio de 1715: — “o que mais me inquieta é que depois desta paz estou aqui sempre com navios estrangeiros e para coadunar a lei de El Rei, em que manda se lhe dê tudo o de que necessitarem pelo seu dinheiro, lhe não deixem fazer negócio, é coisa bem dificultosa, porque nos navios não costuma trazer-se dinheiro, senão gêneros: a venda dos gêneros é proibida logo com que dinheiro hão de pagar o que lhes for necessário? Enquanto os navios são mercantes me não dá isto tão grande cuidado, porque mando-os embora, e não se me dá dos seus protestos do risco, porém as naus de guerra, como me acho agora com duas de El-Rei de França, uma chamada *Mercúrio* e outra *Vênus*, com capitães e oficiais de El Rei, as quais vêm da Índia, e a *Mercúrio* é uma nau maior que *Penha de França*, e vem em tanto risco que, examinada pela mestrança, não pode conseguir viagem sem dar querena, e o pior é que esta se lhe não pode dar nesta Bahia, e é necessário i-la dar ao Recôncavo que tal é a forma da nau, e tem sido o embaraço dos maiores com que me hei visto, para que livrando a nossa corte dele possa sem faltar à lei remediar este dano: confesso a Vossa Senhoria que neste Governo não há coisa mais pesada que a lida de navios estrangeiros e se eu houvera sabido desta lei antes de partir de Portugal, não houvera coisa que me obrigasse a passar a este Estado” (9).

De toda probabilidade, senão certeza, é que em “Freguesia” fossem fazer negócios os franceses; e que entre os senhores de engenho por eles convidados a jantar na “*Mercúrio*” estivesse o proprietário do “Freguesia”. (A carta de Araújo Pinho a Miguel de Argolo).



Notas do capítulo:

(1) Vide *Documentos Históricos*, vol. 18, pág. 304; vol. 19, págs. 197 e 235 e vol. 20, pág. 291. — Varnhagem descrevendo as lutas para restauração da Bahia do domínio holandês (1624-1625) diz: "o mando de D. Francisco de Moura assinalou-se pela occupação de vários portos fortificados de Recôncavo de que era capitão-mor, empresa que cometeu a Manuel de Sousa de Sá, e pela conveniente organização para melhor proteger os engenhos de uma pequena esquadilha de lanchas canhoneiras e barcos armados da qual fez cabo a João de Salazar e Almeida". (*História Geral do Brasil*, ed. Capistrano-Garcia, vol. II, pág. 237/238).

(2) Vide *Docs. Hist.*, vol. 31, pág. 80. A 10 de setembro do ano seguinte, 1652, o referido governador nomeava capitão da "Plataforma de Matoim", "uma das de mais importância que mandei fazer nas bocas do Rio do Recôncavo para segurança de seus engenhos e fábricas" a Sebastião Lemos, gentil-homem de artilharia. (Vide *Docs. Hist.*, vol. 31, pág. 113.) Vide referência à Plataforma de Matoim (1693) nos *Docs. Hist.*, vol. 34, pág. 134. Em 3 de agosto de 1657 o governador Francisco Barreto nomeava a Manuel Pinheiro de Carvalho capitão do Forte de Matoim. Vide *Docs. Hist.*, vol. 19, pág. 235. — Em 9 de setembro de 1719 o Conde de Vimieiro nomeava Manuel de Miranda Neto, sargento-mor da Freguesia de N. S. da Piedade de Matoim, posto então criado na forma da carta régia de 20 de janeiro de 1699, pela qual S. M. atendendo "aos repetidos e escandalosos delitos que se cometem nos sertões desta capitania por falta de quem administre justiça foi servido ordenar a este Governo Geral, se criasse em cada uma freguesia deles um juiz, um capitão-mor e mais cabos de milícias". Matoim tinha capitão-mor que era Inácio Pereira Bezerra, mas não tinha sargento-mor que foi então criado e provido. (*Docs. Hist.*, vol. 43, págs. 237/238). Em 26 de janeiro de 1719 havia um capitão do Forte da Barra de Matoim que o Governador chamava com urgência à sua presença. Vide *Docs. Hist.*, vol. 43, pág. 194. Em 1759 não havia ali guarnição nem o forte ou plataforma de Matoim era relacionado assim como outros no Recôncavo. (Vide *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, vol. 57, pág. 201). Vide também *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, vol. 56, pág. 80, onde se vê que ao tempo do Marquês de Montalvão (1640-1641) estava abandonada a plataforma, existindo ainda ali a artilharia.

(3) Vide *Docs. Hist.*, vol. 66, págs. 6 e 24. Parece que um dos fortes novos foi o da Ponta das Baleias na ilha de Itaparica. Numa carta régia datada de 1652 sobre provimento de capitães para os fortes existentes na praça e seu Recôncavo, fala-se no de N. S. da Conceição, São Tiago e S. Felipe, Morro de S. Paulo, S. Francisco, S. Bartolomeu da Passagem de Pirajá, S. Felipe e S. Tiago da Ponta de Monteserrate, de *Pernamerim e Maicape* (Marapé?), S. Antônio da Cajaíba, no de Santa Cruz e nos demais do Paraguaçu. "No da Boca de Matoim ordenareis se continue o que até agora se fez de se lhe meter uma companhia de guardas". Noutra se fala do Forte de S. Felipe de Santiago da Barra. (Vide *Docs. Hist.*, vol. 66, págs. 31, 35, 36 e 103).

(4) Vide Carta de Antônio Teles da Silva ao Rei, datada da Bahia, 15 de dezembro de 1647, publicada por P. M. Laranjo Coelho in *Brasília*, vol. II, págs. 587 e 589.

(5) Vide *Docs. Hist.*, vol. 16, pág. 268.

(6) Gabriel Soares descrevendo o esteiro do Pirajá diz: "virando desta ponta (de Itapagipe) sobre a mão direita está um esteiro mui fundo, por

onde entram navios de quatrocentos tonéis ao qual chamam Pirajá. Este esteiro faz para dentro grandes voltas; em uma delas tem uma praia onde se põem os navios a monte muito à vontade e se calafetam muito bem às marés, porque, com as águas vivas descobrem até a quilha, aonde se queimam e calafetam bem". (*Tratado*, pág. 122). — Num documento de 1656 há referência a um "galeão que se fez em Itapagipe". (*Anais do Arquivo Público da Bahia*, vol. XX, pág. 18) — Vilhena fala de estaleiros no incomparável porto de Itapagipe de Cima (*Cartas Soteropolitanas*, vol. II, pág. 499).

(7) Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 32, pág. 534.

(8) Vide Instruções e Regimento, datados de 6 de junho de 1715; cartas de 10 e 18 de julho de 1715, in *Docs. Hist.*, vol. 42, págs. 259, 262, 265, 269, 271, 277, 278.

(9) Vide *Docs. Hist.*, vol 40, pág. 25/28.

SOB O DOMÍNIO DOS ROCHAS PITAS

O COMPRADOR ANTÔNIO DA ROCHA PITA



ÃO chegou até nós ou ainda não foi encontrada a escritura da venda do engenho, por Clara da Franca, a viúva de Luís Pais Florião, a Antônio da Rocha Pita; mal podemos alvitrar-lhe a data lembrando outras.

Infelizmente Jaboatão é parco de informes quanto às épocas de nascimento, casamento e morte de Clara da Franca e seu marido e do filho João Pais Florião. Sabemos, entretanto, que um irmão de Clara da Franca — Afonso Bar-

bosa da Franca — se casou em 15 de junho de 1639 e tomou posse de irmão da Santa Casa da Misericórdia em 31 de outubro de 1672. É lícito daí inferir que os irmãos Franca teriam nascido nas duas ou três primeiras décadas do século XVII. E no caso de haver grande diferença de idade entre ambos (Afonso era o segundo filho e Clara a sexta) não é impossível que Clara houvesse nascido entre 1630 e 1635.

De outro lado se presumirmos que a mulher de João Pais Florião, o dissipador, filho de Clara da Franca, se casara com dezesseis anos, não se teria realizado o casamento antes de 1667, pois os pais dela (segunda filha) ⁽¹⁾, sabemos que se haviam consorciado em 12 de junho de 1650.

Admitindo-se o prazo de vinte anos para João Pais Florião, já casado e depois de morto o pai, levar a cabo a dissipação da fortuna, até o ponto de induzir a mãe a vender o engenho, chega-

remos a 1687 — data arbitrária, suposição sem firmes fundamentos, mas que atende à necessidade de procurar uma época possível para aquela venda do engenho (2).

Robustecem, entretanto, está conjectura algumas datas relativas ao comprador. Casado em 1678; irmão da Santa Casa da Misericórdia em 1689; Ministro da Ordem Terceira de São Francisco em 1691 — Antônio da Rocha Pita bem poderia ter comprado o engenho entre 1680 e 1690, isto é, no último quartel do século XVII.

Assim, desde a concessão da sesmaria a Sebastião Álvares (1560?) até a venda a Antônio da Rocha Pita (1680 a 1690?), o engenho “Matoim” ter-se-ia mantido durante mais de um século no poder e gerência da mesma família (3).

E passando ao novo dono iria ser propriedade, sua ou de seus descendentes, até hoje durante mais de duzentos e quarenta anos.

Antônio da Rocha Pita foi o fundador da sua linhagem na Bahia. Filho de Francisco da Rocha Pita e Beatriz de Lara, naturais, como ele, de Coura, em Portugal, informa Jaboatão (4) que, vindo do Reino, fora recolhido na casa dos Brandões de Iguape, freguesia de São Tiago, onde assistiu alguns anos em casa ou no engenho de Tomé Pereira Falcão. Ali se enamorou de Maria da Rocha Pita, sobrinha de Tomé e neta de Brás Rebelo Falcão, e tirou-a a furto, com o que muito se ofenderam os Falcões e lhe mandaram dar um tiro de que ficou ferido em um braço. Retirou-se do engenho dos parentes o apaixonado Antônio da Rocha Pita, cuja precipitação amorosa com a prima ia-lhe custando caro, e com esta se casou a 1.º de julho de 1678 na capela de Bom Jesus do Iguape.

Era a mulher de Antônio da Rocha Pita filha de Valentim da Rocha Pita e Maria Falcão; neta paterna de João Barbosa Aranha e Isabel da Rocha Pita; e materna de Brás Rebelo Falcão e Isabel Brandão — filha esta de Melchior Brandão Coelho e Maria Pestana (5).

Há memória de alguns fatos e existem documentos relativos a este fundador da família Rocha Pita na Bahia.

No livro de admissão de irmãos ou termos de posse da Santa Casa da Misericórdia figura o de 28 de março de 1689, referente a “Antônio da Rocha Pita, filho de Francisco da Rocha Pita e sua mulher Beatriz (ilegível) todos naturais de São Pedro de Coura, casado nesta cidade com Maria da Rocha, filha de Valentim da Rocha Pita e Maria Falcão”.

Em 1691 é irmão-ministro da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, posto ou honraria sempre ocupado nos tempos

coloniais pelos potentados do dinheiro, e que vale por um atestado de fortuna ⁽⁶⁾.

Os maiores cabedais de Antônio da Rocha Pita consistiriam em largas extensões de terras e há muita probabilidade de ter sido um dos a quem foram dadas sesmarias desmedidas quando houve nessa matéria (antes de 1697) alguma desordem, com fazerem-se doações nas Capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte, de quinze, vinte e até trinta léguas ⁽⁷⁾.

Cresceram de tal forma os latifúndios do comprador do “Engenho Freguesia” que era apontado entre os cinco maiores possuidores de terras na Bahia, ou melhor, no norte do Brasil. Em 1675 é ele equiparado aos Ávila, Guedes de Brito, Afonso Sertão, Barbosa Leal, numa ordem régia pelo Conselho Ultramarino que mandava notificar “aos possuidores da Casa da Torre o Coronel Garcia Dávila Pereira e da mesma maneira os que possuem terras que foram de Antônio Guedes de Brito e aos que possuem as de Domingos Afonso Sertão e ao Coronel Antônio da Rocha Pita e ao coronel Pedro Barboça Leal, que também possuem muitas terras neste Estado para que dentro de um ano apresentem ao meu Conselho Ultramarino títulos por que possuem as terras de que estão de posse e que devam pertencer-lhes e a forma com que usam delas, com cominação de que não o fazendo lhes mandará fazer seqüestro em todas, e lhes tomareis sua exata informação do estado e grandeza destas terras e forma com que são governadas e administradas e se acham satisfeitas a seu tempo devido pelos possuidores delas as condições com que lhes foram dadas e se resulta ao público e boa administração do Estado a vastidão e extensão de terra que se compreende nestas doações, o que fareis a respeito das terras que possuem os religiosos de São Bento” ⁽⁸⁾.

É muito provável que boa parte das fazendas arroladas no inventário de Cristóvão da Rocha Pita, neto de Antônio da Rocha Pita, proviessem das largas sesmarias deste; entretanto, pouco conhecemos da extensão e situação de tais terras. Sabemos ter Antônio da Rocha Pita povoado algumas no Açú, Apodi e Panema, que vieram a ser concedidas à sua viúva Aldonça de La Penha Deusdará e a seus filhos em 9 de novembro de 1726. Ainda na menção das confrontações de uma sesmaria, datada de 19 de junho de 1707, nas ilhargas do rio Piranhas na Paraíba, se fala da lagoa Boxé e das “terras de Antônio da Rocha Pita” ⁽⁹⁾.

Era Antônio da Rocha Pita proprietário ou co-proprietário de navio que viajava para África e dali conduzia escravos. Ao mestre do patacho *Nossa Senhora da Luz e Santa Luzia* “de que são se-

nhorios Nicolau Macedo Barbosa e o Capitão Antônio da Rocha Pita”, concedia D. João de Alencastre, a 25 de setembro de 1698, alvará de licença para receber carga para a Costa da Mina. Esta licença era imprescindível, mas com tais viagens negreiras prestavam os donos e comandantes das embarcações valioso serviço ao Estado, ao Rei, que, permitindo a seus vassallos “poderem navegar os Reinos de Guiné para deles trazerem escravos aos postos do Brasil” muito estimava que os fossem “buscar àquela costa e trazê-los a esta cidade pela grande falta que fazem aos muitos engenhos e fazendas de canas que em seu recôncavo têm crescido” (10).

O tráfico de negros, que viria a ser proibido pela lei e malsinado pela moral e piedade de nossos tempos, era naquela época uma benemerência pública, estimulada e premiada pelo Estado. Se Antônio da Rocha Pita por essa colaboração negreira pode ter sua memória repelida pela fraternidade humana dos que hoje apreciamos os fatos à distância, não seria então por isso reputado menos que um colaborador da economia, riqueza e prosperidade coletivas.

Faleceu Antônio da Rocha Pita em Matoim entre 1725 e 1726, pois temos notícia de uma concessão de sesmaria datada de 9 de novembro daquele ano a D. Odorica Lapenha Deusdará, como diz a publicação erradamente, ao invés de Aldonça Lapenha Deusdará, “viúva de Antônio da Rocha Pita, ao coronel Luís da Rocha Pita Deusdará, a Francisco da Rocha; a Simão de Afonseca e a D. Maria Joana” “as terras que se acham povoadas pelo marido da primeira concessionária no Açú, Apodi, Panema” (11).



Notas do capítulo:

(1) A primeira filha do sargento-mor Marcos de Bitencourt e Ângela de Meneses (os sogros de João Pais Florião neto) casou-se em 2 de maio de 1679. (“Catálogo Genealógico”, *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 52, pág. 196).

(2) Vide Jaboaão, "Catálogo Genealógico", *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 52, págs. 130, 196, 243, 272, 463.

(3) Em Jaboaão "Catálogo Genealógico", encontramos duas referências a ser "senhor do engenho Matoim", no princípio do século XVII, Gaspar Pereira de Meneses que foi casado com Brites Antunes, filha de Sebastião de Faria. Seria o engenho "Freguesia" ou outro em Matoim? Ou parte daquele? Estaria sempre na família Faria. Era uma filha de Sebastião de Faria sua proprietária. — Numa "Denúnciação" Henrique Munis Teles fala no "engenho de Matoim que foi de Baltazar Barbosa e ora é de Domingos Barbosa, sete ou oito léguas desta cidade". Este Domingos Barbosa foi o pai da segunda mulher de João Pais Florião, o velho, de quem não houve descendência.

(4) Vide Jaboaão "Catálogo Genealógico", *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 52, pág. 82. — Roque Macedo Leme da Câmara nas suas "Memórias de Famílias de todas as Capitâneas", 1792, às fls. 107 desse manuscrito (B. N., I, 8/216) diz: "Antônio da Rocha Pita, que era natural, conforme se disse de Coura, donde veio para o Brasil chamado por seu tio Pedro Borges Pacheco, lavrador rico no Iguape, de canas, que o deixou seu herdeiro".

(5) Valentim da Rocha Pita e Maria Falcão, sogros de Antônio da Rocha Pita, casaram-se em 19 de janeiro de 1653. Valentim faleceu em 13 de novembro de 1665 e sua viúva casou-se em segundas núpcias com João Peixoto da Silva. Maria Pestana, mulher de Melchior Brandão Coelho e bisavó materna de Maria da Rocha Pita, faleceu a 8 de agosto de 1653. "Catálogo Genealógico", págs. 418, 420 e 423. — Vide sobre Valentim, Varnhagen, II, pág. 37.

(6) Vide Jaboaão, *Novo Orbe Seráfico*, ed. 1859, vol. 1, parte segunda, pág. 309. — Entre muitos outros foram ministros da Ordem Terceira, antes de Antônio da Rocha Pita: Rafael Soares da Franca (1643), Diogo de Aragão Pereira (1645), Baltazar de Aragão (1660), João de Matos Aguiar (1677), Francisco Dávila (1686). — Em 21 de abril de 1696 e em 16 de julho de 1689 era Antônio da Rocha Pita Vereador da Câmara da Cidade do Salvador. (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, Cartas do Senado a Sua Magestade, nº 114, fls. 73 verso, 75, 81 e 211).

(7) Vide observação de D. Fernando José de Portugal ao Regimento dado a Roque da Costa Barreto: "constando haver muitas terras de sesmarias nas capitâneas de Paraíba e Rio Grande do Norte concedidas a muitas pessoas com notável desproporção nas datas, dando-se a uns quinze léguas e a outros vinte e trinta, de que resultava ficarem incultas e sem povoarem-se ordenou-se ao governador D. João de Alencastre, por carta régia de 13 de dezembro de 1697, mandasse pôr editais declarando que todas as pessoas que as tivessem tratassem de demarcá-las, medi-las e povoá-las dentro de um ano e, não o fazendo assim, houvessem por devolutas repartindo-se pelos moradores na forma do Regimento, sem o exceder" — in *Docs. Hist.*, vol. 6, págs. 368, 369. No vol. 3º da *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, pág. 384, lê-se o mesmo, mas com variantes de maior minúcia: "constando haver muitas terras de sesmaria nas capitâneas da Paraíba e Rio Grande dadas a muitas pessoas que existiram na Bahia, Rio São Francisco e Pernambuco... se ordenou ao governador João de Lencastre, por carta régia (Arquivo da Secretaria do Governo, Livro 5º das Ord. Régias, nº 130 de 13 de dezembro de 1697), mandasse pôr editais na Bahia, Rio de São Francisco e Pernambuco, tratassem de demarcá-las. Posteriormente a carta régia de 3 de março de 1702 ordenou se pusessem editais para todos os sesmeiros dentro de

seis meses apresentarem confirmações e cartas de sesmarias que tivessem. (id. id.). Em carta régia dirigida a D. João de Lencastre, datada de 20 de janeiro de 1699, dizia o Rei que "um dos motivos mais forçosos" dos "danos espirituais e temporais" que se experimentavam no Brasil era "não se povoarem os sertões dele, por estarem dados a duas ou três pessoas particulares que cultivam as terras que podem, deixando as mais devolutas, sem consentirem que pessoa alguma as povoe, salvo quem à sua custa as descobrir, devendo-lhes pagar dízima de foro por cada sítio cada um ano"; e deixando em paz os sesmeiros "ainda de muitas léguas", desde que tivessem cultivadas as terras "por si, seus feitores colonos ou empletantes", determinava que, não tendo sido assim as terras cultivadas, todas ou em parte, fossem dados a qualquer do povo que o denunciasse os sítios que descobrisse, contanto que não excedesse de três léguas de comprimento e uma de largo ou légua e meia em quadro. Noutra carta do Rei a D. João de Lencastre, datada de 14 de dezembro de 1699, há alusão a umas relações das pessoas que possuíam terras de sesmarias nas Capitânicas de Sergipe e Rio Grande e à excessiva extensão das concedidas no Rio Grande — Vide Mello Moraes, *Brasil Histórico*, II, 22. Em 1704 estava encarregado o Dr. José da Costa Correia "da diligência de examinar as datas que têm os donatários, sesmeiros das terras continentales no distrito da capitania da Bahia" e o Rei, por provisão de 11 de março de 1704, proibia que se pedissem "ao dito Desembargador José da Costa Correia as ordens que para a dita diligência se lhe passaram", etc. (*Docs. Hist.*, vol. 33, pág. 5).

(8) Vide *An. Anq. Públ. Bahia*, vol. VI e VII, pág. 124.

(9) Vide *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. XXVII, págs. 121, 151. Nessas publicações há referências a outras terras e sesmarias de Rochas Pitas: a 24 de março de 1702 (?) era concedida sesmaria no rio São Francisco, distante 6 ou 7 léguas da Vila de Penedo, no rio Embacica, para o norte entre terras de Cristóvão da Rocha Pita e herdeiros de João Velho Tinoco, ao Cap. Gabriel Barbosa Lobato (pág. 116); em 31 de janeiro de 1692 era confirmada sesmaria em Sergipe de Piabaçu, pelo Vazabarris abaixo até a entrada de Itabaiana, a Manuel da Rocha Pita (pág. 97); numa concessão de sesmaria datada de 12 de março de 1697 há referência a terras do Sargento-mor Manuel da Rocha Pita (pág. 98). Vide referências a sesmarias de Manuel da Rocha Pita em Sergipe e Paraíba in *Docs. Hist.*, vol. 22, págs. 58, 63, 67 e in Felisberto Freire *História Territorial*, pág. 294.

(10) Vide *Docs. Hist.*, vol. 58, pág. 221.

(11) Vide *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. XXVII, pág. 151. Vide também *Anais do Arq. Púb. da Bahia*, vol. 24 pág. 150 e aí um documento datado de 13 de maio de 1734 e assinado por Garcia de Ávila Pereira, no qual informando sobre um conflito de jurisdição entre Juiz de Fora e Corregedor, diz: "assim mais sabem por ser público que sendo também do termo da cidade a freguesia de Matoim e falecendo nela Antônio da Rocha Pita e querendo seus herdeiros principiar inventário perante o Dr. Juiz de Fora, lhes moveu o Dr. Corregedor dúvida, dizendo a ele lhe pertencia, e por se livrarem os herdeiros desta dúvida recorreram a S. Majestade que foi servido provê-los de remédio, mandando-lhe nomear Ministro para que fizesse o dito inventário".



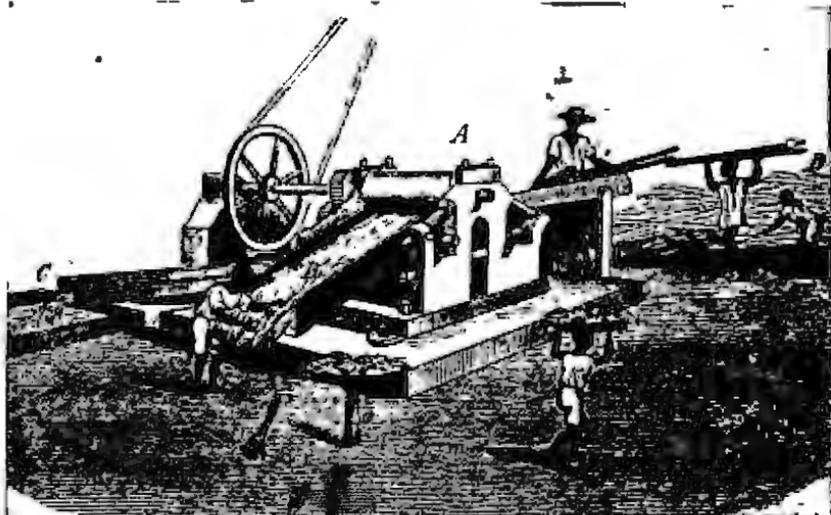
*Cenas da vida rural
no Recôncavo. Va-
queiros encourados e
carros de bois carre-
gados de canas, nu-
ma estrada e num
palheiro.*





Vários tipos de habitações de trabalhadores e agregados em engenhos do Recôncavo.

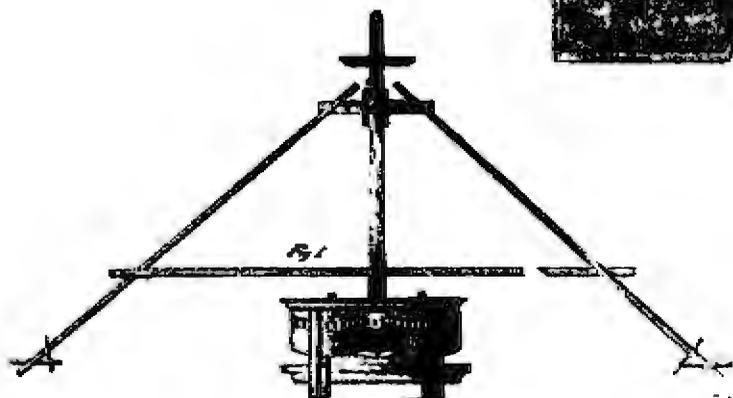




*Moenda de um engenho de açúcar. Desenho de Julius Naehér
no seu livro Land und Leute in der brasilianische Provinz
Bahia — 1881.*

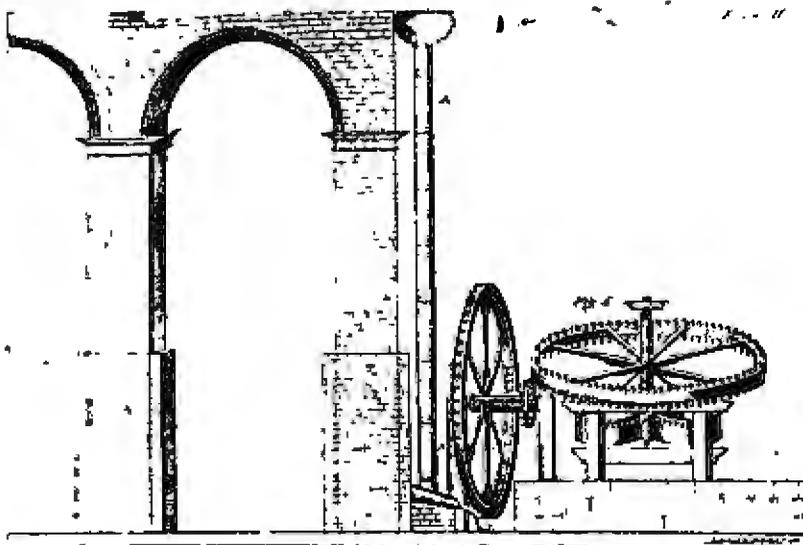


*Feitor dirigindo o corte de canas num canavial. Desenho de
Julius Naehér no seu livro Land und Leute in der brasilianische
Provinz Bahia — 1881.*



Almanjarra e moendas, segundo os inventos de Sampaio e Melo, em 1816.

(Gravura do livro *Novo Método de fazer o Açúcar*, de Sampaio e Melo)



Roda de água e moenda, segundo os inventos de Sampaio e Melo, em 1816.

(Gravura do livro *Novo Método de fazer o Açúcar*, de Sampaio e Melo)

A DESCENDÊNCIA DE ANTÔNIO DA ROCHA PITA



ASOU-SE duas vezes Antônio da Rocha Pita, a segunda com Aldonça de La Penha Deusdará.

Como a descendência da primeira união tem mais direta ligação com a crônica do “Engenho Freguesia”, trataremos dela por último.

Era Aldonça de La Penha Deusdará neta de Manuel Álvares — o primeiro do apelido ou alcunha de Deusdará e a quem “pelos grandes serviços que fez à coroa ao tempo dos holandeses lhe

fez o Sr. Rei D. João IV a mercê de o honrar com brasão de armas e apelido de Deusdará fazendo-o chefe de sua descendência e fidalgo de cota de armas” (1), e filha de Francisca de La Penha Deusdará que viera para a Bahia com seu irmão o Desembargador Simão Álvares de La Penha Deusdará (2), e ali se casara (a 20 de novembro de 1650) com Simão da Fonseca de Siqueira, Fidalgo da Casa de Sua Majestade e senhor do engenho Caboto, contíguo ao “Engenho Freguesia”, e posteriormente, e até hoje, a este anexado.

Do casamento de Francisca de La Penha Deusdará com Simão da Fonseca de Siqueira (faleceu a 7 de julho de 1666, sepultado na matriz de Matoim) — que era filho de Francisco da Fonseca Caboto, ou a que chamavam “o Caboto” e Maria de Góis, filha esta de Simeão de Araújo Góis, o velho, e Maria de Siqueira — nasceram Francisco da Fonseca de Siqueira, que morreu sem descendência, e Aldonça de La Penha Deusdará, de quem tratamos, que se casou (depois de 1689) com o viúvo Antônio da Rocha Pita (3).

Com este seu segundo casamento, Antônio da Rocha Pita, já tão ligado a Brandões, Marinhos e Falcões, aliava-se aos Góis, Vilas Boas, Correias de Sá Vasqueanes, Bitencourt Sá, Calmons (*).

Houve deste segundo consórcio três filhas, com duas das quais se casaram os Desembargadores da Relação da Bahia João de Soto Maior e João Homem Freire — e a terceira com um parente deste.

Temós aí nestes casamentos com magistrados, novo e alto pregão da riqueza de Antônio da Rocha Pita, pois Juízes e Desembargadores, vindos do Reino a estas partes do Brasil, acabaram acusados ou suspeitados de aqui procurar dotes vantajosos, nem sempre eximindo-se, com isso, de prejudicar ou faltar à imparcialidade da justiça, tanto que lei houve a exigir licença régia para se casarem Desembargadores no Brasil (5).

Houve ainda Antônio da Rocha Pita de seu segundo casamento dois filhos varões Luís da Rocha Pita, que faleceu sem ter casado, e Simão da Fonseca Pita (6). Casando-se este com uma prima — Antônia da Fonseca Vilas Boas, teve filha única: — Aldonça de La Penha Deusdará, segunda deste nome, que se casou com Amaro de Sousa Coutinho (7), união da qual nasceu um só filho, Antônio da Rocha Pita, terceiro destes apelidos, que, falecendo solteiro, extinguiu no Brasil a descendência do segundo leito do velho Antônio da Rocha Pita, visto como os netos (se existiram) havidos das filhas ficaram e se multiplicaram em Portugal, como tudo leva a crer o silêncio de Jaboatão.

Através várias gerações de descendentes de Antônio da Rocha Pita (o velho), o “Engenho Freguesia” manteve-se na sua família, possuído até hoje por gente de seu sangue.

Do seu primeiro casamento com Maria da Rocha Pita nasceu um filho cuja prole compendiaria Falcões, Marinhos, Gomes de Sá, Araújo Azevedos, Limas, Brandões, Argolos e Fiúzas.

A Francisco da Rocha Pita, único filho de Antônio da Rocha Pita e Maria da Rocha Pita, coube por morte de sua mãe, informa Jaboatão, boa legítima que o pai lhe entregou tanto que teve idade. Casou-se duas vezes: a primeira com Rosa Maria Falcão, filha de Tomé Pereira Falcão e de Inácia de Araújo (8), e a segunda com Leonor Pereira Marinho, filha de Vasco Marinho e Catarina de Araújo Azevedo (9).

Do primeiro matrimônio de Francisco da Rocha Pita com Rosa Maria Falcão nasceram:

João da Rocha Pita que se casou, mas Jaboatão não lhe menciona a descendência, falecido em 23 de fevereiro de 1775;

Cristóvão da Rocha Pita, de quem falaremos mais largamente;
Antônio da Rocha Pita, de quem descendem os atuais proprietários do “Engenho Freguesia” (10);

Laçarote Pereira Pita, que morreu solteiro deixando largos bens de fortuna;

Micaela da Rocha Pita, que se casou com Manuel de Lima Pereira.

Do segundo matrimônio de Francisco da Rocha Pita com Leonor Pereira Marinho nasceram:

Francisca da Rocha Pita casada com Antônio Gomes de Sá;

Rosa que vivia solteira em casa do irmão Cristóvão da Rocha Pita, quando Jaboatão escrevia o “Catálogo Genealógico” (11);

Morrendo Antônio da Rocha Pita (o velho) o seu “Engenho Freguesia” foi passando por herança aos descendentes, e em 1795 vamos encontrá-lo na posse de seu neto Cristóvão da Rocha Pita.

*
* *

Cristóvão da Rocha Pita foi também senhor do vizinho engenho “Caboto”, que tendo pertencido ao tio Simão da Fonseca Pita, este lhe deixara em testamento (12).

Um documento guardado no Arquivo Público da Bahia levanta dúvida relativa à legitimidade da posse de Cristóvão da Rocha Pita sobre a totalidade dos bens legados por seu tio Simão da Fonseca Pita.

Quando morreu o Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita, houve grandes questões e demandas em torno de sua herança, e nos autos do inventário existe petição datada de 10 de outubro de 1826, do Cel. Jerônimo Munis Fiúza Barreto e D. Antônia Teresa de Sá Pita — sogro e mãe do futuro Conde de Passé, na qual alegavam que Simão da Fonseca Pita instituíra seus herdeiros ao Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita e a seu irmão Antônio da Rocha Pita sogro e pai dos requerentes. Fazem os dois peticionários grave acusação à memória do tio Cristóvão, que, sendo testamentário, inventariara o que lhe parecera “passando a desfrutar os bens em todos os tempos da sua vida . . . sem jamais dar partilha, a pretexto de não ter concluído o pagamento das dívidas passivas do casal” (13).

Noutro documento vemos Simão da Fonseca Pita, que faleceu em 1760 com testamento, instituir herdeiros dos remanescentes a seus sobrinhos Antônio da Rocha Pita e o Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita. Ficando este na posse dos bens e, iniciando o

inventário em 1761, jamais (é documento de 1821) fizera partilha. Mas a acusação dos herdeiros de Antônio da Rocha Pita à memória do tio Capitão-mor Cristóvão perde de importância quando verificamos que extrajudicialmente os dois irmãos haviam feito uma partilha dos remanescentes do acervo de Simão da Fonseca Pita, que lhes haviam sido legados. Diz este papel que “passados alguns anos Cristóvão entregou a seu irmão Antônio o engenho Sapucaia sem escravos e fábrica alguma, e também as benfeitorias de outro engenho denominado Pindobas orçando o valor de ambos em trinta e tantos mil cruzados”. Tratava-se pois de uma apreciação de valores, alegando os herdeiros de Antônio da Rocha Pita que o que este recebera não importava em quanto lhes cabia e que Cristóvão retivera, e seus filhos legitimados retinham bens de ambos os casais.

Como quer que fosse, correto ou não, o Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita era possuidor, desde a morte de Simão da Fonseca Pita, dos engenhos “Freguesia” e Caboto, até que, falecendo em 1809, se deu princípio à odisséia de seu inventário que só em 1848 terminaria.

Aliás não seria este o mais longo e mais complicado dos inventários na família Rocha Pita. Morrendo o irmão de Cristóvão da Rocha Pita, Lançarote Pereira Pita, iniciou-se o seu inventário em 1793 (30 de março) sendo inventariante o Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita que conservou esse encargo até sua morte em 1809. Foi depois inventariante um neto natural, filho de filho legitimado do Capitão-mor, Manuel Davi da Rocha Pita Caboto; e ainda o era em 1837. Morrendo Manuel Davi, seu irmão, Tomás da Rocha Pita veio a juízo pedir para substituí-lo e assinou termo de inventariante. O Barão, depois Conde de Passé, estranhando o fato de serem preteridos parentes mais próximos e da linha legítima, fez petição onde afirmava que o finado Manuel Davi “assaz desfrutou e deteriorou o casal dispondo de gado e escravos... tendo até o arrojo de vender uma fazenda no sertão denominada Jenipapo”. Na aludida petição ainda declara que, tendo sabido da morte do inventariante Davi, apresentava-se para prevenir que “outro bastardo intrujante tomasse o lugar daquele, continuando assim o desfalque do casal”, sendo grande seu espanto ao saber que Tomás havia assinado termo de inventariante. Fere-se então uma pequena escaramuça judiciária entre o herdeiro legítimo e o bastardo legitimado. E afinal, tendo Passé provado a dilapidação do acervo, juntando a escritura de venda da fazenda Jenipapo⁽¹⁴⁾, é admitido a assinar termo de inventariante, o que faz a 21 de março de 1839, com a recomendação, no despacho do juiz Sampaio Viana, de

terminar o inventário “que a quarenta e seis anos estava no poder do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita”.

Esta recomendação encontrou óbices e empecilhos tais que mais de cinqüenta anos ainda haviam de decorrer até que se ultimasse aquele processo, com a partilha de um acervo que levara cerca de um século até ser dividido pelos herdeiros dos herdeiros, uns legítimos, outros legitimados, de todas as castas e cores, representantes de três gerações de Rocha Pita, de boa cepa ou de enxertos.

Citamos dois dos muitos e freqüentíssimos dramas judiciário-econômico-familiares da divisão dos grandes espólios. A regra foi sempre demora, demandas, divergências, irregularidades; — exceções — a prontidão de arrolar, avaliar e dividir.

Notas do capítulo:

(1) Vide Jaboaão, “Catálogo Genealógico”, in *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 52, pág. 78. Vide referência a Manuel Alves Deusdará “morador no Brasil que pede licença para renunciar uma mercê” em 1644, nos *An. Bibl. Nac.*, vol. 61, pág. 117.

(2) Sobre o Desembargador Simão de La Penha Deusdará, que na Bahia se casou a 15 de junho de 1637 com Leonarda de Azevedo Ravasco, irmã do Padre Antônio Vieira, e veio a perecer com toda a família sem deixar sucessão, vide Lúcio de Azevedo, *História de Antônio Vieira*, vol. I, pág. 174, e vol. II, págs. 57, 217 e 224; *Docs. Hist.*, vol. 22, págs. 421, 423, vol. 4, págs. 20, 220, 279, vol. 9, págs. 139, 148; Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, II, pág. 313; P. Calmon, *História do Brasil*, vol. 2º, págs. 121, 199, 230, 231, 253, 273.

(3) Vide Jaboaão, “Catálogo Genealógico”, *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 52, págs. 81, 82, 431, 434, 439.

(4) Vide Jaboaão, “Catálogo Genealógico”, *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 52, págs. 82, 356, 357, 358, 359.

(5) O alvará régio de 22 de novembro de 1610 proibia aos "Desembargadores da Relação do Estado do Brasil, assim os que ora são como os que pelo tempo forem, se não possam casar no dito Estado não tendo para isso licença minha, e que casando-se sem a terem, por esse mesmo feito fiquem logo suspensos dos cargos que servirem e incorram nas penas da dita ordenação (Livro 1º, Tit. 94) e serão logo embarcados para este reino" — Vide *Docs. Hist.*, vol. 7.º, pág. 32.

(6) Luís da Rocha Pita Deusará e Simão de Rocha Pita em 1740 eram fiadores do Tesoureiro da Dízima da Alfândega, Francisco Xavier da Silveira, e pagavam por este, já demitido, 26.000 cruzados anualmente, reduzidos a 8.000 por carta régia de 2 de dezembro de 1740. Vide *An. Arq. Púb. da Bahia*, vol. 12, págs. 35, 36. Entre as sesmarias concedidas de 1700 em diante encontra-se uma dada a Luís da Rocha Pita no "Açu, Apodi e Panema". Vide *An. Arq. Púb. da Bahia*, vol. 11, pág. 130. Sobre Luís da Rocha Pita ou Luís da Rocha Pita Deusará encontramos referências em *Docs. Hist.*, vol. 43, pág. 305, como sargento-mor do regimento de infantaria das ordenanças em 15 de setembro de 1719; no vol. 44, pág. 36, como coronel em 7 de fevereiro de 1721; id. pág. 170 a 22 de novembro de 1721; id. pág. 175 a 5 de dezembro de 1721; id. pág. 177 a 10 de dezembro de 1721; id. pág. 81 a 15 de dezembro de 1721; id. pág. 187 a 17 de dezembro de 1721; id. pág. 261 a 9 de maio de 1722; id. pág. 293 a 20 de junho de 1722. Luís da Rocha Pita Deusará era Coronel do Recôncavo com Francisco Barreto, Domingos Borges de Barros, Miguel Calmon, José Pires. Em maio de 1722 era possuidor do engenho Pindobas (*Docs. Hist.*, vol. 44, pág. 261). Vide sobre Luís da Rocha Pita Deusará mais os *Docs. Hist.*, vol. 45, págs. 12 e 73, coronel em 24 de novembro de 1722, e 26 de abril de 1723. Em 1757 já era falecido Luís da Rocha Pita Deusará, que fora senhor do engenho Carrambaçu (Carnaibuçu?) na freguesia de Passé, então dominado por seu irmão e testamenteiro Simão de Afonseca Pita (*An. Bibl. Nac.*, vol. 31, pág. 215).

(7) Em 1754 Amaro de Sousa Coutinho foi eleito, pelos proprietários de engenho, Inspetor da Intendência dos Açúcares e dos Tabacos. — Nos *An. Bibl. Nac.*, vol. 31, pág. 64, onde encontramos notícia disto, também existe referência à escritura de dote feito por Simão da Fonseca Pita e sua mulher, Antônia Luísa de Vasconcelos Vilas Boas, a favor de Amaro de Sousa Coutinho, marido de sua filha Aldonça Maria de Lapenha. Deixou Amaro de Sousa Coutinho uma fortuna avaliada em 1766 na importância de 150.000 cruzados. Fora seu contador Francisco da Rocha Pita (*An. Bibl. Nac.*, vol. 32, pág. 146). Sobre Amaro de Sousa Coutinho vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 32, págs. 2, 5, 44, 199, 227. Parece que Amaro de Sousa Coutinho fez testamento instituindo seu universal herdeiro ao sobrinho, o sargento-mor Martinho de Sousa Albuquerque. Ao que parece em 1768 foi a leilão o engenho da Pojuça, pertencente ao espólio de Amaro de Sousa Coutinho. Fizeram lances Francisco da Rocha Pita e Antônio Peixoto Pereira (*An. Bibl. Nac.*, vol. 32, pág. 199). Fez parte Amaro de Sousa Coutinho da Mesa de Inspeção em 1754 (*An. Bibl. Nac.*, vol. 31, págs. 64, 65, 67, 176). — Em 1760 vamos encontrar Amaro de Sousa Coutinho como um dos juizes das cavalladas no Terreiro (*An. Bibl. Nac.*, vol. 31, pág. 420). Ver nota no Apêndice final deste volume.

(8) É esta a ascendência paterna de Rosa Maria Falcão: Melchior Brandão Coelho e Maria Pestana tiveram filha Isabel Brandão. — Isabel Brandão casou-se com Brás Rebelo Falcão e tiveram filho Tomé Pereira Falcão. — Tomé Pereira Falcão casou-se com Inácia de Araújo e tiveram filha ROSA MARIA FALCÃO.

— A mãe de Rosa Maria Falcão, *Inácio de Araújo*, era filha de *Gonçalo Rodrigues de Araújo* e *Isabel Freire Baracho*, sendo Gonçalo Rodrigues de Araújo filho de *Domingos Aranha* e *Francisca Dias Pestana*, e Isabel Freire Baracho, filha de *Manuel Maciel Aranha* e *Catarina Freire Baracho*. — Vide "Catálogo Genealógico", págs. 418, 419, 420, 425.

(9) É esta a ascendência de Leonor Pereira Marinho: *Diogo Alvares Camuru* e *Catarina Alvares* tiveram filha Genebra Álvares. — *Genebra Alvares* casou-se com *Vicente Dias de Beja* e tiveram Catarina Álvares. — *Catarina Alvares* casou-se com *Baltazar Barbosa de Araújo* e tiveram Joana Barbosa. — *Joana Barbosa* casou-se com *Antônio de Sousa Dormondo* (filho de João Gonçalves Dormondo e Marta Barbosa) e tiveram Maria de Sousa. — *Maria de Sousa* casou-se com *Duarte Lopes Soeiro* (filho de Martim Lopes Soeiro e Ana Pereira) e tiveram filha Ana de Sousa de Barros Soeiro. — *Ana de Sousa de Barros Soeiro* casou-se com *Paio de Araújo Azevedo* (filho de Fernão Velho de Araújo e Ana Nunes Bezerra) e tiveram filha Catarina de Araújo Azevedo. — *Catarina de Araújo Azevedo* casou-se com *Vasco Marinho* (filho de Melchior Brandão Pereira, o moço, e Isabel Barbosa) e tiveram filha LEONOR PEREIRA MARINHO. — Vide "Catálogo Genealógico", págs. 83, 86, 282, 336, 337, 395, 396, 420. — Se entre Brandões e Rochas Pitas houvera o incidente do tiro com que aqueles castigaram o rapto já mencionado no texto, na geração seguinte continuaram os mais graves dissídios entre uns e outros. Francisco da Rocha Pita, filho do raptor, casou-se com uma Brandão, o que insinua uma reconciliação, mas andou às turras com Manuel Marinho Brandão, casado com uma irmã de sua mulher ("Cat. Gen.", págs. 422, 423), em tais termos que inquietaram ao Governador, Conde de Sabugosa. É o que se vê deste documento: "Carta para o Cel. Garcia de Ávila Pereira: — Consta-me que entre Manuel Marinho Brandão e Francisco da Rocha Pita há algumas contendas precedidas de dúvidas e desconfianças com que um e outro se acham; e como estas parecem mal entre parentes que nasceram com obrigações... (estragado pelo cupim)... e da minha parte lhes diga espero se componham e contenham nos limites da razão tratando de averiguar aquelas dúvidas e as contendas que tiverem pelos meios que lhe permite o direito e do resultar desta diligência me dará conta. Deus guarde a V. Mcê. Bahia e nov^o de 1732. Conde Sabugosa". Vide *Anais Arq. Púb. Bahia*, vol. VI-VII, pág. 138.

(10) Antônio da Rocha Pita (2^o) em 1759 era membro da Mesa de Inspeção, *An. Bibl. Nac.*, vol. 31, págs. 330 e 351; em 30 de setembro de 1758 foi nomeado pela Câmara: "Inspetor e Deputado por parte dos Senhores de Engenho e Lavradores" — "por nele concorrerem requisitos necessários para bem servir na Mesa de Inspeção este presente ano". (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, *Atas da Câmara* n^o 27, fls. 236 verso); em 1784 era Vereador da Câmara da Cidade do Salvador e nessa qualidade reclamava propina pela posse do Governador D. Rodrigo José de Meneses, como consta do Livro 1^o do Registro de Requerimento no Arquivo da Câmara Municipal da Bahia; foi mestre de Campo da Vila da Cachoeira — *An. Bibl. Nac.*, vol. 34, pág. 99; em 1786 já era falecido.

(11) Vide Jaboatão, "Catálogo Genealógico", *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 52, págs. 82/84.

(12) Simão da Fonseca Pita que, como já vimos, era filho do segundo casamento de Antônio da Rocha Pita, casou-se com Antônia da Fonseca Vilas Boas, filha de Francisco da Fonseca Vilas Boas e Maria de Melo, neta paterna de João de Aguiar Vilas Boas e Catarina de Góis Siqueira, e neta materna de Pedro de Góis de Araújo e Luísa de Melo ("Cat. Gen.", págs. 81 e 356/359). — De seu casamento Simão da Fonseca Pita teve uma só filha: Aldonça de La Penha Deusdará (a segunda destes nomes), que foi segunda mulher de Amaro de Sousa Coutinho e deste casamento nasceu um único filho Antônio da Rocha Pita (segundo do nome). — Falecendo solteiro este Antônio da Rocha Pita, informa Jaboatão que — "por falta deste seu neto e único herdeiro de sua casa e bens, chamou Simão da Fonseca Pita senhor do engenho e fazendas do Caboto para herdeiro delas a Cristóvão da Rocha Pita, seu sobrinho, que é hoje o possuidor delas e dos tais 'bens'". ("Cat. Gen.", pág. 81).

Roque Luís de Macedo Leme da Câmara, nas suas "Memórias de Famílias de todas as Capitânicas no Brasil", manuscrito datado de 1792, existente na Biblioteca Nacional (I, 8/2/16), refere-se (fls. 107) ao fato de ter Simão da Fonseca Pita instituído seu herdeiro a Cristóvão da Rocha Pita, da seguinte maneira: — "por falta deste único herdeiro o dito Simão da Fonseca chamou para herdeiro seu sobrinho Cristovam da Rocha Pita que entrou nesta erança com grande peso de dividas. Nam paga sem demanda, manda muitos presentes e vive (?) satisfeito. O Tolo da Carne lhe chamam os seus obrigados, a diferença do Tolo do Peiche que é o otro semelhante na Bahia chamado o Mestre de Campo Fortunato José Pinheiro".

(13) Nessa petição descrevem-se desordens no inventário dos bens do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita. Fala-se em boiadas, na intervenção do Conde Governador em 1811, em chicanas; nos engenhos do casal terem ficado de fogo morto, os canaviais reduzidos a pastos; nos escravos postos ao serviço particular do inventariante e demais bastardos.

(14) Escritura de venda lavrada em 1837 na vila de Piracoruca, Comarca da Parnaíba, Oeiras, Piauí, ao capitão Manuel Tomás Ferreira e seu irmão João Barbosa Ferreira, por Manuel Davi da Rocha Pita Caboto, da fazenda de nome Jenipapo" sita no termo desta Vila povoada de gado vacum, com três léguas de terra de cumprimento e uma de largo como demonstram seus marcos" que houvera por herança de seu tio o falecido Tomé Lançarote Pereira Pita, pelo preço de 16:000\$000 em moeda de prata pelo antigo valor.

CRISTÓVÃO DA ROCHA PITA



ATAMOS à aldraba da “casa de vivenda” ou “sobrado” de “Freguesia” que, documentadamente sabemos, desde 1759 era moradia do potentado colonial baiano Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita.

Muito tem este a dizer do que foi e do que fez.

Pena é não sejam os documentos a seu respeito mais abundantes e explícitos.

Sertanista e latifundiário, homem da governança e da militância, ouvido por prudência e conselho, grande pela riqueza e fidalgo pelo tratamento, já lhe seriam avultados os cabedais herdados ou adquiridos quando se casou com Josefa Maria do Sacramento, irmã do Bispo de Pernambuco D. Tomás da Encarnação Costa e Lima, filha do mercador rico da Bahia João da Costa Lima, que lhe traria outros em dote (1).

É de crer que por pouco tempo fizesse vida de casado, pois cedo, em 1754, lhe faleceu a mulher, permanecendo ele no estado de viúvo durante 54 anos, até 1809, quando morreu sem testamento.

De seu casamento nasceu-lhe uma filha, Josefa Maria Pita do Sacramento, que se casou com um primo, o Mestre de Campo Garcia Dávila Pereira de Aragão de quem não houve descendência.

O linhagista Roque Luís de Macedo Leme da Câmara deixou registrado que este casamento não foi uma união feliz. Celebrado com a pompa que pedia a importância e riqueza das famílias que se aliavam, aliás já aparentadas, veio de Olinda o tio materno da noiva, bispo de Pernambuco, D. Tomás da Encarnação Costa Lima,

para presidir àquelas bodas fidalgas: “vestido de pontifical os recebeu no Terreiro de Jesus da Cidade da Bahia, no oratório das casas de José Pires de Carvalho, sendo governador o Capitão General Manuel da Cunha Meneses, e Arcebispo D. Joaquim Borges de Figueiroa que também esteve presente com o concurso de todas as principais pessoas daquela cidade...” Mas os antecessores do noivo, a fama que dele corria quanto à maneira de como vivera com sua primeira mulher, não prometiam muito. Conta ainda Roque Luís: “casamento desastrado, não obstante todo seu aparato, porque a noiva temeu a sorte da antecessora e não quis sair da casa de seus pais, e Garcia de Ávila retirou-se para a Torre em companhia de uns poucos bastardos mamalucos que tem, e acham-se sem filhos, não obstante constar que faz visitas todos os anos à mulher” (2).

Em 1757 era Cristóvão da Rocha Pita, vereador, um dos oito adjuntos escolhidos e eleitos pelo povo, “para efeito de reformar e modificar em parte o termo que estabeleceu para a precisa e voluntária contribuição de três milhões” (3).

Parece ter sido Vereador da Câmara da Cidade do Salvador em 1775, 1785, 1786 e membro da Mesa de Inspeção em 1775, 1776, 1778.

Borges de Barros, citando o “Dicionário das Minas do Brasil”, diz que Cristóvão da Rocha Pita, em 1783, descobrira minas de prata e cobre na Serra da Borracha, conhecida vulgarmente por Moribeca ou do Paulista, no município de Capim Grosso junto ao rio São Francisco e nas proximidades da cachoeira de Paulo Afonso. Ali apanhara grande quantidade de minério (4).

Foi Capitão-mor do terço de ordenanças da repartição do norte e subúrbio da Cidade — que compreendia algumas freguesias urbanas como Rua do Paço, Santo Antônio, Pilar, Sant’Ana (metade), Penha, Brotas e as de Nosso Senhor do Bonfim da Mata, Pirajá, Matoim (uma companhia), Cotegipe, Paripe, num total de dezessete companhias, inclusive as de Homens do Mar, de Carpinteiros, de Forasteiros e da Justiça. Ocupava este posto em 1784, e em 1791-1792 (5).

Pessoa principal, seus pareceres eram pedidos e acatados. Assim em 1783 (17 de abril) consultava-lhe a Câmara da Bahia acerca do novo método de arrecadação da Real Coleta sobre açougues (6).

Vilhena nas “Cartas” fala das carnes que se comiam na Cidade do Salvador e da procedência do gado abatido, vindo de 80, 100, 150 e até 200 léguas de distância. A carne era cara, havia atraves-



Barco



Lancha



Saveiro



Canoa



Saveiro



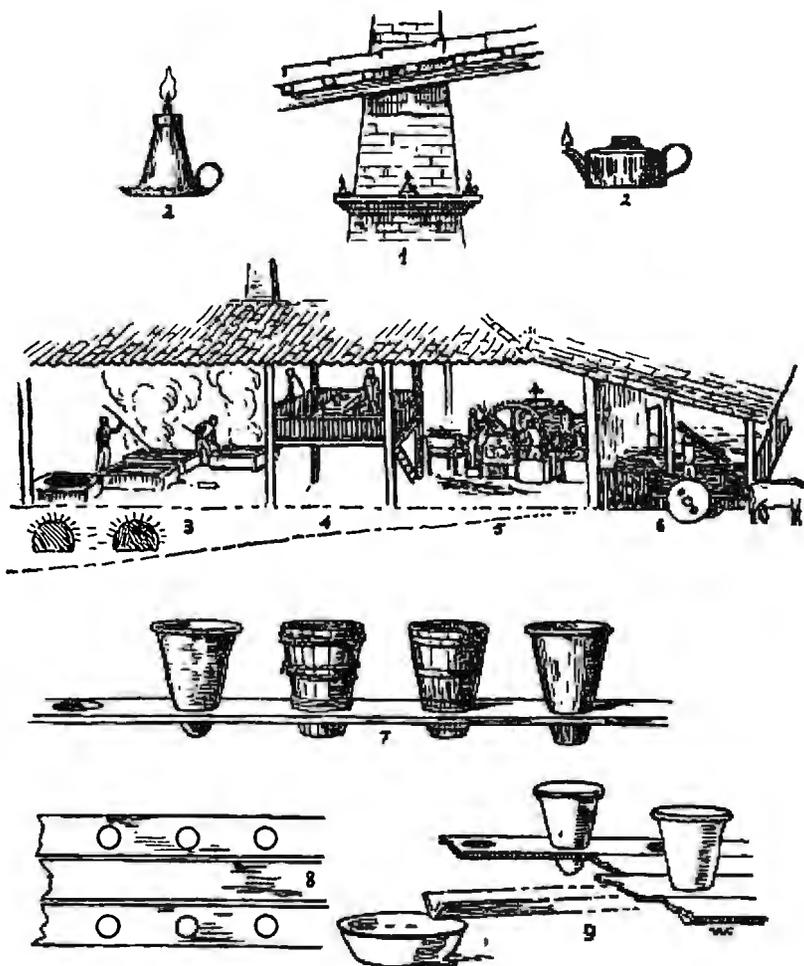
Canoa

Vários tipos de embarcações usadas no Recôncavo para transporte de canas, lenha, açúcar e outras mercadorias.



Evolução da secagem do açúcar ao sol: sobre um couro de boi estendido no chão; sobre pequenos estrados baixos; sobre estrados altos ou balcões fixos; sobre balcões de roldanas e trilhos.

(Desenhos de J. Wasth Rodrigues, de acordo com indicações do autor)



Minúcias de um engenho: 1 — chaminé com rebordo em que se assentam candeeiros de azeite, para a iluminação; 2 — “fifós” de azeite e posteriormente de querosene, para iluminação; 3 — fornalhas e tachas de cozinhamento; 4 — “sobradinho” onde o feitor inspeciona os trabalhos e aponta as meladuras, e, nos dias de botada, os convidados assistem ao início dos trabalhos; 5 — máquina a vapor, moendas, mesa de canas; 6 — “picadeiro” e carro descarregando; 7 — evolução das fôrmas de açúcar: de barro, de madeira com atracos de corda, de madeira com atracos de ferro, de ferro zincado; 8 — tábuas de furo e de passar; 9 — fôrmas na casa de purgar em tábuas de furo e tábuas de passar de permeio, e o coxo que leva a uma tacha o “mel de furo”.

(Desenhos de J. Wash Rodrigues, de acordo com indicações do autor)

sadores, explorações de marchantes e além disso “poderosos ricos tinham porta franca para introduzirem nos seus engenhos, a título de fábricas, multidões de gados a refazer-se e virem em quartos a vender por fulminas à Cidade” (7). Para obviar tal abuso estipulou-se ser necessário aos senhores de engenho tirar licença para recolherem aos pastos de suas propriedades os gados trazidos das próprias fazendas ou adquiridos para remonta de suas fábricas. Em 16 de junho de 1804 o Senado da Câmara da Bahia dava despacho favorável à seguinte petição: “Diz o Capitão-mor Cristóvão da Rocha e Pita que por causa das secas dos anos passados ficaram os seus Eng.ºs faltos de fábrica de bois para poderem laborar, e porque está próxima moagem que há de principiar em o mês de agosto próximo, precisa de V.V. S.S. lhe concedam poder comprar livres de direitos na Feira cem bois para os referidos engenhos, pois que de outra forma lhe é impraticável fazer manobra dos ditos Engenhos. P. a V.V. S.S. sejam servidos permitir o referido n.º de cem bois livres de direitos. E. R. M.” (8).

Numas notas genealógicas da família Calmon, manuscrito do punho do Dr. Francisco Marques de Góis Calmon, há referência ao poderio e prestígio do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita na segunda metade do século XVIII. A narrativa tem algo de romântica e vem à justa para quebrar a monotonia desta coleção de registros biográficos.

Aludem as notas citadas a João Calmon, filho de Miguel Calmon de Almeida e Margarida Pereira de Andrade, neto de João Calmon e Juliana de Almeida e bisneto de João Calmon, filho este de Beltrão Calmon, fundador da família em Portugal.

Transcrevemo-las: “João Calmon casou com D. Inácia de Nazaré filha do capitão Antônio Dias de Macedo e D. Virgínia de Afonseca, sobrinha de Cristóvão da Rocha Pita. Este João Calmon teve um filho varão José Gabriel e três filhas: Margarida, Virgínia e Joana, e dele há a narrativa de que, tendo uma irmã de nome Juliana (9), casada em Minas Gerais com um riquíssimo fazendeiro, ela faleceu sem descendência, pelo que o instituiu seu herdeiro. Tendo ido para Minas liquidar essa herança, deixou seu filho José Gabriel com cinco anos de idade, e, em sua ausência, teve notícia do casamento de suas filhas com dois primos Caetano Lopes Vilas Boas e Felipe Tomás de Almeida Calmon (deste provém o ramo do Espírito Santo, porque um filho dele por nome Felipe Antônio Calmon foi-se estabelecer no rio Doce, do qual dá notícia o príncipe Maximiliano Neuwied à pág. 235, do vol. I de sua *Voyage au Brésil*).

“Além de se opor ao casamento de família acrescia que se não recomendavam muito por bom procedimento estes tais primos.

“Desgostoso com o procedimento da mulher que consentira nesses casamentos, liquidada a herança, remeteu integralmente tudo quanto apurara para sua família e deixou-se ficar esquecido em Minas.

“Quando José Gabriel atingiu a idade de dezoito anos, conhecendo a tradição dos fatos, sentindo a ruína da sua casa pelos gastos de seus cunhados, e reduzido o engenho Santo Antônio a uma propriedade de fogo morto, restando apenas seis a oito escravos, resolveu empreender viagem a Minas em procura de seu velho pai.

“Naquele tempo os fidalgos se faziam acompanhar de pajens que levavam bordadas na gola da libré as armas da família.

“Depois de muito viajar, o acaso fê-lo ter pouso em modesta casa onde encontrou um tipo alto, figura à semelhança de francês, reza a crônica, olhos azuis, cabelos louros, quase embranquecidos, o qual deu acolhida ao jovem rapaz, cujos traços fisionômicos procurava bem reparar e depois de reconhecer o sinal de sua própria família nas armas bordadas na libré dos pajens, começou a indagar das pessoas que deixara havia treze anos atrás, escondendo ao filho a relação de parentesco, e dizendo-se antigo negociante de animais que muito comércio fizera com esta família. Não tardou o reconhecimento entre os dois e informado dos motivos da viagem e o desgosto que lançara no coração do filho, depois de muita relutância concordou com ele em regressar, mas antes de partir fez testamento deixando a terça de seus bens a este seu filho.

“De volta à Bahia, na altura de Jacobina, em fazenda da família, adoeceu e depois de alguns dias de moléstia ali morreu e foi enterrado.

“Regressando a casa, José Gabriel tornou-se vítima de seus cunhados que até pretenderam acusá-lo da morte do pai, sendo amparado e protegido pelo seu tio Cristóvão da Rocha Pita, que então era o homem de mais prestígio da colônia, o qual o livrou de todas as perseguições”.

Sertanista e lavrador, é fácil imaginar que, fatigado de “entradas”, viagens e descobertas de minas e fundação de fazendas, ao ir-lhe chegando a idade, se fosse recolhendo o Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita à vida sedentária, faustosa, dissipada e exibitória de senhor de engenho.

*

* *

Folheando-se um velho *Livro paroquial de registro de batizados e casamentos (1775-1792) da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Matoim*, colhem-se alguns relances da vida do senhor do “Engenho Freguesia” no último quartel do século XVIII.

A matriz erguia-se altiva e muitas vezes festiva ao alto dominando o mar, mirando em frente a ilha de Maré e ao longe o casario da Cidade; um pouco abaixo, em face à pequena enseada, avultava o “sobrado” a que se apegava a capela de Nossa Senhora da Conceição em simbólico aconchego.

As cerimônias religiosas ora se celebravam na matriz, ora na capela, que àquela havia de subsistir e substituir.

Prelados, vigários e fiéis deixaram a “freguesia” ruir, hoje reduzida a umas paredes abraçadas de gameleiras, e amontoados de pedras recobertas de ervas a que enfeitam flores silvestres.

O zelo das tradições familiares foi mais conservador, e, afinal, a capela *filiar* do engenho veio a servir até hoje de *matriz*.

A sede da paróquia, com duas igrejas tão próximas, nos tempos do Capitão-mor, dava, preeminência ao “Engenho Freguesia” ante os vizinhos.

Em face lá estava um engenho na ilha de Maré, assinalado no mapa da Bahia de Todos os Santos que figura no livro de Barleus: — “Eng^o Mateus Lopes”. Fora a princípio (em 1618) de Simão Nunes de Matos (10), posteriormente de Mateus Lopes, “de nação”, natural do Porto, dado ao jogo do truque, mercador como seu irmão Luís Lopes, ambos denunciados em 1618 porque “as mais das sextas-feiras à noite lavavam os pés e todo o corpo em uma caldeira grande de engenho de açúcar com água morna e vestiam camisas lavadas”, e por não comerem carne de porco.

Pertenceu depois o engenho de Maré a Estêvão Fernandes Moreno; e Manuel Botelho de Oliveira (11) no poema à ilha de Maré atesta que fora um dos incendiados pelos holandeses:

“Nesta Ilha está mui ledo e mui vistoso
Um engenho famoso
Que quando quis o fado antigamente
Era rei dos engenhos preminente
E quando Holanda pérfida e nociva
O queimou, renasceu qual Fênix viva”.

Não tinha capela. Duas próximas, na ilha, timidamente branqueavam seus campanários entre a verdura — a de Nossa Senhora das Neves e a de São Francisco Xavier, que também o poeta lembra.

Ao norte o Capitão-mor deixara talvez decair em safras e

plantações o engenho “Caboto”, descuidando de continuar a construção da grande casa que seu tio Simão da Fonseca Pita começara antes de 1760, e chegaria, sem nunca ter sido terminada, às ruínas de hoje, que ainda atestam o poderio econômico e o gosto dos delineadores do inacabado solar.

Em Jacaracanga no antigo engenho de Cristóvão de Barros, que foi depois de Antônio Cardoso de Barros, e viria a assistir a uma ousada iniciativa do Barão de Cotegipe, que aí levantou em 1861 uma das primeiras *usinas* na Bahia, alvejava a capela de Santo Antônio, já existente ao tempo de Gabriel Soares.

Para os lados do sudeste o engenho de Matoim que pertencera a Jorge Antunes, e era agora de outros Rocha Pita, desaparecida a capela de Nossa Senhora do Rosário, mencionada por aquele cronista de 1584.

Aos fundos do território do “Freguesia”, à beira do mar interior da baía de Matoim-Cotegipe-Aratu, estavam o engenho e capela de São João, vinculados ao morgado instituído ou primeiro administrado por Diogo Lopes Franco, casado com Leonor Ximenes de Aragão, sobrinha esta de Estêvão Fernandes Moreno, senhor do engenho da ilha de Maré ⁽¹²⁾.

Mais além avultava o enorme sobrado de muitas janelas e a capela de Nossa Senhora de Nazaré ⁽¹³⁾ grande como uma matriz, do engenho Passagem, sítio que entraria para a história num dos mais interessantes episódios da guerra da Independência na Bahia. Ali se encontrou valiosíssimo tesouro em prata e ouro que seus proprietários, os Teixeira Barbosa, do partido português e foragidos na cidade assediada, haviam enterrado antes de se acolherem à sombra precária do General Madeira. Não menos de 150:000\$000, talvez mais de 200:000\$000 (hoje talvez dois milhões) em moedas e baixelas foram arrecadados, o que muito serviu ao pagamento das tropas dos patriotas, e também para açular a luta de prerrogativas entre Labatut e o Conselho de Governo da Cachoeira ⁽¹⁴⁾.

Sucediam-se as cerimônias religiosas nessas capelas. Eram batizados de párvulos ou adultos — estes sempre recém-chegados escravos africanos, do gentio da Costa da Mina, gegees ou angolas, apadrinhados por senhores e por escravos que se nivelavam, iguais, junto à pia batismal nesse acolitar a cerimônia de limpar um novo cristão da mancha original (6 outubro 1782, fevereiro e março de 1792).

As vezes tais batizados em pé, na capela do Capitão-mor ou na Matriz, eram em grande número — gente nova para as lavouras, africanos das últimas levas do tráfico, que chegavam para laborar

nos engenhos e vaidosamente dar pregão da riqueza próspera daquele poderoso pelo número de seus serviçais.

No registro dessas solenidades, de mistura com nomes obscuros ou de bastardos daquela gente importante, vamos encontrar os de personalidades de prol na sociedade rural da colônia. Aqui são os irmãos do Capitão-mor: Antônio da Rocha Pita e Lançarote Pereira Pita; além é a filha única da casa, Josefa Maria Pita do Sacramento, muito ausente do marido, tão freqüente sem ele, em Matoim, mas sempre lembrada como “casada com o Senhor da Torre” ou “Senhora da Torre”; e é Ana Maria de Lacerda (7-12-1783, 29-12-1788) viúva de João da Rocha Pita ⁽¹⁵⁾; é Manuel de Lima Pereira (3-8-1775) cunhado do Capitão-mor, casado com sua irmã Micaela ⁽¹⁶⁾; é Inácia Pereira de Macedo, solteira (16-9-1787) filha de Antônio da Rocha Pita; é Antônia Teresa de Sá Pita, que viria a ser mãe do Conde de Passé, solteira em 26 de outubro de 1781, e depois casada com Francisco Antônio de Queirós e Argolo ⁽¹⁷⁾.

Lá aparecem outros nomes patrícios: Uzeda e Luna ⁽¹⁸⁾; Costa e Almeida ⁽¹⁹⁾; Nabuco — o Cirurgião-mor Manuel Fernandes Nabuco, morador em São Pedro Velho (25-6-1787); Ximenes de Aragão ⁽²⁰⁾, Cavalcanti ⁽²¹⁾ e Ferrão Castelo Branco ⁽²²⁾; Queirós, de Cotegipe ⁽²³⁾; Teles de Menezes ⁽²⁴⁾.

As vezes de envolta com apelidos que vão sendo esquecidos — Brum, Reis Vasconcelos, de Maré ⁽²⁵⁾... aparece gente vinda de longe, agregados e vaqueiros, talvez, nas fazendas distantes do Capitão-mor — é gente de Oeiras ou dos Cariris, é um D. José de Sousa e Castro, índio, casado, de Vila Viçosa de Pernambuco (6-10-1722)...

Os bastardos se insinuavam pelos sobrados no capuz de enjeitados ou expostos: “Cristóvão párvulo, exposto na casa do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita” (8-12-1784); “Josefa, párvula, exposta em casa de Baltazar dos Reis Vasconcelos” (6-1-1786). Em certas ocasiões o segredo do enjeitado se publicava em declarações que valiam como reconhecimentos: “Cristóvão, exposto na casa do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita, foi padrinho o mesmo Capitão-mor viúvo e sua filha a Senhora da Torre D. Josefa Maria Pita do Sacramento, casada e disse-me o mesmo Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita que neste assento de batizado deste mesmo menino Cristóvão o declarasse por filho do Desembargador Tomás Inácio de Moraes Sarmento, porque assim lhe dissera o dito Desembargador quando o mandou expor na sua casa” (Capela de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Freguesia, 16 de julho de 1787).

Notas do capítulo:

(1) Vide o manuscrito "Memórias de Famílias de todas as capitâneas do Brasil", códice datado de 1792 existente na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional, às fls. 5 e 108, onde se lê: "Cristóvão da Rocha Pita, que casou com a filha de um Armador da Bahia, Irmã do Bispo de Pernambuco (esta se chamava D. Josefa e a filha o mesmo) D. Tomás Frade Cruzeiro, antecessor de Frei Diogo Jardim que hoje governa a dita igreja, e teve uma filha que casou com o Senhor da Torre Garcia de Ávila e vivem separados sem filhos". — No volume 62, pág. 69 dos *Documentos Históricos* se encontra, datado de 11 de dezembro de 1715, o registro da provisão da serventia do ofício de feitor da alfândega da Bahia, na pessoa de João da Costa Lima, por tempo de um ano, para continuar na serventia desse ofício.

(2) Este mestre de campo Garcia Dávila Pereira de Aragão foi o último varão da descendência de Garcia Dávila, por assim dizer o último *senhor da Torre*. Filho de Francisco Dias Dávila e Catarina Francisca Correia Vasqueanes; neto paterno de Garcia Dávila Pereira Pereira e Inácia de Araújo Pereira; bisneto de Francisco Dias Dávila e Leonor Pereira Marinho; trineto de Garcia Dávila e Leonor Pereira; quarto neto de Francisco Dias Dávila e Ana Pereira; quinto neto de Diogo Dias e Isabel Dávila; sexto neto de Garcia Dávila, Vicente Dias de Beja e Genebra Álvares; sétimo neto de Diogo Álvares Caramuru e Catarina Álvares Caramuru. O linhagista Roque Luís de Macedo Leme da Câmara o descreve: — "selvagem na forma exterior, porém humano e entendido principalmente na História e nas Escrituras; e engraçado no trato geral das gentes e hospitalidade de sua casa, por onde não parece verificar-se que abreviara os dias de sua mulher", Teresa Cavalcanti de Albuquerque, filha do Alcaide-mor da Bahia Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque. (Pedro Calmon, *História da Casa da Torre*, pág. 128). — Conhecemos o testamento de Garcia Dávila Pereira de Aragão, que antes de se casar com a filha do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita fora marido de Ana Pires, ou como diz Jaboatão ("Catálogo Genealógico", pág. 91) Ana Teresa Cavalcanti de Albuquerque, filha do Alcaide-mor da Bahia Salvador Pires de Carvalho. Ainda em 1767 era viúvo, sendo, pois, posterior a esta data seu casamento com Josefa Maria Pita do Sacramento, sua prima porque em Tomé Pereira Falcão e Inácia de Araújo tinham bisavós comuns ("Catálogo Genealógico", págs. 84, nº 3, 90 e 422 nº 17). Garcia Dávila Pereira de Aragão não parece que vivesse em boa harmonia com o sogro Cristóvão da Rocha Pita e no testamento que é de 1805 se declara dele credor: "declaro que casei... com minha prima Dona Josefa Maria Pita do Sacramento, sem que houvesse dote algum, antes seu Pai e meu sogro me deve várias rendas dos sítios que ocupa em terras de meu morgado, que os meus herdeiros querendo poderão ajustá-las, e de cujo matrimônio não tive filhos". — Vide Pedro Calmon, *História da Casa da Torre*, págs. 128, 129 e 130, que afirma ter sido em 1767 celebrado o casamento de que nos ocupamos.

(3) Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 31, pág. 250, ns. 2852-2891. — Em 26 de agosto de 1770 era Vereador, sendo nesse ano Procurador da Câmara Luís Coelho Ferreira. (Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador — *Atas da Câmara*, nº 28, fls. 63 verso).

(4) Vide *An. Arq. Públ. Bahia*, vol. VI e VII, págs. 21 e 275; vol. IV e V, págs. 113 e 229; e "Bandeirantes Bahianos" in *An. Arq. Públ. Bahia*, vol. III, pág. 206.

A descoberta de metais — prata e cobre — na serra da Borracha ocorreu em 1783: *An. Bibl. Nac.*, vol. 32, págs. 527, 530, 533, 552 e 557. — José da Silva Lisboa (futuro Visconde de Cairu) foi incumbido de investigar tais minas e ficou muito duvidoso sobre sua existência: Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 32, pág. 552. Em 1786 fez-se exame, com bom sucesso, do cobre de tais minas. Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 34, págs. 11 e 50.

(5) Vide *An. Bibl. Nac.*, vol. 32, pág. 593 e vol. 34, págs. 220, 221, 222, 293. Outros capitães eram José Pires de Carvalho e Albuquerque, Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, Garcia Dávila Pereira de Aragão, Antônio Gomes de Sá, João Felipe de Siqueira, Salvador Borges de Barros. Vide Pedro Calmon, *Hist. do Bras.*, III, pág. 266; e Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, vol. I, págs. 255 e 263. Vilhena alude a dois terços de ordenanças: o do norte comandado pelo Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita, e o do sul por José Pires de Carvalho e Albuquerque. "Alguns capitães-mores, sargentos-mores e capitães das ordenanças se achavam providos por este governo, sem precederem as propostas das câmaras em conformidade do alvará de 18 de outubro de 1709 e provisões de 21 de abril de 1739 e 30 de abril de 1758, incorporadas no regimento das ordenanças. Para suprir essa formalidade essencial ordenei às câmaras que fizessem as propostas, preferindo contudo aqueles mesmos oficiais que estavam em atual serviço". (*An. Bibl. Nac.*, vol. 34, pág. 219 — officio de D. Fernando José de Portugal, de 11 de junho de 1791).

(6) Vide primeiro Livro de Registros de Requerimentos, fls. 128, no Arquivo Municipal da Cidade do Salvador.

(7) Vide Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, vol I, págs. 51, 61 e 162.

(8) Livro 1º de Registro de Requerimentos no Arquivo da Câmara da Cidade do Salvador. Nesse mesmo ano de 1804 há requerimento de Inácia Pereira Macedo Pita e sua irmã Francisca da Rocha em que dizem haver mandado vir das fazendas que tinham "no sertão do Rio bxº" 60 e tantos novilhos para os seus engenhos de Matoim e Cobé".

(9) Faleceu esta Juliana, diz Jaboatão, na era de 1758.

(10) Nas "Denunciações" de 1618 na Bahia há mais de uma referência a Simão Nunes de Matos "de nação", "natural de Lisboa, mercador e morador nesta cidade, na rua do Sousa e ora é senhor do engenho de Maré desta Bahia e aí casado e morador", engenho este "que está quatro léguas desta cidade", denunciado como parte de reuniões com cristãos-novos às sextas-feiras à tarde em casa de Gonçalo Nunes de Lisboa, na rua de trás da Cadeia onde se encontravam Diniz e Pascoal Bravo, Domingos Álvares de Serpa (?) e Diogo Lopes Franco, genro de Henrique Muniz Teles. (Vide "Livro das Denunciações" de 1618, págs. 27, 40, 41, 56, 76, 77, 101, 115). — Vide sobre Simão Nunes de Matos e seu engenho, *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, pág. 526. (Complemento desta nota no Apêndice final).

(11) Lembrança de Manuel Botelho de Oliveira ou de sua família é o lugar denominado "Botelho" na Ilha de Maré, bem em frente ao "Engenho Freguesia". Ver em mais de uma carta geográfica do Recôncavo assinalado o lugar "Botelho". Botelho fala de um só engenho na ilha de Maré e isso se admitiu no texto, mas há cartas geográficas que assinalam a existência de dois engenhos na referida ilha.

(12) Este morgado veio a ser administrado por Guiomar Ximenes de Aragão, que casou na matriz de Nossa Senhora da Piedade de Matoim com Antônio Calmon. Com o casamento da filha deste casal, Leonor Francisca Calmon (vivia em 1802), passou, a seu marido Duarte Sodré Pereira e morgadio, a respeito do qual houve uma demanda de subido interesse histórico-social promovida pelos Sodrés legítimos contra os filhos naturais do último administrador. No livro de assentos paroquiais citado, encontramos alguns batizados celebrados na capela de São João, de escravos de D. Leonor Francisca Calmon de Aragão, viúva em 11 de junho de 1790.

(13) No livro de assentos paroquiais há referências repetidas a uma capela filial de N. S. do Castro, que não sabemos onde seria situada.

(14) Vide Acióli-Brás do Amaral, *Memórias Históricas da Bahia*, vol. III, pag. 389. Foram depois de desenterrados entregues ao Cel. José Freire de Carvalho 113:000\$000 em prata. Disse o Cel. Felisberto Gomes que o dinheiro de ouro do primeiro achado enchia três quartas de medir e o de prata a catorze alqueires. Os proprietários dos engenhos "Passagem" e "Cachoeirinha", onde foram achados os tesouros — João e Manuel Teixeira Barbosa — afirmavam que o dinheiro descoberto importava em 600.000 cruzados deles, e 8:000\$000 a 10:000\$000 de outros indivíduos que lhes haviam dado a guardar. Vide a defesa de Labatut a respeito desse achado in Acióli-Brás do Amaral, *Memórias Históricas*, vol. IV, pag. 137. — Títara no seu poema "Paraguaçu" refere-se ao encontro desse tesouro e faz descrição do engenho "Passagem":

.....logo à *Passagem*
Velejam. Tendal vasto aí se avulta
Que a robustez fundara: dele em centro
Hastes lígneas volumam, d'onde pende
Almanjarra ao bovino povo odiosa;
E horizontais se cruzam no cilindro,
Que o meio ocupa. Rápido tangido
Dois edenta menores, forma co'eles
Os prelos, com que muge roedores
Suco às nodosas flechas, d'alto preço".

Conta Títara neste retorcido estilo como se achara grande soma de ouro e prata enterrada no massapê e os benefícios que esse dinheiro trouxera à campanha. Em nota diz que um dos Teixeiras alegava que além dos 160:000\$000 duas partes em ouro e uma em prata, retirados dos engenhos *Passagem* e *Cachoeirinha* havia outras maiores somas enterradas. Fala Títara num total de 620.000 cruzados e em extravios dolosos, contando como se chegara ao conhecimento de onde se encontravam aquelas riquezas. Vide *Rev. Inst. Hist. Bahia*, vol. 48, págs. 153. e 156.

(15) Vide Jaboatão, "Catálogo Genealógico", *Rev. Inst. Hist. Bras.*, vol. 52, pag. 84.

(16) Aparece o cel. Manuel de Lima Pereira, morador no Iguape, como solteiro em 29 de agosto de 1783 e também o cel. Antônio de Lima Pereira, morador em São Tiago do Iguape, solteiro em 3 de agosto de 1785. — Foi este Manuel de Lima Pereira, casado com um sobrinha do Capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita, senhor do engenho da Praia no Iguape e quem tornou conhecida da Bahia a cana *Cayene*, como narramos em outro capítulo desta "História".

(17) Num assento se dá a Francisco Antônio de Queirós Argolo e sua mulher Antônia Teresa de Sá Pita como moradores na Freguesia do Socorro.

(18) Em 1777 D. João de Uzeda e Luna; em 5 de julho de 1781 — "Luísa, filha de Ana Joaquina, viúva e herdeira do defunto D. João de Uzeda e Luna" seu padrinho de batizado — D. Diogo de Uzeda e Luna; em 20 de dezembro de 1783 e 6 de janeiro de 1786 — D. Joaquim de Uzeda e Luna; outro D. João de Uzeda e uma, talvez filho de seu homônimo, solteiro em 28 de maio de 1786 e 16 de junho de 1787; outro D. Manuel de Uzeda e Luna, solteiro em 30 de maio de 1790.

(19) O intendente Rodrigo da Costa e Almeida, morador em Jacaracanga, 27 de setembro de 1778.

(20) Joaquina Ximenes de Aragão, solteira 5 de fevereiro de 1792; Inocência, filha legítima de João Cirino da Costa e de Inocência Ximenes de Aragão, nascida a 28 de dezembro de 1779.

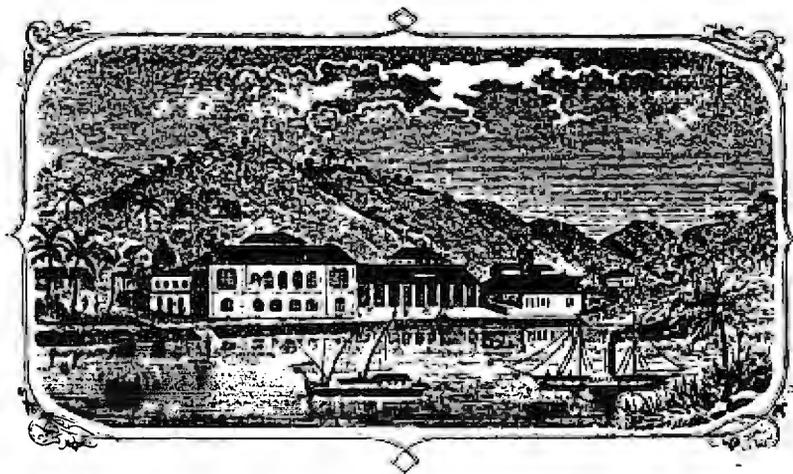
(21) Maria Luísa Clementina de Meneses Cavalcanti de Albuquerque, 9 de setembro de 1787.

(22) Coronel Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, casado a 9 de setembro de 1787; Alexandre Gomes Ferrão, solteiro, 9 de agosto de 1781.

(23) Antônio José de Queirós e Luísa Maria de Queirós, batizados na capela de Nossa Senhora de Nazaré do Engenho Passagem em 27 de fevereiro de 1791.

(24) José Joaquim Teles Meneses, morador em Passé, 25 de dezembro de 1784; Inácio de Matos Teles de Meneses, solteiro, morador em Santo Antônio Além do Carmo, 6 de novembro de 1785.

(25) D. Baltazar dos Reis Vasconcelos e sua mulher Ana Maria de Jesus, 30 de novembro de 1778.



*“Engenho Vitória do Paraguaçu”, no Município de Cachoeira.
Gravura dos meados do século XIX.*



*“Engenho Mataripe”, no Município de São Francisco Conde. De
uma aquarela de Julius Naehrer, de 1878. Notar o viveiro de
peixes com seu pavilhão de recreio.*